



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1607

Terça-feira - 04 de Novembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Anchieta.....	2
Antônio Carlos.....	7
Arroio Trinta.....	8
Ascurra.....	74
Atalanta.....	75
Balneário Rincão.....	75
Biguaçu.....	76
Blumenau.....	85
Braço do Trombudo.....	138
Brunópolis.....	152
Brusque.....	152
Caçador.....	215
Camboriú.....	216
Campo Alegre.....	220
Campos Novos.....	236
Canelinha.....	238
Canoinhas.....	238
Catanduvas.....	241
Caxambu do Sul.....	242
Chapadão do Lageado.....	258
Concórdia.....	263
Coronel Freitas.....	265
Coronel Martins.....	266
Correia Pinto.....	267
Corupá.....	269
Curitibanos.....	270
Dionísio Cerqueira.....	278
Ermo.....	279
Forquilha.....	280
Fraiburgo.....	280
Garopaba.....	284
Garuva.....	300
Gaspar.....	309
Guaramirim.....	311
Guarujá do Sul.....	314
Herval d'Oeste.....	314
Ibiam.....	321
Imbituba.....	324
Indaial.....	326
Ipumirim.....	364
Irineópolis.....	364
Itapiranga.....	365
Itapoá.....	366
Ituporanga.....	369
Joaçaba.....	371
Lages.....	374
Lauro Muller.....	375
Lebon Régis.....	376

Leoberto Leal.....	377
Luzerna.....	378
Mafrá.....	381
Marema.....	382
Meleiro.....	382
Modelo.....	383
Morro da Fumaça.....	384
Navegantes.....	384
Nova Trento.....	494
Novo Horizonte.....	494
Orleans.....	496
Ouro Verde.....	497
Palhoça.....	497
Palmitos.....	522
Passos Maia.....	522
Penha.....	523
Pinheiro Preto.....	524
Pomerode.....	525
Porto União.....	562
Rio do Sul.....	562
Salto Veloso.....	567
Santa Terezinha do Progresso.....	568
São Bento do Sul.....	569
São Domingos.....	588
São José.....	591
São José do Cedro.....	608
São Lourenço do Oeste.....	609
São Miguel da Boa Vista.....	610
São Miguel do Oeste.....	610
São Pedro de Alcântara.....	615
Schroeder.....	618
Serra Alta.....	621
Sombrio.....	622
Timbé do Sul.....	623
Timbó.....	623
Treze Tílias.....	624
Tunápolis.....	627
Videira.....	628
Vitor Meireles.....	629
Xavantina.....	630
Xaxim.....	633

Consórcios

CIGA.....	634
CIMCATARINA.....	634
CIS/AMURES.....	635

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 68/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 68/2014

PREGÃO PRESENCIAL 52/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 68/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 52/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR GLOBAL", destinado a aquisição de material e contratação de serviços para implantação de iluminação de natal, o qual será processado e julgado no dia 14 de novembro de 2014 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 03 de novembro de 2014

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS_FMAS, FMSE PREFEITURA OUTUBRO 2014

HOMOLOGAÇÃO PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/14

HOMOLOGAÇÃO: 03/10/14

CONTRATADO: GARLET & GARLET LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de cortinas para as salas de aula da Creche Municipal Pro Infância localizada no bairro Guarani e lotada na Educação Infantil, pago com recursos do Salário Educação.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.765,00 (quatro mil setecentos e sessenta e cinco reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 03/11/14 - ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/14

HOMOLOGAÇÃO: 07/10/14

CONTRATADO: RONIE ALEX KREUZ

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Prestação de serviço Sonorização e Show de Patinação Artística, com duração de 1 (uma) hora, para Crianças do Município em passagem à Semana da Criança, oferecendo alegria, lazer, num ambiente educativo, com fantasia por meio de instinto cognitivo e afetivo oferecido no espetáculo, que será realizado no dia 08 de Outubro de 2014, no Ginásio Municipal Hilário Pompermayer, em duas sessões, às 09 horas e as 14 horas, lotado na Educação Infantil. Pagos com recursos do Salário Educação.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

DATA: 03/11/14 - ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/14

HOMOLOGAÇÃO: 07/10/14

CONTRATADO: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de carretões agrícola e colheitadeiras de foragem de acordo com o convenio nº 2014TR0002216, que celebram entre si o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da secretaria de desenvolvimento regional de Dionísio Cerqueira.

VALOR DA DESPESA: R\$ 55.880,00 (cinquenta e cinco mil oitocentos e oitenta reais)

DATA: 03/11/14 - ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/14

HOMOLOGAÇÃO: 07/10/14

CONTRATADO: RICARDO M. EBERT - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de carretões agrícola e colheitadeiras de foragem de acordo com o convenio nº 2014TR0002216, que celebram entre si o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da secretaria de desenvolvimento regional de Dionísio Cerqueira.

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.950,00 (vinte e quatro mil novecentos e cinquenta reais)

DATA: 03/11/14 - ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇO Nº 6/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/14
 HOMOLOGAÇÃO: 09/10/14
 CONTRATADO: PRE LAJES MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global com fornecimento de material e mão-de-obra necessária para troca da cobertura e melhorias do Ginásio Municipal Hilário Pompermayer de acordo com projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária e conforme o convenio Nº. 2014TR0002306 que celebram o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira/SC.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 117.497,00 (cento e dezessete mil quatrocentos e noventa e sete reais)
 DATA: 03/11/14 - ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/14
 HOMOLOGAÇÃO: 10/10/14
 CONTRATADO: ARTEFATOS DE CIMENTO GUARACIABA LTDA - ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 OBJETO: Aquisição de Tubos de Concreto, para o setor de Agricultura, de acordo com o convenio nº 2014TR0002216 celebrado entre o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.990,00 (cinco mil novecentos e noventa reais)
 DATA: 03/11/14 - ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/14
 HOMOLOGAÇÃO: 10/10/14
 CONTRATADO: DOVILIO DOMINGOS PIOVEZANI - ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 OBJETO: Aquisição de material de construção para adequações da Creche Pro Infância Tipo C, lotada na Educação Infantil. Pagos com recursos próprios.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.124,60 (sete mil cento e vinte e quatro reais e sessenta centavos)
 DATA: 03/11/14 - ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/14
 HOMOLOGAÇÃO: 10/10/14
 CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 OBJETO: Aquisição de Concreto Betuminoso usinado a quente e pintura de ligação para viabilizar a recomposição da pavimentação que foi removida em decorrência de obras de manutenção de redes de abastecimento de água e/ou coleta de esgotos sanitários realizados pela CASAN em ruas da cidade conforme os convênios nº 663/2014 e 671/2014 celebrados entre a CASAN e o Município de Anchieta, pagos com recursos da CASAN.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
 DATA: 03/11/14 - ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/14
 HOMOLOGAÇÃO: 10/10/14
 CONTRATADO: CLAUDIA PREVEDELLO - ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 OBJETO: Aquisição de materiais de construção para reforma de unidade habitacional de acordo com o programa COHAB Cidadã para Reforma e Ampliação da casa do Sro. Leandro da Rosa, residente e domiciliado no Bairro Santa Lucia do Município de Anchieta - SC, conforme convenio Nº 2014TR00002290 que celebram entre si o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina

e o município de Anchieta/SC.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 4.988,80 (quatro mil novecentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)
 DATA: 03/11/14 - ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇO Nº 7/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/14
 HOMOLOGAÇÃO: 22/10/14
 CONTRATADO: CONSTRUTORA DA CRUZ LTDA - ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global com fornecimento de materiais e mão-de-obra necessária para a execução da 1ª etapa da reforma da Praça Municipal Orestes Gheller, sendo a construção de uma área coberta para realização de eventos culturais e turísticos com 375m², conforme contrato de repasse nº 1.002.522-5/2012/MTUR/CAIXA e o município de Anchieta, pago com recursos de convenio com o Governo Federal.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 250.487,64 (duzentos e cinquenta mil quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)
 DATA: 03/11/14 - ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/14
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/14
 HOMOLOGAÇÃO: 23/10/14
 CONTRATADO: JUNIOR KRAEMER & CIA LTDA - ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 OBJETO: Aquisição de equipamento permanente (Microcomputador), para ser utilizado nas atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, pago com recursos próprios.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.579,00 (um mil quinhentos e setenta e nove reais)
 DATA: 03/11/14 - ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 EXTRATO CONTRATUAL
 Aditivo Nº : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 054/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 02/10/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra necessária para "Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Drenagem Pluvial com área total de 4.525,29m²" da Av. Brasil, no Município de Anchieta/SC, conforme Contrato de Repasse Nº 1.004.201-69/2013/Ministério das Cidades/Caixa.

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 EXTRATO CONTRATUAL
 Contrato Nº.: 117/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 Contratada...: RICARDO M. EBERT - ME
 Valor : 24.950,00 (vinte e quatro mil novecentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 07/10/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Aquisição de carretões agrícola e colheitadeiras de foragem de acordo com o convenio nº 2014TR0002216, que celebram entre si o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da secretaria de desenvolvimento regional de Dionísio Cerqueira.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 118/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: PRE LAJES MATERIAIS DE CONSTRUÇOES LTDA - EPP
Valor : 117.497,00 (cento e dezessete mil quatrocentos e noventa e sete reais)
Vigência : Início: 09/10/2014 Término: 31/03/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global com fornecimento de material e mão-de-obra necessária para troca da cobertura e melhorias do Ginásio Municipal Hilário Pompermayer de acordo com projeto, memorial descritivo e planilha orçamentaria e conforme o convenio Nº. 2014TR0002306 que celebram o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 119/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA
Valor : 55.880,00 (cinquenta e cinco mil oitocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 09/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de carretões agrícola e colheitadeiras de foragem de acordo com o convenio nº 2014TR0002216, que celebram entre si o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina por meio da secretaria de desenvolvimento regional de Dionísio Cerqueira.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 120/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: ARTEFATOS DE CIMENTO GUARACIABA LTDA - ME
Valor : 5.990,00 (cinco mil novecentos e noventa reais)
Vigência : Início: 10/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de Tubos de Concreto, para o setor de Agricultura, de acordo com o convenio nº 2014TR0002216 celebrado entre o Município de Anchieta e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 121/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: DOVILIO DOMINGOS PIOVEZANI - ME
Valor : 7.124,60 (sete mil cento e vinte e quatro reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 10/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de material de construção para

adequações da Creche Pro Infância Tipo C, lotada na Educação Infantil. Pagos com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 122/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA
Valor : 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
Vigência : Início: 10/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de Concreto Betuminoso usinado a quente e pintura de ligação para viabilizar a recomposição a pavimentação que foi removida em decorrência de obras de manutenção de redes de abastecimento de água e/ou coleta de esgotos sanitários realizados pela CASAN em ruas da cidade conforme os convênios nº 663/2014 e 671/2014 celebrados entre a CASAN e o Município de Anchieta, pagos com recursos da CASAN.

Anchieta, 3 de Novembro de 2014
Contrato Nº.: 123/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: CLAUDIA PREVEDELLO - ME
Valor : 4.988,80 (quatro mil novecentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 10/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 43/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de materiais de construção para reforma de unidade habitacional de acordo com o programa COHAB Cidadã para Reforma e Ampliação da casa do Sro. Leandro da Rosa, residente e domiciliado no Bairro Santa Lucia do Município de Anchieta - SC, conforme convenio Nº 2014TR00002290 que celebram entre si o Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina e o município de Anchieta/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 124/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: CONSTRUTORA DA CRUZ LTDA - ME
Valor : 250.487,64 (duzentos e cinquenta mil quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 22/10/2014 Término: 31/03/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global com fornecimento de materiais e mão-de-obra necessária para a execução da 1ª etapa da reforma da Praça Municipal Orestes Gheller, sendo a construção de uma área coberta para realização de eventos culturais e turísticos com 375m2, conforme contrato de repasse nº 1.002.522-5/2012/MTUR/CAIXA e o município de Anchieta, pago com recursos de convenio com o Governo Federal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 125/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: JUNIOR KRAEMER & CIA LTDA - ME
Valor : 1.579,00 (um mil quinhentos e setenta e nove reais)

Vigência : Início: 23/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de equipamento permanente (Micro-computador), para ser utilizado nas atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, pago com recursos próprios.

HOMOLOGAÇÃO FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/14
HOMOLOGAÇÃO: 09/10/14
CONTRATADO: PAPELARIA E BAZAR BOM JESUS LTDA - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material de expediente para uso na APAE, de acordo com repasse da Assistência Social, pago com recursos do EADE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 552,30 (quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos)
DATA: 03/11/14 - IVONETE RECALCATI - Gestora Do Fundo.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/14
HOMOLOGAÇÃO: 09/10/14
CONTRATADO: ELAINE MARIA PARISOTTO KRAEMER & FILHO LTDA - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material de expediente para uso na APAE, de acordo com repasse da Assistência Social, pago com recursos do EADE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 637,88 (seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos)
DATA: 03/11/14 - IVONETE RECALCATI - Gestora Do Fundo.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/14
HOMOLOGAÇÃO: 09/10/14
CONTRATADO: JUNIOR KRAEMER & CIA LTDA - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material de expediente para uso na APAE, de acordo com repasse da Assistência Social, pago com recursos do EADE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 190,50 (cento e noventa reais e cinquenta centavos)
DATA: 03/11/14 - IVONETE RECALCATI - Gestora Do Fundo.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/14
HOMOLOGAÇÃO: 09/10/14
CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material de expediente para uso na APAE, de acordo com repasse da Assistência Social, pago com recursos do EADE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 282,20 (duzentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)
DATA: 03/11/14 - IVONETE RECALCATI - Gestora Do Fundo.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/14
HOMOLOGAÇÃO: 09/10/14
CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material de expediente para uso na APAE, de acordo com repasse da Assistência Social, pago com recursos do EADE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 283,60 (duzentos e oitenta e três reais e sessenta centavos)

DATA: 03/11/14 - IVONETE RECALCATI - Gestora Do Fundo.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/10/14
CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material permanente (Cadeira, Mesa Computador, Ar Condicionado e Bebedouro), para equipar sala de atendimento aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Pagos com recursos financeiros do IGD-PBF.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.495,00 (quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais)
DATA: 03/11/14 - IVONETE RECALCATI - Gestora Do Fundo.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/10/14
CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material permanente (Cadeira, Mesa, Computador, Ar Condicionado e Bebedouro), para equipar sala de atendimento aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Pagos com recursos financeiros do IGD-PBF.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.277,00 (três mil duzentos e setenta e sete reais)
DATA: 03/11/14 - IVONETE RECALCATI - Gestora Do Fundo.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/10/14
CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de material permanente (Cadeira, Mesa, Computador, Ar Condicionado e Bebedouro), para equipar sala de atendimento aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Pagos com recursos financeiros do IGD-PBF.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.580,00 (um mil quinhentos e oitenta reais)
DATA: 03/11/14 - IVONETE RECALCATI - Gestora Do Fundo.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/10/14
CONTRATADO: JUSCELINO LUIZ PANSERA & CIA LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higiene para manutenção das atividades (oficinas em grupos) desenvolvidas pelo CRAS junto aos beneficiários do Bolsa Família que participam das oficinas e grupos do CRAS. Pago com recurso Cofinanciados pelo Estado para custear os Serviços de Proteção Social Básica.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.565,25 (quatro mil quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)
DATA: 03/11/14 - IVONETE RECALCATI - Gestora Do Fundo.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/14
HOMOLOGAÇÃO: 23/10/14
CONTRATADO: RENATO ROSSATO - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higiene para manutenção das atividades (oficinas em grupos) desenvolvidas pelo CRAS junto aos beneficiários do Bolsa Família que participam das oficinas e grupos do CRAS. Pago com recurso Cofinanciados pelo Estado para custear os Serviços de Proteção Social Básica.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.632,79 (três mil seiscentos e trinta e

dois reais e setenta e nove centavos)
DATA: 03/11/14 - IVONETE RECALCATI - Gestora Do Fundo.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 023/2014
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
Contratada...: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA
Valor : 3.277,00 (três mil duzentos e setenta e sete reais)
Vigência : Início: 23/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de material permanente (Cadeira, Mesa, Computador, Ar Condicionado e Bebedouro), para equipar sala de atendimento aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Pagos com recursos financeiros do IGD-PBF.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 024/2014
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
Contratada...: JACKSON UBIRATAN VARGAS - ME
Valor : 1.580,00 (um mil quinhentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 23/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de material permanente (Cadeira, Mesa, Computador, Ar Condicionado e Bebedouro), para equipar sala de atendimento aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Pagos com recursos financeiros do IGD-PBF.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 025/2014
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
Contratada...: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - ME
Valor : 4.495,00 (quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 23/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de material permanente (Cadeira, Mesa, Computador, Ar Condicionado e Bebedouro), para equipar sala de atendimento aos beneficiários do Programa Bolsa Família. Pagos com recursos financeiros do IGD-PBF.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 026/2014
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA
Contratada...: JUSCELINO LUIZ PANSERA & CIA LTDA
Valor : 4.565,25 (quatro mil quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)
Vigência : Início: 23/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higiene para manutenção das atividades (oficinas em grupos) desenvolvidas pelo CRAS junto aos beneficiários do Bolsa Família que participam das oficinas e grupos do CRAS. Pago com recurso Cofinanciados pelo Estado para custear os Serviços de Proteção Social Básica.

HOMOLOGAÇÃO HOSPITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14
HOMOLOGAÇÃO: 30/10/14
CONTRATADO: JAQUELINE SILVESTRE 09028193995
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa para o fornecimento de marmitta e lanches para a alimentação de funcionários do Hospital Municipal Anchietaense que atendem em regime de plantão a noite e aos finais de semana, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.012,50 (um mil e doze reais e cinquenta centavos)
DATA: 03/11/14 - RITA BRESSAN DE LIMA - Diretora Administrativa.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14
HOMOLOGAÇÃO: 30/10/14
CONTRATADO: TANIA MARIA TODESCATTO BONATTO 98587595920
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
OBJETO: Registro de Preço para contratação de empresa para o fornecimento de marmitta e lanches para a alimentação de funcionários do Hospital Municipal Anchietaense que atendem em regime de plantão a noite e aos finais de semana, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.934,20 (três mil novecentos e trinta e quatro reais e vinte centavos)
DATA: 03/11/14 - RITA BRESSAN DE LIMA - Diretora Administrativa.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/14
HOMOLOGAÇÃO: 30/10/14
CONTRATADO: RICARDO ANDRESKI MOITA
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
OBJETO: Contratação de serviços médico, na forma de plantão médico na especialidade de clinica geral, a serem prestados no Hospital Municipal Anchietaense (Segunda/Terça, Terça/Quarta, Quarta/Quinta e Sexta/Segunda), conforme escala elaborada pelo Hospital, no período de agosto a dezembro de 2014, pago com recursos próprios.
VALOR DA DESPESA: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)
DATA: 03/11/14 - RITA BRESSAN DE LIMA - Diretora Administrativa.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/14
HOMOLOGAÇÃO: 30/10/14
CONTRATADO: RENAN PRIGOL ME
CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
OBJETO: Contratação de serviços médico, na forma de plantão médico na especialidade de clinica geral, a serem prestados no Hospital Municipal Anchietaense (Segunda/Terça, Terça/Quarta, Quarta/Quinta e Sexta/Segunda), conforme escala elaborada pelo Hospital, no período de agosto a dezembro de 2014, pago com recursos próprios.
VALOR DA DESPESA: R\$ 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais)
DATA: 03/11/14 - RITA BRESSAN DE LIMA - Diretora Administrativa.

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 027/2014
Contratante.: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

Contratada....: RENAN PRIGOL ME
Valor : 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 30/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de serviços médico, na forma de plantão médico na especialidade de clinica geral, a serem prestados no Hospital Municipal Anchietense (Segunda/Terça, Terça/Quarta, Quarta/Quinta e Sexta/Segunda), conforme escala elaborada pelo Hospital, no período de agosto a dezembro de 2014, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 028/2014
Contratante...: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
Contratada....: RICARDO ANDRESKI MOITA
Valor : 39.000,00 (trinta e nove mil reais)
Vigência : Início: 30/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de serviços médico, na forma de plantão médico na especialidade de clinica geral, a serem prestados no Hospital Municipal Anchietense (Segunda/Terça, Terça/Quarta, Quarta/Quinta e Sexta/Segunda), conforme escala elaborada pelo Hospital, no período de agosto a dezembro de 2014, pago com recursos próprios.

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 499/2014

PORTARIA Nº 499/2014.

Exonera a pedido por ingresso em novo cargo de provimento efetivo do Quadro do Município de Antonio Carlos a servidora AURINEIDE BESEN dá outras providencias.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido por ingresso em novo cargo de provimento efetivo do Quadro do Município de Antonio Carlos, AURINEIDE BESEN, detentora da matrícula nº 937, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 057.377.739-069, do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos iniciam-se a partir de 05 de novembro de 2014.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de novembro de 2014.

PORTARIA N 500/2014

PORTARIA Nº 500/2014.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, AURINEIDE BESEN, para o cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II, a partir de 05 de novembro de 2014, para atuar na Secretaria de Administração e Finanças, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de novembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de novembro de 2014.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 024/2014**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 024/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 005/2014 - Pregão Presencial 002/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: OLIVEIRA CULTIVO E COMÉRCIO DE GRAMAS LTDA; Objeto: aditar quantitativamente o presente contrato, que consiste na "locação de Caminhão Truck Traçado 6x4, para prestação de serviços de 2.000 horas, na manutenção e reparos nas vias públicas em toda a sua extensão e em casos especiais de socorro em desastres naturais para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos"; Quantidade Aditivada: 500 (quinhentas) horas de caminhão Truck Traçado 6x4, totalizando 2.500 (duas mil e quinhentas) horas de locação veicular; Valor do Aditivo: R\$ 29.750,00 (vinte e nove mil setecentos e cinquenta reais); Valor do Contrato Aditivado: R\$ 148.750,00 (cento e quarenta e oito mil setecentos e cinquenta reais).

Antônio Carlos, 31 de outubro de 2014.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 154/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 154/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 092/2014 - Pregão Presencial nº. 060/2014; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA - ME; Objeto: aquisição parcelada de material permanente e consumo para uso da Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria da Saúde e Assistência Social do município, de Antônio Carlos/SC; Valor: R\$ 6.546,00 (seis mil quinhentos e quarenta e seis reais); Prazo: 30/10/2014 - 30/10/2015.

Antônio Carlos, 30 de outubro de 2014.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Arroio Trinta**PREFEITURA****LEI Nº 1711**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1711, DE 03/11/2014.

Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**Disposições Gerais****Seção I****Dos Princípios e Diretrizes da Ação Administrativa**

Art. o A administração pública do Município de Arroio Trinta atuará em observância aos seguintes princípios e diretrizes:

I - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

II - promoção do desenvolvimento sustentado do Município;

III - melhoria da qualidade e da abrangência dos serviços públicos municipais, que deverão observar os princípios da universalidade, igualdade, modicidade e adequação;

IV - democratização da ação administrativa, através da integração dos cidadãos à vida político-administrativa do Município, e da criação de canais de participação para o controle da qualidade dos serviços públicos e para a discussão e busca de solução para os problemas econômicos e sociais locais;

V - aprimoramento da capacidade institucional da Administração Municipal, através do estabelecimento de um modelo de gestão de orientação finalística, com os seguintes eixos:

a) adoção da gestão integrada de políticas públicas;

b) democratização de processos e ênfase em produtos, processos e resultados;

c) valorização e envolvimento funcional dos servidores públicos municipais;

d) promoção de lideranças e estímulo à articulação e à integração de iniciativas;

e) instituição de indicadores objetivos de avaliação de desempenho, visando o aumento do grau de eficiência e responsabilidade dos gestores públicos;

f) racionalidade das decisões sobre a alocação de recursos, preservação do equilíbrio das contas municipais e aumento da capacidade de investimento do Município;

VI - entrosamento permanente com o Estado e a União para obtenção de melhores resultados na prestação de serviços de competência concorrente.

Seção II**Do Processo de Planejamento Integrado**

Art. o. A elaboração e a execução dos planos e programas do Governo Municipal de Arroio Trinta serão objeto de permanente coordenação, acompanhamento e avaliação em todos os níveis, mediante a atuação integrada dos órgãos municipais.

Art. o. O Prefeito, juntamente com os Secretários Municipais e titulares de órgãos de igual nível hierárquico, conduzirá o processo de planejamento, garantindo sua integração e a compatibilização de metas, objetivos, planos e programas globais e setoriais com os orçamentos anuais e planos plurianuais.

Art. o. Todos os órgãos da Administração serão acionados

permanentemente no sentido de:

- I - conhecer os problemas e demandas da população e propor soluções sociais e econômicas compatíveis com a realidade local e com os objetivos comuns da Administração Municipal;
- II - definir e operacionalizar os objetivos da ação governamental;
- III - acompanhar a execução de programas, projetos e atividades que lhes são afetos e avaliar periodicamente seus resultados;
- IV - manter articulação permanente com os demais órgãos visando à integração e à complementaridade de ações, bem como à revisão e à adequação de objetivos, programas e projetos.

Art. o. Os planos e programas decorrentes de políticas públicas setoriais que, por sua relevância e externalidades, devam ser tratados em conjunto serão desenvolvidos através de grupos temáticos de trabalho, integrados pelos Secretários Municipais e titulares de órgãos de igual nível hierárquico, cuja atuação se situe no âmbito dessas finalidades.

CAPÍTULO II

Da Organização Básica da Prefeitura

Art. o. Os órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, diretamente subordinados ao Chefe do Executivo, serão agrupados como:

I - Órgãos de assessoramento, com a responsabilidade de assistir ao Prefeito e aos dirigentes de alto nível hierárquico no planejamento, na organização e no acompanhamento e controle dos serviços municipais:

a) Gabinete do Prefeito;

b) Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

II - Órgãos de administração específica, que têm a seu cargo a execução dos serviços considerados finalísticos da Administração Municipal:

a) Secretaria Municipal de Educação;

b) Secretaria Municipal de Saúde;

c) Secretaria Municipal de Assistência Social;

d) Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura;

e) Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços;

f) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

g) Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo.

III - Os Conselhos Municipais compõem os órgãos colegiados de assessoramento, com atribuições especificadas na legislação pertinente.

§1º. São subordinados ao Prefeito Municipal, por linha de autoridade integral, os órgãos previstos nos incisos I, II e III.

§2º. São vinculados às Secretarias Municipais, por linha de coordenação, os Conselhos e os Fundos Municipais correspondentes às suas respectivas áreas de atuação.

§3º. As competências, a composição e a forma de funcionamento dos órgãos colegiados são estabelecidas em legislação específica.

CAPÍTULO III

Da Competência dos Órgãos

Seção I

Do Gabinete do Prefeito

Art. o. O Gabinete do Prefeito tem por finalidade:

I. o assessoramento ao Prefeito na condução dos assuntos administrativos do Governo Municipal e nas relações com os dirigentes e representantes dos órgãos municipais e com os cidadãos e movimentos sociais;

II. a coordenação dos serviços de cerimonial, eventos, comunicação social e imagem institucional da Administração Municipal;

III. o apoio ao Prefeito no relacionamento com órgãos e entidades públicos e privados e no desenvolvimento da política de relações internacionais do Município, visando à criação de parcerias e de programas e projetos de cooperação;

IV. a articulação com outros Municípios e instituições públicas e privadas, visando ao intercâmbio de informações técnicas e

experiências e ao estabelecimento de parcerias em assuntos de gestão municipal;

V. a prestação dos serviços de expediente, de apoio administrativo e de recepção e atendimento ao público no âmbito do Gabinete;

VI. a coordenação da correspondência e da agenda institucional do Prefeito;

VII. a preparação, o encaminhamento e a publicação de atos de Governo;

VIII. o auxílio nas campanhas publicitárias institucionais de interesse público em articulação com as demais unidades administrativas;

IX. a manutenção de sistema interno para recolhimento e circulação de matéria informativa, notícias, temas, assuntos ou outras divulgações que interessam à Administração Municipal;

X. a elaboração de boletins, programas de apresentações oportunas para a imprensa, rádio ou televisão e registro fotográfico dos acontecimentos e eventos municipais;

XI. a orientação na edição do Boletim Oficial do Município e outras publicações jornalísticas de interesse da Administração Municipal;

XII. a manutenção de sistema de arquivamento dos elementos usados para a confecção de material informativo e registro e manutenção dos atos normativos do Executivo Municipal;

XIII. a cooperação nas atividades, a cargo do Município, de defesa civil e de prevenção e combate a situações de risco em decorrência de eventos ambientais adversos, em articulação com os demais órgãos municipais, estaduais e federais;

XIV. o desempenho de outras competências afins.

Parágrafo único. O Gabinete do Prefeito apresenta a seguinte estrutura interna:

I - Chefia de Gabinete;

II - Assessoria Jurídica;

III - Coordenação de Cerimonial e Imprensa;

Seção II

Da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Art.. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças é o órgão da Administração Municipal encarregado de planejar, identificar, lançar, arrecadar, movimentar, aplicar, registrar, pagar, controlar e fiscalizar os recursos financeiros do Município, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro entre as receitas e despesas, na forma e condições desta Lei e demais legislação aplicável, tendo por finalidade:

I. a execução da política financeira e fiscal do Município;

II. a inscrição, o lançamento e a arrecadação dos tributos municipais, bem como a fiscalização decorrente;

III. a guarda e a movimentação de numerário e demais valores municipais;

IV. a escrituração contábil financeira, orçamentária e patrimonial;

V. a elaboração de planos e prestações de contas de recursos financeiros, inclusive de convênios;

VI. a análise e a elaboração de balanços, balancetes e demais documentos afins exigidos pela legislação em vigor;

VII. o processamento da despesa e a manutenção dos registros e controles contábeis da administração financeira, orçamentária e patrimonial do Município;

VIII. o encaminhamento ao Tribunal de Contas das informações previstas em resoluções e regulamentos sobre a execução financeira, orçamentária e patrimonial e demais atos de gestão pública, seja documental ou por transmissão de dados;

IX. o arquivamento de documentos relativos à movimentação financeira, orçamentária e patrimonial;

X. o gerenciamento da origem dos recursos vinculados para utilização exclusiva ao objeto de sua vinculação;

XI. o controle da movimentação de transferências financeiras recebidas de órgãos do Estado e da União, inclusive de outros fundos especiais;

XII. a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;

XIII. a elaboração de relatórios informativos referentes à situação financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura;

XIV. zelar pelo cumprimento de dispositivos constitucionais quanto aos percentuais de aplicação em educação e em ações e serviços de saúde;

XV. zelar pelo cumprimento de gastos com pessoal, de acordo com a limitação prevista na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

XVI. a administração da Dívida Ativa do Município, incluindo a inscrição, a redução, o parcelamento e aplicação de penalidades em relação a créditos inscritos em dívida ativa;

XVII. a emissão de documentos próprios para recolhimento de tributos;

XVIII. a expedição de certidões de débitos fiscais e de dívida ativa;

XIX. a instrução, análise e decisão em processos administrativos relativos à isenção, repetição de indébito, remissão total ou parcial de crédito tributário devidamente inscrito, em razão de situação econômica do sujeito passivo;

XX. a coordenação das atividades de desenvolvimento de recursos humanos e de administração de pessoal da Prefeitura, inclusive as relativas a:

a. recrutamento, seleção, avaliação de desempenho, sistema de carreiras, planos de lotação e demais atividades de natureza técnica de administração de pessoal e desenvolvimento de recursos humanos;

b. direitos e deveres, registros funcionais e controle de frequência, elaboração das folhas de pagamento e demais assuntos relacionados aos prontuários do pessoal da Prefeitura;

c. desenvolvimento técnico-profissional dos servidores através de ações de capacitação e treinamento, a partir da identificação de suas necessidades;

d. segurança no trabalho e bem estar do pessoal da Prefeitura.

XXI. a coordenação do processo de modernização administrativa da Prefeitura em articulação com as Secretarias Municipais;

XXII. a coordenação dos serviços de informática no âmbito da Prefeitura, inclusive dos sistemas municipais de informações e o apoio técnico aos usuários desses serviços em todos os órgãos da Prefeitura;

XXIII. a organização dos serviços de suprimentos da Prefeitura, bem como a aquisição de materiais e contratação de bens e serviços;

XXIV. a gestão dos bens patrimoniais do Município;

XXV. a administração da infraestrutura necessária ao funcionamento do Paço Municipal no que diz respeito à limpeza, zeladoria, manutenção predial e conservação de bens, equipamentos e instalações;

XXVI. a coordenação das atividades de comunicação administrativa da Prefeitura, no que diz respeito ao recebimento, distribuição, controle, andamento e arquivamento de papéis e documentos;

XXVII. as ações de controle e auditoria de natureza contábil-financeira, operacional e de gestão de sistemas informatizados junto aos órgãos da Prefeitura;

XXVIII. a orientação quanto a normas e procedimentos relacionados aos processos operacionais da Prefeitura, sob os aspectos da eficiência, eficácia e economicidade;

XXIX. a comprovação da legalidade dos atos de que resultem arrecadação de receita ou a realização de despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações e a movimentação do patrimônio em geral;

XXX. a fiscalização dos dispositivos contidos nas leis vigentes, em especial na Lei de Responsabilidade Fiscal;

XXXI. o atendimento ao Controle Externo, exercido pelo Poder Legislativo e pelo Tribunal de Contas do Estado, no desempenho de sua missão institucional;

XXXII. o acompanhamento do cumprimento de recomendações decorrentes de auditorias internas e externas;

XXXIII. o desempenho de outras competências afins.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças apresenta a seguinte estrutura interna:

I - Supervisão de Finanças;
II - Diretoria de Contabilidade;
III - Diretoria de Gestão de Pessoas;
IV - Diretoria de Suprimentos.

Seção III Da Secretaria Municipal de Educação

Art.. A Secretaria Municipal de Educação tem por finalidade:

I. a proposição e coordenação das políticas e programas de educação de competência do Município, em coordenação com o Conselho Municipal de Educação, enfatizando o ensino público de qualidade, a democratização da educação infantil, do ensino fundamental, de jovens e adultos e da educação inclusiva e o aprimoramento do sistema municipal de ensino;

II. a implementação do processo de ensino-aprendizagem, com vistas à construção das competências necessárias à inclusão cidadã e ao desenvolvimento integral dos alunos do sistema de ensino a cargo da Prefeitura Municipal;

III. a valorização, o aperfeiçoamento e a qualificação dos professores municipais;

IV. a elaboração de planos, programas, e projetos de educação, em articulação com os órgãos estaduais e federais da área;

V. a garantia das condições de igualdade para o acesso e permanência do aluno na escola;

VI. a garantia da educação especial para pessoas com deficiência;

VII. a manutenção dos Centros de Educação Infantil e Escolas Básicas Municipais;

VIII. a organização e manutenção dos serviços de merenda escolar, transporte escolar, material didático e outros destinados à assistência ao educando;

IX. o desempenho de outras competências afins.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação apresenta a seguinte estrutura interna:

I - Diretoria Pedagógica.

Seção IV Da Secretaria Municipal de Saúde

Art. . A Secretaria Municipal de Saúde tem por finalidade:

I. a proposição e coordenação das políticas e diretrizes municipais de saúde, em coordenação com o Conselho Municipal de Saúde, zelando pelo cumprimento dos princípios e orientações do Sistema Único de Saúde - SUS;

II. a execução dos serviços de saúde municipais, embasados no planejamento, organização, controle e avaliação de seu desenvolvimento;

III. a coordenação das ações de vigilância à saúde, assegurando o cumprimento da legislação sanitária em vigor;

IV. o desenvolvimento de campanhas e programas de saúde coletiva em coordenação, no que couber, com entidades estaduais e federais;

V. a administração das unidades de assistência médica odontológica, bem como de outras modalidades de serviços sob responsabilidade do Município;

VI. a elaboração de estudos, pesquisas e levantamentos de dados permanentes visando subsidiar a formulação e o monitoramento dos planos e programas de saúde;

VII. a organização e atendimento de transporte para situações de Tratamento Fora do Domicílio do município de acordo com a legislação pertinente;

VIII. o desempenho de outras competências afins.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde apresenta a seguinte estrutura interna:

I. Diretoria de Atenção Integral à Saúde;

II. Diretoria de Fiscalização e Vigilância em Saúde.

Seção V**Da Secretaria Municipal de Assistência Social**

Art. . A Secretaria Municipal de Assistência Social tem por finalidade:

- I. a proposição e coordenação das políticas e programas de ação social do Município, em coordenação com o Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com as demais políticas governamentais locais e com a Lei Orgânica da Assistência Social;
 - II. a definição do Plano Municipal de Assistência Social;
 - III. a coordenação de estudos e pesquisas que subsidiem a formulação de planos e programas da área enfatizando a avaliação e o acompanhamento permanentes de seu desenvolvimento e da qualidade dos serviços e benefícios prestados;
 - IV. as ações de atendimento especializado à criança, ao adolescente, ao idoso, às famílias em situação de risco e demais grupos sociais específicos;
 - V. a implantação e o gerenciamento de centros comunitários, de referência, atendimento, albergamento e outros afins às atividades da Secretaria;
 - VI. a coordenação dos serviços de prestação de benefícios e demais ações que integram os sistemas de proteção social básica e especial;
 - VII. a supervisão de atuação de entidades conveniadas ou parceiras nas ações de assistência social;
 - VIII. o desempenho de outras competências afins.
- Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Assistência Social apresenta a seguinte estrutura interna:
- I. Diretoria de Proteção Social Básica.

Seção VI**Da Secretaria Municipal Planejamento e Infraestrutura**

12. A Secretaria Municipal de Planejamento e Infraestrutura tem por finalidade:

- I. a coordenação e condução do planejamento físico-territorial do Município, bem como a elaboração e a atualização de seus instrumentos e o acompanhamento permanente de sua execução;
- II. a coordenação, o ordenamento e o controle do parcelamento do solo urbano, mediante a adoção de uma política de uso e ocupação que garanta o controle da expansão e dos vazios urbanos, a proteção e recuperação do ambiente e a manutenção de características do ambiente natural, conforme o Plano Diretor e legislação correlata;
- III. a elaboração e implantação dos instrumentos estabelecidos pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), em articulação com os órgãos municipais afins;
- IV. a elaboração de estudos e projetos habitacionais e de infraestrutura a cargo da Prefeitura, de obras públicas municipais e os respectivos orçamentos;
- V. a viabilização técnica de obra pública a ser executada, sua conveniência e utilidade para o interesse público, indicando os prazos para o início e a conclusão de cada empreendimento;
- VI. a coordenação de projetos e programas habitacionais de interesse social e de regularização fundiária, em todas as suas fases;
- VII. a orientação, a regulação e a coordenação da atividade edilícia no Município, conforme as diretrizes e parâmetros estabelecidos pelo Plano Diretor, lei de uso do solo e regulamentos de polícia das construções;
- VIII. execução e coordenação do licenciamento urbanístico, incluindo a análise, a aprovação de projeto e a emissão da respectiva licença de obras particulares, os projetos de parcelamento do solo; de localização e de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços; a vistoria e emissão de "habite-se";
- IX. a fiscalização do cumprimento das normas de poder de polícia urbanística referentes às construções particulares, ao uso e parcelamento do solo, à localização e ao funcionamento de estabelecimentos, à preservação da paisagem urbana e às posturas

municipais;

- X. a execução de trabalhos topográficos e de agrimensura, indispensáveis aos projetos e serviços a cargo da Secretaria, bem como para efeito de informações para emissão de certidões, atualização cadastral e processos de licenciamento;
- XI. a proposição, o acompanhamento e a supervisão dos projetos urbanísticos e arquitetônicos a cargo de terceiros, tendo em vista o desenvolvimento urbano, a estética urbana e a preservação do ambiente natural;
- XII. a gestão do sistema municipal de informações territoriais, promovendo a integração de diferentes bases de dados, incluindo cadastrais e cartográficas;
- XIII. a realização de estudos e estatísticas, além da formulação de indicadores e parâmetros para a compreensão e o acompanhamento da dinâmica territorial;
- XIV. a gestão do cadastro técnico municipal, mantendo atualizada base de informações relativas aos imóveis (lotes e edificações), às quadras, aos logradouros, aos equipamentos urbanos, à rede de infraestrutura, ao zoneamento, aos valores imobiliários, ao licenciamento urbanístico e ao controle do uso do solo;
- XV. a manutenção e atualização do sistema de informações para política habitacional, incluindo cadastro de beneficiários dos programas habitacionais a cargo do Município;
- XVI. a negociação com os agentes financiadores, públicos e privados, para viabilizar projetos e captar recursos para implementação da política habitacional;
- XVII. o desenvolvimento de programas e ações voltados para a regularização fundiária, no âmbito da política habitacional do Município;
- XVIII. a ampliação do acesso a lotes mínimos, dotados de infraestrutura básica e servidos por transporte coletivo;
- XIX. a prestação de assistência técnica aos projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços;
- XX. a articulação com órgãos regionais estaduais e federais na promoção de programas de habitação popular e, quando couber, o estímulo à iniciativa privada para que haja aumento da oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população;
- XXI. a execução, a construção, a manutenção e a conservação de obras públicas, instalações e mobiliário urbano em geral;
- XXII. a manutenção e conservação das edificações próprias municipais e suas respectivas instalações, observando aspectos construtivos, estéticos e funcionais de modo a garantir segurança, eficiência, acessibilidade e economicidade;
- XXIII. a coordenação de medidas visando a integração das ações de manutenção, a conferência de padrões de qualidade e de economia dos serviços de manutenção dos próprios municipais e a prestação de apoio técnico e logístico às Secretarias Municipais que executam diretamente essas atividades;
- XXIV. a execução de serviços de manutenção, pavimentação e conservação de vias urbanas e logradouros, implantação e manutenção de drenagem pluvial, desassoreamento de rios, construção de galerias e redes coletoras de água, de passeios públicos, de calçadas;
- XXV. a manutenção e conservação dos logradouros públicos, praças, parques e jardins municipais;
- XXVI. a organização, manutenção e supervisão dos serviços de iluminação pública, no seu âmbito de atuação, em articulação com os órgãos competentes do Estado;
- XXVII. a organização, manutenção e supervisão dos serviços de varrição, limpeza, coleta, transbordo e destinação final adequada dos resíduos sólidos;
- XXVIII. a administração dos cemitérios municipais e a regulamentação e fiscalização dos serviços funerários;
- XXIX. a administração do terminal rodoviário, nos aspectos relacionados à conservação e manutenção predial, bem como a supervisão dos serviços terceirizados de limpeza e administração do equipamento;
- XXX. a conservação, manutenção e administração da frota de

veículos pesados, máquinas e equipamentos da Prefeitura, bem como responsabilizar-se por sua guarda, distribuição e controle de peças de reposição, da quilometragem, de combustível e de lubrificantes de cada equipamento;

XXXI. a promoção do abastecimento das unidades rodoviárias da frota da Secretaria, mediante controle detalhado por unidade e do combustível aplicado, quando sob sua guarda e responsabilidade;

XXXII. a administração do material, das ferramentas e dos equipamentos de obras, construção e instalações da Prefeitura, bem como responsabilizar-se por seu armazenamento, distribuição e controle;

XXXIII. a execução e a supervisão dos serviços relativos às obras de aterro e terraplanagem necessárias às obras municipais;

XXXIV. o desempenho de outras competências afins.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Infraestrutura tem a seguinte estrutura interna:

I. Supervisão de Infraestrutura Viária;

II. Diretoria de Infraestrutura;

III. Diretoria de Obras e Transportes;

IV. Diretoria de Urbanismo.

Seção VII

Da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços

Art. 13 - A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços tem por finalidade:

I. a proposição e a coordenação da execução das políticas municipais de desenvolvimento da indústria, de expansão do comércio e serviços;

II. o levantamento das potencialidades do Município e a sua divulgação objetivando a atração de novos negócios;

III. a articulação com as classes produtoras do Município, visando à identificação de demandas e ao desenvolvimento de ações de apoio e incentivo à expansão de empreendimentos no Município;

IV. a coordenação da política industrial do Município, em consonância com as diretrizes fixadas pelo Plano Diretor, política ambiental e de desenvolvimento turístico, articulando-se com os órgãos municipais e estaduais competentes;

V. a articulação com as câmaras de diretores lojistas e outros setores organizados e de classe para atendimento e discussão dos assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico do Município;

VI. a realização de estudos para a diversificação econômica e dinamização do empreendedorismo em consonância com os princípios de desenvolvimento sustentável;

VII. a intermediação nos processos de licenciamento da atividade econômica no Município, articulando-se com os órgãos competentes para a desburocratização e rápida resposta ao empreendedor;

VIII. a elaboração de estudos e adoção de medidas de apoio à pequena e microempresa, em articulação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e demais órgãos municipais e estaduais;

IX. o desenvolvimento, em articulação com os órgãos municipais e estaduais de planejamento e tributos, de política de incentivos fiscais;

X. realização de estudos e ações visando a realização de cursos, treinamento e capacitação de mão de obra, empreendedorismo e formação de lideranças;

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Indústria e Comércio tem a seguinte estrutura interna:

I. Diretoria Geração de Emprego e Renda.

Seção VIII

Da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo.

Art. 14 - À Secretaria Municipal de Cultura e Esportes e Turismo compete o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das atividades culturais e desportivas e de turismo por ela desenvolvidas e a administração dos espaços e instalações municipais voltados para estas finalidades, incluindo:

I. a implantação da política municipal de Cultura, Esportes e Turismo;

II. a elaboração e divulgação do calendário anual de eventos culturais, esportivos e turísticos em articulação com as Secretarias Municipais;

III. o cadastramento das associações e entidades culturais, desportivas e turísticas locais e propor medidas de incentivo e apoio àquelas que estejam sintonizadas com as necessidades dos bairros;

IV. a proposição de convênios e contratos com entidades afins, públicas e privadas, visando ao patrocínio e ao apoio financeiro para projetos e o gerenciamento de sua execução;

V. a normatização, a supervisão e a administração do uso e da manutenção dos equipamentos, materiais e das Unidades Culturais, Esportivas e Turísticas do Município;

VI. a promoção e participação em estudos, debates, pesquisas, seminários, estágios e reuniões que possam contribuir para o desenvolvimento artístico, cultural, literário, do esporte, do lazer e do turismo sob o ponto de vista estrutural e científico;

VII. a articulação com as demais Secretarias buscando linhas de atuação integradas que viabilizem a atividade cultural, turística e a prática esportiva em conformidade às políticas de educação, saúde, meio ambiente, assistência social e desenvolvimento urbano e rural;

VIII. a realização de convênios com entidades públicas e privadas, com o objetivo de promover a manifestação cultural, do turismo e o esporte como lazer e forma de integração social;

IX. a administração da Biblioteca Pública Municipal;

X. a organização do acervo de documentos, peças e artigos de significativo valor histórico e cultural, promovendo, quando necessário, a sua recuperação e adequada conservação;

XI. o desempenho de outras competências afins.

XII. a difusão e a construção da imagem de Arroio Trinta como destino turístico, a oferta e os serviços disponíveis, promovendo a cidade segundo as políticas e estratégias de marketing e as diretrizes de desenvolvimento econômico fixadas pelo Governo Municipal;

XIII. o desenvolvimento de política de incentivos ao incremento do turismo de negócios, ecológicos, cultural e étnico;

XIV. a organização, promoção e realização de festivais, exposições, feiras, congressos e outros eventos de caráter cívico, educativo, cultural e de negócios, estimulando valores e características culturais, turísticas e ambientais do Município e da região;

XV. a implementação de acordos, convênios e parcerias com entidades governamentais ou privadas, no âmbito estadual, federal ou internacional para a elaboração, a divulgação e a realização de projetos e eventos turísticos;

XVI. a organização do calendário de eventos do Município, em articulação com as demais Secretarias e órgãos de interesse;

XVII. a manutenção, a criação e a consolidação dos atrativos turísticos, melhorando constantemente a infraestrutura receptiva, responsabilizando-se pela administração e pela coordenação de centros de atendimento e informações ao turista;

XVIII. a contratação, a elaboração, a reprodução e a distribuição de mapas, folhetos e material de promoção dos atrativos turísticos, inclusive publicidade oficial em articulação com o Gabinete do Prefeito;

XIX. a organização de base de dados de interesse turístico através de pesquisa, levantamento de informações e monitoramento da oferta de hotéis e pousadas, estabelecimentos comerciais de interesse, articulando-se com as entidades e órgãos do setor em âmbito local, regional e nacional;

XX. a viabilização das ações do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - PRODETUR-SUL, em articulação institucional no próprio Município e nas esferas estadual e nacional, pública e privada.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes tem a seguinte estrutura interna:

I. Diretoria de Esporte;

II. Diretoria de Cultura;
III. Diretoria de Turismo.

Seção IX

Da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

Art. 15 - A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente tem por finalidade:

I. a proposição e a coordenação da execução das políticas municipais de desenvolvimento rural, agrícola, pecuário e proteção ambiental em âmbito municipal;

II. a realização de estudos e a prestação de medidas visando ao desenvolvimento das atividades agropecuárias no Município e sua integração à economia local e regional;

III. o levantamento das potencialidades do Município e o seu planejamento objetivando o desenvolvimento econômico do setor;

IV. a articulação com entidades públicas e privadas para a promoção de convênios e a implantação de programas e projetos nas áreas de agropecuária;

V. a proposição e desenvolvimento de políticas de apoio ao produtor rural, incluindo programas e projetos nas áreas de agricultura, abastecimento e inspeção;

VI. a articulação com entidades afins, públicas e privadas, e com grupos de produtores locais visando ao desenvolvimento de pesquisas e a difusão de tecnologias apropriadas aos empreendimentos rurais do Município;

VII. a orientação e o incentivo para a formação de associações, cooperativas e outras modalidades de organização voltadas para a produção agropecuária;

VIII. o desenvolvimento de programas de assistência técnica às atividades agropecuárias do Município;

IX. o apoio aos proprietários rurais do Município, atuando como mediador e negociador junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e à Secretaria da Receita Federal, nas questões fundiárias, tributárias e de cadastro rural, incluindo o mapeamento e titulação de propriedades;

X. o planejamento, a coordenação e a direção da elaboração do Plano Diretor Rural, visando à ordenação do crescimento e desenvolvimento da zona rural do Município;

XI. a promoção de medidas visando à aplicação correta de defensivos e fertilizantes, incentivando a proteção do solo e a saúde do trabalhador rural;

XII. o incentivo ao ensino formal e informal relacionados às atividades econômicas da Secretaria, articuladamente com as Secretarias Municipais, além de universidades e institutos de pesquisa;

XIII. o incentivo à implantação de hortas comunitárias nos bairros e comunidades do interior, onde elas não existem;

XIV. o incentivo ao desenvolvimento da agricultura orgânica;

XV. a organização e implantação de feiras para a comercialização dos produtos diretamente do produtor ao consumidor;

XVI. a participação em eventos e promoções relacionados com o setor agropecuário e demais atividades de relacionadas à Secretaria;

XVII. a organização e implementação, ao nível municipal, da política de comercialização de hortifrutigranjeiros, seja através de feiras ou de centrais de abastecimento com a finalidade de agilizar a comercialização e o consumo destes produtos;

XVIII. o desenvolvimento de ações que visem ao melhoramento genético dos rebanhos e da defesa sanitária animal;

XIX. a implantação de açudes, a realização de obras de irrigação e demais práticas visando ao desenvolvimento da piscicultura;

XX. a coordenação dos trabalhos referentes à preservação das microbacias rurais;

XXI. o incentivo, a industrialização, a conservação e a comercialização de produtos agropecuários, observando as normas de inspeção sanitária e qualidade dos produtos;

XXII. a orientação dos produtores rurais relativamente à abertura de crédito rural, junto aos órgãos financeiros públicos e privado;

XXIII. definir espaços de controle e preservação ambiental de

interesse público e social do Município, encaminhando o respectivo processo de tombamento, conforme o caso;

XXIV. promover a educação ambiental, em parceria com a Secretaria de Educação, em todos os níveis e modalidades de ensino e a conscientização pública para o respeito ao meio ambiente;

XXV. coibir, por todos os meios legais, eventos competitivos que submetam animais a confrontos de crueldade;

XXVI. proteger a fauna e a flora, evitando práticas que as coloquem em risco;

XXVII. a manutenção e a preservação do equilíbrio ambiental do Município e a garantia de exploração racional e sustentável dos recursos naturais, executando o combate à poluição, à degradação provenientes da ocupação desordenada e a degradação dos ecossistemas;

XXVIII. a proposição e a coordenação das políticas públicas de meio ambiente no Município, integrando o Sistema Nacional de Meio Ambiente no âmbito das competências municipais;

XXIX. o gerenciamento do processo de licenciamento e fiscalização ambiental no Município, em coordenação com os sistemas estadual e nacional.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente tem a seguinte estrutura interna:

I. Diretoria de Agricultura;

II. Diretoria de Proteção ao Meio Ambiente.

Art. 16 - A Assessoria Jurídica do Município prestará o assessoramento necessário à JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

CAPÍTULO IV

Dos Princípios Gerais de Delegação e Exercício de Autoridade

Art. 17. O Prefeito e os Secretários, salvo hipóteses expressamente contempladas em lei, deverão permanecer livres de funções meramente executórias e da prática de atos relativos à rotina administrativa ou que indiquem simples aplicação de normas estabelecidas.

Parágrafo único. O encaminhamento de processos e outros expedientes às autoridades mencionadas neste artigo, ou a avocação de qualquer caso por essas autoridades, apenas se dará quando:

I. o assunto se relacione com ato praticado pessoalmente pelas autoridades citadas;

II. se enquadre simultaneamente na competência de vários órgãos subordinados diretamente ao Secretário ou não se enquadre precisamente na competência de nenhum deles;

III. incida ao mesmo tempo no campo das relações da Prefeitura com a Câmara ou com outras esferas de Governo;

IV. for para reexame de atos manifestamente ilegais ou contrários ao interesse público;

V. a decisão importar em precedente que modifique prática vigente no Município.

Art. 18. Ainda com o objetivo de reservar às autoridades superiores as funções de planejamento, organização, coordenação, controle e supervisão, e de acelerar a tramitação administrativa, serão observados, no estabelecimento de rotinas de trabalho e de exigências processuais, entre outros princípios racionalizadores, os seguintes:

I. todo assunto será decidido em nível hierárquico inferior e, para isso:

a. as chefias imediatas que se situam na base da organização devem receber a maior soma de poderes decisórios, principalmente em relação a assuntos rotineiros;

b. a autoridade competente para proferir a decisão ou ordenar a ação deve ser a que se encontre no ponto mais próximo àquele em que a informação se complete ou em que todos os meios e formalidades requeridos por uma operação se concluam;

c. a autoridade competente não poderá escusar-se de decidir, protelando por qualquer forma o seu funcionamento ou encaminhando

o caso à consideração superior ou de outra autoridade.

II. os contatos entre os órgãos da Administração Municipal, para fins de instrução de processo, far-se-ão diretamente de órgão para órgão.

CAPÍTULO V

Das Funções Gratificadas

Art. 19. Ficam criadas Funções Gratificadas de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e destinadas ao desempenho de encargos de especial responsabilidade que não justificam a criação de cargos, nas quantidades e valores, previstos no Anexo III desta Lei.

Parágrafo Único - O valor de remuneração das Funções Gratificadas corresponderá a frações percentuais do Nível VIII da tabela de Vencimentos do Plano de Cargos e Carreiras do Quadro Geral do Município.

Art. 20. As funções de confiança que serão gratificadas, somente serão devidas enquanto perdurarem as atividades e não poderão ser percebidas cumulativamente a outra função de confiança ou cargo em comissão.

Art. 21. É vedado atribuir função gratificada de confiança pelo exercício de atividade inerente exclusivamente ao cargo de carreira do servidor.

Art. 22. As funções gratificadas de confiança serão concedidas e livremente destituídas por ato do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VI

Dos Cargos e Funções de Direção, de Chefia e de Assessoramento

Art. 23. Para os efeitos desta Lei, os Secretários Municipais são considerados Agentes Políticos Municipais, nomeados pelo Prefeito e por ele exonerados quando assim julgar conveniente, vinculados a regime administrativo próprio e diferenciado do regime estatutário do Município.

Art. 24. Os subsídios dos Secretários Municipais serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, assegurada revisão geral na mesma data em que se proceder a do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Os vencimentos dos cargos comissionados constantes do Anexo I desta Lei serão revistos na mesma data e sem distinção de índices remuneratórios dos demais servidores do quadro permanente da Prefeitura.

Art. 25. Ficam criados os cargos de provimento em comissão, ordenados por símbolos e níveis de vencimentos e valores fixados constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 26. Os cargos em comissão estabelecidos nesta Lei destinam-se exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Art. 27. As nomeações de Agentes Políticos e dos ocupantes dos cargos em comissão obedecerão aos seguintes critérios:

I. os Secretários são de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal;

II. os assessores e dirigentes de unidades de nível inferior ao de Secretário ou equivalente serão nomeados ou designados pelo Prefeito, por indicação do respectivo Secretário ou titular de órgão de igual escalão hierárquico.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais

Art. 28. Os cargos em comissão diretamente relacionados com a estrutura organizacional das Secretarias Municipais têm seus

quantitativos, símbolos, níveis de vencimento e valores fixados no Anexo I desta Lei.

Art. 29. O Prefeito poderá criar por decreto órgãos colegiados sobre temas específicos considerados relevantes sempre que não implique aumento de despesa.

Art. 30. A Secretaria Municipal de Administração procederá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da vigência desta Lei, às modificações que se façam necessárias no Quadro de Pessoal, em decorrência da aplicação deste ato legal.

Art. 31. Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder no orçamento da Prefeitura aos ajustamentos que se fizerem necessários em decorrência da execução desta Lei, respeitados os elementos de despesa e as funções de governo.

Art. 32. Fica o Prefeito Municipal autorizado, para promover a implantação e implementação desta Lei, a abrir no orçamento do Município, quando necessário, créditos adicionais suplementares e especiais, de acordo com a LOA, bem como proceder aos ajustes por remanejamentos, transposições e transferências na forma explicitada no art. 167, XI, da Constituição da República.

Parágrafo único. As aberturas dos créditos adicionais suplementares e especiais ficam sujeitas às condições estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 33. Com a publicação desta Lei ficam revogadas as Leis Complementares nº 418/1992; 1600/28/09/2012; 1612/2012.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta - SC, 03 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 03 de novembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I - Cargos de Provimento em Comissão ordenados por Secretaria e valor de vencimento

ÓRGÃO ATUAL	CARGO EM COMISSÃO	SÍMBOLO	Nº	VENCIMENTO MENSAL (R\$)
GABINETE DO PREFEITO	Assessor Jurídico	CC2	01	4.500,00
	Chefe de Gabinete	CC4	01	2.380,53
	Coordenador de Cerimonial e Imprensa	CC5	01	1.733,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Supervisor de Finanças	CC3	01	3.004,56
	Diretor de Contabilidade	CC4	01	2.380,53
	Diretor de Gestão de Pessoas	CC4	01	2.380,53
	Diretor de Suprimentos	CC4	01	2.380,53
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Diretor Pedagógico	CC4	01	2.380,53
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Diretor de Atenção Integral à Saúde	CC4	01	2.380,53
	Diretor de Fiscalização e Vigilância em Saúde	CC4	01	2.380,53

SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	Diretor de Proteção Social Básica	CC4	01	2.380,53
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA	Supervisão de Infraestrutura Viária	CC3	01	3.004,56
	Diretor de Infraestrutura	CC4	01	2.380,53
	Diretor de Obras Transporte	CC4	01	2.380,53
	Diretor de Urbanismo	CC4	01	2.380,53
SECR. MUNICIPAL INDÚSTRIA, COM. E SERVIÇOS	Diretor de Geração de Emprego e Renda	CC4	01	2.380,53
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES E TURISMO	Diretor de Cultura	CC4	01	2.380,53
	Diretor de Esportes	CC4	01	2.380,53
	Diretor de Turismo	CC4	01	2.380,53
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Diretor de Agricultura	CC4	01	2.380,53
	Diretor de Proteção ao Meio Ambiente	CC4	01	2.380,53

Relação de Agentes Políticos com os Valores dos Subsídios

DENOMINAÇÃO	Nº	SUBSÍDIOS MENSAIS (R\$)
SECRETÁRIO MUNICIPAL	08	3.728,59

ANEXO II - DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO

GABINETE DO PREFEITO ASSESSOR JURÍDICO

Atribuições:

- Representar, judicialmente o município, defendendo seus direitos e interesses na área da administração;
- Prestar consultoria jurídica aos órgãos da Administração Municipal;
- Colaborar com o Prefeito, no controle da constitucionalidade e legalidade dos atos praticados pelo Executivo;
- Supervisionar e coordenar as atividades de Procuradoria Municipal;
- Promover e coordenar a elaboração de pareceres, minutas, anteprojatos de Leis, Decretos, Portarias, e outros atos administrativos;
- Examinar e opinar os processos de matéria de sua competência;
- Promover pesquisas bibliográficas, manter o acervo de obras doutrinárias e jurisprudenciais e coletânea de normas jurídicas;
- Promover e manter o arquivo de autógrafos de Leis e Decretos;
- Preparar a defesa do Prefeito Municipal em mandados de segurança, redigindo as informações necessárias, e assessorar os titulares dos demais órgãos da Administração Municipal e suas respectivas defesas.
- Defender os direitos e interesses do Município em juízo e em procedimentos administrativos, relacionados com matéria tributária, promovendo inclusive a cobrança da dívida ativa e dos demais créditos do município, desde que cobráveis por executivo fiscal;
- Defender o Município em juízo ou fora dele, em feitos ou processos que digam respeito a reivindicações de servidores públicos municipais ou envolvam pretensões de admissão ao serviço público Municipal;
- Executar, amigável ou judicialmente, desapropriações e projetos de alinhamento;

- Opinar nos processos administrativos referentes à desapropriação e preparar minuta dos respectivos atos sujeitos à assinatura do Prefeito;
- Fiscalizar e promover a cobrança de impostos de transmissão nos feitos judiciais, onde forem devidos;
- Intervir em processos judiciais ou administrativos referentes à autorização, permissão ou concessões de serviços públicos municipais;
- Assistir o Prefeito Municipal em assuntos de natureza jurídica e no controle interno da legalidade dos atos da Administração Municipal;
- Representar a Prefeitura em qualquer grau de jurisdição;
- Atuar, em nome da Municipalidade, nos feitos em que ela seja autora ou ré assistente ou oponente;
- Processamento, amigável ou judicial, das desapropriações decretadas pelo Prefeito, bem como a promoção do pagamento das indenizações devidas, propondo, quando for o caso, acordo, desde que expressamente autorizado pelo Prefeito;
- Cobrança judicial da dívida ativa;
- Processamento das indenizações de acidentes do trabalho;
- Lavratura dos contratos ou termos, fazendo as notificações administrativas correspondentes;
- Processamento de aluguel, arrendamento, foro e venda de imóveis municipais;
- Assistência jurídica ao Prefeito e aos órgãos da administração direta ou indireta;
- Assinatura de escrituras públicas ou particulares de compra, venda, desapropriações de imóveis, ou relativas a quaisquer cessões de direitos reais;
- Acompanhar, sob o aspecto jurídico, as atividades dos órgãos da administração direta ou indireta que possam levar o Município a litigar em Juízo e;
- Desempenhar outras atribuições expressamente cometidas pelo Prefeito Municipal.

CHEFE DE GABINETE

Atribuições:

- Coordenação das ações de competência dos assessores do Prefeito;
- Controlar, coordenar e orientar as audiências do Prefeito;
- Examinar e avaliar os atos do expediente e despachos que por ele devam ser assinados;
- Controlar o sistema legislativo inclusive os prazos de sanção e vetos de Leis, acompanhando a elaboração dos projetos de leis e de outras normas, prestando junto à Câmara, quando solicitado, as informações necessárias;
- Promover e supervisionar o sistema de comunicação, de veiculação e de publicidade dos atos de interesse do Poder Executivo;
- Controlar móveis e utensílios, instalações, equipamentos e material de consumo;
- Supervisionar o sistema de arquivo e protocolo do Gabinete;
- Promover a articulação interna e a integração intersetorial da Prefeitura;
- Dirigir os serviços do Gabinete do Prefeito, exercendo o controle das atividades do pessoal deste;
- Auxiliar o Prefeito nas suas atividades administrativas;
- Manter coordenação entre o gabinete e as demais unidades administrativas do Município;
- Examinar processos, atos e informações antes de submetê-los ao julgamento do Prefeito;
- Encaminhar ou dar solução aos assuntos que independam de providência do Prefeito;
- Produzir os atos oficiais que devam ser assinados pelo Prefeito;
- Incumbir-se do preparo e despacho do expediente do Prefeito e de sua pauta de audiências; Executar outras tarefas correlatas.

COORDENADOR DE CERIMONIALEIMPRESA

Atribuições:

- organizar a agenda e controle de eventos e cerimoniais do

prefeito e da municipalidade;

- registrar a nominata das autoridades presentes às reuniões plenárias e aos atos de homenagens da Prefeitura Municipal;
- elaborar e atualizar os procedimentos protocolares de estilo e praxe;
- fornecer a base de apoio para a execução dos trabalhos do Coordenador de Cerimonial.
- Promover e manter o sistema de comunicação, de veiculação e de publicidade dos atos de interesse do Poder Executivo;
- acompanhar as relações públicas do Prefeito, inclusive elaborando notas e comunicados para a imprensa;
- planejar e manter o site da Prefeitura, estimulando a divulgação de atos e programas da municipalidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DIRETOR DE CONTABILIDADE

Atribuições:

- planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades inerentes à área de contabilidade;
- a análise e a elaboração de balanços, balancetes e demais documentos afins exigidos pela legislação em vigor;
- o processamento da despesa e a manutenção dos registros e controles contábeis da administração financeira, orçamentária e patrimonial do Município;
- o encaminhamento ao Tribunal de Contas das informações previstas em resoluções e regulamentos sobre a execução financeira, orçamentária e patrimonial e demais atos de gestão pública, seja documental ou por transmissão de dados;
- o gerenciamento da origem dos recursos vinculados para utilização exclusiva ao objeto de sua vinculação;
- o controle da movimentação de transferências financeiras recebidas de órgãos do Estado e da União, inclusive de outros fundos especiais;
- a elaboração de relatórios informativos referentes à situação orçamentária e patrimonial da Prefeitura;
- zelar pelo cumprimento de dispositivos constitucionais quanto aos percentuais de aplicação em educação e em ações e serviços de saúde.

DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Atribuições:

- fazer cumprir as determinações do Diretor Administrativo no que se refere a gestão de pessoas no serviço público municipal;
- manter atualizados os assentamentos sobre a vida funcional dos servidores da Prefeitura Municipal;
- promover a emissão e controle das folhas de pagamentos e os processos de avaliação e progressão dos servidores públicos municipais;
- supervisionar a emissão dos relatórios mensais de cartão-ponto e o controle de horas extraordinárias e compensação de horas dos servidores;
- controlar as faltas ocorridas, bem como informar os secretários e sugerir a aplicação de penalidades aos servidores, quando for o caso;
- acompanhar as Comissões de Inquérito em processos administrativos contra servidores;
- planejar e controlar os processos seletivos, concursos públicos e procedimentos admissionais da serviço público municipal;
- coordenação das atividades de desenvolvimento de recursos humanos e de administração de pessoal da Prefeitura.
- coordenação do recrutamento, seleção, avaliação de desempenho, sistema de carreiras, planos de lotação e demais atividades de natureza técnica de administração de pessoal e desenvolvimento de recursos humanos;
- planejamento e controle de direitos e deveres, registros funcionais e controle de frequência, elaboração das folhas de pagamento e demais assuntos relacionados aos prontuários do pessoal da Prefeitura;
- planejamento do desenvolvimento técnico-profissional dos

servidores através de ações de capacitação e treinamento, a partir da identificação de suas necessidades;

- desenvolvimento de ações segurança no trabalho e bem estar do pessoal da Prefeitura.
- analisar e instruir processos de pedidos de licença, férias, aposentadoria, entre outros;
- zelar pelo cumprimento de gastos com pessoal, de acordo com a limitação prevista na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- executar outras atividades correlatas, bem como as tarefas que lhe forem atribuídas por seus superiores hierárquicos.

DIRETOR DE SUPRIMENTOS

Atribuições:

- compete planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades inerentes à área de suprimentos, tais como: receber, conferir, armazenar os materiais necessários ao bom andamento da máquina administrativa; fazer a distribuição dos mesmos aos setores administrativos, encaminhar as solicitações de compras;
- emitir relatórios administrativos com informações acerca dos bens móveis e imóveis do Município;
- manter em ordem arquivos e cadastros atualizados do patrimônio do Município;
- providenciar a documentação necessária para atos de desapropriação,
- fiscalizar o controle da telefonia, água e luz, coordenar a fiscalização dos bens móveis existentes nas diversas Secretarias e órgãos do Município;
- a coordenação do processo de modernização administrativa da Prefeitura em articulação com as Secretarias Municipais;
- a coordenação dos serviços de informática no âmbito da Prefeitura, inclusive dos sistemas municipais de informações e o apoio técnico aos usuários desses serviços em todos os órgãos da Prefeitura;
- a organização dos serviços de suprimentos da Prefeitura, bem como a aquisição de materiais e contratação de bens e serviços;
- a gestão dos bens patrimoniais do Município;
- a administração da infraestrutura necessária ao funcionamento do Paço Municipal no que diz respeito à limpeza, zeladoria, manutenção predial e conservação de bens, equipamentos e instalações;

SUPERVISOR DE FINANÇAS

Atribuições:

- Organizar a execução dos serviços financeiros;
- Apresentar mensalmente o balancete financeiro;
- Apresentar anualmente o balanço financeiro;
- Realizar movimentações financeiras, entre elas, emitir e assinar cheques;
- Coordenar e gerenciar os atos, controlar os documentos e bens materiais relacionados com a movimentação financeira;
- Supervisionar o ingresso, o registro de entrada e a saída financeira de numerário;
- Supervisionar a liquidação e o pagamento das despesas, inclusive aquelas entregues sob o regime de adiantamento;
- Reconciliar os registros da movimentação de caixa e bancos praticados pela Tesouraria e atestar a regularidade;
- Supervisionar e assessorar a elaboração e o encaminhamento de relatórios, para atendimento da legislação em vigor;
- Supervisionar o cumprimento da ordem cronológica de pagamentos;
- Substituir, eventualmente o Tesoureiro do Órgão;
- Assessorar o Secretário de Finanças em assuntos de natureza financeira e;
- Executar outras tarefas correlatas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DIRETOR PEDAGÓGICO

Atribuições:

- proposição e coordenação das políticas e programas de educação de competência do Município, em coordenação com o Conselho Municipal de Educação, enfatizando o ensino público de qualidade, a democratização da educação infantil, do ensino fundamental, de jovens e adultos e da educação inclusiva e o aprimoramento do sistema municipal de ensino;
- implementação do processo de ensino-aprendizagem, com vistas à construção das competências necessárias à inclusão cidadã e ao desenvolvimento integral dos alunos do sistema de ensino a cargo da Prefeitura Municipal;
- elaboração de planos, programas, e projetos de educação, em articulação com os órgãos estaduais e federais da área;
- elaboração de programas de treinamento e qualificação do quadro do magistério.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DIRETOR DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Atribuições:

- Planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar a realização e o desenvolvimento das políticas públicas de saúde no âmbito municipal;
- Técnicas administrativas e de organização e;
- Elaborar e executar o Planejamento Estratégico anual sob a liderança do Secretário Municipal de Saúde alinhado ao planejamento da instituição;
- Realizar o monitoramento dos indicadores do Setor de Saúde do Município;
- Realizar o gerenciamento dos Programas de Saúde implantados no Município;
- Supervisionar e intervir quando necessário, na escala de atividades da Política Municipal de Saúde;
- Emitir parecer sobre assuntos relativos a Saúde do Município em parceria com a Secretaria de Saúde;
- a elaboração de estudos, pesquisas e levantamentos de dados permanentes visando subsidiar a formulação e o monitoramento dos planos e programas de saúde;
- a organização e atendimento de transporte para situações de Tratamento Fora do Domicílio do município de acordo com a legislação pertinente;
- Gerar, analisar e divulgar indicadores de desempenho e qualidade;
- Outras atividades correlatas.

DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Atribuições:

- a coordenação das ações de vigilância à saúde, assegurando o cumprimento da legislação sanitária em vigor;
- a execução dos serviços de saúde municipais, embasados no planejamento, organização, controle e avaliação de seu desenvolvimento;
- o desenvolvimento de campanhas e programas de saúde coletiva em coordenação, no que couber, com entidades estaduais e federais;
- controle de informações epidemiológicas e de controle de endemias;
- promover a educação ambiental e a conscientização pública para o respeito ao meio ambiente e a saúde sanitária;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Atribuições:

- Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, monitorar e avaliar a realização e o desenvolvimento de todas as políticas voltadas à área social;
- a proposição e coordenação das políticas e programas de ação social do Município, em coordenação com o Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com as demais políticas governamentais locais e com a Lei Orgânica da Assistência Social;
- as ações de atendimento especializado à criança, ao adolescente,

ao idoso, às famílias em situação de risco e demais grupos sociais específicos;

- a coordenação dos serviços de prestação de benefícios e demais ações que integram os sistemas de proteção social básica e especial;
- Contribuir na realização de pesquisas de saúde ocupacional e qualidade de vida no trabalho;
- Fazer atendimentos individuais e grupais a usuários do sistema assistencial;
- Participar de eventos educativos e campanhas de promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população;
- Participar da elaboração de projetos relacionados à saúde ocupacional e qualidade de vida no trabalho;
- Colaborar com a implantação de programas de saúde ocupacional e qualidade de vida nas superintendências regionais;
- Realizar Programas de Preparação para a aposentadoria para os funcionários.
- Criar programas de abordagem às famílias dos funcionários para melhoria da comunicação entre elas e o Banco;
- Emitir pareceres técnicos para subsidiar decisões administrativas;
- Colaborar com os programas sociais promovidos por entidades privadas;
- Executar outras tarefas correlatas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

DIRETOR DE INFRAESTRUTURA

Atribuições:

- Elaborar, fiscalizar e executar projetos na área de infraestrutura e urbanização;
- Coordenar a construção das obras de habitação, estradas municipais, pontes, bueiros, pavimentação e outras obras;
- Direção dos serviços de engenharia de trânsito e tráfego urbano;
- Coordenar serviços urbanos de arborização, conservação e limpeza de vias públicas, coleta de lixo, inclusive nos distritos, vilas e povoados;
- Promover e acompanhar as atividades de edificações, construção e manutenção de obras públicas;
- Promover e supervisionar os serviços de construção de estradas vicinais, obras de aterro e terraplanagem;
- Executar as atividades de pavimentação, calçamento de vias e logradouros e obras de saneamento básico a cargo do Município;
- Conservar, manter e administrar a frota de veículos e máquinas da Prefeitura, bem como se responsabilizar por sua guarda, distribuição e controle de combustível e de lubrificantes;
- Promover as atividades relativas à execução de estudos e projetos urbanísticos e ao controle urbanístico do Município;
- Proceder à fiscalização das obras particulares do Município;
- Promover e acompanhar a execução dos serviços de trânsito, sob a responsabilidade do Município;
- Executar outras tarefas correlatas

DIRETOR DE OBRAS E TRANSPORTE

Atribuições:

- Executar, coordenar e controlar as atividades de obras e transporte da Secretaria de Infraestrutura;
- Estabelecer programas de manutenção preventiva, evitando a paralisação de veículos e prevenindo custos excessivos;
- Providenciar a regularização dos veículos de acordo com a legislação em vigor; coordenar e controlar o trabalho dos motoristas;
- Autorizar o abastecimento de combustível e lubrificante dos veículos, controlando e registrando o consumo;
- Supervisionar e fiscalizar a aplicação das normas relativas à utilização, manutenção, conservação e controle dos veículos bem como o cumprimento dos dispositivos e das normas legais de trânsito;
- Supervisionar a aplicação das normas relativas à utilização, manutenção, conservação e controle dos veículos bem como o cumprimento dos dispositivos e das normas legais de trânsito;

- Manter atualizado o cadastro de veículos;
- Estudar possibilidades e propor melhor alocação dos veículos por remanejamento e escalas de atividades;
- Administrar a frota de veículos da administração municipal;
- Manter atualizados os licenciamentos e seguros obrigatórios da frota municipal da, bem como efetuar o seu cadastro junto ao Detran-SC;
- a manutenção e conservação das edificações próprias municipais e suas respectivas instalações, observando aspectos construtivos, estéticos e funcionais de modo a garantir segurança, eficiência, acessibilidade e economicidade;
- a coordenação de medidas visando a integração das ações de manutenção, a conferência de padrões de qualidade e de economia dos serviços de manutenção dos próprios municipais e a prestação de apoio técnico e logístico às Secretarias Municipais que executam diretamente essas atividades.

DIRETOR DE URBANISMO**Atribuições:**

- Assessorar o Prefeito e o Secretário de Infraestrutura nos assuntos relacionados com a formulação da política de planejamento físico e engenharia urbana;
- Promover a organização, atualização e informatização do cadastro técnico para informar o processo de planejamento governamental, urbanístico e tributário;
- Articular-se permanentemente com todas as repartições internas ou externas à Prefeitura, que constituam fontes de dados para atualização do cadastro técnico;
- Promover estudos e ações visando à atualização das normas municipais sobre obras, sistema viário, desenho urbano, ocupação do solo e parcelamento da terra urbana;
- Propor, em colaboração com os órgãos municipais competentes, a legislação e os regulamentos necessários para respaldar a fiscalização municipal sobre a localização de atividades e posturas, bem como assegurar seu cumprimento;
- Promover a fiscalização das construções particulares aprovadas pela Secretaria de Infra estrutura e a preparação do habite-se de construções novas ou reformadas;
- Acompanhar projetos de melhoria no sistema viário, especialmente na área urbana;
- Conduzir os trabalhos relacionados com seu campo de atuação que lhe sejam determinados pelo Prefeito.

SUPERVISOR DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA**Atribuições:**

- Projetar, dirigir e fiscalizar obras, realizar projetos de escolas e edifícios públicos;
- Colaborar na elaboração de projetos de plano diretor do Município;
- Elaborar projetos de conjuntos residenciais e praças públicas;
- Fazer orçamentos e cálculos sobre projetos de construções em geral;
- Planejar ou orientar a construção e reparos de monumentos públicos;
- Projetar, dirigir e fiscalizar serviços de urbanismo e construção de obras de arquitetura paisagística;
- Examinar projetos e proceder à vistoria de construções;
- Emitir parecer sobre questões de sua especialidade;
- Elaboração de projetos complementares (elétrico, hidráulico e outros);
- Desenvolver projetos arquitetônicos e complementares;
- Desenvolver projetos tombados ou inventariados pelo patrimônio cultural;
- Analisar projetos de obras e edificações que objetivam o licenciamento ambiental e/ou urbanístico;
- Atuar na elaboração de projetos de urbanização e programas de habitação popular;
- Realizar projetos paisagísticos;
- Executar obras civis e;

- Executar outras tarefas correlatas.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS
DIRETOR DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA****Atribuições:**

- levantamento das potencialidades do Município e a sua divulgação objetivando a atração de novos negócios;
- a articulação com as classes produtoras do Município, visando à identificação de demandas e ao desenvolvimento de ações de apoio e incentivo à expansão de empreendimentos no Município;
- a realização de estudos para a diversificação econômica e dinamização do empreendedorismo em consonância com os princípios de desenvolvimento sustentável;
- realização de estudos e ações visando a realização de cursos, treinamento e capacitação de mão de obra, empreendedorismo e formação de lideranças.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E TURISMO
DIRETOR DE CULTURA****Atribuições:**

- Dirigir, coordenar, planejar, programar e acompanhar a execução das políticas culturais emanadas da Secretaria Municipal de Educação e; Formulação, coordenação e execução das políticas e planos voltados para atividades histórico-culturais e artísticas do Município;
- Promoção, coordenação e execução de pesquisas, planos, os programas, os projetos e as ações da Secretaria no domínio histórico-cultural e artístico;
- A preservação, ampliação, melhoria e divulgação do patrimônio histórico-cultural, arquitetônico e artístico do Município de Arroio Trinta, especialmente a Cultura Italiana; Promoção e o incentivo a exposições, cursos, seminários, palestras e ventos visando a elevar e enriquecer o padrão cultural da comunidade;
- Promoção, criação, desenvolvimento e administração de teatros, centro culturais, bibliotecas e outros espaços e equipamentos voltados para a preservação de valores históricos e para o fomento de atividades culturais e artísticas;
- Formulação, administração e controle de convênios, acordos e contratos com a União, o Estado e outras entidades nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos culturais e turísticos, na área de competência do Município;
- Promoção, coordenação e execução de pesquisas, estudos e diagnósticos visando a subsidiar as políticas, os planos, os programas, os projetos e as ações da no Setor de Cultura; Planejamento e organização do calendário cultural e artístico do Município, promovendo e apoiando as festividades, comemorações e eventos programados;
- Captação e atração de eventos, seminários e feiras de negócio para o Município;

Promoção de campanhas e ações para o desenvolvimento da mentalidade cultural no Município e a participação da comunidade local;

- Promoção e coordenação de estudos e análises visando à atração de investimentos e a dinamização de atividades esportivas e recreativas no Município;
- Celebração, a coordenação e o monitoramento de convênios e parcerias com associações e entidades afins, públicas e privadas, para a implantação de programas e realização de atividades culturais e de lazer;
- Execução e apoio a projetos, ações e eventos orientados para o desenvolvimento das práticas esportivas e o entretenimento;
- Incentivo e apoio à organização e desenvolvimento no Município de associações e grupos folclóricos com finalidades desportivas e recreativas.

DIRETOR DE ESPORTE**Atribuições:**

- Formular e executar a política esportiva do Município, em suas

diferentes modalidades;

- Promover a representatividade do Município em eventos desportivos estaduais, nacionais e internacionais;
- Realizar e desenvolver eventos esportivos em suas diferentes modalidades;
- Proporcionar a integração e o conagração, às diferentes faixas etárias, através de atividades esportivas;
- Incentivar através de ações, o esporte como pressuposto de saúde e vitalidade às diferentes faixas etárias;
- Implantar projeto para avaliação e orientação de atletas amadores do Município e praticantes de atividades físicas nos programas desenvolvidos pela secretaria;
- Conservar os espaços esportivos pertencentes ao Município;
- Manter e adequar a infraestrutura dos locais para a realização de atividades esportivas e demais serviços prestados à comunidade, no âmbito da secretaria;
- Intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- Executar atividades administrativas no âmbito do departamento;
- Prestar Assessoria direta ao Secretário Municipal de Esportes e lazer, agindo na perfeita sintonia, entre o Secretário e as diversas modalidades esportivas praticadas no Município, coordenado as atividades da Secretaria, atuando no sentido de sugerir propostas visando a melhor atividade da gestão esportiva no Município.

DIRETOR DE TURISMO

Atribuições:

- Dirigir e coordenar as ações do plano municipal de turismo;
- Coordenar o planejamento de obras de criação e melhoria da infraestrutura turística no âmbito do poder público;
- Propor ações voltadas ao desenvolvimento do turismo;
- Buscar parcerias com órgãos e entidades para a criação ou implantação de serviços públicos de apoio ao turismo, bem como para o desenvolvimento de programas de capacitação de mão-de-obra;
- Incentivar o artesanato e as expressões da cultura local;
- Coordenar a divulgação do turístico do município;
- Promover o desenvolvimento turístico, mediante planejamento e fomento da atividade;
- Programar, organizar e executar eventos de natureza turística;
- Prestar informações turísticas;
- Administrar o patrimônio histórico e cultural do município;
- Executar outras tarefas correlatas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DIRETOR DE AGRICULTURA

Atribuições:

- Assessorar e subsidiar tecnicamente o Departamento da Produção Primária, na Execução de programas e projetos de agricultura;
- Planejar e executar tecnicamente os programas e projetos específicos de agricultura ou correlatos, a nível de propriedade rural;
- Acompanhar e fiscalizar a execução técnica indireta dos projetos e/ou programas de agricultura, fazendo cumprir as normas operativas da secretaria a nível de propriedade Rural;
- Controlar e fiscalizar a frequência dos servidores da divisão;
- Zelar pelo bom desempenho dos servidores da divisão, cobrando funções e realizando treinamentos;
- Elaborar e analisar relatório mensal da divisão, encaminhando-o ao supervisor de seu Departamento;
- Promover o acompanhamento da execução física e financeira dos contratos na Área de sua atuação;
- Promover o acompanhamento e avaliação da execução dos convênios na área de sua atuação;
- Coordenar as atividades do almoxarifado relacionadas à administração de material;
- Executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua competência.

DIRETOR DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Atribuições:

- a realização de estudos e a prestação de medidas visando ao desenvolvimento das atividades agropecuárias no Município e sua integração à economia local e regional;
- o levantamento das potencialidades do Município e o seu planejamento objetivando o desenvolvimento econômico do setor;
- a articulação com entidades públicas e privadas para a promoção de convênios e a implantação de programas e projetos nas áreas de agropecuária;
- a proposição e desenvolvimento de políticas de apoio ao produtor rural, incluindo programas e projetos nas áreas de agricultura, abastecimento e inspeção;
- a articulação com entidades afins, públicas e privadas, e com grupos de produtores locais visando ao desenvolvimento de pesquisas e a difusão de tecnologias apropriadas aos empreendimentos rurais do Município;
- a orientação e o incentivo para a formação de associações, cooperativas e outras modalidades de organização voltadas para a produção agropecuária;
- a organização e implantação de feiras para a comercialização dos produtos diretamente do produtor ao consumidor;
- a participação em eventos e promoções relacionados com o setor agropecuário e demais atividades de relacionadas à Secretaria;
- a organização e implementação, ao nível municipal, da política de comercialização de hortifrutigranjeiros, seja através de feiras ou de centrais de abastecimento com a finalidade de agilizar a comercialização e o consumo destes produtos.
- Executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua competência.

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Atribuições:

Os Secretários Municipais, que se caracterizam como Agentes Políticos têm como atribuição a coordenação geral de elaboração e execução das competências elencadas para cada secretaria municipal na presente lei.

ANEXO III - RELAÇÃO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

Base de referência para cálculo - Nível VIII da Tabela de Vencimentos

FUNÇÃO	Quantitativo Máximo de Funções Gratificadas	Percentual do Nível VIII da Tabela Salarial
Secretário da Junta Militar	01	20%
Coordenador de Compras e Licitações	01	20%
Articulador de Imprensa	01	20%
Coordenação da Sala de Vacinas	02	20%
Coordenação do Setor de Fisioterapia	01	30%
Coordenação do CRAS	01	20%
Coordenação do Saneamento Básico	01	26%
Direção de Unidade Educacional	02	26%
Secretaria de Unidade Educacional	02	20%
Chefe de Gabinete do Prefeito	01	65%
Coordenação de Equipe de Campo	05	20%
Execução de Atividades Especiais	05	25%
Coordenação de Projetos Especiais	03	20%

LEI Nº 1712

LEI COMPLEMENTAR Nº 1712, DE 03/11/2014.

Dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, estabelece normas gerais de enquadramento, institui tabela de vencimentos e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL**

Art. 1o. O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta obedece ao regime estatutário e estrutura-se em um quadro permanente com os respectivos cargos constantes do Anexo I e um quadro suplementar com os respectivos cargos em extinção, constituintes dos anexos que integram a presente Lei.

Art. 2o. Para os efeitos desta Lei são adotadas as seguintes definições:

I - quadro de pessoal é o conjunto de cargos de carreira, cargos isolados, cargos de provimento em comissão e funções gratificadas existentes na Prefeitura Municipal de Arroio Trinta;

II - cargo público é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido ao servidor público, criado por lei, com denominação própria, número certo e vencimento a ser pago pelos cofres públicos;

III - servidor público é toda pessoa física legalmente investida em cargo público, de provimento efetivo ou em comissão;

IV - carreira é a progressão dos cargos em suas faixas de vencimentos;

V - grupo ocupacional é o conjunto de cargos com afinidades entre si quanto à natureza do trabalho ou ao grau de escolaridade exigido para seu desempenho;

VI - nível é o símbolo atribuído ao conjunto de cargos equivalentes quanto ao grau de dificuldade, complexidade e responsabilidade, visando determinar a faixa de vencimentos a eles correspondente;

VII - faixa de vencimentos é a escala de padrões de vencimento atribuídos a um determinado nível;

VIII - padrão de vencimento é a letra que identifica o vencimento atribuído ao servidor dentro da faixa de vencimentos do cargo que ocupa;

IX - vencimento ou vencimento-base é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em lei, vedada a sua vinculação ou equiparação;

X - vencimentos correspondem ao somatório do vencimento do cargo e as vantagens de caráter permanente adquiridas pelos servidores.

XI - remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes e temporárias, estabelecidas em lei;

XII - interstício é o lapso de tempo estabelecido como o mínimo necessário para que o servidor se habilite à progressão ou à promoção;

XIII - cargo em comissão é o cargo de confiança de livre nomeação e exoneração, a ser preenchido também por servidor de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos estabelecidos em lei;

XIV - enquadramento é o processo de posicionamento do servidor dentro da nova estrutura de cargos, considerando os níveis e tabelas de vencimentos constantes dos anexos I, III e IV e os critérios constantes do Capítulo X desta Lei.

Art. 3o. Ficam criados os cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal, com a carga horária, os quantitativos e níveis de vencimento, distribuídos por grupos ocupacionais conforme descrito no Anexo I desta Lei.

§ 1o. Os cargos de que trata o caput deste artigo integram os seguintes grupos ocupacionais:

I - Serviços Gerais

II - Mecânica e Transportes

III - Apoio à Educação, Cultura e Ação Social

IV - Apoio à Saúde;

V - Apoio Administrativo-Contábil-Financeiro;

VI - Fiscalização Municipal;

VII - Técnico;

VIII - de Nível Superior.

§ 2o. Os cargos da Parte Suplementar do Quadro de Pessoal são os constantes do Anexo II desta Lei.

CAPÍTULO II**DO PROVIMENTO DOS CARGOS**

Art. 4o. Os cargos classificam-se em cargos de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão.

Art. 5o. Os cargos de provimento efetivo, constantes do Anexo I desta Lei, serão preenchidos:

I - pelo enquadramento dos atuais servidores, conforme as normas estabelecidas no Capítulo X desta Lei;

II - por nomeação, precedida de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 6o. Para provimento dos cargos efetivos, serão rigorosamente observados os requisitos básicos e específicos estabelecidos para cada cargo, constantes do Anexo V desta Lei, sob pena de nulidade do ato correspondente.

§ 1o. Nenhum servidor efetivo poderá desempenhar atribuições que não sejam próprias do seu cargo, ficando expressamente vedado qualquer tipo de desvio de função.

§ 2o. Excetuam-se do disposto no § 1o e no caput deste artigo os casos de readaptação previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arroio Trinta.

Art. 7o. O provimento dos cargos integrantes do Anexo I desta Lei será autorizado pelo Prefeito Municipal de Arroio Trinta, mediante requisição das Secretarias interessadas, desde que haja vaga e dotação orçamentária para atender às despesas.

§1o Da requisição deverão constar:

I - denominação e nível de vencimento do cargo;

II - quantitativo de cargos a serem providos;

III - justificativa para a solicitação de provimento.

§ 2o O provimento referido no caput deste artigo só se verificará após o cumprimento do preceito constitucional que o condiciona à realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de cada cargo, observados a ordem de classificação e o prazo de validade do concurso.

Art. 8o. Na realização do concurso público deverão ser aplicadas provas escritas, complementadas ou não por provas práticas ou de títulos, entre outras modalidades, conforme as características do cargo a ser provido.

Art. 9o. O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período.

Art. 10. O prazo de validade do concurso, as condições de sua realização e os requisitos para inscrição dos candidatos serão fixados em edital que será divulgado de modo a atender o princípio da publicidade.

Art. 11. Não se realizará novo concurso público enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior, com prazo de validade ainda não expirado, para os mesmos cargos.

Art. 12. A aprovação em concurso público não gera direito a nomeação, a qual se dará a exclusivo critério da Prefeitura do Município de Arroio Trinta, dentro do prazo de validade do concurso e na forma da lei.

Art. 13. É vedado, a partir da data de publicação desta Lei, o provimento dos cargos em extinção que integram a Parte Suplementar do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, estabelecidos no Anexo II desta Lei.

Art. 14. Fica reservado às pessoas com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) dos cargos públicos do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, previsto no Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. A norma do caput não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) implique, na prática, em majoração indevida do percentual mínimo fixado.

Art. 15. Compete ao Prefeito do Município expedir os atos de provimento dos cargos da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

Parágrafo único. O ato de provimento deverá, necessariamente, conter as seguintes indicações, sob pena de nulidade:

I - fundamento legal;

II - denominação do cargo;

III - forma de provimento;

IV - nível de vencimento do cargo;

V - nome completo do servidor;

VI - indicação de que o exercício do cargo se fará, ou não, cumulativamente com outro cargo, obedecidos os preceitos constitucionais;

VII - declaração de bens.

Art. 16. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público municipal, é permitida a contratação por tempo determinado nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e da legislação municipal específica.

CAPÍTULO III DA PROGRESSÃO

Art. 17. Progressão é a passagem do servidor de seu padrão de vencimento para outro, imediatamente seguinte, dentro da faixa de vencimento do cargo a que pertence, pelo critério de merecimento, observadas as normas estabelecidas nesta Lei e em decreto.

Art. 18. Para fazer jus à progressão, o servidor deverá, cumulativamente:

I - ter cumprido o estágio probatório;

II - ter cumprido o interstício mínimo de 3 (três) anos de efetivo exercício no padrão de vencimento em que se encontre;

III - ter obtido, pelo menos, 70% (setenta por cento) do total de pontos na média de suas 3 (três) últimas avaliações de desempenho funcional, observadas as normas dispostas nesta Lei e em decreto;

IV - estar no efetivo exercício de seu cargo.

Parágrafo único. Entende-se por efetivo exercício os casos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 19. O servidor que cumprir os requisitos estabelecidos no art. 18 desta Lei passará para o padrão de vencimento seguinte, reiniciando-se a contagem de tempo, para efeito de nova apuração de merecimento.

Art. 20. O servidor que obtiver resultado acima de 70% (setenta por cento) do total de pontos na média de suas 3 (três) últimas avaliações de desempenho funcional e, cumulativamente, possuir um dos certificados ou diplomas a seguir relacionados passará a ocupar, quando da progressão, o padrão de vencimento imediatamente seguinte àquele a que teria direito:

I - para os ocupantes de cargos cujo requisito de provimento tenha sido o ensino fundamental anos iniciais, diploma de ensino fundamental completo;

II - para os ocupantes de cargos cujo requisito de provimento tenha sido o ensino fundamental completo, diploma de ensino médio;

III - para os ocupantes de cargos cujo requisito de provimento tenha sido o ensino médio, diploma de curso de graduação;

IV - para os ocupantes de cargos cujo requisito de provimento tenha sido o curso de graduação em nível superior:

a) diploma de especialização em curso de pós-graduação lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;

b) diploma de mestrado.

§ 1º Para ter direito ao incentivo, os cursos deverão ter sido concluídos após o ingresso no serviço público municipal de Arroio Trinta. Os títulos adquiridos anteriormente não terão validade para este benefício do Plano.

§ 2º O incentivo ao desenvolvimento funcional a que se refere

o caput deste artigo possibilitará, ao servidor preocupado com sua atualização profissional, atingir, mais rapidamente, os valores constantes dos padrões finais do nível de vencimento atribuído ao cargo que ocupa.

§ 3º Para fazer jus ao incentivo, os cursos mencionados no inciso IV alíneas a e b, devem ter relação direta com a área de atuação e estreita ligação com as atribuições típicas do cargo ocupado pelo servidor, atestado pelo titular da Secretaria ou órgão de igual nível hierárquico onde esteja lotado.

§ 4º Caso o Secretário ou o titular, a que se refere o § 2º deste artigo, esteja, por qualquer motivo, impedido de pronunciar-se sobre a relação entre o curso de graduação e de pós-graduação concluído pelo servidor e sua área de atuação, caberá à Comissão de Avaliação de Desempenho funcional fazê-lo, consultando entidades de ensino ou autoridades educacionais.

Art. 21. O comprovante de curso que habilita o servidor à percepção do incentivo mencionado no art. 20 desta Lei é o diploma ou certificado expedido pela instituição formadora, registrado na forma da legislação em vigor.

Art. 22. Os certificados ou diplomas de cursos exigidos dos servidores como pré-requisito para seu ingresso na parte permanente do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta não lhes darão direito ao benefício estabelecido no art. 20 desta Lei.

Parágrafo único. Para os fins do art. 20 desta Lei, cada habilitação será considerada uma única vez e cada servidor poderá apresentar um diploma ou certificado durante sua carreira.

Art. 23. Caso não alcance o grau de merecimento mínimo, na avaliação, o servidor permanecerá no padrão de vencimento em que se encontra, devendo cumprir o novo interstício exigido de efetivo exercício nesse padrão, para efeito de nova apuração de merecimento.

Art. 24. Após concluído o estágio probatório e os demais requisitos do art. 18, o servidor que obtiver a estabilidade no serviço público, nos termos do art. 41, § 4º, da Constituição Federal, fará jus aos efeitos financeiros previstos no art. 19 desta Lei.

Art. 25. As progressões serão processadas, no mês de outubro, pela Prefeitura Municipal de Arroio Trinta para os servidores que completarem o interstício durante o ano em curso, e os efeitos financeiros dela decorrentes serão incorporados e pagos ao servidor em janeiro do ano seguinte.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Arroio Trinta incluirá na proposta orçamentária os recursos financeiros indispensáveis à implementação da progressão.

CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 26. A Avaliação de Desempenho será apurada, anualmente, em Formulário de Avaliação de Desempenho analisado pela Comissão de Desenvolvimento Funcional.

§ 1º. O Formulário de Avaliação de Desempenho deverá ser preenchido pelo servidor e sua chefia imediata, e enviado à Comissão de Desenvolvimento Funcional para apuração, objetivando a aplicação do instituto da progressão, definido nesta Lei.

§ 2º. Caberá à chefia imediata dar ciência do resultado da avaliação ao servidor.

§ 3º. Havendo, entre a chefia e o servidor, divergência que ultrapasse o limite de 20% (vinte por cento) do total de pontos da avaliação, a Comissão de Desenvolvimento Funcional deverá solicitar à chefia, nova avaliação.

§ 4º. Havendo alteração da primeira para a segunda avaliação, esta deverá ser acompanhada de considerações que justifiquem a mudança.

§ 5º. Ratificada pela chefia a primeira avaliação, caberá à Comissão pronunciar-se a favor de uma delas.

§ 6º. Não havendo a divergência prevista no § 3º deste artigo, prevalecerá o apresentado pela chefia imediata.

§ 7º. Se, por qualquer motivo a administração não realizar a avaliação, a pontuação para efeitos de progressão será considerada suficiente.

Art. 27. As chefias e os servidores deverão enviar, sistematicamente, ao órgão responsável pela manutenção dos assentamentos funcionais, os dados e informações necessários à avaliação de desempenho.

Parágrafo único. Caberá à Comissão de Desenvolvimento Funcional solicitar ao órgão de pessoal os dados referentes aos servidores que subsidiarão a Avaliação de Desempenho.

Art. 28. Os critérios, os fatores e o método de avaliação de desempenho serão estabelecidos em regulamento específico, através de decreto.

CAPÍTULO V

DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art. 29. A Comissão de Desenvolvimento Funcional será constituída por 5 (cinco) membros, dentre os estáveis, designados pelo Prefeito Municipal de Arroio Trinta com a atribuição de coordenar os procedimentos relativos à avaliação periódica de desempenho, de acordo com o disposto nesta Lei e em decreto.

Art. 30. A alternância dos membros constituintes da Comissão de Desenvolvimento Funcional eleitos pelos servidores verificar-se-á a cada 3 (três) anos de participação, observados, para a substituição de seus participantes, o critério fixado no caput do art. 29, não cabendo eleição sucessiva.

Parágrafo único. Na hipótese de impedimentos, proceder-se-á à substituição do membro, conforme critério fixado no caput do art. 29.

Art. 31. A Comissão reunir-se-á:

I - para coordenar os procedimentos relativos à Avaliação de Desempenho dos servidores, com base nos fatores constantes do Formulário de Avaliação de Desempenho, objetivando a aplicação do instituto da progressão;

II - para verificar e propor solução para situações de conflito funcional, bem como indicar as necessidades de capacitação e treinamento de servidores, com base na apuração dos resultados da avaliação de desempenho;

III - para apreciar e decidir recursos interpostos por servidores em face de divergências existentes no ato da avaliação funcional;

IV - para coordenar os procedimentos relativos à Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório, prevista no art. 41, 4º da Constituição Federal;

V - extraordinariamente, quando for conveniente.

Art. 32. A Comissão de Desenvolvimento Funcional terá sua organização e forma de funcionamento regulamentadas por decreto do Prefeito Municipal de Arroio Trinta.

CAPÍTULO VI

DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 33. A remuneração dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa do Poder Executivo, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

§ 1o. Os vencimentos dos cargos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto no inciso XV do art. 37 da Constituição Federal.

§ 2o. A fixação dos padrões de vencimento e demais componentes do sistema de remuneração dos servidores da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos que compõem seu Quadro;

II - os requisitos de escolaridade e experiência para a investidura nos cargos;

III - as peculiaridades dos cargos.

Art. 34. Os cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta estão hierarquizados por níveis de vencimento no Anexo IV desta Lei.

§ 1o. A cada nível corresponde uma faixa de vencimentos, conforme Tabela constante do Anexo III desta Lei.

§ 2o. O aumento do vencimento respeitará a política de remuneração definida nesta Lei, bem como seu escalonamento e respectivos

distanciamentos percentuais entre os níveis e padrões.

Art. 35. Os proventos dos servidores inativos e o benefício dos pensionistas observarão o disposto na Constituição Federal e legislação municipal específica.

Art. 36. O Poder Executivo publicará anualmente os valores da remuneração dos cargos públicos da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, conforme dispõe o art. 39, § 6o da Constituição Federal.

CAPÍTULO VII

DA LOTAÇÃO

Art. 37. A lotação representa o dimensionamento da força de trabalho, em seus aspectos qualitativos e quantitativos, necessária ao desempenho das atividades gerais e específicas da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

Art. 38. O Secretário Municipal de Administração estudará, anualmente, com os demais órgãos da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, a lotação de todas as unidades em face dos programas de trabalho a executar.

§ 1o. Partindo das conclusões do estudo referido no caput deste artigo, o Secretário Municipal de Administração apresentará, ao Prefeito Municipal de Arroio Trinta, proposta de lotação geral da Prefeitura Municipal, da qual deverão constar:

I - a lotação atual, relacionando os cargos com os respectivos quantitativos existentes em cada unidade organizacional;

II - a lotação proposta, relacionando os cargos com os respectivos quantitativos efetivamente necessários ao pleno funcionamento de cada unidade organizacional;

III - relatório indicando e justificando o provimento ou extinção de cargos existentes, bem como a criação de novos cargos indispensáveis ao serviço.

§ 2o. As conclusões do estudo deverão ser efetuadas com a devida antecedência, para que se preveja, na proposta orçamentária, as modificações sugeridas.

Art. 39. O afastamento de servidor do órgão em que estiver lotado, para ter exercício em outro, só se verificará mediante prévia avaliação junto ao Secretário Municipal de Administração para fim determinado e por prazo certo.

Parágrafo único. Atendido sempre o interesse público, o Secretário Municipal de Administração poderá alterar a lotação do servidor, ex-officio ou a pedido, desde que não haja desvio de função ou alteração de vencimento do servidor.

CAPÍTULO VIII

DA MANUTENÇÃO DO QUADRO

Art. 40. Novos cargos poderão ser incorporados à Parte Permanente do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, observadas as disposições deste Capítulo.

Parágrafo único. Novas áreas de atuação, especialização e formação poderão ser incorporadas aos cargos previstos no Anexo I desta Lei desde que sejam aprovadas por lei específica.

Art. 41. As Secretarias e os órgãos de igual nível hierárquico poderão, quando da realização do estudo anual de sua lotação, propor a criação de novos cargos.

§ 1o. Da proposta de criação de novos cargos deverão constar:

I - denominação dos cargos;

II - descrição das atribuições e requisitos de instrução e experiência para o provimento;

III - justificativa de sua criação;

IV - quantitativo dos cargos;

V - nível de vencimento dos cargos.

§ 2o. O nível de vencimento dos cargos deve ser definido considerando-se o disposto no § 2o do art. 33.

Art. 42. Caberá ao Secretário Municipal de Administração analisar a proposta e verificar:

I - se há dotação orçamentária para a criação do novo cargo;

II - se suas atribuições estão implícitas ou explícitas nas descrições dos cargos já existentes.

Art. 43. Aprovada pelo Secretário Municipal de Administração, a proposta de criação do novo cargo será enviada ao Prefeito

Municipal para a apresentação de projeto de lei, de acordo com a sua apreciação.

Parágrafo único. Se o parecer do Secretário Municipal de Administração for desfavorável, este encaminhará cópia da proposta ao Prefeito Municipal e ao proponente, com relatório e justificativa do indeferimento.

CAPÍTULO IX DA CAPACITAÇÃO

Art. 44. A Prefeitura Municipal de Arroio Trinta deverá instituir, como atividade permanente, a capacitação de seus servidores, tendo como objetivos:

I - criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício da função pública;

II - capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração;

III - estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores;

IV - integrar os objetivos pessoais de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.

Art. 45. Serão 3 (três) os tipos de capacitação:

I - de integração, tendo como finalidade integrar o servidor no ambiente de trabalho, através de informações sobre a organização e o funcionamento da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta;

II - de aperfeiçoamento, objetivando dotar o servidor de conhecimentos e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente atualizado e preparando-o para a execução de tarefas mais complexas;

III - de adaptação, com a finalidade de preparar o servidor para o exercício de novas funções quando a tecnologia absorver ou tornar obsoletas aquelas que vinha exercendo até o momento.

Art. 46. Os cursos de capacitação terão sempre caráter objetivo e prático e serão ministrados, direta ou indiretamente, pela Prefeitura Municipal de Arroio Trinta:

I - com a utilização de monitores locais;

II - mediante o encaminhamento de servidores para cursos e treinamentos realizados por instituições especializadas, sediadas ou não no Município;

III - através da contratação de especialistas ou instituições especializadas.

Art. 47. As chefias de todos os níveis hierárquicos participarão dos programas de treinamento:

I - identificando e analisando, no âmbito de cada órgão, as necessidades de capacitação e treinamento, estabelecendo programas prioritários e propondo medidas necessárias ao atendimento das carências identificadas e à execução dos programas propostos;

II - facilitando a participação de seus subordinados nos programas de capacitação e tomando as medidas necessárias para que os afastamentos, quando ocorrerem, não causem prejuízos ao funcionamento regular da unidade administrativa;

III - desempenhando, dentro dos programas de treinamento e capacitação aprovados, atividades de instrutor;

IV - submetendo-se a programas de treinamento e capacitação relacionados às suas atribuições.

Art. 48. O Secretário Municipal de Administração, através do órgão de Gestão de Pessoas, em colaboração com os demais órgãos de igual nível hierárquico, elaborará e coordenará o levantamento de necessidades e a execução de programas de capacitação e treinamento.

Parágrafo único. Os programas de capacitação serão elaborados, anualmente, a tempo de se prever, na proposta orçamentária, os recursos indispensáveis à sua implementação.

Art. 49. Independentemente dos programas previstos, cada chefia desenvolverá, com seus subordinados, atividades de treinamento em serviço, em consonância com o programa de capacitação estabelecido pela Administração, através de:

I - reuniões para estudo e discussão de assuntos de serviço;

II - divulgação de normas legais e aspectos técnicos relativos ao

trabalho e orientação quanto ao seu cumprimento e à sua execução;

III - discussão dos programas de trabalho do órgão que chefia e de sua contribuição para o sistema administrativo.

CAPÍTULO X DAS NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO

Art. 50. Os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta serão enquadrados nos cargos previstos no Anexo I desta Lei, cujas atribuições sejam da mesma natureza, mesmo grau de dificuldade e responsabilidade dos cargos para os quais fizeram concurso público, observadas as disposições deste Capítulo.

§ 10. O servidor enquadrado ocupará, o padrão de vencimento inicial dentro da faixa de vencimentos do novo cargo, de acordo com a hierarquização de cargos constantes do Anexo IV desta Lei.

§ 20. Não havendo coincidência de vencimentos, o servidor ocupará o padrão imediatamente superior dentro da faixa de vencimentos estabelecida para o cargo em que for enquadrado.

§ 30. Na impossibilidade de encontrar, na faixa correspondente, valor equivalente ao vencimento percebido pelo servidor, este ocupará o último padrão da faixa de vencimentos do cargo em que for enquadrado e terá direito à diferença, a título de complemento residual de vencimento-base.

§ 40. Sobre a diferença objeto do parágrafo anterior, que será incorporada para fins de aposentadoria, incidirão todos os adicionais calculados sobre o vencimento-base do servidor, previstos na legislação em vigor, bem como todos os reajustes concedidos pelo Governo Municipal.

§ 50. Nenhum servidor será enquadrado com base em cargo que ocupa em desvio de função ou em substituição.

§ 60. Os servidores efetivos em desvio de função, ou seja, que passaram a executar atividades diferentes das do cargo para o qual foram concursados, deverão retornar ao exercício das atribuições relativas aos cargos que ocupavam anteriormente à ocorrência do desvio.

Art. 51. Do enquadramento não poderá resultar redução de vencimento, acrescido das vantagens permanentes adquiridas, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

Art. 52. O Prefeito Municipal designará Comissão de Enquadramento constituída por 3 (três) membros, presidida pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças e da qual farão parte também um membro da área de Recursos Humanos, e 1 (um) servidor estável eleito pelos servidores.

Art. 53. Caberá à Comissão de Enquadramento:

I - elaborar normas de enquadramento e submetê-las à aprovação do Prefeito Municipal de Arroio Trinta;

II - elaborar as propostas de atos coletivos de enquadramento e encaminhá-las ao Prefeito Municipal de Arroio Trinta.

§ 10 Para cumprir o disposto no inciso II deste artigo a Comissão se valerá dos assentamentos funcionais dos servidores e de informações colhidas junto às chefias dos órgãos onde estejam lotados.

§ 20 Os atos coletivos de enquadramento serão baixados através de decreto, sob a forma de listas nominais, pelo Chefe do Executivo Municipal e publicados na forma oficial, até 60 (sessenta) dias após a data de publicação desta Lei, de acordo com o disposto neste capítulo.

Art. 54. Os servidores pertencentes ao Quadro Suplementar serão enquadrados nos níveis de vencimentos da nova estrutura de cargos, observados os mesmos critérios estabelecidos no art. 33, § 20, I e II desta Lei.

Art. 55. No processo de enquadramento serão considerados os seguintes fatores:

I - nomenclatura e descrição das atribuições do cargo para o qual o servidor foi admitido ou reclassificado, se for o caso;

II - nível de vencimento dos cargos;

III - experiência específica no cargo;

IV - grau de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
V - habilitação legal para o exercício de profissão regulamentada.
Parágrafo único. Os servidores que não preencherem os requisitos a que se referem os incisos IV e V deste artigo, serão mantidos nos cargos que ocupam, constando do Quadro Suplementar.

Art. 56. O servidor que entender que seu enquadramento tenha sido feito em desacordo com as normas desta Lei poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação das listas nominais de enquadramento, dirigir à Comissão de Enquadramento petição de revisão do mesmo, devidamente fundamentada e protocolada.

§ 1o A Comissão de Enquadramento a que se refere o art. 52 desta Lei deverá decidir sobre o requerido, nos 30 (trinta) dias que se sucederem à data de recebimento da petição, ao fim dos quais será dada ao servidor ciência do despacho.

§ 2o Sendo o pedido deferido, a ementa da decisão da Comissão deverá ser publicada na forma oficial no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do término do prazo fixado no § 1o deste artigo e os efeitos financeiros decorrentes da revisão do enquadramento serão retroativos à data de publicação das listas de enquadramento.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 57. Os cargos vagos atualmente existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta e os que forem vagando em razão do enquadramento previsto no Capítulo X desta Lei ficarão automaticamente extintos.

Art. 58. A progressão prevista no Capítulo III será extensiva aos servidores ocupantes dos cargos constantes da Parte Suplementar do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, estabelecida no Anexo II desta Lei.

Art. 59. Os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas são os previstos em lei específica.

Art. 60. As despesas decorrentes da implantação da presente Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento, suplementada se necessário, de acordo com a disponibilidade financeira do Município.

Art. 61. Até 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei, o Prefeito Municipal regulamentará, por ato próprio, a progressão.

Art. 62. Os vencimentos previstos na Tabela constante do Anexo III serão devidos a partir da publicação dos atos coletivos de enquadramento referidos no § 2o do art. 53 desta Lei.

Art. 63. São partes integrantes da presente Lei os Anexos I a V que a acompanham.

Art. 64. Com a publicação desta Lei ficam revogadas as Leis Complementares no 1102/2005; 1149/2005; 1205/2006; 1273/2007; 1312/2007; 1320/2008; 1377/2009; 1381/2009; 1401/2009; 1486/2010; 1513/2010; 1539/2011; 1569/2012; 1612/2012; 1625/2013; 1628/2013; 1685/2014.

Art. 65. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta - SC, 03 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 03 de novembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I - Cargos Efetivos - Parte Permanente do Quadro de Pessoal

GRUPO I - SERVIÇOS GERAIS

CARGOS	NÍVEL VENCIMENTO	JORNADA SEMANAL	VAGAS	PROVIDAS
Auxiliar de Serviços Gerais	II	40h	20	13
Auxiliar de Obras e Serviços Públicos	III	40h	15	06
Cozinheiro	II	40h	05	0
Pedreiro	VIII	40h	01	0

GRUPO II - MECÂNICA E TRANSPORTES

CARGOS	NÍVEL VENCIMENTO	JORNADA SEMANAL	VAGAS	PROVIDAS
Mecânico	XI	40h	01	0
Motorista	VIII	40h	20	12
Operador de Máquinas Agrícolas	VI	40h	06	03
Operador de Máquinas Pesadas	XI	40h	10	06
Operador de Escavadeira Hidráulica	XIII	40h	02	01

GRUPO III - APOIO À AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E CULTURA

CARGOS	NÍVEL VENCIMENTO	JORNADA SEMANAL	VAGAS	PROVIDAS
Agente de Apoio à Educação Infantil	I	20h	20	14
Atendente de Biblioteca	V	40h	02	01

GRUPO IV - APOIO À SAÚDE

CARGOS	NÍVEL VENCIMENTO	JORNADA SEMANAL	VAGAS	PROVIDAS
Auxiliar de Consultório Odontológico	III	40h	02	0

GRUPO V - APOIO ADMINISTRATIVO/CONTÁBIL/FINANCEIRO

CARGOS	NÍVEL VENCIMENTO	JORNADA SEMANAL	VAGAS	PROVIDAS
Agente Administrativo	IX	40h	10	03
Auxiliar Administrativo e de Comunicação	V	40h	06	03

GRUPO VI - FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

CARGOS	NÍVEL VENCIMENTO	JORNADA SEMANAL	VAGAS	PROVIDAS
Fiscal de Obras e Posturas	XI	40h	01	0
Fiscal de Vigilância Sanitária e meio Ambiente	VIII	40h	01	01

GRUPO VII - TÉCNICO

CARGOS	NÍVEL VENCIMENTO	JORNADA SEMANAL	VAGAS	PROVIDAS
Técnico em Agricultura e Pecuária	XIII	40h	01	0
Técnico em Enfermagem	VII	40h	06	03
Técnico em Higiene Bucal	VI	40h	02	01

GRUPO VIII - NÍVEL SUPERIOR - 20H

CARGOS	NÍVEL VENCIMENTO	JORNADA SEMANAL	VAGAS	PROVIDAS
Arquiteto/Urbanista	XIII	20h	01	0
Engenheiro Civil	XIII	20h	01	0
Farmacêutico	XV	20h	02	0
Fisioterapeuta	XV	20h	01	0
Fonoaudiólogo	XV	20h	01	0
Médico Especialista	XIX	20h	04	0
Medico Veterinário	XIII	20h	01	0
Nutricionista	X	20h	01	0
Odontólogo	X	20h	05	0
Psicólogo	X	20h	02	01
Psicopedagogo	X	20h	01	0
Técnico de Modalidade Esportiva	IV	20h	01	0

GRUPO IX - NÍVEL SUPERIOR - 40H

CARGOS	NÍVEL VENCIMENTO	JORNADA SEMANAL	VAGAS	PROVIDAS
Advogado	XVIII	40h	01	01
Agente Administrativo e Financeiro	XIV	40h	03	0
Assistente Social	XV	40h	02	0
Arquiteto/Urbanista	XVI	40h	01	0
Biólogo	XV	40h	02	01
Contador	XVII	40h	01	01
Controlador Interno	XIV	40h	01	01
Enfermeiro	XVI	40h	02	02
Engenheiro Civil	XVI	40h	01	0
Farmacêutico	XV	40h	01	0
Fiscal de Tributos	XV	40h	01	0
Fisioterapeuta	XV	40h	01	0
Fonoaudiólogo	XV	40h	01	0
Médico Clínico Geral	XX	40h	02	02
Medico Veterinário	XVI	40h	01	01
Nutricionista	XV	40h	01	01
Odontólogo	XVIII	40h	03	0
Psicólogo	XV	40h	01	0
Psicopedagogo	XV	40h	01	01
Técnico em Modalidade Esportiva	XII	40h	01	01

ANEXO II - Cargos em Extinção - Parte Suplementar do Quadro de Pessoal

Denominação do Cargo	Nível de Vencimento	Quantitativo	Carga Horária Semanal
AGENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES	EX - I	01	40 horas

ASSISTENTE ARTÍSTICO CULTURAL	EX - IV	01	40 horas
ASSISTENTE DE CPD	EX - IV	01	40 horas
ASSISTENTE DE ESPORTE	EX - I	01	40 horas
ASSISTENTE SOCIAL	EX - III	01	30 horas
BIOQUÍMICO	EX - V	01	30 horas
FISIOTERAPEUTA ESPECIALISTA	EX - II	01	20 horas
TÉCNICO TRIBUTÁRIO	EX - IV	01	40 horas

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES DOS CARGOS EM EXTINÇÃO

AGENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

Atribuições:

- Elaborar e manter atualizado o cadastro de fornecedores de produtos e serviços;
- Elaborar processos de compra, obras e serviços;
- Proceder a verificações periódicas dos índices de preços que poderão afetar o custo de aquisição de materiais;
- Fazer levantamento de necessidades de materiais e serviços para compor a proposta orçamentária;
- Encaminhar ao setor competente, ao término do exercício, as despesas referentes a material cuja fatura ainda não tenha sido processada, para efeito de inscrição em restos a pagar;
- Classificar e processar as faturas e Notas Fiscais, encaminhando-as para pagamento;
- Encaminhar à Comissão de Licitações os processos de compras, obras e serviços, quando não for o caso de inexigibilidade ou dispensa de licitação;
- Manter atualizada a escrituração do material adquirido, estocado e distribuído, e fazer o controle de estoque mínimo;
- Controlar prazos de entrega de materiais e serviços adquiridos pelo município;
- Praticar os atos relativos a tombamento, registro, controle e fiscalização do patrimônio pertencente ao Município;
- Expedir termos de responsabilidade relativos ao material permanente distribuído e manter atualizado o inventário dos responsáveis;
- Promover a baixa de responsabilidade patrimonial do material que tenha sido alienado, cedido, devolvido, ou inutilizado;
- Propor aos superiores a conveniência de realização de seguros de bens, bem como o acompanhamento das apólices e comunicação à seguradora de eventuais sinistros;
- Manter sob sua guarda e responsabilidade certidões de registro de escrituras e documentos de bens e veículos.

ASSISTENTE ARTÍSTICO CULTURAL

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

Atribuições:

- Acompanhar o desenvolvimento de atividades artístico cultural com a comunidade em geral;

- Confeccionar projetos e realizar seu acompanhamento a fim de serem buscados recursos financeiros para fomentar as atividades artísticas culturais no município;
- Acompanhar os grupos de dança folclórica do município, propiciando o desenvolvimento de atividades para seu aprimoramento e participação em festivais e outros eventos que gerem repercussão para o município;
- Zelar pela guarda de documentos que retratem as atividades culturais do município;
- Organizar apresentações de música, dança e teatro no município;
- Valorizar aspectos da cultura italiana, para disseminação de informações às crianças e jovens do município;
- Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
- Executar outras atividades correlatas.

ASSISTENTE DE CPD

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

- Estudar as características e planos da Administração Municipal em conjunto com o corpo diretivo, para verificar as possibilidades e conveniências do processamento eletrônico de dados e da criação de sistemas e aplicativos específicos ao órgão ou unidade;
- Identificar a estrutura organizacional dos diversos órgãos ou unidades, efetuando contatos com os servidores que neles trabalham, para obter ideia do volume de dados e levantar o fluxograma dos sistemas atuais;
- Desenvolver estudos sobre a viabilidade e custo da utilização de sistemas e aplicativos existentes no mercado ou de seu desenvolvimento, levantando os recursos disponíveis e necessários. para ser submetido a uma decisão;
- Coordenar os processos de aquisição, atualização e treinamento em sistemas e aplicativos;
- Examinar os dados de entrada disponíveis, estudando as modificações necessárias e sua normatização, para determinar os planos e sequências de elaboração de programas, bem como estabelecer os métodos e os procedimentos possíveis, para obter dados que se prestem ao tratamento em computador;
- Preparar diagramas de fluxo e outras instruções referentes ao sistema ou aplicativos, elaborando-os segundo linguagem apropriada, para orientar os programadores e outros servidores envolvidos na operação do computador;
- Verificar o desempenho de sistema ou aplicativo proposto, realizando experiências práticas, para assegurar-se de sua eficiência e introduzir as modificações oportunas;
- Coordenar as atividades de profissionais que realizam as diferentes fases da análise do programa, as definições e o detalhamento das soluções, a codificação do problema, teste e eliminação de erros, para assegurar exatidão e rapidez dos diversos sistemas;
- Orientar sobre o tipo de sistema e equipamento mais adequado, dirigir e coordenar a instalação de sistemas de tratamento automático da informação, supervisionando e planejando a passagem do sistema antigo para o novo;
- Implantar e administrar a operação de bancos de dados distribuídos, redes locais de computadores e acessos a redes remotas via internet;
- Supervisionar e coordenar todas as anuidades de processamento de dados do órgão.

ASSISTENTE DE ESPORTE

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte

no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

Atribuições:

- Desenvolver atividades desportivas com a comunidade em geral;
- Acompanhar o desenvolvimento de atividades desportivas nas escolas municipais;
- Confeccionar projetos e realizar seu acompanhamento afim de serem buscados recursos financeiros para fomentar as atividades desportivas no município;
- Acompanhar os times que representam o município em campeonatos municipais, estaduais e nacionais, em especial nos Jogos Abertos do Estado de Santa Catarina;
- Organizar campeonatos municipais, nas diversas modalidades desportivas;
- Zelar pelas atividades realizadas no ginásio municipal;
- Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho;
- Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;
- Executar outras atividades correlatas.

ASSISTENTE SOCIAL

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

Atribuições:

- participar do planejamento e gestão das políticas sociais;
- coordenar a execução de programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela Municipalidade;
- elaborar campanhas de prevenção e educação na área de políticas sociais, em articulação com as áreas de saúde, educação, habitação, saneamento básico, meio ambiente, trabalho e renda;
- elaborar e executar projetos comunitários para atendimento de demandas específicas de idosos, mulheres, pessoas com necessidades educativas especiais e associações comunitárias entre outros segmentos;
- compor e participar de equipes multidisciplinares para a elaboração, coordenação e execução de programas, projetos e serviços nas áreas da saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento básico, meio ambiente, trabalho e renda entre outros;
- participar da elaboração, coordenação e execução de campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene, saneamento, educação e assistência social;
- coordenar e realizar levantamento de dados para identificar e conhecer os indicadores sociais, promovendo o diagnóstico social do Município;
- desenvolver ações educativas e sócio educativas nas unidades de saúde, unidades de educação e unidades de assistência social, visando a busca de solução de problemas identificados pelo diagnóstico social;
- realizar entrevistas e avaliação social do público para fins de concessão de auxílios, benefícios e laudos técnicos que identifiquem a elegibilidade frente às necessidades sociais;
- organizar e manter atualizadas as referências sobre as características socioeconômicas dos usuários nas unidades de assistência social da Prefeitura;
- promover o atendimento ao usuário da assistência social em Rede de Proteção e Inclusão Social, com vistas ao atendimento integral;
- acompanhar, orientar e encaminhar o servidor com problemas de saúde, desde o início do processo de tratamento e afastamento do trabalho, bem como o seu retorno, fazendo visitas domiciliares

se necessário;

- incentivar a comunidade a participar das atividades, dos programas e projetos desenvolvidos pela Prefeitura;
- coordenar, executar ou supervisionar a realização de programas e serviços sócio assistenciais, com atividades de caráter educativo e/ou recreativo para proporcionar a melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar dos usuários das políticas públicas;
- colaborar no tratamento de doenças orgânicas e psicossomáticas, auxiliando no tratamento em equipe interdisciplinar buscando proporcionar melhor qualidade de vida do paciente;
- orientar os usuários da rede municipal serviços públicos, inclusive aqueles com problemas referentes à readaptação ou reabilitação profissional e social por diminuição da capacidade de trabalho, sobre suas relações empregatícias;
- estudar e propor soluções para a melhoria de condições materiais, ambientais e sociais do trabalho;
- apoiar a área de Defesa Civil da Prefeitura no planejamento das ações em situações de calamidade e emergência;
- prestar orientação social, realizar visitas, identificar recursos e meios de acesso para atendimento ou defesa de direitos junto a indivíduos, grupos e segmentos populacionais;
- emitir laudos técnicos quanto à vulnerabilidade da família para o recebimento de programas do Município na área de habilitação e regulamentação fundiária;
- elaborar, coordenar e executar programas e projetos de reabilitação comunitária para pessoas com deficiência;
- divulgar as políticas sociais e de saúde utilizando os meios de comunicação, participando de eventos e elaborando material educativo;
- formular projetos para captação de recursos;
- articular-se com outras unidades da Prefeitura, com entidades governamentais e não governamentais, com universidades e outras instituições, a fim de desenvolver formação de parcerias para o desenvolvimento de ações voltadas para a comunidade;
- representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais e em outros eventos;
- participar de programas de formação continuada na sua área de atuação;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

BIOQUÍMICO

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

Atribuições:

- Desempenhar funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas, à unidade de saúde da Administração Municipal;
- Assinar a responsabilidade técnica da Farmácia Municipal;
- Auxiliar os detentores do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária;
- Elaborar laudos técnicos e realizar perícias técnicas na área de formação quando solicitado pela Administração Municipal;
- Assessorar a Administração Municipal no desempenho e na construção de unidades laboratoriais;
- Auxiliar, quando solicitado o detentor do cargo de Médico Veterinário;
- Auxiliar no tratamento/controle de qualidade das águas de consumo humano no Município;
- Realizar periodicamente a avaliação de ações de saúde implantadas no município;
- Colaborar com as ações desenvolvidas pelo Programa de Saúde da Família;
- Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho;

- Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho.

TÉCNICO TRIBUTÁRIO

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

Atribuições:

- Elaborar e desenhar croquis na sua área de especialização, realizando estudos, levantamentos e efetuando cálculos que se fizerem necessários;
- Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos de construção, demolição, reforma etc, a fim de que atenda às normas técnicas e regulamentos administrativos;
- Controlar as Intimações, comunicados, embargos e autuações de obras, realizadas pelos fiscais, que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos;
- Determinar o cumprimento das posturas municipais que estão sob sua competência;
- Elaborar relatórios das atividades de sua área de atuação;
- Acompanhar os procedimentos administrativos relativos aos processos tributários instaurados referentes à construção, renovação de alvará, substituição de projetos, cancelamento de autos de infração, consulta de viabilidade, desmembramento, transferência de responsabilidade técnica, transferência de proprietário, aprovação de projeto, acréscimo e reforma, reconsideração de despacho, legalização, certidão de demolição e providências diversas etc.
- Acompanhar administrativamente o cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias em relação ao ISS, IPTU, ITBI, contribuição de melhoria, taxas instituídas pelo Município em razão do exercício do poder de polícia municipal ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição, e quaisquer outros tributos ou contribuições, existentes ou que venham a ser instituídas em favor do Município.
- Proceder à constituição do crédito tributário do município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;
- Decidir quanto aos pedidos de crédito Tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;
- Expedir intimações, lavrar termos de início, de prorrogação ou de término de fiscalização, de ocorrência, de verificação fiscal e de apreensão, bem como quaisquer outros procedimentos necessários à formalização da ação fiscal;
- Verificar, em relação aos contribuintes do ICMS estabelecidos no território do Município, a Declaração de Informações Econômico Fiscal - DIEF e a apuração do valor adicionado, com o propósito de assegurar a integridade dos valores pertencentes ao Município na arrecadação do referido tributo (CF/88, art.158, IV);
- Promover o intercâmbio de informações de natureza fiscal, com outros Municípios, com o Estado e a União, na forma autorizada pela legislação;
- Manter sigilo sobre suas atividades, na forma em que estabelecido pela legislação pertinente;
- Orientar os contribuintes e responsáveis tributários, quanto às suas obrigações tributárias principal e acessórias, no que se refere a escrituração dos livros fiscais e demais registros legais, ao recolhimento dos tributos e outras informações pertinentes;
- Acompanhar os processos contenciosos instaurados pelos fiscais decorrentes do lançamento de créditos tributários municipais, especialmente aqueles constituídos de ofício;
- Informar e responder ao Ministério Público relativamente a atos e fatos apurados em processo de fiscalização que, em tese, constituam crimes contra a ordem tributária;
- Apresentar sugestões visando o aperfeiçoamento da legislação tributária;
- Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e

- equipamentos de trabalho;
- Executar outras atividades correlatas.

FISIOTERAPEUTA ESPECIALISTA

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

- realizar testes musculares, funcionais, de amplitude articular, de verificação cinética e movimentação, de pesquisa de reflexos, provas de esforço e de atividades, para identificar o nível de capacidade funcional dos membros afetados;
- planejar e executar tratamentos de afecções reumáticas, osteoporoses, sequelas de acidentes vasculares cerebrais, poliomielite, raquimedulares, de paralisias cerebrais, motoras, neurógenas e de nervos periféricos, miopatias e outros;
- atender a amputados, preparando o coto e fazendo treinamento com prótese, para possibilitar a movimentação ativa e independente do paciente;
- ensinar aos pacientes exercícios corretivos para a coluna, os defeitos dos pés, as afecções dos aparelhos respiratório e cardiovascular, orientando-os e treinando-os em exercícios ginásticos especiais a fim de promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea;
- proceder ao relaxamento e à aplicação de exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente, para promover a descarga ou a liberação da agressividade e estimular a sociabilidade;
- participar de programas esportivos destinados às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- efetuar aplicação de ondas curtas, ultrassom, infravermelho, laser, micro-ondas, forno de Bier, eletroterapia, estimulação e contração muscular, crio e outros similares nos pacientes, conforme a enfermidade, para aliviar ou eliminar a dor;
- aplicar massagens terapêuticas;
- promover ações terapêuticas preventivas à instalação de processos que levem à incapacidade funcional;
- realizar atividades na área de saúde do trabalhador, participando da elaboração e execução de atividades relacionadas a esta área;
- integrar a equipe do Programa da Saúde da Família, atuando com profissional da área;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

ANEXO III - Tabela de Vencimentos

Tabela de Vencimentos - Variação = 2,0%

Cargos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
Agente Auxiliar na Educação Infantil	I	700,00	714,00	728,28	742,85	757,70	772,86	788,31	804,08	820,16	836,56	853,30	870,36
Auxiliar de Serviços Gerais, Cozinha	II	800,00	816,00	832,32	848,97	865,95	883,26	900,93	918,95	937,33	956,07	975,20	994,70
Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, Auxiliar de Consultório Dentário	III	900,00	918,00	936,36	955,09	974,19	993,67	1.013,55	1.033,82	1.054,49	1.075,58	1.097,09	1.119,04
Técnico Modalidade Esportiva 20h	IV	950,00	969,00	988,38	1.008,15	1.028,31	1.048,88	1.069,85	1.091,25	1.113,08	1.135,34	1.158,04	1.181,21
Atendente de Biblioteca, Auxiliar Administrativo e de Comunicações	V	1.060,00	1.081,20	1.102,82	1.124,88	1.147,38	1.170,33	1.193,73	1.217,61	1.241,96	1.266,80	1.292,13	1.317,98
Operador de Máquinas Agrícolas, Técnico em Higiene Bucal	VI	1.160,00	1.183,20	1.206,86	1.231,00	1.255,62	1.280,73	1.306,35	1.332,48	1.359,12	1.386,31	1.414,03	1.442,31
Técnico em Enfermagem	VII	1.450,00	1.479,00	1.508,58	1.538,75	1.569,53	1.600,92	1.632,94	1.665,59	1.698,91	1.732,88	1.767,54	1.802,89
Motorista, Pedreiro, Fiscal Vigilância Sanitária	VIII	1.550,00	1.581,00	1.612,62	1.644,87	1.677,77	1.711,33	1.745,55	1.780,46	1.816,07	1.852,39	1.889,44	1.927,23
Agente Administrativo	IX	1.720,00	1.754,40	1.789,49	1.825,28	1.861,78	1.899,02	1.937,00	1.975,74	2.015,25	2.055,56	2.096,67	2.138,60
Fonoaudiólogo 20h, Psicólogo 20h, Psicopedagogo 20h, Fisioterapeuta 20h, Farmacêutico 20h, Nutricionista 20h, Assistente Social 20h	X	1.760,00	1.795,20	1.831,10	1.867,73	1.905,08	1.943,18	1.982,05	2.021,69	2.062,12	2.103,36	2.145,43	2.188,34
Operador de Máquinas Pesadas, Fiscal de Obras e Posturas, Mecânico	XI	1.800,00	1.836,00	1.872,72	1.910,17	1.948,38	1.987,35	2.027,09	2.067,63	2.108,99	2.151,17	2.194,19	2.238,07
Técnico Modalidade Esportiva 40h	XII	1.900,00	1.938,00	1.976,76	2.016,30	2.056,62	2.097,75	2.139,71	2.182,50	2.226,15	2.270,68	2.316,09	2.362,41

Arquiteto/ Urbanista 20h, Engenheiro Civil 20h, Técnico em Agricultura e/ ou Pecuária 40h, Médico Veterinário 20h, Operador de Escavadeira Hidráulica	XIII	2.275,00	2.320,50	2.366,91	2.414,25	2.462,53	2.511,78	2.562,02	2.613,26	2.665,53	2.718,84	2.773,21	2.828,68
Agente Administrativo e Financeiro, Controlador Interno, Odontólogo 20h.	XIV	2.900,00	2.958,00	3.017,16	3.077,50	3.139,05	3.201,83	3.265,87	3.331,19	3.397,81	3.465,77	3.535,08	3.605,79
Assistente Social 40h, Biólogo 40h, Fonoaudiólogo 40h, Psicólogo 40h, Psicope- dagogo 40h, Fisioterapeuta 40h, Farma- ceutico 40h, Nutricionista 40h, Fiscal de Tributos	XV	3.520,00	3.590,40	3.662,21	3.735,45	3.810,16	3.886,36	3.964,09	4.043,37	4.124,24	4.206,73	4.290,86	4.376,68
Engenheiro Ci- vil 40h, Arqui- teto/Urbanista 40h, Médico Veterinário 40h, Enfermei- ro 40h	XVI	4.550,00	4.641,00	4.733,82	4.828,50	4.925,07	5.023,57	5.124,04	5.226,52	5.331,05	5.437,67	5.546,42	5.657,35
Contador 40h	XVII	4.700,00	4.794,00	4.889,88	4.987,68	5.087,43	5.189,18	5.292,96	5.398,82	5.506,80	5.616,94	5.729,27	5.843,86
Advogado 40h, Odonto- logo 40h	XVIII	5.440,00	5.548,80	5.659,78	5.772,97	5.888,43	6.006,20	6.126,32	6.248,85	6.373,83	6.501,30	6.631,33	6.763,96
Médico Espe- cialista 20h	XIX	6.570,00	6.701,40	6.835,43	6.972,14	7.111,58	7.253,81	7.398,89	7.546,86	7.697,80	7.851,76	8.008,79	8.168,97
Médico Clínico Geral 40h	XX	13.140,00	13.402,80	13.670,86	13.944,27	14.223,16	14.507,62	14.797,77	15.093,73	15.395,60	15.703,52	16.017,59	16.337,94

Tabela de Vencimentos - Cargos Suplementares - Variação = 2,0%

Cargos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
Assistente de Esportes, Agente de Compras e Licitações	EX-I	2.900,00	2.958,00	3.017,16	3.077,50	3.139,05	3.201,83	3.265,87	3.331,19	3.397,81	3.465,77	3.535,08	3.605,79
Fisioterapeuta com Especiali- zação 20h	EX-II	3.025,00	3.085,50	3.147,21	3.210,15	3.274,36	3.339,84	3.406,64	3.474,77	3.544,27	3.615,16	3.687,46	3.761,21
Assistente Social 30h	EX-III	3.520,00	3.590,40	3.662,21	3.735,45	3.810,16	3.886,36	3.964,09	4.043,37	4.124,24	4.206,73	4.290,86	4.376,68
Assistente Artístico Cultural, Téc- nico Tributário, Assistente em CPD	EX-IV	3.700,00	3.774,00	3.849,48	3.926,47	4.005,00	4.085,10	4.166,80	4.250,14	4.335,14	4.421,84	4.510,28	4.600,48
Bioquímico	EX-V	4.515,00	4.605,30	4.697,41	4.791,35	4.887,18	4.984,92	5.084,62	5.186,32	5.290,04	5.395,84	5.503,76	5.613,84

ANEXO IV - Cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal Hierarquizados por Níveis de Vencimento

Níveis de Vencimento	Denominação dos Cargos
I	Agente Auxiliar na Educação Infantil.
II	Auxiliar de Serviços Gerais; Cozinheiro.
III	Auxiliar de Consultório Odontológico, Auxiliar de Obras e Serviços Públicos.
IV	Técnico em Modalidade Esportiva 20h
V	Atendente de Biblioteca; Auxiliar Administrativo e de Comunicações.
VI	Operador de Máquinas Agrícolas, Técnico em Higiene Bucal.
VII	Técnico de Enfermagem
VIII	Fiscal da Vigilância Sanitária e Meio Ambiente, Motorista; Pedreiro.
IX	Agente Administrativo
X	Assistente Social 20h; Farmacêutico 20h; Fisioterapeuta 20h; Fonoaudiólogo 20h; Nutricionista 20h; Psicólogo 20h; Psicopedagogo 20h.
XI	Operador de Máquinas Pesadas; Fiscal de Obras e Posturas; Mecânico.
XII	Técnico em Modalidade Esportiva 40h.
XIII	Arquiteto/Urbanista 20h; Engenheiro Civil 20h; Médico Veterinário 20h; Operador de Escavadeira Hidráulica, Técnico em Agricultura e/ou Pecuária.
XIV	Agente Administrativo e Financeiro; Controlador, Odontólogo 20h.
XV	Assistente Social; Biólogo; Farmacêutico 40h; Fisioterapeuta 40h; Fiscal de Tributos; Fonoaudiólogo 40h; Nutricionista 40h; Psicólogo 40h; Psicopedagogo 40h.
XVI	Arquiteto/Urbanista 40h; Enfermeiro 40h; Engenheiro Civil 40h; Médico Veterinário 40h.
XVII	Contador 40h
XVIII	Advogado 40h; Odontólogo 40h
XIX	Médico Especialista 20h
XX	Médico Clínico Geral 40h

**ANEXO V
GRUPO OCUPACIONAL I**
1. Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

2. Descrição sintética: executar serviços de limpeza predial, arrumação e de zeladoria, bem como auxiliar no preparo de refeições.

3. Requisito para provimento:

Instrução - Anos iniciais do Ensino Fundamental

4. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que ocupa, observado o interstício de 03 (três) anos no padrão que ocupa e o atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

a) quando no exercício de tarefas de copa e cozinha:

- preparar e servir café e chá a visitantes, dirigentes e servidores do setor;
- lavar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha;
- arrumar e, posteriormente, recolher bandejas com copos, xícaras, pratos, bules, açucareiros e garrafas térmicas;
- lavar, secar e guardar todos os materiais utilizados nas copas e

nas cozinhas;

- manter limpo os utensílios de copa e cozinha;
- auxiliar em barracas, stands ou em festividades e eventos promovidos pela Prefeitura a servir produtos e a efetuar a limpeza dos materiais utilizados;
- auxiliar no preparo de refeições, lavando, selecionando e cortando alimentos;
- auxiliar o recebimento e estocagem da merenda escolar verificando, diariamente, os prazos de validade dos alimentos, descartando os inservíveis e solicitando à chefia sua reposição.

b) quando no exercício de tarefas de limpeza:

- percorrer as dependências da Prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos;
- limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas;
- realizar a limpeza, desinfecção e higienização de todas as dependências dos próprios municipais como a sede da Prefeitura, a rodoviária, as escolas, as unidades de saúde, os ambulatórios, hospitais, banheiros públicos, entre outros, instalados ou que vierem a ser instalados, inclusive os locais temporariamente destinados a eventos, seguindo, sempre, as normas de limpeza e desinfecção próprias de cada unidade da Prefeitura ou conforme normas e determinação superior;
- esfregar chão, paredes, aparelhos sanitários, bancadas, portas, janelas e mobiliário, no que couber, utilizando materiais e equipamentos próprios de modo a manter e conservar os próprios municipais;
- aplicar cera e lustar chão e móveis;
- conservar banheiros e cozinhas, efetuando a reposição de materiais como sabão, sabonete, toalhas, panos de mão, de copa e de chão, papel toalha e papel higiênico;
- auxiliar nas tarefas de limpeza, higienização e desinfecção de vidraria - frascos, tubos de ensaios, balões e outros, utilizados na área da saúde, de acordo com determinação superior e observadas as normas determinadas para o setor;
- auxiliar nas tarefas de limpeza, desinfecção e organização dos laboratórios de análises clínicas municipais, arrumando estantes, armários, depósitos, transportando, entregando e descarregando materiais, observando cuidados com materiais e produtos, de acordo com as normas do setor;
- recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações;
- coletar, seletivamente, lixo orgânico e inorgânico das lixeiras e cestas localizadas nos prédios municipais, ensacando-os adequadamente, e efetuando sua disposição final, conforme orientação superior;
- coletar o lixo hospitalar, consultórios e outras unidades de saúde, ensacando-o adequadamente e realizando sua disposição final, conforme orientação específica recebida;

1. Cargo: AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

2. Descrição sintética: executar, sob supervisão, tarefas braçais simples, que não exijam conhecimentos ou habilidades especiais, tais como varrição de ruas, parques e jardins, limpeza de ralos, caixas de passagem e bocas-de-lobo, capina e roçada de terrenos, transporte de materiais de construção, móveis, equipamentos e ferramentas, carga e descarga de veículos.

3. Requisito para provimento:

Instrução - anos iniciais do Ensino Fundamental.

4. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que ocupa, observado o interstício de 03 (três) anos no padrão que ocupa e o atingimento da pontuação mínima nas

avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- varrer ruas, praças, parques e jardins do Município, utilizando vassouras, ancinhos e outros instrumentos similares, para manter os referidos locais em condições de higiene e trânsito;
- percorrer os logradouros, seguindo roteiros preestabelecidos, para aparar o gramado de ruas, vias expressas, praças e demais logradouros públicos municipais, recolhendo e acondicionando a grama em latões, sacos plásticos, cestos, carrinhos de tração manual e outros depósitos adequados;
- limpar ralos, caixas de passagem e bocas-de-lobo e raspar meios-fios;
- fazer abertura e limpeza de valas, limpeza de galerias, fossas sépticas, esgotos, caixas de areias, poços e tanques bem como capinar e roçar terrenos, quebrar pedras e pavimentos;
- auxiliar no nivelamento de superfícies a serem pavimentadas e na execução de serviços de calçetaria;
- auxiliar na fabricação de tijolos, manilhas, tubos, telhas e outros artefatos de cimento ou barro;
- auxiliar no preparo de argamassa, concreto, redes de esgoto pluvial e cloacal, caixas de redes de inspeção, bocas-de-lobo e executar outras tarefas auxiliares de obras;
- moldar bloquetes, mourões, placas e outros artefatos pré-moldados, utilizando a fôrma e o material adequado, seguindo instruções predeterminadas;
- colocar e retirar correntes e lonas nas caixas estacionárias bem como descarregá-las em aterro sanitário;
- auxiliar na construção de palanques e andaimes e outras obras;
- transportar materiais de construção, móveis, equipamentos e ferramentas, de acordo com instruções recebidas e carregar e descarregar veículos, empilhando os materiais nos locais indicados;
- limpar, lubrificar e guardar ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho que não exijam conhecimentos especiais;
- observar as medidas de segurança na execução das tarefas, usando equipamentos de proteção e tomando precauções para não causar danos a terceiros;
- executar outras atribuições afins.

1. Cargo: COZINHEIRO

2. Descrição sintética: preparar e distribuir refeições para atender aos programas alimentares executados pela Prefeitura Municipal, de acordo com a orientação do Programa Nacional de Alimentação.

3. Requisito para provimento:

Instrução - Ensino Fundamental completo.

4. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que ocupa, observado o interstício de 03 (três) anos no padrão que ocupa e o atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- verificar o estado de conservação dos alimentos, separando os que não estejam em condições adequadas de utilização, a fim de assegurar a qualidade das refeições preparadas;
- preparar refeições, selecionando, lavando, cortando, temperando e cozinhando os alimentos, de acordo com orientação recebida;
- distribuir as refeições preparadas, servindo-as conforme rotina predeterminada, para atender aos comensais;
- registrar, em formulários específicos, o número de refeições servidas, bem como a aceitabilidade dos alimentos oferecidos, para efeito de controle;
- requisitar material e mantimentos, quando necessário;
- receber e armazenar os gêneros alimentícios, de acordo com normas e instruções estabelecidas, a fim de atender aos requisitos

de conservação e higiene;

- proceder a limpeza, lavagem e guarda de pratos, panelas, garfos, facas e demais utensílios de copa e cozinha;
- dispor adequadamente os restos de comida e lixo da cozinha, de forma a evitar proliferação de insetos;
- receber e controlar estoques de diversos gêneros alimentícios;
- responsabilizar-se pelos prazos de validade dos gêneros alimentícios;
- zelar pela conservação e limpeza do local de trabalho, bem como dos instrumentos e equipamentos que utiliza;
- observar as normas de Higiene no Trabalho e no Manual da Merendeira, utilizando uniformes, toucas para cobrir os cabelos, luvas para preparo e manuseio de alimentos e calçado fechado e lavando as mãos antes e após o preparo dos alimentos;
- seguir cardápio estabelecido para as faixas etárias;
- obedecer os padrões de porções utilizados pelo Setor de Nutrição;
- seguir a orientação das dietas estabelecidas para crianças que necessitam de dieta especial;
- participar de cursos de formação, oficinas práticas e teóricas quando convocados;
- registrar, em formulários específicos, a saída diária de gêneros para o preparo de refeições;
- informar ao Setor de Nutrição, qualquer irregularidade com os alimentos que coloquem em risco os comensais;
- executar outras atribuições afins.

1. Cargo: PEDREIRO

2. Descrição sintética: executar serviços de construção, manutenção e demolição de obras de alvenaria.

3. Requisito para provimento:

Instrução - anos iniciais do Ensino Fundamental.

4. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que ocupa, observado o interstício de 03 (três) anos no padrão que ocupa e o atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- preparar argamassa e concreto;
- construir alicerces, empregando pedras ou cimento, para fornecer a base de paredes, muros e construções similares;
- assentar tijolos, ladrilhos, azulejos, pedras e outros materiais;
- revestir pisos, paredes e tetos, aplicando camadas de cimento ou assentando ladrilhos, azulejos e similares, de acordo com instruções recebidas;
- aplicar camadas de gesso sobre as partes interiores e tetos de edificações;
- construir bases de concreto ou de outro material, conforme as especificações e instruções recebidas, para possibilitar a instalação de máquinas, postes e similares;
- construir caixas d'água, caixas coletoras de água e esgoto, bem como caixas de concreto para colocação de bocas-de-lobo;
- executar trabalhos de reforma e manutenção de prédios;
- montar tubulações para instalações elétricas;
- preparar superfícies a serem pavimentadas e pavimentá-las, assentando pedras ou elementos de concreto pré-moldados;
- assentar meios-fios;
- executar trabalhos de manutenção e recuperação de pavimentos;

ATRIBUIÇÕES COMUNS A TODOS OS CARGOS DO GRUPO :

- orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução dos trabalhos típicos deste grupo;
- zelar pela conservação e guarda dos materiais, ferramentas e

equipamentos que utiliza nas obras;

- manter limpo e arrumado o local de trabalho;
- requisitar o material necessário à execução dos trabalhos;
- interpretar croquis ou plantas, observando as especificações pre-determinadas;
- auxiliar, eventualmente, na execução de tarefas pertinentes às outras especialidades desta classe, que não seja a sua, sob supervisão;
- executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL II

MECÂNICA E TRANSPORTES

1. Cargo:MECÂNICO

2. Descrição sintética: executar tarefas relativas a regulagem, conserto, substituição de peças ou partes de veículos, máquinas pesadas e demais equipamentos eletromecânicos.

3. Requisitos para provimento:

Instrução -Conclusão do Ensino Fundamental e curso de Mecânica Automotiva.

4. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que ocupa, observado o interstício de 03 (três) anos no padrão que ocupa e o atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

a) quanto aos serviços de mecânica de veículos:

- inspecionar veículos em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
- desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário;
- revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
- regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular;
- montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;
- fazer reparos simples no sistema elétrico de veículos;

b) quanto aos serviços de mecânica de máquinas pesadas:

- inspecionar máquinas pesadas em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
- desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário;
- revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
- regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular;
- montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;
- fazer reparos simples no sistema elétrico de máquinas pesadas;

c) quanto aos serviços de chapeação e pintura:

- reparar as partes deformadas da carroceria, como paralamas, tampos e guarda-malas, desamassando-as, utilizando martelos, esticadores, alavancas e macacos, para devolver às peças a sua forma original;
- retirar da carroceria as partes deformadas, como frentes, radiadores, portas e outras peças, utilizando ferramentas manuais, para consertá-las ou substituí-las por outras perfeitas;
- lixar ou limar as partes recompostas, utilizando ferramentas manuais, lixas e máquinas apropriadas, para uniformizar e alisar essas partes;
- aplicar material anticorrosivo, utilizando pincéis e trinchas, para proteger a chapa;
- reparar fechaduras, dobradiças, batentes, trincos e fechos, para mantê-los em bom estado;
- substituir canaletas, frisos, parachoques e outros elementos, retirando as peças danificadas e instalando outras, para manter a carroceria em bom estado;
- limpar as superfícies da peça a ser pintada ou retirar a pintura velha, utilizando solventes, raspadeiras e jatos de ar, para deixá-las em condições de iniciar o trabalho de pintura;
- preparar as superfícies a serem pintadas, emassando-as, lixando-as e recortando as emendas, a fim de corrigir os defeitos e facilitar o espargimento e aderência da tinta;
- proteger as partes que não devem ser pintadas, recobrimo-as com papel adesivo, para evitar que sejam atingidas pelo jato de tinta;
- preparar tintas para aplicação, efetuando misturas e adicionando pigmentos, óleos, substâncias diluentes e secantes;
- verificar e testar as cores obtidas, bem como avaliar a quantidade necessária, para a superfície a ser pintada;
- abastecer de tinta o depósito da pistola e fazer a regulagem das válvulas de pressão do ar e do bocal do aparelho;
- pulverizar as superfícies, aplicando camadas de tinta, de acordo com as características do serviço;
- retocar e polir superfícies, a fim de assegurar o bom acabamento dos trabalhos;

d) atribuições comuns a todos os serviços:

- acompanhar e avaliar os serviços prestados por oficinas externas, verificando a qualidade, o orçamento elaborado e controlando o prazo de realização dos serviços;
- realizar a manutenção de máquinas e veículos em campo;
- orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das atribuições típicas do cargo;
- manter limpo o local de trabalho;
- zelar pela guarda e conservação de ferramentas, equipamentos e materiais que utiliza;
- observar as normas de higiene e segurança do trabalho;
- executar outras atribuições afins.

1. Cargo:MOTORISTA

2. Descrição sintética: dirigir veículos automotivos como automóveis, ambulâncias, caminhões e ônibus.

3. Requisitos para provimento:

Instrução - Ensino Fundamental completo, acrescido de Carteira de Habilitação para condução de veículos na categoria "D".

4. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que ocupa, observado o interstício de 03 (três) anos no padrão que ocupa e o atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- dirigir automóveis, caminhonetes, caminhões, ônibus e demais veículos pertencentes ao município;

- dirigir ambulâncias para transporte de pacientes impossibilitados de andar ou que necessitem de atendimento urgente, dentro e fora do Município;
- auxiliar no embarque e desembarque de pacientes e dos medicamentos, quando for o caso;
- realizar plantões de atendimento conforme orientação da secretaria a qual estiver vinculado;
- verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, faróis, abastecimento de combustível dentre outros, tomando as providências cabíveis para a adequada utilização;
- verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa e atualizada;
- dirigir caminhões, verificando diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível, entre outros, para o transporte de cargas;
- dirigir ônibus para transporte de alunos da rede municipal de ensino, verificando diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização;
- zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis para prevenção ou solução de qualquer anormalidade, para garantir a segurança dos passageiros, transeuntes e outros veículos;
- observar os limites de carga preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura;
- fazer pequenos reparos de urgência;
- manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário;
- observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo;
- anotar, segundo normas estabelecidas, a quilometragem rodada, as viagens realizadas, objetos e pessoas transportadas, itinerários e outras ocorrências;
- recolher o veículo após o serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado;
- auxiliar no carregamento e descarregamento de volumes;
- conduzir os servidores da Prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas;
- executar outras atribuições afins.

1. Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

2. Descrição sintética: operar máquinas agrícolas montadas sobre rodas e providas de implementos auxiliares que servem para nivelar, escarificar, mexer a terra ou semear.

3. Requisitos para provimento:

Instrução -Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acrescido de CNH, categoria "C".

4. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que ocupa, observado o interstício de 03 (três) anos no padrão que ocupa e o atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- operar máquinas agrícolas, para execução de serviços de aragem, gradeamento e nivelamento de solo, carregamento e descarregamento de material, entre outros;
- conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;
- operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, gradear ou escarificar a terra para plantio;
- zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento

das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;

- pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;
- efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento;
- acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;
- anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia;
- executar outras atribuições afins.

1. Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

2. Descrição sintética: operar máquinas montadas sobre rodas ou esteiras e providas de implementos auxiliares que servem para nivelar, escavar, mexer ou carregar terra, pedra, areia, cascalho e similares.

3. Requisitos para provimento:

Instrução -Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acrescido de CNH, categoria "C".

Experiência - mínimo de 2 (dois) anos no exercício comprovado nas atividades descritas por meio de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou ato de investidura em cargo público.

4. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que ocupa, observado o interstício de 03 (três) anos no padrão que ocupa e o atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- operar máquinas agrícolas, motoniveladoras, retroescavadeiras, carregadeiras, rolo compactador, pá mecânica, patrôla e outros, para execução de serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação, conservação de vias, carregamento e descarregamento de material, entre outros;
- conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;
- operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;
- zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;
- pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;
- efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento;
- acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;
- anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia;
- executar outras atribuições afins.

1. Cargo: OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

2. Descrição sintética: operar escavadeiras hidráulicas.

3. Requisitos para provimento:

Instrução -Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acrescido de CNH, categoria "C".

Experiência - mínimo de 2 (dois) anos no exercício comprovado nas atividades descritas por meio de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou ato de investidura em cargo público.

4. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que ocupa, observado o interstício de 03 (três) anos no padrão que ocupa e o atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- operar máquina escavadeira com comandos hidráulicos, para execução de serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação, conservação de vias, carregamento e descarregamento de material, entre outros;
- conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos hidráulicos, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;
- zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;
- pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;
- efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento;
- acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;
- anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia;
- executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL III**APOIO À AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO e CULTURA****1. Cargo: AGENTE DE APOIO À EDUCAÇÃO INFANTIL**

2. Descrição sintética: executar, sob supervisão, atividades auxiliares e de apoio à educação infantil, zelando pela higiene, segurança e saúde das crianças.

3. Requisitos para provimento:

Instrução -Ensino Médio Completo

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que pertence observado o interstício de 3 (três) anos na classe em que se encontra e o atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- Responsabilizar-se pelas crianças nos horários de entrada e saída da Unidade de Educação Infantil.
- Auxiliar os professores nas atividades diárias dentro da instituição, acompanhando e interagindo com as crianças nas atividades de alimentação, higiene, jogos e brincadeiras.
- Auxiliar na organização das salas e equipamentos da Unidade de Educação.
- observar, diariamente, o estado de saúde das crianças verificando temperatura corporal, aspecto geral, além de outros indicadores, para, caso identificada alguma anormalidade, informar ao profissional responsável pela área;
- ministrar, de acordo com prescrição médica, remédios e

tratamentos que não exijam conhecimentos especializados;

- promover, nos horários determinados e em eventualidades, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras ações relacionadas aos serviços;
- prestar os primeiros socorros às crianças, cientificando o professor do ocorrido;
- observar regras de segurança no atendimento às crianças e na utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias;
- proporcionar ambiente agradável para a hora do soninho dos bebês e das demais crianças que necessitarem;
- acompanhar as crianças em passeios, visitas e festividades sociais da Unidade;
- participar de atividades de formação e capacitação;
- Realizar outras atividades correlatas à função.

1. Cargo: ATENDENTE DE BIBLIOTECA

2. Descrição sintética: administrar a biblioteca segundo princípios de organização e catalogação de acervos bibliotecários, bem como atender e orientar a comunidade na consulta ao acervo da biblioteca.

3. Requisitos para provimento:

Instrução -Ensino Médio completo

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que ocupa observado o interstício de 3 (três) anos na classe em que se encontra e o atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- Organizar e manter atualizado o registro de livros, de documentos técnicos, científicos e de legislações;
- Catalogar e classificar o acervo da biblioteca zelando por sua conservação;
- Realizar pesquisas e levantamentos de livros e documentos solicitados;
- Providenciar a requisição de obras culturais e científicas e periódicos de interesse da Prefeitura e da comunidade;
- Manter sistema de controle de consultas e empréstimos;
- Formular e implementar políticas de incentivo ao hábito da leitura e desenvolvimento da biblioteca;
- Participar do planejamento do Projeto Político e Pedagógico das Unidades de Ensino, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação;
- Oferecer atendimento e orientação aos usuários da biblioteca;
- Restaurar e zelar pela conservação do acervo;
- Realizar outras atividades correlatas à função.

GRUPO OCUPACIONAL IV**APOIO À SAÚDE****1. Cargo: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO**

2. Descrição sintética: auxiliar o Técnico em Saúde Bucal e/ou o Odontólogo no atendimento a pacientes em consultórios, clínicas e ambulatórios odontológicos que possuam o serviço de odontologia.

3. Requisitos para provimento:

Instrução - Ensino Fundamental completo, acrescido de curso para qualificação profissional de Auxiliar de Consultório Dentário, com carga horária mínima de 100 horas e/ou declaração de registro no CRO.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que pertence observado o interstício de 3 (três) anos na classe em que se encontra e o atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- receber, registrar e encaminhar pacientes para atendimento odontológico;
- preencher e anotar fichas clínicas com dados individuais dos pacientes, bem como boletins de informações odontológicas;
- informar os horários de atendimento e agendar consultas, pessoalmente ou por telefone;
- controlar fichário e arquivo de documentos relativos ao histórico dos pacientes, organizando-os e mantendo-os atualizados, para possibilitar ao Odontólogo consultá-los, quando necessário;
- atender os pacientes, procurando identificá-los, averiguando as necessidades e o histórico clínico dos mesmos, para prestar-lhes informações, receber recados ou encaminhá-los ao Odontólogo;
- esterilizar os instrumentos utilizados no consultório;
- revelar e montar radiografias intraorais;
- auxiliar o Odontólogo e o Técnico de Higiene Bucal no atendimento ao paciente e no preparo do material a ser utilizado na consulta;
- instrumentar o Odontólogo e o Técnico em Higiene Bucal junto à cadeira operatória;
- promover o isolamento do campo operatório;
- aplicar métodos preventivos para controle de cárie dental;
- receber, registrar e encaminhar material para exame de laboratório, de acordo com orientações recebidas;
- orientar os pacientes sobre higiene bucal;
- zelar pela assepsia, conservação e recolhimento de material, utilizando estufas e armários, e mantendo o equipamento odontológico em estado funcional, para assegurar os padrões de qualidade e funcionalidade requeridos;
- zelar pela conservação e limpeza dos utensílios e das dependências do local de trabalho;
- providenciar a distribuição e a reposição de estoques de medicamentos, de acordo com orientação superior;
- colaborar na orientação ao público em campanhas de prevenção à cárie;
- preencher o mapa de produtividade da unidade, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata;
- executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL V

APOIO ADMINISTRATIVO-CONTÁBIL-FINANCEIRO

1. Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO

2. Descrição sintética: assessorar os técnicos da área administrativa, financeira e contábil com a finalidade de executar trabalhos de controle, digitação e elaboração de documentos e apoio administrativo em geral.

3. Requisitos para provimento:

Instrução - Curso de Nível Médio completo.

Outros requisitos - conhecimentos básicos de processador de textos, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que pertence observado o interstício de 3 (três) anos na classe em que se encontra e o atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- realizar atividades administrativas e burocráticas (digitação, arquivo e guarda de livros, documentos, emissão, classificação e

controle de correspondências e documentos oficiais, relatórios, lançamentos, etc.);

- executar atividades de apoio ao desenvolvimento de trabalhos de natureza técnica e administrativa na área de pessoal, orçamentária, contábil e financeira;
- atender ao público e encaminhar soluções e alternativas;
- obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados;
- realizar e atender ligações telefônicas;
- redigir e digitar textos, cartas, ofícios, memorandos, e outros documentos;
- auxiliar na separação, classificação, distribuição, numeração e expedição de licenças e correspondências;
- digitalizar e manter arquivos de documentos eletrônicos;
- entregar avisos, correspondências, impressos de divulgação e outros de interesse do Município, aos respectivos munícipes;
- organizar e atualizar arquivos, fichários ou listagens;
- executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

1. Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO

2. Descrição sintética: auxiliar nas atividades administrativas com a finalidade de executar trabalhos de recepção, atendimento, digitação e elaboração de documentos e apoio administrativo em geral.

3. Requisitos para provimento:

Instrução - Curso de Nível Médio completo.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente superior na classe que pertence observado o interstício de 3 (três) anos na classe em que se encontra e o atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- realizar atividades administrativas e burocráticas (digitação, arquivo e guarda de livros, documentos, emissão, classificação e controle de correspondências e documentos oficiais, relatórios, lançamentos, etc.);
- atender ao público e encaminhar soluções e alternativas;
- obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados;
- realizar e atender ligações telefônicas;
- operar aparelhos de "fac-símile" e outros de comunicação;
- receber, organizar os jornais e providenciar o arquivamento de uma edição do jornal regional que realiza as publicações oficiais;
- redigir e digitar textos, cartas, ofícios, memorandos, e outros documentos;
- auxiliar na guarda e dispensação de medicamentos, bem como registro e controle de entrega dos mesmos;
- receber e entregar avisos, correspondências, impressos de divulgação e outros de interesse do Município, aos respectivos munícipes;
- auxiliar na digitalização e manutenção de arquivos de documentos eletrônicos;
- organizar e atualizar arquivos, fichários ou listagens;
- executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

GRUPO OCUPACIONAL VI

FISCALIZAÇÃO

1. Cargo: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

2. Descrição sintética: fiscalizar imóveis recém-construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e

janelas, a fim de informar processos de concessão de habite-se e garantir o cumprimento das normas estabelecidas no Código de Posturas e Plano Diretor do Município.

3. Requisitos para provimento:

Instrução - Diploma de conclusão do Ensino Médio.

Outros requisitos - conhecimentos básicos de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet e habilitação para a condução de veículos, categoria A/B.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence.

observado o interstício de 3 (três) anos na classe em que se encontra e atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas

- verificar e orientar os munícipes no cumprimento do código municipal de posturas;
- verificar o licenciamento de construção ou reconstrução, embarcando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado;
- embargar construções clandestinas, irregulares ou ilícitas;
- verificar a colocação de andaimes e tapumes nas obras em execução, bem como a carga e descarga de material na via pública;
- analisar e emitir parecer nos pedidos de demolição e habite-se;
- verificar a existência de habite-se nos imóveis construídos, reconstruídos ou que tenham sofrido alterações de ampliação, transformação e redução;
- acompanhar os profissionais da Prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas em sua jurisdição;
- inspecionar a execução de reformas de prédios municipais;
- verificar alinhamentos e cotas indicados nos projetos, bem como verificar se todas as especificações do mesmo estão cumpridas;
- fiscalizar as obras e serviços realizados em logradouros públicos no que se refere a licença exigida pela legislação específica, se particulares;
- realizar sindicâncias especiais para instrução de processos ou apuração de denúncias e reclamações;
- preparar certidões de existência e de demolição de imóveis, procedendo ao levantamento cadastral da unidade imobiliária na Prefeitura, bem como ir ao local onde o mesmo está localizado para certificar-se, pessoalmente, de sua existência ou demolição;
- emitir relatórios periódicos sobre suas atividades e manter a chefia permanentemente informada a respeito das irregularidades encontradas;
- fiscalizar as áreas pertencentes à Municipalidade impedindo sua ocupação;
- fiscalizar a abertura de loteamentos e inspecionar áreas a serem lembradas verificando se as mesmas estão de acordo com a legislação urbanística do Município e com os projetos apresentados;
- intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar outras providências relativas aos violadores das posturas municipais e da legislação urbanística;
- auxiliar na realização de pesquisas de campo, bem como coletar e fornecer dados para a atualização dos cadastros urbanístico e fiscal do Município;
- participar, juntamente com técnicos da área, das revisões e atualizações do cadastro técnico imobiliário e fiscal para efeito de avaliação e revisão de valores venais para cálculo do IPTU;
- orientar o contribuinte quanto ao cumprimento da regulamentação urbanística no âmbito municipal;
- realizar plantões e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas;
- contatar, quando necessário, órgãos públicos, comunicando a emergência e solicitando socorro;
- redigir memorandos, ofícios, relatórios e demais documentos relativos aos serviços de fiscalização executados;

- formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes;
- articular-se com fiscais de outras áreas, objetivando a fiscalização integrada e o cumprimento da legislação no que for área de sua responsabilidade;
- participar das atividades administrativas e de apoio referentes à sua área de atuação;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.
- atuar na numeração das edificações.

1. Cargo: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E MEIO AMBIENTE

2. Descrição sintética: inspecionar ambientes e estabelecimentos de alimentação pública, estabelecimentos da área de produtos e serviços da área de saúde, verificando o cumprimento das normas de higiene sanitária contidas na legislação em vigor.

3. Requisitos para provimento:

Instrução - Diploma de conclusão do Ensino Médio.

Outros requisitos - conhecimentos básicos de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet e habilitação para a condução de veículos, categoria A/B.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence.

observado o interstício de 3 (três) anos na classe em que se encontra e atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas

- integrar a equipe de vigilância sanitária;
- proceder à fiscalização dos estabelecimentos de venda de gêneros alimentícios, área de serviços e produtos, inspecionando a qualidade, o estado de conservação e as condições de armazenamento dos produtos oferecidos ao consumo;
- proceder à fiscalização dos estabelecimentos que fabricam ou manuseiam alimentos, inspecionando as condições de higiene das instalações, dos equipamentos e das pessoas que manipulam os alimentos;
- proceder à fiscalização nos estabelecimentos da área de saúde, verificando as condições de estrutura, armazenagem, vencimentos e registro de produtos e medicamentos, manipulação e paramentação;
- colher amostras de gêneros alimentícios para análise em laboratório, quando for o caso;
- providenciar a interdição da venda de alimentos impróprios ao consumidor;
- providenciar a interdição de locais com presença de animais, tais como pocilgas e galinheiros, que estejam instalados em desacordo com as normas constantes da Legislação Sanitária;
- inspecionar hotéis, restaurantes, laboratórios de análises clínicas, farmácias, consultórios médicos ou odontológicos, entre outros, observando a conformidade das instalações de acordo com a legislação;
- verificar as infrações e proceder a instauração de processos administrativos e proceder às devidas autuações de interdições, inutilização e apreensão inerentes à função;
- orientar o comércio e a indústria quanto às normas de higiene sanitária;
- lavrar e assinar autos de infração, relatórios e pareceres referentes às ações executadas;
- elaborar relatórios das inspeções realizadas;
- executar outras atribuições, conforme legislação pertinente à vigilância sanitária, seja lei federal, estadual e/ou municipal;

GRUPO OCUPACIONAL VII NÍVEL TÉCNICO

1. Cargo: TÉCNICO EM AGRICULTURA E/OU PECUÁRIA

2. Formação agropecuária ou agricultura ou pecuária ou zootecnia

3. Requisitos para provimento:

Instrução - Curso de Nível Médio ou Técnico de Nível Médio, de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe, quando se tratar de profissão regulamentada.

Outros requisitos - conhecimentos básicos de processador de textos, planilhas eletrônicas, internet e habilitação para a condução de veículos.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence.

observado o interstício de 3 (três) anos na classe em que se encontra e atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- organizar e executar os trabalhos relativos a programas e projetos de viveiros ou de culturas externas, determinados pela Prefeitura, para promover a aplicação de novas técnicas de tratamento e cultivos gerais;
- orientar os trabalhos executados nos viveiros, em áreas verdes do Município, a população e os participantes dos projetos, visitando a área a ser cultivada e recolhendo amostras do solo, instruindo-os sobre técnicas adequadas de desmatamento, balizamento, coveamento, preparo e transplante de mudas, sombreamento, poda de formação e raleamento de sombra, acompanhando o desenvolvimento do plantio, verificando os aspectos fitossanitários, fazendo recomendações para sua melhoria ou colhendo materiais e informações para estudos que possibilitem recomendações mais adequadas;
- auxiliar na identificação de pragas ou doenças que afetam os plantios em viveiros, áreas verdes e cultivos externos do interesse da Prefeitura Municipal, para fornecer subsídios que facilitem a escolha de meios de combate ou prevenção das mesmas;
- orientar sobre a aplicação de fertilizantes e corretivos de solos nos viveiros ou em outras áreas, indicando a qualidade e a quantidade apropriadas a cada caso, instruindo quanto à técnica de aplicação, esclarecendo dúvidas e fazendo demonstrações práticas para sua correta utilização;
- proceder à coleta de amostras de solo, sempre que necessário, e enviá-las para análise;
- orientar o balizamento de áreas destinadas a implantação de mudas ou cultivos, medindo, fixando piquetes e observando a distância recomendada para cada tipo de cultura;
- orientar a preparação de mudas, fornecendo sementes e recipientes apropriados, instruindo sobre a construção de ripados, escolha da terra e de insumos, acompanhando o crescimento das mesmas, verificando o aparecimento de pragas e doenças;
- orientar procedimentos de biossegurança recomendando o uso racional, isolamento de áreas a pessoas e animais, destinação final e desinfecção de embalagens e plantas e outras medidas de cautela quando do uso de agrotóxicos e medicamentos veterinários;
- manejar a reprodução de animais através de inseminação, sincronização e cruzamentos, formular rações de animais, auxiliar nos partos difíceis e na realização de necropsias de animais
- promover o manejo zootécnico adequando à espécie ao ambiente, cuidar de recém nascidos, sexar animais e identificá-los (ferro, tatuagem, brinco, chips), separar animais por categorias e raças, participar do corte de rabos, castração, descorneamento, casqueamento, tosquamento, debicamento e outras atividades relativas ao trato de espécies animais para produção;
- orientar e supervisionar a desinfecção de instalações, controlar

parasitas (vermes, carrapatos, bernes, etc.), pesar e medir animais;

- participar das atividades de vacinação, ministrar medicamentos prescritos e auxiliar no tratamento de ferimentos e na realização de cirurgias;
- orientar produtores quanto às atividades de manejo reprodutivo;
- promover reuniões e contatos com a população do Município, motivando-a para a adoção de práticas hortifrutigranjeiras, recomendando técnicas adequadas, ressaltando as vantagens de utilização, reportando-se a resultados obtidos em outros locais, a fim de criar condições para a introdução de práticas de cultivo, visando o melhor aproveitamento do solo;
- orientar produtores quanto à formação de capineiras, pastagens e outras forrageiras destinadas à alimentação animal;
- orientar produtores quanto à combinação de alimentos, propondo fórmulas adequadas a cada tipo de criação animal;
- orientar produtores quanto às condições ideais de armazenamento e/ou estocagem de produtos agropecuários, levando em consideração a localização e os aspectos físicos de galpões, salas ou depósitos, para garantir a qualidade dos mesmos, bem como evitar perdas;
- executar experimentos agrícolas em viveiros ou em outras áreas do Município, registrando dados relativos ao desenvolvimento do experimento, coletando materiais abióticos, biótipos e outros, para fins de estudo;
- orientar produtores quanto a práticas conservacionistas do solo, para evitar a degradação e exaustão dos recursos naturais do mesmo;
- inventariar dados sobre espaços agrícolas e agricultáveis do Município, de forma a melhor aproveitá-los, aumentando assim sua produtividade;
- orientar grupos interessados em práticas agrícolas, acompanhando a execução de projetos específicos, esclarecendo dúvidas, oferecendo sugestões e concluindo sobre a sua validade;
- coletar, classificar e catalogar sementes e frutos colhidos em áreas experimentais e no campo, medindo diâmetro, comprimento e espessura, pesando-os e cortando-os, anotando os dados em formulários próprios para subsidiar posterior análise e comparação de produtividade;
- supervisionar os trabalhos realizados pelos auxiliares, distribuindo tarefas, orientando quanto a correta utilização de ferramentas e equipamentos, verificando as condições de conservação e limpeza de viveiros, galpões e outras instalações;
- participar da realização de eventos agropecuários realizados no Município, bem como atuar como instrutor em atividades educacionais junto às escolas municipais e a população em geral;
- zelar pelo sigilo de estudos experimentais desenvolvidos em áreas pertencentes ao Município;
- requisitar, sempre que necessário, os serviços de manutenção de equipamentos ou ferramentas, bem como a aquisição de materiais utilizados na execução dos serviços;
- participar do planejamento e da execução de feiras e exposição de produtos agropecuários, convidando expositores, definindo locais de realização e proporcionando a infraestrutura necessária à realização contatando profissionais diversos, inclusive na área de divulgação e propaganda;
- requisitar, sempre que necessário, os serviços de manutenção de equipamentos ou ferramentas, bem como a aquisição de materiais utilizados na execução dos serviços;
- zelar pela manutenção dos equipamentos e materiais sob sua guarda;
- orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução de tarefas típicas da classe;
- observar as normas de higiene e segurança do trabalho;
- executar outras atribuições afins.

1. Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

2. Formação: enfermagem

3. Requisitos para provimento:

Instrução - Curso de Nível Médio ou Técnico de Nível Médio, de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence.

observado o interstício de 3 (três) anos na classe em que se encontra e atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- prestar, sob orientação do Médico ou Enfermeiro, serviços técnicos de enfermagem, ministrando medicamentos ou tratamento aos pacientes, como administração de sangue e plasma, controle de pressão venosa, monitorização e utilização de respiradores artificiais;
- controlar sinais vitais dos pacientes, observando a respiração e pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão;
- prestar cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal;
- efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica ou do enfermeiro;
- adaptar os pacientes ao ambiente hospitalar e aos métodos terapêuticos aplicados, realizando entrevistas de admissão, visitas diárias e orientando-os;
- auxiliar o Médico em cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas;
- atuar em sala de vacina realizando aplicação de imunobiológicos quando capacitado;
- preparar e esterilizar material, instrumental, ambiente e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas;
- participar de campanhas de vacinação;
- assistir ao Enfermeiro na prevenção e no controle sistemático da infecção hospitalar e ambulatorial;
- assistir ao Enfermeiro na prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância sanitária;
- auxiliar na coleta e análise de dados socio sanitários da comunidade, para o estabelecimento de programas de educação sanitária;
- proceder a visitas domiciliares, buscando auxiliar na promoção e proteção da saúde de grupos prioritários;
- participar de programas e atividades de educação em saúde;
- participar na execução de programas e atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários;
- participar dos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho;
- auxiliar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica;
- participar do planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
- participar de programas educativos de saúde que visem motivar e desenvolver atitudes e hábitos saudáveis em grupos específicos da comunidade;
- anotar no prontuário do cliente as atividades da assistência de enfermagem;
- participar de atividades de capacitação promovidas pela instituição;
- zelar pela conservação dos equipamentos utilizados;
- auxiliar no processo de notificação e investigação em processos de vigilância epidemiológica;
- utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- realizar outras atribuições afins.

1. Cargo: TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL**2. Formação: Higiene Dental ou Higiene Bucal****3. Requisitos para provimento:**

Instrução - Curso de Nível Médio ou Técnico de Nível Médio, de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe, quando se tratar de profissão regulamentada.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence.

observado o interstício de 3 (três) anos na classe em que se encontra e atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas

- dispor os instrumentos odontológicos sobre local apropriado, colocando-os na ordem de utilização para passá-los ao cirurgião dentista durante a consulta ou ato operatório;
- preparar o paciente para consultas ou cirurgias, posicionando-os de forma apropriada na cadeira, bem como proceder à assepsia da região bucal com substâncias químicas apropriadas, para prevenir contaminação;
- passar os instrumentos ao cirurgião dentista posicionando peça por peça na mão do mesmo à medida que forem sendo solicitados, para facilitar o desempenho funcional;
- proceder à esterilização da bandeja de instrumental, limpando-a e esterilizando os instrumentais para ordená-los para o próximo atendimento e evitar contaminações;
- manipular materiais e substâncias de uso odontológico, segundo orientação do cirurgião dentista;
- orientar os pacientes sobre higiene bucal;
- fazer demonstrações técnicas de escovação;
- executar ou auxiliar na aplicação de substâncias para a prevenção da cárie dental;
- confeccionar modelos em gesso bem como selecionar e preparar moldeiras;
- fazer tomada e revelação de radiografias intraorais;
- realizar teste de vitalidade pulpar;
- realizar a remoção de indutos, placas e cálculos gengivais;
- remover suturas;
- inserir e condensar substâncias restauradoras;
- participar dos programas educativos de saúde oral promovidos pela Prefeitura, orientando a população sobre prevenção e tratamento das doenças bucais;
- confeccionar boletins de produção e relatórios, baseando-se nas atividades executadas para permitir levantamentos estatísticos;
- participar do Programa de Saúde da Família;
- zelar pela conservação dos equipamentos utilizados;
- orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo;
- manter estoque de medicamentos, observando a quantidade e o período de validade dos mesmos, informando à chefia imediata a necessidade de reposição;
- utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- realizar outras atribuições afins.

ATRIBUIÇÕES COMUNS A TODOS OS CARGOS DESTA GRUPO:

- elaborar informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;

- participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos, para contribuir na formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;
- realizar pesquisas, mantendo-se informado sobre novas tecnologias bem como propor soluções que otimizem os serviços prestados pela Prefeitura;
- zelar pela conservação e limpeza dos utensílios e das dependências do local de trabalho;
- utilizar equipamentos de proteção individual bem como zelar pelas normas de segurança na execução das tarefas;
- executar outras atribuições afins.

GRUPO OCUPACIONAL VIII e IX NÍVEL SUPERIOR

1. Cargo: ADVOGADO

2. Áreas de Formação: Direito

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada e, quando necessário, curso de especialização.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- elaborar minutas de projetos de lei, decretos e vetos;
- prestar assistência jurídica ao Município de Arroio Trinta, nas ações em que este for autor, réu ou parte interessada, atuando em todos os atos do processo, inclusive examinando documentos, circunstâncias do litígio e emitindo parecer relativo à lide;
- acompanhar e regular a tramitação das ações de interesse do município;
- assessorar o município em questões de direito nas áreas constitucional, tributária, urbanística e trabalhista, entre outras;
- realizar estudos específicos sobre temas e problemas jurídicos de interesse da Administração Pública Municipal;
- formalizar pareceres técnico-jurídicos;
- realizar auditorias jurídicas;
- definir natureza jurídica de questões;
- redigir ou formatar documentos jurídicos;
- auxiliar nos trabalhos das comissões instituídas;
- analisar a legislação e orientar a sua aplicação no âmbito da administração municipal;
- preparar relatórios, planilhas, informações para expedientes e processos sobre matéria própria e proferir despachos interlocutórios e preparatórios de decisão superior;
- participar de programa de treinamento, quando convocado;
- participar, conforme a política interna da prefeitura, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;
- executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática;
- executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

1. Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

2. Áreas de Formação: Curso de nível superior em administração

ou administração pública ou ciências contábeis ou economia ou processos gerenciais.

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente superior na classe a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- participar da elaboração e análise do Plano Plurianual da Prefeitura, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do orçamento, e do acompanhamento de sua execução físico-financeira, orientando as unidades administrativas da Prefeitura, efetuando comparações entre as cotas orçamentárias e metas programadas e os resultados atingidos, desenvolvendo e aplicando critérios, normas e instrumentos de avaliação;
- Acompanhar administrativamente cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias em relação ao ISS, IPTU, ITBI, contribuição de melhoria, taxas instituídas pelo Município em razão do exercício do poder de polícia municipal ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição, e quaisquer outros tributos ou contribuições, existentes ou que venham a ser instituídas em favor do Município.
- Proceder à constituição do crédito tributário do município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;
- Expedir intimações, lavrar termos de início, de prorrogação ou de término de fiscalização, de ocorrência, de verificação fiscal e de apreensão, bem como quaisquer outros procedimentos necessários à formalização da ação fiscal;
- Manter sigilo sobre suas atividades, na forma em que estabelecido pela legislação pertinente;
- Acompanhar os processos contenciosos instaurados pelos fiscais decorrentes do lançamento de créditos tributários municipais, especialmente aqueles constituídos de ofício;
- Informar e responder ao Ministério Público relativamente a atos e fatos apurados em processo de fiscalização que, em tese, constituam crimes contra a ordem tributária;
- Apresentar sugestões visando o aperfeiçoamento da legislação tributária;
- analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de contratos, convênios, acordos e atos que geram direitos e obrigações, verificando a propriedade na aplicação de recursos repassados, analisando cláusulas contratuais, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável;
- analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de fundos municipais, verificando a correta aplicação dos recursos repassados, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável;
- analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno;
- liquidar despesas e emitir empenhos referentes a compras realizadas pela Prefeitura e Fundos Municipais;
- elaborar o planejamento organizacional da área administrativa e financeira, identificando oportunidades e problemas, definindo estratégias bem como apresentando propostas de programas e projetos;
- promover estudos de racionalização administrativa;
- interpretar leis, regulamentos e instruções relativas a assuntos de administração e contabilidade, para fins de aplicação, orientação

e assessoramento;

- propor, executar e supervisionar análises, pesquisas e estudos técnicos, para implantação ou aperfeiçoamento de sistemas, métodos, instrumentos, rotinas e procedimentos administrativos;
- elaborar, rever, implantar e avaliar, regularmente, instruções, formulários e manuais de procedimentos, coletando e analisando informações para racionalização e atualização de normas e procedimentos;
- garantir suporte na gestão de pessoas e na administração de patrimônio para as áreas meio da administração pública municipal;
- realizar pagamentos através de gerenciador financeiro (Banco do Brasil, CEF, etc);
- emitir cheques, realizar conciliações bancárias e baixas no sistema de contabilidade de pagamentos efetuados;
- emitir empenhos extra orçamentários e sua baixa quando do pagamento;
- controlar as fontes orçamentárias e diárias de servidores quando em serviços fora do município;
- arquivar toda movimentação orçamentária e financeira, compreendendo todos os órgãos da município (Prefeitura, Autarquias e Fundos Contábeis do Município).
- Elaborar e manter atualizado o cadastro de fornecedores de produtos e serviços;
- Elaborar processos de compra, obras e serviços;
- Proceder a verificações periódicas dos índices de preços que poderão afetar o custo de aquisição de materiais;
- Fazer levantamento de necessidades de materiais e serviços para compor a proposta orçamentária;
- Encaminhar ao setor competente, ao término do exercício, as despesas referentes a material cuja fatura ainda não tenha sido processada, para efeito de inscrição em restos a pagar;
- Classificar e processar as faturas e Notas Fiscais, encaminhando-as para pagamento;
- Encaminhar à Comissão de Licitações os processos de compras, obras e serviços, quando não for o caso de inexigibilidade ou dispensa de licitação;
- Manter atualizada a escrituração do material adquirido, estocado e distribuído, e fazer o controle de estoque mínimo;
- Controlar prazos de entrega de materiais e serviços adquiridos pelo município;
- Praticar os atos relativos a tombamento, registro, controle e fiscalização do patrimônio pertencente ao Município;
- Expedir termos de responsabilidade relativos ao material permanente distribuído e manter atualizado o inventário dos responsáveis;
- Propor aos superiores a conveniência de realização de seguros de bens, bem como o acompanhamento das apólices e comunicação à seguradora de eventuais sinistros;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

2. Áreas de Formação: Serviço Social

3. Requisitos para provimento: Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- participar do planejamento e gestão das políticas sociais;
- coordenar a execução de programas, projetos e serviços sociais

desenvolvidos pela Municipalidade;

- elaborar campanhas de prevenção e educação na área de políticas sociais, em articulação com as áreas de saúde, educação, habitação, saneamento básico, meio ambiente, trabalho e renda;
- elaborar e executar projetos comunitários para atendimento de demandas específicas de idosos, mulheres, pessoas com necessidades educativas especiais e associações comunitárias entre outros segmentos;
- compor e participar de equipes multidisciplinares para a elaboração, coordenação e execução de programas, projetos e serviços nas áreas da saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento básico, meio ambiente, trabalho e renda entre outros;
- participar da elaboração, coordenação e execução de campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene, saneamento, educação e assistência social;
- coordenar e realizar levantamento de dados para identificar e conhecer os indicadores sociais, promovendo o diagnóstico social do Município;
- desenvolver ações educativas e sócio educativas nas unidades de saúde, unidades de educação e unidades de assistência social, visando a busca de solução de problemas identificados pelo diagnóstico social;
- realizar entrevistas e avaliação social do público para fins de concessão de auxílios, benefícios e laudos técnicos que identifiquem a elegibilidade frente às necessidades sociais;
- organizar e manter atualizadas as referências sobre as características socioeconômicas dos usuários nas unidades de assistência social da Prefeitura;
- promover o atendimento ao usuário da assistência social em Rede de Proteção e Inclusão Social, com vistas ao atendimento integral;
- acompanhar, orientar e encaminhar o servidor com problemas de saúde, desde o início do processo de tratamento e afastamento do trabalho, bem como o seu retorno, fazendo visitas domiciliares se necessário;
- incentivar a comunidade a participar das atividades, dos programas e projetos desenvolvidos pela Prefeitura;
- coordenar, executar ou supervisionar a realização de programas e serviços sócio assistenciais, com atividades de caráter educativo e/ou recreativo para proporcionar a melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar dos usuários das políticas públicas;
- colaborar no tratamento de doenças orgânicas e psicossomáticas, auxiliando no tratamento em equipe interdisciplinar buscando proporcionar melhor qualidade de vida do paciente;
- orientar os usuários da rede municipal serviços públicos, inclusive aqueles com problemas referentes à readaptação ou reabilitação profissional e social por diminuição da capacidade de trabalho, sobre suas relações empregatícias;
- estudar e propor soluções para a melhoria de condições materiais, ambientais e sociais do trabalho;
- apoiar a área de Defesa Civil da Prefeitura no planejamento das ações em situações de calamidade e emergência;
- prestar orientação social, realizar visitas, identificar recursos e meios de acesso para atendimento ou defesa de direitos junto a indivíduos, grupos e segmentos populacionais;
- emitir laudos técnicos quanto à vulnerabilidade da família para o recebimento de programas do Município na área de habilitação e regulamentação fundiária;
- elaborar, coordenar e executar programas e projetos de reabilitação comunitária para pessoas com deficiência;
- divulgar as políticas sociais e de saúde utilizando os meios de comunicação, participando de eventos e elaborando material educativo;
- formular projetos para captação de recursos;
- articular-se com outras unidades da Prefeitura, com entidades governamentais e não governamentais, com universidades e outras instituições, a fim de desenvolver formação de parcerias para o desenvolvimento de ações voltadas para a comunidade;
- representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual

está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais e em outros eventos;

- participar de programas de formação continuada na sua área de atuação;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: ARQUITETO/URBANISTA

2. Áreas de Formação: Arquitetura e Urbanismo

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- elaborar e acompanhar a aplicação dos instrumentos urbanísticos, como Plano Diretor, legislação de uso do solo, zoneamento urbano e aplicação do Estatuto da Cidade, zelando pela sua aplicabilidade e exequibilidade, conforme as diretrizes estabelecidas;
- coordenar e gerenciar processos relacionados à análise e licenciamento urbanísticos, incluindo atividades econômicas, uso do solo, construção civil e regularização fundiária;
- participar de grupos multidisciplinares para discussão de questões relacionadas à gestão urbana, entre as quais a criação de unidades de conservação, áreas de interesse social, programas habitacionais, programas de defesa civil, projetos de expansão da rede de infraestrutura urbana, criação de sistemas de informação e cadastros;
- realizar estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de obras que tenham caráter essencialmente artístico e monumental;
- organizar e manter base de dados de interesse urbanístico, incluindo cadastros técnicos, contendo informações sobre imóveis, loteamentos, logradouros, estabelecimentos licenciados, obras públicas, equipamentos urbanos e rede de infraestrutura;
- analisar processos de licenciamento de estabelecimentos e atividades, em conformidade com as posturas municipais e legislação de uso do solo, integrando, sempre que possível, as normas ambientais, tributárias e sanitárias;
- colaborar com a definição de rotinas e procedimentos administrativos decorrentes da aplicação das normas urbanísticas, montagem de cadastros e sistemas de informação, exercício da fiscalização e execução de políticas públicas correlatas;
- elaborar mapas temáticos relacionados ao planejamento e gestão urbanos, incluindo mapas de zoneamento urbanístico, uso do solo, evolução do parcelamento, equipamentos urbanos, redes de infraestrutura, sistema viário, patrimônio público, áreas de risco e de interesse ambiental, social, econômico e turístico;
- elaborar estudos preliminares, anteprojetos, projeto arquitetônico, paisagístico, urbanístico e de execução das intervenções espaciais públicas, segundo sua imaginação e conhecimento técnico, observando normas edificações e construtivas, estética, estabilidade, salubridade, conforto ambiental e energético, técnica construtiva e materiais a serem empregados;
- elaborar cronograma físico-financeiro das intervenções espaciais propostas, zelando pela exequibilidade e viabilidade de execução;
- vistoriar e inspecionar, para fins de processos administrativos de concessão de habite-se, renovação de licença para construir e outros correlatos, ou para verificação das condições de segurança e estabilidade das construções, conforme as técnicas e normas construtivas adequadas;

- exercer o poder de polícia urbanística nas situações em que se verifique o descumprimento das normas de licenciamento de atividades e construção ou das exigências processuais, notificando, lavrando auto de infração e definindo a penalidade cabível, para os casos em que o nível de complexidade o exigir;
- integrar equipes de trabalho e comissões para discussão de obras públicas ou de interesse público, mantendo coerência com a política urbana adotada e a legislação urbanística e edificação vigentes;
- avaliar e diagnosticar as condições do local a sofrer a intervenção, através de levantamentos de campo, elaboração de relatórios, registros iconográficos e fotográficos e outros que se fizerem necessários ao perfeito entendimento do local e seu entorno;
- integrar equipes de trabalho e comissões para discussão de preservação e tombamentos de patrimônio de interesse histórico, cultural e paisagístico;
- orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução de tarefas típicas do cargo;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: CONTADOR

2. Áreas de Formação: Ciências Contábeis

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- planejar o sistema de registro e operações, atendendo às necessidades administrativas e legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário da prefeitura, seus órgãos e Fundos Contábeis;
- supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando o seu processamento, adequando-os ao plano de contas, para assegurar a correta apropriação contábil;
- analisar, conferir, elaborar e assinar balanços e demonstrativos de contas e empenhos, observando sua correta classificação e lançamento, verificando a documentação pertinente, para atender a exigências legais e formais de controle;
- controlar a execução orçamentária, analisando documentos, elaborando relatórios e demonstrativos;
- analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de contratos, convênios, acordos e atos que geram direitos e obrigações, verificando a propriedade na aplicação de recursos repassados, analisando cláusulas contratuais, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável;
- analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de fundos municipais, verificando a correta aplicação dos recursos repassados, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável;
- analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno;
- planejar, programar, coordenar e realizar exames, perícias e auditorias, de rotina ou especiais, bem como orientar a organização de processos de tomadas de contas, emitindo certificado de auditoria, com a finalidade de atender a exigências legais;
- analisar e emitir parecer sobre a prestação de contas relativas a convênios de recursos repassados a organizações atuantes nas áreas de assistência social, educação e saúde;

- auxiliar na sistematização e/ou realização das prestações de contas relativas aos recursos recebidos/captados;
- proceder estudos e pesquisas visando ao aperfeiçoamento do serviço;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: CONTROLADOR INTERNO

2. Áreas de Formação: Administração ou Ciências Contábeis ou Direito

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- Coordenar as atividades do sistema de controle interno do Município; exercer os controles estabelecidos pela Central de Controle Interno, exercer o controle sobre o uso e guarda de bens;
- avaliar a execução dos contratos, convênios, metas e limites constitucionais legais;
- interpretar e pronunciar sobre a legislação pertinente;
- avaliar o cumprimento de metas, programas e objetivos; controlar sistemas de auditorias internas;
- garantir o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais; comprovar a legitimidade dos atos de gestão;
- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional; Apurar atos e fatos ilegais ou irregulares, praticado por agentes públicos na utilização dos recursos públicos;
- encaminhar relatório de atividades para o chefe do poder executivo;
- realizar o acompanhamento e o controle, cabendo-lhe, analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade os atos administrativos, operacionais e de gestão;
- controlar os bens patrimoniais do Município;
- controlar contas dos responsáveis por recursos financeiros;
- manter controle dos atos e fatos legais do Município;
- assinar o Relatório de Gestão Fiscal, junto com o contador responsável e o Prefeito (art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000);
- alertar sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo;
- executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;
- comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa;
- encaminhar ao Tribunal de Contas os Relatórios em cumprimento ao estabelecido nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000;
- alimentar e encaminhar dados do Sistema e-Sfinge;
- estabelecer a normatização, sistematização e padronização dos procedimentos operacionais dos órgãos e das unidades integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal;
- observar às normas editadas pelo Tribunal de Contas, quanto aos procedimentos que devem ser adotados tanto em relação às atividades próprias do controle interno;
- participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação.

- realizar outras atribuições afins.

1. Cargo: BIÓLOGO

2. Áreas de Formação: Ciências Biológicas ou Biologia

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

- realizar pesquisa de campo e em laboratório, estudando origem, evolução, funções, estrutura, distribuição, habitat, semelhanças e outros aspectos das diferentes formas de vida, para conhecer todas as características, comportamento e outros dados importantes referentes aos seres vivos;
- realizar pesquisas e experiências relativas ao tratamento de água e esgoto sanitário, desenvolvendo processos novos ou aprimorados, por meio de testes de laboratório, físicos, químicos e outros para determinar fórmulas, normas, métodos e procedimentos para o tratamento de águas impuras e controlar a qualidade do manancial disponível para tratamento;
- examinar amostras de água e esgoto sanitário, analisando e quantificando suas características microbiológicas, para decidir e indicar o tratamento a ser aplicado, bem como testar amostras extraídas de tanques, bombas, poços, escoadouros para detectar possíveis focos de contaminação microbiológicas e assegurar a qualidade da água consumida pela comunidade;
- realizar estudos e experiências de laboratório com espécimes biológicos, empregando técnicas como dissecação, microscopia, coloração por substâncias químicas e fotografia, para analisar a sua aplicabilidade;
- analisar vários dados importantes dos seres vivos, estudando o comportamento, a distribuição das populações, a estrutura das comunidades, a organização dos ecossistemas e outros aspectos referentes às diferentes formas de vida, para conhecer todas as características;
- realizar estudos e relatórios de impactos ambientais;
- atuar com responsabilidade em prol da conservação e manejo da biodiversidade, políticas de saúde, biotecnologia, bioprospecção e biossegurança na gestão ambiental e de produção.
- realizar estudos visando a ambientação de projetos para o desenvolvimento da piscicultura e de outras áreas de produção animal;
- preparar informes sobre suas descobertas e conclusões anotando, analisando e avaliando as informações obtidas e empregando técnicas estatísticas, para possibilitar sua utilização em saúde, agricultura, pecuária, meio ambiente e outros campos, ou para subsidiar futuras pesquisas;
- orientar e prestar assistência técnica sobre práticas de manejo e cargos de níveis tecnológicos compatíveis e adequados para a obtenção do crescimento da produção de carne de peixe;
- efetuar e controlar a coleta de novas espécies de peixes e de amostras de materiais, plantas e microorganismo em tanques próprios ou em rios, lagos, lagoas, represas usando bancos, redes, tubos de ensaio e outros equipamentos para facilitar experiências e análises químico-biológicas, tratamento de água, alimentação e pesquisa sobre a fauna submarina em geral;
- realizar fiscalizações nos campos de preservação do meio ambiente, averiguando o uso racional de recursos naturais, a fim de garantir uma boa qualidade ambiental aos munícipes;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: ENFERMEIRO

2. Áreas de Formação: Enfermagem

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- participar do processo de elaboração do planejamento, organização, execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde;
- cumprir os protocolos clínicos instituídos pelo Município;
- planejar, organizar e coordenar os serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas unidades prestadoras desses serviços;
- participar, articulado, com equipe interdisciplinar, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral;
- realizar consultas de enfermagem;
- determinar prescrição de assistência de enfermagem;
- realizar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica, que exijam conhecimentos científicos adequados e que demandem capacidade de tomar decisões imediatas;
- prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em protocolos aprovados pela instituição de saúde;
- prestar cuidados diretos de Enfermagem a pacientes com risco de morte;
- acompanhar o transporte do paciente com risco de morte até um serviço de maior complexidade, em conjunto com o médico, quando necessário;
- supervisionar e executar as ações de imunização, de acordo com o programa nacional de imunização e diretrizes do município;
- desenvolver as atividades de vigilância em saúde;
- prevenir e realizar o controle sistemático da infecção hospitalar, inclusive como membro das respectivas comissões;
- participar da elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de Enfermagem;
- participar na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde;
- participar nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho;
- participar dos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco;
- prestar assistência de Enfermagem à gestante, parturiente, puerpéra e ao recém-nascido;
- acompanhar a evolução do trabalho de parto;
- analisar o sistema de informações de Atenção Básica de Saúde;
- realizar visita domiciliar, quando necessário;
- participar de auditorias e sindicâncias quando solicitado;
- integrar equipe do Estratégia de Saúde da Família;
- participar das atividades de treinamento e aprimoramento, nos programas de educação permanente;
- atuar de acordo com Código de Ética da classe;
- orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização;

- utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: ENGENHEIRO CIVIL

2. Áreas de Formação: Engenharia Civil

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível a que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- avaliar as condições requeridas para obras, estudando o projeto e examinando as características do terreno disponível para a construção;
- calcular os esforços e deformações previstos na obra projetada ou que afetem a mesma, consultando tabelas e efetuando comparações, levando em consideração fatores como carga calculada, pressões de água, resistência aos ventos e mudanças de temperatura, para apurar a natureza dos materiais que devem ser utilizados na construção;
- elaborar o projeto da construção, preparando plantas e especificações da obra, indicando tipos e qualidade de materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e efetuando cálculo aproximado dos custos;
- preparar o programa de execução do trabalho elaborando plantas, croquis, planilhas, memórias de cálculo, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários, para possibilitar a orientação e fiscalização do desenvolvimento das obras;
- dirigir a execução de projetos, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam as obras, para assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de qualidade e segurança recomendados;
- elaborar, dirigir, acompanhar e executar projetos de engenharia civil relativos a vias urbanas, obras de pavimentação em geral, drenagem e esgoto sanitário;
- realizar análises de viabilidade de ocupação das margens de rios e ribeirões, baseando-se em levantamentos topográficos e plantas, visando a prevenção de acidentes com pessoas e deslizamento de margens;
- realizar a análise de bacias hidrográficas consultando plantas cartográficas, efetuando cálculos de vazão e diâmetro das tubulações, a fim de solucionar e prevenir a ocorrência de alagamentos em determinadas regiões do Município;
- realizar medições, valendo-se de dados obtidos em campo e através de sistemas informatizados, para emitir parecer quanto à execução das obras realizadas;
- efetuar correção de projetos de construção e desdobramentos e unificação de áreas, de acordo com as leis municipais em se tratando de obras públicas e emitir parecer quando se tratar de obras particulares;
- participar do Plano Diretor, analisando as propostas populares e leis relativas ao planejamento e desenvolvimento urbano;
- consultar outros especialistas da área de engenharia e arquitetura, trocando informações relativas ao trabalho a ser desenvolvido, para decidir sobre as exigências técnicas e estéticas relacionadas à obra a ser executada;
- participar dos processos de licitação de obras;
- acompanhar e controlar a execução de obras que estejam sob

encargo de terceiros, atestando o cumprimento das especificações técnicas determinadas e declarando o fiel cumprimento do contrato;

- emitir pareceres em projetos de engenharia, a fim de subsidiar processo de licenciamento de obras;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: FARMACEUTICO

2. Áreas de Formação: Farmácia; Farmácia/Bioquímica

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- dispensar medicamentos psicotrópicos, consultando o médico responsável ou o prontuário do paciente bem como controlando as quantidades a serem fornecidas aos mesmos;
- dispensar medicamentos de uso contínuo e permanente - anti-retrovirais (ARV), consultando a o receituário da medicação e efetuando a entrega, para tratamento farmacológico dos pacientes;
- realizar e manter atualizado cadastro de usuários de medicação;
- realizar o atendimento e a supervisão de funcionários que atendem no balcão da farmácia, para cumprir, dentro dos limites estabelecidos, a assistência farmacêutica aos cidadãos, permitindo que tenham acesso ao medicamento e sejam informados de seu uso correto e racional e da forma adequada de armazenamento;
- verificar o estoque de medicamentos, de insulina, dos medicamentos utilizados em ambulatórios, nos consultórios oftalmológicos e ginecológicos, observando o prazo de validade entre outros aspectos, para manter o fluxo normal de distribuição de medicamentos necessários à realização dos serviços;
- verificar as condições de funcionamento das geladeiras a fim de manter os medicamentos armazenados em perfeita condição de conservação e utilização;
- controlar medicamentos psicoativos e de alto custo;
- controlar a entrega do talonário de "receitas controladas" para medicamentos psicoativos entregues aos médicos, de acordo com as normas de vigilância sanitária;
- informar aos prescritores quando um medicamento passou a ser incluído na lista de medicamentos fornecidos pela Secretaria de Saúde;
- manter os médicos informados sobre a existência de medicamentos diferentes daqueles integrantes da rede, porém relacionados a sua especialidade;
- entrar em contato com entidades regionais de saúde para solicitar o fornecimento de medicamentos que estejam em falta no Município;
- prestar orientações à Comissão de Licitação para que os medicamentos adquiridos pela Prefeitura sejam entregues dentro das especificações solicitadas e sejam produtos de boa qualidade;
- elaborar mapas de controle de suprimento de medicamentos;
- pesquisar novos medicamentos;
- prestar orientação às unidades de saúde sobre a Relação Municipal de Medicamentos, identificando as propriedades farmacológicas dos medicamentos disponíveis, armazenamento ideal e dispensação adequada;
- realizar visitas técnicas em farmácias, drogarias, indústrias químico-farmacêuticas, quanto ao aspecto sanitário, fazendo visitas

periódicas para orientar seus responsáveis no cumprimento da legislação vigente;

1. Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS

2. Áreas de Formação: Administração ou Direito ou Ciências Contábeis ou Economia

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- instruir o contribuinte sobre todas as funções referentes à cobrança e à fiscalização dos tributos municipais, à aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes e o cumprimento da legislação tributária;
- coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa;
- fazer o cadastramento de contribuintes, bem como o lançamento, a cobrança e o controle do recebimento dos tributos;
- verificar, em estabelecimentos comerciais, a existência e a autenticidade de livros e registros fiscais instituídos pela legislação específica;
- verificar os registros de pagamento dos tributos nos documentos em poder dos contribuintes;
- investigar a evasão ou fraude no pagamento dos tributos;
- fazer plantões fiscais e relatórios sobre as fiscalizações efetuadas;
- informar processos referentes à avaliação de imóveis;
- lavrar autos de infração e apreensão, bem como termos de exame de escrita, fiança, responsabilidade, intimação e documentos correlatos;
- propor a realização de inquéritos e sindicâncias que visem salvaguardar os interesses da Fazenda Municipal;
- promover o lançamento e a cobrança de contribuições de melhoria, conforme diretrizes previamente estabelecidas;
- propor medidas relativas a legislação tributária, fiscalização fazendária e administração fiscal, bem como ao aprimoramento das práticas do sistema arrecadador do Município;
- orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das atribuições típicas da classe;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: FISIOTERAPEUTA

2. Áreas de Formação: Fisioterapia

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- realizar testes musculares, funcionais, de amplitude articular, de verificação cinética e movimentação, de pesquisa de reflexos, provas de esforço e de atividades, para identificar o nível de capacidade funcional dos membros afetados;
- planejar e executar tratamentos de afecções reumáticas, osteoporoses, sequelas de acidentes vasculares cerebrais, poliomielite, raquimedulares, de paralisias cerebrais, motoras, neurógenas e de nervos periféricos, miopatias e outros;
- atender a amputados, preparando o coto e fazendo treinamento com prótese, para possibilitar a movimentação ativa e independente do paciente;
- ensinar aos pacientes exercícios corretivos para a coluna, os defeitos dos pés, as afecções dos aparelhos respiratório e cardiovascular, orientando-os e treinando-os em exercícios ginásticos especiais a fim de promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea;
- proceder ao relaxamento e à aplicação de exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente, para promover a descarga ou a liberação da agressividade e estimular a sociabilidade;
- participar de programas esportivos destinados às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- efetuar aplicação de ondas curtas, ultrassom, infravermelho, laser, micro-ondas, forno de Bier, eletroterapia, estimulação e contração muscular, crio e outros similares nos pacientes, conforme a enfermidade, para aliviar ou eliminar a dor;
- aplicar massagens terapêuticas;
- promover ações terapêuticas preventivas à instalação de processos que levem à incapacidade funcional;
- realizar atividades na área de saúde do trabalhador, participando da elaboração e execução de atividades relacionadas a esta área;
- integrar a equipe do Programa da Saúde da Família, atuando com profissional da área;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: MÉDICO**2. Áreas de Formação: Medicina****3. Requisitos para provimento:**

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- participar do processo de elaboração do planejamento, organização, execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde;
- cumprir os protocolos clínicos instituídos pelo Município;
- integrar a equipe de padronização de medicamentos e protocolos para utilização dos mesmos;
- assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva;
- participar, articulado, com equipe interdisciplinar, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral;
- efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica, visando prestar assistência integral;

- manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença;
- preencher e assinar declarações de óbito;
- realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes;
- realizar procedimentos cirúrgicos;
- realizar partos;
- efetuar a notificação compulsória de doenças;
- prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis;
- participar de grupos terapêuticos, através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos, para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes;
- participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando a divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades;
- promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos;
- participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população;
- realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe;
- atuar em equipe interdisciplinar e interdisciplinar na estratégia Saúde da Família;
- atuar de acordo com Código de Ética de sua classe;
- efetuar regulação médica, otimizando o atendimento do usuário SUS, na rede assistencial de saúde - ambulatorial, hospitalar, urgência/emergência;
- dar assistência a pacientes que estão em internação domiciliar e ou acamados;
- prestar atendimento em urgências e emergências;
- encaminhar pacientes para internação hospitalar, quando necessário;
- acompanhar os pacientes com risco de morte no transporte até um serviço de maior complexidade;
- encaminhar pacientes para atendimento especializado, quando necessário;
- participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada;
- participar de auditorias e sindicâncias médicas, quando solicitado;
- orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização;
- utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO**2. Áreas de Formação: Medicina Veterinária****3. Requisitos para provimento:**

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- proceder ao controle das zoonoses, efetuando levantamento de dados, avaliação epidemiológica e pesquisas para possibilitar a profilaxia de doenças e fazer controle nos animais;
- participar da elaboração e coordenação de programas de combate e controle de vetores, roedores e raiva animal;
- vistoriar indústrias que manipulam alimentos, setores que manipulem e comercializem matérias-primas de alimentos, alimentos semipreparados e alimentos prontos para o consumo;
- inspecionar casas agropecuárias;
- inspecionar produtos desinfetantes (praguicidas), domissanitários;
- vistoriar escolas e instituições públicas de uso coletivo;
- notificar doenças de notificação obrigatória ou compulsória, para secretaria de agricultura e regional de saúde e do estado;
- realizar a inspeção de produtos de origem animal e vegetal, visualmente e com base em resultados de análises laboratoriais;
- fiscalizar e autuar nos casos de infração, processamento e na industrialização de produtos de origem vegetal e animal;
- coordenar, orientar e fiscalizar as operações de abate nos matadouros (suínos, bovinos, caprinos, ovinos, aves);
- fazer exame clínico nos lotes a serem abatidos na fase "ante-mortem" e exigir os respectivos documentos sanitários;
- inspecionar todos os produtos para consumo humano dentro do matadouro na fase "pós-mortem" (carcaças e vísceras);
- coordenar a equipe responsável pela inspeção e fiscalização das operações de abate nos matadouros;
- fazer cumprir fielmente o Regulamento Sanitário nos matadouros, entrepostos de carnes, pescados, fábrica de laticínios, embutidos, etc.;
- vistoriar áreas destinadas a construções de indústrias de produtos alimentícios;
- solicitar, periodicamente, exames microbiológicos e/ou físico-químico da água servida e produtos alimentícios em iguais intervalos de tempo, avaliando os resultados;
- solicitar exames bromatológicos dos produtos a serem consumidos avaliando os resultados;
- analisar e coordenar os produtos reprovados para consumo humano, dando o destino adequado;
- determinar que sejam rigorosamente cumpridos o horário de descanso, jejum e dieta hídrica para os lotes de animais a serem abatidos, bem como início do horário de abate;
- solicitar, periodicamente, a carteira de saúde dos servidores que realizam inspeção animal, bem como dos funcionários dos estabelecimentos que produzem produtos de origem animal;
- utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: NUTRICIONISTA

2. Áreas de Formação: Nutrição

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

5.1. atividades em centros de educação infantil e escolas

- planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de

alimentação e nutrição;

- programar, elaborar e avaliar os cardápios, adequando-os as faixas etárias e perfil epidemiológico da população atendida, respeitando os hábitos alimentares;
- planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade dos produtos, observadas as boas práticas higiênicas e sanitárias;
- identificar crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para o atendimento nutricional adequado;
- planejar e supervisionar a execução da adequação de instalações físicas, equipamentos e utensílios, de acordo com as inovações tecnológicas;
- elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas, avaliando e atualizando os procedimentos operacionais padronizados sempre que necessário;
- desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência social, ecológica e ambiental;
- coordenar o desenvolvimento de receitas e respectivas fichas técnicas, avaliando periodicamente as preparações culinárias;
- planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de pré-preparo, preparo, distribuição e transporte de refeições/preparações culinárias;
- colaborar e/ou participar das ações relativas ao diagnóstico, avaliação e monitoramento nutricional do escolar;
- efetuar controle periódico dos trabalhos executados;
- colaborar com as autoridades de fiscalização profissional e/ou sanitária;
- coordenar, supervisionar e executar programas de educação permanente em alimentação e nutrição para a comunidade escolar;
- participar em equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implementar, controlar e executar cursos, pesquisas e eventos voltados para a promoção da saúde;
- articular-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades lúdicas com o conteúdo de alimentação e nutrição;
- participar da definição do perfil, do dimensionamento, do recrutamento, da seleção e capacitação dos servidores que irão atuar com alimentação nas escolas públicas municipais;
- coordenar e executar os cálculos de valor nutritivo, rendimento e custo das refeições e/ou preparação culinárias;
- planejar, implantar, coordenar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, veículos de transportes de alimentos, equipamentos e utensílios;
- apoiar a Comissão de Licitação quanto às descrições específicas dos produtos;
- analisar amostra e emitir parecer técnico;
- executar o controle de número de refeições/dia e enviar para o FNDE;
- integrar a equipe e participar das Ações do Conselho de Alimentação Escolar.

5.2. atividades na área de saúde

- proceder a avaliação do estado nutricional de indivíduos com doenças que necessitem de orientação alimentar em especial diabéticos, hipertensos e obesos com as orientações necessárias e acompanhamento devido;
- realizar atividades educativas com a população preferencialmente integradas à Estratégia Saúde da Família;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: ODONTÓLOGO

2. Áreas de Formação: Odontologia

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho

de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- participar do processo de elaboração do planejamento, organização, execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde;
- cumprir os protocolos clínicos instituídos pelo Município;
- realizar tratamento curativo (restaurações, extrações, raspagens, curetagem subgengival e outros) e preventivo (aplicação de flúor, selantes, profilaxia e orientação sobre escovação diária);
- realizar atendimentos de urgência;
- encaminhar usuários para tratamentos de referência odontológica, oferecidos pelo Sistema Único de Saúde;
- examinar os tecidos duros e moles da boca e a face no que couber ao cirurgião dentista, utilizando instrumentais ou equipamentos odontológicos por via direta, para verificar patologias da boca;
- identificar as afecções quanto à extensão e à profundidade, utilizando instrumentos especiais, radiologia ou exames complementares para estabelecer diagnósticos, prognóstico e plano de tratamento;
- aplicar anestésias tronco-regionais, infiltrativas terminais e tópicas ou qualquer outro tipo regulamentada pelo Conselho Federal de Odontologia, para promover conforto e facilitar a execução do tratamento;
- efetuar remoção de tecido cariado e restauração dentária, utilizando instrumentos, aparelhos e materiais odontológicos adequados para restabelecer a forma e a função do elemento dentário;
- executar a remoção mecânica da placa dental e do cálculo e tártaro supra e subgengival, utilizando-se meios manuais e ultrassônicos;
- realizar Raios X odontológico para diagnóstico de enfermidades;
- proceder a perícias odonto-administrativas, examinando a cavidade bucal e os dentes, a fim de fornecer atestados e laudos previstos em normas e regulamentos;
- realizar exames nas escolas e na comunidade por meio tátil-visual para controle epidemiológico e tratamento de doenças bucais;
- elaborar, coordenar e executar programas educativos e de atendimento odontológico preventivo para a comunidade;
- realizar ações de educação em saúde bucal individual e coletiva, visando motivar e ampliar os conhecimentos sobre o assunto, bem como despertar a responsabilidade do indivíduo no sucesso do tratamento;
- prestar orientações à comunidade sobre higiene bucal e comportamento alimentar;
- orientar, coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelos Técnicos de Higiene Dental e pelos Auxiliares de Consultório Dentário;
- levantar e avaliar dados sobre a saúde bucal da comunidade;
- participar do planejamento das ações que visem a saúde bucal da população;
- integrar equipe multidisciplinar do Programa de Saúde da Família;
- orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização;
- utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: PSICÓLOGO

2. Áreas de Formação: Psicologia

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.

Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

5.1. atividades de psicologia na área de saúde:

- estudar e avaliar indivíduos que apresentam distúrbios psíquicos ou problemas de comportamento social, elaborando e aplicando técnicas psicológicas apropriadas, para orientar-se no diagnóstico e tratamento;
- desenvolver trabalhos psicoterápicos, a fim de restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano;
- articular-se com equipe multidisciplinar, para elaboração e execução de programas de assistência e apoio a grupos específicos de pessoas;
- atender aos pacientes da rede municipal de saúde, avaliando-os e empregando técnicas psicológicas adequadas, para contribuir no processo de tratamento terapêutico;
- desenvolver ações na área de educação em saúde aplicando técnicas e princípios psicológicos apropriados ao desenvolvimento intelectual, social e emocional do indivíduo, visando a motivação, a comunicação e a educação no processo de mudança social nos serviços de saúde;
- trabalhar em situação de agravamento físico e emocional, inclusive no período terminal participando das decisões com relação à conduta a ser adotada pela equipe, como: internações, intervenções cirúrgicas, exames e altas hospitalares;
- participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental dos indivíduos, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas a realidade psicossocial;
- prestar assistência psicológica, individual ou em grupo, aos familiares dos pacientes, preparando-os adequadamente para as situações resultantes de enfermidades;
- reunir informações a respeito de pacientes, levantando dados psicopatológicos, para fornecer aos médicos subsídios para diagnóstico e tratamento de enfermidades;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

5.2. atividades de psicologia na área educacional

- aplicar técnicas e princípios psicológicos apropriados ao desenvolvimento intelectual, social e emocional do indivíduo, empregando conhecimentos dos vários ramos da psicologia;
- proceder ou providenciar a aplicação de técnicas psicológicas adequadas nos casos de dificuldade escolar, familiar ou de outra natureza, baseando-se em conhecimentos sobre a psicologia da personalidade, bem como no psicodiagnóstico;
- estudar sistemas de motivação da aprendizagem, objetivando auxiliar na elaboração de procedimentos educacionais diferenciados capazes de atender as necessidades individuais;
- analisar as características de indivíduos supra e infradotados e portadores de necessidades especiais, utilizando métodos de observação e pesquisa, para recomendar programas especiais de ensino compostos de currículos e técnicas adequadas às diferentes qualidades de inteligência;
- identificar a existência de possíveis problemas na área da psicomotricidade e distúrbios sensoriais ou neuropsicológicos, aplicando e interpretando testes e outros reativos psicológicos, para aconselhar o tratamento adequado e a forma de resolver as dificuldades ou encaminhar o indivíduo para tratamento com outros especialistas;

- participar de programas de orientação profissional e vocacional, aplicando testes de sondagem de aptidões e outros meios, a fim de contribuir para a futura adequação do indivíduo ao trabalho ;
- colaborar com a adequação, por parte dos educadores de conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis na consecução crítica e reflexiva de seus papéis;
- desenvolver trabalhos com educadores e alunos, visando a explicitação e a superação de entraves institucionais ao funcionamento produtivo das equipes e ao crescimento individual de seus integrantes;
- elaborar e executar procedimentos destinados ao conhecimentos da relação professor-aluno, em situação escolares específicas, visando, através de uma ação coletiva e interdisciplinar a implementação de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento;
- supervisionar, orientar e executar trabalhos na área de Psicologia Profissional;
- participar de programas de formação continuada, visando seu aperfeiçoamento profissional;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

5.3. atividades de psicologia na área social

- atuar em equipes multiprofissionais, diagnosticando, planejando e executando programas de âmbito social;
- estudar e avaliar os processos intra e interpessoais visando a aplicação de técnicas psicológicas que contribuam para a melhoria da convivência familiar e comunitária;
- reunir informações a respeito dos usuários da política de assistência social, contribuindo para a elaboração de programas e projetos que removam barreiras e/ou bloqueios psicológicos;
- prestar assistência psicológica a crianças, adolescentes e famílias expostos a situações de risco pessoal e social;
- pesquisar, analisar e estudar variáveis psicológicas que influenciam o comportamento do indivíduos;
- assessorar na elaboração e implementação de programas de mudanças de caráter social e técnica, em situação planejada ou não.
- participar do planejamento, desenvolvimento e avaliação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, priorizando os elementos psicológicos a serem potencializados e/ou superados a partir da realidade;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1. Cargo: PSICOPEDAGOGO

2. Áreas de Formação: Psicopedagogia ou Psicologia com Especialização em Psicopedagogia ou Pedagogia com Especialização em Psicopedagogia.

3. Requisitos para provimento:

Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada e, quando necessário, curso de especialização.
Outros requisitos - conhecimentos gerais de informática e em especial de editor de texto, planilhas eletrônicas e internet.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- diagnosticar e atender estudantes da rede pública municipal que apresentam problemas de aprendizagem relacionados aos aspectos cognitivos e afetivos, contribuindo na qualidade do ensino.
- planejar, implementar, avaliar e coordenar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino,

- aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem;
- atuar em cursos organizados pelo Município para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais;
- viabilizar o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.

1. Cargo: TÉCNICO DE MODALIDADE ESPORTIVA

2. Áreas de Formação: Educação Física - Bacharelado.

3. Requisitos para provimento: Curso de Nível Superior completo e registro no respectivo conselho de classe.
Outros requisitos - registro na Federação Catarinense da modalidade de atuação.

4. Perspectivas de desenvolvimento funcional:

Progressão - para o padrão de vencimento imediatamente seguinte no nível que pertence, observado o interstício mínimo de 3 (três) anos na classe em que se encontra e condicionado ao atingimento da pontuação mínima nas avaliações de desempenho.

5. Atribuições típicas:

- viabilizar o processo treino no campo Esportivo, criando condições de assimilação de conteúdos sobre teoria e prática, voltados à execução da prática esportiva;
- providenciar a preparação do local de trabalho, bem como verificar as condições e o estado de conservação de materiais e equipamentos a serem utilizados, para assegurar o correto uso dos espaços disponibilizados;
- propiciar a participação da equipe esportiva do município em campeonatos locais, regionais, estaduais ou nacionais, motivando-os organizando e divulgando estes eventos;
- organizar, acompanhar e participar de eventos esportivos de interesse do Município;
- trabalhar para o aprimoramento do atleta, facilitando-lhe a aquisição de novos conhecimentos, através da elaboração de exercícios teóricos e práticos de fixação da modalidade esportiva;
- zelar e orientar os atletas para a importância do cuidado com equipamentos e materiais de uso comum da equipe para treinos e participação em campeonatos;
- Contribuir para a formação da personalidade do atleta, desenvolvendo neste o compromisso, a sociabilidade, senso de organização, respeito e demais qualidades;

ATRIBUIÇÕES COMUNS A TODAS AS ÁREAS:

- planejar, organizar e controlar as atividades desenvolvidas na sua área de atuação, acompanhando e avaliando as ações desenvolvidas, elaborando relatórios e fornecendo subsídios que visem à elaboração de novas políticas de ação ou o aperfeiçoamento e a extinção das existentes, para assegurar o cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidos;
- participar das atividades administrativas de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
- elaborar pareceres, informes técnicos, relatórios e outros documentos relativos à sua área de atuação;
- realizar estudos e sugerir medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- participar como instrutor ou facilitador em programas de capacitação, de desenvolvimento e de educação continuada;
- participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando

estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos a gestão de recursos, materiais e bens do Município;

- participar da formulação de políticas públicas e de planos de desenvolvimento;
- participar de atividades em equipes multidisciplinares;
- responsabilizar-se pelas ações e resultados, em sua área de atuação;
- desenvolver atividades em parceria com os vários setores da Prefeitura visando ampliar o acompanhamento dos programas executados pela mesma;
- gerenciar ações de pesquisa e de desenvolvimento, planejando, organizando e controlando os programas e sua execução bem como avaliando resultados, para assegurar eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados aos usuários;
- acompanhar a execução de projetos executados por terceiros;
- desenvolver e propor novas tecnologias de trabalho;
- desenvolver atividades relacionadas à utilização eficaz de equipamentos, materiais e de pessoal, planejando, organizando e controlando programas e sua execução de acordo com a política fixada, para assegurar o atendimento, a melhoria dos serviços, redução dos custos e, em consequência obter maior eficiência, efetividade e eficácia dos serviços prestados à população;
- exercer suas atividades conforme as normas e procedimentos técnicos estabelecidos;
- utilizar equipamentos de proteção individual no desenvolvimento de suas atribuições bem como orientar os auxiliares na utilização dos mesmos;
- manter a chefia informada sobre o andamento dos trabalhos e dos resultados alcançados;
- zelar pela qualidade dos serviços prestados e identificando causas de problemas e orientando tecnicamente sua equipe na resolução dos mesmos, para garantir o melhor atendimento aos usuários;
- participar das atividades de treinamento e capacitação desenvolvidas pela Prefeitura;
- conduzir, quando necessário às atividades do cargo, veículo da Prefeitura, desde que habilitado para condução de veículos na categoria "B";
- divulgar a normalização interna e rotinas da Prefeitura;
- representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais e em outros eventos;
- proceder estudos e pesquisas visando ao aperfeiçoamento do serviço;
- prestar assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

LEI Nº 1713

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 046/2014

(ESTATUTO DOS SERVIDORES)

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ARROIO TRINTA - SC

ÍNDICE

LEI COMPLEMENTAR Nº 1713, DE 03/11/2014.

Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos da Administração Pública direta, das fundações públicas do Município de Arroio Trinta - SC.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte lei.

TÍTULO I DO REGIME JURÍDICO

CAPÍTULO I DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o regime jurídico estatutário, aplicável aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão do Poder Executivo, do Poder Legislativo, das autarquias e das fundações públicas do Município de Arroio Trinta.

Parágrafo único. Esta lei não se aplica:

- I - aos agentes políticos;
- II - aos empregados das fundações de direito privado instituídas pelo Município;
- III - aos empregados das sociedades de economia mista e das empresas públicas;
- IV - aos servidores temporários contratados por excepcional interesse público;
- V - aos agentes honoríficos.

Art. 2º São matérias a serem disciplinadas nesta lei:

- I - requisitos e condições gerais de acessibilidade aos cargos públicos;
- II - direitos e deveres aplicáveis genericamente aos servidores públicos;
- III - normas gerais sobre o sistema remuneratório dos servidores públicos;
- IV - regime disciplinar dos servidores públicos.

Parágrafo único. Os planos de cargos, carreiras e vencimentos e leis específicas poderão estabelecer requisitos para investidura, deveres, direitos e vantagens aplicáveis a cargos ou carreiras específicas, desde que não sejam extensíveis, por sua natureza, aos demais servidores sujeitos ao regime jurídico único do Município.

Art. 3º Os planos de cargos, carreiras e vencimentos deverão ser elaborados em conformidade com as normas gerais estabelecidas nesta lei.

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I - cargo público: é o posto de trabalho instituído na organização do serviço público, criado por lei, com denominação própria, atribuições, responsabilidades específicas e vencimentos correspondentes, para ser provido e exercido por pessoa física que atenda aos requisitos de acesso estabelecidos em lei;

II - cargo em comissão: é o posto de trabalho declarado no ato normativo que o tenha criado como sendo de livre nomeação e exoneração, destinado exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo de dedicação exclusiva, ficando o servidor proibido de exercer cumulativamente outro cargo, emprego ou função pública ou atividade particular incompatível.

III - função de confiança: é um conjunto de atribuições de direção, chefia e assessoramento conferidas privativamente ao servidor ocupante de cargo efetivo, sem prejuízo das atribuições típicas do cargo de origem, sendo devida a gratificação específica nos termos do art. 158 desta lei.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS E DEVERES BÁSICOS DO SERVIDOR

Art. 5º Sem prejuízo dos demais direitos definidos na legislação funcional, é assegurado ao servidor público:

- I - ser tratado com cortesia e respeito pelos demais servidores, superiores hierárquicos, usuários de serviços públicos e cidadãos;
- II - dispor de condições de trabalho adequadas ao exercício de

suas funções, devendo a Administração zelar pela segurança, higiene e conforto das instalações que lhes sejam destinadas;
III - tratamento isonômico nos sistemas de aferição, avaliação e reconhecimento de desempenho;

IV - plano de cargos, carreiras e vencimentos em que sejam valorizados o mérito, o bom desempenho de suas responsabilidades, a aquisição de conhecimento formal e a experiência no serviço público;

V - remuneração condizente com a natureza, o grau de responsabilidade, e complexidade de suas atribuições;

VI - livre associação sindical;

VII - ter resguardado o sigilo de suas informações de ordem pessoal;

VIII - acesso às informações relacionadas aos procedimentos, prazos e condições que lhe permitam o mais amplo direito de defesa em qualquer procedimento de responsabilização contra si instaurado;

IX - exercer suas funções sem interferências econômicas ou políticas ilegítimas da parte de superiores hierárquicos ou de outros agentes públicos;

X - recusar o cumprimento de ordens superiores manifesta e flagrantemente contrárias aos princípios que norteiam a Administração Pública;

XI - requerer ao poder público em defesa de direito ou interesse pessoal, independentemente de qualquer pagamento.

Art. 6º São deveres básicos do servidor público, sem prejuízo dos demais previstos na legislação funcional:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, atendendo para a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, economicidade, razoabilidade e proporcionalidade;

II - observar as normas legais e regulamentares;

III - cumprir as ordens hierarquicamente superiores, exceto quando manifestamente ilegais ou contrárias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - apresentar-se ao serviço em boas condições de asseio e convenientemente trajado ou com o uniforme que for determinado;

V - ser assíduo e pontual no serviço, inclusive quando da convocação para serviço extraordinário;

VI - atender com presteza, cortesia e respeito sem preferências pessoais:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressaltadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;

c) às requisições para a Fazenda Pública.

VII - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo que exerce;

VIII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

IX - testemunhar e compor comissões, quando convocado, em sindicâncias e processos administrativos, salvo quando haja relevante motivo para recusa;

X - frequentar programas de treinamento ou capacitação instituídos ou financiados pela Administração;

XI - atualizar anualmente seu assentamento individual;

XII - atuar com discrição;

XIII - zelar pela economia e conservação dos materiais e equipamentos que lhes forem confiados;

XIV - fazer pronta comunicação a seu chefe imediato do motivo do seu não comparecimento ao serviço;

XV - manter nas relações públicas comportamento condizente com sua qualidade de servidor público e cidadão;

XVI - colaborar para o aperfeiçoamento dos serviços, sugerindo à chefia imediata as medidas que julgar necessárias.

TÍTULO II

PROVIMENTO, VACÂNCIA E EXTINÇÃO DOS CARGOS PÚBLICOS

Art. 7º. O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato administrativo editado pelo chefe de cada Poder.

Parágrafo único. O Prefeito poderá delegar a competência para prover cargos públicos aos Secretários Municipais e aos dirigentes de autarquias e de fundações públicas

Art. 8º. O provimento será originário ou derivado.

§1º O provimento originário dá-se com a nomeação.

§2º O provimento derivado somente ocorrerá nas hipóteses expressamente elencadas nesta lei, sob pena de nulidade.

Art. 9º. São requisitos básicos para o provimento de cargos públicos:

I - nacionalidade brasileira, salvo nas hipóteses definidas em legislação específica;

II - gozo dos direitos políticos;

III - regularidade com as obrigações militares e eleitorais;

IV - nível de escolaridade exigido para exercício do cargo;

V - possuir habilitação legal para o exercício do cargo;

VI - idade mínima de dezoito anos;

VII - condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;

VIII - não estar incompatibilizado para o serviço público em razão de penalidade sofrida.

IX - não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Lei.

§1º Os demais requisitos para provimento de cargo público serão estabelecidos no plano de cargos, carreiras e vencimentos, e deverão guardar relação com a natureza das respectivas atribuições, com seu grau de responsabilidade e complexidade.

§2º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§3º No estabelecimento de requisitos para investidura a cargos públicos, não se poderá discriminar candidatos em razão de condições estritamente pessoais, tais como etnia, sexo, cor, credo religioso, ideologia política, orientação sexual e forma estética.

§4º Os requisitos para acessibilidade aos cargos públicos deverão ser comprovados no momento da posse, quando se trate de provimento originário.

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO ORIGINÁRIO

Seção I

Do concurso público

Art. 10. A nomeação para cargo efetivo será precedida de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo.

Parágrafo único. Os exames teóricos poderão ser complementados com provas práticas quando as peculiaridades do cargo a ser provido as exigirem.

Art. 11. O concurso terá validade de até dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período.

Art. 12. As normas gerais para a realização do concurso serão fixadas em edital, que será publicado em jornal de grande circulação regional e em órgão oficial de imprensa, no mínimo, trinta dias antes da realização da prova do concurso.

§1º Do edital do concurso deverão constar, entre outras, as seguintes informações:

I - documentos exigidos para inscrição;

II - o prazo de validade do concurso;

III - os requisitos para provimento do cargo;

IV - número de vagas a serem preenchidas nos respectivos cargos

públicas, distribuídas por especialização ou disciplina, quando for o caso, com o respectivo vencimento do cargo e atribuições a serem desempenhadas;

V - exigências e condutas a serem observadas pelos candidatos para assegurar a lisura do certame;

VI - programa das provas;

VII - valor das inscrições, orientações de pagamento e hipóteses de isenção;

VIII - critérios para desempate dos candidatos.

§2º Na realização de concursos públicos poderão ser destinadas vagas de um determinado cargo por área de atuação, especialização ou formação.

§3º Não se exigirá a comprovação do atendimento aos requisitos para provimento do cargo no ato da inscrição ou quando da realização das provas de concurso público.

§4º A publicação em jornal de grande circulação poderá resumir-se aos elementos básicos do edital, que deverá estar disponível para consulta na Internet.

Art. 13. A aprovação em concurso não cria direito à nomeação quanto às vagas não previstas no edital, ainda que existentes antes de sua realização.

Parágrafo único. Os servidores classificados deverão ser convocados mediante notificação pessoal ou pelos correios, com aviso de recebimento - AR, sendo considerado desistente no caso de não comparecimento no prazo de cinco dias úteis, contado do recebimento da notificação.

Art. 14. A nomeação será feita em ordem rigorosa de classificação dos candidatos, durante a validade do concurso.

§1º O concurso somente será homologado quando houver lista de classificação em que tenham sido previamente aplicados os critérios de desempate previstos em edital.

§2º Não se abrirá novo concurso público enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado e enquanto houver servidor em disponibilidade.

Art. 15. É assegurado às pessoas com deficiência o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras

Art. 16. Serão reservadas, para cada cargo, no mínimo, cinco por cento (5%) das vagas oferecidas nos concursos públicos para as pessoas com deficiência.

§1º As vagas reservadas não terão incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) implique na prática, em majoração indevida do percentual mínimo fixado.

§2º As vagas reservadas para pessoas com deficiência não preenchidas serão remanejadas para os demais candidatos.

Seção II

Da nomeação

Art. 17. A nomeação será realizada:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado ou de carreira;

II - em comissão, para cargos de livre nomeação e exoneração.

Art. 18. A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de validade do concurso. Parágrafo único. A nomeação para cargos de carreira dar-se-á exclusivamente para cargo da classe inicial.

Art. 19. Os cargos em comissão destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento e serão providos mediante livre escolha da autoridade competente de cada Poder, assegurado o

provimento por servidores do quadro permanente na razão de vinte por cento (20%).

§1º O servidor efetivo estável, quando nomeado para cargo em comissão, ficará afastado do cargo de origem, observado o disposto nos artigos 124, 125, 163 e 248.

§2º Os planos de cargos, carreiras e vencimentos ou legislação específica poderão estabelecer casos, condições e percentuais diferentes para provimento de cargos em comissão por servidores do quadro permanente, observado o percentual mínimo previsto no caput.

Seção III

Da posse

Art. 20. A nomeação para cargos públicos somente terá efeito com a posse.

Parágrafo único. Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer nos prazos previstos nesta Seção.

Art. 21. São competentes para dar posse:

I - o Prefeito e o Presidente da Câmara;

II - os Secretários Municipais e as autoridades dirigentes das autarquias e fundações públicas municipais, por delegação.

Art. 22. No ato da posse, o servidor nomeado deverá:

I - comprovar o atendimento aos requisitos para o provimento do cargo público;

II - apresentar declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio;

III - apresentar declaração de exercício de outro cargo, emprego ou função pública, especificando-o, quando for o caso;

IV - apresentar declaração de percepção de proventos de aposentadoria, especificando o cargo que lhes rendeu ensejo;

V - ser reputado apto ao exercício na inspeção médica a que se refere o art. 24;

VI - apresentar atestado de antecedentes criminais.

§1º Na hipótese de se verificar, posteriormente, que quaisquer das declarações referidas no parágrafo anterior são falsas ou que tenham omitido informações relevantes, o servidor empossado responderá a processo administrativo disciplinar, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§2º O servidor nomeado para cargo em comissão deverá, além das declarações aqui referidas, prestar declaração de não ser cônjuge, companheiro, ou guardar relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com a autoridade nomeante ou servidor da mesma Secretaria investido em cargo em comissão.

§3º O servidor efetivo do Município nomeado para cargo em comissão deverá optar, no momento da posse, pela forma de sua remuneração, nos termos do art. 125.

Art. 23. A posse dar-se-á com a assinatura, pela autoridade competente e pelo empossado, do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, bem como a remissão aos deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado.

§1º A autoridade competente para posse somente poderá lavrar termo de posse caso não haja qualquer impedimento constatado da análise dos documentos apresentados e das declarações prestadas.

§2º A posse ocorrerá no prazo de até quinze dias contados da publicação do ato de nomeação, podendo esse prazo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que haja requerimento do interessado.

§3º O prazo a que se refere o parágrafo anterior ficará suspenso quando a requerimento da empossada que comprovar possuir filho com idade inferior a seis meses, retomando-se sua contagem a partir de cento e oitenta dias após o parto.

§4º A posse poderá ser realizada mediante procuração por instrumento público, desde que tenha sido previamente comprovada a

aptidão física e mental do servidor.

Art. 24. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial que avalie a aptidão física e mental do servidor para o exercício do cargo.

Parágrafo único. A juízo da Administração Pública poderão ser aproveitados os resultados da inspeção médica realizada por ocasião do concurso público.

Art. 25. A posse não se confunde com o exercício, que ocorrerá nos termos do art. 59.

CAPÍTULO II DO PROVIMENTO DERIVADO

Art. 26. O provimento derivado dá-se com o preenchimento de cargo público efetivo por servidor do quadro permanente ou após o seu reingresso, sem necessidade de aprovação em concurso público, e se efetiva por meio de:

- I - promoção;
- II - reversão;
- III - reintegração;
- IV - recondução;
- V - readaptação;
- VI - aproveitamento.

§1º Não constitui forma de provimento derivado a nomeação para cargos em comissão, ainda que servidores do quadro permanente.

§2º O provimento derivado realizado em desconformidade com o disposto nesta lei é nulo.

Seção I Da promoção

Art. 27. Promoção é o provimento derivado de servidor em cargo de classe imediatamente superior àquela a que pertence, na mesma carreira, desde que comprovada, mediante avaliação prévia, sua capacidade para exercício das atribuições da classe correspondente.

Art. 28. Os critérios de avaliação do servidor para efeito de promoção serão estabelecidos pela lei que instituir o plano de cargos, carreiras e vencimentos.

Seção II Da reversão

Art. 29. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado:

- I - por invalidez, quando declarados, mediante inspeção médica, insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria;

- II - quando seja constatado vício de legalidade no ato que concedeu a aposentadoria.

§1º Na hipótese do inciso I:

- I - encontrando-se provido o cargo, o servidor beneficiado pela reversão será colocado em disponibilidade remunerada, até a ocorrência de vaga;

- II - encontrando-se extinto o cargo, o servidor beneficiado pela reversão será aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis, respeitadas as normas de enquadramento definidas nos artigos 42 e seguintes, ou posto em disponibilidade remunerada.

§2º Na hipótese do inciso II:

- I - encontrando-se provido o cargo, seu eventual ocupante, se estável, será reconduzido ao cargo de origem sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis, respeitadas as normas de enquadramento definidas nos artigos 42 e seguintes e habilitação legal exigida, ou posto em disponibilidade remunerada;

- II - encontrando-se extinto o cargo, o servidor beneficiado pela reversão será aproveitado em outro cargo de atribuições e

vencimentos compatíveis, respeitada a habilitação legal exigida, ou posto em disponibilidade remunerada.

Art. 30. O servidor que, de má-fé, der causa ao vício de legalidade no ato de sua aposentadoria não terá direito à reversão, devendo seu afastamento ser convertido em penalidade de demissão após o devido processo administrativo disciplinar.

Art. 31. A reversão far-se-á, de ofício ou a pedido, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação.

§1º O servidor deverá ser notificado pessoalmente ou por aviso de recebimento dos correios - AR do ato de reversão.

§2º O servidor que reverter à atividade terá o prazo de quinze dias contados da data de notificação para assumir o exercício do cargo, sob pena de demissão, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Art. 32. Não poderá ocorrer a reversão para o aposentado que já tiver completado setenta anos de idade.

Seção III Da reintegração

Art. 33. Reintegração é o provimento derivado de servidor estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens e reconhecimento dos direitos inerentes ao cargo.

§1º O servidor reintegrado será submetido à inspeção médica, e verificada a invalidez permanente será aposentado no cargo em que houver sido reintegrado como se em exercício estivesse desde a data da demissão indevida.

§2º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor será enquadrado em outro de atribuições análogas e de igual vencimento, respeitadas as normas de enquadramento definidas nos artigos 42 e seguintes e habilitação legal exigível, ou será posto em disponibilidade, observado o disposto nos artigos 56 e seguintes.

§3º Encontrando-se provido o cargo, seu eventual ocupante, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis ou, ainda, posto em disponibilidade remunerada na forma dos artigos 56 e seguintes.

§4º O servidor reintegrado terá o prazo de quinze dias contados da ciência da decisão administrativa ou judicial a que se refere o caput para assumir o exercício do cargo, sob pena de demissão, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

§5º A demissão na hipótese do parágrafo anterior não prejudicará o ressarcimento das vantagens e direitos inerentes ao cargo até a sua data.

Seção IV Da recondução

Art. 34. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, em casos de:

- I - reintegração do anterior ocupante;
- II - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;
- III - insubsistência da declaração de desnecessidade do cargo.

Art. 35. Encontrando-se provido o cargo que ocupava, o servidor será aproveitado em outro de atribuições e vencimentos compatíveis, respeitada a habilitação legal exigida, ou colocado em disponibilidade, observado o disposto nos artigos 56 e seguintes.

Art. 36. O servidor reconduzido terá o prazo de quinze dias, contados da notificação pessoal ou por aviso de recebimento dos correios - AR, para assumir o exercício do cargo, sob pena de ser tornado sem efeito o ato administrativo que reconheceu o direito

ao reingresso.

§1º O prazo a que se refere o caput não se aplica ao servidor reconduzido em razão de reintegração do anterior ocupante, cujo exercício não será interrompido.

§2º O servidor reconduzido em decorrência de inabilitação em estágio probatório terá trinta dias para requerer a recondução, contados da data da publicação do ato de exoneração.

§3º O servidor em disponibilidade convocado para assumir o exercício de cargo cuja declaração de desnecessidade foi tornada insubsistente e que não o faça no prazo estipulado no caput terá os respectivos proventos cassados.

Seção V Da readaptação

Art. 37. Readaptação é a investidura do servidor estável no cargo a ser readaptado para outro cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental posterior a posse, verificada em inspeção médica.

§1º O servidor julgado incapaz para o serviço público será aposentado pelo órgão gestor da previdência social, na forma da legislação previdenciária.

§2º O servidor será colocado em disponibilidade quando não houver cargo vago, observados os artigos 56 e seguintes, devendo ser aproveitado tão logo haja vacância de cargo compatível com a sua capacidade.

§3º Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução do vencimento base, acrescido das vantagens permanentes do servidor.

§4º A readaptação não poderá ser deferida ao servidor em estágio probatório, salvo o caso de acidente de serviço.

Seção VI Da Reorganização do Serviço

Art. 38. A reorganização do serviço, que não se caracteriza como provimento derivado, consiste apenas na restrição ao rol de atribuições típicas do cargo exercido pelo servidor efetivo, conforme a diminuição de sua capacidade física ou mental posterior a posse, verificada em inspeção médica.

Parágrafo único. Em sendo possível, a reorganização do serviço tem preferência sobre a readaptação.

Seção VII Do Aproveitamento

Art. 39. O aproveitamento de servidor estável cujo cargo haja sido extinto dá-se por meio do enquadramento, que consiste em ato de provimento derivado em outro cargo de atribuições de mesma natureza, grau de complexidade e responsabilidade.

§1º Poderão ser enquadrados servidores em disponibilidade ou cujo cargo tenha sido extinto por ocasião de reestruturação do quadro a que pertença.

§2º O provimento derivado decorrente de reestruturação administrativa não interromperá o exercício.

Art. 40. Todo enquadramento decorrente de reestruturação administrativa deverá ser fundamentado em parecer técnico elaborado por comissão de enquadramento constituída pelo chefe de Poder a que se vincule o servidor.

Parágrafo único. A composição da comissão de enquadramento e as regras para seu funcionamento serão estabelecidas nos planos de cargos, carreiras e vencimentos.

Art. 41. O aproveitamento de servidor colocado em disponibilidade na forma do art. 56 e seguintes é obrigatório em caso de vacância de cargo de atribuições e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado.

§1º A Administração determinará o imediato enquadramento do servidor em disponibilidade ante a ocorrência de vaga para cargo de atribuições e vencimentos compatíveis.

§2º No aproveitamento terá preferência o servidor que estiver há mais tempo em disponibilidade e, no caso de empate, o que contar mais tempo de serviço público municipal.

Art. 42. O aproveitamento de servidor que se encontre em disponibilidade dependerá de prévia comprovação de sua capacidade física e mental, mediante inspeção médica.

§1º Se julgado apto, mediante inspeção médica, o servidor assumirá o exercício do cargo em até quinze dias contados da publicação do ato de enquadramento.

§2º Verificando-se a redução da capacidade física ou mental do servidor que inviabilize o exercício das atribuições antes desempenhadas, poderá o servidor ser readaptado, na forma do art. 41.

§3º Constatada em inspeção médica a incapacidade definitiva para o exercício de qualquer atividade no serviço público, o servidor em disponibilidade será aposentado pelo órgão gestor de previdência social, na forma da legislação previdenciária.

Art. 43. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido no § 1º do artigo anterior, salvo em caso de doença comprovada em inspeção médica.

CAPÍTULO III DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 44. Os cargos em comissão ou funções gratificadas poderão ser exercidos, eventualmente, em substituição, no afastamento legal de seus titulares, nos casos de licença para tratamento de saúde, licença maternidade e férias.

§1º A substituição dependerá de designação, independe de posse.

§2º O substituto será designado pela autoridade imediatamente superior àquela substituída.

§3º Pelo tempo de substituição referido no §2º supracitado, igual ou superior a trinta dias, o substituto perceberá o vencimento ou vantagens atribuídas ao cargo em comissão ou função gratificada.

§4º O pagamento será proporcional ao tempo de afastamento do substituído.

CAPÍTULO IV DA VACÂNCIA

Art. 45. A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - promoção;
- IV - readaptação;
- V - aposentadoria;
- VI - posse em outro cargo inacumulável;
- VII - falecimento;
- VIII - anulação do ato de provimento;
- IX - disponibilidade.

Art. 46. A vaga ocorrerá na data:

- I - do falecimento do ocupante do cargo;
- II - imediata àquela em que o servidor completar setenta anos de idade;
- III - da publicação do ato que aposentar, exonerar, demitir, conceder promoção, anular o provimento ou colocar em disponibilidade;
- IV - da posse em outro cargo de acumulação proibida.

Art. 47. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício ocorrerá:

- I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório, assegurada ampla defesa;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III - quando houver necessidade de redução de pessoal, em cumprimento ao limite de despesa estabelecido na forma do art. 169, § 3º, II, § 4º da Constituição da República e da legislação pertinente;

IV - por insuficiência de desempenho, apurada nos termos do art. 41, III da Constituição da República e da legislação federal.

Art. 48. A exoneração do cargo em comissão dar-se-á a juízo da autoridade competente ou a pedido do servidor.

§1º Ao ocupante de cargo em comissão exonerado de ofício no curso do gozo de férias, de licença por acidente em serviço ou doença profissional e de licença paternidade será paga a remuneração correspondente durante o período pelo qual perdurar o direito assegurado neste estatuto.

§2º A servidora gestante ocupante de cargo em comissão não poderá ser exonerada desde a confirmação da gravidez até cento e oitenta dias após o parto, salvo por penalidade de demissão.

Art. 49. A demissão será precedida de processo administrativo disciplinar, assegurando-se ao servidor ampla defesa, na forma regulada nos artigos 212 e seguintes.

Art. 50. A anulação do provimento somente poderá ocorrer após o exercício do contraditório e da ampla defesa do servidor prejudicado.

Art. 51. São competentes para demitir as autoridades indicadas no art. 192, e, para exonerar, as autoridades competentes para prover os respectivos cargos em cada Poder.

CAPÍTULO V DA DESNECESSIDADE E EXTINÇÃO DOS CARGOS

Art. 52. Os cargos públicos providos poderão ser declarados desnecessários por ato do chefe de cada Poder.

§1º O ato de declaração de desnecessidade deverá ser motivado, sob pena de nulidade.

§2º A desnecessidade não poderá ser motivada pelo excesso de despesas com pessoal na forma do art. 169, §3º, II, §4º da Constituição da República e da legislação pertinente.

§3º Os cargos públicos declarados desnecessários ficarão vagos e não poderão ser providos.

§4º A mera declaração de desnecessidade não extingue os cargos públicos que estiverem ocupados.

§5º Não poderão ser criados novos cargos com atribuições idênticas ou similares a de cargos declarados desnecessários.

Art. 53. Caso a declaração de desnecessidade não atinja todos os cargos de uma profissão, serão colocados em disponibilidade ou aproveitados em outro cargo os servidores com menos tempo de efetivo exercício no cargo.

Parágrafo único. Caso haja dois ou mais servidores com idêntico tempo de efetivo exercício, a disponibilidade recairá sobre aqueles com a menor pontuação nas últimas três avaliações de desempenho e, persistindo o empate, sobre os mais jovens.

Art. 54. Caso o cargo declarado desnecessário e não extinto venha a se tornar novamente necessário, seu anterior ocupante colocado em disponibilidade será reconduzido nos termos do art. 40 desta Lei.

Parágrafo único. Caso o anterior ocupante tenha sido aproveitado em outro cargo de atribuições semelhantes ou não entre em exercício no prazo legal, o cargo deverá ser provido mediante concurso público.

Art. 55. A extinção dos cargos dar-se-á:

I - por ato administrativo, quando estiverem vagos;

II - por ato normativo da mesma natureza que os tenha criado, quando ocupados.

Seção Única Da disponibilidade

Art. 56. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável que não puder ser aproveitado em outro cargo, na forma dos artigos 42 e seguintes, ficará em disponibilidade remunerada percebendo vencimentos proporcionais.

Art. 57. Será posto em disponibilidade:

I - o servidor que contar com menor tempo de serviço público prestado ao Município de Arroio Trinta;

II - o servidor que estiver cedido por maior período.

§1º O cálculo proporcional dos vencimentos devidos ao servidor em disponibilidade far-se-á na razão de 1/35 (um trinta e cinco avos) por ano de serviço, se homem, e de 1/30 (um trinta avos) por ano de serviço, se mulher.

§2º A proporcionalidade de que trata o §1º deste artigo será reduzida, respectivamente, para 1/30 (um trinta avos) e 1/25 (um vinte e cinco avos) por ano de serviço para professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício nas funções de magistério.

Art. 58. No provimento de cargos públicos vagos, o servidor em disponibilidade que puder ser aproveitado terá sempre preferência.

TÍTULO III DO REGIME DE TRABALHO

CAPÍTULO I DO EXERCÍCIO

Art. 59. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§1º É de vinte dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contado:

I - da posse;

II - da ciência do ato que haja determinado seu reingresso.

§2º Cabe à autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor dar-lhe exercício.

§3º Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo previsto no §1º deste artigo.

§4º O servidor efetivo nomeado para cargo em comissão passará a ter exercício no dia seguinte ao da posse.

Art. 60. A remuneração somente será devida com o início do exercício.

Seção I Do estágio probatório

Art. 61. O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de três anos, durante o qual serão avaliadas sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo.

§1º Constitui condição necessária à aquisição de estabilidade, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição da República de 1988, a avaliação especial de desempenho, a ser procedida nos termos estabelecidos nesta Seção.

§2º O órgão competente de cada Poder e das entidades da Administração indireta dará prévio conhecimento aos servidores dos critérios, normas e padrões a serem utilizados para a avaliação especial de desempenho de que trata esta Seção.

Art. 62. A avaliação especial de desempenho, durante o período de estágio probatório, ocorrerá, a cada ano nos moldes de

regulamento, mediante a observância de no mínimo os seguintes critérios de julgamento:

I - produtividade no trabalho: capacidade do servidor produzir resultados adequados às atribuições do respectivo cargo;

II - qualidade e eficiência no serviço: capacidade do servidor de desenvolvimento normal das atividades de seu cargo com exatidão, ordem e esmero;

III - iniciativa: ação independente do servidor na execução de suas atividades, apresentação de sugestões objetivando a melhoria do serviço e iniciativa de comunicação a respeito de situações de interesse do serviço que se encontrem fora de sua alçada;

IV - assiduidade: maneira como o servidor cumpre o expediente, exercendo o respectivo cargo sem faltas injustificadas;

V - pontualidade: maneira como o servidor observa os horários de trabalho, evitando atrasos injustificados e saídas antecipadas;

VI - relacionamento: habilidade do servidor para interagir com os usuários do serviço, ou órgãos externos, buscando a convivência harmoniosa necessária à obtenção de bons resultados;

VII - interação com a equipe: cooperação e colaboração do servidor na execução dos trabalhos em grupo;

VIII - interesse: ação do servidor no sentido de desenvolver-se profissionalmente, buscando meios para adquirir novos conhecimentos dentro de seu campo de atuação, e mostrando-se receptivo às críticas e orientações;

IX - disciplina e idoneidade: atendimento pelo servidor às normas legais, regulamentares e sociais e aos procedimentos da unidade de serviço de sua lotação.

§1º A avaliação especial de desempenho durante o estágio probatório, objeto de regulamento próprio, poderá ser diferenciada de acordo com as características do cargo e da unidade da respectiva lotação.

§2º Em todas as fases de avaliação do estágio probatório será assegurada a ampla defesa ao servidor avaliado.

Art. 63. A avaliação especial de desempenho será realizada por uma comissão de avaliação de desempenho - CAD, nos moldes do respectivo regulamento.

§1º A comissão será composta por três servidores estáveis, assegurada a participação de um servidor efetivo de nível hierárquico igual ou superior ao do servidor avaliado.

§2º Não poderá participar da CAD: cônjuge, convivente ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, do servidor avaliado.

§3º Havendo previsão de uma comissão de desenvolvimento funcional na lei que instituir o plano de cargos, carreiras e vencimentos, poderá ficar a seu cargo a avaliação de desempenho do servidor em estágio probatório.

§4º A comissão coordenadora, instituída mediante ato administrativo, será incumbida de:

I - apreciar os recursos interpostos contra as decisões da CAD;

II - orientar e supervisionar o processo de avaliação de desempenho;

III - resolver eventuais discordâncias havidas entre os membros da CAD.

§5º A comissão coordenadora será composta nos moldes do §1º deste artigo.

Art. 64. Observados os critérios mínimos estabelecidos no art. 62, a CAD adotará os conceitos de avaliação que serão estabelecidos por Lei Complementar:

Art. 65. Será aprovado no estágio probatório, o servidor que receber ao final das três avaliações parciais, média igual ou superior a 70% (setenta por cento) de aproveitamento:

§1º Finda a última avaliação parcial de desempenho, a CAD emitirá, no prazo de vinte dias úteis, parecer, aprovando ou reprovando o servidor no estágio probatório, considerando e indicando, os critérios e normas estabelecidas nesta Seção.

§2º O servidor em estágio probatório terá conhecimento do

parecer em cinco dias úteis, a partir de sua emissão.

§3º O servidor poderá requerer, à respectiva CAD, reconsideração do resultado da avaliação, no prazo de dez dias úteis, contados a partir da data de sua ciência, com igual prazo para a decisão.

§4º Caberá recurso à comissão coordenadora, contra a decisão sobre o pedido de reconsideração, no prazo de dez dias úteis, contados da data da ciência do resultado da avaliação ou do pedido de reconsideração, com igual prazo para decisão.

§5º Em caso de recurso, a CAD encaminhará o parecer, as avaliações parciais de desempenho e eventuais pedidos de reconsideração à comissão coordenadora para emissão de novo parecer que será enviado às autoridades competentes que decidirão sobre a estabilização ou a exoneração do servidor avaliado.

§6º Se as autoridades competentes considerarem cabível a exoneração do servidor, será publicado o respectivo ato de exoneração, caso contrário, será publicada a ratificação do ato de nomeação.

Art. 66. O servidor em estágio probatório será exonerado ou reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, se ficar comprovada, administrativamente, sua incapacidade ou inadequação para as atribuições do cargo público.

Art. 67. O resultado da avaliação e o respectivo ato de estabilização ou de exoneração serão informados ao interessado.

Art. 68. O procedimento de avaliação do servidor em estágio probatório será arquivado em pasta ou base de dados individual, permitida a consulta pelo servidor, a qualquer tempo.

Art. 69. Durante o período de cumprimento do estágio probatório o servidor não poderá licenciar-se do cargo para qualquer fim, exceto para gozo de férias e das licenças previstas no art. 90, §2º.

Art. 70. O servidor estável que for nomeado, após concurso público, para outro cargo de provimento efetivo não ficará dispensado de novo estágio probatório.

Art. 71. Na hipótese de acumulação legal, o estágio probatório deverá ser cumprido em relação a cada cargo para o qual o servidor tenha sido nomeado.

Seção II

Da estabilidade

Art. 72. Os servidores nomeados em virtude de concurso público são estáveis após três anos de efetivo exercício.

Parágrafo único. A aquisição da estabilidade está condicionada à aprovação em estágio probatório, mediante avaliação especial de desempenho, na forma prevista nos artigos 61 e seguintes.

Art. 73. O servidor estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa;

III - excepcionalmente, quando houver a necessidade de redução de pessoal, na forma do art. 169, §§ 3º e 4º da Constituição da República e da legislação pertinente;

IV - por insuficiência de desempenho apurada em procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma do art. 41, III da Constituição da República e da legislação federal.

Parágrafo único. O servidor que perder o cargo na forma do inciso III deste artigo fará jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

CAPÍTULO II DA MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Seção I Da remoção

Art. 74. Remoção é o ato pelo qual o servidor passa a ter exercício em outro órgão da Administração municipal, no âmbito do mesmo quadro de pessoal.

§1º Dar-se-á a remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;

II - por permuta;

III - a pedido do servidor.

§2º A remoção de ofício ocorrerá para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades do serviço, inclusive nos casos de reorganização da estrutura interna da Administração municipal.

§3º A remoção por permuta de servidores será precedida de requerimento de ambos os interessados e observará a compatibilidade dos cargos, a carga horária, a área de atuação e a conveniência da Administração.

§4º A remoção a pedido fica condicionada à lotação do órgão de destino e à conveniência da Administração.

§5º A remoção de servidor ocorrida durante as férias não a interromperá.

Seção II Da redistribuição

Art. 75. Redistribuição é o deslocamento do cargo, provido ou vago, para o quadro de pessoal de outro órgão ou entidade da Administração municipal, no âmbito do mesmo Poder.

§1º A redistribuição ocorrerá de ofício para ajustamento de quadros de pessoal às necessidades do serviço, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade da Administração municipal.

§2º A redistribuição dar-se-á mediante decreto ou portaria.

§3º Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos serão colocados em disponibilidade, observado o disposto nos artigos 56 e seguintes.

§4º A redistribuição não poderá acarretar provimento derivado por transferência de servidor de um quadro para outro.

CAPÍTULO III DA CARGA HORÁRIA

Art. 76. A carga horária dos ocupantes de cargos públicos efetivos será definida no respectivo plano de cargos, carreiras e vencimentos, não podendo ultrapassar quarenta horas semanais e, quando não se tratar de ocupantes de cargos sujeito a turnos ininterruptos de revezamento, oito horas diárias.

§1º A carga horária estabelecida no plano de cargos, carreiras e vencimentos de determinada categoria, poderá ser reduzida ou ampliada, visando atender demanda específica ou situação de peculiar interesse da administração devidamente motivada e transitória, respeitando o limite estabelecido no caput deste artigo.

§2º A requerimento do servidor municipal, o Chefe do Poder Executivo poderá reduzir ou aumentar a carga horária, passando o servidor a perceber os vencimentos em conformidade com a nova carga horária.

I. Fica a critério do chefe do Poder Executivo Municipal deferir ou indeferir o requerimento, levando-se em consideração a necessidade, a viabilidade e o interesse do Município.

II. Decreto do Poder Executivo estabelecerá normas gerais do processo de habilitação para a alteração da carga horária dos servidores municipais.

§2º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores ocupantes de cargo em comissão, que atuam em regime de dedicação

integral, o que não significa que o servidor está desobrigado de cumprir a jornada legal ou que possa fazer o horário de trabalho segundo sua vontade ou interesses particulares.

Seção I Da jornada diária de trabalho

Art. 77. O horário diário de entrada e saída dos servidores será fixado administrativamente, observada a carga horária fixada no plano de cargos e carreiras.

Art. 78. A frequência do servidor será apurada através de registro de ponto.

§1º Ponto é o registro pelo qual se verificará, diariamente, as entradas e saídas do servidor.

§2º Nos registros de ponto deverão ser lançados todos os elementos necessários à apuração da frequência.

Art. 79. É vedado dispensar o servidor do registro de ponto e abonar faltas ao serviço, salvo nas hipóteses expressamente previstas nesta lei.

Parágrafo único. Os servidores em comissão terão sua frequência apurada na forma de regulamento.

Art. 80. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, conceder-se-á um intervalo, de uma a duas horas, para repouso ou alimentação.

Art. 81. O período de serviço extraordinário não está compreendido nos limites previstos nos artigos 76 e 77, devendo ser remunerado com a gratificação prevista no art. 154.

§1º Somente será permitido o serviço extraordinário quando autorizado e requisitado justificadamente pela chefia imediata, para atender a situações excepcionais e temporárias, não podendo exceder o limite máximo de duas horas diárias.

§2º O período de serviço extraordinário poderá exceder o limite máximo previsto no § 1º deste artigo, para atender à realização de serviços inadiáveis, ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto à Administração, desde que haja autorização expressa da autoridade competente.

Seção II Dos turnos de revezamento

Art. 82. O regime de turnos de revezamento será aplicado aos servidores que tenham exercício em órgãos e unidades administrativas que funcionem ininterruptamente.

Art. 83. A jornada diária máxima dos servidores que atuam em regime de turnos será de doze horas.

Parágrafo único. O limite semanal de horas dos servidores que atuam em regime de turnos poderá ser ampliado para quarenta e oito horas, desde que na semana subsequente o acréscimo seja compensado.

Art. 84. A escala de serviço dos servidores sujeitos a turnos de revezamento será definida pela autoridade competente de cada Poder ou entidade, observado o disposto nos planos de cargos, carreiras e vencimentos.

Seção III Do descanso

Art. 85. O servidor terá direito a repouso semanal remunerado, preferencialmente, aos sábados e domingos, bem como nos dias de feriado civil e religioso, exceto quando sujeito a regime de turnos de revezamento.

Parágrafo único. A remuneração do dia de repouso corresponderá a um dia normal de trabalho para cada semana trabalhada.

Art. 86. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos servidores submetidos ao regime de turnos de revezamento, cujo descanso mínimo deverá ser de vinte e quatro horas, respeitada a limitação semanal de carga horária referida no art. 83.

Art. 87. O trabalho desenvolvido excepcionalmente aos sábados e domingos poderá ser, por opção do servidor, indenizado ou compensado com o correspondente descanso em dias úteis da semana.

CAPÍTULO IV DOS AFASTAMENTOS

Seção I Das ausências ao serviço

Art. 88. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por um dia:

- a) para a doação de sangue;
- b) para alistamento militar;

II - por oito dias, em virtude de:

- a) casamento, contados consecutivamente a partir da data da certidão de casamento civil, inclusive;
- b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos ou irmãos ou pessoa que viva sob sua dependência econômica, guarda ou tutela, contados consecutivamente a partir da data do óbito, inclusive.

III - para atender a convocação ou defender-se em juízo, participar de júri, atuar nas eleições e outras obrigações definidas em lei a que não tenha dado causa.

§1º Na hipótese do inciso III, eventual compensação de dias à qual terá direito o servidor deverá ser gozada de imediato e de uma única vez.

§2º As ausências referidas neste artigo serão abonadas pela chefia imediata do servidor, que anexará o comprovante respectivo no boletim mensal de frequência.

§3º Se o comprovante referido no parágrafo anterior não for entregue pelo servidor dentro do prazo legal a ausência será considerada como falta injustificada.

Art. 89. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.

§2º Também será concedido horário especial ao servidor deficiente, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.

§3º As disposições do § 2º são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente deficiente, exigindo-se, porém, neste caso, compensação de horário na forma do § 1º deste artigo.

Seção II Das licenças

Subseção I Das disposições gerais

Art. 90. Conceder-se-á licença:

- I - para tratamento de saúde;
- II - maternidade e paternidade;
- III - por acidente em serviço ou por doença profissional;
- IV - por motivo de doença em pessoa da família;
- V - para o serviço militar;

VI - para atividade política;

VII - para atividade sindical;

VIII - para participação em cursos, congressos, eventos esportivos, mediante autorização expressa;

IX - para tratar de interesse particular;

X - para licença-prêmio por assiduidade.

§1º Fica vedado o exercício de atividade remunerada durante o período das licenças previstas nos incisos I, II, III, IV deste artigo, sob pena de devolução do que foi percebido indevidamente em prejuízo aos cofres públicos.

§2º Ao servidor que se encontre no período de estágio probatório só poderão ser concedidas as licenças previstas nos incisos I, II, III, IV, V e VI deste artigo.

§3º O servidor efetivo designado para função de confiança será dela destituído sempre que a licença ultrapassar trinta dias, tendo assegurado o pagamento da correspondente gratificação, durante o período de gozo da licença, nas hipóteses dos incisos II e III.

§4º O servidor ocupante de cargo em comissão será exonerado do cargo comissionado sempre que a licença ultrapassar trinta dias, salvo quando se tratar de licença maternidade, observado o § 2º do art. 48.

§5º Na hipótese do parágrafo anterior, caso se trate de servidor efetivo investido em cargo comissionado o licenciamento dar-se-á em relação ao cargo de origem.

§6º Findo o período de licença, deverá o servidor retornar ao seu cargo no primeiro dia útil subsequente, sob pena de falta ao serviço neste e nos demais dias em que não comparecer, salvo justificativa prevista nesta lei.

§7º O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão poderá gozar das licenças previstas nos incisos I, II e III deste artigo, nos termos desta lei.

Art. 91. As licenças para tratamento da própria saúde, maternidade e por acidente em serviço ou doença profissional serão autorizadas por inspeção médica, pelo prazo indicado nos respectivos laudos ou atestados.

§1º Nas licenças dependentes de inspeção médica, expirado o prazo legal da concessão, o servidor será submetido à nova inspeção, que concluirá pela sua volta ao serviço, pela readaptação, ou pela aposentadoria por invalidez.

§2º Será facultado à autoridade municipal competente, em caso de dúvida, exigir nova inspeção médica, podendo inclusive, neste caso, designar junta médica.

§3º No caso de o laudo ou atestado não ser aprovado, o servidor será obrigado a reassumir imediatamente o exercício do cargo, a partir de sua ciência do despacho denegatório, sendo consideradas faltas ao serviço os dias de ausência do servidor.

§4º Na hipótese de ocorrer a falsa afirmativa por parte do médico atestante, o servidor e o médico serão submetidos a processo administrativo disciplinar, que apurará e definirá responsabilidades, e, caso o médico atestante não esteja vinculado ao Município o fato será comunicado ao Ministério Público e ao Conselho Regional de Medicina competente.

§5º Em casos excepcionais, serão aceitos laudos ou atestados de órgão médico de outra entidade pública ou, ainda, de origem particular, com firma reconhecida, sempre a critério da autoridade competente.

§6º No processamento das licenças dependentes de inspeção médica, será observado o devido sigilo sobre os respectivos laudos ou atestados.

Art. 92. Terminada a licença ou considerado apto ao serviço, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, sob pena de serem computados como faltas os dias de ausência ao serviço, ressalvados os casos de prorrogação previstos neste Capítulo.

Parágrafo único. Se da inspeção médica ficar constatada simulação do servidor, as ausências serão havidas como faltas ao serviço, sem prejuízo da apuração da responsabilidade administrativa.

Art. 93. A licença poderá ser prorrogada de ofício ou a pedido. Parágrafo único. O pedido de prorrogação deverá ser apresentado antes de findo o prazo da licença; se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre a data do término e a da publicação ou ciência do despacho denegatório pelo interessado.

Art. 94. O servidor licenciado comunicará ao chefe imediato o local onde poderá ser encontrado.

Art. 95. As licenças não poderão ser convertidas em pecúnia, salvo a licença prêmio por assiduidade, conforme previsto no art. 117.

Subseção II

Da licença para tratamento de saúde

Art. 96. Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica oficial.

§1º O servidor efetivo que esteja no exercício de cargo em comissão ou designado para função de confiança perceberá, durante o período da licença, a retribuição correspondente, salvo quando o período da licença ultrapassar trinta dias.

§2º O servidor público gozará de licença para tratamento de saúde remunerada, que será suportada pelo Município.

§3º O Município complementarará o valor do auxílio-doença do servidor público efetivo até valor correspondente aos vencimentos devidos no último mês que esteve em exercício, por até três meses no período de doze meses.

§4º O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão não terá direito à complementação referida no §3º.

Art. 97. Sempre que necessária, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.

§1º A qualquer momento, poderão ser realizadas inspeções médicas durante o período de gozo da licença.

§2º No curso da licença poderá o servidor requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício.

Art. 98. O servidor não reassumirá o exercício do cargo sem nova inspeção médica, quando a licença concedida assim o tiver exigido; realizada essa nova inspeção, o respectivo laudo ou atestado médico concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença, pela readaptação do servidor ou pela sua aposentadoria.

Art. 99. O servidor que se recusar à inspeção médica ficará impedido do exercício do seu cargo, até que se realize a inspeção.

Parágrafo Único. Os dias em que o servidor, por força do disposto neste artigo, ficar impedido do exercício do cargo serão tidos como faltas ao serviço.

Subseção III

Da licença maternidade e paternidade

Art. 100. Será concedida licença à servidora gestante, por cento e oitenta dias consecutivos, a partir do parto, sem prejuízo da remuneração.

§1º A licença poderá ser concedida a partir do oitavo mês de gestação, mediante recomendação médica.

§2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§3º No caso de natimorto, decorridos sessenta dias do evento a servidora, caso seja julgada apta por inspeção médica, reassumirá o exercício do cargo.

§4º No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a trinta dias de repouso remunerado, findo o prazo, reassumirá o exercício do cargo, salvo se não for julgada apta por inspeção médica.

§5º É assegurado à servidora gestante, durante o período de gravidez, e exclusivamente por recomendação médica, o desempenho

de funções compatíveis com a sua capacidade laborativa, sem prejuízo de sua remuneração, na forma prevista no art. 169.

§6º Para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses, a servidora terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora por dia, que poderá ser parcelada em dois períodos de meia hora.

§7º É vedada a acumulação da licença à maternidade e à paternidade com qualquer outra concedida pelo IPREARROIO ou concedida pelo município.

Art. 101. O servidor que adotar ou obtiver guarda judicial de criança ou adolescente com até trinta dias de nascimento terá direito a licença remunerada de cento e oitenta dias.

§1º. A partir do trigésimo dia de nascimento, a licença será concedida na seguinte proporção:

I - do trigésimo primeiro dia do nascimento até a idade de um ano: cento e vinte dias de licença;

II - acima de um ano de nascimento até o limite máximo de quatro anos: sessenta dias de licença;

III - mais de quatro anos: trinta dias.

§2º O prazo de que trata este artigo será de dez dias, independentemente da idade da criança, se o servidor adotante for do sexo masculino.

§3º Se o servidor público do sexo masculino houver adotado sozinho terá direito aos mesmos prazos concedidos às servidoras.

§4º Nos casos de união homoafetiva fica assegurado a um dos companheiros o direito aos mesmos prazos concedidos às servidoras, desde que sua condição esteja devidamente averbada em seus assentamentos funcionais, de acordo com o art. 258.

§5º A licença-maternidade, em casos de adoção, só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda.

Art. 102. A licença paternidade será concedida ao servidor pelo parto de sua esposa ou companheira, para fins de dar-lhe assistência, durante o período de quinze dias consecutivos a partir do nascimento do filho.

Subseção IV

Licença por acidente em serviço ou doença profissional

Art. 103. O servidor acidentado em serviço ou acometido de doença profissional fará jus à licença, sem prejuízo da remuneração. Parágrafo único. A licença referida nesta Subseção não se aplica ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

Art. 104. Configura-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor e relacionado mediata ou imediatamente com as atribuições do cargo.

§1º Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;

II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa;

III - sofrido durante o percurso do trabalho para o local de refeição.

§2º O disposto nos incisos II e III não será aplicado, caso o servidor, por interesse pessoal, tenha interrompido ou alterado o percurso lógico de modo a distanciar-se significativamente de sua rota habitual.

Art. 105. A prova do acidente será feita em processo regular, devidamente instruído, inclusive acompanhado de declaração das testemunhas do evento, cabendo à inspeção médica descrever o estado geral do acidentado, mencionando as lesões produzidas, bem como as possíveis consequências que poderão advir ao acidente.

§1º Cabe ao chefe imediato do servidor adotar as providências necessárias para o início do processo regular de que trata este artigo, no prazo de dez dias, contados do evento.

§2º Configurado o acidente de trabalho, a despesa com o tratamento do acidentado em serviço correrá por conta dos cofres

municipais.

Art. 106. Entende-se por doença profissional a que decorrer das condições do serviço ou de fatos nele verificados, devendo o laudo médico oficial caracterizá-la detalhada e rigorosamente, estabelecendo o nexo de causalidade com as atribuições do cargo.

Subseção V

Da licença por motivo de doença em pessoa da família

Art. 107. Será concedida licença ao servidor por motivo de doença em pessoa de sua família, cujo nome conste em seu assentamento individual, mediante perícia médica oficial ou laudo particular, desde que devidamente homologado pela perícia médica oficial.

§1º Por pessoa da família entende-se o cônjuge, companheiro ou companheira, ascendente e descendente até o segundo grau em linha reta.

§2º A licença somente será deferida se a assistência pessoal do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo devidamente apurada pela Assistência Social ou mediante compensação de horário, quando possível.

§3º Não se considera assistência pessoal ao doente a representação, pelo servidor, dos seus interesses econômicos ou comerciais.

§4º A licença prevista nesta Subseção será concedida com vencimento integral durante os primeiros trinta dias e com o seguinte desconto, quando ultrapassar esse limite:

I - cinquenta por cento (50%), de mais de trinta dias até seis meses;

II - sem vencimentos, de seis meses até o limite da licença para tratar de interesse particular;

§5º É vedado o exercício de atividade remunerada durante a fruição da licença prevista nesta Subseção, respondendo o servidor disciplinarmente pelo desrespeito a essa disposição.

Art. 108. A licença referida nesta Subseção não se aplica ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

Subseção VI

Da licença para o serviço militar

Art. 109. Ao servidor convocado para o serviço militar obrigatório ou para outros encargos de segurança nacional será concedida licença, à vista de documento oficial que comprove a convocação, assegurado o direito de opção pela remuneração do cargo.

§1º Ao servidor desincorporado será concedido prazo não excedente a três dias para assumir o exercício do cargo, findo o qual os dias de ausência serão considerados como de faltas injustificadas.

§2º O prazo previsto no parágrafo anterior terá início na data de desincorporação do servidor.

Art. 110. A licença referida nesta Subseção não será concedida ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

Subseção VII

Da licença para atividade política

Art. 111. O servidor terá direito à licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, na forma da legislação eleitoral.

Parágrafo único. A partir do registro da candidatura e até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição, o servidor afastar-se-á do exercício do cargo, emprego ou função como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da remuneração.

Art. 112. A licença referida nesta Subseção não será concedida ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

Subseção VIII

Da licença para atividade sindical

Art. 113. O servidor terá direito à licença remunerada para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou sindicato representativo da categoria.

§1º Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção ou representação até o máximo de dois por entidade.

§2º A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, apenas no caso de reeleição.

Art. 114. A remuneração paga durante o período da licença referida nesta Subseção abrangerá o vencimento básico acrescido das vantagens pessoais que tenham sido incorporadas.

Art. 115. A licença referida nesta Subseção não será concedida ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

Subseção X

Da licença para tratar de interesse particular

Art. 116. Ao servidor estável poderá, após três anos de efetivo exercício, ser concedida licença, sem remuneração, pelo prazo de até um ano, podendo ser prorrogado por igual período uma vez, para tratar de interesse particular, desde que a Administração entenda ser conveniente a concessão da licença e que o servidor arque com os encargos previdenciários durante o período de afastamento.

§1º O requerente aguardará, em exercício, a concessão da licença, configurando falta os dias que não trabalhar sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta Lei.

§2 A licença poderá ser interrompida a qualquer momento a pedido do servidor ou por interesse da Administração, tendo o servidor o prazo de até trinta dias contados a partir da divulgação do ato para reassumir o cargo.

§3º Findo o prazo da licença, o servidor deverá, dentro de dois dias, retornar ao exercício do cargo, configurando falta os dias que não trabalhar.

§4º Não se concederá nova licença de igual natureza à referida nesta Subseção antes de decorridos o período de cinco anos.

§5º A licença referida nesta Subseção não será concedida ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

Subseção XI

Da licença-prêmio por assiduidade

Art. 117. Após cada cinco anos de ininterrupto exercício no cargo efetivo, o servidor fará jus a um mês de licença a título de prêmio por assiduidade com remuneração do cargo efetivo.

§1º As licenças-prêmio deverão ser gozadas de uma só vez.

§2º As licenças-prêmio poderão ser indenizadas em dinheiro, e as regras para o pagamento serão regulamentadas por decreto.

§3º O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão não fará jus à licença contida nesta Subseção.

Art. 118. Não se concederá licença-prêmio ao servidor que, no período aquisitivo:

I - faltar injustificadamente ao serviço;

II - sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

III - afastar-se do cargo em virtude de:

a) licença para tratar de interesses particulares;

b) condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva.

Parágrafo único. Havendo interrupção do exercício ou perda do direito pelos motivos definidos no caput no decorrer do período aquisitivo, iniciar-se-á novo período aquisitivo a partir da data que

cessar o motivo da perda.

Art. 119. Cumprirá à autoridade competente anuir com o período em que o servidor requerer o gozo da licença-prêmio, não podendo acumular com as férias vencidas.

Parágrafo único. O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não será superior a um terço da lotação da respectiva unidade administrativa.

Seção III

Da cessão

Art. 120. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro Poder ou entidade municipal, no âmbito de quadro de pessoal diverso, para órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de outro Município, nas seguintes hipóteses:

I - para exercício de cargo em comissão;

II - quando houver interesse do Município.

§1º A cessão será formalizada em termo específico, por prazo certo, firmado pelas autoridades competentes dos órgãos ou entidades cedentes e cessionários.

§2º O servidor cedido na hipótese do inciso II permanecerá vinculado ao regime jurídico estabelecido nesta lei, devendo o órgão ou entidade cessionário cumprir o disposto neste estatuto.

§3º O servidor cedido na hipótese do inciso II não poderá exercer atribuições diversas daquelas conferidas a seu cargo.

§4º A cessão tem caráter excepcional e pode ser concedida pelo prazo de até quatro anos, prorrogável a critério da Administração.

Art. 121. A remuneração do servidor municipal cedido será paga pelo órgão ou entidade cessionário.

Parágrafo único. O órgão ou entidade cedente poderá arcar com a remuneração do servidor cedido nas seguintes hipóteses:

I - que venha a ter exercício no território do Município;

II - para exercício em órgão ou repartição pública cujas competências abranjam serviços essenciais;

III - em virtude de convênio ou instrumento de parceria, na forma da legislação pertinente.

Art. 122. Não poderão ser cedidos servidores ocupantes de cargos em comissão.

Seção IV

Do afastamento para exercício de cargo em comissão

Art. 123. O servidor efetivo nomeado para cargo em comissão ficará afastado do exercício de seu cargo de origem a partir da posse.

Art. 124. Na hipótese do artigo anterior, o servidor poderá optar pela remuneração do cargo efetivo acrescido de vinte por cento (20%) do vencimento-base do cargo em comissão, a título de gratificação.

Seção V

Das férias

Art. 125. Todo servidor terá direito, após cada período de doze meses de efetivo exercício, ao gozo de um período de férias remuneradas de trinta dias corridos.

§1º As férias serão reduzidas a vinte dias quando o servidor contar no período aquisitivo mais de nove faltas consecutivas ou não e injustificadas ao serviço.

§2º Perderá o direito a férias o servidor que no período aquisitivo houver gozado as licenças a que se refere o art. 90, VI e IX.

Art. 126. As férias serão concedidas de acordo com a escala organizada pela chefia imediata, nos doze meses subsequentes à data em que o servidor adquiriu o direito.

Art. 127. Excepcionalmente, a critério da Administração e com consentimento do servidor, as férias poderão ser concedidas em até três períodos, sendo que nenhum poderá ser inferior a dez dias.

§1º Os servidores que, entre si, sejam companheiros, cônjuges ou parentes em linha reta deverão preferencialmente gozar de férias no mesmo período, desde que não resulte prejuízo para a Administração.

§2º É facultado ao servidor requerer a conversão de um terço das férias em abono, sobre o qual será acrescido o adicional de férias previsto no art. 160.

Art. 128. É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço, não podendo a acumulação, neste caso, abranger mais de dois períodos, sob pena de pagamento em dobro.

Parágrafo único. As férias excepcionalmente não gozadas deverão ser indenizadas.

Art. 129. Em caso de acumulação de cargos ou funções, o servidor gozará férias, obrigatória e simultaneamente, nas suas distintas situações funcionais.

Art. 130. As férias somente poderão ser interrompidas quando decretado estado de calamidade pública, de emergência ou interesse público desde que haja concordância expressa do servidor.

Art. 131. Durante as férias, o servidor terá direito, além do vencimento-base do cargo correspondente, a todas as vantagens que percebia no momento em que passou a fruí-las, acrescido do adicional de férias previsto no art. 160.

Art. 132. As férias dos servidores do magistério serão reguladas por normas específicas.

Art. 133. O servidor público que opere direta e permanentemente aparelhos de Raios-X ou com substâncias radioativas gozará obrigatoriamente vinte dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

Art. 134. O servidor, ao entrar em período de férias, comunicará ao chefe imediato o seu endereço eventual.

Seção VI

Do afastamento preventivo

Art. 135. O servidor submetido a sindicância ou processo administrativo disciplinar poderá ser afastado preventivamente do exercício do cargo na forma do art. 205.

CAPÍTULO V

DA CONTAGEM DO TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO

Art. 136. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

§1º Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

§2º A promoção, a readaptação, a recondução e o enquadramento de servidor em atividade não interrompem o exercício.

§3º A designação de servidor efetivo para função gratificada de confiança não interrompe o exercício de suas atribuições típicas.

Art. 137. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano de trezentos e sessenta e cinco dias.

Parágrafo único. O tempo de serviço será comprovado através do registro de frequência, da folha de pagamento ou de certidões.

Art. 138. Além das ausências ao serviço previstas no art. 88, serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - exercício de cargo em comissão ou equivalente em órgão ou entidade federal, estadual, distrital ou municipal;

III - desempenho de cargo político federal, estadual ou municipal, a ocorrer nos moldes do art. 38 da Constituição da República, exceto para fins de progressão e promoção;

IV - licenças:

a) para tratamento de saúde;

b) maternidade e paternidade;

c) por acidente em serviço ou por doença profissional;

d) por motivo de doença em pessoa da família;

e) para o serviço militar;

f) para atividade sindical;

g) para participação em programa de pós-graduação stricto sensu;

h) para licença-prêmio por assiduidade.

V - afastamento preventivo por processo disciplinar se o servidor nele for declarado inocente, ou se a punição limitar-se à pena de advertência;

VI - afastamento por motivo de prisão se houver sido reconhecida a sua ilegalidade ou a improcedência da imputação que lhe deu causa.

Art. 139. É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgãos ou entidades dos Poderes da União, do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. É permitido o cômputo do tempo de serviço público anterior prestado no âmbito do Município de Arroio Trinta para fins de concessão de adicional de tempo de serviço.

TÍTULO IV

DO SISTEMA REMUNERATÓRIO

CAPÍTULO I

DOS VENCIMENTOS

Art. 140. Vencimento é a contraprestação devida em razão do exercício do cargo pelo servidor, com valor fixado em lei, levando em consideração a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade das atribuições, definida em lei específica, vedada a sua vinculação ou equiparação.

Art. 141. Remuneração é soma do vencimento básico com o valor global das vantagens gerais, pessoais, permanentes, eventuais ou especiais, previstas em lei.

Art. 142. O vencimento do ocupante de cargo público, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, é irredutível, observado o disposto no art. 37, XV da Constituição da República.

Art. 143. A remuneração devida ao servidor não poderá ser inferior ao salário mínimo.

Art. 144. Nenhum servidor poderá receber, mensalmente, a título de remuneração, valor superior ao subsídio do Prefeito Municipal, nos termos do art. 37, XI da Constituição da República.

Parágrafo único. A revisão geral de que trata o caput, será realizada pela aplicação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, auferido nos últimos doze meses anteriores a revisão.

Art. 145. É assegurada a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais sempre no mês de fevereiro e sem distinção de índices, nos termos do art. 37, X da Constituição da República.

Art. 146. Por vantagem compreende-se todo estipêndio diverso

do vencimento recebido pelo servidor e que represente efetivo proveito econômico.

Art. 147. São vantagens pecuniárias a serem pagas aos servidores:

I - gratificações;

II - adicionais;

III - prêmios previstos em legislação específica.

Art. 148. As vantagens previstas neste estatuto não se incorporarão aos vencimentos dos servidores, ressalvado o adicional por tempo de serviço.

Art. 149. As vantagens previstas neste estatuto não serão computadas nem acumuladas para efeito de concessão de acréscimos pecuniários ulteriores.

Art. 150. Os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão somente farão jus ao adicional de férias.

Seção I

Das gratificações

Subseção I

Da gratificação de serviço extraordinário

Art. 151. A duração do trabalho dos servidores poderá, excepcionalmente, ser acrescida de horas extraordinárias, não se admitindo a recusa do servidor em prestá-las, até o limite de duas horas diárias.

Parágrafo único. O limite a que se refere este artigo poderá ser ampliado, havendo concordância expressa do servidor designado para a realização do serviço extraordinário.

Art. 152. Considerar-se-ão automaticamente autorizadas as horas extraordinárias ocorridas em virtude de acidente com o equipamento de trabalho, incêndio, inundação, missões oficiais sem tempo certo de duração e outros motivos de caso fortuito ou de força maior.

Art. 153. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento (50%) em relação à hora normal de trabalho, de segunda a sábado, e de cem por cento (100%) quando executado aos domingos e feriados, exceto nos casos em que a escala de trabalho seja exigência do cargo que o servidor ocupa ou em que haja legislação específica.

§1º O cálculo da hora e seus reflexos em férias, décimo terceiro e contribuição previdenciária, serão efetuados sobre o vencimento-base acrescido das vantagens pessoais que tenham sido incorporadas.

§2º O serviço extraordinário realizado em período noturno será remunerado sem prejuízo da gratificação correspondente.

§3º As horas extras são parcelas indenizatórias e não incorporáveis para quaisquer fins de direito.

Art. 154. O ocupante de cargo em comissão e o exercente de função gratificada não fazem jus à gratificação por serviço extraordinário.

Art. 155. É vedado conceder a gratificação pela prestação de serviços extraordinários acima de cinquenta por cento (50%) do valor da remuneração do servidor, salvo quanto aos serviços realizados aos domingos e feriados.

Art. 156. Não será submetido ao regime de serviço extraordinário:

I - o servidor em gozo de férias ou licenciado;

II - o ocupante de cargo beneficiado por horário especial em virtude do exercício de atividades com risco à vida ou à saúde.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica quando for decretado estado de emergência e de calamidade pública.

Subseção II**Da gratificação pelo trabalho noturno**

Art. 157. O serviço noturno prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia a cinco horas do dia seguinte terá o valor/hora acrescido de vinte e cinco por cento (25%), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

§1º Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre o valor da hora normal de trabalho, acrescido do percentual relativo à hora extraordinária.

§2º Nos casos em que a jornada de trabalho diária compreender os períodos diurno e noturno, o adicional será pago proporcionalmente às horas de trabalho noturno.

Subseção III**Da gratificação pelo exercício de função de confiança**

Art. 158. Ao servidor designado para o exercício de função de confiança será devida gratificação fixada na forma do plano de cargos, carreiras e vencimentos.

Subseção IV**Da gratificação para participação em comissões**

Art. 159. Ao servidor efetivo, não ocupante de cargo em comissão ou que receba função gratificada, designado para participação em comissões de licitação e de sindicância e inquérito administrativo, devidamente criadas pela autoridade competente por meio de Portaria, poderá ser paga gratificação de vinte por cento (20%) do menor vencimento-base do município, sendo vedada sua dupla aplicação por participação em mais de uma comissão.

§1º Para atuação como Pregoeiro, a autoridade competente poderá fixar gratificação de até quarenta por cento (40%) do menor vencimento-base do município.

§2º Em caso de atuação pela comissão fora do horário de expediente não será devido ao servidor o pagamento de horas extras.

§3º A gratificação paga por participação em comissão não será incorporada ao vencimento do cargo efetivo após a destituição.

Seção II**Dos adicionais****Subseção I****Do adicional de férias**

Art. 160. Durante as férias, o servidor terá direito a um adicional correspondente a 1/3 (um terço), além do vencimento, bem como a todas as vantagens que percebia no momento que passou a fruí-las.

§1º O servidor em regime de acumulação lícita perceberá o adicional de férias calculado sobre a remuneração do cargo cujo período aquisitivo lhe garanta o gozo das férias.

§2º O adicional de férias será devido em função de cada cargo exercido pelo servidor.

Subseção II**Do adicional por tempo de serviço**

Art. 161. O adicional por tempo de serviço é devido aos servidores estáveis a cada três anos de efetivo exercício no serviço público do Município à razão de seis por cento (6%) do valor do respectivo vencimento, até o limite cumulativo de seis triênios.

§1º O servidor fará jus ao adicional, independentemente de requerimento, a partir do mês seguinte ao que completar o triênio de efetivo exercício no serviço público do Município.

§2º O adicional por tempo de serviço incorpora-se à remuneração do cargo efetivo.

§3º O tempo de serviço prestado em caso de contrato temporário

ou cargo em comissão sem vínculo permanente não poderá ser averbado para fins de adicional por tempo de serviço.

§4º O servidor que exercer, cumulativamente, mais de um cargo terá direito ao adicional em relação a cada cargo.

Art. 162. O servidor efetivo investido em cargo em comissão que tenha optado pela percepção da remuneração na forma do art. 124 perceberá o adicional por tempo de serviço calculado sobre o vencimento de seu cargo efetivo.

Art. 163. O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão não terá direito ao adicional por tempo de serviço.

Subseção III**Do adicional por atividade insalubre ou perigosa**

Art. 164. Será concedido adicional de insalubridade ou periculosidade ao servidor que trabalhe com habitualidade e em contato permanente com agentes nocivos à saúde ou com risco de vida.

§1º A caracterização e a classificação dos graus de insalubridade e de periculosidade serão efetuadas por meio de laudos técnicos periciais, reavaliadas quando necessárias, e que servirão de base para a regulamentação em cada Poder.

§2º O direito do servidor ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou vida, cabendo à chefia imediata comunicar à administração do respectivo Poder a nova situação.

§3º Caso a atividade do servidor renda ensejo à percepção dos dois adicionais, deverá optar por um deles.

Art. 165. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

§1º O adicional referido no caput será de quarenta por cento (40%), vinte por cento (20%) ou dez por cento (10%) sobre o piso básico do salário mínimo nacional, segundo seja sua atividade classificada nos graus, máximo, médio e mínimo.

§2º A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá se for atendida pelo menos uma das seguintes condições:

I - adoção de medidas que conservem o local de trabalho dentro dos limites de tolerância;

II - utilização de equipamentos de proteção individual ao servidor, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância, que, quando necessários, deverão ser de uso obrigatório.

Art. 166. Serão consideradas atividades ou operações perigosas àquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho impliquem contato com substâncias tóxicas, radioativas, ou com risco de vida de modo habitual e permanente.

§1º O exercício do trabalho em condições perigosas assegura a percepção de adicional de trinta por cento (30%) sobre o vencimento-base do servidor.

§2º A amenização da condição perigosa deverá ser efetuada por meio da utilização de materiais e equipamentos, ou de instalações apropriadas, conforme laudo técnico pericial.

Art. 167. Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios-X ou agentes radioativos serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão submetidos a exames médicos a cada seis meses às expensas da Administração.

Art. 168. É vedado o trabalho da servidora gestante, ou lactante em atividades ou operações consideradas insalubres, perigosas e penosas, podendo ser designada temporariamente, mediante

recomendação médica, para o exercício de cargo com semelhante grau de dificuldade, complexidade e responsabilidade.

Seção III Do décimo terceiro

Art. 169. O décimo terceiro será pago, anualmente, a todo servidor municipal, inclusive aos ocupantes de cargo em comissão, independentemente da remuneração a que fizerem jus.

§1º O décimo terceiro vencimento corresponderá à média da remuneração percebida ao longo do ano, compreendidas as vantagens temporárias e permanentes.

§2º A fração igual ou superior a quinze dias de exercício será tomada como mês integral, para efeito do § 1º deste artigo.

§3º O décimo terceiro vencimento poderá ser pago em duas parcelas, a critério da Administração, devendo estar pago integralmente até o dia vinte de dezembro.

Art. 170. Caso o servidor deixe o serviço público municipal, o décimo terceiro vencimento será pago proporcionalmente ao número de meses de efetivo exercício no ano, calculado na forma do art. 170.

Seção IV Dos descontos

Art. 171. Nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou os proventos, salvo por imposição legal ou ordem judicial.

§1º O servidor poderá autorizar a consignação em folha de pagamento, em favor de terceiros, na forma de ato regulamentar, até o limite de trinta por cento (30%) do vencimento-base, acrescido das vantagens permanentes do servidor.

§2º Não poderão ser realizados novos descontos facultativos caso o somatório dos descontos facultativos e compulsórios ultrapasse setenta por cento (70%) da remuneração bruta do servidor.

Art. 172. As reposições e indenizações ao erário poderão ser descontadas em parcelas mensais não excedentes a vinte por cento (20%) da remuneração ou dos proventos do servidor, em valores atualizados, desde que observado o devido processo administrativo e haja anuência do servidor por escrito.

§1º Quando constatado pagamento indevido por erro no processamento da folha ou por má-fé do servidor, a reposição ao erário será feita em uma única parcela no mês subsequente, observado o devido processo administrativo.

§2º Será inscrito em dívida ativa, para cobrança judicial, o débito que não tenha sido quitado no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 173. O recebimento de quantias indevidas poderá ensejar processo administrativo disciplinar, para apuração de responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis, nos moldes desta lei.

Art. 174. O servidor perderá:

I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo nas ausências devidamente justificadas, na forma do art. 88, ou, ainda, nos casos de ausência superior a uma hora;

II - a remuneração durante o afastamento em razão de prisão definitiva, por sentença transitada em julgado;

III - um terço da remuneração, quando afastado por motivo de prisão em flagrante ou preventiva enquanto perdurar a prisão, fazendo jus ao que deixou de perceber se absolvido por sentença definitiva;

IV - um terço da remuneração diária quando comparecer ao serviço dentro da meia hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou quando se retirar dentro da última meia hora, exceto nos casos de compensação de horários ou quando devidamente autorizados ou justificados pela autoridade competente;

V - dois terços da remuneração diária quando comparecer ao

serviço após a meia hora e antes da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos ou se retirar após a meia hora e antes da hora seguinte, exceto nos casos de compensação de horários ou quando devidamente autorizados ou justificados pela autoridade competente.

Parágrafo único. Nos casos de faltas sucessivas serão computadas, para efeito de desconto, os dias de repouso, domingos e feriados imediatamente anteriores ou posteriores as faltas.

CAPÍTULO II DAS INDENIZAÇÕES E BENEFÍCIOS

Art. 175. Constituem indenizações a serem pagas ao servidor para restituição:

- I - as diárias,
- II - a ajuda de custo,
- III - cartão alimentação,
- IV - salário família,
- V - auxílio funeral.

§1º As indenizações não sofrerão desconto de qualquer natureza, nem poderão ser computadas para percepção de quaisquer vantagens.

§2º O pagamento de vantagens, a título indenizatório, ocorrerá apenas se o servidor estiver em pleno exercício e enquanto durar o fato ensejador da indenização.

§3º. O valor das indenizações será fixado e periodicamente atualizado, mediante regulamento.

Seção I Das diárias

Art. 176. Ao servidor que for designado para serviço, curso ou outra atividade fora do Município, em caráter eventual ou transitório, serão concedidas, além do transporte, diárias para custeio das despesas de hospedagem, alimentação e locomoção urbana.

§1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento encerrar-se às dezessete horas ou iniciar-se após este horário.

§2º Os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão poderão perceber diárias.

Art. 177. O servidor que receber diárias e não se afastar do Município, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente no prazo de cinco dias úteis.

§1º Na hipótese do servidor retornar ao Município em prazo menor do que o previsto para seu afastamento, deverá restituir as diárias recebidas em excesso, no prazo estabelecido neste artigo.

§2º É considerada falta grave conceder diárias com o objetivo de remunerar serviços ou encargos não previstos no caput deste artigo.

Art. 178. Os valores e demais critérios para a concessão das diárias serão estabelecidos em regulamento.

Seção II Da ajuda de custo

Art. 179. Será concedida ajuda de custo ao servidor que, por necessidade do serviço ou de treinamento, necessitar ausentar-se em caráter não eventual ou transitório para fora do Município.

§1º As despesas que serão cobertas pela ajuda de custo prevista no caput deste artigo, bem como os seus valores, serão discriminados e fixados em regulamento próprio, não podendo exceder a importância correspondente a três meses do vencimento do servidor.

§2º Os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão poderão perceber ajudas de custo.

Seção III Do vale alimentação

Art. 180. O vale alimentação será devido aos servidores na forma e em valor a ser definido em regulamento.

§1º O valor do vale alimentação será fixado tendo em conta os preços efetivamente praticados no mercado.

§2º Não se concederá vale alimentação em pecúnia ou sob a forma de cestas básicas.

Seção IV Do salário família

Art. 181. O salário família será devido aos servidores, na seguinte forma:

I - por filho menor de quatorze anos;

II - por filho inválido ou intelectualmente incapaz, sem renda própria;

§1º Compreende-se neste artigo, o filho de qualquer condição, o enteado, o adotivo e o menor que, mediante autorização judicial, estiver sob a guarda e o sustento do servidor.

§2º Para efeito deste artigo, considera-se renda própria o recebimento de importância igual ou superior a um salário-mínimo.

§3º Quando o pai e mãe forem servidores municipais, o salário família será concedido aquele que perceber menor remuneração.

§4º Ao pai e mãe equiparam-se o padrasto, a madrastra e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 182. O valor do salário família será igual ao valor de referência pago a título de salário família pelo Regime Geral da Previdência Social, devendo ser pago a partir da data em que for protocolado o requerimento com cópia dos documentos comprobatórios para a concessão do benefício.

Parágrafo único. O servidor deverá apresentar no mês de julho de cada ano, declaração de vida e residência dos dependentes, sob pena de ter suspenso o pagamento da vantagem.

Art. 183. Nenhum desconto incidirá sobre o salário família, não sofrendo descontos para fins previdenciários e correndo seu pagamento por conta do orçamento municipal, sendo vedado realizar tal pagamento com verbas do regime próprio de previdência.

Parágrafo único. Todo aquele que, por ação ou omissão, der causa a pagamento indevido de salário família ficará obrigado à sua restituição, sem prejuízos das demais cominações legais.

Seção V Do auxílio funeral

Art. 184. O auxílio funeral é devido à família do servidor falecido na atividade em valor equivalente a duas vezes o piso básico municipal.

§1º No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio será pago somente em razão do cargo de maior remuneração.

§2º O auxílio será devido também ao servidor por morte do cônjuge, companheiro ou dependente.

§3º O auxílio será pago no prazo de quarenta e oito horas, por meio de procedimento sumário, à pessoa da família que houver custeado o funeral.

§4º Se o funeral for custeado por terceiro, será este indenizado, observado o disposto no parágrafo anterior.

§5º Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, as despesas de transporte do corpo correrão à conta dos recursos do Município, autarquia ou fundação pública.

Seção VI Do auxílio ao filho com deficiência ou doença incapacitante

Art. 185. O município concederá auxílio ao servidor que possua filho com deficiência ou doença incapacitante, no valor equivalente

a cinquenta por cento (50%) do valor do menor vencimento do quadro de cargos e salários vigente.

§1º Compreende-se neste artigo, o filho de qualquer condição, o enteado, o adotivo e o menor que, mediante autorização judicial, estiver sob a guarda e o sustento do servidor.

§2º Considera-se deficiência ou deficiência incapacitante para fins desta Lei a pessoa que tem impedimento de, no mínimo, dois anos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que obstrua a participação efetiva na sociedade em igualdade de condições com outras pessoas.

§3º O pagamento será realizado na folha de pagamento mensalmente.

§4º A condição de deficiência incapacitante será comprovada através de laudo de médico credenciado pelo município.

§5º O servidor não terá direito ao auxílio previsto neste artigo caso receba benefício semelhante ou de outra natureza, de ente governamental diverso.

CAPÍTULO III DA INCORPORAÇÃO

Art. 186. É vedado ao servidor do Município de Arroio Trinta, a incorporação na remuneração de qualquer valor decorrente do exercício de cargo em comissão ou função gratificada.

§1º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores que já tenham benefícios incorporados por outras legislações.

§2º As vantagens regularmente incorporadas não se somam ao vencimento básico para fins de concessão de acréscimos posteriores, sendo calculadas separadamente.

TÍTULO V DA RESPONSABILIDADE

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 187. O servidor responde administrativa, civil e penalmente pelo ato omissivo ou comissivo praticado no exercício irregular de suas atribuições.

Parágrafo único. As responsabilidades civil e penal serão apuradas e punidas na forma da legislação federal pertinente.

Art. 188. A indenização de prejuízo dolosa ou culposamente causada pelo servidor ao erário será reparada de uma só vez, por meio de acordo administrativo onde o servidor assuma a responsabilidade pelos atos praticados, sem prejuízo da sanção administrativa.

§1º Comprovada a falta de recursos para reparar os danos causados na forma do caput deste artigo e permanecendo o servidor no exercício do cargo, a indenização dar-se-á na forma prevista no art. 171, aplicando-se ao valor devido índice de correção adotado na revisão geral anual.

§2º Tratando-se de dano causado a terceiros, o servidor responderá em ação regressiva, na forma da lei civil.

Art. 189. A responsabilidade administrativa será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria, hipótese em que os eventuais descontos remuneratórios indevidamente suportados pelo servidor serão restituídos.

CAPÍTULO II DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Seção I Das disposições gerais

Art. 190. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - destituição de cargo em comissão;

V - destituição de função gratificada;

VI - cassação de aposentadoria.

Art. 191. Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e atenuantes, bem como os antecedentes funcionais.

§1º As penas impostas aos servidores serão registradas em seus assentamentos funcionais.

§2º O ato de imposição da penalidade mencionará, sempre, o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 192. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo dirigente superior de autarquia e fundação pública, quando se tratar de demissão de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão ou entidade;

II - pelos Secretários Municipais, Coordenadores ou Diretores de Departamento, por delegação, nas demais hipóteses;

III - pela autoridade que houver, por delegação, feito a nomeação ou a designação, quando se tratar de exoneração de cargo em comissão ou destituição de função gratificada.

Art. 193. A ação disciplinar prescreverá em:

I - cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - um ano, quanto à suspensão e destituição de função gratificada;

III - cento e oitenta dias quanto à advertência.

§1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido pela autoridade competente para iniciar o processo administrativo respectivo.

§2º Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo administrativo disciplinar suspende a prescrição, até a decisão final proferida pela autoridade competente.

§4º Não se aplicará ao servidor mais de uma pena disciplinar por infração ou infrações acumuladas que sejam apreciadas em um só processo, mas a autoridade competente poderá decidir, entre as penas cabíveis, pela que melhor atenda aos interesses da disciplina e do serviço.

Seção II

Da advertência

Art. 194. A advertência será aplicada, por escrito, nos seguintes casos:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - permitir culposamente que outro servidor público se utilize de sua senha pessoal para ter acesso aos sistemas de informática do Município, quando não acarrete acesso a informações sigilosas;

III - atender a pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares;

IV - referir-se de modo desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço;

V - comercializar produtos e serviços no local e horário de trabalho;

VI - aliciar outro servidor, durante o expediente, para se filiar a associação profissional ou sindical ou a partido político;

VII - levar para repartição material, equipamentos ou objetos pessoais sem autorização expressa do superior hierárquico;

VIII - recusar-se ao uso de equipamento de proteção individual destinado à proteção de sua saúde ou integridade física, ou à

redução dos riscos inerentes ao trabalho;

IX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais, quando solicitado;

X - exercer quaisquer atividades, conversas, leituras incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XI - ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário do trabalho ou apresentar-se ao serviço, habitualmente, sob sua influência;

XII - utilizar pessoal ou recursos materiais de pequeno valor do Município;

XIII - inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentos ou normas internas, desde que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 195. A penalidade de advertência terá seu registro cancelado para fins de reincidência com o decurso de três anos de efetivo exercício, se o servidor não praticar, nesse período, nova infração disciplinar.

Seção III

Da suspensão

Art. 196. A suspensão, que perdurará no máximo por noventa dias, será aplicada nos seguintes casos:

I - insubordinação grave em serviço;

II - retirar ou enviar por meio eletrônico, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição, quando não configurar infração mais grave nos termos deste estatuto;

III - proceder de forma desidiosa;

VI - recusar fé a documentos públicos;

VII - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou à execução de serviço;

VIII - requerer a outro servidor atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;

IX - ofensa física, em serviço, que não resultar em lesão corporal a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa ou defesa de outrem;

X - recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente;

XI - violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão;

XII - reincidência das faltas punidas com a advertência;

XIII - utilizar pessoal ou recursos materiais do Município.

§1º O servidor suspenso perderá, durante o período de suspensão, a remuneração do cargo.

§2º A pena de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de cinquenta por cento (50%) da remuneração do servidor, em caso de necessidade de serviço, a critério da Administração.

Art. 197. A destituição de função de confiança poderá ser aplicada nos casos de infração sujeita à penalidade de suspensão.

Art. 198. A penalidade de suspensão terá seu registro cancelado para fins de reincidência com o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se o servidor não praticar, nesse período, nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos para a fruição de quaisquer direitos e obtenção de vantagens.

Seção IV

Da demissão

Art. 199. A demissão, apurada em processo administrativo disciplinar, será aplicada nos seguintes casos:

I - conduta tipificada como crime contra a Administração Pública;

II - abandono de cargo, observado o art. 244;

III - inassiduidade habitual, observado o art. 245;

IV - conduta caracterizada como de improbidade administrativa

pela legislação federal;

V - revelação, em proveito próprio ou alheio, de informação privilegiada apropriada em razão do cargo;

VI - permitir que outra pessoa tenha, por intermédio de sua senha pessoal, acesso aos sistemas de informática do Município;

VII - ceder a outro servidor público acesso aos sistemas de informática do Município;

VIII - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuições que sejam de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

IX - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau civil;

X - ofensa física, em serviço, quando resultar em lesão corporal leve, média ou grave a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa ou defesa de outrem;

XI - aplicação irregular de dinheiro público;

XII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

XIII - fazer declaração ou prestar informação falsa com a finalidade de usufruir de direito assegurado pelo estatuto dos servidores;

XIV - acumulação ilegal de cargos, funções ou empregos públicos, inclusive de proventos deles decorrentes, quando houver má-fé, observado o disposto no art. 249;

XV - assediar sexual ou moralmente, valendo-se do cargo que ocupa, servidor de nível hierárquico inferior;

XVI - participar de gerência ou de administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer atividade empresarial, e nessa qualidade, contratar com o Município;

XVII - atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais;

XVIII - reincidência por três vezes de faltas punidas com suspensão.

Art. 200. A destituição de servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão será aplicada nos casos de infração sujeita à penalidade de demissão.

Art. 201. Ao cometer infração punível com demissão, o servidor efetivo investido em cargo em comissão perderá ambos os cargos.

Art. 202. A demissão de cargo efetivo ou a destituição de cargo em comissão, quando em razão de infração disciplinar que implique prejuízo ao patrimônio do Município, implica o ressarcimento ao erário, sem prejuízo de ação penal cabível.

Art. 203. A demissão do cargo efetivo ou a destituição de cargo em comissão incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público do Município pelo prazo de oito anos.

CAPÍTULO III DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

Art. 204. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância, ou se for o caso diretamente por processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado amplo direito de defesa.

Parágrafo único. As providências de apuração terão início logo em seguida ao conhecimento dos fatos e iniciar-se-ão por relatório circunstanciado do ocorrido.

Art. 205. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora da sindicância ou do processo administrativo disciplinar poderá ordenar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até sessenta dias, sem prejuízo de quaisquer direitos e vantagens decorrentes do cargo.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não

concluído o processo.

Seção I

Da sindicância

Art. 206. A sindicância será instaurada a fim de apurar o cometimento de infração e determinar a imposição da pena, mediante procedimento sumário, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de trinta dias, demissão, cassação de disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar.

Art. 207. São competentes para instaurar sindicância:

I - o Prefeito, os Secretários Municipais e os Coordenadores ou Diretores do Município;

II - o Presidente da Câmara Municipal;

III - o dirigente de autarquia e fundação pública.

Art. 208. O procedimento sumário da sindicância será iniciado pela autoridade competente em aplicar a pena decorrente da tipificação do fato, com a expedição de portaria que indique:

I - a determinação de apuração pela comissão de sindicância;

II - o fato;

III - a tipificação;

IV - a determinação de intimação do servidor faltoso para exercer o direito de defesa escrita até dez dias da data da intimação;

V - a determinação de prazo para a realização da audiência de conhecimento que não poderá exceder dez dias do protocolo da defesa escrita;

VI - determinação de prazo para a decisão da comissão de sindicância, que não poderá exceder a vinte dias da audiência de conhecimento, admitida sua prorrogação por até quarenta dias.

§1º A comissão de sindicância será composta por três servidores, sendo no mínimo dois deles servidores efetivos.

§2º Os membros da comissão de sindicância terão servidores efetivos como suplentes, designados por quem a houver instaurado, incumbidos de substituir os membros titulares nos impedimentos e afastamentos, fazendo jus a respectiva vantagem somente a partir da substituição.

§3º Não poderá participar da comissão de sindicância, cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau do acusado, ou que possuam, com este, relação de subordinação hierárquica, de amizade íntima ou inimizade capital.

§4º Os membros da comissão de sindicância não poderão possuir, entre si, o grau de parentesco mencionado no §3º.

§5º Não é obrigatória a constituição de advogado pelo acusado.

Art. 209. Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento dos autos;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias;

III - instauração de processo administrativo disciplinar, nos casos em que a infração importar na aplicação de pena de suspensão superior a trinta dias ou de demissão.

Art. 210. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente de imediata instrução do processo administrativo disciplinar.

Seção II

Do processo administrativo disciplinar

Subseção I

Das disposições gerais

Art. 211. O processo administrativo é o instrumento destinado a apurar a responsabilidade do servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 212. O processo administrativo disciplinar precederá à aplicação das penas de suspensão por mais de trinta dias, demissão e destituição de cargo em comissão ou de função gratificada, assegurado ao acusado amplo direito de defesa.

Art. 213. O processo administrativo disciplinar será conduzido pelos membros da comissão de processo administrativo disciplinar.

§1º Para composição da comissão de processo administrativo disciplinar, serão seguidas as mesmas regras aplicáveis à comissão de sindicância.

§2º. Na hipótese de instauração de comissão de processo administrativo disciplinar deverão ser designados, sempre que possível, servidores diversos dos que tenham composto a comissão de sindicância.

Art. 214. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

Art. 215. O processo administrativo disciplinar desenvolve-se nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que instaura o processo administrativo disciplinar;

II - instrução, que compreende interrogatório, produção de provas, defesa e relatório;

III - julgamento.

Parágrafo único. A instauração do processo administrativo disciplinar compete às autoridades arroladas no art. 207.

Art. 216. O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar não excederá noventa dias, contados da publicação do ato de indiciamento do servidor, admitida a sua prorrogação por até quarenta e cinco dias, quando as circunstâncias o exigirem, ou por prazo superior em razão da ocorrência de fatos que independam de ato ou decorram de omissão da Administração.

Subseção II

Da instrução

Art. 217. A instrução do processo administrativo disciplinar obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 218. Os autos da sindicância, se ocorrida, integrarão o processo administrativo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Art. 219. Na fase de instrução, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 220. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador regularmente constituído, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§1º O presidente da comissão poderá denegar o pedido considerado impertinente, meramente protelatório ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial do perito.

Art. 221. As testemunhas serão intimadas a depor mediante notificação expedida pelo presidente da comissão, pessoalmente ou por aviso de recebimento dos correios - AR, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

§1º Se a testemunha for servidor público municipal, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia, hora e local onde será prestado o depoimento.

§2º Caso a testemunha esteja em local incerto e não sabido, será procedida a intimação mediante publicação na imprensa oficial.

Art. 222. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo.

§1º As testemunhas serão inquiridas separadamente, de modo a evitar que uma ouça o depoimento da outra.

§2º Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes, quando necessária para o esclarecimento dos fatos.

Art. 223. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§1º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e, sempre que divergirem em suas declarações sobre os fatos ou circunstâncias será promovida a acareação entre eles.

§2º O procurador do acusado, caso constituído, poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquirir o acusado e as testemunhas através do presidente da comissão.

Art. 224. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que seja submetido a exame médico.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em autos apartados e apensos ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 225. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§1º O indiciado será intimado pessoalmente ou por aviso de recebimento dos correios - AR pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita no prazo de dez dias, a contar da data da intimação, assegurando-se-lhe vista dos autos do processo na repartição.

§2º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de vinte dias.

§3º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da intimação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada em termo próprio pelo membro da comissão que fez a intimação, com as assinaturas de duas testemunhas.

Art. 226. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será intimado por edital, publicado em órgão de imprensa oficial ou em jornal de grande circulação, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de quinze dias a partir da publicação do edital.

Art. 227. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente intimado, não apresentar defesa no prazo legal.

§1º A revelia será declarada por termo nos autos do processo e

devolverá o prazo para a defesa.

§2º Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor efetivo, de preferência bacharel em Direito, como defensor dativo.

Art. 228. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório detalhado, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§1º O relatório será preciso quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 229. O processo administrativo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou sua instauração, para julgamento.

Subseção III Do julgamento

Art. 230. No prazo de trinta dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§1º O processo será encaminhado à autoridade competente para aplicar a pena proposta.

§2º Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§3º Se a penalidade prevista for a de demissão o julgamento caberá às autoridades de que trata o art. 192, inciso I.

Art. 231. O julgamento será baseado no relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§1º Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§2º Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 232. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão para instauração de novo processo, observado o prazo prescricional.

Art. 233. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro dos fatos nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 234. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo administrativo disciplinar será remetido ao Ministério Público, para eventual instauração de ação penal, ficando um traslado na repartição.

Art. 235. A exoneração a pedido ou a aposentadoria voluntária não impedem o seguimento do processo disciplinar e o cumprimento da penalidade acaso aplicada.

Art. 236. As decisões proferidas em processos administrativos constarão dos assentamentos individuais do servidor.

Subseção IV Da revisão

Art. 237. O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto, observado o prazo prescricional de cinco anos, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da

penalidade aplicada.

§1º Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer herdeiro poderá requerer a revisão do processo.

§2º Em caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§3º No processo revisional o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 238. O requerimento da revisão do processo será encaminhado ao dirigente máximo de cada Poder ou entidade respectiva.

Parágrafo único. Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão revisora, na forma desta lei.

Art. 239. A revisão correrá em apenso ao processo original.

Art. 240. A comissão revisora terá até sessenta dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por trinta dias, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 241. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e os procedimentos próprios da comissão de processo administrativo disciplinar.

Art. 242. O julgamento caberá à autoridade imediatamente superior àquela que aplicou a penalidade apurada mediante processo administrativo disciplinar, exceto quando forem aquelas previstas no art. 192, inciso I.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de até trinta dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 243. Julgada procedente a revisão, a autoridade competente poderá, fundamentadamente, alterar a classificação da falta disciplinar, modificando a pena, absolver o servidor ou anular o processo.

§1º No caso de absolvição, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor.

§2º Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

Seção IV Dos procedimentos especiais

Subseção I Do abandono de cargo e da inassiduidade habitual

Art. 244. Configura abandono de cargo a ausência injustificada do servidor ao serviço por quinze dias consecutivos.

Parágrafo único. Equipara-se ao abandono de cargo o não comparecimento de servidor beneficiado pela reversão e pela reintegração para entrar em exercício no prazo apontado no art. 31, §2º e no art. 33, §4º.

Art. 245. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por trinta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Art. 246. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 206, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência sem causa justificada do servidor ao serviço por quinze dias consecutivos;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, pelo período de trinta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

II - após a apresentação da defesa a comissão elaborará relatório circunstanciado quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, contendo no mínimo os seguintes elementos:

a) resumo das peças principais dos autos;
b) indicação do respectivo dispositivo legal;
c) na hipótese de abandono de cargo, opinião conclusiva sobre a justificativa da ausência ao serviço superior a quinze dias;
III - remessa dos autos do processo à autoridade instauradora para julgamento.

Subseção II Da acumulação

Art. 247. Ressalvados os casos previstos no art. 37, XVI, a, b e c da Constituição da República, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§1º A proibição de acumular estende-se a empregos e funções em autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

§2º A acumulação, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários e a não superação do limite total de sessenta horas semanais.

Art. 248. O servidor que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

Parágrafo único. O servidor que se afastar dos dois cargos efetivos que ocupa poderá optar pela remuneração do cargo de confiança ou pela remuneração dos cargos efetivos.

Art. 249. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade que tiver conhecimento do fato, notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará o procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata.

§1º O procedimento previsto no caput deste artigo observará as seguintes fases:

I - instauração de comissão, observadas as mesmas regras aplicáveis à comissão de sindicância e a de processo administrativo disciplinar;

II - instrução sumária que compreende indicição, defesa e relatório;

III - julgamento.

§2º Deverá ser indicada autoria pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§3º A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que terão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a intimação pessoal ou por aviso de recebimento - AR do servidor indiciado, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita.
§4º Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

§5º No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§6º O exercício do direito de opção pelo servidor, até o último dia de prazo para defesa, configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá, automaticamente, em pedido de exoneração do outro cargo.

§7º Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé aplicar-se-á a pena de demissão, cassação da aposentadoria ou destituição ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§8º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

TÍTULO VI DA ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR

Art. 250. O Município poderá desenvolver programas de promoção do bem estar e aperfeiçoamento físico e intelectual dos servidores e de suas famílias.

§1º Os programas previstos no caput deverão ser regulamentados por lei própria.

§2º Com a finalidade de promoção do bem estar e aperfeiçoamento físico e intelectual dos servidores e de suas famílias poderão ser proporcionados:

I - um plano de assistência, que compreenderá seguro e assistência médico-dentária e hospitalar, mediante co-participação do servidor;

II - um programa de higiene, conforto e preservação de acidentes nos locais de trabalho;

III - cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional;

IV - cursos de extensão, conferências, congressos, publicações trabalhos referentes ao serviço público; e

V - centros de educação física e cultural para recreio e aperfeiçoamento moral e intelectual dos servidores e de suas famílias, fora das horas do trabalho.

TÍTULO VII DO REGIME ADMINISTRATIVO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO (CONTRATO TEMPORÁRIO)

Art. 251. As regras definidas para o Regime Administrativo Especial aplicam-se, exclusivamente, aos ocupantes de função pública, de natureza estritamente temporária em face de excepcional interesse público, nos termos definidos neste Título.

Art. 252. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública ou estado de emergência;

II - combates a surtos endêmicos;

III - realização de recenseamento;

IV - admissão de professor substituto;

V - admissão de professor para ministrar aulas em supletivo;

VI - realização de atividades especiais para atender o aumento de demanda por serviços públicos, devido a excesso de contingente populacional;

VII - realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, ou evitar o declínio, dos serviços públicos de caráter essencial;

VIII - a realização do Programa de Agentes Comunitários (PACS), observadas as determinações estabelecidas na legislação e no convênio federal;

IX - a realização do Programa da Saúde da Família (PSF), inclusive o Programa da Saúde da Família Bucal, observadas as determinações estabelecidas na legislação e no convênio federal.

§1º Consideram-se atividades especiais, para os fins desta lei, todas as atividades públicas que estejam ligadas à preparação, reestruturação ou manutenção da cidade para asseguramento do turismo, e que exijam, justificadamente, pessoal exterior aos quadros da administração, não importando a área funcional ou Secretaria Municipal em que se fizerem necessárias, devendo ao processo de contratação ser anexado projeto detalhado que justifique a contratação.

§2º Consideram-se atividades suplementares, para os fins desta lei, todas as atividades públicas que se prestem, direta ou indiretamente, a regularizar o padrão mínimo indispensável dos serviços

públicos de natureza essencial, e que exijam, justificadamente, pessoal exterior aos quadros da administração, enquanto não for implementado concurso público para suprimir a necessidade.

§3º Cabe ao Chefe do Poder Executivo, através de decreto, subscrito conjuntamente com os respectivos Secretários Municipais contratantes, dispor sobre as situações administrativas que exijam atividades especiais e atividades suplementares, observando-se os seguintes requisitos:

I - antes da elaboração do decreto, deverá a Secretaria Municipal interessada, através de ato fundamentado por escrito, circunstanciado e comprovado, demonstrar ao Prefeito Municipal a necessidade de atividades especiais ou suplementares;

II - no ato mencionado no inciso I, especificar-se-á, além de outras questões que se fizerem necessárias:

a) o número de servidores temporários exigidos e as funções que deverão desenvolver;

b) o número de servidores permanentes existentes, as funções que estejam exercendo, as funções que, transitoriamente, deixaram de exercer, e as funções que, eventualmente, excedam as atividades com as quais estejam habilitados, a qualquer título, a tratar;

c) a dotação orçamentária específica para o atendimento das futuras despesas de pessoal, decorrentes das contratações solicitadas;

d) o vencimento que deverá perceber cada servidor temporário em suas respectivas funções públicas;

e) minuta do edital de publicação, para os fins desta lei;

III - Além da necessária e suficiente motivação, deverá incorporar-se ao decreto, através de anexos, os dados especificados nos incisos anteriores.

§4º O decreto, assim como todos os atos administrativos posteriores que lhe derem consecução, serão publicados na forma do estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

Art. 253. O recrutamento de pessoal a ser contratado, nos termos desta lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito à ampla divulgação, na qual se comunicará o número necessário de servidores temporários, as respectivas funções e vencimento, bem como outras informações que se fizerem necessárias.

§1º A contratação para atender às necessidades decorrentes de calamidade prescindirá de processo seletivo.

§2º A contratação de pessoal, nos casos dos incisos VI e VII do art. 252, poderá ser efetivada à vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do curriculum vitae.

§3º O tempo de serviço público prestado em função, cargo ou emprego similar ao exigido para contratação, poderá servir como título para o processo seletivo, mediante critérios pré-estabelecidos no ato de divulgação.

Art. 254. As contratações serão feitas por tempo determinado, observado os seguintes prazos máximos:

I - até seis meses, no caso dos incisos I, II e VII do art. 252;

II - até doze meses, no caso do inciso III, IV, V e VI do art. 252;

III - até trinta e seis meses, no caso dos incisos VIII e IX, do art. 252.

Parágrafo único. Poderá haver apenas uma prorrogação, devidamente justificada e comprovada, por ato do Secretário Municipal contratante, desde que o período de prorrogação, somado ao período originário, não exceda o prazo máximo definido para cada hipótese de contratação.

Art. 255. As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Prefeito Municipal.

§1º Os órgãos ou entidades contratantes encaminharão à Secretaria da Administração Municipal, para controle da aplicação do disposto nesta lei, cópia dos contratados efetivados.

§2º Acaso ocorrerem contratações ou prorrogações contratuais sem respeito às formas e prazos estabelecidos nesta lei, deverão

as despesas delas decorrentes serem lançadas à responsabilidade financeira do Secretário Municipal.

Art. 256. Os contratos a serem firmados terão redação jurídica determinada pela Assessoria Jurídica do Município, neles devendo constar todos os direitos e deveres dos prestadores de serviços temporários, a que fizer remissão esta lei.

Parágrafo único. A relação contratual estabelecida entre os servidores temporários e a Administração Pública do Município de Arroio Trinta têm natureza jurídico-administrativa, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao Direito Administrativo, não cabendo a hipótese de contratação pelo Regime Jurídico Celetista.

Art. 257. O ingresso na função pública deverá ser precedido de assinatura de contrato e expedição de Portaria para cada prestador temporário em particular.

Parágrafo único. O ato administrativo descrito no caput deste artigo deverá ser publicado no mural oficial da sede da Prefeitura Municipal, durante no mínimo 15 (quinze) dias.

Art. 258. Ao pessoal contratado nos termos deste Título aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do §13 do art. 40, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 259. É proibida a contratação, nos termos desta lei, de servidores da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, ressalvadas as acumulações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição da República.

Parágrafo único. Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará na responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução dos valores pagos indevidamente.

Art. 260. A remuneração do pessoal contratado nos termos deste Título será fixada:

I - nos casos dos incisos I a VIII do art. 252, em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho;

II - no caso do inciso IX do art. 252, serão observadas as disposições constantes do convênio e dos valores praticados no mercado de trabalho.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como padrão de remuneração.

Art. 261. O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a nenhum tipo de indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - por conveniência e oportunidade do serviço público.

§1º A extinção do contrato, nos casos do inciso II, deverá ser comunicada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

§2º A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia, referente ao restante do contrato.

§3º Os servidores contratados temporariamente, nos termos deste Título, não fazem jus ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 262. O pessoal contratado nos termos desta lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no

respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III - ser novamente contratado, no período semestral subsequente ao término do contrato, com fundamento nesta lei, salvo na hipótese prevista no parágrafo único do art. 254, mediante prévia autorização do Prefeito Municipal em conjunto com o Secretário Municipal de Administração.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato no caso do inciso II, ou na declaração da sua nulidade, no caso dos incisos II e III, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades e servidores envolvidos na sua violação.

Art. 263. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos deste Título serão apuradas mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, na forma estabelecida nos arts. 211 a 243, desta Lei.

Art. 264. Aplica-se aos contratados na forma deste Título, no que couber, os deveres, proibições e responsabilidades dispostas nesta Lei para os servidores ocupantes de cargos efetivos.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 265. Os prazos previstos nesta lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o de vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia que não haja expediente.

Art. 266. As convocações, notificações e intimações de servidores públicos realizadas pela Administração ou pelas comissões constituídas nos termos deste estatuto, salvo disposição expressa em sentido contrário, serão feitas pessoalmente ou por aviso de recebimento dos correios - AR.

Parágrafo único. Encontrando-se o servidor em local incerto ou não sabido, ou recusando-se duas vezes a firmar o termo de recebimento do AR, as convocações, notificações e intimações serão realizadas por edital, mediante publicação na imprensa oficial.

Art. 267. Nenhum servidor poderá ser removido, colocado em disponibilidade, redistribuído ou cedido nos seis meses anteriores às eleições municipais, nem nos três meses subsequentes.

Parágrafo único. O servidor eleito para desempenho de mandato eletivo que continue exercendo as atribuições do cargo efetivo não poderá ser removido, redistribuído ou cedido, desde a expedição do diploma eleitoral até o término do mandato.

Art. 268. É vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta do Município.

Parágrafo único. É vedado o ajuste mediante designações recíprocas entre os Poderes Executivo e Legislativo Municipais.

Art. 269. O Prefeito Municipal baixará, por decreto, os regulamentos necessários à fiel execução da presente lei.

Art. 270. O dia do Servidor Público será comemorado no dia vinte e oito de outubro, podendo ser alterado a critério da Administração.

Art. 271. Prêmios, honrarias e diplomas poderão ser concedidos, uma vez ao ano, aos servidores que elaborarem trabalhos

ou projetos técnicos ou científicos de interesse do Município, mediante critérios a serem definidos em regulamento, não podendo o prêmio, quando convertido em dinheiro, ultrapassar trinta por cento (30%) do vencimento-base do respectivo cargo do servidor premiado.

Art. 272. Aos servidores públicos, titulares de cargo efetivo, fica assegurado o direito de averbação, junto à autoridade competente, da condição de parceiros homoafetivos, equiparando-se à condição de companheira ou companheiro os parceiros homoafetivos, que mantenham relacionamento civil permanente, desde que devidamente comprovado, aplicando-se para configuração deste, no que couber, os preceitos legais incidentes sobre a união estável entre parceiros de sexos diferentes.

Art. 273. Ficam extintos todos os direitos e as vantagens, pecuniários ou de outra natureza, que não tenham sido previstos nesta lei, assegurado o direito adquirido, desde que adimplidos os requisitos para exercício dos mesmos até a data entrada em vigor da presente.

Art. 274. Todo e qualquer direito do servidor de requerer contra a Administração prescreve em cinco anos da data do fato que o ensejou.

Art. 275. São isentos de taxas, emolumentos ou custas os requerimentos, certidões e outros papéis que, na esfera administrativa, interessarem ao servidor público, ativo ou inativo, nessa qualidade.

Art. 276. Fica estipulado o prazo de vinte e quatro meses contados a partir da entrada em vigor do presente Estatuto para encaminhamento ao Poder Legislativo do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Servidor Público Municipal.

Art. 277. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 278. Fica revogada a Lei Complementar nº 1043/2004; 1016/2004; 1055/2004; 1078/2004; 1103/2005; 1381/2009; 1401/2009; 1483/2010.

Arroio Trinta - SC, 03 de novembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 03 de novembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

TERMO ADITIVO Nº 0003/2014

TERMO ADITIVO 0003/2014 - AO CONTRATO Nº 0002/2013, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA OS AGRICULTORES. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2012 - PREGÃO Nº 00019/2012

O MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a Empresa TRANSPORTES TOPA TUDO LTDA ME, empresa privada, CNPJ 05.414.716/0001-59, com sede na Linha Santa Bárbara,

s/n, no Município de Arroio Trinta - SC, representada neste ato pelo Senhor MOACIR CANÔNICA, brasileiro, casado, motorista, residente e domiciliado na Linha Santa Bárbara, S/N, interior, no Município de Arroio Trinta - SC, devidamente inscrito no CPF sob nº 732.945.949-68 e CI nº 25- 2.406.735 SSP/SC, doravante denominado CONTRATADA, e que se regerá pela Lei Municipal 1649 DE 12/11/2013 e pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam na melhor forma de direito, o presente Termo Aditivo:

CLAÚSULA ADITIVA PRIMEIRA - Fica aditivada a quantidade de 500 (QUINHENTAS) HORAS DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO COM CAMINHÃO TANQUE PARA AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, QUE DEVERÃO SER EXECUTADAS NA PROPRIEDADE DO AGRICULTOR, em conformidade com o Processo Licitatório nº 0079/2011, Pregão 019/2012.

CLAÚSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta - SC, 23 de outubro de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

TRANSPORTES TOPA TUDO LTDA ME
CNPJ 05.414.716/0001-59
MOACIR CANÔNICA
Contratada

Testemunhas:

TARCÍSIO LIDANI
CPF: 613.139.809-78

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

ARROIO TRINTA - SC, 23 DE OUTUBRO DE 2014.
AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTES, EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93, A ADITIVAÇÃO DE 500 HORAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2011, PREGÃO 019/2012.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 0003/2014 - AO CONTRATO 0002/2013 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA AGRICULTORES DO MUNICÍPIO,
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2012
PREGÃO Nº 0019/2013.
CONTRATADO: TRANSPORTES TOPA TUDO LTDA
OBJETO: ADITIVAÇÃO 500 HORAS DE HORAS

TERMO ADITIVO Nº 0004/2014

TERMO ADITIVO 0004/2014 - AO CONTRATO Nº 0001/2013, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA OS AGRICULTORES.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2012
PREGÃO Nº 00019/2012

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a Empresa AMARILDO ROBERTO BRAMBILA - ME empresa privada, CNPJ 17.194.480/0001-71, com sede na Rua Treze Tílias, nº 109, no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Senhor AMARILDO ROBERTO BRAMBILA, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Rua Zíbio Maroli s/n, Centro, no Município de Arroio Trinta-SC, devidamente inscrito no CPF sob nº 030.254.099-75 e CI nº 4.059.951, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, s/n, centro, doravante denominado CONTRATADA, e que se regerá pela Lei Municipal 1.649 DE 12/11/2013, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam na melhor forma de direito, o presente Termo Aditivo de acordo com a Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

CLAÚSULA ADITIVA PRIMEIRA - Fica aditivada a quantidade de 600 (SEISCENTAS) HORAS DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO COM TRATOR DE PNEUS PARA AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, QUE DEVERÃO SER EXECUTADAS NA PROPRIEDADE DO AGRICULTOR, em conformidade com o Processo Licitatório nº 0079/2011, Pregão 019/2012.

CLAÚSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta - SC, 30 de outubro de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

AMARILDO ROBERTO BRAMBILA-ME
CNPJ 17.194.480/0001-71
Contratada

Testemunhas:

TARCÍSIO LIDANI
CPF: 613.139.809-78

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

ARROIO TRINTA - SC, 30 DE OUTUBRO DE 2014.
AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTES, EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93, A ADITIVAÇÃO DE 600 HORAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, EM

CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2011, PREGÃO 019/2012.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 0004/2014 - AO CONTRATO 0001/2013 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA AGRICULTORES DO MUNICÍPIO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2012 PREGÃO N.º 0019/2013.

CONTRATADO: AMARILDO ROBERTO BRAMBILA-ME LTDA
OBJETO: ADITIVAÇÃO 600 HORAS DE HORAS

Ascurra

PREFEITURA

LEI Nº 1380, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

LEI N.º 1380, de 31 de Outubro de 2014.

"Autoriza Criação de Elemento de Despesa e Vínculo de Recurso no Orçamento Vigente."

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n.º 1342, de 09/12/2013.

Art. 1º - Autoriza criação de elemento de despesa - 44.90.00 - e vínculo de recurso -10000 - no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ascurra, conforme quadro abaixo:

03001- SECRETARIA DE ADMIN. E PLANEJAMENTO
04.121.0100.2006 - Manutenção Convênio Rádio Patrulha
4.0.00.00.00.00.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
10000 - Recursos Ordinários

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 31 de outubro de 2014.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 31 de outubro de 2014.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Atalanta**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 16/2014, para o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES MANUEL INÁCIO ANTUNES DE ATALANTA, Convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ituporanga, Proposta de Transferência 0000012877. Julgamento: Menor Preço por item. Abertura dia 14 de novembro de 2014, às 09:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 03 de novembro de 2014.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Balneário Rincão**PREFEITURA****LEI 084/2014**

LEI Nº084 / 2014.
DENOMINA O NOME DE RUA EM PEDREIRAS COMO SANTINA DE JESUS CARDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Eu, DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Passa a denominar-se Rua Santina de Jesus Cardoso e Rua Projetada 95 no Bairro Pedreiras, com início na Rua Projetada e término na Rua Teodorico Pedro Lino.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 05 de Março de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 05 de Março de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretaria de Administração

DECRETO 186/2014

DECRETO/GP/Nº 186, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.
FICA ALTERADO O ANEXO I, DO DECRETO 69/2013 - ATIVIDADES NA ORLA MARÍTIMA E NAS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DURANTE A TEMPORADA DE VERÃO.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município. Inserido

DECRETA:

Art. 1º. Ficam alterados os itens: Item "01", alínea "c"; Item "02", alínea "c", e item "15" nas vendas de carrinhos, nos termos seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO DE ATIVIDADE	VALOR EM UFM
01	c) Carrinho, tabuleiro e barracas.	02
02	c) Cestos, balaies e assemelhados.	02
15	Vendas em carrinhos	0,5 por carrinho

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 31 de outubro de 2014.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 31 de outubro de 2014.

Biguaçu

PREFEITURA

LEI Nº 3515/2014

LEI Nº 3515/2014 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014
INSTITUI O "DIA DO POLICIAL CIVIL E MILITAR" NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Biguaçu o "Dia do Policial Civil e Militar", a ser comemorado anualmente no dia 21 de Abril.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei nº 3515/2014, de 28/10/2014

Promulgada em 28/10/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PP 229/2014 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 229/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOFTWARE, SISTEMA E-DOC MEMORANDO ELETRÔNICO, PARA PROCURADORIA GERAL DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 17 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 17 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 4 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 233/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR

ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 18 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 18 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 4 de novembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 2531/2014

PORTARIA Nº 2531/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CANDIDO MANOEL ROCHA FILHO, ocupante do Cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9526/2014 em anexo no período de 24/10/2014 a 31/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2530/2014

PORTARIA Nº 2530/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SERGIO ROBERTO CAMPOS, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9411/2014 em anexo no período de 24/10/2014 a 22/12/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2529/2014

PORTARIA Nº 2529/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOSE ANTONIO TEODOSIO, ocupante do Cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9485/2014 em anexo no período de 23/10/2014 a 21/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2528/2014

PORTARIA Nº 2528/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LUCIA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9647/2014 em anexo no período de 28/10/2014 a 06/11/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2527/2014

PORTARIA Nº 2527/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELISA MARIA HOFFMANN LOEFF, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9645/2014 em anexo no período de 27/10/2014 a 09/11/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2526/2014

PORTARIA Nº 2526/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9639/2014 em anexo no período de 23/10/2014 a 22/11/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2525/2014

PORTARIA Nº 2525/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NEUZY DELORME DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9663/2014 em anexo no período de 29/10/2014 a 07/11/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2524/2014

PORTARIA Nº 2524/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9619/2014 em anexo no período de 24/10/2014 a 31/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2523/2014

PORTARIA Nº 2523/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELISEIA RIBEIRO DE SOUZA, ocupante do Cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9450/2014 em anexo no período de 20/10/2014 a 23/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2522/2014

PORTARIA Nº 2522/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), BERNADETE CARDOUZO, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9530/2014 em anexo no período de 22/10/2014 a 31/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2521/2014

PORTARIA Nº 2521/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ALINE DUTRA VOLPATO, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9682/2014 em anexo no período de 28/10/2014 a 30/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2520/2014

PORTARIA Nº 2520/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), TANIA CRISTINA DE SOUZA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2520/2014 em anexo no período de 28/10/2014 a 31/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2519/2014

PORTARIA Nº 2519/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIANGELA JURACI MATIAS, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 2519/2014 em anexo no período de 17/10/2014 a 17/11/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2518/2014

PORTARIA Nº 2518/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSELI NERCI DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9679/2014 em anexo no período de 28/10/2014 a 10/12/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2517/2014

PORTARIA Nº 2517/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANGELA TEREZINHA VIESE DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9630/2014 em anexo no período de 24/10/2014 a 31/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2516/2014

PORTARIA Nº 2516/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ZILDA REGINA DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9534/2014 em anexo no período de 08/10/2014 a 31/01/2015.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2515/2014

PORTARIA Nº 2515/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NATHALIE JULIANA BRANCO CORREA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9462/2014 em anexo no período de 21/10/2014 a 27/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2514/2014

PORTARIA Nº 2514/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARINEUZA MARIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9502/2014 em anexo no período de 23/10/2014

a 21/11/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2513/2014

PORTARIA Nº 2513/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SONIA MARIA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9728/2014 em anexo no período de 29/10/2014 a 29/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2512/2014

PORTARIA Nº 2512/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO ao(a) servidor (a), IREMAR NERY COSTA, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 9598/2014 no período de 24/10/2014 a 31/01/2015.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2533/2014

PORTARIA Nº 2533/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO ao(a) servidor (a), MARCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 9595/2014 no período de 23/10/2014 a 31/01/2015.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2532/2014

PORTARIA Nº 2532/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO ao(a) servidor (a), ALTAMIRO MIGUEL DE BARROS, ocupante do Cargo Efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 9474/2014 no período de 23/10/2014 a 28/02/2015.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2511/2014

PORTARIA nº 2511 de 03 de novembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Tamara Aparecida Marçal, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Tamara Aparecida Marçal, detentor do cargo de provimento eletivo de Auxiliar Conselheiro Tutelar, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2510/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 2510 de 03 de novembro de 2014.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a)

LUIZ JOSE MARTINS JUNIOR, detentor(a) da matrícula 462 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURARIO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) LUIZ JOSE MARTINS JUNIOR, detentor(a) da matrícula 462 e do cargo de provimento efetivo de ESCRITURARIO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.0034/13-3, da qual se extraiu o período de 07 (sete) anos, 06 (seis) meses e 21 (vinte e um) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 2507/2014

PORTARIA nº 2507 de 03 de novembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Andréia Selma de Souza, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Andréia Selma de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2506/2014

PORTARIA nº 2506 de 03 de novembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Luciane Maria Rodrigues da Silva, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Luciane Maria Rodrigues da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2508/2014

PORTARIA nº 2508 de 03 de novembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Rosimara Pereira dos Santos, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas

atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Rosimara Pereira dos Santos, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2509/2014

PORTARIA nº 2509 de 03 de novembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Clelia Maria Wyzykowski, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Clelia Maria Wyzykowski, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Educação, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2505/2014

PORTARIA nº 2505 de 03 de novembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Elenice Maria Machado, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Elenice Maria Machado, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2504/2014

PORTARIA nº 2504 de 03 de novembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Eliane Zulma Cardoso, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Eliane Zulma Cardoso, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/10/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2503/2014

PORTARIA nº 2503 de 03 de novembro de 2014

Designar o (a) Servidor (a) ELIANE MARGARETH SCHAEFFER QUINT, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR III (INGLES), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) ELIANE MARGARETH SCHAEFFER QUINT, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR III (INGLES), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/07/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 2158/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2014

Biguaçu, 03 de novembro 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2502/2014

PORTARIA nº 2502 de 03 de novembro de 2014

Designar o (a) Servidor (a) MARIO CESAR ALVES, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR III (FILOSOFIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) MARIO CESAR ALVES, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR III (FILOSOFIA), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/07/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 2157/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2014.

Biguaçu, 03 de novembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 167/2014

DECRETO Nº 167 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ASTRIT SCHNEIDER DA SILVA OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de ASTRIT SCHNEIDER DA SILVA ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 4.786, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 244,8m² (72x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Francisco Venceslau de Farias, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 168/2014

DECRETO Nº 168 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE CANDIDO AMARO DAMASIO OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de CANDIDO AMARO DAMASIO ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 8.581, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 71,4m² (21x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Virgilio Ceron, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 180/2014

DECRETO Nº 180 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO VENDAVAL, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DA SN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. EPP OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de

junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de SN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. EPP ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 29.902, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 1611m² (179x9) na lateral do citado imóvel, que possui área total de 27.433,90m² situada no Bairro Vendaval, em rua projetada, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Vendaval.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 174/2014

DECRETO Nº 174 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE APARICIO JOSÉ MANOEL OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de APARICIO JOSÉ MANOEL ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 20.303, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 54,4m² (16x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Ines Pascoalina da Costa, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 181/2014

DECRETO Nº 181 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ELIZABETE DOS SANTOS LANFREDI OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de ELIZABETE DOS SANTOS LANFREDI ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 16.438, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 159,8m² (47x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Ines Pascoalina da Costa, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 182/2014

DECRETO Nº 182 /2014 DE: 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE MARLI PAMPLONA BARON OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, do imóvel de propriedade de MARLI PAMPLONA BARON ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 13.941, do Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - uma faixa de terra de 37,4m² (11x3,4) cortando o citado imóvel, situada no Bairro Bom Viver, na rua Ines Pascoalina da Costa, nesta cidade.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para passagem dos canais da obra de macrodrenagem urbana no Bairro Bom Viver.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de outubro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.040/2014

LEI Nº 8.040, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU AOS DOADORES DE MEDULA ÓSSEA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os doadores de medula óssea isentos do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Município de Blumenau.

Art. 2º Consideram-se como beneficiários desta Lei somente os doadores comprovadamente inscritos no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea, instalado no INCA - Instituto Nacional do Câncer.

Art. 3º A isenção de que trata esta Lei deverá ser amplamente divulgada em estabelecimentos escolares, universidades, hospitais, laboratórios, consultórios médicos e afins, bem como na página oficial do site da Prefeitura Municipal de Blumenau.

Art. 4º Ato do Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.042/2014

LEI Nº 8.042, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DO CLUBE DOS DESBRAVADORES ALBATROZ".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação do Clube dos Desbravadores Albatroz, CNPJ nº 19.020.101/0001-52, com sede e foro no município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.470/2014

DECRETO Nº 10.470, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DELEGA COMPETÊNCIA AO DIRETOR DE PLANEJAMENTO E PROMOÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SECTUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor de Planejamento e Promoção da Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, ELSON CAMPOS FERREIRA, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Secretaria, no período de 31 de outubro a 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.471/2014

DECRETO Nº 10.471, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Blumenau, valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU

0101 - Câmara Municipal de Blumenau

Atividade 01.01.01.031.0001.2001 - Man. Ativ. Adm. Câmara de Vereadores

Modalidade 3.1.90 (2) Aplicações Diretas

R\$ 1.500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU

0101 - Câmara Municipal de Blumenau

Atividade 01.01.01.031.0001.2001 - Man. Ativ. Adm. Câmara de Vereadores

Modalidade 4.4.90 (6) Aplicações Diretas

R\$ 1.500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.182/2014

PORTARIA Nº 18.182, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE COMBATE À PIRATARIA - CMCP.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Complementar nº 666, de 12 de dezembro de 2007, Resolve:

NOMEAR

sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 666, de 12/12/2007, alterada pela Lei Complementar nº 755, de 17/05/2010 e Lei Complementar nº 852, de 09/04/2012, o cidadão abaixo relacionado, para compor juntamente com os demais, o Conselho Municipal de Combate à Pirataria - CMCP:

JOSÉ ÂNGELO PETTERS, representante suplente da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, em substituição a QUERUBIM DE OLIVEIRA COSTA FILHO, nomeado pela Portaria nº 17.758, de 25 de abril de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.186/2014

PORTARIA Nº 18.186, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA VALCIRA NUNES DE SOUSA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE MUTIRÕES, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, Resolve:

NOMEAR

VALCIRA NUNES DE SOUSA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Mutirões, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, no dia 20 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.187/2014

PORTARIA Nº 18.187, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES PARA

O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, Resolve:

NOMEAR

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Fazenda, símbolo CC-1, no dia 03 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18/2014 - SEMUDES

PORTARIA Nº 018/2014

INSTITUI EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DOS TRABALHOS E COMISSÃO JULGADORA DOS RECURSOS DAS INSCRIÇÕES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA II, E DESIGNA MEMBROS PARA SUA COMPOSIÇÃO.

Valdecir Mengarda, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 17.767, de 05 de maio de 2014, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a equipe técnica responsável pela coordenação e supervisão dos trabalhos e comissão julgadora dos recursos das inscrições do programa Minha Casa Minha Vida II;

Art. 2º Nomear membros para compor a Comissão de que trata o Art. 2º, parágrafo único do Decreto Municipal nº 10.122/2013 sob a Coordenação e Supervisão do primeiro, sendo:

ROMEY HORST FRITZKE, servidor público municipal, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Habitação, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

JULIANA DE SOUZA FERREIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Pesquisa, lotada na Diretoria de Habitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

FERNANDA TESSAROLO ESPINDOLA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria de Habitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

JESEBEL IARA AVANCINI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Diretoria de Proteção Básica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

CARLA ADRIANA DOS SANTOS ROCHA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

MARIA TERESINHA MONTIBELLER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Assistente Social (ACT), lotada na Diretoria de Regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

NEIDE LUZIA CUNHA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Diretoria de Proteção Básica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;

ROGER VIEIRA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 3º A Comissão deverá encaminhar relatórios das atividades à Procuradoria do Município - PROGEM e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 4º Os membros da Comissão não serão remunerados, consideradas as suas funções de relevante interesse público;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Semudes, em 30 de outubro de 2014.

VALDECIR MENGARDA

Secretário de Desenvolvimento Social

PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2014

PREGAO PRESENCIAL NR. 157/2014 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA FESTIVIDADES NATALINAS A SEREM DISTRIBUÍDOS AOS FILHOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA - SECOM EMPRESAS VENCEDORAS

EMPRESA: FELIPE SCHMITZ REGIS LTDA

Item 01 - Valor unitário R\$18,75.

Item 03 - Valor unitário R\$7,48.

Item 04 - Valor unitário R\$9,38.

Item 05 - Valor unitário R\$13,97.

EMPRESA: REICHEL BRINQUEDOS LTDA EPP

Item 02 - Valor unitário R\$10,50.

Data homologação: 24 de outubro de 2014.

Blumenau 03 de novembro de 2014.

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO MÊS 09/2014

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
28.426/2014	18.08.2014	SALETE FARI-NON KNONER	20 horas para 30 horas	16.06.2014

28.427/2014	18.08.2014	CLEBER ANTONIO FIORINI	15 horas para 20 horas	01.08.2014
28.428/2014	18.08.2014	FABRICIO GEISER	10 horas para 20 horas	01.08.2014
28.429/2014	18.08.2014	CREIDIANA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA	30 horas para 40 horas	04.08.2014
28.429/2014	18.08.2014	CINTIA CABREIRA GOMES	30 horas para 40 horas	15.07.2014
28.429/2014	18.08.2014	ELIANE REGINA SOARES JUNGES	30 horas para 40 horas	03.07.2014
28.429/2014	18.08.2014	MAYTE ALVES DE ANDRADE POSSAMAI	30 horas para 40 horas	14.07.2014
28.429/2014	18.08.2014	MARCIA DA ROCHA	30 horas para 40 horas	21.07.2014
28.434/2014	20.08.2014	CLECI FATIMA DA SILVA	30 horas para 40 horas	11.08.2014
28.434/2014	20.08.2014	ROSA DE LIMA	30 horas para 40 horas	01.08.2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO MÊS 09/2014**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	PERÍODO	
28.450	2014	29.08.2014	2014/08/005796	ALINE DA SILVA BOGONI	2.775	21.09.2004	01.05.2012
28.452	2014	29.08.2014	2014/08/005797	SIRLEI FERREIRA DE CASTRO MEINRICH	2.859	01.08.2003	05.06.2011

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO MÊS 09/2014**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28399	2014	11.08.2014	2014/08/005153	CASSIA HEISS	29/11/2014	27/01/2015
28393	2014	08.08.2014	2014/07/004905	ELISA FERNANDA BRAGA MOURA SCHREINER	14/10/2014	12/12/2014
28417	2014	15.08.2014	2014/08/005309	JANIS THOMAS MULLER	21/11/2014	19/01/2015
28441	2014	25.08.2014	2014/08/005688	LUCIANA MERLO	09/10/2014	07/12/2014
28448	2014	27.08.2014	2014/08/005738	MARIA GISELE FARRIAS FORTE	18/11/2014	16/01/2015
28395	2014	11.08.2014	2014/07/004947	MARIANE ALVES STEFANES	25/11/2014	23/01/2015
28398	2014	11.08.2014	2014/08/005117	MARIJU ALVES SILVEIRA DOS SANTOS	02/12/2014	30/01/2015
28412	2014	14.08.2014	2014/08/005249	SIDIANE DE SOUZA	15/11/2014	13/01/2015
28396	2014	11.08.2014	2014/08/004984	TALITHA VERGARA BAUTISTA	13/11/2014	11/01/2015
28397	2014	11.08.2014	2014/08/004994	VELIDIANE CRISTIANE BAIERLE SERAFINI	30/09/2014	28/11/2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO MÊS 09/2014**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	A CONTAR DE
28.394	2014	08.08.2014	2014/07/004853	BIANCA DALRI MENESTRINA	29.08.2014
28.437	2014	21.08.2014	2014/08/005217	CARLA LONGINA CASAS DA SILVA	04.10.2014
28.411	2014	13.08.2014	2014/07/004724	FERNANDO RAIMUNDO	16.08.2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO MÊS 09/2014**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

ALTERAR LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DE 02 (DOIS) ANOS PARA DIAS

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	A CONTAR DE
28384	2014	27.08.2014	2014/08/005716	GREISE PERON	514	01.04.2013

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO MÊS 09/2014**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28400	2014	12.08.2014	2014/08/004869	JOÃO BATISTA DOS ANJOS	25.04.2004	25.04.2014
28435	2014	21.08.2014	2014/08/005540	CARMELITA CLASEN WERLING	03.04.2002	03.04.2012

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO MÊS 09/2014**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA PARCIAL PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28447	2014	27.08.2014	2014/08/005758	MARCIA GAZANIGA	19.02.1999	19.02.2009

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO MÊS 09/2014**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA TOTAL PARA PECÚNIA PARCIAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28436	2014	21.08.2014	2014/08/005571	MARCIA BERNADETE FERREIRA	02.01.2002	02.01.2012

Blumenau, 04 de setembro de 2014.
 CARLOS XAVIER SCHRAMM
 Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO MÊS 09/2014

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:
 CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
28391	2014	07.08.2014	2014/08/005038	MARIA SANTIAGO	05.08.2004	05.08.2014
28401	2014	12.08.2014	2014/07/004871	KATIA REGINA PACKER STRUBE	01.07.2004	01.07.2014
28403	2014	13.08.2014	2014/07/004877	MARISA VENZKE	20.11.2003	20.11.2013
28404	2014	13.08.2014	2014/07/004907	ELIZETI GOMES NARDI	29.04.2003	29.04.2013
28407	2014	13.08.2014	2014/07/004929	ROSANA MARA CHIODINI HOCHLEITNER	29.02.2004	29.02.2014
28408	2014	13.08.2014	2014/07/004940	MARIZA COSTA DO ESPIRITO SANTO DELGADO	22.02.2004	22.02.2014
28409	2014	13.08.2014	2014/07/004945	KATIA REGINA STORRER PACHECO	20.01.2004	20.01.2014
28410	2014	13.08.2014	2014/07/004953	CRISTIANE BARCELOS	01.02.2004	01.02.2014
28413	2014	14.08.2014	2014/08/005033	ROSELI DE ANDRADE	29.07.2004	29.07.2014
28414	2014	14.08.2014	2014/08/005052	ROSECLER DESCHAMPS	05.08.2004	05.08.2014
28415	2014	14.08.2014	2014/08/004970	VIVIAN CRHYSTIE NEVES DE AQUINO HEI-MANN	20.07.2004	20.07.2014
28416	2014	15.08.2014	2014/08/005192	JACINTO BLASIUS	21.02.2004	21.02.2014
28418	2014	15.08.2014	2014/08/005078	CLAUDIMIR FREINER	06.07.2004	06.07.2014
28420	2014	15.08.2014	2014/08/005112	MARIA DOS PRAZERES FIRMO	04.08.2004	04.08.2014
28421	2014	18.08.2014	2014/08/005119	MARA REGINA ROSSI HORÁCIO BORBA	06.08.2004	06.08.2014
28423	2014	18.08.2014	2014/08/005209	MIRIAM REGINA WOLF DA SILVA	22.07.2004	22.07.2014
28424	2014	18.08.2014	2014/08/005325	LUCIANO ARTUR HUTZELMANN	04.07.2004	04.07.2014
28431	2014	18.08.2014	2014/08/005399	SANDRA DOS SANTOS	05.08.2004	05.08.2014
28439	2014	25.08.2014	2014/08/005676	JOÃO RONALDO FOSTER	25.08.2004	25.08.2014
28440	2014	25.08.2014	2014/08/005684	SUELI CELIA DE JESUS DA SILVA	25.08.2004	25.08.2014
28442	2014	25.08.2014	2014/08/005698	WILSON DE OLIVEIRA	12.05.2004	12.05.2014
28443	2014	25.08.2014	2014/08/005706	ROMILDA RAUTENBERG	02.08.2004	02.08.2014
28444	2014	26.08.2014	2014/08/005707	ZILMA LISETTE VIANNA	11.08.2004	11.08.2014
28445	2014	26.08.2014	2014/08/005711	ELIANE APARECIDA IMTHURM	17.08.2004	17.08.2014
28446	2014	26.08.2014	2014/08/005750	SAMIRA REGINA OECHSLER MARTINS	24.08.2004	24.08.2014
28449	2014	28.08.2014	2014/08/005783	EDUARDO ROBERTO VICENTINI	24.07.2003	24.07.2013
28451	2014	29.08.2014	2014/08/005832	ROGERIO FERREIRA OSORIO DE OLIVEIRA	22.08.2004	22.08.2014
28453	2014	29.08.2014	2014/08/005843	NOELI MULLER DE ALMEIDA	07.07.2004	07.07.2014
28469	2014	03.09.2014	2014/09/005865	JOSE LUIZ DE SOUZA	27.03.2004	27.03.2014
28470	2014	03.09.2014	2014/09/005886	MARIA BEATRIZ SILVEIRA SCHMITT SILVA	23.08.2004	23.08.2014
	2014		2014/09/005893	SARA APARECIDA MITCHIL	01.09.2004	01.09.2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.
 CARLOS XAVIER SCHRAMM
 Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO MÊS 09/2014**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
28406/2014	13.08.2014	2014/07/004917	GEODETE ADÃO AMERICO	11.01.2004 a 11.01.2014
28419/2014	15.08.2014	2014/08/005092	SERGIO POHLMANN LIVI	12.05.2003 a 12.05.2013
28422/2014	18.08.2014	2014/08/005148	CLARICE DA ROSA	08.08.2004 a 08.08.2014
28425/2014	18.08.2014	2014/08/005329	MARILDA MATIOLA	19.05.2003 a 19.05.2013
28432/2014	19.08.2014	2014/08/005436	MARILENE ROZAR	15.08.2004 a 15.08.2014
28433/2014	19.08.2014	2014/08/005447	ISABEL PEREIRA	04.12.2003 a 04.12.2013
28468/2014	03.09.2014	2014/09/005873	MARLENE RODRIGUES DOS SANTOS	02.09.2004 a 02.09.2014

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO MÊS 09/2014**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28392	2014	07.08.2014	2014/07/004872	PAULO GERMANO BOEHM	21.12.2001	21.12.2011

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO MÊS 09/2014**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, Resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
	28402/2014	13.08.2014	2014/07/004875	SILVANA TERESA ROGOSKI ANDRADE GOES	02.10.2002	02.10.2012
	28405/2014	13.08.2014	2014/07/004908	ANTONIO GOMES DA ROSA	17.04.2000	17.04.2010
	28430/2014	18.08.2014	2014/08/005398	ELIS ADRIANA THOME	08.07.1998	08.07.2008

Blumenau, 04 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

EDITAL NOTIFICAÇÃO 801 1/2014 - SETERB

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 801 1/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APL0157	8801000080	7455/0	27/09/2014	218 * I
CVE2838	8801000331	7455/0	03/10/2014	218 * I
CWI4611	8801000116	7455/0	28/09/2014	218 * I
EAV7916	8801000222	7455/0	01/10/2014	218 * I
HBZ9795	8801000096	7455/0	26/09/2014	218 * I
ILQ7600	8801000115	7455/0	28/09/2014	218 * I
JCL1232	8801000302	7455/0	04/10/2014	218 * I
KVC6802	8801000088	7455/0	26/09/2014	218 * I
LWR0100	8801000256	7455/0	03/10/2014	218 * I
LYC7031	8801000243	7455/0	05/10/2014	218 * I
MAC5199	8801000283	7455/0	03/10/2014	218 * I
MAJ6060	8801000245	7455/0	05/10/2014	218 * I
MCB8345	8801000179	7455/0	01/10/2014	218 * I
MCN7450	8801000365	7463/0	05/10/2014	218 * II
MCP7498	8801000322	7455/0	02/10/2014	218 * I
MDA7593	8801000342	7463/0	03/10/2014	218 * II
MDE2327	8801000118	7455/0	28/09/2014	218 * I
MEA3633	8801000350	7463/0	04/10/2014	218 * II
MED1507	8801000163	7455/0	30/09/2014	218 * I
MEH3625	8801000320	7455/0	02/10/2014	218 * I
MEJ0471	8801000094	7455/0	26/09/2014	218 * I
MEL9667	8801000309	7463/0	05/10/2014	218 * II
MFJ4412	8801000278	7455/0	02/10/2014	218 * I
MFW6236	8801000044	7455/0	28/09/2014	218 * I
MGA0138	8801000161	7455/0	30/09/2014	218 * I
MGL8776	8801000213	7455/0	01/10/2014	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGO4202	8801000138	7463/0	01/10/2014	218 * II
MGO4705	8801000209	7455/0	01/10/2014	218 * I
MGT7914	8801000310	7455/0	05/10/2014	218 * I
MHG9586	8801000177	7455/0	01/10/2014	218 * I
MIY5971	8801000297	7455/0	04/10/2014	218 * I
MJD1830	8801000126	7455/0	29/09/2014	218 * I
MKI9114	8801000153	7455/0	01/10/2014	218 * I
MKW0929	8801000271	7455/0	02/10/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL NOTIFICAÇÃO N.34 1986/2014 - SETERB

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 034 1986/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFX7233	55189933E	5010/0	07/10/2014	162 * I
AFX7233	55189934E	6556/1	07/10/2014	230 * I
AFX7233	55189935E	6912/0	07/10/2014	232
ALY1917	55225020E	7285/0	09/09/2014	250 * III
ALY1917	55225365E	6653/1	09/09/2014	230 * XI
BZT0944	55052854E	6599/2	01/10/2014	230 * V
CEZ8597	55055838E	6599/2	02/10/2014	230 * V
DGG8287	55191218E	6599/2	03/10/2014	230 * V
DGG8287	55191219E	6726/1	03/10/2014	230 * XVIII
DMK5623	55189742E	6599/2	10/09/2014	230 * V
IBO2430	55224846E	6726/1	09/09/2014	230 * XVIII
IBO2430	55224847E	6637/1	09/09/2014	230 * IX
IBO2430	55224848E	7340/0	09/09/2014	252 * IV
IBO2430	55225123E	6912/0	09/09/2014	232
IBO2430	55225124E	5045/0	09/09/2014	162 * V
IBO2430	55225125E	5142/0	09/09/2014	164 c/c 162 * V
KFE2707	55055843E	6599/2	06/10/2014	230 * V
KJA6566	55225127E	6637/2	09/09/2014	230 * IX
LWT6211	55052640E	6912/0	06/10/2014	232
LXH0897	55226459E	5045/0	01/10/2014	162 * V
LXH0897	55226460E	5142/0	01/10/2014	164 c/c 162 * V
LXH0897	55226461E	6599/2	01/10/2014	230 * V
LXH0897	55226462E	6637/2	01/10/2014	230 * IX
LXQ2522	55055069E	6599/2	17/09/2014	230 * V
LXQ2522	55055070E	5010/0	17/09/2014	162 * I
LXQ2522	55055071E	5118/0	17/09/2014	164 c/c 162 * I

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXY4301	55226558E	5045/0	01/10/2014	162 * V
LYY5095	55226098E	6670/0	02/10/2014	230 * XIII
LZB3901	55224864E	6610/2	04/09/2014	230 * VII
LZP8083	55223658E	6637/1	11/09/2014	230 * IX
LZT6301	55224832E	6700/0	08/09/2014	230 * XVI
LZT6301	55224833E	6726/1	08/09/2014	230 * XVIII
LZT6301	55224834E	6610/2	08/09/2014	230 * VII
LZT6301	55224835E	6408/0	08/09/2014	221
MAG4257	55189768E	6912/0	04/10/2014	232
MAI6365	55225019E	6769/1	09/09/2014	230 * XXII
MAJ8496	55225121E	6599/2	09/09/2014	230 * V
MAM8420	55226224E	5010/0	04/10/2014	162 * I
MAM8420	55226225E	5118/0	04/10/2014	164 c/c 162 * I
MBB3211	55225262E	6700/0	11/09/2014	230 * XVI
MBJ6197	55055842E	6912/0	03/10/2014	232
MBK1478	55055845E	5010/0	06/10/2014	162 * I
MBT2294	55225253E	7340/0	09/09/2014	252 * IV
MBU8717	55055750E	6599/2	02/10/2014	230 * V
MBU8717	55055951E	6637/2	02/10/2014	230 * IX
MBX6257	55188840E	6599/2	06/10/2014	230 * V
MBZ0948	55054584E	6602/0	03/09/2014	230 * VI
MCB2679	55052513E	5045/0	03/09/2014	162 * V
MCB2679	55052514E	5142/0	03/09/2014	164 c/c 162 * V
MCE0452	54668512E	6912/0	25/09/2014	232
MCG4372	55224737E	5010/0	05/10/2014	162 * I
MCG4372	55224738E	5118/0	05/10/2014	164 c/c 162 * I
MCG4372	55224740E	6912/0	05/10/2014	232
MCJ9188	55226606E	6408/0	04/10/2014	221
MCK6260	55225812E	5010/0	02/10/2014	162 * I
MCK6260	55225813E	5118/0	02/10/2014	164 c/c 162 * I
MCO6697	55833581C	6599/2	05/10/2014	230 * V
MCO6697	55833583C	5045/0	05/10/2014	162 * V
MCW4709	55224167E	5045/0	09/09/2014	162 * V
MCW4709	55224168E	6653/2	09/09/2014	230 * XI
MCY1493	55224716E	6599/2	01/10/2014	230 * V
MCY1493	55224718E	5010/0	01/10/2014	162 * I
MCY1493	55224719E	5118/0	01/10/2014	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDQ2367	55226611E	6602/0	04/10/2014	230 * VI
MDS0840	55191051E	5010/0	07/10/2014	162 * I
MDW1698	55054654E	5010/0	03/09/2014	162 * I
MDX9587	55047344E	6599/2	03/10/2014	230 * V
MEA1612	55224726E	5010/0	01/10/2014	162 * I
MEE0937	55047349E	6599/2	07/10/2014	230 * V
MEK7467	55037519E	6599/2	01/10/2014	230 * V
MEM1542	55226563E	6726/1	02/10/2014	230 * XVIII
MER1358	55191026E	5010/0	09/09/2014	162 * I
MER1358	55191027E	6599/2	09/09/2014	230 * V
MER1358	55191028E	5118/0	09/09/2014	164 c/c 162 * I
MES4261	55226465E	5010/0	04/10/2014	162 * I
MES4261	55226466E	5118/0	04/10/2014	164 c/c 162 * I
MEW6247	55226095E	5045/0	02/10/2014	162 * V
MEW6247	55226096E	5142/0	02/10/2014	164 c/c 162 * V
MFJ1320	55189757E	5010/0	02/10/2014	162 * I
MFJ1320	55189758E	5118/0	02/10/2014	164 c/c 162 * I
MFJ1320	55189759E	6599/2	02/10/2014	230 * V
MFJ1320	55189760E	6556/1	02/10/2014	230 * I
MFT6362	55189930E	6599/2	11/09/2014	230 * V
MFV9608	55055907E	5274/1	07/10/2014	175
MFY9799	55225318E	6726/1	09/09/2014	230 * XVIII
MGM1292	55189767E	6556/1	03/10/2014	230 * I
MGM8559	55226137E	6599/2	04/10/2014	230 * V
MGM8559	55226138E	5010/0	04/10/2014	162 * I
MGM8559	55226139E	5061/0	04/10/2014	163 c/c 162 * I
MGZ6777	55052371E	6912/0	02/10/2014	232
MHE5323	55226519E	6912/0	03/10/2014	232
MIQ6953	55226099E	6599/2	03/10/2014	230 * V
MIQ6953	55226100E	5126/1	03/10/2014	164 c/c 162 * II
MIT3481	55036900E	5010/0	02/10/2014	162 * I
MIX1671	55187936E	5010/0	05/09/2014	162 * I
MJP8924	55054097E	6912/0	03/09/2014	232
MJR2766	55055957E	6599/2	07/10/2014	230 * V
MKN7937	55223684E	5029/2	01/10/2014	162 * II
MKN7937	55223685E	6912/0	01/10/2014	232
MKN7937	55223686E	5126/2	01/10/2014	164 c/c 162 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKO2200	55055792E	6653/1	06/10/2014	230 * XI
MKR6417	55055260E	6599/2	03/10/2014	230 * V
MKV6927	55226270E	6599/2	02/10/2014	230 * V
MKW1564	55055746E	6599/2	02/10/2014	230 * V
MLD9433	55055841E	6599/2	03/10/2014	230 * V
MLE6996	55054345E	6912/0	04/09/2014	232
MLV4696	55224905E	6599/2	08/09/2014	230 * V
MMH8701	55055793E	6653/1	06/10/2014	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

EDITAL NOTIFICAÇÃO N.34 1987/2014 - SETERB

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 8

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 034 1987/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW0986	55656327E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
AFN6974	55656525E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
AGH2162	55657618E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
AHN0066	55054579E	7366/2	29/08/2014	252 * VI
AIO1887	55359594D	5398/0	02/10/2014	181 * II
AIW2046	55224965E	5185/1	08/09/2014	167
AJN6452	55226125E	5185/1	30/09/2014	167
AJS5001	55189108E	5525/0	10/09/2014	181 * XV
AKZ2438	55933059D	5185/1	08/09/2014	167
AMQ4960	55657139E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
AMX2316	55656318E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
APL2907	55929910D	5835/0	27/09/2014	195
AQF0835	55658773E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
AQT8652	55657071E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
ARV8579	55658585E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
ASX9985	55054848E	6394/4	08/09/2014	220 * XIV
ATW8892	55053654E	5827/0	11/09/2014	194
AVU3602	55656306E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
AVW4128	55657032E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
AYQ0066	55656443E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
AZA0055	54668516E	7307/0	02/10/2014	251 * II
BBB6080	55657104E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
BBB6080	55657331E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
BBB6080	55657332E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
BBB6080	55657364E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
BCM3764	55657099E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BPT1501	55658779E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
BRC8114	55189107E	5479/0	10/09/2014	181 * X
CBK2939	55364068D	5835/0	01/09/2014	195
CDK3663	55657220E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
CTJ7585	55656772E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
CZD5056	55658477E	5541/2	13/09/2014	181 * XVII
DAB2732	55658553E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
DEX5860	55657061E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
DGG8287	55191217E	5380/0	03/10/2014	181 * I
DPN2045	55657199E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
ETI1895	55054487E	7366/2	29/08/2014	252 * VI
FLQ4027	55225919E	7366/2	01/10/2014	252 * VI
GSB5192	55658714E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
GSB5192	55658750E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
HIO3113	55657193E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
HKT6696	55657135E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
HSC9071	55658763E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
HTD1987	55658578E	5541/2	01/10/2014	181 * XVII
IGG6419	55187275E	5479/0	11/09/2014	181 * X
IGG6419	55187276E	5525/0	11/09/2014	181 * XV
IGG6419	55187277E	5398/0	11/09/2014	181 * II
IHB6954	55656326E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
ILC4282	55360644D	7366/2	14/09/2014	252 * VI
ILV0369	55656308E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
IQN2698	55656606E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
ISO4891	55657059E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
IUX3989	55657214E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
LCQ2667	55656704E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
LCQ2667	55657140E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
LOH7839	55658512E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
LOY8344	55055653E	5452/2	06/10/2014	181 * VIII
LVA7286	54668752E	6050/1	02/10/2014	208
LWT5578	55657137E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
LWW7854	55656957E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
LXA1724	55656092E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
LXA5914	55657164E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
LXD3965	55055827E	6858/0	30/09/2014	231 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXQ5733	55052795E	5541/1	06/10/2014	181 * XVII
LYH4642	55656558E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
LYI8826	55052700E	7366/2	06/10/2014	252 * VI
LYQ0364	55656910E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
LYQ1550	55656909E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
LZI0270	55658648E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
LZR7439	55658742E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
LZS4403	55364075D	5835/0	01/09/2014	195
LZU2860	55364084D	5835/0	01/10/2014	195
LZV2599	55656921E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
LZX9132	55364065D	5835/0	01/09/2014	195
MAC4000	55658784E	5541/2	03/10/2014	181 * XVII
MAI8590	55657159E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MAM3095	55658642E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MAS0078	55658521E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MAV2793	55656688E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MAW5137	55225303E	5185/1	05/09/2014	167
MBA2419	55364071D	5835/0	01/09/2014	195
MBA4444	55657058E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MBA8645	55657041E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MBD4532	55656737E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MBF0266	55656905E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MBK8653	55656312E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MBL2335	55225305E	7366/2	08/09/2014	252 * VI
MBU8717	54668518E	5819/5	02/10/2014	193
MBX8029	55658762E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MCA9253	55656708E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MCF1804	55656680E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MCG4372	55224739E	7056/1	05/10/2014	244 * III
MCJ4811	55658637E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MCJ8804	55657338E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MCJ8804	55657615E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MCJ9188	55226605E	5452/1	04/10/2014	181 * VIII
MCN9326	55656331E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MCS0489	55658720E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MCT0301	55656343E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MCT1695	55052692E	5193/0	03/10/2014	168

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDE0497	55657179E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MDG9010	55052794E	5460/0	05/10/2014	181 * IX
MDI5498	55656717E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MDI6214	55658610E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MDI7241	55054336E	6050/1	03/09/2014	208
MDJ5414	55656836E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MDL1709	55187597E	5207/0	30/09/2014	169
MDO9817	55656065E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MDQ2367	55226610E	5410/0	04/10/2014	181 * IV
MDT0062	55656346E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MEE0616	55046538E	5967/0	03/10/2014	203 * V
MEE2770	55658753E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MEF0470	55656960E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MEF2926	55658611E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MEF2926	55658731E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MEH8812	55656659E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MEJ9074	55656628E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
MEK1105	55658702E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MEK1295	55656656E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MEL7812	55055573E	5835/0	03/10/2014	195
MEM1542	55226562E	5185/2	02/10/2014	167
MEM7194	55657030E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MEN3368	55657301E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MEN5234	55657004E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MEN6820	55225309E	5207/0	08/09/2014	169
MEN9007	55657033E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MEO0990	55224672E	5185/1	08/09/2014	167
MER1358	55191029E	5835/0	09/09/2014	195
MER1358	55191030E	5720/0	09/09/2014	186 * I
MES0833	55656875E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MES1815	55656566E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MES4752	55929908D	5835/0	26/09/2014	195
MEU9666	55657172E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MEW6441	55656912E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MEW9248	55656777E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MFA1506	55656748E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MFA1506	55657039E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFB4267	55052784E	5541/1	02/10/2014	181 * XVII
MFE0710	55656661E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MFH1676	55656329E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MFI0005	55658801E	5541/2	07/10/2014	181 * XVII
MFI4053	55656739E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MFL6197	55364087D	5835/0	02/10/2014	195
MF2416	55054602E	7366/2	03/09/2014	252 * VI
MFO3785	55052787E	5541/6	02/10/2014	181 * XVII
MFO6396	55656885E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MFQ2140	55364081D	5835/0	01/10/2014	195
MFT5184	55656730E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MFU2946	55656876E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MFV2606	55658424E	5541/2	12/09/2014	181 * XVII
MFV1562	55656313E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MFV9039	55656582E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MFZ5276	55656298E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MGA7053	54668715E	5452/6	06/10/2014	181 * VIII
MGD9863	55658771E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MGF4423	55656790E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MGK1715	54668522E	5991/0	03/10/2014	206 * I
MGK5928	55930123D	5380/0	08/10/2014	181 * I
MGM5147	55658663E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MGN2349	55656963E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MGN7395	55656710E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MGP5554	55657012E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MGQ5378	55656752E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MGQ6960	55052783E	5541/5	02/10/2014	181 * XVII
MGQ9311	55054372E	5460/0	03/10/2014	181 * IX
MGS8491	55657217E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MGX4921	55658774E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MGY4535	55657035E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MGZ7733	55225215E	7366/2	09/09/2014	252 * VI
MHB2778	55656612E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MHB2778	55656625E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
MHC1982	55656667E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MHC3482	55056237E	7366/2	01/10/2014	252 * VI
MHD1991	55656030E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHD3649	55657225E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MHE4946	55658590E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MHE6568	55656822E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MHF4811	55657016E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MHF9862	55656650E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MHI3762	55656695E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MHJ6249	55657120E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MHP5133	55657026E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MHR3011	55056170E	7366/2	01/10/2014	252 * VI
MHV3102	55656933E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MHW1177	55055800E	7366/1	07/10/2014	252 * VI
MHW9366	55656620E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MHZ4441	55656794E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MIA8151	55658730E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MIC8009	55656795E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MIF0613	55656555E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MIG2559	55657186E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MIK7979	55657161E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MIL4676	55657191E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MIM6902	55656676E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MIN7281	55657175E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MIO3486	55656997E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MIQ5496	55656749E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MIS5472	55656412E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MJB5050	55657077E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MJE7186	55656636E	5541/2	04/09/2014	181 * XVII
MJG2780	55658530E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MJH7304	55657015E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MJI6043	55656916E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MJL8696	55656973E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MJL8988	55656669E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MJM9001	55054498E	7366/2	29/08/2014	252 * VI
MJO1007	55657163E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MJQ7139	55656785E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MJR0015	55054817E	7366/2	03/09/2014	252 * VI
MJS6853	55658729E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MJT8626	55658613E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJU5397	55049849E	5550/0	02/10/2014	181 * XVIII
MJV7134	55055572E	5835/0	03/10/2014	195
MJV8769	55658743E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MJX9488	55657045E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MJY3114	55658583E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MJZ4048	55658643E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MKA7218	55658689E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MKE2546	55656124E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MKE3191	55656755E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MKE8735	54668722E	5541/1	07/10/2014	181 * XVII
MKG0830	55657157E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MKG2655	55656800E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MKG3187	55658499E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII
MKI6653	55658791E	5541/2	04/10/2014	181 * XVII
MKI6676	55056169E	7366/2	01/10/2014	252 * VI
MKK0798	55656674E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MKK2918	55225214E	7366/2	09/09/2014	252 * VI
MKK4161	55657154E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MKK8434	55656638E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MKN5527	55658630E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MKO6404	55657001E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MKP1887	55657107E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MKT3243	55052790E	5541/1	03/10/2014	181 * XVII
MKU0680	55658783E	5541/2	03/10/2014	181 * XVII
MKU3854	55658756E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MLK6707	55656706E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MLL6047	55658708E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MLL9892	55656782E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MLM1203	55658711E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MLN1609	55056067E	7366/2	18/09/2014	252 * VI
MLN9155	55657098E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MLR7981	55657251E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MLW8951	55224163E	5207/0	29/08/2014	169
MLW8951	55224164E	5819/1	29/08/2014	193
MLZ8167	55658669E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MMD5442	55658751E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
MMI0878	55658525E	5541/2	15/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MML6472	55656861E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MNN3788	55656718E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MOS2627	55658603E	5541/2	16/09/2014	181 * XVII
MOS2627	55658723E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
ONA7133	55037707E	7099/1	16/09/2014	244 * V II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL NOTIFICAÇÃO N.34 1989/2014 - SETERB

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 22

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 034 1989/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAB6035	55651029E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AAL1155	55649778E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ABD2777	55190165E	6122/0	25/08/2014	R\$ 191,53	214 * I
ABF2549	55190080E	5185/1	04/08/2014	R\$ 127,69	167
ABL8090	55649984E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ABW9226	55358575D	5967/0	03/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
ABW9226	55650137E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ABY3023	55042825E	7366/2	30/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
ACY8900	55653656E	5541/2	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ADD8725	55652763E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ADL9486	55650559E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ADM9800	55649697E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ADX6769	55049052E	5550/0	15/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
AFE7766	55050989E	5568/0	02/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
AFF7055	55040344E	5541/1	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AHU7446	55654451E	5541/2	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIA4394	55654340E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIA6381	55653207E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIO2743	55654000E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIO5602	55654138E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIO5602	55654519E	5541/2	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIX2363	55649541E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AJC9376	55186924E	5185/1	03/08/2014	R\$ 127,69	167
AJC9376	55186925E	5207/0	03/08/2014	R\$ 53,20	169
AJH3003	55649794E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AJR9837	55046942E	5541/6	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKP2510	55652418E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AKQ5577	55049587E	7307/0	11/07/2014	R\$ 85,12	251 * II
AKS6399	55653357E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AKU9401	55649152E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AKW9010	55654500E	5541/2	07/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALB2468	55653708E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALX4509	55650648E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALY2641	55652975E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AMC8074	55187543E	5835/0	01/07/2014	R\$ 127,69	195
ANE7524	55650192E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ANG5403	55650423E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ANU1464	55655003E	5541/2	31/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AOB7331	55652873E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
APA6504	55653189E	5541/2	05/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
APL8229	55048283E	7366/2	17/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
APT1269	55653155E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
APX7436	55653383E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ARH2813	55051227E	5550/0	28/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
ARS3704	55653466E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ARS3704	55654430E	5541/2	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ARY4371	55653158E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ASG3980	55051595E	5851/1	01/08/2014	R\$ 85,12	197
ASR2204	55653028E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ATA7156	55649822E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ATH7416	55049629E	5541/1	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AUK0791	55051073E	5185/1	30/07/2014	R\$ 127,69	167
AUK0791	55051739E	7366/2	05/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AUK0791	55653926E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AUK0791	55654552E	5541/2	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AVH1962	55655281E	5541/2	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AVW4128	55649241E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BAV0823	55047744E	5380/0	05/06/2014	R\$ 85,12	181 * I
BCM7176	55653142E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BET1733	55650007E	5541/2	22/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BLC6922	55045741E	5541/1	06/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BLL5557	55050857E	7366/2	21/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
BPC3512	55937429D	6165/0	26/05/2014	R\$ 127,69	214 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BVP6114	55048996E	7366/2	01/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
BVP6114	55652520E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BVP6114	55652800E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BVP6114	55652802E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BVP6114	55652844E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BVP6114	55653308E	5541/2	08/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BVP6114	55653768E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BVP6114	55654318E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BYD3053	55649380E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CCI1518	55190291E	5207/0	07/08/2014	R\$ 53,20	169
CHA7788	55654205E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CIG0017	55652668E	5541/2	28/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CII2220	55051742E	7366/2	05/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
CKN7541	55652912E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CKZ2055	55649738E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CLW4582	55653600E	5541/2	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
COP2846	55050852E	6050/1	21/07/2014	R\$ 191,53	208
COZ0666	55050889E	5541/1	24/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CQE8004	55040326E	5541/1	22/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CRU6667	55653169E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CSF9304	55050899E	5550/0	24/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
CTR6706	55653816E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CVL6182	55051318E	6041/2	30/07/2014	R\$ 127,69	207
CVM5035	55652706E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CVM5035	55653490E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CWI4611	55653065E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CXV0731	55650136E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CYB9522	55652644E	5541/2	28/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DAI7114	55649855E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DAM9710	55050552E	5541/5	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DBE5848	55040800E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
DCQ7955	55651518E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DCX6938	55652685E	5541/2	28/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DDU1812	55051262E	5541/6	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DDZ6648	55051712E	5541/6	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DEB3234	55653213E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DEJ1284	55650324E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DFR1080	55650474E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DFR4340	55650209E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DGZ2442	55654706E	5541/2	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DHQ8398	55655404E	5541/2	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DKT6292	55047851E	5541/6	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DNS6255	55187319E	5185/1	03/06/2014	R\$ 127,69	167
DPN2045	55649290E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DQD8495	55653274E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DQD8495	55653569E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DST7641	55653194E	5541/2	05/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DTB2602	55049035E	5541/6	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EAE5881	55652889E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EBM8495	55040383E	6050/1	30/07/2014	R\$ 191,53	208
EBZ8985	55652981E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EFB5755	55655744E	5541/2	09/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EMH6647	55652974E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EQN2725	55051571E	7366/2	01/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
EQQ7595	55652819E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ETG7122	55051372E	7366/2	30/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
ETS5961	55650958E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ETS5961	55651096E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EYW6476	55652783E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EZT4180	55051246E	7366/2	30/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
FAJ7331	55051027E	7366/2	23/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
FAR8039	55049055E	5550/0	29/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
GIL4044	55187522E	5835/0	23/05/2014	R\$ 127,69	195
GSH8057	55652397E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
GUR8007	55049581E	5185/1	18/07/2014	R\$ 127,69	167
GUR8007	55653952E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
GUR8007	55654222E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HEE2189	55652986E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HEF9017	55649274E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HEF9017	55649944E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HEJ0624	55651484E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HFR3066	55653801E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HFR3066	55654003E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HKF8553	55048192E	5460/0	13/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HKT6696	55649107E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HNH5398	55653826E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HNZ8959	55650961E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HSB3837	55652760E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HUO1633	55653968E	5541/2	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HVN5192	55650341E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IAV6807	55653492E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IGF1330	55651749E	5541/2	12/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IJF3673	55653580E	5541/2	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IJF3673	55653636E	5541/2	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IJF3673	55653954E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IJF3673	55654131E	5541/2	04/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IJF3673	55654218E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IJF3673	55654362E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IKG9747	55654296E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IKS7418	55653704E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IKS7418	55653931E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IMX8983	55039747E	5991/0	25/02/2014	R\$ 191,53	206 * I
IMX8983	55039748E	5835/0	25/02/2014	R\$ 127,69	195
INJ0518	55651915E	5541/2	14/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
INZ2763	55051756E	6041/2	04/08/2014	R\$ 127,69	207
IOJ8140	55049948E	7366/2	10/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
JPJ5314	55649893E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JPP6700	55649937E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JPQ1710	55040333E	5568/0	26/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
JSP6361	55653657E	5541/2	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JVC8442	55651197E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JVV0724	55654653E	5541/2	26/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JWZ7507	55046342E	5550/0	28/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
JXN1369	55652858E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JYP2626	55224216E	5185/2	22/08/2014	R\$ 127,69	167
JZO0647	55190345E	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
JZO0647	55190348E	5193/0	07/08/2014	R\$ 191,53	168
KDT0801	55051230E	5851/1	28/07/2014	R\$ 85,12	197
KED3926	55652079E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KFA1426	55045898E	5185/1	12/07/2014	R\$ 127,69	167
KGZ8434	55649411E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KHH8504	55653206E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KHJ5000	55649064E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KKM8511	55653171E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KML4557	55653229E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KML4557	55653720E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KML4557	55654101E	5541/2	19/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KML4557	55654174E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KPB5144	55190812E	5193/0	04/08/2014	R\$ 191,53	168
LAK3692	55649020E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LBC8169	55649436E	5541/2	17/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LOH7839	55651214E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWS0979	55188918E	5185/1	25/07/2014	R\$ 127,69	167
LWY2216	55052019E	5541/1	12/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWY3263	55648787E	5541/2	10/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXA3997	55653871E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXB1856	55654012E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXB2724	55936848D	5207/0	14/06/2014	R\$ 53,20	169
LXB4710	55654754E	5541/2	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXD8695	55649625E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXE3196	55650785E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXI2562	55938686D	5185/2	23/06/2014	R\$ 127,69	167
LXN6359	55652241E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXQ2718	55651240E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXQ3316	55938970D	5347/0	08/08/2014	R\$ 85,12	178
LXQ4169	55649630E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXQ9000	55650657E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXS9134	55046347E	5207/0	30/07/2014	R\$ 53,20	169
LXX3630	55653425E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXY9181	55051785E	5509/0	07/08/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
LYB2915	55650395E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYC2121	55190061E	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167
LYC2897	55036432E	5452/1	18/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LYC5986	55649440E	5541/2	17/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYH5412	55187535E	5835/0	18/06/2014	R\$ 127,69	195
LYN1403	55648917E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYO2241	55050398E	5851/2	18/07/2014	R\$ 85,12	197
LYO5452	55653257E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYP3734	55649146E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYP3734	55649270E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYP4262	55654546E	5541/2	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYQ0364	55649712E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYQ1550	55648836E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYR0088	55188902E	5428/1	09/07/2014	R\$ 191,53	181 * V
LYR5675	55651939E	5541/2	14/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYR6555	55653428E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYR6555	55654354E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYT5546	55039341E	5550/0	09/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYU1170	55649554E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYU9123	55650117E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYX1866	55654437E	5541/2	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYY1268	55049568E	5991/0	11/07/2014	R\$ 191,53	206 * I
LYY1886	55037705E	5746/3	30/07/2014	R\$ 85,12	187 * I
LYY3578	55650095E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYZ3216	55043291E	5541/1	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZA7619	55045723E	6050/1	22/07/2014	R\$ 191,53	208
LZI5912	55653930E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZJ5253	55653445E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZK3580	55042657E	5835/0	31/07/2014	R\$ 127,69	195
LZK9670	55650466E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZM0972	55047594E	5452/1	03/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LZN0200	55648897E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZN4993	55652940E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZN7241	55653677E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZO3822	55046336E	5207/0	16/06/2014	R\$ 53,20	169
LZO4202	55187545E	5835/0	01/07/2014	R\$ 127,69	195
LZQ6131	55651169E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZT5364	55653192E	5541/2	05/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZT5364	55654120E	5541/2	19/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZT7740	55653021E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZU3694	55040382E	5835/0	21/07/2014	R\$ 127,69	195
LZU3694	55935434D	5835/0	22/07/2014	R\$ 127,69	195
LZU3694	55935436D	7056/1	22/07/2014	R\$ 191,53	244 * III
LZW8321	55653793E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZX2909	55650211E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZZ1785	55653473E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAA4844	55651626E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAD2575	55938435D	5967/0	16/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
MAH2970	55649834E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAI1541	55048805E	5193/0	16/06/2014	R\$ 191,53	168
MAJ1809	55189556E	5568/0	19/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MAK4492	55655351E	5541/2	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAL4794	55653718E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAL7242	55047966E	5991/0	04/06/2014	R\$ 191,53	206 * I
MAM1077	55047998E	7366/2	11/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MAM5841	55190094E	5185/2	06/08/2014	R\$ 127,69	167
MAM7263	55653526E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAM8156	55650350E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAN0853	55649296E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAN0853	55649510E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAN1403	55049371E	5541/6	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAN1403	55650906E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAO2663	55653129E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAP2105	55649991E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAQ5305	55047940E	5835/0	15/07/2014	R\$ 127,69	195
MAR5233	55648968E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAS0167	55190514E	5835/0	04/08/2014	R\$ 127,69	195
MAT5761	55047656E	7366/2	30/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MAT8525	55653550E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAV1566	55654697E	5541/2	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAV2793	55049439E	5568/0	07/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MAW5825	55047875E	5541/7	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAW8667	55190292E	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
MAX6930	55649536E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAY7012	55652774E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAZ0601	55654432E	5541/2	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBA2112	55930113D	6050/1	20/07/2014	R\$ 191,53	208
MBB6202	55653434E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBC4205	55649417E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD0952	55649315E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD4993	55650422E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD5967	55650307E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBE3840	55187640E	5835/0	03/08/2014	R\$ 127,69	195
MBF6822	55649780E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBK2074	55654160E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBK4738	55050003E	5460/0	05/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MBK4738	55189256E	5185/1	14/07/2014	R\$ 127,69	167
MBL3119	55650075E	5541/2	24/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBL9928	55653515E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBM3943	55036376E	5568/0	04/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MBM9800	55654688E	5541/2	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBN8961	55653470E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBO2742	55046386E	5835/0	14/07/2014	R\$ 127,69	195
MBO5593	55652611E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBP6804	55652045E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBR0916	55653896E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBR7644	55045429E	5550/0	26/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBT8883	55650478E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBU9697	55653524E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV5282	55652791E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV5282	55652994E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV5282	55653099E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV5539	55648792E	5541/2	10/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW6712	55190744E	5185/2	09/08/2014	R\$ 127,69	167
MBW7500	55652337E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW7500	55653310E	5541/2	08/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW7500	55653365E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW9185	55653350E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBX2181	55653761E	5541/2	30/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBX5565	55933131D	7528/1	04/06/2014	R\$ 0,00	95 * § 1º
MBX8527	55652284E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBX9630	55649449E	5541/2	17/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY5324	55655628E	5541/2	07/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY9063	55653795E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ9968	55648869E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA0511	55650045E	5541/2	22/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA6233	55049717E	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
MCA6233	55049721E	5185/1	16/07/2014	R\$ 127,69	167
MCA8873	55649680E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCB0041	55653233E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB0381	55051607E	7366/2	01/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCB0929	55050385E	5550/0	16/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCB3259	55650465E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB6784	55653438E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB9679	55653443E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCC3082	55650265E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCC4705	55048786E	5541/7	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCC5418	55654287E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCE5008	55224112E	5207/0	22/08/2014	R\$ 53,20	169
MCF1255	55648982E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCG1274	55651561E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCG9044	55651176E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCI7614	55651779E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCK7485	55649747E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCK8078	55649670E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCK9080	55050455E	5452/3	31/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCN6118	55049111E	5452/3	29/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCO4772	55653857E	5541/2	31/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCP3092	55649499E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ4444	55648980E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCR1442	55654220E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCR4000	55046979E	6050/1	10/06/2014	R\$ 191,53	208
MCR9604	55051363E	5541/1	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCS9336	55652532E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCU2883	55362939D	6050/1	18/08/2014	R\$ 191,53	208
MCU9475	55051315E	7366/2	30/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCV1243	55187528E	5835/0	27/05/2014	R\$ 127,69	195
MCV8669	55189853E	5185/1	17/07/2014	R\$ 127,69	167
MCW0089	55049314E	5541/1	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCW2634	55654525E	5541/2	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCW3225	55650692E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCW7958	55051366E	5541/1	30/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX0005	55051323E	6033/0	30/07/2014	R\$ 191,53	206 * V
MCX0323	55653873E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX0323	55654063E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX0323	55654719E	5541/2	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCX4352	55650233E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55652643E	5541/2	28/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55652803E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55653127E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55653204E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55653592E	5541/2	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55653782E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55653887E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55653919E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55654032E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55654316E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55654656E	5541/2	26/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCY4547	55650682E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCY4547	55652153E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCY4707	55650592E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ6861	55652508E	5541/2	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ7724	55653252E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDA1982	55653020E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDE6472	55652270E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDE8240	55652696E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDE9409	54625940C	7072/1	08/08/2014	R\$ 191,53	244 * V
MDF2465	55650026E	5541/2	22/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDG0631	55652436E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDG8847	55654533E	5541/2	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDI2476	55653337E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDI4781	55652670E	5541/2	28/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ5414	55651361E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ7009	55050561E	5541/6	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ7214	55653384E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDK1493	55040393E	5681/0	06/08/2014	R\$ 53,20	184 * I
MDK2317	55652913E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDK3762	55653164E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL1807	55653534E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL1807	55655594E	5541/2	07/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM1233	55051023E	5541/7	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM3276	55049391E	5550/0	18/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDN2164	55190166E	6122/0	25/08/2014	R\$ 191,53	214 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDP0062	55648842E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDQ5744	55047699E	5541/3	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR3626	55652558E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR4063	55653585E	5541/2	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR4114	55048810E	5185/2	24/06/2014	R\$ 127,69	167
MDR8374	55650979E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDU6183	55047684E	5541/1	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDU6183	55650264E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDU7319	55051308E	7366/2	29/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MDU7319	55654223E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDV3351	55649336E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDV4601	55649732E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDV6022	55654279E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDV7491	55653959E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDV9881	55051306E	5991/0	29/07/2014	R\$ 191,53	206 * I
MDW1698	55650918E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDZ7473	55189335E	5185/1	18/07/2014	R\$ 127,69	167
MEA6000	55047056E	5550/0	26/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEA9971	55223914E	5185/2	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MEB4776	55045340E	5967/0	04/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MEC2311	55653442E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MED6254	55654172E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MED7255	55652862E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MED9809	55189823E	5185/1	09/08/2014	R\$ 127,69	167
MEE0852	55653698E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE0937	55050357E	5550/0	11/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEE6267	55653527E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE7571	55648656E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE7571	55650245E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE9119	55047880E	7366/2	06/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEE9184	55649123E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEG4947	55649754E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEG8101	55650213E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEI4792	55932534D	6181/0	28/06/2014	R\$ 127,69	215 * II
MEI6471	55189697E	6050/1	07/08/2014	R\$ 191,53	208
MEI6471	55189698E	5835/0	07/08/2014	R\$ 127,69	195
MEI6760	55648738E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEI7025	55935218D	5525/0	11/07/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MEI7025	55935219D	5460/0	11/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MEJ1824	55649408E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEJ2289	55051771E	5991/0	05/08/2014	R\$ 191,53	206 * I
MEK8226	55649716E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEL1687	55655748E	5541/2	09/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEP0625	55650114E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEP3173	55051124E	5967/0	22/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
MEP9317	55657375E	5541/2	28/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MER4371	55653971E	5541/2	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MER6548	55051133E	5746/3	25/07/2014	R\$ 85,12	187 * I
MES9716	55654036E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU4697	55653394E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU4958	55050505E	5185/1	26/07/2014	R\$ 127,69	167
MEV0574	55049375E	5550/0	10/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEW4128	55040335E	5568/0	26/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MEW5518	55050764E	5550/0	21/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEW9248	55649234E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW9248	55649235E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW9248	55650320E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW9248	55650321E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX6523	55651769E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX8956	55651135E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ2202	55653653E	5541/2	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ2643	55653615E	5541/2	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ3575	55050287E	6041/2	22/08/2014	R\$ 127,69	207
MEZ7043	55652528E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ7043	55652531E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFA1506	55649886E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFA1506	55653725E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFA7468	55651638E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFD2210	55653748E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFD6599	55649204E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE0761	55651223E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE5462	55051043E	5541/6	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFF2345	55649073E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFG1385	55654047E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFG8661	55648779E	5541/2	10/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH0926	55051713E	5541/7	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH8984	55653695E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFI0912	55648841E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFI6229	55653339E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFJ6411	55652893E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFK6604	55654394E	5541/2	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFL7891	55654337E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM0584	55652768E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM1489	55050598E	5541/1	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFN9136	55653573E	5541/2	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFN9547	55050976E	6050/1	27/07/2014	R\$ 191,53	208
MFN9547	55653692E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFO4299	55654723E	5541/2	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFP1582	55649271E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFP6404	55653612E	5541/2	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFR0306	55047946E	5835/0	22/07/2014	R\$ 127,69	195
MFS0333	55652321E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFS0333	55652537E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFT5444	55650632E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFV0682	55364052D	6041/1	06/08/2014	R\$ 127,69	207
MFW1217	55050502E	6050/1	22/07/2014	R\$ 191,53	208
MFW1758	55650396E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFW2267	55649692E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY0209	55652715E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY0209	55654280E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY0209	55654400E	5541/2	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY8956	55653407E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA1599	55051214E	5991/0	25/07/2014	R\$ 191,53	206 * I
MGA2169	55051024E	7366/2	23/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGA7053	55651526E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA7053	55651570E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA7693	55048089E	7048/2	10/06/2014	R\$ 191,53	244 * II
MGB6304	55650604E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB8651	55048613E	6041/2	11/08/2014	R\$ 127,69	207
MGB8651	55654639E	5541/2	26/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGC1798	55051035E	7366/2	24/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGC8058	55651649E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD0585	55051409E	5193/0	01/08/2014	R\$ 191,53	168
MGD5474	55649701E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD5959	55654668E	5541/2	11/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGG7548	55652959E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGH6103	55653225E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI1098	55051719E	7366/2	04/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGI1098	55654193E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI5062	55653835E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGJ1212	55653044E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGJ7112	55653187E	5541/2	05/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK1372	55653469E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK4231	55649395E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK4231	55649775E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK8918	55050328E	7056/1	11/07/2014	R\$ 191,53	244 * III
MGL8865	55052229E	5720/0	20/08/2014	R\$ 127,69	186 * I
MGM1710	55050784E	5541/3	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGM2368	55189405E	5207/0	29/07/2014	R\$ 53,20	169
MGM2669	55047628E	6050/1	18/06/2014	R\$ 191,53	208
MGM6318	55651414E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGM7375	55653669E	5541/2	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN3935	55654332E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN4403	55650163E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN6451	55653019E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN8953	55650789E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN8953	55650999E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGP5106	55051348E	5991/0	01/08/2014	R\$ 191,53	206 * I
MGP8920	55050074E	5541/1	24/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGQ6951	55649088E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGQ7093	55649331E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR2779	55653595E	5541/2	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR6955	55652901E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR7098	55651574E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR7620	55650121E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGS1709	55049722E	7366/2	16/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGS4222	55654067E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGS8104	55650169E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGT1743	55653839E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGT7146	55190703E	6050/1	28/07/2014	R\$ 191,53	208
MGT9816	55648863E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGU1944	55653292E	5541/2	08/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGU1944	55653418E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGV3111	55654258E	5541/2	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGV9636	55653255E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGX0109	55649640E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGX5198	55936627D	7366/2	08/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGX6421	55047156E	5452/1	05/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGX9206	55652948E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGY6935	55653362E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGY6935	55653512E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ0243	55652606E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ1376	55189690E	5541/1	06/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ1836	55051356E	5550/0	29/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGZ2257	55652898E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ6492	55653891E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB2395	55050980E	5738/0	02/08/2014	R\$ 191,53	186 * II
MHC1127	55650360E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD8100	55652924E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD8152	55653606E	5541/2	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD8613	55048176E	5959/1	03/07/2014	R\$ 191,53	203 * IV
MHF2154	55046316E	5207/0	09/06/2014	R\$ 53,20	169
MHG5033	55935376D	6181/0	26/07/2014	R\$ 127,69	215 * II
MHG5770	55649201E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH3927	55648536E	5541/2	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH3927	55648640E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH9122	55653717E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ2320	55653119E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ5338	55654025E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ6249	55653599E	5541/2	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK8480	55051079E	7366/2	05/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHM4437	55655759E	5541/2	09/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHN0695	55050363E	6050/1	10/07/2014	R\$ 191,53	208
MHN4306	55652972E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHN4416	55652607E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHO3573	55652813E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP6161	55051321E	5991/0	30/07/2014	R\$ 191,53	206 * I
MHP7657	55047713E	5541/1	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP8138	55653219E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHQ9853	55040338E	5380/0	26/05/2014	R\$ 85,12	181 * I
MHR2139	55653078E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHW5132	55981993D	5541/2	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHW5245	55649868E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHW9366	55048308E	7366/2	12/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHW9366	55650187E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHX2645	55653957E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHX9608	55051063E	7366/2	29/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHY1814	55648898E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY1814	55649846E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY1814	55649852E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY1848	55649604E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ6722	55938897D	5185/2	26/06/2014	R\$ 127,69	167
MIA1996	55652758E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA1996	55652848E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA1996	55652887E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA1996	55653429E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA1996	55654202E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA1996	55654203E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIB5651	55651100E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIC3421	55655490E	5541/2	06/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MID3353	55654083E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE3840	55650662E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE9462	55051148E	5550/0	29/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIF2119	55652914E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF3142	55653419E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG2857	55650723E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG3400	55653003E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG4884	55649507E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH2517	55651310E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH6181	55653824E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MII3468	55653651E	5541/2	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ4723	55050352E	7366/2	10/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIK0453	55649951E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK1270	55653474E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIL1363	55652735E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIL5215	55653391E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIL5687	55046349E	5746/3	31/07/2014	R\$ 85,12	187 * I
MIM7790	55050869E	7366/2	22/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIO4556	55651575E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIO7859	55652713E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP1290	55653709E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP1669	55052008E	6050/1	08/08/2014	R\$ 191,53	208
MIP3971	55653848E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP8864	55650029E	5541/2	22/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP9878	55654319E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ4554	55051247E	7366/2	30/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIS2282	55367738D	5452/1	25/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIS3889	55651658E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT2809	55653165E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT3481	55938438D	5738/0	08/08/2014	R\$ 191,53	186 * II
MIU4373	55652152E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV4798	55654694E	5541/2	28/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIW2716	55649126E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX1698	55051377E	5541/7	31/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX5577	55650323E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIZ9361	55189903E	5967/0	21/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
MJA7243	55040700E	5207/0	11/04/2014	R\$ 53,20	169
MJA9395	55037478E	5568/0	29/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MJB0382	55051278E	7366/2	29/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJB0533	55652474E	5541/2	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB0533	55652631E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB5075	55050588E	5541/1	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC2717	55650545E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC3493	55654133E	5541/2	21/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC4265	55653663E	5541/2	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJD1415	55650817E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJD1458	55649544E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJD2385	55653583E	5541/2	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJD7359	55981689D	5541/2	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJD8516	55051014E	5541/6	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF3796	55051212E	7366/2	25/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJF3796	55051573E	7366/2	01/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJG4412	55653809E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH3643	55189551E	5550/0	15/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJH5131	55652648E	5541/2	28/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH6992	55649753E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH7614	55653989E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI7634	55649140E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI8093	55189462E	7366/2	15/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJI9017	55187417E	5541/6	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL0125	55044895E	5452/3	09/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJM0910	55653650E	5541/2	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJN8603	55654249E	5541/2	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP1323	55653542E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP1323	55654652E	5541/2	26/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP7712	55047376E	5541/3	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJQ7517	55936633D	5207/0	10/07/2014	R\$ 53,20	169
MJQ8447	55051380E	5541/6	31/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJT8626	55653179E	5541/2	05/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJU4206	55653279E	5541/2	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJU5397	55050870E	7366/2	22/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJV0077	55935375D	7366/2	26/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJW0291	55653520E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJW0309	55649450E	5541/2	17/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJW2162	55653652E	5541/2	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJW9416	55188059E	5541/5	18/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJX5736	55050730E	5991/0	21/07/2014	R\$ 191,53	206 * I
MJY5220	55649190E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJZ1353	55650025E	5541/2	22/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJZ4048	55651694E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJZ4048	55655327E	5541/2	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJZ6267	55046245E	7366/2	14/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKA1514	55649085E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKB1515	55051391E	5541/1	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKB2737	55047604E	5568/0	29/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MKB7950	55653487E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKB7950	55653521E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKC4032	55051555E	7366/2	29/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKC5017	55652790E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKD0622	55650933E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE1841	55653982E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKF1234	55051234E	5541/1	24/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKF3787	55224309E	5975/0	26/08/2014	R\$ 127,69	204
MKF4227	55933487D	5452/3	02/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKF7174	55652822E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ5653	55651702E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL6805	55650590E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL7920	55651652E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL7920	55651654E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL9330	55050594E	7366/2	21/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKM3054	55650293E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKN5527	55654027E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO0587	55652864E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO4479	55050456E	5550/0	01/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKO5629	55051734E	7366/2	05/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKP0778	55938515D	7366/2	06/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKP1686	55188702E	5568/0	22/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MKP4982	55038607E	5568/0	09/04/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MKP6378	55051833E	5991/0	05/08/2014	R\$ 191,53	206 * I
MKR4038	55650814E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKS2508	55653976E	5541/2	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKT0249	55653936E	5541/2	17/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV8877	55655192E	5541/2	04/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV9654	55044890E	6050/1	26/06/2014	R\$ 191,53	208
MKW2018	55191102E	6050/1	08/08/2014	R\$ 191,53	208
MKW2673	55654265E	5541/2	06/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MXK3173	55189354E	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
MXK8122	55653620E	5541/2	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKY5641	55047936E	5835/0	11/07/2014	R\$ 127,69	195
MLB0017	55050579E	7366/2	17/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLB0048	55650455E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLB8803	55653452E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLC3205	55651909E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLC5328	55652772E	5541/2	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLC7433	55651091E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLD3925	55653393E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLD9165	55655720E	5541/2	22/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLF7858	55650646E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLG5634	55653749E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLG6616	55047976E	6050/1	06/06/2014	R\$ 191,53	208
MLG8147	55651078E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLH3240	55652568E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLJ2415	55648984E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLK9597	55649287E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLL8396	55041895E	5550/0	22/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLM7391	55049578E	7366/2	14/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLN0608	55047100E	5550/0	02/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLN3080	55650202E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLN8700	55650695E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLN9155	55650199E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLP1878	55649841E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLR5985	55649047E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLS2507	55653776E	5541/2	16/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLS2883	55651776E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLS8953	55648985E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLV3516	55655382E	5541/2	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLV3516	55655384E	5541/2	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLV7233	55937433D	7366/2	26/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLV8792	55651947E	5541/2	14/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLW5613	55652302E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLX2271	55651958E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLX3495	55651067E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLY7874	55653763E	5541/2	30/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLZ2571	55649982E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLZ5900	55653313E	5541/2	08/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMA6910	55654091E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMB8135	55036337E	5568/0	23/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MMD2121	55653156E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMD4921	55651586E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMD6099	55652863E	5541/2	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMF3809	55653120E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMF5423	55049299E	5550/0	01/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MMH1843	55051119E	5541/1	24/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMJ4122	55051749E	7366/2	06/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MMK1525	55044893E	5720/0	04/07/2014	R\$ 127,69	186 * I
MML2950	55188496E	5185/2	02/08/2014	R\$ 127,69	167
MMM1187	55648986E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM1187	55650216E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MNM3328	55649572E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MNR2396	55654088E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MUO6770	55649388E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MVG7512	55653162E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MVZ3012	55653467E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MYE3803	55050310E	6041/2	07/07/2014	R\$ 127,69	207
MYE8076	55650227E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
NKW1390	55052049E	5452/1	17/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
NOY8028	55653570E	5541/2	11/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
OKE4045	55050392E	5967/0	15/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
OKE4045	55654024E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL NOTIFICAÇÃO N.34 1988/2014 - SETERB

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 10

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 034 1988/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABF2549	55190081E	6726/1	04/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
ABP3444	55190314E	5010/0	30/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
ABP3444	55190316E	6912/0	30/07/2014	R\$ 53,20	232
ACT7509	55187666E	6610/2	07/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
ADG8043	55188987E	6599/2	10/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
ADK2695	55189404E	6637/1	25/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AHT2532	55045620E	6637/2	26/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AIX2363	55048007E	6920/0	26/05/2014	R\$ 127,69	233
AJB0277	55048659E	6726/1	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
AJC9376	55186923E	5010/0	03/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
AJC9376	55186926E	6726/1	03/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
AJN5485	55051846E	6599/2	09/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
AJN5485	55051847E	5169/1	09/08/2014	R\$ 1.915,38	165
ALW5882	55187155E	6637/1	03/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AMB1512	55047149E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
AMJ4461	55933134D	6700/0	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
AOW1843	55045835E	6408/0	13/06/2014	R\$ 85,12	221
ARO7576	55190926E	6726/1	08/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
ASJ9898	55187390E	5045/0	16/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
ASO2327	55189544E	6700/0	28/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
ASO2327	55189545E	6912/0	28/07/2014	R\$ 53,20	232
AWM1961	55045343E	6408/0	05/06/2014	R\$ 85,12	221
BAQ0100	55041124E	5010/0	21/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
BAQ0100	55041125E	5118/0	21/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
BBB4234	55188975E	6912/0	08/07/2014	R\$ 53,20	232
BDA0610	55223924E	5045/0	23/08/2014	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BDA0610	55223925E	5142/0	23/08/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
BGA4034	55049158E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
BLX8339	55048777E	6920/0	18/06/2014	R\$ 127,69	233
BTA2822	55047916E	6637/2	12/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CDH3993	55048662E	6599/2	24/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
CGC0423	55189506E	6599/2	15/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
CHA7788	55046343E	6610/2	28/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
CJZ0292	55190272E	6556/1	04/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
CJZ0292	55190273E	6726/1	04/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
CJZ0292	55190274E	6637/1	04/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CRE5600	55044196E	6700/0	27/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
CRE5600	55044197E	6653/1	27/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
DBJ7697	55188695E	6726/1	10/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
DBR6500	55047779E	6920/0	28/05/2014	R\$ 127,69	233
DDU1812	55051263E	6408/0	28/07/2014	R\$ 85,12	221
DGD3386	55188106E	5045/0	29/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
DGD3386	55188107E	6610/2	29/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
DNS6255	55187315E	5045/0	03/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
DNS6255	55187316E	5142/0	03/06/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
DNS6255	55187317E	6556/1	03/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
DNS6255	55187318E	6653/1	03/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
DPQ1899	55049151E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
DVJ1685	55049892E	6602/0	24/07/2014	R\$ 191,53	230 * VI
EJE4513	55188605E	5010/0	17/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
HPH0259	55186789E	6610/2	25/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
HUI2233	55188588E	6912/0	30/06/2014	R\$ 53,20	232
ICD7215	55045995E	6912/0	04/06/2014	R\$ 53,20	232
IFP5574	55188610E	5010/0	18/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
IFP5574	55188611E	5118/0	18/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IFQ5954	55189548E	6912/0	28/07/2014	R\$ 53,20	232
IKO0501	55047138E	6599/2	05/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
IKO0501	55047142E	6912/0	05/06/2014	R\$ 53,20	232
IOF0670	55190978E	6726/1	22/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
JFA0104	55187364E	5045/0	12/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
JNK6043	55188146E	6599/2	30/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
JNO7999	55189536E	6912/0	23/07/2014	R\$ 53,20	232
JNO7999	55189537E	6726/1	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JPV6851	55190802E	6599/2	01/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
JUA0116	55048359E	6556/1	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
JYP2626	55224217E	6637/2	22/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
JYP2626	55224218E	6726/1	22/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
JZO0647	55190346E	6599/2	07/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
JZO0647	55190347E	6556/1	07/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
KVX1032	55190266E	6912/0	30/07/2014	R\$ 53,20	232
LBF5210	55048035E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
LEV0990	55186782E	5029/2	24/06/2014	R\$ 957,69	162 * II
LEV0990	55186783E	5126/2	24/06/2014	R\$ 957,69	164 c/c 162 * II
LWR8963	55187691E	6556/1	08/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
LWX5315	55050965E	5169/1	25/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LXB2724	55936847D	6653/1	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
LXG1122	55047899E	6920/0	06/06/2014	R\$ 127,69	233
LXG6436	55045836E	6726/1	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXI2562	55938687D	6912/0	23/06/2014	R\$ 53,20	232
LXI9368	55050122E	6599/2	28/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXI9368	55050123E	5045/0	28/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
LXI9368	55050124E	5142/0	28/07/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LXJ1101	55188470E	6726/1	15/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXK6652	55045431E	6599/2	30/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXL3172	55188782E	6556/1	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
LXT8784	55190508E	5010/0	02/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXT8784	55190509E	5118/0	02/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXU5019	55047489E	6726/1	02/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXU5687	55938528D	6408/0	12/06/2014	R\$ 85,12	221
LYL3519	55188498E	6726/1	02/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYO4405	55188519E	6726/1	04/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYO4405	55190903E	6556/1	04/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
LYO4405	55190904E	6610/2	04/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LYO4405	55190905E	6637/1	04/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LYR5675	55050289E	6599/2	25/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYU6230	55188638E	6556/1	30/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
LYZ7700	55188137E	5010/0	28/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYZ7700	55188139E	5118/0	28/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYZ7700	55188140E	6912/0	28/07/2014	R\$ 53,20	232
LYZ7700	55188141E	6726/1	28/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZD7679	55050804E	6599/2	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZD7679	55050805E	6556/1	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
LZD7679	55050806E	6726/1	19/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZE8781	55190685E	6599/2	08/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZJ1179	55188497E	5010/0	02/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZJ5253	55050879E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZJ5253	55050880E	6912/0	23/07/2014	R\$ 53,20	232
LZL6800	55188956E	6912/0	02/07/2014	R\$ 53,20	232
LZL9222	55047503E	6920/0	18/05/2014	R\$ 127,69	233
LZM9002	55190157E	6599/2	28/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZN9594	55050458E	6599/2	04/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZN9594	55050459E	5010/0	04/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZN9594	55050460E	6912/0	04/08/2014	R\$ 53,20	232
LZO8952	55050373E	6599/2	15/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZS4403	55188766E	6408/0	06/07/2014	R\$ 85,12	221
LZU2443	55045845E	6637/2	18/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LZV1261	55048762E	6920/0	05/06/2014	R\$ 127,69	233
LZW7780	55187393E	6726/1	16/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZW7780	55187394E	6769/1	16/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LZY9213	55050117E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAA6894	55047122E	5169/1	26/05/2014	R\$ 1.915,38	165
MAC4145	55938488D	5010/0	29/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAC4145	55938489D	5118/0	29/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAC4145	55938490D	6912/0	29/05/2014	R\$ 53,20	232
MAC4145	55938491D	6726/1	29/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAD6850	55189394E	6599/2	29/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAD6850	55189395E	5045/0	29/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MAD6850	55189396E	6726/1	29/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAF6995	55045999E	6556/1	05/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MAH3041	55047786E	6920/0	29/05/2014	R\$ 127,69	233
MAJ4962	55047765E	6920/0	28/05/2014	R\$ 127,69	233
MAJ8263	55938060D	6599/2	02/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAL3032	55187674E	5010/0	31/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAL3032	55187675E	5118/0	31/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAL3032	55187676E	6599/2	31/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAL3032	55187677E	6556/1	31/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MAL7242	55047967E	6912/0	04/06/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAL8893	55935380D	6599/2	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAL8893	55936580D	6912/0	03/08/2014	R\$ 53,20	232
MAL8893	55936581D	6556/1	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
MAW1193	55045826E	6599/2	06/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAW8667	55190293E	6556/1	07/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
MAX8349	55042181E	5045/0	22/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MAX8349	55042182E	5142/0	22/07/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MAX9511	55045777E	6599/2	26/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAY7524	55927590D	6599/2	13/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAY8730	55189708E	6556/1	31/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBA2112	55930120D	5045/0	20/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBB1430	55930840D	6912/0	14/06/2014	R\$ 53,20	232
MBB3211	55223584E	6610/2	19/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MBE3840	55187641E	6599/2	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBE3840	55187642E	5010/0	03/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBE3840	55187643E	5118/0	03/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBE9371	55188093E	6912/0	28/07/2014	R\$ 53,20	232
MBF4669	55938347D	6599/2	28/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBF4669	55938348D	5010/0	28/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBF4669	55938349D	6726/1	28/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBF4669	55938350D	5118/0	28/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBG3724	55189496E	6726/1	28/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBG3724	55189497E	6637/2	28/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBG9921	55050875E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBK3736	55191017E	5010/0	23/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBK3736	55191018E	5118/0	23/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBK3736	55191019E	6556/1	23/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBK3736	55191020E	6726/1	23/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBK3736	55191021E	6912/0	23/08/2014	R\$ 53,20	232
MBK4738	55189257E	7358/0	14/07/2014	R\$ 85,12	252 * V
MBK8011	55047494E	6726/1	02/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBK8011	55047495E	6912/0	02/06/2014	R\$ 53,20	232
MBN3218	55050721E	5045/0	19/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBN3218	55050722E	5142/0	19/07/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MBN3268	55186955E	6599/2	26/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBT9468	55049196E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
MBT9634	55189901E	5010/0	17/07/2014	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBU4370	55188001E	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBU4370	55188002E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBU7400	55935443D	6726/1	03/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBW7500	55190367E	6912/0	01/08/2014	R\$ 53,20	232
MBX1495	55049763E	6599/2	01/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBX1495	55049764E	5045/0	01/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBX1495	55049765E	5142/0	01/08/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MBZ5529	55189724E	6912/0	05/08/2014	R\$ 53,20	232
MCA6659	55187468E	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCA6659	55187469E	6408/0	12/06/2014	R\$ 85,12	221
MCE2034	55930848D	6912/0	21/06/2014	R\$ 53,20	232
MCE2034	55930849D	6637/2	21/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MCF1514	55188120E	5010/0	22/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCF1514	55188121E	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCF5192	55048768E	6920/0	17/06/2014	R\$ 127,69	233
MCG8926	55042829E	5118/0	31/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCH0748	55188637E	6556/1	30/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MCJ5317	55936564D	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCJ5317	55936565D	5061/0	21/06/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCN1471	55190707E	6726/1	01/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCN8497	55048407E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCR7809	55188315E	6637/1	02/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MCT1825	55190668E	6912/0	05/08/2014	R\$ 53,20	232
MCT5724	55188607E	5010/0	17/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCV1831	55187604E	5010/0	18/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCV1831	55187607E	6912/0	18/06/2014	R\$ 53,20	232
MCW1821	55047116E	6599/2	28/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCW7625	55050904E	6700/0	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MCY5397	55935441D	6726/1	02/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCY5397	55935442D	6610/2	02/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCY6620	55050961E	6610/2	17/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDB3044	55224219E	6912/0	22/08/2014	R\$ 53,20	232
MDB3044	55224220E	5010/0	22/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDE9409	54625936C	5118/0	08/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDE9409	54625937C	5010/0	08/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDE9409	54625938C	6912/0	08/08/2014	R\$ 53,20	232
MDE9409	54625939C	6912/0	08/08/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDF5813	55048526E	6599/2	02/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDI6212	55189624E	6726/1	17/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDJ2863	55044414E	6700/0	12/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MDN2313	55190258E	6637/2	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDN9337	55051059E	6670/0	28/07/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MDO7352	55364176D	6599/2	19/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDS6146	55187472E	7340/0	13/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MDT7821	55045642E	6726/1	02/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDT7821	55045643E	6637/2	02/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDU7319	55051309E	6610/2	29/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDV2293	55050807E	5118/0	19/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDZ5576	55188456E	6599/2	09/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDZ7473	55189336E	6602/0	18/07/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MEA1313	55047000E	5053/1	22/07/2014	R\$ 191,53	162 * VI
MEB8652	55364195D	6599/2	27/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MED1762	55048177E	5010/0	05/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MED1762	55048178E	5118/0	05/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MED1762	55048179E	6599/2	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MED1762	55048180E	6726/1	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MED3272	55049870E	6912/0	09/07/2014	R\$ 53,20	232
MEE6901	55188147E	6599/2	30/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEG4711	55049894E	6599/2	24/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEG5331	55047911E	6726/1	12/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEH0262	55047506E	6920/0	22/05/2014	R\$ 127,69	233
MEJ2289	55051772E	6556/1	05/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEK8226	55044989E	6726/1	30/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEL0873	55933145D	6726/1	06/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEM3095	55188267E	5010/0	16/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEM3095	55188268E	5118/0	16/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MER4371	55040737E	5010/0	09/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MER4371	55040738E	5118/0	09/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MER4371	55040739E	6599/2	09/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MER4371	55040740E	6602/0	09/08/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MEX1914	55044448E	6661/0	13/07/2014	R\$ 127,69	230 * XII
MFA9366	55188159E	5010/0	27/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFB9541	55048466E	6912/0	23/06/2014	R\$ 53,20	232
MFE5462	55190260E	6637/2	28/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFH6355	55190384E	6637/2	08/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFI2928	55048548E	6599/2	12/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFK0683	55047153E	6726/1	03/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFK7248	55190004E	6726/1	01/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFL9884	55188149E	5010/0	30/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFM0818	55938906D	6726/1	20/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFM3674	55190916E	6556/1	06/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
MFM4950	55932623D	6610/2	02/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MFO1425	55044993E	5045/0	02/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFP1601	55187846E	6599/2	14/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFP1601	55187847E	6912/0	14/07/2014	R\$ 53,20	232
MFR1165	55049024E	6912/0	03/07/2014	R\$ 53,20	232
MFS5674	55190268E	6637/2	31/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFT5444	55049604E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFV2807	55049895E	6700/0	24/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MFW2184	55190202E	6726/1	28/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFW7007	55189701E	6726/1	17/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFY8193	55050667E	6599/2	30/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFZ2857	55188792E	5045/0	18/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGA4359	55190821E	6912/0	05/08/2014	R\$ 53,20	232
MGC3835	55046091E	6661/0	26/05/2014	R\$ 127,69	230 * XII
MGC3835	55047463E	6602/0	26/05/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MGC3835	55047464E	6726/1	26/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGD8622	55188126E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGE0449	55188613E	6726/1	19/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGE8433	55188124E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGF0124	55189469E	6637/2	16/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MGK8918	55050329E	6653/1	11/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MGM2669	55047629E	6580/0	18/06/2014	R\$ 191,53	230 * IV
MGQ4332	55043671E	6670/0	08/07/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MGS5888	55189620E	6700/0	17/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MGU2682	55188851E	5010/0	02/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGW9334	55189533E	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGZ1376	55189691E	6726/1	06/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHF4313	55187039E	6912/0	12/06/2014	R\$ 53,20	232
MHF4313	55187040E	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHF5969	55046530E	6769/1	13/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHH7542	55187493E	6599/2	17/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHJ7162	55048428E	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHJ9787	55936236D	6556/5	22/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MHM7484	55050958E	5010/0	22/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHM7484	55050959E	5118/0	22/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHM7484	55050960E	5169/1	22/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MHO3141	55187720E	6653/2	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MHO3141	55187721E	6726/1	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHS4493	55044189E	6912/0	25/06/2014	R\$ 53,20	232
MHU8315	55047492E	5010/0	02/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHU8315	55047493E	5061/0	02/06/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHW2404	55045646E	6726/1	02/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHW2404	55045647E	6602/0	02/06/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MHW9366	55048309E	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIB3643	55189103E	6653/1	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MIG0558	55049153E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
MII5210	55049399E	6653/1	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MII5210	55049400E	6408/0	23/07/2014	R\$ 85,12	221
MIK3402	55045930E	6912/0	01/07/2014	R\$ 53,20	232
MIL5874	55051196E	5118/0	25/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIL9573	55933530D	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIL9573	55933531D	5118/0	04/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIR2467	55190341E	6610/2	07/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MIT6558	55936579D	6726/1	03/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIT7724	55190954E	6599/2	08/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIT7724	55190955E	6769/1	08/08/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MIU5122	55188102E	6912/0	12/06/2014	R\$ 53,20	232
MIU5122	55188103E	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIX0097	55186777E	5010/0	22/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIX0097	55186778E	5118/0	22/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIX0097	55186779E	6653/1	22/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MJA8414	55189670E	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJC4580	55048042E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
MJC6160	55043675E	6599/2	24/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJL7301	55050809E	6599/2	01/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJN1412	55047523E	6920/0	26/05/2014	R\$ 127,69	233
MJN4703	55044178E	6912/0	13/06/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJR2443	55933532D	5010/0	26/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJR2443	55933533D	6912/0	26/07/2014	R\$ 53,20	232
MJR2443	55933534D	6599/2	26/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJS7845	55048411E	6912/0	12/06/2014	R\$ 53,20	232
MJT3500	55933508D	6599/2	26/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJV6101	55036884E	6599/2	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJW5893	55188955E	6912/0	02/07/2014	R\$ 53,20	232
MJY1358	55189550E	6637/2	28/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MKD4395	55937838D	5010/0	16/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKG0148	55037589E	5045/0	30/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MKL0258	55188787E	6556/1	17/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MKL0258	55188788E	6726/1	17/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MKN2734	55189530E	5045/0	21/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MKN3783	55037677E	6599/2	07/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKP8412	54292267E	5010/0	19/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MLB6763	55048016E	6920/0	02/06/2014	R\$ 127,69	233
MLY3354	55190606E	6700/0	30/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MMM8553	55049638E	6912/0	24/07/2014	R\$ 53,20	232
MQC0934	55190671E	5010/0	06/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MXZ4849	55189726E	6599/2	05/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MYE3803	55049924E	7340/0	07/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MYE3803	55049973E	6637/1	07/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MYE3803	55049974E	6637/2	07/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
NEJ4992	55188046E	5010/0	11/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
NEJ4992	55188047E	5118/0	11/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 0121/2014

DECRETO 0121/2014

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Municipal nº 0353/2001 de 21.03.2001 e Lei Municipal nº 0658/2010, de 30.09.2010, etc...

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal da Alimentação Escolar, de acordo com a Lei Municipal nº 0658/2010, de 30.09.2010, terá a seguinte composição:

I - Um representante indicado pelo Poder Executivo

Titular: Denise Schussler Werter

Suplente: Marilei Medeiros Domingues de Souza

II - Dois representantes dentre as Entidades Docentes, Discentes ou Trabalhadores na Área de Educação.

Titular: Roseli Baade

Suplente: Joelma Antunes dos Santos

Titular: Albina Tomaz Berto Payerl

Suplente: Zenaide Kniss Felga

III - Dois representantes de Pais de Alunos

Titular: Josiane Fátima Gembro Lange

Suplente: Enir Rech Raitz

Titular: Elizângela Heinert

Suplente: Vanessa Oliveira

IV - Dois representantes indicados por Entidades Cíveis Organizadas, CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Titular: Soni Truppel

Suplente: Marise Erbs Pianesse

Titular: Claudio Samp

Suplente: Evaldo Boll

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 048/2011 de 20.10.2011 e Decreto nº 054/2012 de 05.09.2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de outubro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Decreto 0122/2014

DECRETO Nº 0122/2014.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.016 - Convênios Corpo de Bombeiros

(288) - 4.4.90.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 6.000,00

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação de 2014 do recurso 1.0000 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 03 de novembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Decreto 0123/2014

DECRETO Nº 0123/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e quatorze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), conforme segue:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.016 - Convênio Corpo de Bombeiros

(34) - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0361.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), como segue:

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO

01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.016 - Convênio Corpo de Bombeiros

(35) - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.0361.000000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 03 de novembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 0124/2014

DECRETO Nº 0124/2014.

Prorroga prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de outubro/2014 para 16.06.2014.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de outubro/2014 para o dia 17.011.2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 03 de novembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Portaria 0164/2014

PORTARIA 0164/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, com base no Artigo 52, Inciso I da Lei Orgânica Municipal e amparado no artigo 6º da Lei Complementar 008/99 de 17/11/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Gilson Junior da Silva, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete, a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 3º da Lei 0597/2008 de 09 de julho de 2008.

Braço do Trombudo, 03 de novembro de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28 2014PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2014

Página: 1/12

Número do Registro de Preços: 28/2014		Data do Registro: 03/11/2014		Válido até: 03/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bateria 110 AMP. (10732)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GTI	0	306,9957	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	EXTRA LIFE	0	350,8200	2
2	Bateria 160 AMP. (10733)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GTI	0	405,2344	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	EXTRA LIFE	0	480,0749	2
3	Bateria 180 AMP. (10734)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GTI	0	450,2604	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	EXTRA LIFE	0	521,6198	2
4	Bateria 60 AMP. (10743)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GTI	0	184,1974	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	EXTRA LIFE	0	203,1086	2
5	Bateria 45 AMP. (10744)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GTI	0	162,9124	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	EXTRA LIFE	0	170,7959	2
6	Motor partida 24 V (10746)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VALEO	0	905,8420	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	969,3819	2
7	MOTOR PARTIDA 12 V (10745)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	VALEO	0	658,1988	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2014

Página: 2/12

Número do Registro de Preços: 28/2014		Data do Registro: 03/11/2014		Válido até: 03/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Alternador 12 v 55 AMP. (10761)		AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	692,4157	2
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	550,1363	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	507,7715	2
9	Alternador 24 V 55 AMP. (11730)		XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	663,1108	1
		UND	AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	710,8801	2
			XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	1.118,6924	1
10	Alternador 24 V 90 AMP. (10763)		AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	877,0599	2
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	107,2438	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	101,5543	2
11	Estator 12V 55 AMP. (10764)		XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	136,3061	1
		UND	AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	133,8670	2
			XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	139,9901	1
12	Rotor 12 V 55 AMP. (10765)		AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	129,2509	2
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0		
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0		
13	Estator 24 V 55 AMP. (10766)		XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0		
		UND	AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0		
			XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2014

Página: 3/12

Número do Registro de Preços: 28/2014		Data do Registro: 03/11/2014		Válido até: 03/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Rotor 24 V 65 AMP. (10767)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOSCH	0	318,4569	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	156,9476	2
15	Porta escova. (10768)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIFAP	0	29,4716	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	UNIFAP	0	29,5431	2
16	Jogo de Reparo Alternador. (10769)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	G BUSCH	0	37,2488	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	GBUSCH	0	32,3127	2
17	Jogo de reparo Motor de Partida. (10770)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	G BUSCH	0	33,1555	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	GBUSCH	0	32,3127	2
18	Kit de Buchas para Motor de Partida. (10771)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	G BUSCH	0	17,1918	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	WAR	0	18,4644	2
19	Pinhão 101024. (10772)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZEM	0	45,8447	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	ZEN	0	50,7771	2
20	Pinhão 1010105. (10773)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZEM	0	46,2540	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2014

Página: 4/12

Número do Registro de Preços: 28/2014 Data do Registro: 03/11/2014 Válido até: 03/11/2015
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	ZEN	0	50,7771	2
21	Pinhão 35259938. (10775)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZEM	0	139,5807	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	ZEN	0	120,0187	2
22	Bubina de Campo 12 V. (10777)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BOBINAUTO	0	150,2232	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	120,0187	2
23	Rolamento 6203 (6097)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	SKF	0	12,2798	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	VTO	0	12,0019	2
24	Rolamento 62201. (10779)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	SKF	0	25,3783	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	VTO	0	27,8966	2
25	Automático 12 v. (11645)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZEM	0	75,7256	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	ZM	0	82,1667	2
26	Automático 24 v. (11646)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ZEM	0	88,4148	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	ZM	0	119,0955	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2014

Página: 5/12

Número do Registro de Preços: 28/2014 Data do Registro: 03/11/2014 Válido até: 03/11/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
27	Lâmpada H3 12 V. (11647)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLA	0	9,0052	1		
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	TESLA	0	11,0787	2		
28	Lâmpada H3 24 v. (11648)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLA	0	9,0052	1		
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	TESLA	0	13,3867	2		
29	Lâmpada 1141 12 v. (11649)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLA	0	2,4560	1		
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	OSRAM	0	3,2313	2		
30	Lâmpada 1141 24 v. (11650)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLA	0	2,4560	1		
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	OSRAM	0	3,6929	2		
31	Lâmpada 1034 12 v. (11651)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLA	0	2,4560	1		
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	OSRAM	0	4,1545	2		
32	Lâmpada 1034 24 v. (11652)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLA	0	4,9119	1		
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	OSRAM	0	5,5393	2		
33	Lâmpada 67 12 v. (11653)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLA	0	1,6373	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2014

Página: 6/12

Número do Registro de Preços: 28/2014 Data do Registro: 03/11/2014 Válido até: 03/11/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
34	Lâmpada 67 24 v. (11654)		AUGUSTINHO BOGO (6437)	OSRAM	0	2,3081	2		
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLA	0	2,8653	1		
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	OSRAM	0	3,2313	2		
35	Lâmpada H7 64210 NBP. (11655)								
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLA	0	12,2798	1		
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	TESLA	0	19,8492	2		
36	Lâmpada H4 64193 NBP. (11656)								
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	TESLA	0	12,2798	1		
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	TESLA	0	13,8483	2		
37	Rele pisca 12 v. (11657)								
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	13,0985	1		
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	DNI	0	13,8483	2		
38	Rele pisca 24 v. (11658)								
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	13,9171	1		
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	DNI	0	17,0796	2		
39	Farol F11 v. (11659)								
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	NINO	0	23,3317	1		
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	NINO	0	23,0805	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2014

Página: 7/12

Número do Registro de Preços: 28/2014			Data do Registro: 03/11/2014		Válido até: 03/11/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	Farol F 13 v. (11660)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	NINO	0	29,0623	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	NINO	0	29,5431	2
41	Farol FV2107. (11661)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	NINO	0	67,5391	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	NINO	0	73,8577	2
42	Rele Farol B135. (11662)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	BERGSON	0	40,5234	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	DNI	0	38,7753	2
43	Lanterna 15. (11663)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	22,9223	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	GF	0	25,8502	2
44	Lanterna 106. (11664)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	9,0052	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	GF	0	9,2322	2
45	Lanterna 163R. (11665)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	16,3731	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	GF	0	16,6180	2
46	Lanterna 174B. (11666)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	37,6581	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2014

Página: 8/12

Número do Registro de Preços: 28/2014		Data do Registro: 03/11/2014		Válido até: 03/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Mão de Obra (oficina). (8741)		AUGUSTINHO BOGO (6437)	GF	0	41,5449	2
		HR	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)		0	31,1089	1
		AUGUSTINHO BOGO (6437)	BOGO	0	40,8217	2	
48	INDUZIDO PERK A-123 (14831)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	161,0622	1
		AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	152,3314	2	
49	INDUZIDO 2F 12V A-121 (14832)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	173,6040	1
		AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	166,1798	2	
50	INDUZIDO BOCHINHO A-150 (14833)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	128,1195	1
		AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	120,0187	2	
51	INDUZIDO 2F 24V A-122 (14834)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	ARIELO	0	207,7583	1
		AUGUSTINHO BOGO (6437)	BIGOLIN	0	212,3408	2	
52	SUPORTE ESCOVA PERK (14835)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIPAF	0	29,8809	1
		AUGUSTINHO BOGO (6437)	UNIPAF	0	29,5431	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2014

Página: 9/12

Número do Registro de Preços: 28/2014		Data do Registro: 03/11/2014		Válido até: 03/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	SUPORTE ESCOVA GF (14836)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIPAF	0	23,7410	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	UNIFAP	0	23,0805	2
54	SUPORTE ESCOVA BOCHINHO (14837)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	UNIPAF	0	27,0156	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	UNIFAP	0	25,8502	2
55	REGULADOR 14V (14838)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	IKRO	0	37,6581	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	GAUS	0	35,0824	2
56	REGULADOR 28V (14839)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	IKRO	0	40,9328	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	GAUS	0	39,6985	2
57	RELE AUXILIAR 12V (14840)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	10,2332	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	DNI	0	11,5403	2
58	RELE AUXILIAR 24V (14841)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	DNI	0	11,0518	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	DNI	0	11,0787	2
59	BOTÃO TIC TAC (14842)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	MARILIA	0	8,5959	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2014

Página: 10/12

Número do Registro de Preços: 28/2014		Data do Registro: 03/11/2014		Válido até: 03/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	BOTÃO BUZINA IM 1036 (14843)		AUGUSTINHO BOGO (6437)	FACOBRAS	0	9,2322	2
		UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	MARILIA	0	9,8239	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	FACOBRAS	0	9,2322	2
61	LENTE GF 173 (14844)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	12,6892	1
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	GF	0	13,8483	2
62	LENTE GF 163 (14845)	UND	XANDE AUTO CENTER LTDA ME (8764)	GF	0	8,1866	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2014

Página: 11/12

Número do Registro de Preços: 28/2014		Data do Registro: 03/11/2014		Válido até: 03/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			AUGUSTINHO BOGO (6437)	GF	0	13,8483	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2014

Página: 12/12

Número do Registro de Preços: 28/2014		Data do Registro: 03/11/2014		Válido até: 03/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material elétrico e contratação de mão de obra para manutenção dos veículos e máquinas da Secretaria de obras do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2014
PROCESSO Nº 48/2014

(6437) - AUGUSTINHO BOGO
(8764) - XANDE AUTO CENTER LTDA ME

Braço do Trombudo, 3 de Novembro de 2014.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 43/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 43/2014 - Edital de Pregão Presencial nº 36/2014

Objeto: aquisição de veículo zero km. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 14/11/2014, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 07h00min às 13h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 225, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR nº 225, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera, acrescenta e revoga dispositivos legais das Leis Complementares números 136/08 (Código de Zoneamento e Uso do Solo), 139/08 (Código de Posturas Sustentáveis), e 140/08 (Código de Obras), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados os incisos VI, VII e XII do § 2º do art. 23; incisos I e VI do art. 24-A; art. 25 e seus §§ 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 8º com acréscimo dos incisos I, II e III e os §§ 9º e 10 com os incisos I a IV; art. 28 e seus incisos I, II, IV, V, VIII, X, XI, XII e XIII e revogado o inciso XIV; art. 30 e seus §§ 2º a 5º com inclusão dos incisos I, II e III, §§ 6º, 7º, 8º e 9º e revogado o § 10; art. 34 e seus incisos I, II e III com a inclusão dos incisos IV a VIII; art. 44, da Lei Complementar nº 136/08, alterada pelas Leis Complementares nºs 150/09 e 166/11, passando a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 23. ...
§ 2º ...
I - ...

VI - helipontos isolados fora do corpo das edificações principais;
VII - caixas de circulação de elevadores, e área técnica para condicionadores de ar;
XII - rampas de acesso para veículos e pedestres;

Art. 24 -A. ...
I - helipontos;

VI - rampas de acesso para veículos e pedestres, descobertas;

Art. 25. O número máximo de pavimentos permitidos para cada zona de uso e ocupação está previsto na Tabela 1, anexa a esta Lei e deve, simultaneamente, respeitar a Tabela 15 da Lei Complementar n. 136/08 alterada pela Lei Complementar n. 166/11, bem como a legislação específica de loteamentos e áreas residenciais oficiais.

§ 1º Para fins de definição do número máximo de pavimentos permitidos, a altura das edificações será medida a partir de cada ponto vértice da edificação até o topo da edificação, incluindo todos os pavimentos, inclusive garagens acima do nível do subsolo, sendo que para o caso específico da primeira altura de 10,00 m (dez metros), serão computados e poderão existir no máximo 3 (três) pavimentos, conforme os Desenhos 1 (1a, 1b e 1c) e 3 (3a, 3b e 3c) anexos a esta Lei e Desenho 4 da Lei Complementar n. 136/08 alterado pela Lei Complementar n. 166/2011.

§ 2º Será permitido uso, com ou sem permanência, acima da laje da primeira altura de 10,00 m (dez metros), conforme Desenho 4, sendo facultado mais 1,10 m (um metro e dez centímetros) para cumeeiras de telhado, platibandas e/ou guarda corpos nas divisas, podendo ser utilizado como terraço.

§ 3º A altura é computada, em direção perpendicular para cima, a partir de cada ponto-vértice da edificação do nível do terreno

atual (em seu perfil original, ou aterrado ou cortado), em relação ao nível dos terrenos e vias limítrofes, conforme Desenho 2 anexo a esta Lei.

§ 4º

§ 5º Fica definido como pé-direito: a altura medida do piso inferior acabado ao teto superior também acabado, com altura mínima de 2,60 m (dois metros e sessenta centímetros).

§ 6º Não será computado como pavimento o ático ou cobertura da última laje em até 50% (cinquenta por cento) de área construída, com altura máxima de 3,24 m (três metros e vinte e quatro centímetros), incluindo-se os telhados e/ou platibandas, desde que esta área seja de uso comum da edificação.

§ 7º

§ 8º O subsolo é o pavimento situado abaixo do nível do passeio público ou até 1,40 m (um metro e quarenta centímetros) acima do nível deste, conforme Desenho 2 anexo a esta Lei:

I - o subsolo será medido a partir de cada ponto vértice da edificação;

II - o subsolo deverá estar situado dentro da primeira altura de 10,00 m (dez metros) da edificação;

III - o subsolo não será computado como pavimento e sob hipótese alguma poderá avançar sobre o afastamento frontal.

§ 9º Quando o espaço de subsolo estiver confinado para dentro do terreno, sem ventilação e sem iluminação, não poderá ser utilizado com uso permanente.

§ 10. Comprovada em documento técnico fundamentado e aprovada por órgão competente, poderá ser descomputada a área projetada sob pilotis, em áreas com alicive ou declive com inclinações superiores a 25% (vinte e cinco por cento) em seu perfil original, ou em áreas sujeitas a alagamentos:

I - a área projetada sob pilotis não poderá ter fechamentos laterais e configurar como área de uso permanente;

II - o perfil original do terreno não poderá sofrer modificações, salvo para edificação de acessos e circulações necessárias;

III - no caso do fechamento da área projetada sob pilotis para uso permanente, deverá ser alterado/complementado o Projeto e realizada a aprovação junto à Prefeitura, sendo este computado como área construída;

IV - não será permitido o fechamento e a consequente regularização da área projetada sob pilotis quando esta estiver em áreas sujeitas a alagamentos.

Art. 28. Nos espaços livres "non aedificandi" definidos como afastamentos frontais, laterais e de fundos, desde que seja respeitada a taxa mínima de permeabilidade no terreno, poderão ser realizadas as seguintes obras:

I - muro de vedações dos terrenos, com altura máxima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) a partir do nível do terreno atual (em seu perfil original, ou aterrado ou cortado) em relação ao nível dos terrenos e vias limítrofes; no caso de muro de arrimo ou estrutural somente em casos com justificativa técnica fundamentada com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT);

II - vagas de estacionamento descoberta;

III -

IV - abrigos para gás combustível;

V - piscinas no afastamento lateral e fundos, exceto sobre faixas sanitárias;

VI -

VII -

VIII - casas de transformadores elétricos, sendo vedada no recuo frontal;

IX -

X - rampas de acesso para veículos/pedestres e escadas de acesso para pedestres sem cobertura, deverão recuar 2 m (dois metros) a partir da linha de muro frontal;

XI - área de recreação sem cobertura;

XII - marquises, pergolados, beirais, brises-soleils, elementos decorativos e similares, com projeção de até 1,20 metros (um metro e vinte centímetros);

XIII - jardins.

Art. 30. Nas novas edificações, serão obrigatórias áreas de estacionamento para veículos e respectivas áreas de manobra no interior dos imóveis, conforme artigo 51 da LC 140/2008 e Tabela 12 anexa a esta Lei.

§ 1º

§ 2º Quando, no mesmo terreno existirem usos e atividades diferentes, o número de vagas exigidas será igual a soma das vagas necessárias para cada uso e atividade e deverão estar identificadas no projeto e demarcadas no local, separadamente.

§ 3º Quando as vagas forem internas à edificação e se destinarem a diferentes usos, deverão ter acesso livre e espaço restrito a estacionamento, não conflitando com outros usos internos.

§ 4º Não serão computadas como área construída para fins de cálculo de vagas de estacionamento as áreas técnicas das edificações como casas de máquinas, gás, condicionador de ar, transformadores, lixeira e as áreas de estacionamento.

§ 5º Quando houver reforma, alteração de área construída e/ou uso em edificações existentes, a obrigatoriedade de vagas de estacionamento incidirá como segue:

I - no caso de reformas sem acréscimo de área e sem alteração de uso, não serão exigidas novas vagas de estacionamento, mantendo-se as vagas existentes;

II - no caso de reformas com acréscimo de área e alteração de uso serão exigidas vagas de estacionamento de acordo com a área total do empreendimento;

III - no caso de reformas sem acréscimo de área, com alteração estrutural da edificação e alteração de uso, serão exigidas vagas de estacionamento de acordo com a área total do empreendimento.

§ 6º As vagas de estacionamento estabelecidas pelo presente artigo, exceto as vagas básicas residenciais, terão acesso público

garantido e gratuito, mantidas as responsabilidades do titular do imóvel ou do locatário do mesmo quanto à segurança dos veículos.

§ 7º O estabelecimento de usos e horários especiais, bem como a exclusividade de estacionamento em vias e logradouros públicos somente se dará por lei municipal específica, ficando revogadas todas as exclusividades admitidas anteriormente a esta Lei, ainda que em decorrência de costume.

§ 8º Ficam mantidas as áreas específicas destinadas aos taxistas e as chamadas áreas azuis de estacionamento regulamentado assim estabelecidas em Lei Municipal.

§ 9º Excetua-se do disposto no § 7º deste artigo, a exclusividade de estacionamento aos portadores de deficiência física que será regulamentado pelo Executivo Municipal, por meio de Decreto, ouvido a associação representativa dos portadores de deficiência. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 166/2011)

Art. 34. Os rebaixos de meio fio bem como a disposição das vagas de estacionamento paralelas e perpendiculares a via, deverão obedecer os desenhos 5a, 5b, 5c, 6, 7, 8 e 9 anexos a esta lei e o seguinte:

I - o rebaixo do meio fio para acesso de veículos ou o somatório destes, não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da testada do imóvel e nem ultrapassar os limites do imóvel;

II - o somatório dos rebaixos do meio fio poderão chegar a 75% (setenta e cinco por cento) do total da testada do imóvel, quando se tratar de rebaixos para acesso veicular à casas geminadas;

III - os rebaixos de meio fio deverão manter entre eles a distância mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

IV - os postos de combustíveis e edificações de uso industrial deverão manter a distância mínima de 5,00 m (cinco metros) entre os rebaixos de meio fio e de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) dos rebaixos de meio fio até os limites dos imóveis;

V - os rebaixos do meio fio poderão ter comprimento máximo contínuo de 15,00 m (quinze metros);

VI - o passeio recuado para disponibilizar vagas paralelas e/ou perpendiculares a vias públicas, deverá respeitar a mesma largura definida pelo gabarito da via em questão;

VII - deverá ser garantido o recuo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) entre as vagas e o alinhamento da edificação;

VIII - em lotes de esquina, os rebaixos de meio fio deverão respeitar a distância de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de afastamento do raio de intersecção das vias.

Art. 44. Nos lotes de esquina, a intersecção dos dois alinhamentos de muro se dará por um arco de círculo de no mínimo 6,00 m (seis metros) entre as vias."

Art. 2º Fica alterado o Parágrafo Único do art. 6º para § 1º e acrescentados os §§ 2º, 3º e 4º, na Lei Complementar nº 139/2008, alterada pelas Leis Complementares nºs 150/09, 195/12 e 211/13, com as seguintes redações:

"Art. 6º
I -

II -
III -
IV -
§ 1º A carga e descarga de materiais deverá ser feita diretamente no interior dos lotes, salvo nos casos regulamentados por Lei específica.

§ 2º Poderá ser concedida, em caráter precário e tempo determinado, autorização para uso dos espaços públicos, exceto em passeios públicos, quando a atividade for de bar, restaurante e similares, mediante termo de compromisso, garantindo no mínimo 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de passagem livre e contínua para circulação de pedestres.

§ 3º A autorização para uso do espaço público para atividades destinadas a bar, restaurantes e similares será expedida por órgão competente e levará em consideração critérios que garantam o menor transtorno ao meio público.

§ 4º O mobiliário e equipamentos a serem utilizados sobre os espaços públicos deverão ser móveis e não poderão permanecer sobre o espaço nos horários em que o estabelecimento permanecer fechado."

Art. 3º Ficam alterados o caput do art. 6º; §§ 1º e 2º do art. 14; art. 43-A e seus incisos III a VII e revogados os incisos VIII e IX; os incisos I a V do art. 46, acrescentando o Parágrafo Único e revogados os §§ 1º e 2º; art. 51, revogados os §§ 1º a 4º e acrescentado o Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 140/08, alterada pelas Leis Complementares nºs 166/11 e 175/11, passando a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 6º Dependem de nova aprovação e licenciamento, as modificações de projeto aprovado e/ou reformas de edificações que impliquem em alteração da área total e ou modificação do uso, nas dimensões, na altura e na forma externa da edificação, ou que promovam mudanças nos projetos complementares exigidos para aprovação.

Art. 14. ...

§ 1º Para cada etapa que demande projeto específico e sua execução, deverá haver uma Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), contendo os respectivos códigos a cada atribuição profissional exigida.

§ 2º Os compartimentos de permanência prolongada deverão possuir abertura para ventilação, iluminação e insolação de forma direta com o exterior; os compartimentos de permanência transitória poderão possuir abertura para ventilação de forma indireta com o exterior, através de dutos ou equipamento mecânico; os compartimentos de utilização especial, como câmaras escuras, closets, frigoríficos, depósitos, subsolos e outros, dispensam qualquer tipo de ventilação.

Art. 43-A. As residências geminadas deverão possuir testada mínima de 4,00 m (quatro metros) por unidade habitacional, desde que atendam aos seguintes requisitos:

I -
II -
III - possuir todos os compartimentos habitáveis com iluminação e ventilação naturais;
IV - as paredes de divisão entre as unidades deverão ter no mínimo 0,20 m (vinte centímetros) de espessura e deverão ser erguidas até o ponto mais alto da estrutura da cobertura vizinha;
V - ter no máximo 2 (dois) pavimentos;
VI - todas as unidades habitacionais deverão ter frente para via pública com acessos individuais e independentes;
VII - fossas/filtros anaeróbios e medidores individuais de energia e água e demais redes.

Art. 46.

I - área mínima do terreno a partir de 1.500 m² (hum mil e quinhentos metros quadrados);

II - Vedado a instalação em áreas confrontantes com unidades de saúde e de educação e destas unidades até os postos de combustíveis;

III - os tanques e as bombas de combustíveis deverão possuir afastamentos mínimos frontais e de divisas de acordo com a Norma dos Bombeiros e da Agência Nacional do Petróleo ANP;

IV - construção de instalação sanitária com chuveiros para uso dos empregados e, em separado, construção de instalações sanitárias franqueadas ao público separadas para ambos os sexos;

V - muros divisórios com altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

Parágrafo único. Os atuais Postos de Abastecimento de Combustíveis instalados em áreas não permitidas pelo zoneamento, poderão realizar reformas, sem ampliação de área, podendo transferir o empreendimento somente para Zonas em que se permita a atividade em questão.

Art. 51.

TIPO DE VEÍCULO (TP)		VAGAÁREA DE MANOBRA OU CIRCULAÇÃO (m) Comprimento (m)Largura(m)30°					
		45°					
		60°					
		90°					
TP 1	Moto/Bicicletas	2,00	1,00	2,00	2,75	2,00	2,75
TP 2	Automóveis	4,80	2,40	3,30	3,80	4,50	5,00
TP 3A	Com carga até 4t - 4000Kg	7,00	3,00	3,50	4,70	5,50	8,00
TP 3B	Com carga maior que 4t - 4000Kg	11,00	3,50	3,70	5,70	6,50	13,00
TP 4	Ônibus	13,00	5,40	4,70	8,20	10,50	15,00

Parágrafo único. Ficam definidas como "vagas básicas", no uso residencial, as vagas de estacionamento destinadas às unidades habitacionais; e nos demais usos, as vagas destinadas aos funcionários do empreendimento e ao público que utilizará o serviço, e ficam definidas como "vagas adicionais" a vaga de estacionamento destinada a veículos de carga e descarga, a de embarque e desembarque e a de visitante; estando a proporção das vagas estabelecidas na Tabela 12 anexa a esta Lei."

Art. 4º Ficam acrescentados a Lei Complementar nº 136/08, alterada pelas Leis Complementares nºs 150/09 e 166/11, os §§ 3º e 4º ao art. 13; o art.13-A; e os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 29, com as seguintes redações:

"Art. 13.

§ 1º

§ 2º

§ 3º As atividades que já estiverem estabelecidas em determinado endereço comprovadamente por mais de 01 (um) ano, quando solicitarem alterações contratuais que não incluam outras atividades, terão sua viabilidade deferida por questões de consolidação.

§ 4º Quando houver solicitação de inclusão de novas atividades não permitidas ao zoneamento da área, deverá ser comprovada a existência de atividades similares (da mesma categoria) por mais de 05 (cinco) anos no mesmo endereço.

Art. 13-A. Ficam criados os Corredores de Serviço que são as vias que cortam as diversas zonas, interligando-as, possibilitando aos imóveis lindeiros o uso do comércio, serviços e indústrias, estando localizados de acordo com o mapa 04 anexo a esta lei e sendo classificados como:

I - Corredor de Serviço 01 (CS1) - Rodovia Ivo Silveira, Rodovia Antônio Heil e SC 486, dentro do perímetro urbano - usos adequados até as atividades NC2-c de porte grande;

II - Corredor de Serviço 02 (CS2) - Avenida Guilherme Wegner, Rua São Pedro até o limite do perímetro urbano, Rua 1º de Maio, Rua Florianópolis e Rua Augusto Klapoth até o limite do perímetro urbano - usos adequados até as atividades NC2-c de porte médio.

Art. 29.

§ 1º Serão considerados materiais permeáveis, o pedrisco, brita, a grama/vegetação e similares, e o paver drenante.

§ 2º 75% (setenta e cinco por cento) da taxa de permeabilidade natural de 15% (quinze por cento) exigida deverá ser tratada como área verde.

§ 3º As áreas de estacionamento descobertas não poderão estar projetadas sobre a área permeável."

Art. 5º Ficam acrescentados a Lei Complementar nº 140/08, alterada pelas Leis Complementares nºs 166/11 e 175/11, os §§ 6º e 7º ao art. 3º; §§ 3º e 4º ao art. 6º; § 3º ao art. 14 e parágrafo único ao art. 15, com as seguintes redações:

"Art. 3º

I -

§ 6º O Alvará de Construção para edificações novas, reformas ou ampliações, seja para qual for o uso requerido, não dá direito de aprovação posterior de Alvará de Localização e Funcionamento.

§ 7º Os projetos elaborados pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, de qualquer nível, deverão também se enquadrar nos dispositivos da presente Lei.

Art. 6º

§ 3º No caso de reforma, sem alteração de área construída, como repintura, recuperação, troca de revestimentos, desde que não haja alteração estrutural e alteração de uso, não será requerido autorização/Alvará de Construção;

§ 4º No caso de desmembramentos em lotes com edificações existentes, a parcela remanescente e a parcela a desmembrar deverão respeitar conjuntamente a Tabela 1 - Índices Urbanísticos, Uso e Ocupação do Solo, Tabela 12 - Tabela de Estacionamentos, anexas a esta Lei, bem como as demais exigências constantes no Plano Diretor de Brusque.

Art. 14.

§ 3º Locais com atendimento público e/ou permanência de pessoas deverá haver banheiros acessíveis.

Art. 15.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, poderá ser concedida autorização para colocação de tapumes no passeio, desde que se garanta a livre e contínua circulação de pedestres com no mínimo 1,00 m (um metro) de largura livre, com projeção da proteção sobre o passeio, de acordo com a NR 18."

Art. 6º Os Desenhos 1a, 1b, 1c, 2, 3a, 3b, 3c, 5a, 5b, 5c, 6, 7, 8, 9, Mapas 2, 3, 4 e 5, Tabelas 1, 12, 14 e 16 passam a vigorar conforme os Anexos desta Lei.

Art. 7º As consultas de viabilidade dentro do prazo de sua validade e os processos administrativos em trâmite perante o Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade, cuja entrada tenha se dado até o início da vigência da presente Lei poderão ser analisados e aprovados de acordo com a legislação anterior.

Art. 8º Ficam revogados os artigos 37, 38 e 39 da Lei Complementar nº 136/08, alterada pelas Leis Complementares nº 150/09 e 166/11; o parágrafo único do art. 44 e o inciso II do art. 45 da Lei Complementar nº 140/08, alterada pelas Leis Complementares nºs 166/11 e 175/11.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2014

PREGÃO nº 105/2014

Processo Licitatório nº 173/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de show pirotécnico para a abertura do natal e réveillon do Município.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 18/11/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 30/10/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 174/2014

PREGÃO nº 106/2014

Processo Licitatório nº 174/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de estojos e mochilas escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 21/11/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do

site: www.brusque.sc.gov.br. 03/11/2014

GLEUSA LUCI FISCHER
Secretária de Educação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/2014

PREGÃO nº 112/2014

Processo Licitatório nº 187/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de materiais elétricos e decorativos para iluminação natalina.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 17/11/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 30/10/2014

GILMAR VILAMOSKI
Secretário de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 190/2014

PREGÃO nº 115/2014

Processo Licitatório nº 190/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de carreta para transporte de mini pá carregadeira.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 25/11/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 03/11/2014

GILMAR VILAMOSKI
Secretário de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2014

PREGÃO nº 116/2014

Processo Licitatório nº 193/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de uniformes escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 20/11/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 03/11/2014

GLEUSA LUCI FISCHER
Secretária de Educação

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 016/2014, em 17/10/2014. Objeto: aquisição de agulhas para coleta de múltipla a vácuo, coletores infantis e reagentes para teste laboratoriais, acompanhados de equipamentos analógicos para hematologia e imunologia. Valor: R\$ 607.240,00. Origem: Pregão nº 014/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Ana Beatriz Baron Ludvig

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2014 - FMS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 017/2014 - FMS, em 24/10/2014. Objeto: aquisição de medicamentos manipulados. Valor: R\$ 26.005,00. Origem: Pregão nº 018/2014 - FMS. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Ana Beatriz Baron Ludvig

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 054/2014, em 17/10/2014. Objeto: aquisição de defensas e lixeiras metálicas. Valor: R\$ 252.000,00. Origem: Pregão nº 046/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 055/2014, em 15/10/2014. Objeto: aquisição de eletrodomésticos e eletrônicos. Valor: R\$ 339.016,10. Origem: Pregão nº 061/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 056/2014, em 23/10/2014. Objeto: aquisição de materiais e equipamentos elétricos para enfeites de natal, iluminação de esculturas e manutenção de ruas do município. Valor: R\$ 512.488,40. Origem: Pregão nº 104/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 057/2014, em 23/10/2014. Objeto: aquisição de painéis de tela soldada. Valor: R\$ 249.000,00. Origem: Pregão nº 083/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 058/2014, em 21/10/2014. Objeto: aquisição de pisos intertravados de concreto, piso tátil alerta/direcional e meio fio de concreto, assentamento de pisos intertravados de concreto, assentamento de meio fio e demais fornecimentos integrados. Valor: R\$ 1.080.849,00. Origem: Pregão nº 085/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 059/2014, em 27/10/2014. Objeto: Aquisição de móveis (mobiliário) para instalações da Secretaria de Obras e Serviços. Valor: R\$ 74.990,00. Origem: Pregão nº 103/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: GILMAR VILAMOSKI.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 060/2014, em 15/10/2014. Objeto: Fornecimento e instalação de fossas sépticas e filtros anaeróbios, em um prazo que se estende por 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. Valor: R\$ 57.900,00. Origem: Pregão nº 092/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: MIRELA ZUCCO MULLER.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 061/2014, em 23/10/2014. Objeto: Locação de sanitários químicos portáteis e móveis, para utilização em diversos eventos a serem promovidos pela Prefeitura Municipal de Brusque, em um prazo que se estende por 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. Valor: R\$ 39.600,00. Origem: Pregão nº 086/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 062/2014, em 23/10/2014. Objeto: aquisição de totens de identificação, com instalação. Valor: R\$ 78.000,00. Origem: Pregão nº 086/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 063/2014, em 23/10/2014. Objeto: aquisição de uniformes. Valor: R\$ 324.069,05. Origem: Pregão nº 067/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 064/2014, em 30/10/2014. Objeto: aquisição de mudas de árvores, folhagens, flores, sementes, grama e insumos agrícolas. Valor: R\$ 382.749,60. Origem: Pregão nº 094/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 065/2014, em 31/10/2014. Objeto: aquisição de esquadrias de madeira, forros, laminados e madeiras diversas. Valor: R\$ 432.129,60. Origem: Pregão nº 093/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 032/2013 (FMS)

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 032/2013 (FMS), entre o Município de Brusque e a VD MANUTENÇÕES E REPARAÇÕES DE APARELHOS LTDA EPP, em 12/08/2014. Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DA CONTRATO Nº 032/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2013-FMS. Fundamento legal: artigo 57, inciso II c/c art. 55 III da Lei 8.666/93. Origem: PREGÃO nº 057/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 035/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 035/2013, entre o Município de Brusque e a LIQUIPEÇAS LTDA EPP, em 02/09/2014. Objeto: RENOVAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO 035/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 500092/2013. Fundamento legal: artigo 57 da Lei 8.666/93. Origem: PREGÃO nº 500092/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 036/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 036/2013, entre o Município de Brusque e o Banco Santander (Brasil) S/A, em 13/03/2014. Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DA CONTRATO Nº 036/2013 - CREDENCIAMENTO Nº 001/2013. Fundamento legal: artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: CREDENCIAMENTO Nº 001/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 115/2012

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 115/2012, entre o Município de Brusque e Banco Bradesco S/A, em 27/11/2013. Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DA CONTRATO Nº 115/2012 - INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2012. Fundamento legal: artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. Origem: INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: RAFAEL LUIZ PINTO

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 034/2012

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 034/2012, entre o Município de Brusque e o Banco do Brasil S/A, em 01/03/2014. Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DA CONTRATO Nº 034/2012 - CREDENCIAMENTO Nº 001/2012. Fundamento legal: artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: CREDENCIAMENTO Nº 001/2012. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 039/2013

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 039/2013, entre o Município de Brusque e a Solo Engenharia LTDA, em 22/08/2014. Objeto: ACRÉCIMO QUALITATIVO DOS SERVIÇOS QUE COMPÕE A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO 093/2013, EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA (PADRÃO FNDE) NA RUA THEODORO ALBRETCH, BAIRRO SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE BRUSQUE. Valor: R\$ 28.874,46. Fundamento legal: artigo 58, I da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preço nº 005/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 102/2012

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 102/2012, entre o Município de Brusque e a LIQUIPEÇAS LTDA EPP, em 03/10/2014. Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO 102/2012 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2012. Fundamento legal: artigo 57 da Lei 8.666/93. Origem: PREGÃO nº 113/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 039/2013

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 039/2013, entre o Município de Brusque e a Solo Engenharia LTDA, em 18/09/2014. Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 039/2013, EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA (PADRÃO FNDE) NA RUA THEODORO ALBRETCH, BAIRRO SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE BRUSQUE. Valor: R\$ 28.874,46. Fundamento legal: artigo 57, §1º, inciso I, c/c art. 65, §1º da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preço nº 005/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 039/2013

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 039/2013, entre o Município de Brusque e a Solo Engenharia LTDA, em 18/09/2014. Objeto: ACRÉCIMO QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS QUEM COMPÕE A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO 039/2013, EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA (PADRÃO FNDE) NA RUA THEODORO ALBRETCH, BAIRRO SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE BRUSQUE. Valor: R\$ 28.874,46. Fundamento legal: artigo 57, §1º, inciso I, c/c art. 65, §1º da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preço nº 005/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER

EXTRATO CONTRATO Nº 114/2014

Espécie: Contrato nº 114/2014, entre o Município de Brusque e MARIA BENVENUTTI CERVI, em 26/09/2014. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM ÁREA DE 520,00 m², LOCALIZADA NA RUA AFONSO PENA, 63 - CENTRO - BRUSQUE - SC, CUJA A FINALIDADE É IMPLANTAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL. Valor: R\$ 44.352,12 Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0025/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 12 MESES. Signatários: GLEUSA LUCI FISHER.

EXTRATO CONTRATO Nº 116/2014

Espécie: Contrato nº 116/2014, entre o Município de Brusque e LUIZ CIRILO NARCISO - ME, em 16/10/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (serviços de mão de obra e elétrica), BEM COMO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AOS VEÍCULOS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE. Valor: R\$ 430.000,00 Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 031/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 90 DIAS. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

EXTRATO CONTRATO Nº 117/2014

Espécie: Contrato nº 117/2014, entre o Município de Brusque e ARTE E VIGOR PANIFICADORA E MERCEARIA LTDA-ME, em 21/10/2014. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO, COM PREPARO E ENTREGA DE ALIMENTAÇÃO ACONDICIONADA EM EMBALAGENS ESPECÍFICAS. Valor: R\$ 534.000,00 Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: PREÇO PRESENCIAL nº 089/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 12 MESES. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

EXTRATO CONTRATO Nº 118/2014

Espécie: Contrato nº 118/2014, entre o Município de Brusque e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, em 21/10/2014. Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA DJ 03 (BEIRA RIO), BAIRRO DOM JOAQUIM, MUNICÍPIO DE BRUSQUE. Valor: R\$ 2.435.375,75 Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: CONCORRÊNCIA nº 011/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 20 MESES. Signatários: GILMAR VILAMOSKI.

EXTRATO CONTRATO Nº 120/2014

Espécie: Contrato nº 120/2014, entre o Município de Brusque e MECÂNICA NARCIDISEL LTDA - ME, em 23/10/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AOS VEÍCULOS PESADOS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE. Valor: R\$ 240.000,00 Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 032/2014. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 90 DIAS. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

PORTARIA Nº 9.414, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 9.414, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de EDUCADOR

FÍSICO e PSICÓLOGO, conforme abaixo nominados:

EDUCADOR FÍSICO
RODRIGO PEREIRA ROMERO
PSICÓLOGO
MARIA GABRIELA DE OLIVEIRA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de novembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE TRANSITO Nº50 1927 A 1936 /2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1927/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AER2113	54937305E	6599/2	22/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
AIC1144	54937309E	6670/0	22/06/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
AJD4925	55179283E	5169/1	05/07/2014	R\$ 1.915,38	165
AJD4925	55179284E	5045/0	05/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
ALX3455	55178758E	5010/0	18/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
APE2917	55178729E	6599/2	17/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
APE2917	55178730E	5010/0	17/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
BNX6918	54952813E	5010/0	15/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
BNX6918	54952814E	6610/2	15/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
BNX6918	54952815E	5169/1	15/06/2014	R\$ 1.915,38	165
BQR9055	55178870E	5045/0	29/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
CLM6797	55176913E	6912/0	10/06/2014	R\$ 53,20	232
CLM6797	55176914E	6610/2	10/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
CRE5822	55179263E	5169/1	14/06/2014	R\$ 1.915,38	165
DDW6603	55176927E	6610/2	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
DDW6603	55176928E	7340/0	11/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
DGA4615	55176944E	5045/0	11/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
DLF9543	55176457E	5169/1	15/06/2014	R\$ 1.915,38	165
GQN9812	55176945E	6726/1	12/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
GVP7255	54935901E	5037/1	27/05/2014	R\$ 574,61	162 * III
GVP7255	54935902E	5045/0	27/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
GVP7255	54935903E	6912/0	27/05/2014	R\$ 53,20	232
GVP7255	54935904E	5134/1	27/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * III
IAW9482	55176939E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
JRT0748	55530755D	6912/0	26/01/2014	R\$ 53,20	232
KKE7688	55176369E	5045/0	13/06/2014	R\$ 191,53	162 * V

1 / 5

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LOC0510	55176881E	6912/0	09/06/2014	R\$ 53,20	232
LWY4903	55176011E	6599/2	10/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWY4903	55176012E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWY4903	55176013E	5118/0	10/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXH2139	55176929E	7340/0	11/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
LXY0839	55179567E	6637/2	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXY0839	55179568E	5118/0	12/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYC7614	54825387E	6599/2	09/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYD1732	55179307E	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYG5833	55176936E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYI4450	55178659E	6599/2	18/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYQ1013	55177110E	6726/1	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZP6183	55177112E	6408/0	24/06/2014	R\$ 85,12	221
LZR6878	55176886E	6602/0	09/06/2014	R\$ 191,53	230 * VI
LZU2241	55176930E	6912/0	11/06/2014	R\$ 53,20	232
MAK7039	55177107E	6602/0	13/06/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MAQ9009	55177169E	6920/0	10/06/2014	R\$ 127,69	233
MAS4230	55178660E	5320/0	21/06/2014	R\$ 957,69	176 * V
MAS4230	55178661E	6599/2	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAY3413	55180554E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAY3413	55180555E	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBA6211	55177170E	6920/0	10/06/2014	R\$ 127,69	233
MBE2771	55176934E	6610/2	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MBI5701	54935338E	5010/0	06/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBI5701	54935339E	5118/0	06/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBM2343	54951524E	6599/2	23/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBN6807	55176389E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBP1815	55176459E	6769/1	20/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MBS3934	54824778E	6599/2	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBT7723	54934277E	6599/2	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBU3697	54951589E	5169/1	16/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MBU8211	54933485E	6599/2	01/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBV6621	54935344E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBV6621	54935345E	5118/0	10/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBV6621	54935346E	6599/2	10/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBY4912	55179258E	6599/2	10/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCA3847	55179256E	6670/0	08/06/2014	R\$ 127,69	230 * XIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCJ2408	54933767E	6769/1	09/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MCK0473	55177161E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
MCL7259	54935966E	6912/0	20/06/2014	R\$ 53,20	232
MCQ6332	54935342E	6599/2	08/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCX6312	54824896E	6610/2	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCX6312	54824897E	6599/2	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDA4614	55176374E	6610/2	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDA5697	54825219E	6769/1	09/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MDC2453	55177933E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDC4326	54935329E	6599/2	06/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDC4326	54935330E	5010/0	06/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDC4326	54935332E	5118/0	06/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDL3388	55177205E	5010/0	05/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDL3388	55177206E	5118/0	05/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDL3388	55177207E	6726/1	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDN3056	54263045E	5169/1	15/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MDZ4167	55176368E	6912/0	13/06/2014	R\$ 53,20	232
MEB4619	54825227E	6637/1	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MED2579	55179104E	5274/1	09/07/2014	R\$ 191,53	175
MEE3122	54825166E	6610/2	15/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MEF0003	55176316E	6912/0	20/06/2014	R\$ 53,20	232
MEH0997	55176326E	6653/1	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MEN5042	54934585E	6610/2	24/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MER9047	54935341E	7340/0	08/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MES0041	55176366E	5010/0	13/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MES0041	55176367E	5118/0	13/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFA7731	55176898E	6599/2	10/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFA7731	55176899E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFA7731	55176900E	5118/0	10/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFA7731	55176904E	6912/0	10/06/2014	R\$ 53,20	232
MFG6666	54937003E	6599/2	28/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFL4109	55176365E	6599/2	13/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFL8499	54951863E	5010/0	25/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFL8499	54951864E	6599/2	25/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFN3951	54824670E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFQ2580	55176465E	6912/0	20/06/2014	R\$ 53,20	232
MFZ3762	55179340E	6726/1	20/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFZ4972	55178819E	6920/0	28/04/2014	R\$ 127,69	233
MGB4507	55176014E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGB4507	55176015E	5118/0	10/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGC7733	55176315E	6610/2	20/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MGE0661	55177182E	6920/0	13/06/2014	R\$ 127,69	233
MGJ4192	55176942E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGJ4192	55176943E	6408/0	11/06/2014	R\$ 85,12	221
MGQ0911	54824837E	6912/0	12/07/2014	R\$ 53,20	232
MHB8575	55177199E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
MHG6612	54937046E	6670/0	22/06/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MHH2934	54825284E	5118/0	08/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHH2934	54825285E	5010/0	08/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHO7876	55177151E	6920/0	05/06/2014	R\$ 127,69	233
MHQ5800	55176734E	5169/1	05/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MHQ5800	55176735E	5045/0	05/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHQ5800	55176736E	5142/0	05/07/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MHZ8028	55178723E	5010/0	13/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIC2021	55176372E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIC2021	55176380E	5282/0	14/06/2014	R\$ 957,69	176 * I
MIF9591	54937133E	6637/2	29/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MIG0520	55177162E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
MIJ1009	55176920E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIJ1009	55176921E	5118/0	10/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIJ1009	55176922E	6912/0	10/06/2014	R\$ 53,20	232
MIL8943	54825380E	6599/2	09/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIL8943	54825381E	5118/0	09/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJJ1177	54934138E	6670/0	11/05/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MJO1052	54934399E	6912/0	01/05/2014	R\$ 53,20	232
MJX9396	55176396E	7340/0	20/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MJY0214	55179317E	6726/1	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MKG5298	55177160E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
MKU9434	55177877E	6912/0	11/07/2014	R\$ 53,20	232
MKU9434	55177879E	7340/0	11/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MLE8855	55180059E	5010/0	13/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MLN0149	54263050E	6408/0	11/07/2014	R\$ 85,12	221
MMC8613	55178770E	5045/0	15/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MNT2553	54935199E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MUU4873	55179330E	6599/2	19/06/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1928/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEI1017	55533243D	7366/2	09/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AHU5050	54934966E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AKI6143	54934280E	5215/2	30/06/2014	R\$ 191,53	170
ALX3455	55178757E	5215/2	18/05/2014	R\$ 191,53	170
ALZ6521	54934889E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALZ6521	54937346E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ANI1409	54934984E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
APE2917	55178731E	5967/0	17/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
BNX6918	54824808E	5835/0	15/06/2014	R\$ 127,69	195
CRE5822	55179322E	5738/0	14/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
DCG1299	54825120E	5185/2	14/06/2014	R\$ 127,69	167
DHK7823	55179303E	5380/0	10/06/2014	R\$ 85,12	181 * I
DQH9501	54934801E	5550/0	27/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
EGW6495	55179320E	5193/0	13/06/2014	R\$ 191,53	168
EPF9861	54934786E	7366/2	06/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
HNZ9449	55179265E	5207/0	16/06/2014	R\$ 53,20	169
IGS2980	54084239D	5185/1	13/06/2014	R\$ 127,69	167
ITG9635	54937183E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JQH9181	55180353E	5185/2	09/05/2014	R\$ 127,69	167
KYP4064	54937208E	7366/2	25/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LWZ7376	55176468E	5185/2	22/06/2014	R\$ 127,69	167
LXH2139	54935395E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXI9796	54937033E	5452/3	17/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LXR5318	55176483E	5185/1	22/06/2014	R\$ 127,69	167
LXS7558	54935653E	5541/6	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXY0839	55176842E	5207/0	12/07/2014	R\$ 53,20	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXY0839	55179569E	5185/2	12/07/2014	R\$ 127,69	167
LXZ7940	54937078E	5550/0	06/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYK4079	54934895E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYO7124	54937349E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYT6294	55180066E	5207/0	06/07/2014	R\$ 53,20	169
LZK2468	54935228E	5568/0	19/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MAH4702	54935980E	5185/1	01/07/2014	R\$ 127,69	167
MAY2682	54934867E	5541/2	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBA8676	54934964E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD1087	54934875E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD1087	54937334E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE2771	55176933E	5185/1	11/06/2014	R\$ 127,69	167
MBL7843	55180057E	5452/4	18/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBM7374	54935428E	7366/2	17/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBP1815	55176458E	5185/1	20/06/2014	R\$ 127,69	167
MBQ1488	54937129E	5541/1	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBT7723	54934278E	5835/0	21/06/2014	R\$ 127,69	195
MCF8373	55178321E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
MCG2072	54937345E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCG9355	54934994E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCU3583	54934195E	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ6248	54935877E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDE8779	55177815E	5185/2	15/06/2014	R\$ 127,69	167
MDF8668	54934856E	5541/2	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDG6512	54937350E	5541/2	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ7924	54934670E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM0150	54823994E	5185/1	12/06/2014	R\$ 127,69	167
MDP9161	54935594E	5541/1	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDU4556	54934967E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE3122	54825165E	5185/1	15/06/2014	R\$ 127,69	167
MEF2405	55177006E	5800/0	17/06/2014	R\$ 127,69	192
MEH7707	54934797E	7366/2	08/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEJ5226	54934965E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEN9060	54933759E	5525/0	06/05/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MEQ1461	54934792E	5568/0	08/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MFK8703	54934988E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFN5997	54934758E	5185/1	30/06/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFN8540	54937254E	5452/1	28/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFQ2580	55176464E	5185/2	20/06/2014	R\$ 127,69	167
MFT8095	54937144E	5452/6	01/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFU8034	54937316E	5550/0	23/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGB6493	54934992E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB7433	54825121E	5185/1	14/06/2014	R\$ 127,69	167
MGH8784	55176717E	5207/0	18/06/2014	R\$ 53,20	169
MGN3895	54825376E	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
MGO0389	54934858E	5541/2	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO2585	54937211E	6050/1	25/06/2014	R\$ 191,53	208
MGP1922	54935558E	5185/1	11/05/2014	R\$ 127,69	167
MGS1200	54263046E	5967/0	21/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MGT0046	54933495E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGT7068	54933498E	7366/2	23/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGU0252	55176955E	5207/0	21/06/2014	R\$ 53,20	169
MGY0605	54935662E	5541/6	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB6773	54937038E	5541/6	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF8167	54935459E	7366/2	19/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHG6612	54937047E	5185/1	22/06/2014	R\$ 127,69	167
MHG6612	54937049E	6980/0	22/06/2014	R\$ 191,53	239
MHR0528	54937118E	5541/1	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ7028	54934040E	5193/0	05/05/2014	R\$ 191,53	168
MHZ9008	55177056E	5185/2	22/06/2014	R\$ 127,69	167
MHZ9008	55177816E	5185/2	15/06/2014	R\$ 127,69	167
MIC9322	55177057E	5185/2	22/06/2014	R\$ 127,69	167
MID2400	54935970E	5541/1	29/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF6165	54937340E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG2860	54823996E	5185/1	13/06/2014	R\$ 127,69	167
MIH1630	54935376E	7366/2	12/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIJ2357	54934672E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ2357	54935806E	7366/2	21/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIM6097	55178733E	6173/2	21/06/2014	R\$ 127,69	215 * I * a
MIQ5277	54935350E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT0076	54937031E	7366/2	13/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIV2096	54937036E	5185/1	17/06/2014	R\$ 127,69	167
MJD8731	54935979E	5452/2	01/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJD8731	54937317E	7366/2	23/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJI7619	54935965E	5452/7	16/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJJ3263	55180362E	5185/2	20/06/2014	R\$ 127,69	167
MJN4400	54824665E	5738/0	14/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
MJQ1169	54934551E	5185/1	18/06/2014	R\$ 127,69	167
MJS1385	54937251E	6050/1	20/06/2014	R\$ 191,53	208
MJX9396	55176397E	5207/0	20/06/2014	R\$ 53,20	169
MKD0476	54934882E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKD5876	54935708E	6050/2	11/05/2014	R\$ 191,53	208
MKG2421	55177924E	5185/2	09/05/2014	R\$ 127,69	167
MKG5133	54934881E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO0383	54935872E	5967/0	10/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MKO4517	54934861E	5541/2	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKR8843	54935053E	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKU9434	55177878E	5207/0	11/07/2014	R\$ 53,20	169
MKZ9400	54933792E	7366/2	06/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLE5798	54935361E	5193/0	12/06/2014	R\$ 191,53	168
MLM3006	54937150E	5541/6	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLN0149	54263049E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
MMA3939	54935070E	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMD1420	54934971E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MVI9199	54935082E	5541/2	25/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
OAY3010	54935356E	6050/1	10/06/2014	R\$ 191,53	208
OPY9356	54937271E	6050/1	30/06/2014	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1929/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFN3552	55925590E	5010/0	27/08/2014	162 * I
AFN3552	55925591E	5118/0	27/08/2014	164 c/c 162 * I
ALP4384	55177353E	6548/0	21/07/2014	229
ANS3910	54936181E	6726/1	31/08/2014	230 * XVIII
CLD4223	55679236D	6599/2	31/07/2014	230 * V
CLD4223	55679237D	5010/0	31/07/2014	162 * I
DIE5943	54825087E	6599/2	16/07/2014	230 * V
DIE5943	54825088E	6726/1	16/07/2014	230 * XVIII
DIM9329	55177382E	6653/1	26/07/2014	230 * XI
DKQ0483	54936609E	6912/0	20/08/2014	232
DKQ0483	54936610E	6599/2	20/08/2014	230 * V
DQG4561	55177747E	6912/0	31/07/2014	232
DQG4561	55177748E	5010/0	31/07/2014	162 * I
DQG4561	55177749E	5118/0	31/07/2014	164 c/c 162 * I
EBE3462	54952981E	6599/2	11/08/2014	230 * V
IMZ6054	55681667D	6599/2	03/08/2014	230 * V
KJA2135	54936855E	5010/0	05/08/2014	162 * I
LXH1807	55925202E	6599/2	27/08/2014	230 * V
LXH9484	54951537E	5045/0	23/07/2014	162 * V
LXX9583	55177717E	6599/2	29/07/2014	230 * V
LYC0998	55177015E	6599/2	26/07/2014	230 * V
LYC0998	55177017E	6912/0	26/07/2014	232
LYG8895	55911990E	6599/2	07/08/2014	230 * V
LYG8895	55911991E	5045/0	07/08/2014	162 * V
LYG8895	55911992E	6912/0	07/08/2014	232
LYU7920	55177715E	6912/0	29/07/2014	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYU7920	55177716E	5045/0	29/07/2014	162 * V
LZI5979	54936666E	6599/2	02/08/2014	230 * V
LZI5979	54936667E	6912/0	02/08/2014	232
LZI5979	54936668E	5045/0	02/08/2014	162 * V
LZI5979	54936669E	7340/0	02/08/2014	252 * IV
LZN5961	55178333E	6599/2	25/07/2014	230 * V
LZN5961	55178334E	5010/0	25/07/2014	162 * I
LZQ5519	55681676D	5010/0	20/08/2014	162 * I
LZQ5519	55681677D	5118/0	20/08/2014	164 c/c 162 * I
LZQ5519	55911913E	6912/0	20/08/2014	232
LZW8075	54936173E	6599/2	29/08/2014	230 * V
MAL3318	54633623E	5169/1	27/07/2014	165
MAY2825	54937471E	5045/0	31/08/2014	162 * V
MAY2825	54937472E	5142/0	31/08/2014	164 c/c 162 * V
MBA1960	55682695D	6556/1	26/08/2014	230 * I
MBA1960	55682697D	5010/0	26/08/2014	162 * I
MBA1960	55682698D	5118/0	26/08/2014	164 c/c 162 * I
MBA1960	55682699D	6599/2	26/08/2014	230 * V
MBA1960	55682700D	7340/0	26/08/2014	252 * IV
MBJ4321	55911141E	6653/1	20/08/2014	230 * XI
MBY9360	55177273E	5045/0	23/07/2014	162 * V
MCA3948	55925107E	5010/0	19/08/2014	162 * I
MCA3948	55925108E	5118/0	19/08/2014	164 c/c 162 * I
MCA3948	55925109E	7340/0	19/08/2014	252 * IV
MCA3948	55925110E	6408/0	19/08/2014	221
MCI1583	55911760E	6599/2	06/08/2014	230 * V
MCI1583	55911761E	5045/0	06/08/2014	162 * V
MCL3478	55177445E	5010/0	26/07/2014	162 * I
MCL3478	55177446E	6599/2	26/07/2014	230 * V
MDD2794	55177518E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MDP6112	55925582E	6599/2	27/08/2014	230 * V
MDP6112	55925583E	5010/0	27/08/2014	162 * I
MDP6112	55925584E	5118/0	27/08/2014	164 c/c 162 * I
MDT8908	55911755E	6726/1	04/08/2014	230 * XVIII
MDX5707	54936210E	6610/2	30/08/2014	230 * VII
MEC7948	54824688E	6912/0	23/07/2014	232
MED0364	54936193E	6599/2	04/09/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEK1943	55911502E	6912/0	06/08/2014	232
MEK9958	54936182E	6670/0	31/08/2014	230 * XIII
MEN5283	55925176E	7340/0	26/08/2014	252 * IV
MEU4591	55180563E	6408/0	17/08/2014	221
MEZ7075	55681668D	6599/2	03/08/2014	230 * V
MFI6187	55178278E	6610/2	26/07/2014	230 * VII
MFL2615	54936039E	6599/2	06/09/2014	230 * V
MFM4871	54825091E	6769/2	22/07/2014	230 * XXII
MFQ3089	55925533E	6556/1	27/08/2014	230 * I
MGD0519	54952739E	6408/0	02/08/2014	221
MGH2926	55925672E	6610/2	27/08/2014	230 * VII
MGM2471	55925172E	5010/0	26/08/2014	162 * I
MGM2471	55925173E	5118/0	26/08/2014	164 c/c 162 * I
MGM2471	55925174E	6599/2	26/08/2014	230 * V
MGS3943	54952737E	5169/1	31/07/2014	165
MGT7393	54824690E	5045/0	23/07/2014	162 * V
MGX0723	55681681D	6912/0	23/08/2014	232
MGX0723	55911917E	6726/1	23/08/2014	230 * XVIII
MGZ6444	55925659E	6912/0	26/08/2014	232
MHD6011	55178183E	6599/2	27/08/2014	230 * V
MHG5412	55911587E	5045/0	26/08/2014	162 * V
MHQ2734	55177291E	6599/2	24/07/2014	230 * V
MHQ2734	55177292E	5045/0	24/07/2014	162 * V
MHS3157	55911979E	6912/0	07/08/2014	232
MID0552	55911540E	7340/0	22/08/2014	252 * IV
MIK1395	54936031E	6599/2	02/09/2014	230 * V
MJV3584	55178935E	6599/2	31/07/2014	230 * V
MKG3325	54951163E	5010/0	27/07/2014	162 * I
MKG3325	54951164E	5061/0	27/07/2014	163 c/c 162 * I
OKG5246	55925138E	6599/1	21/08/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1930/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAC5519	54936423E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
AKV3566	55177282E	5185/1	23/07/2014	167
ARW7291	54936868E	7366/2	05/08/2014	252 * VI
BNM0711	54936402E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
CCZ5221	54936886E	5541/6	07/08/2014	181 * XVII
CJT6705	54937469E	5185/1	30/08/2014	167
DDM4590	54937442E	5967/0	04/08/2014	203 * V
DSL1299	54937232E	7366/2	24/07/2014	252 * VI
EBE3462	54952982E	5207/0	11/08/2014	169
IGA3836	55177840E	5185/1	26/07/2014	167
JYF7880	54936444E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
KJA2135	54936854E	6050/1	05/08/2014	208
LXC6555	55177399E	5835/0	26/07/2014	195
LXC6555	55177400E	7030/2	26/07/2014	244 * I
LXD7287	54936418E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
LXG8880	55178133E	5185/1	26/07/2014	167
LXH1807	55925203E	5835/0	27/08/2014	195
LXI2640	55180565E	5207/0	21/08/2014	169
LXY0518	55178243E	5835/0	06/08/2014	195
LXY0518	55178244E	6068/1	06/08/2014	209
LYC0998	55177016E	5207/0	26/07/2014	169
LYC0998	55177018E	6181/0	26/07/2014	215 * II
LZQ5519	55681678D	5207/0	20/08/2014	169
LZQ5519	55681679D	5835/0	20/08/2014	195
LZQ5519	55911912E	5207/0	20/08/2014	169
LZX6849	55177316E	5185/2	22/07/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAE7625	54937364E	5967/0	04/08/2014	203 * V
MAJ9652	54936032E	5550/0	04/09/2014	181 * XVIII
MAL3318	54633624E	6050/1	27/07/2014	208
MAL3318	54633625E	6050/1	27/07/2014	208
MAL4562	54936198E	5541/5	04/09/2014	181 * XVII
MAN9015	55178230E	5185/1	30/07/2014	167
MAQ7366	55178936E	5835/0	02/08/2014	195
MAQ7366	55178937E	5185/2	02/08/2014	167
MAQ7366	55178938E	5720/0	02/08/2014	186 * I
MAT1471	54936674E	5185/1	02/08/2014	167
MBA8676	54936415E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MBC7868	55178348E	5207/0	09/08/2014	169
MBY9360	55177274E	5185/1	23/07/2014	167
MBZ5910	55177386E	5193/0	26/07/2014	168
MCE0877	54936157E	7366/2	27/08/2014	252 * VI
MCG2765	54936107E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
MCK4559	54936057E	5622/1	21/08/2014	182 * VI
MCT7011	54936878E	7366/2	07/08/2014	252 * VI
MCT8378	54934916E	7366/2	05/08/2014	252 * VI
MCX1157	54934910E	7366/2	05/08/2014	252 * VI
MDE1614	55177515E	5185/1	23/07/2014	167
MDE8244	55925059E	5207/0	31/07/2014	169
MDO0565	54937474E	7366/2	06/09/2014	252 * VI
MDQ5817	54936099E	7366/2	27/08/2014	252 * VI
MDT8908	55911754E	5819/1	04/08/2014	193
MDW2778	54936442E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MDY4578	54937231E	7366/2	24/07/2014	252 * VI
MED0364	54936192E	5967/0	04/09/2014	203 * V
MEG3896	54936883E	7366/2	07/08/2014	252 * VI
MEH8112	54936412E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MEK7521	55178134E	5185/2	26/07/2014	167
MES3309	54936409E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MES7114	55179735E	5185/2	18/07/2014	167
MEV4821	54936190E	5185/1	31/08/2014	167
MEX8316	54936408E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MFF7348	55925556E	5207/0	25/08/2014	169
MFP4895	54936196E	7366/2	04/09/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFT6497	54266645E	5185/1	30/07/2014	167
MFV2936	54936175E	5185/1	29/08/2014	167
MGG0102	54936443E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MGH2926	55925671E	5185/1	27/08/2014	167
MGT9023	55925572E	5207/0	26/08/2014	169
MGW5218	54936426E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MHG6612	54936419E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MHW0680	55177345E	5185/2	23/07/2014	167
MHW1118	55177472E	5541/6	26/07/2014	181 * XVII
MII9699	54936439E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MIK1395	54936030E	7366/2	02/09/2014	252 * VI
MIM1363	54824697E	5185/1	25/07/2014	167
MIV0604	55177466E	5185/1	21/07/2014	167
MIY2280	55177669E	5380/0	26/07/2014	181 * I
MIY7571	54936195E	5541/6	04/09/2014	181 * XVII
MJB2970	55177394E	5185/2	28/07/2014	167
MJB2970	55177395E	6858/0	28/07/2014	231 * VII
MJJ5564	54937235E	6050/1	04/08/2014	208
MJV3584	55176130E	6050/2	31/07/2014	208
MJY2005	55177488E	5185/2	31/07/2014	167
MKL3426	55911588E	5509/0	26/08/2014	181 * XIII
MKR8843	54934900E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MKS8203	55925532E	5193/0	27/08/2014	168
MKS8203	55925581E	7030/1	27/08/2014	244 * I
MKW1619	54934913E	7366/2	05/08/2014	252 * VI
MLC2359	54936977E	5452/2	05/09/2014	181 * VIII
MLK1580	54936825E	7056/1	06/09/2014	244 * III
MLK6010	54936201E	7366/2	26/08/2014	252 * VI
MLP6138	54936211E	5550/0	30/08/2014	181 * XVIII
MMD1420	54936104E	5568/0	29/08/2014	181 * XIX
MMK8710	54936887E	5550/0	07/08/2014	181 * XVIII
NBY0388	54936200E	5452/6	04/09/2014	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1931/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALX3455	55178759E	5118/0	18/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AOB9885	55179406E	6912/0	10/07/2014	R\$ 53,20	232
BZV7629	55179600E	6661/0	14/07/2014	R\$ 127,69	230 * XII
CGB1306	55177201E	5045/0	21/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
CGB1306	55177203E	6726/1	21/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
CGZ2647	54265589E	6599/2	13/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
ECX8518	55178727E	5118/0	14/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
EEH1347	55176456E	6661/0	15/06/2014	R\$ 127,69	230 * XII
IHL7153	54937451E	5010/0	20/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
IHL7153	54937452E	5118/0	20/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LAQ1049	55180351E	6769/2	09/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LWX0586	55179482E	5118/0	11/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXK2011	54824892E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXK2011	54824893E	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYI4450	55178658E	5010/0	18/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYV1247	55179264E	6912/0	14/06/2014	R\$ 53,20	232
LZN8791	55177178E	6920/0	13/06/2014	R\$ 127,69	233
MAO8066	55178801E	6920/0	18/04/2014	R\$ 127,69	233
MAX7886	54935974E	5010/0	29/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBF9905	55178761E	6637/2	19/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBW5890	55180604E	6599/2	08/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCL6896	54825274E	5010/0	17/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCL6896	54825275E	5118/0	17/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCL6896	54825276E	6912/0	17/05/2014	R\$ 53,20	232
MCO7936	55176634E	6726/1	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCP3402	54937134E	6637/2	29/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCP3402	54937136E	6637/1	29/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDH7785	55179167E	6920/0	16/05/2014	R\$ 127,69	233
MDM3227	55179216E	5320/0	12/07/2014	R\$ 957,69	176 * V
MDU4058	54934094E	5037/1	11/05/2014	R\$ 574,61	162 * III
MDU4058	54935760E	5045/0	17/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDU4058	54935761E	5142/0	17/05/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MED6321	54824925E	5010/0	15/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEO0104	54935971E	5010/0	29/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEO0104	54935972E	6599/2	29/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEO0104	54935973E	5118/0	29/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHA1811	54933780E	6599/2	24/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHA1811	54933781E	5010/0	24/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHA1811	54933782E	6556/1	24/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
MHT3797	54935528E	6700/0	25/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MIX1834	55176636E	6912/0	12/07/2014	R\$ 53,20	232
MLK1242	55176953E	5320/0	18/06/2014	R\$ 957,69	176 * V
MLR2502	54934073E	5045/0	09/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MYH1083	54934005E	5010/0	01/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MYH1083	54934006E	5118/0	01/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MYH1083	54934007E	6599/2	01/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
NBU0487	54951412E	6637/2	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
OKP8867	55177212E	5010/0	14/07/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1932/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALX3455	55178755E	5835/0	18/05/2014	R\$ 127,69	195
ALX3455	55178756E	5819/7	18/05/2014	R\$ 574,61	193
AMF6535	54935128E	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BGT7104	55176079E	5207/0	17/06/2014	R\$ 53,20	169
BNR6147	54825344E	5185/2	09/06/2014	R\$ 127,69	167
BNR6147	54825345E	7234/0	09/06/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
CBQ3609	55180556E	5401/0	15/06/2014	R\$ 127,69	181 * III
DQK5821	54937121E	5452/7	19/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
DRU7657	54935052E	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EPJ4834	54933795E	6050/1	06/06/2014	R\$ 191,53	208
HKT8771	55176199E	5231/1	17/05/2014	R\$ 85,12	172
HNI6364	55179014E	5843/3	25/05/2014	R\$ 127,69	196
KOD5110	54934260E	5550/0	26/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LWX0586	55179481E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
LXP4459	54935384E	5185/1	15/06/2014	R\$ 127,69	167
LZB0244	54937114E	5452/6	11/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBF9905	55178762E	5835/0	19/05/2014	R\$ 127,69	195
MCK7905	54935584E	5185/1	17/05/2014	R\$ 127,69	167
MDT3479	54935818E	5541/1	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX2925	55178362E	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
MHM8121	54937324E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHS1369	54933977E	7366/2	24/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJC2408	54935130E	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF6715	54933594E	6050/1	09/05/2014	R\$ 191,53	208
MJH4858	54935292E	5452/6	02/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJQ2832	54935051E	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKJ0403	55177814E	5185/2	15/06/2014	R\$ 127,69	167
MKJ0970	55176635E	5207/0	14/06/2014	R\$ 53,20	169
MKT0908	55179979E	5835/0	13/06/2014	R\$ 127,69	195
MKV7698	54937196E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLI5052	54934752E	5967/0	28/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MLR2502	54934072E	5550/0	09/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MVF9056	54935266E	5541/1	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
OLQ3808	54937201E	5398/0	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1933/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHP2739	54938601E	5010/0	16/09/2014	162 * I
AJR5093	55679234D	5045/0	29/07/2014	162 * V
AKH3143	54952740E	6599/2	02/08/2014	230 * V
AKH3143	54952741E	5010/0	02/08/2014	162 * I
AKV0745	54936991E	6769/1	14/09/2014	230 * XXII
AMC1440	54936716E	5169/1	28/08/2014	165
ARZ0628	55176500E	6912/0	05/07/2014	232
CCG5569	55925804E	5010/0	30/08/2014	162 * I
CCG5569	55925805E	5118/0	30/08/2014	164 c/c 162 * I
CGW8098	54263792E	6599/2	30/08/2014	230 * V
CIY4438	54936212E	6637/2	30/08/2014	230 * IX
DIJ3538	55177530E	6912/0	28/07/2014	232
DNE7771	55925683E	6912/0	28/08/2014	232
DNE7771	55925684E	6661/0	28/08/2014	230 * XII
DNT5590	54936559E	6610/2	31/07/2014	230 * VII
HRY4536	55178038E	6548/0	28/07/2014	229
INH4844	54496876B	6599/2	13/08/2014	230 * V
JHA8840	55179295E	5010/0	02/09/2014	162 * I
JHA8840	55179296E	5118/0	02/09/2014	164 c/c 162 * I
JHA8840	55179297E	6599/2	02/09/2014	230 * V
KKE5960	55179293E	5169/1	29/08/2014	165
LCJ0327	55925858E	6637/1	29/08/2014	230 * IX
LCJ0327	55925859E	5045/0	29/08/2014	162 * V
LCJ0327	55925860E	6726/1	29/08/2014	230 * XVIII
LWU4582	54936132E	6610/2	18/09/2014	230 * VII
LWU8583	54936617E	6599/2	30/08/2014	230 * V

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXT3195	55925357E	6599/2	02/09/2014	230 * V
LYN1274	55177731E	6912/0	30/07/2014	232
LZN5961	55178335E	5169/1	25/07/2014	165
LZP5972	55925536E	6599/2	28/08/2014	230 * V
LZS7771	55911756E	5029/2	05/08/2014	162 * II
LZS7771	55911758E	5126/2	05/08/2014	164 c/c 162 * II
LZX8358	54936710E	6726/1	08/08/2014	230 * XVIII
MAM9642	55925402E	6769/1	02/09/2014	230 * XXII
MAP5925	54936672E	6912/0	02/08/2014	232
MAT1743	54936652E	6726/1	31/07/2014	230 * XVIII
MBU4607	55175820E	5045/0	27/08/2014	162 * V
MBY9360	55177089E	6912/0	31/07/2014	232
MCA7762	55176098E	6599/2	02/09/2014	230 * V
MCD9213	55925255E	6599/2	30/08/2014	230 * V
MCD9213	55925256E	5010/0	30/08/2014	162 * I
MCD9213	55925257E	5118/0	30/08/2014	164 c/c 162 * I
MCD9213	55925258E	6602/0	30/08/2014	230 * VI
MCX8339	55925675E	6661/0	27/08/2014	230 * XII
MCY8695	55925204E	6599/2	01/09/2014	230 * V
MCY8695	55925205E	6912/0	01/09/2014	232
MDL1806	55911722E	6599/2	30/08/2014	230 * V
MEO0314	54937381E	6599/2	17/08/2014	230 * V
MEU2048	54936665E	6726/1	02/08/2014	230 * XVIII
MFI6187	55911559E	6912/0	08/08/2014	232
MFI6187	55911560E	6610/2	08/08/2014	230 * VII
MFO5724	55911726E	6610/2	30/08/2014	230 * VII
MFR9570	54936680E	6726/1	06/08/2014	230 * XVIII
MFT0288	54938560E	6599/2	20/09/2014	230 * V
MGF1534	55911514E	6912/0	11/08/2014	232
MGZ9217	55925301E	5010/0	02/09/2014	162 * I
MGZ9217	55925303E	7340/0	02/09/2014	252 * IV
MHM1584	54936273E	5045/0	07/09/2014	162 * V
MIV1658	55911548E	5118/0	02/09/2014	164 c/c 162 * I
MIV1658	55925352E	5010/0	02/09/2014	162 * I
MJB0024	55925689E	6661/0	28/08/2014	230 * XII
MJF6715	55911651E	6912/0	08/08/2014	232
MJI9799	55925898E	7340/0	02/09/2014	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJS5664	55925802E	5169/1	30/08/2014	165
MKL4639	55180572E	7340/0	29/08/2014	252 * IV
MLV2062	55681671D	5010/0	09/08/2014	162 * I
MLX1117	54936322E	6599/2	18/09/2014	230 * V
MMM7933	55911595E	6912/0	29/08/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1934/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADT0746	55911030E	5835/0	01/09/2014	195
AKC2356	54935484E	5452/2	12/08/2014	181 * VIII
AMC1440	54936717E	5185/1	28/08/2014	167
ANA2374	55911591E	5185/1	27/08/2014	167
ANS3910	55911667E	7056/1	03/09/2014	244 * III
AQG9166	54266643E	5185/1	30/07/2014	167
AWE9794	54936620E	5185/1	30/08/2014	167
AWM8016	54937376E	5541/1	13/08/2014	181 * XVII
AXP7080	54936092E	5452/6	27/08/2014	181 * VIII
CBR0574	54936174E	5185/1	29/08/2014	167
CCG5569	55925803E	5835/0	30/08/2014	195
CPB6543	54934939E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
CRS8818	54936076E	5444/0	25/08/2014	181 * VII
DDE9771	54936121E	5541/3	14/09/2014	181 * XVII
DVJ2523	54936434E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
IIV6605	54936590E	5843/3	06/08/2014	196
IIV6605	54936591E	6394/4	06/08/2014	220 * XIV
IIV6605	55911551E	5835/0	06/08/2014	195
IIV6605	55911552E	6122/0	06/08/2014	214 * I
ILI0288	55925063E	5185/1	02/09/2014	167
IMH4708	55911958E	5185/1	06/08/2014	167
JHA8840	55179294E	6050/2	02/09/2014	208
KJN6971	55911976E	5185/1	07/08/2014	167
LCJ0327	55925856E	5185/2	29/08/2014	167
LCJ0327	55925857E	5193/0	29/08/2014	168
LXB2421	55180571E	5185/1	29/08/2014	167

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXH3227	54936313E	5240/0	14/09/2014	173
LXH3227	54936314E	5215/2	14/09/2014	170
LXJ2453	55925549E	7366/2	30/08/2014	252 * VI
LXJ7983	54935477E	5452/6	08/08/2014	181 * VIII
LXN7323	55925891E	5193/0	30/08/2014	168
LXT3195	55925358E	5185/1	02/09/2014	167
LYF0114	54937373E	5525/0	11/08/2014	181 * XV
LYH8811	55177093E	5185/1	31/07/2014	167
LZH7671	54936465E	5185/1	19/09/2014	167
LZK5862	54936790E	5185/1	29/08/2014	167
MAL6726	54936758E	5185/2	03/08/2014	167
MAN1903	54936115E	6050/1	10/09/2014	208
MAN1903	54936302E	6050/1	10/09/2014	208
MBJ3040	55925897E	5185/1	02/09/2014	167
MBS1909	54936058E	5550/0	21/08/2014	181 * XVIII
MBS3967	55178697E	6173/2	28/08/2014	215 * I * a
MBZ8615	55177547E	5185/2	31/07/2014	167
MCC5807	54952746E	5541/6	13/08/2014	181 * XVII
MCD9077	54936447E	5959/3	19/09/2014	203 * IV
MCD9077	54936448E	5185/1	19/09/2014	167
MCR8179	54936328E	5185/1	20/09/2014	167
MCT2989	54936112E	5185/1	08/09/2014	167
MDK4377	54936305E	5967/0	12/09/2014	203 * V
MDN3422	54823885E	5967/0	07/08/2014	203 * V
MDO6005	55177228E	5185/1	01/09/2014	167
MEM9419	55911058E	5207/0	29/08/2014	169
MFI6187	55911558E	5185/2	08/08/2014	167
MFJ2196	54934936E	5967/0	04/09/2014	203 * V
MGC9380	55925885E	5185/2	30/08/2014	167
MGE2255	55177477E	7366/2	29/07/2014	252 * VI
MGK8081	54936751E	5541/6	30/07/2014	181 * XVII
MGO7807	54936052E	6491/0	19/08/2014	227 * II
MGV8877	54936588E	7234/0	05/08/2014	250 * I * a
MGZ9217	55925302E	5835/0	02/09/2014	195
MHM1584	54936274E	5193/0	07/09/2014	168
MHZ7934	54936565E	6858/0	02/08/2014	231 * VII
MID7790	54936325E	5380/0	20/09/2014	181 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIR4027	54936303E	7064/0	10/09/2014	244 * IV
MIR4027	54936304E	6319/0	10/09/2014	220 * VI
MIS2192	55177229E	5207/0	01/09/2014	169
MIW3192	54936236E	5185/2	19/09/2014	167
MJA1914	54952743E	5185/2	05/08/2014	167
MJA5639	54936251E	5541/5	04/09/2014	181 * XVII
MJK3527	55180644E	5207/0	28/08/2014	169
MJM5502	55925853E	5207/0	29/08/2014	169
MJS5664	55178698E	5720/0	30/08/2014	186 * I
MJX3005	55911961E	5185/1	06/08/2014	167
MJX5664	54936982E	6050/1	11/09/2014	208
MJY5149	55911764E	5967/0	07/08/2014	203 * V
MKI8327	54952745E	5185/1	08/08/2014	167
MKI9882	55178342E	5460/0	06/08/2014	181 * IX
MKL8176	55178184E	7366/2	29/08/2014	252 * VI
MKS2204	55534608D	5398/0	17/09/2014	181 * II
MKV5319	54938904E	5193/0	20/09/2014	168
MKW7399	54936987E	7366/2	11/09/2014	252 * VI
MLA8758	55180567E	5207/0	29/08/2014	169
MLD6524	54633848E	5185/1	29/07/2014	167
MLE4973	54936261E	5541/6	06/09/2014	181 * XVII
MLJ4621	55925676E	5185/1	27/08/2014	167
MLL1343	55176096E	5703/0	29/08/2014	185 * I
MLL3770	54934748E	5541/6	09/09/2014	181 * XVII
MLX1077	54934747E	7366/2	05/09/2014	252 * VI
MLX1117	54936320E	5568/0	18/09/2014	181 * XIX
MMJ5923	55911597E	7234/0	29/08/2014	250 * I * a
OGN0094	55925571E	5185/2	26/08/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1935/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAE0553	55177138E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
AAE0553	55177139E	5045/0	24/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
AEM5500	54951532E	5169/1	07/07/2014	R\$ 1.915,38	165
AFJ4781	55178734E	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
ALJ1180	54951514E	5010/0	03/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
ALJ1180	54951515E	5118/0	03/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ANP3833	55178791E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
ANP3833	55178792E	6726/1	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
AOC9958	55178971E	6920/0	09/05/2014	R\$ 127,69	233
AOY6980	55179363E	5010/0	01/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
AQW6717	55178666E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
CGB1306	55177202E	6637/2	21/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CKQ0739	55177208E	6637/2	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CLM6797	55176957E	5169/1	27/06/2014	R\$ 1.915,38	165
CLM6797	55178868E	6912/0	27/06/2014	R\$ 53,20	232
CLM6797	55178869E	6610/2	27/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
DFL6229	54825014E	7340/0	05/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
DFT7986	55176290E	7340/0	05/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
DGL8901	55176674E	6920/0	02/06/2014	R\$ 127,69	233
DMF0186	55177080E	6610/2	26/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
DOB3296	55180274E	6599/2	30/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
DVP0601	55176492E	7340/0	04/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
FRF8008	55176854E	5045/0	05/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
IBX1150	55179353E	6726/1	30/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
IQO8099	54825174E	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
JCN6999	54825366E	6726/1	09/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

1 / 5

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JJA8575	55179023E	6912/0	28/05/2014	R\$ 53,20	232
KFI1199	55179281E	5010/0	02/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
KFI1199	55179282E	5118/0	02/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
KKE7688	55176808E	7340/0	24/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
KMF4484	55176436E	6912/0	16/07/2014	R\$ 53,20	232
LWV5694	55180663E	6912/0	24/04/2014	R\$ 53,20	232
LWV9239	54935645E	6599/2	06/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWX0586	55179480E	5010/0	11/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWX2731	54951528E	6599/2	27/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXB1034	55180376E	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXF5938	55179750E	6637/2	19/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXP6124	55180528E	5010/0	28/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXP6124	55180529E	6726/1	28/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXP6124	55180530E	6637/2	28/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXU3346	55179386E	6912/0	04/07/2014	R\$ 53,20	232
LXV9325	54937429E	6599/2	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYF5132	55179732E	5010/0	18/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYH2332	55178736E	5169/1	05/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LYI1601	54933870E	6599/2	01/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYN6212	55179362E	6610/2	01/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LYQ2418	54935176E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYQ2418	54935177E	5045/0	11/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYQ2418	54935178E	5142/0	11/06/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LYQ2418	54935179E	6912/0	11/06/2014	R\$ 53,20	232
LYQ2418	54935180E	6637/1	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LYR7142	54933565E	6599/2	01/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZP9033	55176770E	6726/1	02/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAM9619	55177070E	6556/1	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MAM9619	55177071E	6912/0	24/06/2014	R\$ 53,20	232
MAS4692	55176339E	6599/2	08/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAV7833	55178670E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAV7833	55178671E	6556/1	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MAX5187	55177117E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAX5187	55177118E	5010/0	24/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAX5187	55177119E	5118/0	24/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAY7012	55178788E	6726/1	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBA7926	55176620E	5045/0	05/06/2014	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBC6684	55176324E	5045/0	21/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBD9896	55177067E	6556/1	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBE9794	55176435E	6599/2	16/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBF2467	55177068E	6556/1	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBS3310	54934812E	6912/0	09/07/2014	R\$ 53,20	232
MBV0142	55179217E	6599/2	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBV0583	55178790E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBX2446	55180553E	6912/0	02/06/2014	R\$ 53,20	232
MCF4453	55179359E	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCL3643	55179354E	6912/0	30/06/2014	R\$ 53,20	232
MCV7503	54951525E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCY2177	55177143E	5010/0	25/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDE4933	55178771E	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDM7909	55176254E	5010/0	04/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDN5711	55177074E	6556/4	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MDU6261	54934625E	6670/0	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MDW2324	55179206E	6599/2	07/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDX8125	55178500E	6912/0	24/04/2014	R\$ 53,20	232
MED3529	55178383E	6599/2	16/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEE1474	55177144E	6912/0	30/06/2014	R\$ 53,20	232
MEF6350	54951866E	6599/2	25/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEF6350	54951867E	5118/0	25/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEF6350	54951868E	5010/0	25/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEG8228	54825140E	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEG8228	54825141E	5118/0	21/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEU6807	54825282E	6912/0	08/07/2014	R\$ 53,20	232
MEX4574	55179377E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFC1194	54934810E	6637/2	09/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFC1194	54934811E	6726/1	09/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFD5120	55179252E	6769/2	01/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MFF9321	55180504E	5169/1	01/05/2014	R\$ 1.915,38	165
MFH3307	55176082E	6610/2	26/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MFL2996	55178673E	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFL2996	55178674E	5061/0	04/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFN3256	55177078E	6556/4	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MFP2287	54933425E	5045/0	22/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFQ4986	54934822E	6599/2	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFS0671	55179039E	6408/0	31/05/2014	R\$ 85,12	221
MFU6936	55179356E	5037/1	01/07/2014	R\$ 574,61	162 * III
MFV2072	55179382E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGA5651	55177131E	6408/0	24/06/2014	R\$ 85,12	221
MGA8292	54935235E	5045/0	10/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGA8292	54935236E	5142/0	10/07/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MGA8292	54935237E	6599/2	10/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGK7748	55180659E	6912/0	24/04/2014	R\$ 53,20	232
MGU6033	54934590E	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGZ3690	55178163E	7340/0	04/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MHB0796	54934379E	6670/0	29/04/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MHJ9255	55180540E	5045/0	04/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHN3203	55177137E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHQ6795	55179273E	6912/0	30/06/2014	R\$ 53,20	232
MHW7049	55180278E	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHW7049	55180279E	5061/0	04/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHW7049	55180280E	7340/0	04/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MIF8181	55179350E	6661/0	24/06/2014	R\$ 127,69	230 * XII
MIK4199	55178664E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIO4546	55179391E	6912/0	04/07/2014	R\$ 53,20	232
MIS5552	54934701E	7340/0	25/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MIX6901	55176259E	6769/1	04/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MJL1445	54934415E	6700/0	28/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MJN7713	55176621E	6599/2	05/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJO1052	55179097E	6726/1	30/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MJR3607	55682281D	6653/2	06/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MJY0958	55177146E	6912/0	30/06/2014	R\$ 53,20	232
MKK9236	54934282E	5010/0	20/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKK9236	54934283E	5118/0	20/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MKL9924	55176771E	6602/0	02/07/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MKN4432	54933826E	6599/2	09/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKS6554	55178676E	6769/1	04/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MLV6843	55179279E	5045/0	30/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MLW8781	54825013E	6912/0	05/07/2014	R\$ 53,20	232
MUX7763	55176783E	6726/1	06/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
NZQ4714	55176661E	6920/0	30/05/2014	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1936/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHW6634	55179373E	5185/2	04/07/2014	R\$ 127,69	167
AIG6389	54934814E	5185/1	09/07/2014	R\$ 127,69	167
AIO3010	54937124E	5541/2	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIY7653	54824820E	5185/1	04/07/2014	R\$ 127,69	167
AKV3566	54933287E	5193/0	15/04/2014	R\$ 191,53	168
AKV3566	55178319E	5185/1	07/07/2014	R\$ 127,69	167
ALD1802	55176476E	5185/2	22/06/2014	R\$ 127,69	167
ANA5919	54935058E	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AVU9837	54935933E	5550/0	30/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
BSI5985	54935411E	5452/3	11/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
BYN4110	55178119E	5185/1	07/07/2014	R\$ 127,69	167
CKQ0739	55179501E	6530/0	05/07/2014	R\$ 127,69	228
CLM6797	55178864E	5835/0	27/06/2014	R\$ 127,69	195
CLM6797	55178865E	5967/0	27/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
CLM6797	55178866E	5720/0	27/06/2014	R\$ 127,69	186 * I
CLM6797	55178867E	5720/0	27/06/2014	R\$ 127,69	186 * I
CNY1329	54936525E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
COZ2223	55178921E	5835/0	01/07/2014	R\$ 127,69	195
DEZ3445	55176497E	5185/2	05/07/2014	R\$ 127,69	167
DSH1801	55178920E	5835/0	01/07/2014	R\$ 127,69	195
FRF8008	55176855E	5185/1	05/06/2014	R\$ 127,69	167
HAK3536	54935976E	6858/0	29/06/2014	R\$ 85,12	231 * VII
HQJ8647	55176834E	5207/0	06/07/2014	R\$ 53,20	169
HYF9155	55179357E	5185/1	01/07/2014	R\$ 127,69	167
IJZ2099	54933571E	5193/0	01/05/2014	R\$ 191,53	168
IPE5910	54937091E	7366/2	09/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JJA8575	55179024E	6050/1	28/05/2014	R\$ 191,53	208
KMD8637	54824779E	5185/2	05/07/2014	R\$ 127,69	167
LNK6336	55176803E	5185/1	24/06/2014	R\$ 127,69	167
LPC7950	54933757E	5185/1	04/05/2014	R\$ 127,69	167
LWT0971	54934159E	5541/2	15/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWT9382	55178117E	5185/1	05/07/2014	R\$ 127,69	167
LXP6124	55180527E	5835/0	28/05/2014	R\$ 127,69	195
LXP6124	55180531E	5215/2	28/05/2014	R\$ 191,53	170
LXX9032	54933658E	5380/0	01/05/2014	R\$ 85,12	181 * I
LYC2099	55178221E	5185/1	18/07/2014	R\$ 127,69	167
LYC8628	54935238E	5509/0	10/07/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
LYF0361	54937285E	5541/6	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYH2332	55178737E	5207/0	05/07/2014	R\$ 53,20	169
LYQ3219	55179401E	5231/1	27/06/2014	R\$ 85,12	172
LYQ6354	55176877E	5185/1	06/06/2014	R\$ 127,69	167
LZB6301	54823569E	5193/0	07/05/2014	R\$ 191,53	168
LZK9916	54935118E	5541/2	30/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZQ9812	55176769E	5185/2	02/07/2014	R\$ 127,69	167
LZU9062	54824824E	5185/1	05/07/2014	R\$ 127,69	167
LZW8075	55178919E	5835/0	01/07/2014	R\$ 127,69	195
MAB1422	55179355E	5185/1	01/07/2014	R\$ 127,69	167
MBB3521	55178681E	5185/1	07/07/2014	R\$ 127,69	167
MBB3521	55178682E	5835/0	07/07/2014	R\$ 127,69	195
MBL8630	55176392E	6009/1	20/06/2014	R\$ 191,53	206 * II
MBM1954	54934761E	7366/2	30/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBP3304	54936530E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV0511	54935885E	5509/0	10/07/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MBW6162	54825239E	5185/1	17/07/2014	R\$ 127,69	167
MBY0831	54951526E	5835/0	26/06/2014	R\$ 127,69	195
MCG2019	55180410E	5207/0	28/06/2014	R\$ 53,20	169
MCI0727	54935935E	5541/6	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCI5455	55176737E	5347/0	06/07/2014	R\$ 85,12	178
MCI5455	55176738E	5207/0	06/07/2014	R\$ 53,20	169
MCK3212	55533250D	5835/0	11/05/2014	R\$ 127,69	195
MCR5631	54825350E	5835/0	01/07/2014	R\$ 127,69	195
MCS7636	54934771E	5452/6	04/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCU1103	54934624E	7366/2	12/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDI5778	54935416E	5452/6	11/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MDM7909	55176255E	5185/1	04/06/2014	R\$ 127,69	167
MDO7416	55176763E	5185/1	25/06/2014	R\$ 127,69	167
MDX8125	55178499E	5207/0	24/04/2014	R\$ 53,20	169
MED7738	54933544E	5550/0	29/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEJ1829	54937086E	5193/0	06/07/2014	R\$ 191,53	168
MES7518	54934485E	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW3099	54934171E	5541/2	15/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX8190	54632293E	6050/1	24/06/2014	R\$ 191,53	208
MEZ8660	54934725E	5967/0	11/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
MFG5746	54934470E	5541/2	09/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFI6798	54934718E	5720/0	05/07/2014	R\$ 127,69	186 * I
MFL3996	54934815E	5185/2	09/07/2014	R\$ 127,69	167
MFT6552	55179981E	7366/2	07/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFU8034	55178859E	5452/3	25/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFZ7112	54936711E	7048/1	11/08/2014	R\$ 191,53	244 * II
MFZ7112	54936712E	7072/1	11/08/2014	R\$ 191,53	244 * V
MGB0065	54937217E	7366/2	11/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGL4186	54935447E	5541/6	02/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB9171	54937177E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG1800	54937085E	5541/6	06/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG4310	54935209E	5550/0	02/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHH9585	54934804E	5967/0	29/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MHL2084	54824826E	5185/1	07/07/2014	R\$ 127,69	167
MHN5710	54935414E	7366/2	11/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHT9773	54935412E	5550/0	11/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIN6763	54937404E	7366/2	28/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIR5262	55176751E	5185/1	24/06/2014	R\$ 127,69	167
MIS5300	54935551E	5185/1	09/05/2014	R\$ 127,69	167
MIW9060	54933888E	5541/6	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF6548	54937109E	5550/0	09/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJH5352	54933070E	7366/2	28/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJI2357	54934711E	5452/6	05/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJJ8585	55178735E	7030/1	04/07/2014	R\$ 191,53	244 * I
MJL5586	54933615E	5185/1	21/04/2014	R\$ 127,69	167
MJL5772	54934762E	7366/2	02/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKE2845	54935160E	7366/2	28/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKE4264	55179388E	5185/1	04/07/2014	R\$ 127,69	167
MKG6568	54937084E	5550/0	04/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKG7818	54934412E	5541/1	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKN4432	54933827E	5541/1	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKS6554	55178675E	6050/1	04/07/2014	R\$ 191,53	208
MKT9710	54935829E	7366/2	21/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKZ9492	55176066E	5967/0	02/05/2014	R\$ 191,53	203 * V
MLI2490	54937297E	6050/1	11/07/2014	R\$ 191,53	208
MLP5310	54937291E	6050/1	06/07/2014	R\$ 191,53	208
MLQ8544	54936521E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM7285	54935888E	6050/1	10/07/2014	R\$ 191,53	208
MTS7866	54934819E	5509/0	17/07/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MZW2921	54934714E	5541/1	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
NFG6762	55176801E	5185/1	24/06/2014	R\$ 127,69	167
NHS3264	54934329E	5541/5	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

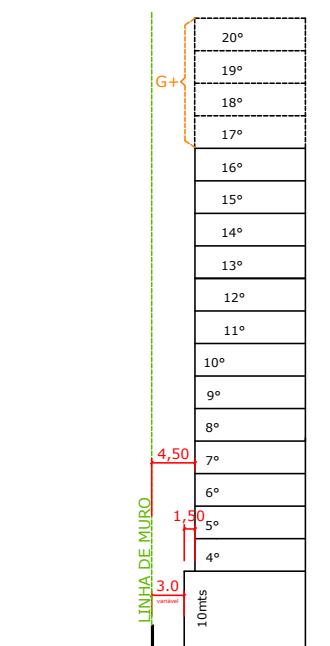
BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

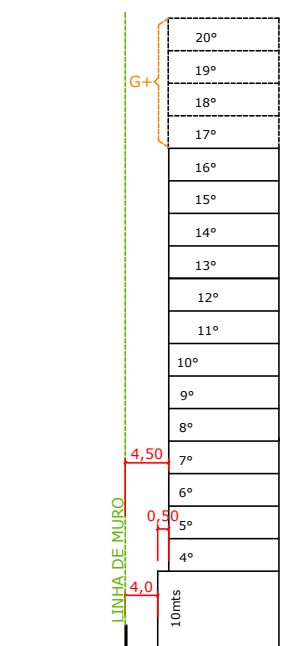
AUTORIDADE DE TRANSITO

ANEXOS LEI COMPLEMENTAR 225/2014**Desenho 1 : AFASTAMENTO FRONTAL**

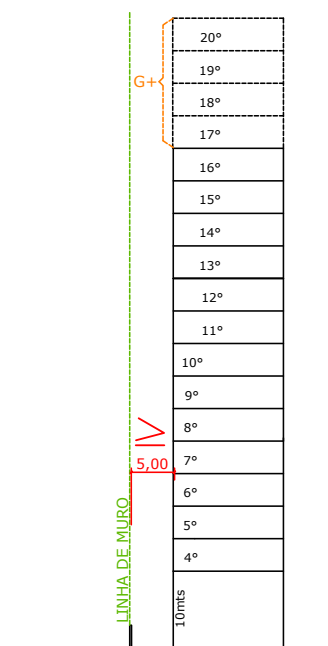
Anexo da LC 136/2008 acrescido pela LC 166/11 e alterado pela Lei Complementar nº 225/2014



Desenho 1a



Desenho 1b

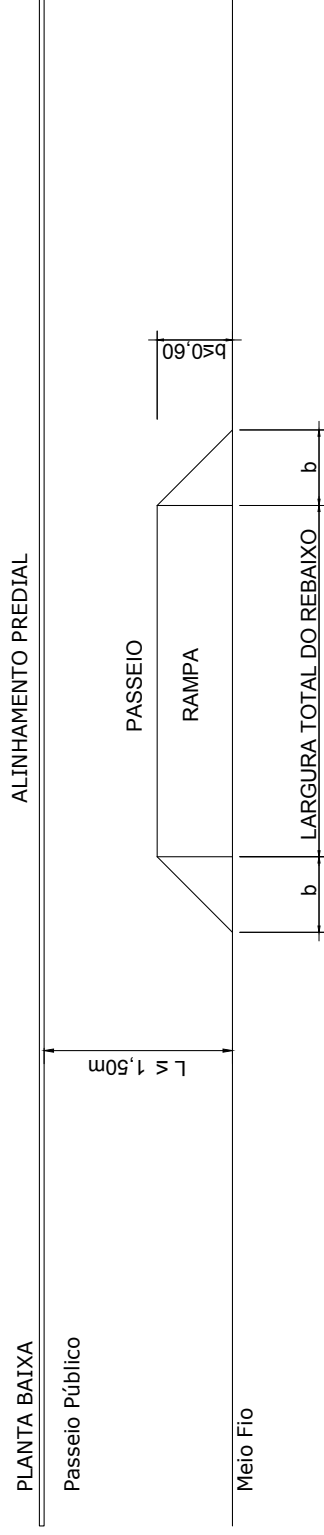
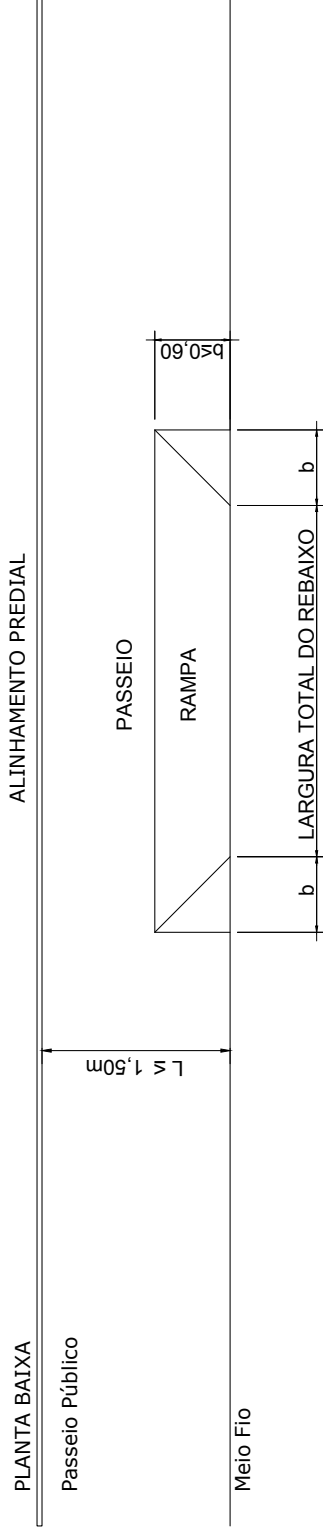


Desenho 1c

DESENHO 9

Anexo da LC 136/2008 acrescido pela Lei Complementar nº 225/2014

REBAIXO PARA PASSEIOS COM LARGURA MAIOR QUE 1,50m



b = concordância e profundidade lateral do rebaixo
i = inclinação
L = largurado passeio

AFASTAMENTO FRONTAL DE VIAS E PASSEIOS MÍNIMOS

MAPA 2

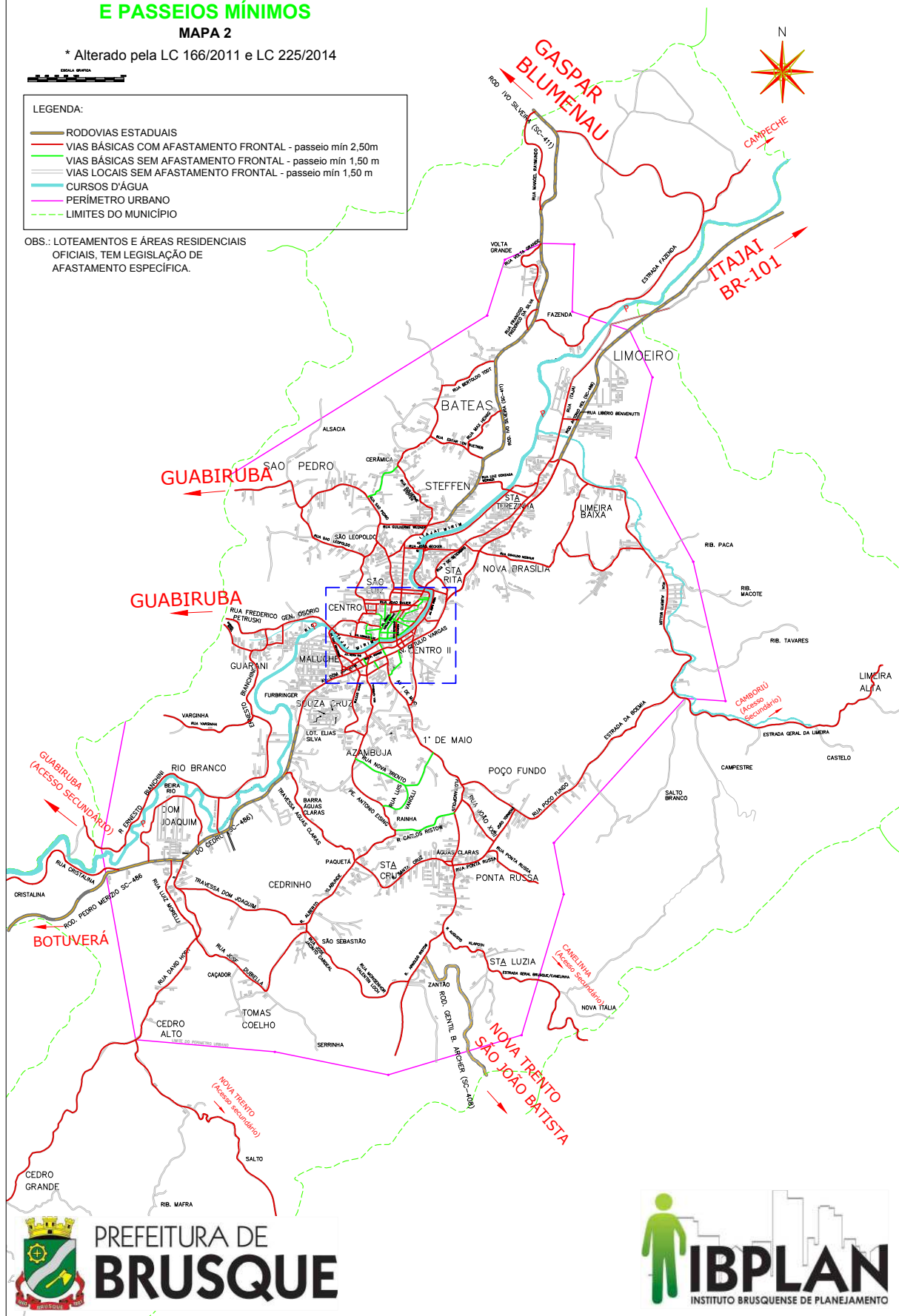
* Alterado pela LC 166/2011 e LC 225/2014



LEGENDA:

- RODOVIAS ESTADUAIS
 — VIAS BÁSICAS COM AFASTAMENTO FRONTAL - passeio mín 2,50m
 — VIAS BÁSICAS SEM AFASTAMENTO FRONTAL - passeio mín 1,50 m
 — VIAS LOCAIS SEM AFASTAMENTO FRONTAL - passeio mín 1,50 m
 — CURSOS D'ÁGUA
 — PERÍMETRO URBANO
 - - - LIMITES DO MUNICÍPIO

OBS.: LOTEAMENTOS E ÁREAS RESIDENCIAIS
OFICIAIS, TEM LEGISLAÇÃO DE
AFASTAMENTO ESPECÍFICA.



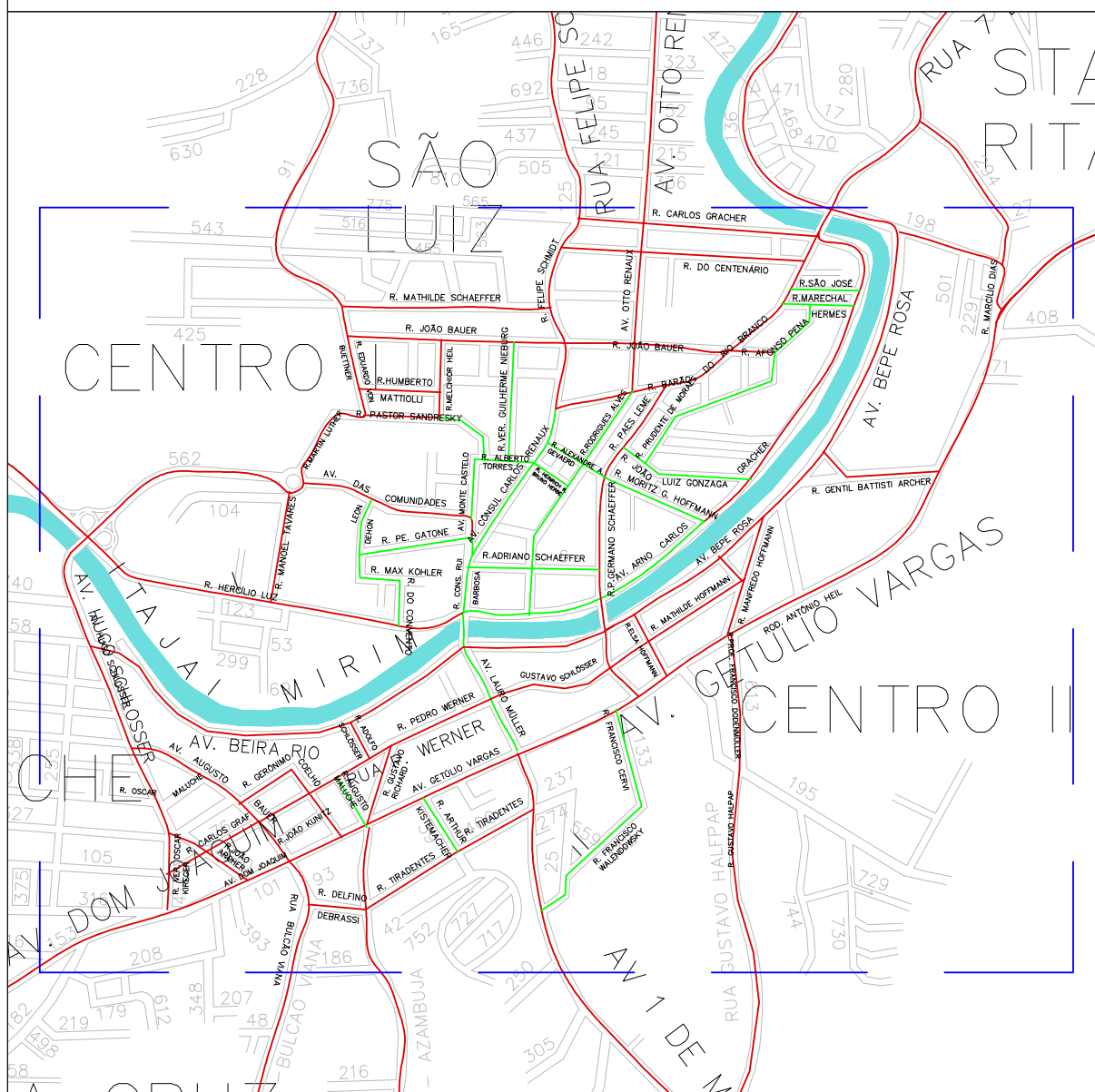
AFASTAMENTO FRONTAL DE VIAS E PASSEIOS MÍNIMOS

MAPA 3

* Alterado pela LC 166/2011 e LC 225/2014

LEGENDA:

- VIAS BÁSICAS SEM AFASTAMENTO FRONTAL - passeio mínimo 1,50 m
- VIAS BÁSICAS COM AFASTAMENTO FRONTAL - passeio mínimo 1,50 m
- VIAS LOCAIS SEM AFASTAMENTO FRONTAL - passeio mínimo 2,50 m
- CURSOS D'ÁGUA



**PREFEITURA DE
BRUSQUE**



MAPA DOS CORREDORES DE SERVIÇO CS 1 E CS2

MAPA 4

*ANEXO DA LC136/2008 ACRESCIDO PELA LEI
COMPLEMENTAR 225/2014

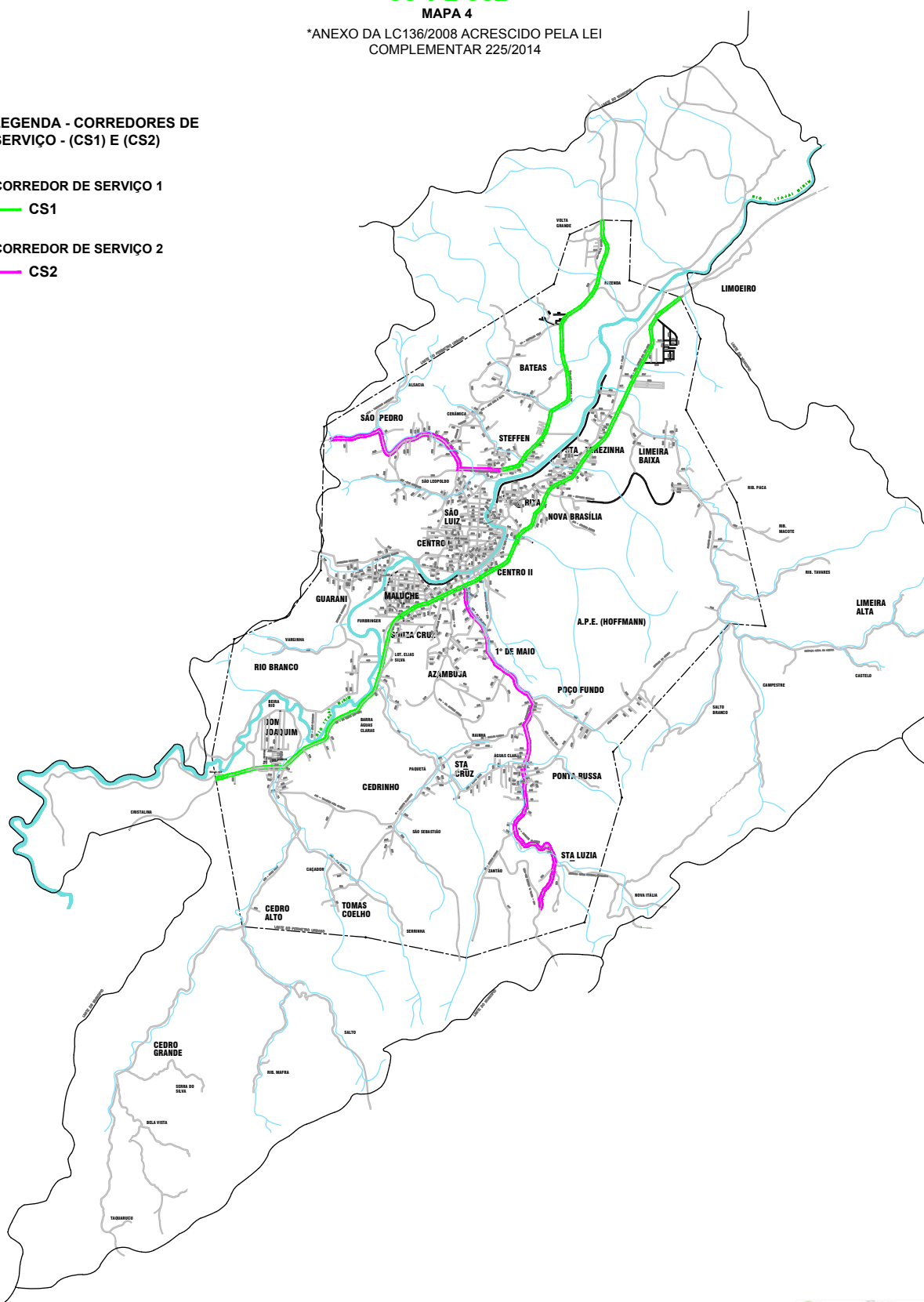
LEGENDA - CORREDORES DE SERVIÇO - (CS1) E (CS2)

CORREDOR DE SERVIÇO 1

CS1

CORREDOR DE SERVIÇO 2

— CS2





GABARITOS E FAIXAS DE DOMÍNIO/AFASTAMENTOS FRONTAIS DAS RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

MAPA 5

*ANEXO DA LC136/2008 ACRESCIDO PELO PROJETO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 225/2014

LEGENDA - RECUOS DO EIXO

- 20,00 m
 15,00 m
 10,00 m

LEGENDA - AFASTAMENTO FRONTAL

-  15,00 m
 5,00 m
 3,00 m

OBS: Esta Lei não dispensa a consulta ao DEINFRA sobre a aferição da viabilidade de se realizar a obra nos limites da faixa de domínio da Rodovia, de acordo com as normas técnicas de segurança viária, sob pena de clandestinidade da obra.

Art. 43 § 1º As faixas de domínio das rodovias estaduais poderão sofrer variação a critério dos respectivos órgãos competentes com jurisdição sobre as mesmas. LC 136/2008.

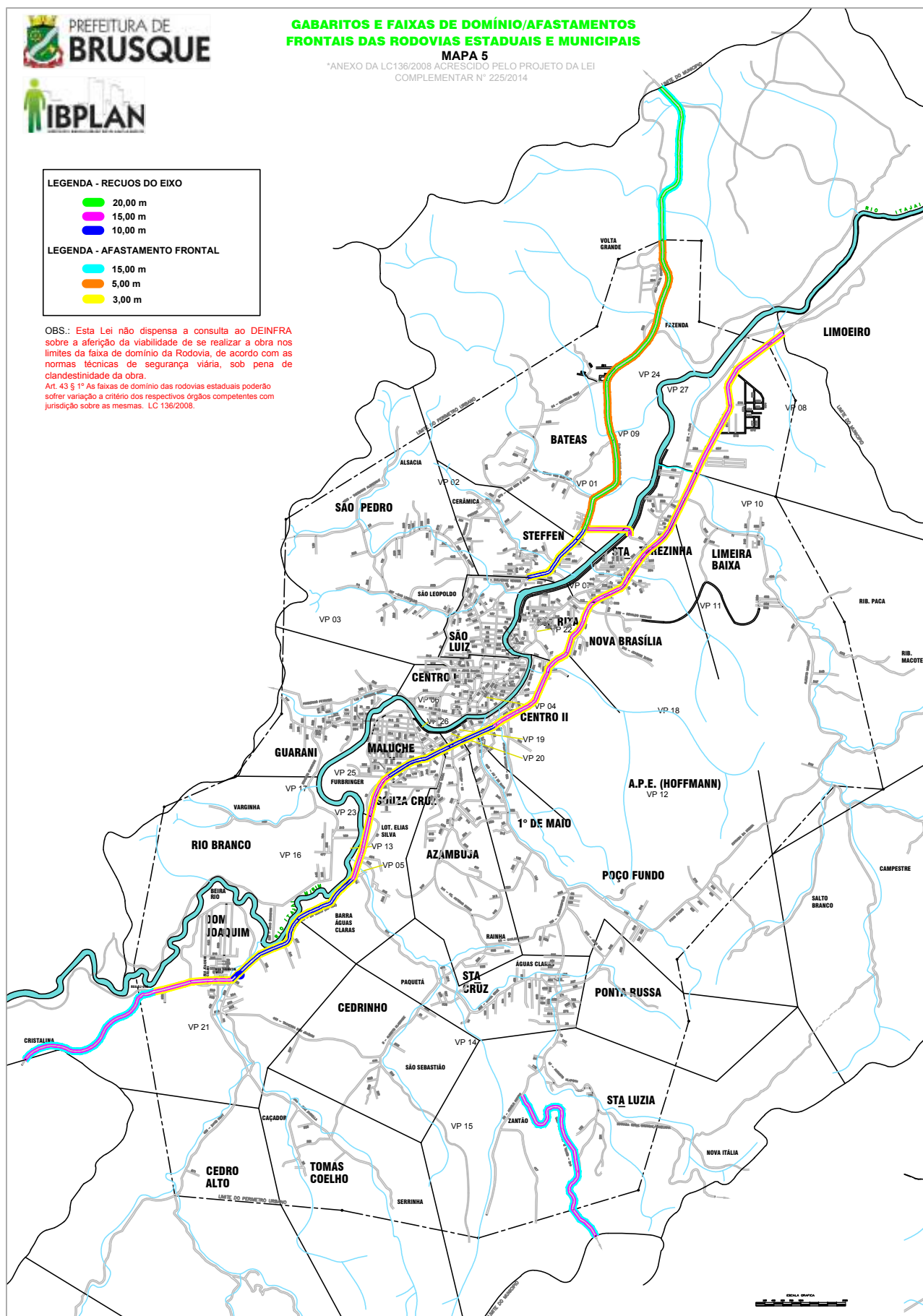


TABELA 1 - ÍNDICES URBANÍSTICOS, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Lei Complementar 150-09 alterada pela LC 166/11 e LC 225/2014

ÍNDICE DE APROVEITAMENTO (IA), Nº DE PAVIMENTOS PERMITIDO (NP), GABARITO PLUS (G+), TAXA DE OCUPAÇÃO (TO), ÍNDICE DE PERMEABILIDADE (IP), USOS CONFORMES

Z	ZONAS URBANAS	IA	NP	G +	TO %	IP %	USOS
1	Centro II	4	16	4	85	15	NC1-b/ NC 1-e/ NC2 - a/NC2-b
2	Centro I / São Luiz	4	12	4	80	15	NC1-b / NC 1-e/ NC2-a / NC2-b
3	Santa Rita / Santa Terezinha	4	12	4	80	15	NC1-b / NC 1-e / NC2-a/NC 2-b / NC2-e
4	Jardim Maluche	3	*		70	15	NC1-b / NC 1-e
5	1º. Maio e parcelas da sub-zonas Azambuja e Souza Cruz	2,3	8		65	15	NC1-b / NC 1-e / NC2-a/NC 2-b / NC2-e
6	Guarani / Rio Branco	3	8		65	15	NC1-a/NC1-b / NC 1-e / NC2-a/NC 2-b / NC2-c
7	São Pedro	2,3	8		65	15	NC1-b / NC 1-e / NC2-a/NC 2-b / NC2-e
8	Dom Joaquim	2,3	8		65	15	NC1-a/NC1-b / NC 1-e / NC2-a/NC 2-b / NC2-c
9	Águas Claras / Poço Fundo / Ponta Russa e parcelas das zonas Souza Cruz e Azambuja	3	8		60	15	NC1-b / NC 1-e / NC2-a/ NC 2-b / NC2-e
10	Limoeiro /Limeira Baixa /Nova Brasília / Bateas/ Steffen	3	8		60	15	NC1-a/NC1-b / NC 1-e / NC2-a/NC 2-b / NC2-c/ NC3
11	Cedrinho / Thomaz Coelho / Santa Luzia	3	8		60	15	NC1-a/NC1-b / NC 1-e / NC2-a/ NC 2-b / NC2-c
12	(Área Rural) - Limeira Alta / Cedro Alto / Cedro Grande	0,05	2		5		NC1-a/ NC1-b/ NC2-a
13	Reserva Hoffmann						CONFORME PLANO DE MANEJO

NC1 - a /TABELA 2 - (são atividades de baixo impacto ambiental e urbanístico).

NC1 - b /TABELA 3 - (são atividades de baixo impacto ambiental e urbanístico que podem se estabelecer nas zonas permitidas conforme indicado na tabela acima);

NC1 - c /TABELA 4 - (são atividades de baixo impacto ambiental e urbanístico que podem se estabelecer nas zonas permitidas conforme indicado na tabela acima);

NC2 - a /TABELA 5 - (são atividades de baixo impacto ambiental e urbanístico que podem se estabelecer nas zonas permitidas conforme indicado na tabela acima);

NC2 - b /TABELA 6 - (são atividades de baixo impacto ambiental e urbanístico que podem se estabelecer nas zonas permitidas conforme indicado na tabela acima);

NC2 - c /TABELA 7 - (são atividades de alto impacto ambiental e urbanístico com classificação de porte que podem se estabelecer dentro do perímetro urbano conforme indicado na tabela acima);

NC3 /TABELA 8 - (são atividades de alto impacto ambiental e urbanístico, com classificação de porte grande que podem se estabelecer na zona conforme indicada na tabela acima).

(IA) - ÍNDICE DE APROVEITAMENTO

(NP) - NÚMERO DE PAVIMENTOS PERMITIDO

(G+) - NÚMERO DE PAVIMENTOS ADICIONAIS PERMITIDO SOB TRANSAÇÃO

(TO) - TAXA DE OCUPAÇÃO

(IP) - ÍNDICE DE PERMEABILIDADE

(NC) - NÍVEL DE NÃO CONFORMIDADE.

*Para as Zonas 1 e 2 do Bairro Jardim Maluche, o número máximo de pavimentos permitidos é térreo + 3 pavimentos, e para a Zona 3 do Bairro Jardim Maluche o número máximo de pavimentos permitidos é térreo + 4 pavimentos. Não havendo previsão de G+ (Outorga Onerosa).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
INSTITUTO BRUSQUENSE DE PLANEJAMENTO E MOBILIDADE

Tabela 14 da LC 166/2011 alterada pela Lei Complementar nº225/2014

GABARITOS E FAIXAS DE DOMÍNIO / AFASTAMENTOS FRONTAIS DAS RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

Tabela 14- Categoria 1

LOGRADOURO	TRECHO	GABARITO TOTAL	FAIXA DE DOMÍNIO (m)			AFASTAMENTO FRONTAL	
			passagem esquerdo	PISTA	passagem direito	LADO ESQUERDO	LADO DIREITO
Rua Blumenau/Rod. Ivo Silveira (SC-411)	Rótula Rua Guilherme Wegner até Rótula Rua Luiz Gonzaga Werner	20	-	-	-	3,00	3,00
Rod. Ivo Silveira (SC-411)	Rótula Rua Luiz Gonzaga Werner até a divisa do perímetro urbano (Rua Volta Grande)	40	-	-	-	5,00	5,00
Rod. Ivo Silveira (SC-411)	Divisa do perímetro urbano (Rua Volta Grande) até o limite do Município – (área rural) com Rua Blumenau	40	-	-	-	15,00'	15,00'
Rua Luiz Gonzaga Werner / Rod. Ivo Silveira (SC – 411)	Rótula de cruzamento com a Rótula do Clube Santos Dumont até o cruzamento com a Rod. Ivo Silveira	30	-	-	-	3,00	3,00
Rod. Antonio Heil (SC -486)	Rua Prefeito Germano Schaffner até o limite do Município com Rua Ilajaj	30	-	-	-	3,00	3,00
(SC -486)	Av. Getúlio Vargas – Av. Dom Joaquim – Av. Germano Furbinger(esquina Rua Max Furbinger)	20	-	-	-	3,00	3,00
(SC -486)	Cruzamento Av. Maximiliano Furbinger (esquina Rua Max Furbinger) e Rua do Cedro	30	-	-	-	3,00	3,00
(SC -486)	Esquina com a Rua do Cedro e a Av. Maximiliano Furbinger até entroncamento da Rua do Cedro com a Rua Ludovico Merico e com a Rua Valentin Wolf	20	-	-	-	3,00	3,00
(SC -486)	Entroncamento da Rua do Cedro com a Rua Ludovico Merico e com a Rua Valentin Wolf até o entroncamento entre a Rua Ludovico Merico e a Rua da Cristalina (DJA2)	30	-	-	-	3,00	3,00
Rod. Pedro Merizio (SC -486)	Entroncamento entre a Rua Ludovico Merico e a Rua da Cristalina até o limite do Município (área rural) com Rua Botuverá	30	-	-	-	15,00'	15,00'
Rod. Gentil Archer (SC-408)	Rua Arnaldo Rislow X até Limite do Município com Nova Trento	30	-	-	-	15,00'	15,00'

OBS.: * – A faixa "NON EDIFICANDI", de 15,00 metros para cada lado, além da Faixa de Domínio Público (Lei Federal nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979, Art. 4º item III) onde não é permitido edificar.

*ANEXO DA LC 136/2008 ACRESCIDA PELO PROJETO DE LEI ____

LEGENDA:

VIAS BÁSICAS COM AFASTAMENTO FRONTAL

--- VIAS PROJETADAS COM AFAST. FRONTAL

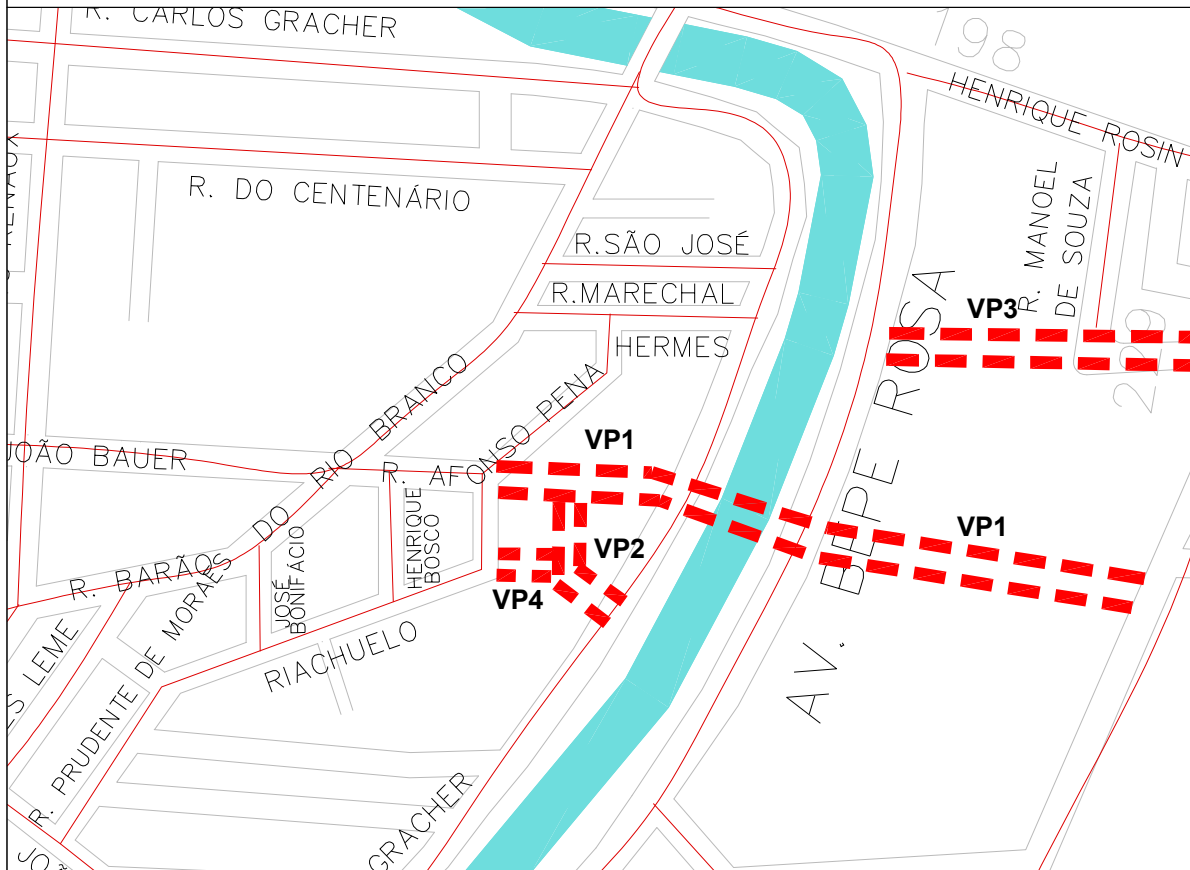


Tabela 16 • Relação de Vias Básicas Projetadas



TABELA 16 – RELAÇÃO DE VIAS BÁSICAS PROJETADAS

LIGAÇÃO ROD. ANTÔNIO HEIL COM A RUA JOÃO BAUER E TODO UM SISTEMA VIÁRIO DE ACESSOS E RETORNOS						
VP	LOCALIZAÇÃO	GABARITO				AFASTAMENTO
		PE	PISTA	PD	TOTAL	
01	Nova Ponte Central – Trecho Rod. Antônio Heil até a Ponte	5,0	21	2,5	28,5	x
	Nova Ponte Central – Trecho da Ponte até VP 02	2,3	14,6	2,3	19,2	x
02	Ligação Av. Amo Carlos Gracher com R. Afonso Pena x João Bauer – Trecho 01	2,5	8,0	2,5	13,0	x
	Ligação Av. Amo Carlos Gracher com R. Afonso Pena x João Bauer – Trecho 02	2,5	10,0	2,5	15,0	x
03	Ligação Rua Marcellio Dias com a Av. Bepe Rosa	2,5	10,0	2,5	15,0	x
04	Ligação VP 02 com Rua Riachuelo	2,0	7,0	2,0	10,0	

Obs.:

1- Eventualmente poderá haver compartilhamento de passeio com ciclovia
x - Ruas com previsão de afastamento frontal.

Data: 30-11-12

BRUSQUE 07/2013

ATA 34 -2012 COMCIDADE - ABRIL 2012

Tabela 12 – NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO
Alterado pela Lei Complementar nº225/2014

ATIVIDADES	VAGAS BÁSICAS TP 1 e TP 2 (2)	VAGAS ADICIONAIS
CASA DE EVENTOS DANCETERIA/ RESTAURANTE	1 vaga a cada 20m ² de área construída.	Mínimo 1 vaga TP 3A
CEMITÉRIO	1 vaga a cada 500m ² de área do terreno.	Mínimo 1 vaga TP 3A e 1 vaga TP 2
DEPÓSITOS/GALPÕES PARA DIVERSOS USOS	1 vaga a cada 400m ² de área construída.	1 vaga TP 3B a cada 1000m ² de área construída. Mínimo 1 vaga TP 3A
EDUCACIONAL GERAL CRECHES/ESCOLAS	1 vaga a cada 50m ² de área construída.	1 vaga TP 3A a cada 300m ² de área construída. Mínimo 1 vaga TP 2
EDUCACIONAL SUPERIOR (*) CURSOS	1 vaga a cada 25m ² de área construída.	1 vaga TP 4 a cada 600m ² de área construída. Mínimo 1 vaga TP 3A p/ Educ. Superior Mínimo 1 vaga TP 2A p/ Cursos
ESTÁDIOS/GINÁSIOS CLUBES	1 vaga a cada 30m ² de área construída.	Mínimo 1 vaga TP 4 e 1 vaga TP 3A
HOTÉIS, POUSADAS, ALBERGUES E PENSÕES	1 vaga a cada 4 leitos.	1 vaga TP 4 a cada 200 leitos. Mínimo 1 vaga TP 3A
INDUSTRIAL	1 vaga a cada 200m ² de área construída.	1 vaga TP 3B a cada 1000m ² de área construída. Mínimo 1 vaga TP 3A
PARQUES/CAMPING	1 vaga a cada 800m ² de área do terreno.	Mínimo 1 vaga TP 3A
RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR (1)	1 vaga por unidade habitacional até 100m ² . 2 vagas por unidade habitacional a partir de 100 m ² .	1 vaga TP 2 a cada 20 unidades habitacionais. Máximo 50 vagas.
RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR	1 vaga por unidade habitacional.	
RELIGIOSO	1 vaga a cada 25m ² da área construída.	Mínimo 1 vaga TP 3A
SAÚDE COM INTERNAÇÃO	1 vaga a cada 2 leitos + 1 vaga a cada 50m ² de área construída de administração.	1 vaga TP 3A a cada 600m ² de área construída. Mínimo 1 vaga TP 2
SAÚDE SEM INTERNAÇÃO	1 vaga a cada 50m ² de área construída.	1 vaga TP 3A a cada 300m ² de área construída. Mínimo 1 vaga TP 2
SERVIÇOS GERAIS/COMÉRCIO VAREJISTA	1 vaga a cada 50m ² de área construída.	1 vaga TP 3A a cada 1000m ² de área construída. Mínimo 1 vaga TP 2

SERVIÇOS PESADOS/ COMÉRCIO ATACADISTA	1 vaga a cada 300m ² de área construída.	1 vaga TP 3B a cada 1000m ² de área construída. Mínimo 1 vaga TP 3A
SHOPPING CENTERS	1 vaga a cada 30 m ² de área construída.	1 vaga TP 3B a cada 2000m ² de área construída. Mínimo 1 vaga TP 3A e 1 vaga TP 2
TEATROS/CINEMAS AUDITÓRIOS	1 vaga a cada 05 assentos	1 vaga TP 3A a cada 500m ² . Mínimo 1 vaga TP 2

OBSERVAÇÕES:

TP = Tipo de Veículo conforme Artigo 51 – LC 140/2008.

(1) NO CASO DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES FICAM DISPENSADOS DE VAGAS DE VISITANTES OS EMPREENDIMENTOS QUE POSSUÍREM NÚMERO DE UNIDADES INFERIOR A 10 (DEZ).

(2) ► A CADA 05 VAGAS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS DEVERÁ HAVER 1 VAGA DE MOTO E 1 VAGA DE BICICLETA. NO MÍNIMO 1 VAGA PARA MOTO E 1 VAGA PARA BICICLETA.

► QUALQUER ATIVIDADE DEVERÁ POSSUIR NO MÍNIMO 1 VAGA BÁSICA (POR UNIDADE);

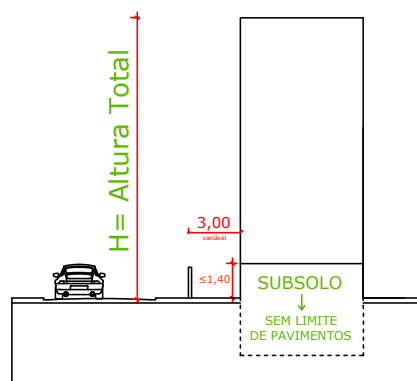
► A CADA 2 VAGAS TP 3A, PODERÁ OPTAR POR 1 VAGA TP 3A + 2 VAGAS TP 2.
CADA 2 VAGAS TP 3B, PODERÁ OPTAR POR 1 VAGA TP 3B + 2 VAGAS TP 3A.
CADA 2 VAGAS TP 4, PODERÁ OPTAR POR 1 VAGA TP 4 + 2 VAGAS TP 3B.A
A

► SE O RESULTADO DO CÁLCULO DE VAGAS FOR ATÉ 0,5 O NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS EXIGIDOS É ARREDONDADO PARA MENOS. RESULTADOS ACIMA DE 0,5 O NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS EXIGIDO É ARREDONDADO PARA MAIS. NO CASO DE AMPLIAÇÃO, SOMENTE SERÁ COBRADO VAGA QUANDO ULTRAPASSAR O VALOR DE 0,5.

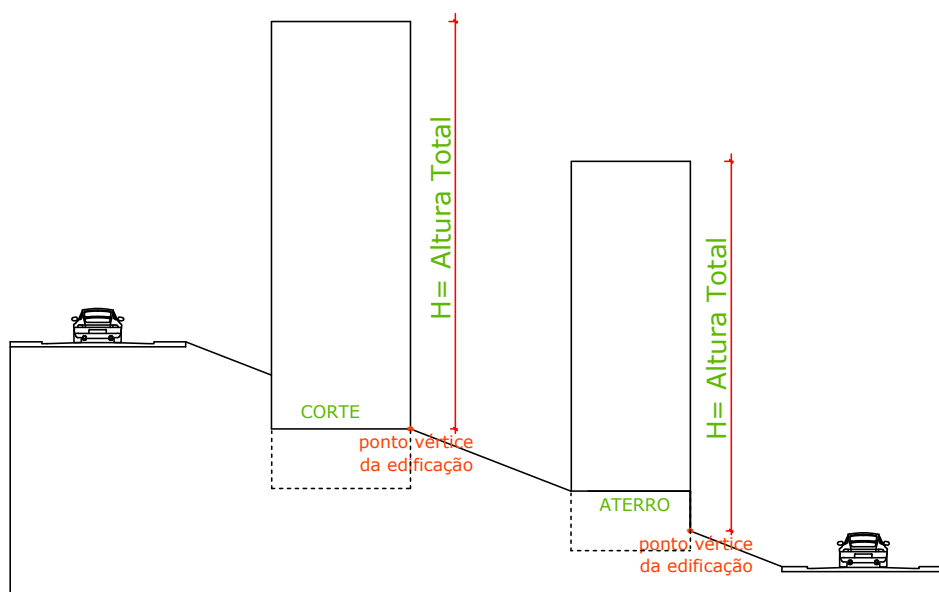
► VAGAS PARA IDOSOS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS CONSIDERA-SE CONFORME LEI Nº 10.741/2003 – ESTATUTO DO IDOSO E NBR 9050/2004.

Desenho 2: ALTURA DE EDIFICAÇÕES e SUBSOLO

Anexo da LC 136/2008 acrescido pela LC 166/2011 e alterado pela Lei Complementar nº 225/2014



Artigo 25 - Parágrafo 3º e 8º

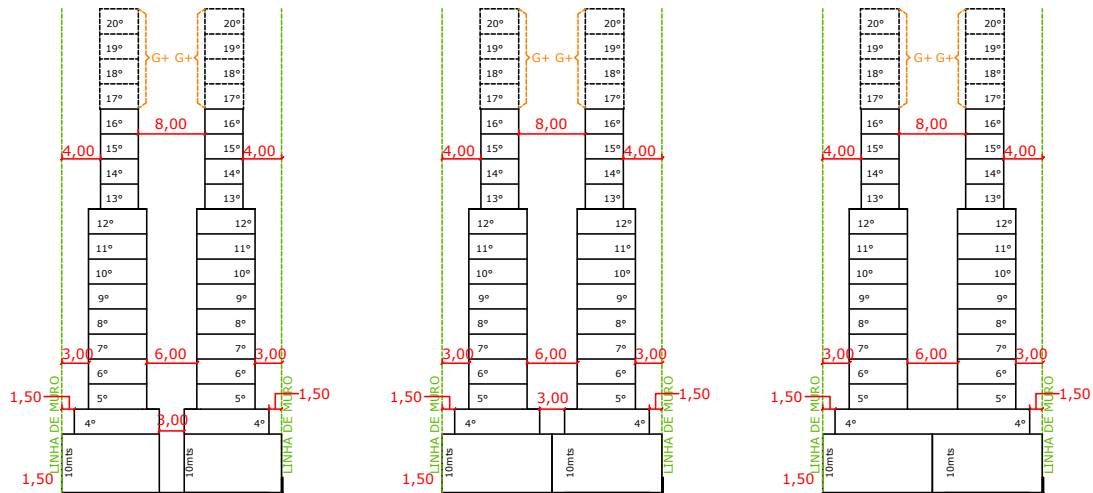


Artigo 25 - Parágrafo 3º

H= Maior altura em relação a todos os pontos vértices da edificação.

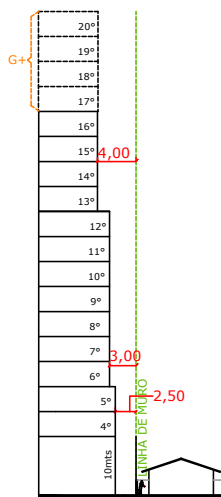
Desenho 3-a, 3-b e 3-c: AFASTAMENTO LATERAIS E FUNDOS

Anexo da LC 136/2008 acrescido pela Lei Complementar nº 225/2014

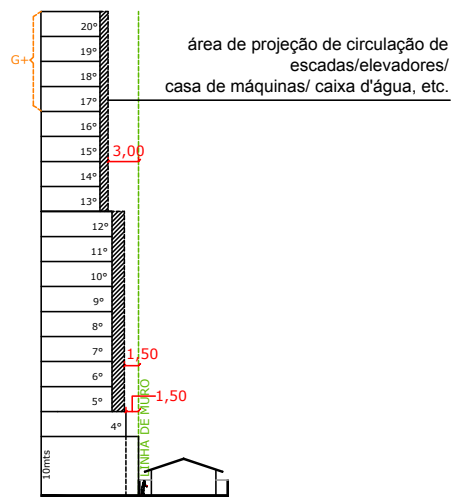


Desenho 3-a

Mais de uma edificação e/ou blocos com mais de 10 metros de altura em um lote ou terreno.



Desenho 3-b

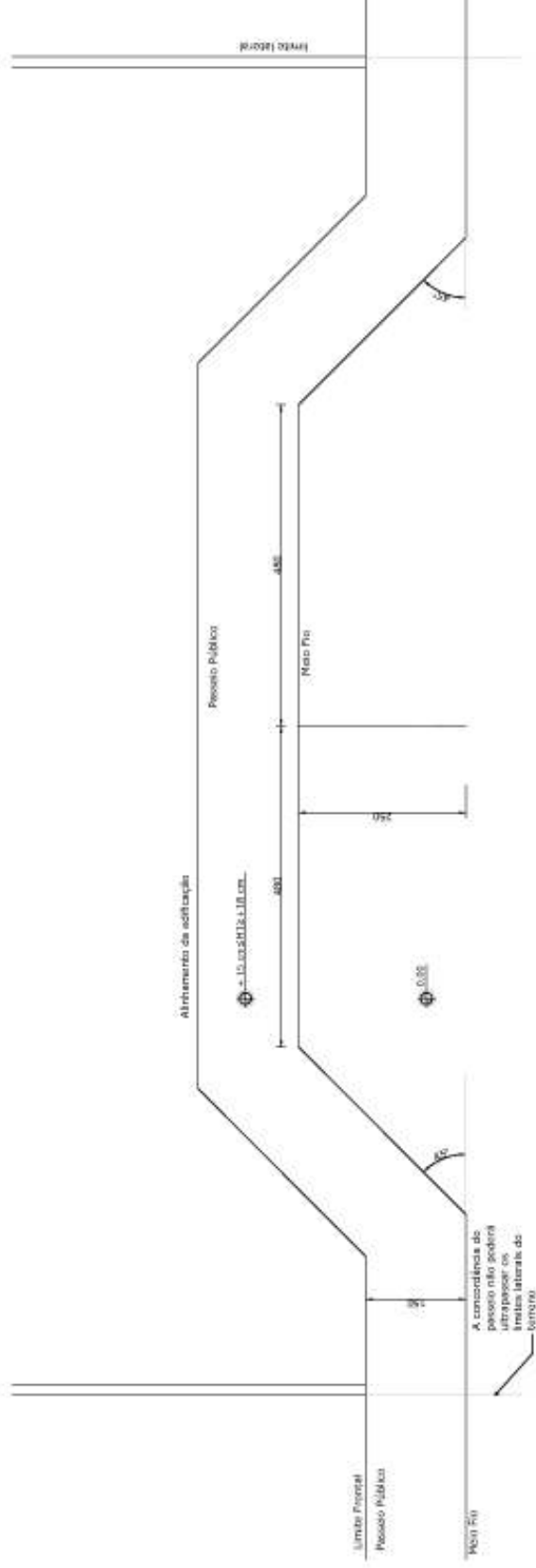


Desenho 3-c



DESENHO 5 a - Recuo de passeio para estacionamento paralelo à via

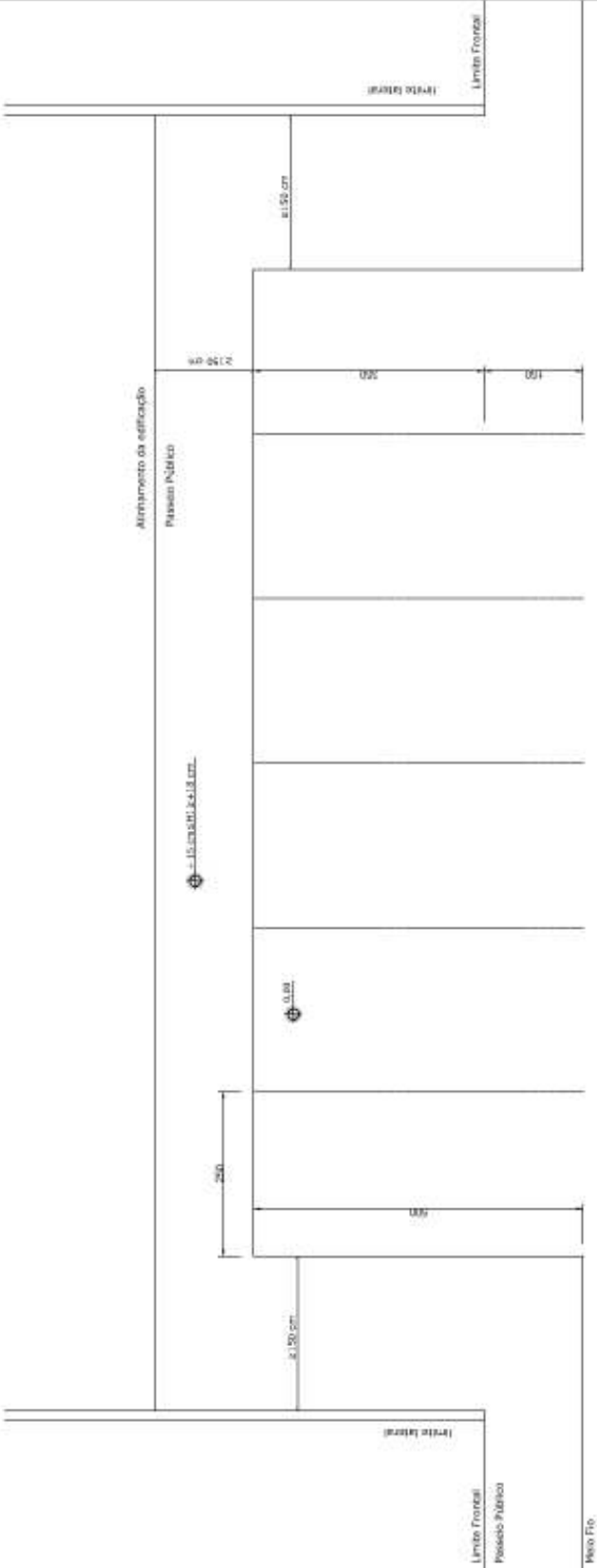
Anexo da LC 136/2008 alterado pela Lei Complementar nº 225/2014



O passeio recuado deverá respeitar a mesma largura definida para a via frontal ao lote.

DESENHO 5 b - Estacionamento perpendicular à via com desvio de passeio

Anexo da LC 136/2008 alterado pela Lei Complementar nº 225/2014



O passeio recuado deverá respeitar a mesma largura definida para a via frontal ao lote.

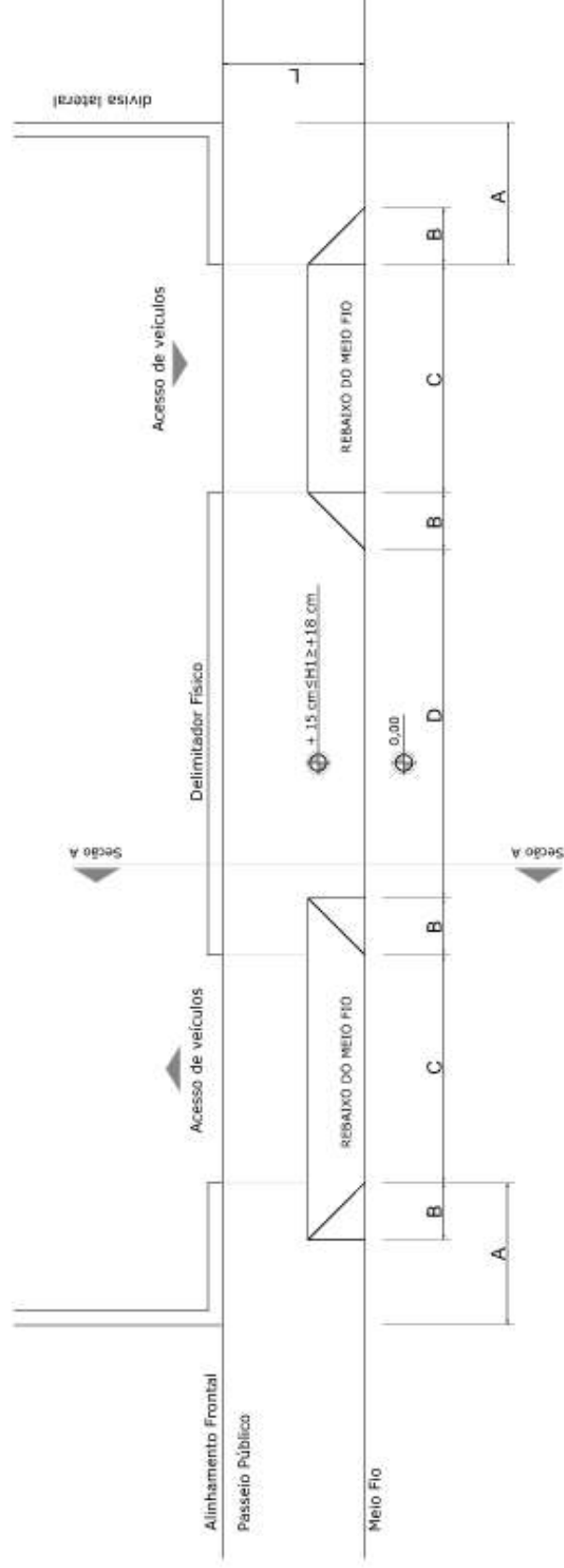


Anexo da LC 136/2008 alterado pela Lei Complementar n° 225/2014



DESENHO 6

Anexo da LC 136/2008 acrescido pela LC 166/2011 e alterado pela Lei Complementar n° 225/2014



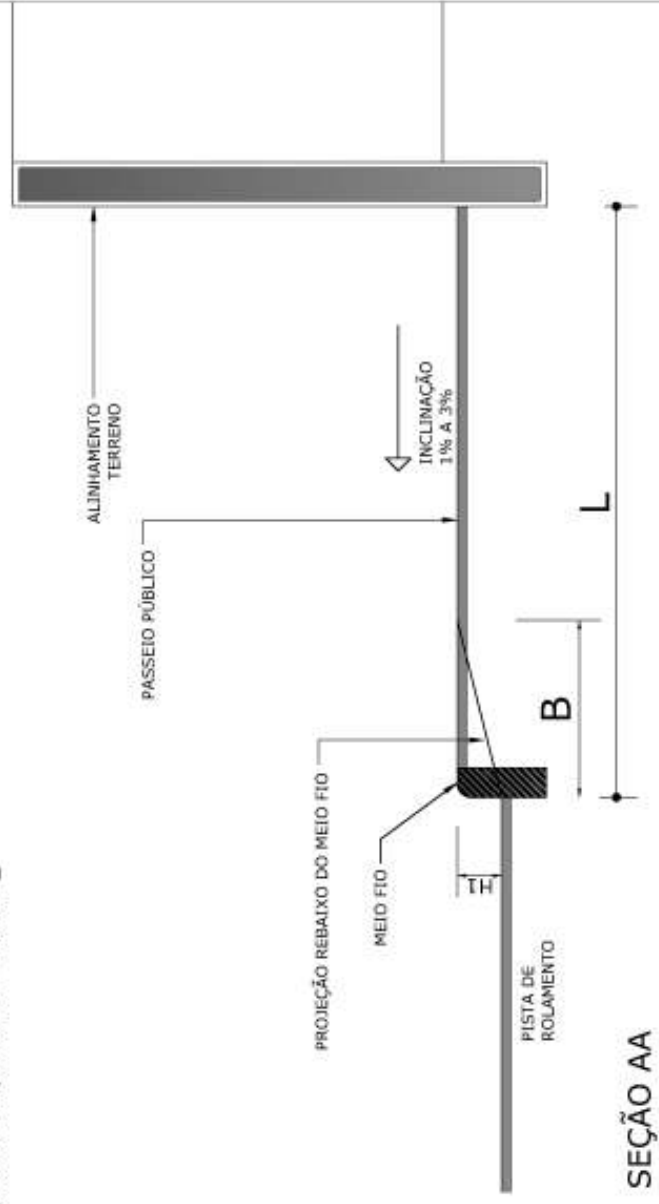
A = Distância da divisa do imóvel
B = Faixa de transição ≤ 60 cm
C = Comprimento do rebaixo do meio fio
D = Distância entre rebaixos do meio fio
H1 = Altura do meio fio
L = Largura do passeio



DESENHO 7

Anexo da LC 136/2008 acrescido pela Lei Complementar nº 225/2014.

- A = Distância da divisa do imóvel**
- B = Faixa de transição ≤ 60 cm**
- C = Comprimento do rebaixo do meio fio**
- D = Distância entre rebaixos do meio fio**
- H1 = Altura do meio fio**
- L = Largura do passeio**



SEÇÃO AA



DESENHO 8

Anexo da LC 136/2008 acrescido pela Lei Complementar nº 225/2014

REBAIXO PARA PASSEIOS COM LARGURA MENOR QUE 1,50m

PLANTA BAIXA

ALINHAMENTO PREDIAL

Passeio Público

PASSEIO

L ≤ 1,50m

≤ 8,33%

ACESSO ≤ 3%

≤ 8,33% PASSEIO

Meio Fio

LARGURA TOTAL DO REBAIXO

12%

12%



Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.176/2014

DECRETO nº 6.176, de 23 de outubro de 2014.
Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente, na importância de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais):

14.01- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15.512.0024.2.041 - Manutenção, ampliação e melhoria do abastecimento da água
4.4.90.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diretas
..... R\$ 130.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais):

14.01- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
15.512.0024.2.041 - Manutenção, ampliação e melhoria do abastecimento da água
3.3.90.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diretas
..... R\$ 130.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

*Replicado por Incorreção.

AVISO DE LICITAÇÃO PR 13-2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
Fundo Municipal de Assistência Social
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014
TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DOCES E DESCARTÁVEIS, DESTINADOS AOS PROGRAMAS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 19/11/2014.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 19/11/2014.
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa

Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 03 de novembro de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,
Secretária Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO PR 36-2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA UTILIZAÇÃO EM SALAS DE VACINAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 18/11/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 18/11/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 03 de novembro de 2014.

ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO
Secretaria de Saúde

REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO 58-2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Revoga-se o processo Licitatório nº 58/2014 EDITAL: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2014. OBJETO - Locação de AMBULÂNCIA para transporte de pacientes em Tratamento Fora do Domicílio - TFD, contratada - LITORAL SUL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME, CNPJ - 10719885/0001-37, sediada na Rua Jatobá nº 337, Bairro Eucaliptos, no Município de Fazenda Rio Grande - PR, para o período de 03 (três) meses, POR INTERESSE PÚBLICO. Maiores Informações poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Av. Santa Catarina 195 - Centro, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 31 de outubro de 2014.

ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO
Secretaria de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO PR 37-2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EXAMES RADIOGRÁFICOS PERIAPICAIS ODONTOLÓGICOS DIGITAIS COM LAUDO, PARA PACIENTES ATENDIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 20/11/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 20/11/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 03 de novembro de 2014.
ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO
Secretaria de Saúde

PORTARIA Nº 24.779

PORTARIA nº. 24.779, de 31 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, por analogia ao art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

Resolve:

Art. 1º - PRORROGAR o prazo de conclusão do procedimento de Sindicância Administrativa nº. 02/2014, instaurado pela Portaria nº. 24.070 de 20/06/2014, uma vez que a Comissão Processante não conseguiu concluir a instrução processual em virtude do acúmulo de trabalho da Coordenadoria com a Sindicância Administrativa nº. 02/2014.

Art. 2º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, em virtude da complexidade dos trabalhos, a contar da publicação da presente portaria no órgão oficial, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 31 de Outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú**PREFEITURA****PR 89/14-PMC**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 089/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE REPARO NAS VIAS PAVIMENTADAS EM LAJOTAS E PARALELEPÍPEDOS EM TODAS AS RUAS MUNICIPAIS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 14 (Catorze) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 31 de Outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

PR 23/14 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2014-FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, MICROCOMPUTADOR, ELÉTRONICOS E ELETRODOMÉSTICOS A FIM DE COMPOR OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O SERVIÇO DE ACO- LHIMENTO, COM O OBJETIVO DE ATENDER OS ADOLESCENTES ACOLHIDOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 13 (Treze) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 03 de Novembro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1292/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1292/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANL7636	54949969E	6599/2	15/09/2014	230 * V
BOY3613	55726908E	6599/2	11/09/2014	230 * V
DGN6697	54949968E	5010/0	13/09/2014	162 * I
GQA7568	55727589E	6580/0	08/10/2014	230 * IV
LXT3050	54948792E	5045/0	20/09/2014	162 * V
LYY0560	55726989E	7340/0	16/09/2014	252 * IV
MBR6653	55726878E	5010/0	04/10/2014	162 * I
MBR6653	55726879E	6637/2	04/10/2014	230 * IX
MBR6653	55726880E	6599/2	04/10/2014	230 * V
MCH6136	55726787E	6599/2	08/09/2014	230 * V
MCO7317	54948788E	6599/2	20/09/2014	230 * V
MDJ4488	54948789E	6637/2	20/09/2014	230 * IX
MGW1940	54948790E	6653/1	20/09/2014	230 * XI
MHH1831	55727454E	5010/0	30/09/2014	162 * I
MHH1831	55727455E	6599/2	30/09/2014	230 * V
MIN3356	54623576E	6599/2	13/09/2014	230 * V
MJO1319	55727375E	5010/0	20/09/2014	162 * I
MJO1319	55727376E	5118/0	20/09/2014	164 c/c 162 * I
MJO1319	55727377E	6556/4	20/09/2014	230 * I
MKI5733	55726743E	6599/2	04/10/2014	230 * V
MKI5733	55726745E	6912/0	04/10/2014	232
MLP0993	54950455E	6599/2	20/09/2014	230 * V
MLP0993	54950456E	5045/0	20/09/2014	162 * V
MLP0993	54950457E	6912/0	20/09/2014	232
MLP0993	54950458E	6602/0	20/09/2014	230 * VI
MLP5723	55726937E	5061/0	06/10/2014	163 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLP5723	55726938E	5010/0	06/10/2014	162 * I
MLP5723	55726939E	6556/4	06/10/2014	230 * I
MLP5723	55726940E	6912/0	06/10/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 3 DE NOVENBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1293/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1293/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHZ5293	54949976E	5460/0	27/09/2014	181 * IX
IBT0132	55727354E	5185/1	13/09/2014	167
LZA6809	55726596E	5185/1	13/09/2014	167
MAZ0013	55727371E	5185/1	20/09/2014	167
MBA8188	55727357E	5185/1	16/09/2014	167
MDU7909	55727368E	5185/1	19/09/2014	167
MFI0341	55727370E	5185/1	20/09/2014	167
MFZ1053	54950447E	5185/1	12/09/2014	167
MKE2016	54949542E	5185/1	10/10/2014	167
MKZ9733	54950446E	5525/0	12/09/2014	181 * XV
MLH6973	55726575E	5185/1	11/09/2014	167
QIQ2010	55726797E	7366/2	16/09/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 972 DE 15 DE ABRIL DE 1991

DECRETO Nº 0972

DISPÕE SOBRE PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - A: LUCIA SALETE KUJASKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de abril de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de abril de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 954 DE 26 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0954

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 953 DE 25 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0953

DISPÕE SOBRE DIAS LETIVOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA PARA O EXERCÍCIO DE 1991.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 952 DE 20 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0952

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 951 DE 20 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0951

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

ATA PREGÃO 102

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 102/2014)

Aos vinte e nove de outubro dias do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Viviane Inês Fernandes Caldas Schiavenin, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 102/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a Contratação de serviços de publicidade institucional via radiodifusão através da emissora de rádio FM (devidamente licenciada pelo ministério das comunicações para divulgação de matérias institucionais do Município de Campo Alegre. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: ALTOS DA SERRA RADIOFUSÃO LTDA ME. A empresa Altos da Serra Radiodifusão Ltda Me credenciou como representante na sessão o Sr. Fábio Mousquer. O licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. A empresa Altos da Serra Radiodifusão Ltda Me comprovou enquadramento como microempresa. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Passou-se a fase de lances ficando conforme tabela abaixo:

ITEM 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Altos da Serra Radiodifusão Ltda Me	19,90	19,90	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira

classificada no ITEM. Estando de acordo com o exigido no edital, a empresa Altos da Serra Radiodifusão Ltda Me foi declarada vencedora do Item com o valor de R\$ 19,90, conforme apresentado na tabela acima. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 950 DE 14 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0950

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 14 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 949 DE 13 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 949 DE 13 DE MARÇO DE 1991

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

CLAUDIO ANDRADE, para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais - A , regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 13 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 948 DE 13 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 948 DE 13 DE MARÇO DE 1991

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARISE DO CARMO MACHADO HUBNER, para exercer a função de Auxiliar Administrativo I - A , regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 13 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 947 DE 13 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0947

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE BERÇÁRIO - A REGIDO PELO REGIME ESTATUTÁRIO - DORIS SELL BECKER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 946 DE 13 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0946

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE BERÇÁRIO REGIDO PELO REGIME ESTATUTÁRIO - MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 945 DE 12 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0945

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 944 DE 12 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 944 DE 12 DE MARÇO DE 1991
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

OLÍVIA MARTINS DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professora - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 12 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 943 DE 12 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 943 DE 12 DE MARÇO DE 1991
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

CLODOALDO DA ROSA, para exercer a função de Professora - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 12 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 942 DE 11 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 942 DE 11 DE MARÇO DE 1991
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

ROSILDA DENISE HANSEN, para exercer a função de Professora - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 11 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 941 DE 11 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0941

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - A - NATALIA PRUSSACK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 940 DE 11 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0940

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA - B - ROSELI DO ROCIO SCHIERHOLDT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 939 DE 08 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0939

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA FUNÇÃO DE MOTORISTA - B - PEDRO MAURO MACHADO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 938 DE 01 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0938

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 937 DE 01 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0937
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
- A - LAUDELINO ALVES DA ROCHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 936 DE 01 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0936
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AUXILIAR DE TRATORISTA NO
REGIME ESTATUTÁRIO - JOÃO OSVALDO ROSÁRIO ROCHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 935 DE 01 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 935 DE 01 DE MARÇO DE 1991
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:
ROSILDA DENISE HANSEN, para exercer a função de Professora - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 1º de março de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 934 DE 01 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0934
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - A
NO REGIME ESTATUTÁRIO - MARIA DA GRAÇA DRANKA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 933 DE 01 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 933 DE 01 DE MARÇO DE 1991
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:
INÊS MENDES DOS SANTOS PRADO, para exercer a função de Auxiliar Serviços Gerais A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 1º de março de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 932 DE 01 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 932 DE 01 DE MARÇO DE 1991
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:
ARICE WAGNER BERNARDES, para exercer a função de Auxiliar Administrativo I - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 1º de março de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 931 DE 01 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 931 DE 01 DE MARÇO DE 1991
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

LILIAN TEREZINHA BARTSCH, para exercer a função de Agente Administrativo I - C, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 1º de março de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 930 DE 01 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 930 DE 01 DE MARÇO DE 1991
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA, para exercer a função de Professora Classe - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 1º de março de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 929 DE 01 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 929 DE 01 DE MARÇO DE 1991
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

ELIANE BAUM, para exercer a função de Professora Classe - B, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 1º de março de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 928 DE 01 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0928
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - IRANILDA APARECIDA DE ANDRADE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 927 DE 01 DE MARÇO DE 1991

DECRETO Nº 0927
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - ELIANE KOTOVICZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de março de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 926 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1991

DECRETO Nº 0926
CONCEDE APOSENTADORIA A PROFESSORA MUNICIPAL - TEREZINHA ZENI CORDEIRO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 28 de fevereiro de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 925 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1991

DECRETO Nº 925 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1991
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

ELIANE BAUM, para exercer a função de Professora Classe - B, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 18 de fevereiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 924 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1991

DECRETO Nº 0924

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFESSORA PEDAGOGA - A - DAURA SILVA DUVOISIN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de fevereiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 923 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1991

DECRETO Nº 0923

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO I - B - REGINA DAS GRAÇAS C. DA CRUZ DERENIEVICZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de fevereiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 922 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1991

DECRETO Nº 0922

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - LEILA DE CÁSSIA MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de fevereiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 921 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1991

DECRETO Nº 0921

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - VERÔNICA WOJCIECHOSKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de fevereiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 920 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1991

DECRETO Nº 0920

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de fevereiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 919 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1991

DECRETO Nº 0919

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - ELISABET SCHINDLER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de fevereiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 918 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1991

DECRETO Nº 0918

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS FUNCIONÁRIOS, DESTA PREFEITURA MUNICIPAL REGIDOS PELOS REGIMES ESTAUTÁRIO, CLT E ESTAGIÁRIOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de fevereiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 917 DE 07 DE FEVEREIRO DE 1991

DECRETO Nº 0917

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA ONZE DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 07 de fevereiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos sete dias do mês de fevereiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 916 DE 05 DE FEVEREIRO DE 1991

DECRETO Nº 0916

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - ALAOR HANSEN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de fevereiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de fevereiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 915 DE 31 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0915

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - IVONEI FRIEDRICH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de janeiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 914 DE 31 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0914

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - JOANA DO ROSÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de janeiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 913 DE 31 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0913

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - SILVIA ANDREA PRESTES DE SOUZA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de janeiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 912 DE 31 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 931 DE 01 DE MARÇO DE 1991

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

LILIAN TEREZINHA BARTSCH, para exercer a função de Agente Administrativo I - C, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 1º de março de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 8.651 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.651 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreto:

Art.1º) Exonerar a Srª. CECÍLIA MARLENE SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 0158, Registro no Sistema sob o nº 185600, do Cargo de Diretor Adjunto da EMEB - Escola Municipal de Educação Básica "Maria José Duarte Silva Bernardes, do Quadro de Cargos de Função Gratificada FG-5C, a partir de 31 de Outubro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre /SC,
31 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 31/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 911 DE 31 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0911

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - SANDRO BUENO FRANCO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de janeiro de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 910 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0910

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA - JEOVANA MARA TABBERT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de janeiro de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 909 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 909 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

MARIA ANGÉLICA FOITTE, para exercer a função de Professora de Educação Física Classe - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 15 de janeiro de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 908 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0908

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA - VERA LUCIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA LOPES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de janeiro de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 907 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 907 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO, para exercer a função de Professor de Pedagogia Classe - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 15 de janeiro de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 906 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0906
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA - CARLA LUCIANE FUCKNER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de janeiro de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 905 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 905 DE 15 DE JANEIRO DE 1991
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:
MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY, para exercer a função de Supervisora Educacional Classe - B, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 15 de janeiro de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 904 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0904
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA - HELENA CRISTINY MAY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de janeiro de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 903 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0903
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO NA FUNÇÃO DE MÉDICO CLASSE P - DIRCEU RIBAS VEIGA JUNIOR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de janeiro de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 902 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 902 DE 15 DE JANEIRO DE 1991
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:
LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, para exercer a função de Telefonista Classe - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 15 de janeiro de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 901 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0901
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de janeiro de 1991.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 900 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0900

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - IVONEI FRIEDRICH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de janeiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 899 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0899

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MARIA ELIANE FRIEDRICH PARA RESPONDER PELO CARGO DE CHEFE DE DIREÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de janeiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 898 DE 15 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0898

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE JOSÉ LUIS SILVA NO CARGO DE SECRETÁRIO DE GABINETE DO PREFEITO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de janeiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 896 DE 02 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0896

DISPÕE SOBRE RECLASSIFICAÇÃO DE SERVIDOR - LUIZ VALDIR CARVALHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 895 DE 02 DE JANEIRO DE 1991

DECRETO Nº 0895

DISPÕE SOBRE RECLASSIFICAÇÃO DE SERVIDOR - LOURIVAL FELICIANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1991.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1991.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 894 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0894

FIXA A "UNIDADE MUNICIPAL" PARA O EXERCÍCIO DE 1991.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 893 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0893

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 892 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0892

EXONERA O ESTAGIÁRIO - ALAOR HANSEN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 891 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0891

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 890 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0890

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 889 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0889

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

treze dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 888 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0888

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 887 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0887

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 886 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0886

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 885 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0885

EXONERA DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - B, Sr. BENJAMIN SCHULTZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 10 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dez dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 884 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 884 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

JOSÉ CARLOS VIEIRA, para exercer a função de Tratorista Classe - D, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 883 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0883

NOMEIA LUIZ VIEIRA DOS SANTOS PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 882 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0882

NOMEIA MANOEL VIEIRA PISKE PARA EXERCER O CARGO DE FISCAL DE OBRAS DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 881 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0881

NOMEIA TEODORO MILCHEWSKY PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DO SETOR DE ESTRADA DE RODAGEM.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 880 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 880 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

TEREZINHA WIELEVICK, para exercer a função de Auxiliar Administrativo I - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos cinco dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

DECRETO Nº 879 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0879

NOMEIA TEODORO MILCHEWSKY PARA EXERCER A FUNÇÃO DE MOTORISTA - I, REGIDO PELO REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

cinco dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 878 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0878
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de dezembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
cinco dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 877 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 877 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:
MARILUCI DOS SANTOS BUCHMANN, para exercer a função de
Auxiliar de Berçário - A, regida pelo Regime Estatutário a partir
desta data.

Campo Alegre/SC, 05 de dezembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secre-
taria aos cinco dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 876 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0876
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de dezembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
cinco dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 875 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0875
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de dezembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
cinco dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 874 DE 05 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0874
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de dezembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
cinco dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 873 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0873
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de dezembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos
três dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 872 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0872
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 871 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0871

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA QUATORZE DE NOVEMBRO DE 1990.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 870 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0870

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 869 DE 09 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0869

DISPÕE SOBRE DE MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 8.652 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.652 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO IPRECAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do IPRECAL.

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social	
94.01 -	Divisão de Manutenção do IPRECAL	
09.272.0066.2.113 -	Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas do IPRECAL	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339093.00.141 -	Indenizações e Restituições	R\$ 4.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do IPRECAL.

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social	
94.01 -	Divisão de Manutenção do IPRECAL	
09.272.0066.2.113 -	Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas do IPRECAL	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339039.00.141 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídica	R\$ 4.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.653 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.653 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de Novembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.654 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.654 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETOR ADJUNTO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, Inciso V da Lei Orgânica do Município, em especial ao Artigo 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art.1º) Nomear o Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Professor II, na função de Professor de Educação Física, Sr. MÁRCIO MARCELO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 0158, Registro no Sistema sob nº 185600, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o cargo de Diretor Adjunto na Escola Municipal de Educação Básica "Maria José Duarte Silva Bernardes", com carga horária de 40 horas semanais, percebendo gratificação FG-5C, no valor de R\$ 761,73 (setecentos e sessenta e um reais, setenta e três centavos) mensais, enquanto permanecer na função, a partir de 03 de Novembro de 2014.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 03 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416 e 3.386 em: 03/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.311 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.311 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÕES HORIZONTAIS POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressões Horizontais por Desempenho Profissional a Servidora Pública ROSANGELA ODIA FICKNER, Matrícula Funcional nº 000497, Registro no Sistema Sob nº 954544, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Primeira Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A para Nível 1 Sub-Nível 11 Referência B no valor de R\$ 639,64 (seiscentos e trinta e nove reais, sessenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 12 de Março de 2012.

Art.3º) A Segunda Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência B para Nível 1 Sub-Nível 11 Referência C no valor de R\$ 754,19 (setecentos e cinquenta e quatro reais, dezenove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 12 de Março de 2014.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Outubro de 2014, será pago o valor de R\$ 587,45 (quinhentos e oitenta e sete reais, quarenta e cinco centavos), correspondente as Progressões concedidas a partir de 12 de março de 2012 e 12 de Março de 2014, já descontado o valor de R\$ 70,88 (setenta reais, oitenta e oito centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 141,76 (cento e quarenta e um reais, setenta e seis

centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de Março de 2012 e 12 de Março de 2014 respectivamente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
29 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 29/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 868 DE 08 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0868

DISPÕE SOBRE DE MEMBROS DA COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 867 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0867

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - VIVIANE ISABEL SCHWARZ NA FUNÇÃO DE BIBLIOTECÁRIA - A, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 866 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0866

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - VILMAR MEURER DA COSTA NA FUNÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO II - C, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 865 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 865 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

VALMIR ADÃO DE SOUZA LUZ, para exercer a função de Motorista - B, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 864 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0864

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - SIRLEY TERZINHA BUENO FRANCO NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 863 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0863

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON NA FUNÇÃO DE PROFESSORA, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 862 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 862 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS, para exercer a função de
Professora, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secre-
taria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 861 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 0861
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO - SALETE TEREZINHA GIESE NA FUN-
ÇÃO DE PROFESSORA, REGIME ESTATUTÁRIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao
primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 860 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990

DECRETO Nº 860 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1990
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei; Decreta:

NOMEAR:

ROSE MARI CUBAS, para exercer a função de Agente Administrati-
vo II - A, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 01 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secre-
taria ao primeiro dia do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 78/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no
dia 14 de novembro de 2014 às 16 horas, na sala de reuniões
da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item,
tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO
DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NO TRANSPORTE DE MÁQUINAS
PESADAS E DE CAMINHÃO GUINCHO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à
disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br
ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João
Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, dia-
riamente.

Campos Novos, 04 de novembro de 2014.
Prefeito Municipal
Nelson Cruz

**DECRETO Nº. 7.151/14 DE 21/10/2014 NOMEIA
MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO -
CMDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº 7.151/2014 DE 21/10/2014
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO
IDOSO - CMDI - E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos-SC, no uso
das atribuições legais conferidas pelo art.100, VIII da Lei Orgânica
do Município de Campos Novos,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o
Conselho Municipal de Direitos do Idoso - CMDI:

I - ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS - Entidades Públicas:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Neli Krah

Suplente: Beatriz Marcon

b) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Leonardo Farias dos Santos

Suplente: Eliane Lopes

c) Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: Marlene Martinson Berlanda

Suplente: Vanir de Fátima Ribeiro

d) Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:

Titular: Sergio Silvestrin

Suplente: Claudinei Serena

e) Delegacia de Proteção a Criança, Adolescente, a Mulher e Idoso
- DPCAMI:

Titular: Bárbara Redante

Suplente: Maykon Giovani Albuquerque

II - ÓRGÃOS NÃO - GOVERNAMENTAIS - Sociedade Civil

a) Associação de Aposentados e/ou Sindicato:

Titular: Elizabete Pereira (ASAPCAM)
Suplente: Neiva Scarabotto (SINTE/APROFUCAM)

b) Organização de Grupo de Usuários e/ou Movimento do Idoso, devidamente legalizada e em atividade:

Titular: Terezinha Garaffa (Rede Feminina Câncer - RFCC);
Suplente: Lourdes Luvison (Clube Anos Dourados);

c) Organização de Profissionais com trabalhos de assessoramento, defesa, atendimento e proteção aos direitos do idoso e/ou Associações que comprovem possuir políticas relativas ao idoso:

Titular: Liana Ramos (OAB);
Suplente: Vilmar de Matos (UNICAMPO/Associação de Agentes Ambientais Cidade Limpa);

d) Outras Entidades que desenvolvam trabalhos em defesa a saúde e valorização do idoso, que comprovem possuir políticas explícitas permanentes de atendimento e promoção do idoso:

Titular: Rita de Cássia Stefanos Silvestrin Zoldan (ANG/SC);
Suplente: Ana Carla Wolff Lopes (Comunidade Servos da Pobreza);

e) Entidades de Classe e Serviços e/ou Universidades:

Titular: Eliane Marin (UNOESC);
Suplente: Vilma Padilha Semin (Rotary - Casa Amizade);

Art. 2º. O mandato dos membros nomeados será pelo período de dois anos, ou seja, de 21/10/2014 a 21/10/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 21 de outubro de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.172/14 DE 03/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.172/2014 DE 03/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) no seguinte projeto/atividade:

17.512.0036.2.059 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Água

3.3.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 03 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 32/2014

Portaria Nº 32/2014

EXONERA SERVIDORA CLAUDETE SURDI DO CARGO EM COMISSÃO DE RECEPCIONISTA

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a senhora CLAUDETE SURDI, brasileira, solteira, inscrita sob CI nº 5.843.938 e CPF nº 085.188.359-17, do cargo em Comissão de Recepcionista - RP -01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 03 de Novembro de 2014.

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio)

Presidente da Mesa

Canelinha**PREFEITURA****EXTRATO EDITAL 99/2014 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 99/2014
MODALIDADE: Tomada de Preço nº 16/2014

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para ampliação em 64 m² da Creche Maria de Lourdes Nicolau Zimmermann, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital.. DATA DE ABERTURA: 19 de novembro de 2014, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 03 de novembro de 2014.
ANTONIO DA SILVA
Prefeito do Município

Canoinhas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/14
HOMOLOGAÇÃO: 03/11/14
CONTRATADO: INVIOLAVEL MONITORAMENTO CANOINHAS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CANOINHAS-SC E DEMAIS EQUIPAMENTOS QUE CONCORREM PARA O SEU FUNCIONAMENTO, SEM EXCLUSIVIDADE NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, MEDIANTE APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO PRÉVIA DO ORÇAMENTO DAS PEÇAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.880,00 (oito mil oitocentos e oitenta reais)

DATA: 03/11/14
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito
E.e..

EDITAL Nº. 059/2014

EDITAL Nº. 059/2014
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital; Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA

AUTENTICADA);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 29 de outubro de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 059/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

SIRLENE APARECIDA JANISZEWSKI DE SOUZA

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

MARIA BILESKE GUIMARAES

CARGO: SERVENTE

CLAUDETE APARECIDA FRANCISCO

EDITAL Nº. 060/2014

EDITAL Nº. 060/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);

b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);

c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;

d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);

e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
n) 1 Fotografia 3X4 recente;
o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 29 de outubro de 2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 060/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
JAQUELINE DOS SANTOS CHAGAS
DALVANA PORTELLA FELIX BIALESKI
LUIZA STANKIEVICZ

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 129/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 192/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 129/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 21/11/2014, às 10h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01 TV COM 60", 01 PLACA DE VÍDEO HDMI PCI EXPRESS 2.0, 01 CABO HDMI COM 10 METROS E 01 SUPORTE DE PAREDE PARA TV DE 60", PARA SER USADO COMO MONITOR NAS REUNIÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES E PARA MURAL DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 21/11/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMC 01/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMC 04/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. FMC 01/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 20/11/2014, às 09h05min, Pregão Eletrônico para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM, EM DIVERSOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS EM FUNÇÃO DA COMEMORAÇÕES DAS FESTIVIDADES NATALINAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 20/11/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 27/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 43/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 27/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/11/2014, às 11h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS, NO VEÍCULO AMBULÂNCIA DUCATO PLACA MAP 5204 E NO VEÍCULO RENAULT MASTER BUS PLACA MMD 9874. Recebimento das propostas até às 11h00min do dia 18/11/2014. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito /Presidente do fundo.

PORTARIA 785/2014

PORTARIA Nº. 785/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 4.827/2011; Resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Enfermeiro, para atuar na Unidade Básica de Saúde Willy Radke, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o profissional JOCONDO SANTER, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 1490, e convocado conforme Edital nº 055 de 06 de outubro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 03/11/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de outubro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2014

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/14

HOMOLOGAÇÃO: 03/11/14

CONTRATADO: DV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAL LTDA - EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA E 02 (DUAS) MATRICIAL, DESTINADOS À DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.262,98 (quatro mil duzentos e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos)

DATA: 03/11/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

E.e..

Catanduvas**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE VERA CRUZ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sr. JACIR LUIZ ZUQUI, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF sob nº 518.078.239-20, RG sob nº 11/ - 1.886.202, residente e domiciliado na Linha Vera Cruz, Interior, neste município de Catanduvas-SC, na qualidade de Presidente da ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE VERA CRUZ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.345.643/0001-65, fundada em 29 de junho de 1999, entidade sem fins lucrativos, estabelecida na Linha Vera Cruz, Interior, neste município de Catanduvas-SC, torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, na forma do disposto no art. 11, inc. VI, c/c art. 33 e 34 dos Estatutos Sociais da Entidade, a ser realizada no dia 22 de novembro de 2014, às 14:00 horas nas dependências do Salão Paroquial da Comunidade, situada neste local, para tratar especificamente sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Proposta de Dissolução da Associação; e
- b) Indicação de destinação dos bens da Associação, caso existentes.

Desde já contando com a participação de todos os Associados, agradecemos pela atenção e comparecimento.

Catanduvas-SC, 3 de novembro de 2014.

Jacir Luiz Zuqui

Presidente

Caxambu do Sul

PREFEITURA

LEI 1.333/2014

LEI Nº 1.333/2014

"AUTORIZA CESSÃO DE USO DE DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO A GRUPO DE AGRICULTORES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal votou e aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder um Distribuidor de Adubo Líquido com capacidade de 4.000 litros, rodado duplo com pneus 750X16, bitola do mangote de 100MM, bomba a vácuo, revestimento anti corisco e abertura para inspeção e limpeza interna, de propriedade do Município, por meio de Termos de Cessão de Uso, pelo prazo de 5 (cinco) anos, renovável por igual período, ao grupo de agricultores da Comunidade de Linha Humaitá, constituído pelo agricultores Clovis José Chiarrello, João Tremea Sobrinho, Pedro Ângelo Munerol, Laudir Pedro Vazzoler, Idemar Vassoler, Adelino Vazzoler, Leocides Vazzoler, Voldimar Fernando Ercego, Pedro Luiz P. da Silva e Derli Tremea.

Art. 2.º O instrumento de Cessão de Uso a ser lavrado com o grupo de agricultores deverá prever expressamente a responsabilidade solidária de seus membros, tanto em relação ao pagamento das despesas de manutenção do referido equipamento, quanto, por eventuais acidentes e ou prejuízos causados a terceiros em decorrência de seu uso.

Art. 3.º O uso do equipamento de que trata a presente lei, será regulamentado por convenção dos integrantes do grupo beneficiário, aprovada/homologada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 03 de Novembro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 151/2014

DECRETO 151/2014

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 001/2005 de 20/12/2005

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor MAURICIO JUNIOR AGOSTINI, brasileiro, solteiro, inscrito no cpf. sob o nº 098.189.869-62, portador da Cédula de Identidade nº 6.418.996, para exercer o cargo de CHEFE DE SETOR DO MEIO AMBIENTE, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 03 de Novembro de 2014

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 111/2014

PORTARIA N. 111/2014

"DISPÕE SOBRE ADICIONAL DE NOVA TITULAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, e a Seção I, artigo 13 do anexo V da Lei Complementar nº 002/2001
RESOLVE:

Art. 1º . Conceder Adicional de Titulação de 5% (cinco por cento), ao servidor público municipal Senhor ELSI LUIZ BELLEI ocupante do cargo de Motorista, por ter concluído o Curso de Ensino Fundamental, título superior aquele exigido para o cargo, ao qual foi concursado.

Art. 2º . Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Outubro de 2014.
Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 112/2014

PORTARIA N. 112/2014

"DISPÕE SOBRE ADICIONAL DE NOVA TITULAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, e a Seção I, artigo 13 do anexo V da Lei Complementar nº 002/2001

RESOLVE:

Art. 1º . Conceder Adicional de Titulação de 5% (cinco por cento), ao servidor público municipal Senhor EDEMAR VELOSO DE LINHAS ocupante do cargo de Motorista, por ter concluído o Curso de Ensino Fundamental, título superior aquele exigido para o cargo, ao qual foi concursado.

Art. 2º . Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 02 de Outubro de 2014.
Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 113/2014

PORTARIA N. 113/2014

"DISPÕE SOBRE ADICIONAL DE NOVA TITULAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município, e a Seção I, artigo 13 do anexo V da Lei Complementar nº 002/2001

RESOLVE:

Art. 1º . Conceder Adicional de Titulação de 5% (cinco por cento), ao servidor público municipal Senhor EDEMAR VELOSO DE LINHARES ocupante do cargo de Motorista, por ter concluído o Curso de Ensino Médio, título superior aquele exigido para o cargo, ao qual foi concursado.

Art. 2º . Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 02 de Outubro de 2014.
Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 114/2014

PORTARIA N. 114/2014

" DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Inciso IV, do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal, Senhorita Géssica do Amaral, ocupante do cargo de Chefe de setor lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para desempenhar função de Monitora do "Programa de Inclusão Digital Beija Flor".

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 03 de Outubro de 2014.
Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 115/2014

PORTARIA Nº 115/2014

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS LIGADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora DIRLETE APARECIDA MARANGONI portadora do RG nº 3.474.544 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 022.912.009-17, ocupante do cargo de Chefe de Setor, para desempenhar a função de SECRETÁRIA EXECUTIVA de todos os Conselhos Municipais ligados a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Caxambu do Sul.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Ficam revogadas as disposições em contrário e em especial a Portaria 109/2014.

Caxambu do Sul/SC, 08 de Outubro de 2014.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 116/2014

PORTARIA Nº 116/2014

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor VANDERLEI PEDRO TAFFAREL, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno, lotado no Gabinete do Prefeito, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 04/02/2013 à 03/02/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 05/01/2015 à 03/02/2015, com 1/3 convertido em espécie no período de 25/01/2015 à 03/02/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/01/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 13 de Outubro de 2014
Certifico que esta portaria foi publicada em data supra.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal.

PORTARIA 117/2014

PORTARIA Nº 117/2014

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor SÉRGIO CAMATTI, ocupante do cargo de Técnico em Tributação, lotado na Secretaria Municipal de Finanças por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/01/2012 à 31/12/2012.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 05/01/2015 à 03/02/2015 .

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/01/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 14 de Outubro de 2014
Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal.

PORTARIA 118/2014

PORTARIA Nº 118 2014

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor ITANIR MARANGONI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 14/04/2013 a 13/04/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 05/01/2015 à 03/02/2015, com 1/3 convertido em espécie no período de 25/01/2015 à 03/02/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/01/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 14 de Outubro de 2014
Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA,
Prefeito Municipal.

PORTARIA 119/2014

PORTARIA Nº 119/2014

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, requerimento feito pelo Servidor abaixo relacionado e por estar o mesmo com direito a licença prêmio com remuneração por um período de trinta dias, conforme capítulo IV, seção VII, artigo 76 da Lei Complementar 001/2001 de 06/12/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

AMARILDO JOSÉ DI DOMENICO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Turismo, Agricultura e Meio Ambiente, com período aquisitivo de 01/07/2004 a 30/06/2009. RESOLVE:

Art. 1º Conceder trinta dias de Licença Prêmio para gozo no período de 03/11/2014 a 02/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 03/11/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 27 de Outubro de 2014.
VILMAR FOPPA
Prefeito

PORTARIA 120/2014

PORTARIA Nº 120/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora INES MARLENE BASSO, ocupante do cargo de Diretora de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 13/04/2013 a 12/04/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 27 de Outubro de 2014.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 121/2014

PORTARIA Nº 121/2014

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor CLAUDIOMIRO LEONARDI, ocupante do cargo de Chefe de Setor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/11/2013 a 30/10/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 27 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 122/2014

PORTARIA Nº 122/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal em exercício de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora CARMEN FATIMA DEFAVERI GIACOMELLI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 20/02/2014 a 19/02/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 19/02/2015 a 20/03/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/02/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 27 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 123/2014

PORTARIA Nº 123/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR, Prefeito Municipal em exercício de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora MARIA DE CASTRO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 22/02/2013 a 21/02/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 05/01/2015 a 03/02/2015 com 1/3 convertido em espécie no período de 26/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 27 de Outubro de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 124/2014

PORTARIA Nº 124/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora NADIR T. M. BARRILLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 à 31/05/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/01/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 28 de Outubro de 2014

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 125/2014

PORTARIA Nº 125/2014

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor ANTONIO TOLEDO, ocupante do cargo de CHEFE DO SETOR DE SERVIÇOS E ENCARGOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Administração, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 18/06/2013 à 17/06/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 05/01/2015 à 03/02/2014.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/01/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 28 de Outubro de 2014
Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal.

PORTARIA 126/2014

PORTARIA Nº 126/2014

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor ELIAS CHIARELLO, ocupante do cargo de CHEFE DE GABINETE, lotado no Gabinete do Prefeito por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 06/02/2014 à 05/02/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 09/02/2015 à 10/03/2015, com 1/3 convertido em espécie no período de 01/03/2015 à 10/03/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 28 de Outubro de 2014
Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 127/2014

PORTARIA Nº 127 2014

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SUSANA BRESSIANI, ocupante do cargo de Diretora Do Departamento De Tributação, lotado na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/04/2012 à 31/03/2013.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 05/01/2015 à 03/02/2015, com 1/3 convertido em espécie no período de 25/01/2015 à 03/02/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/01/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 28 de Outubro de 2014
Certifico que esta portaria foi publicada em data supra.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal.

PORTARIA 128/2014

PORTARIA Nº 128/2014

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor IVAN CARLOS BELLEI, ocupante do cargo de Secretário, lotado na Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 14/10/2013 à 13/10/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 02/01/2015 à 31/01/2015, com 1/3 convertido em espécie no período de 02/01/2015 à 11/01/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 29 de Outubro de 2014
Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal.

PORTARIA 129/2014

PORTARIA Nº 129/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SONIA DEVILLA TOMASI, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 18/02/2013 à 17/02/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/01/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 29 de Outubro de 2014

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 130/2014

PORTARIA Nº 130/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SIMONE HILLESCHAIM BARTOLAMEI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 à 28/02/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 12/01/2015 a 10/02/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/01/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 29 de Outubro de 2014

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA,

Prefeito Municipal.

PORTARIA 131/2014

PORTARIA Nº 131/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora GERUSA PAULA WEBER DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Diretora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/10/2013 a 30/09/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 29 de Outubro de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 132/2014

PORTARIA Nº 132/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora MARLENE T. PINHEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/04/2013 a 31/03/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 29 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 133/2014

PORTARIA Nº 133/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora IRENE FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 a 31/05/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 29 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 134/2014

PORTARIA Nº 134/2014

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor LUIZ DALMAS, ocupante do cargo de Chefe de Setor, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/10/2013 a 30/09/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 29 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 135/2014

PORTARIA Nº 135/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora CLASSI CALEGARI DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 a 31/05/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 29 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 136/2014

PORTARIA Nº 136/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Elissandra Marcon, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 06/09/2013 a 05/09/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 29 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 137/2014

PORTARIA Nº 137/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora MAIKELI BELLEI, ocupante do cargo de Instrutora de Informática, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 04/10/2013 a 03/10/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 29 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 138/2014

PORTARIA Nº 138/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SOELI MARIA BELLEI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 18/02/2014 a 17/02/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 29 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 139/2014

PORTARIA Nº 139/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos

Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora CLEIDE TEREZINHA CARDOSO DE MELLO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/06/2014 a 31/05/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 29 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 140/2014

PORTARIA Nº 140/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora NAIRA TEREZINHA GRABOSKI CHIARELLO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/06/2014 a 31/05/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 29 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 141/2014

PORTARIA Nº 141/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora IVERLEI PIRES DOS SANTOS MORETO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de

30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/06/2014 a 31/05/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 29 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 142/2014

PORTARIA Nº 142/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SOELI MARIA BELLEI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 03/03/2014 a 02/03/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 29 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 143/2014

PORTARIA Nº 143/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SEDINEI CHIARELLO TOMASI, ocupante do cargo de Diretora lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 02/02/2012 a 01/02/2013.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 29 de Outubro de 2014
Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal.

PORTARIA 144/2014

PORTARIA Nº 144/2014

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO, ocupante do cargo de SECRETARIO, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 02/05/2013 à 01/05/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 02/01/2015 à 31/01/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 30 de Outubro de 2014

Registre-se e publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal.

PORTARIA 145/2014

PORTARIA Nº 145/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora NELIDES EVA FILIPPIN, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 03/02/2014 a 02/02/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 146/2014

PORTARIA Nº 146/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora GICELA DE FATIMA GILIOLI MARTIORI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/06/2014 a 31/05/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 147/2014

PORTARIA Nº 147/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SALETE MORONI LUCAS, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 02/03/2014 A 01/03/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 148/2014

PORTARIA Nº 148/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em

conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora MARILDE GIONGO SEGATTO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 16/03/2013 a 15/03/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 149/2014

PORTARIA Nº 149/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora CLEUSA DE FATIMA CARDOSO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/06/2014 a 31/05/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 150/2014

PORTARIA Nº 150/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora IVETE GOTTARDI DA SILVA, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/06/2014 A 31/05/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 151/2014

PORTARIA Nº 151/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora CLARI STOCCO ZAMONER, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 03/03/2014 a 02/03/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 152/2014

PORTARIA Nº 152/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora JUSSRA ODETE CORREA, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 02/06/2014 a 01/06/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 153/2014

PORTARIA Nº 153/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SONIA MARIA BELLEI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 15/04/2014 a 14/04/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 154/2014

PORTARIA Nº 154/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal em exercício de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SOELI MENONCINI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 05/03/2014 a 04/03/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 155/2014

PORTARIA Nº 155/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SOELI MENONCINI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 156/2014

PORTARIA Nº 156/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora LEANDRA ROHR, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 12/04/2014 a 11/04/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015, com 1/3 convertido em espécie no período de 22/01/2015 à 31/01/2015

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 157/2014

PORTARIA Nº 157/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em

conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora ANA PAULA TOMASI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 08/02/2014 a 07/02/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 158/2014

PORTARIA Nº 158/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora ELIZANDRA MORETO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 08/02/2014 a 07/02/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 30 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 159/2014

PORTARIA Nº 159/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora ELAINE MARIA SPERRY, ocupante do cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 06/06/2013 à 05/06/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 05/01/2015 à 03/02/2015

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/01/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 30 de Outubro de 2014

Certifico que esta portaria foi publicada em data supra.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal.

PORTARIA 160/2014

PORTARIA N. 160/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar 001/2001, de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor MARCO ANTÔNIO SILVA VENCATO, ocupante do cargo de ODONTOLÓGO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2014 à 01/01/2015

Art. 2º. O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 04/02/2015 à 05/03/2015.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/02/2015.

Art. 4º. Revogam-se às disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, em 30 de Outubro de 2014

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 161/2014

PORTARIA Nº 161/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor ANGELO NICOLINI, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 10/02/2012 a 09/02/2013

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 05/01/2015 a 03/02/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/01/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 30 de Outubro de 2014

Certifico que esta portaria foi publicada em data supra.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 162/2014

PORTARIA N. 162/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar 001/2001, de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias à Servidora ELENICE MARIA DUTRA BASSO, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 à 28/02/2014.

Art. 2º. O período de gozo das férias que trata o art. 1º, será do dia 05/01/2015 à 03/02/2015.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/01/2015.

Art. 4º. Revogam-se às disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, em 30 de Outubro de 2014

Certifico que esta portaria foi publicada em data supra.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 163/2014

PORTARIA Nº 163/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora CLEUSA DE FATIMA CARDOSO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 02/09/2013 a 01/09/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 164/2014

PORTARIA Nº 164/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora LEANDRA ROHR, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 02/09/2013 a 01/09/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015, com 1/3 convertido em espécie no período de 22/01/2015 à 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 165/2014

PORTARIA Nº 165/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora JUSSARA ODETE CORREA, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/10/2013 a 30/09/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 166/2014

PORTARIA Nº 166/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em

conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora MARILDE GIONGO SEGATTO, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/06/2012 a 31/05/2013.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 167/2014

PORTARIA Nº 167/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal em exercício de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora ELIZANDRA MORETO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/06/2013 a 31/05/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

PORTARIA 168/2014

PORTARIA Nº 168/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal em exercício de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora CLARI STOCCO ZAMONER,

ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 06/02/2014 a 05/02/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 169/2014

PORTARIA Nº 169/2014

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal em exercício de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SALETE MORONI LUCAS, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 06/02/2014 a 05/02/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 170/2014

PORTARIA Nº 170/2014

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora IVETE GOTTARDI DA SILVA, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 06/02/2014 a 05/02/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 171/2014

PORTARIA Nº 171/2014

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora CLEIDES FOIATO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 07/05/2014 a 06/05/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 172/2014

PORTARIA Nº 172/2014

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor CLEIDES FOIATO, ocupante do cargo de Professora lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 07/05/2014 a 06/05/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 173/2014

PORTARIA Nº 173/2014

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor ASSIS SÉRGIO DE MENESES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/10/2013 a 30/09/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/02/2015 a 03/03/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/02/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 174/2014

PORTARIA Nº 174/2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora SAIANE BURTET DO AMARAL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2015 a 31/01/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, 31 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 152/2014

DECRETO N. 152/2014

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Inciso XXV, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO: o recebimento do requerimento do servidor Público Municipal Sr. CASSIANO TOSSIN DOS SANTOS ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, no qual requer exoneração do cargo.

DECRETA:

Art. 1º . Fica exonerado o Servidor Público Municipal, Senhor CASSIANO TOSSIN DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG sob n. 6081887207 e, inscrito no CPF/MF sob n. 012.342.900-57, ocupante do cargo de FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, lotado junto à Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Revogam-se às disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 03 de Novembro de 2014

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 427 DE 03.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 427/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2013/2014, a EMERSON HOFFMANN, matriculado sob o nº 2524/02, ocupante do cargo em Comissão de Secretário Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 04.11.2014 a 03.12.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de novembro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 428 DE 03.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 428/2014

- CONSIDERANDO os efeitos da Portaria nº. 425 de 31.10.2014.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar nº 007, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública SOLANGE DA SILVA, para responder pela Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 03.11.2014 a 02.12.2014.

Art. 2º A servidora supra mencionada acumulará a função referida com as provenientes do Cargo em Comissão de Assessor Técnico.

Art. 3º A servidora designada não receberá remuneração adicional pelo acúmulo das funções.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 03 de novembro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

HOMOLOGAÇÃO FINAL EDITAL 02/2014

EDITAL DIVULGA RESULTADO DOS RECURSOS E HOMOLOGAÇÃO FINAL

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

ORLANDO PAUL, Prefeito Municipal em exercício de Chapadão do Lageado, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. RESULTADO DOS RECURSOS RELATIVOS AO RESULTADO DA 2ª ETAPA: conforme pareceres da Banca Examinadora, foram julgados procedentes parte dos recursos impetrados e fica RETIFICADO o Relatório de Notas da Prova Títulos para o cargo de Professor Anos Iniciais, conforme Anexo I deste Edital. Os pareceres estão à disposição dos candidatos na Prefeitura Municipal, inclusive para os recursos julgados improcedentes.

2. HOMOLOGAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO: fica HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO para o provimento dos cargos de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, ENFERMEIRO, ENGENHEIRO CIVIL, FISCAL DE OBRAS, OPERADOR DE EQUIPAMENTO, OPERÁRIO, PROFESSOR ANOS INICIAIS, PROFESSOR DE ARTES, PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO, PROFESSOR DE INGLÊS e TÉCNICO DE INFORMÁTICA, conforme relatório de notas, Anexo II deste Edital, que está divulgado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelos sites www.concursosss1.com.br e www.chapadao-dolageado.sc.gov.br.

Município de Chapadão do Lageado, 03 de novembro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e publique-se

ANEXO I - NOVO RELATÓRIO DE NOTAS DA PROVA DE TÍTULOS - Após Recursos

PROFESSOR ANOS INICIAIS

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS P
6700070	ELISANGELA SEBOLD MACIEL	8,40	6,00	3,60	3,60	36,00	57,60	11,00	68,60	1
6700107	JOSIANI MACHADO DE PINHO	3,60	4,80	2,40	3,60	40,00	54,40	10,36	64,76	2
6700084	VALDIRENE MOHR MARQUEZ	3,60	4,80	4,80	2,40	38,00	53,60	11,00	64,60	3
6700112	JAQUELINE LEHMKUHL HASSE	4,80	6,00	3,60	2,40	36,00	52,80	11,00	63,80	4
6700151	VANESSA HINCKEL	4,80	4,80	3,60	2,40	40,00	55,60	8,00	63,60	5
6700111	PATRICIA MACHADO HINCKEL	7,20	4,80	2,40	3,60	32,00	50,00	11,00	61,00	6
6700126	ELOIZA DA SILVA BETTOLY	4,80	3,60	3,60	3,60	34,00	49,60	11,00	60,60	7
6700028	DANIELA KRAUS	4,80	6,00	4,80	2,40	30,00	48,00	11,00	59,00	8
6700123	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	2,40	7,20	2,40	3,60	30,00	45,60	11,00	56,60	9
6700108	DENISE MACHADO KLETENBERG	7,20	6,00	3,60	2,40	26,00	45,20	11,00	56,20	10
6700124	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA.	3,60	4,80	2,40	3,60	30,00	44,40	11,00	55,40	11
6700069	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA	3,60	3,60	1,20	3,60	32,00	44,00	11,00	55,00	12
6700153	PATRICIA PEREIRA	7,20	3,60	2,40	2,40	30,00	45,60	8,00	53,60	13
6700046	CLAUDIA LOPES SYPRIANI	4,80	3,60	1,20	2,40	30,00	42,00	11,00	53,00	14
6700039	VANDERLI KRAUS	6,00	4,80	2,40	2,40	28,00	43,60	8,00	51,60	15
6700045	CLAUDINEI DA SILVEIRA	4,80	6,00	1,20	3,60	26,00	41,60	8,00	49,60	16

ANEXO II - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA	CLASS
6700076	MARCIA MACIEL	9,00	15,00	7,50	52,50	84,00	1
6700071	DAIANI ANDRE MEURER	9,00	12,00	7,50	55,00	83,50	2
6700159	SOLANGE SCHMITT SEEMANN	10,50	9,00	7,50	45,00	72,00	3
6700134	ROSIMAR SEBOLD	9,00	12,00	4,50	45,00	70,50	4
6700161	FRANCIELE DE BARROS	9,00	12,00	4,50	45,00	70,50	5
6700023	ANA LUCIA HERDT FREITAS	9,00	10,50	6,00	45,00	70,50	6
6700048	RUDINEIA HEINZEN	9,00	10,50	6,00	40,00	65,50	7
6700040	LARISSA RAYMUNDO	7,50	12,00	3,00	40,00	62,50	8
6700053	ANELIA HINCKEL HEINZ	7,50	9,00	6,00	40,00	62,50	9
6700164	GRAZIELA MOMM	6,00	12,00	4,50	37,50	60,00	10
6700002	ROSMERI PAUL DE OLIVEIRA	7,50	7,50	4,50	40,00	59,50	11
6700029	REGINA LOOS	12,00	7,50	4,50	35,00	59,00	12
6700154	MARISTELA KERSCHBAUMER	6,00	4,50	3,00	45,00	58,50	13
6700060	JUSSARA BATISTA	4,50	6,00	4,50	40,00	55,00	14
6700078	KAUANI LOPES	6,00	7,50	4,50	32,50	50,50	16

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6700025	DIRCE DE SOUZA	8,40	7,20	2,40	2,40	44,00	64,40	0	64,40	1
6700144	ANA ZILDA DE OLIVEIRA SEMANN	7,20	2,40	1,20	2,40	34,00	47,20	--	47,20	2
6700019	GISLAINE DA CRUZ	2,40	2,40	4,80	3,60	34,00	47,20	--	47,20	3
6700102	IANA PATRINE ESSER	6,00	6,00	2,40	1,20	30,00	45,60	--	45,60	4
6700013	ROSENILDA MOREIRA DA SILVA	4,80	6,00	2,40	2,40	30,00	45,60	--	45,60	5
6700129	MARINELMA RAYMUNDO	6,00	4,80	2,40	3,60	28,00	44,80	--	44,80	6
6700062	JANI MARA RAMOS	4,80	6,00	1,20	2,40	30,00	44,40	--	44,40	7
6700135	JANICE MACHADO	3,60	7,20	0,00	3,60	30,00	44,40	--	44,40	8
6700109	KRUISTEN PASSIG	4,80	7,20	1,20	3,60	24,00	40,80	--	40,80	9

ENFERMEIRO

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6700067	VINICIUS ORNEL DOS SANTOS	4,80	9,60	2,40	2,40	44,00	63,20	--	63,20	1
6700130	MAIARA KLETTENBERG	7,20	6,00	3,60	3,60	36,00	56,40	2,84	59,24	2
6700066	JULIANA ALICE DE OLIVEIRA VENTORINI	4,80	7,20	2,40	2,40	40,00	56,80	--	56,80	3
6700133	GISELE WEBER SEBOLD	4,80	7,20	4,80	1,20	32,00	50,00	--	50,00	4
6700131	DANIELA WIGGERS MEES	3,60	3,60	2,40	3,60	30,00	43,20	--	43,20	5

ENGENHEIRO CIVIL

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6700156	JAISON INACIO	6,00	7,20	3,60	3,60	26,00	46,40	--	46,40	1

FISCAL DE OBRAS

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6700142	DIEGO FERNANDO CHIQUIO	3,60	6,00	3,60	2,40	38,00	53,60	--	53,60	1
6700058	PRISCILA ROBERTA LEHMKUHL	2,40	6,00	3,60	3,60	30,00	45,60	4,32	49,92	2

OPERADOR DE EQUIPAMENTO

INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PP	NOTA	CLASS
6700146	ALESSANDRO DE SOUZA	4,20	3,00	3,00	15,00	25,20	57,25	82,45	1
6700054	EDESIO VALDEMIRO CHIQUIO	2,40	4,80	3,00	14,00	24,20	55,50	79,70	2
6700075	ROSILDO JOSE PEREIRA	3,00	5,40	2,40	19,00	29,80	49,25	79,05	3
6700009	JAIR CORREIA	4,20	5,40	3,00	13,00	25,60	52,25	77,85	4
6700087	TIAGO NEUHAUS	3,00	5,40	2,40	14,00	24,80	53,00	77,80	5
6700118	GEORGE HENRIQUE SEBOLD	4,20	5,40	1,80	14,00	25,40	51,50	76,90	6
6700072	EMERSON LUIS SCHMIDT	4,20	4,80	2,40	13,00	24,40	52,25	76,65	7
6700057	ADRIANO KRAUS	3,60	4,20	2,40	12,00	22,20	54,25	76,45	8
6700093	MARCIO GUCKERT	3,60	4,80	2,40	12,00	22,80	52,00	74,80	9
6700082	EMERSON HOFFNANN	4,80	4,80	3,00	15,00	27,60	43,25	70,85	10
6700014	JOAO PAULO BETTOLY	3,60	6,00	2,40	17,00	29,00	41,00	70,00	11
6700049	ALISON LOPES	1,80	4,20	2,40	12,00	20,40	48,50	68,90	12

INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PP	NOTA	CLASS
6700094	ALEX JUNIOR SEBOLD	2,40	5,40	3,00	15,00	25,80	40,25	66,05	13
6700100	EVANDIO AIRES	3,00	3,60	1,80	13,00	21,40	44,00	65,40	14
6700119	RODRIGO DJONE SCHMIDT	4,20	4,20	1,80	12,00	22,20	40,25	62,45	15
6700092	JUARES DA SILVA	3,60	5,40	3,00	13,00	25,00	27,00	52,00	16

OPERÁRIO

INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA	CLASS
6700004	LUAN FILIPE FREITAS	12,00	10,50	6,00	55,00	83,50	1
6700086	ALLAN JUNIOR FERREIRA	10,50	9,00	7,50	50,00	77,00	2
6700120	ARLINDO DE LIZ PADILHA	6,00	12,00	6,00	50,00	74,00	3
6700033	ELOI MOMM	9,00	10,50	6,00	42,50	68,00	4
6700104	DJOHN LENON KLETTENBERG	7,50	9,00	6,00	45,00	67,50	5
6700074	ALEXANDRE INACIO	7,50	10,50	6,00	42,50	66,50	6
6700016	CLEBER DA SILVA	3,00	9,00	4,50	47,50	64,00	7
6700116	LUIS CARLOS LOPES	7,50	10,50	6,00	35,00	59,00	8

PROFESSOR ANOS INICIAIS

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6700070	ELISANGELA SEBOLD MACIEL	8,40	6,00	3,60	3,60	36,00	57,60	11,00	68,60	1
6700107	JOSIANI MACHADO DE PINHO	3,60	4,80	2,40	3,60	40,00	54,40	10,36	64,76	2
6700084	VALDIRENE MOHR MARQUEZ	3,60	4,80	4,80	2,40	38,00	53,60	11,00	64,60	3
6700112	JAQUELINE LEHMKUHL HASSE	4,80	6,00	3,60	2,40	36,00	52,80	11,00	63,80	4
6700151	VANESSA HINCKEL	4,80	4,80	3,60	2,40	40,00	55,60	8,00	63,60	5
6700111	PATRICIA MACHADO HINCKEL	7,20	4,80	2,40	3,60	32,00	50,00	11,00	61,00	6
6700126	ELOIZA DA SILVA BETTOLY	4,80	3,60	3,60	3,60	34,00	49,60	11,00	60,60	7
6700028	DANIELA KRAUS	4,80	6,00	4,80	2,40	30,00	48,00	11,00	59,00	8
6700123	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	2,40	7,20	2,40	3,60	30,00	45,60	11,00	56,60	9
6700108	DENISE MACHADO KLETTENBERG	7,20	6,00	3,60	2,40	26,00	45,20	11,00	56,20	10
6700124	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA.	3,60	4,80	2,40	3,60	30,00	44,40	11,00	55,40	11
6700069	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA	3,60	3,60	1,20	3,60	32,00	44,00	11,00	55,00	12
6700153	PATRICIA PEREIRA	7,20	3,60	2,40	2,40	30,00	45,60	8,00	53,60	13
6700046	CLAUDIA LOPES SY- PRIANI	4,80	3,60	1,20	2,40	30,00	42,00	11,00	53,00	14
6700039	VANDERLI KRAUS	6,00	4,80	2,40	2,40	28,00	43,60	8,00	51,60	15
6700045	CLAUDINEI DA SIL- VEIRA	4,80	6,00	1,20	3,60	26,00	41,60	8,00	49,60	16

PROFESSOR DE ARTES

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6700096	JULIE MARA DE OLIVEIRA	4,80	3,60	2,40	3,60	36,00	50,40	11,00	61,40	1

PROFESSOR DE INGLÊS

Não teve aprovação.

TÉCNICO DE INFORMÁTICA

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS
6700105	GIOVANI ANACLETO	6,00	8,40	2,40	3,60	38,00	58,40	--	58,40	1
6700065	LEONARDO ANTONIO MACIEL	7,20	4,80	3,60	2,40	30,00	48,00	8,00	56,00	2
6700122	JEAN FABRICIO PAUL	4,80	7,20	3,60	3,60	30,00	49,20	6,40	55,60	3
6700085	ALDO ROBERTO DOS SANTOS	4,80	7,20	3,60	3,60	36,00	55,20	--	55,20	4
6700050	RICARDO FRANCISCO BROERING	3,60	2,40	2,40	3,60	36,00	48,00	3,84	51,84	5
6700113	ROBSON JULIANO HASSE	4,80	8,40	1,20	3,60	28,00	46,00	4,20	50,20	6
6700073	FELICIANO FRANCISCO	4,80	3,60	4,80	2,40	34,00	49,60	--	49,60	7
6700160	GEOVANI BIZARRI SCHLEMPER	7,20	3,60	3,60	2,40	32,00	48,80	--	48,80	8
6700027	SCHIRLEI HINDEMANN DA SILVA	3,60	3,60	2,40	2,40	32,00	44,00	--	44,00	9

HOMOLOGAÇÃO FINAL - EDITAL 03/2014

EDITAL DIVULGA HOMOLOGAÇÃO FINAL

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

ORLANDO PAUL, Prefeito Municipal em exercício de Chapadão do Lageado, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar a HOMOLOGAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO para provimento do emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, conforme relatório de notas, Anexo deste Edital, que está divulgado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelos sites www.concursosss1.com.br e www.chapadaodolageado.sc.gov.br.

Município de Chapadão do Lageado, 03 de novembro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e publique-se

ANEXO - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO PSF

INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA PO	SITUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
7200006	REGIANE MARQUEZ	10,50	7,50	4,50	37,50	60,00	APROVADO	1
7200001	FERNANDA FRANZ	7,50	12,00	6,00	32,50	58,00	APROVADO	2
7200005	HELENICE BITTENCOURT CAPISTRANO	10,50	13,50	3,00	30,00	57,00	APROVADO	3

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 297/2014 -PMC

Contrato Nº : 297/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CBA INFORMÁTICA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 83/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos de informática e matérias para escritório, novos, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 31/10/2014 Término: 12/08/2017

Assinatura : 31/10/2014

Valor R\$: 6.250,00 (Seis Mil e Duzentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 30 - 04.002.2045.344905235000000.01000002

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 298/2014 -PMC

Contrato Nº : 298/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 83/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos de informática e matérias para escritório, novos, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 31/10/2014 Término: 12/08/2017

Assinatura : 31/10/2014

Valor R\$: 1.200,00 (Um Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 287 - 18.001.1501.344905235000000.01000001

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 299/2014 -PMC

Contrato Nº : 299/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 83/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos de informática e matérias para escritório, novos, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 31/10/2014 Término: 12/08/2017

Assinatura : 31/10/2014

Valor R\$: 750,00 (Setecentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 287 - 18.001.1501.344905242000000.01000001

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 13/2014- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 13/2014- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a ASSOCIAÇÃO ESPORTE

CLUBE AEROPORTO, com sede em Linha São Paulo, Concórdia, SC, inscrita no CNPJ sob registro nº 75.319.731/0001-01, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor ALTAIR FRANCISCO CARNIEL.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de realizar melhorias e adequações no campo de futebol, junto à sede da entidade, proporcionando aos moradores de Linha São Paulo, e público em geral, local para desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e de lazer, entre outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 11.000,00

PRAZO: De 03.11.2014 a 31.12.2014.

DATA DA ASSINATURA: 03 de Outubro de 2014.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 7/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 7/2014

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso de suas atribuições legais, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Processo Seletivo Público nº 4/2014, de 24 de outubro de 2014.

Art. 1º Fica acrescida, no item 5.3.6, a expressão: "ministrados e/ou frequentados nos anos de 2013 e 2014, sendo que o número máximo de horas a serem contabilizadas não deverá exceder 300 (trezentas) horas."

Art. 2º Fica excluído o item 7.8.1.

Art. 3º O item 8.2 passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.2. Além dos documentos constantes no item 8.1 deste Edital, o candidato deverá apresentar os exames a seguir relacionados, realizados à custa do mesmo, no dia determinado para o exame admissional, este efetuado pelo Médico do Trabalho da Municipalidade:

- a) hemograma com plaquetas;
- b) glicemia de jejum;
- c) cópia da tipagem sanguínea;
- d) preventivo de câncer do colo uterino (validade 1 ano);
- e) comprovante da vacina antitetânica, atualizada." (NR)

Art. 4º Fica excluído o item 8.3.

Art. 5º Fica alterada a expressão: "2014", para: "2015", constante no item 9.12.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 31 dias do mês de outubro de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 6/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 6/2014

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso de suas atribuições legais, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Processo Seletivo Público nº 3/2014, de 24 de outubro de 2014.

Art. 1º Fica acrescida a expressão: "EBM Elizabetha Andreazzo Pavan", na alínea "b" do item 4.2.

Art. 2º O item 8.2 passa a vigorar com a seguinte redação:

"8.2. Além dos documentos constantes no item 8.1 deste Edital, o candidato deverá apresentar os exames a seguir relacionados, realizados à custa do mesmo, no dia determinado para o exame admissional, este efetuado pelo Médico do Trabalho da Municipalidade:

- a) hemograma com plaquetas;
- b) glicemia de jejum;
- c) cópia da tipagem sanguínea;
- d) preventivo de câncer do colo uterino (validade 1 ano);
- e) comprovante da vacina antitetânica, atualizada." (NR)

Art. 3º Fica excluído o item 8.3.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 31 dias do mês de outubro de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 11/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra, no regime de empreitada por preços máximos unitários (material, mão de obra e equipamentos) de alargamento de pista na Rua João Suzin Marini, Centro, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação: a licitante BALBINOT TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA sagrou-se vencedora com o menor preço Global de R\$ 105.274,52 (cento e cinco mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos). Ressalva-se que o preço cotado pela licitante vencedora é igual ao preço máximo estipulado no item 9.1 do Edital. Outrossim, fica a licitante participante notificada que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 03 novembro de 2014.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Presidente da C.P.L em exercício

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 08/2014

Termo nº 05/2014

Processo nº 8043/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 08/2014

Aos 03 dias do mês de novembro de 2014, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, instituída através da Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, neste ato representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ, doravante denominada FUNDAÇÃO, e a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA BAIRRO DOS ESTADOS, inscrita no CNPJ sob nº 18.206.949/0001-08, com sede nesta cidade, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor, DARLAN ELIAS STORCHIO, inscrito no CPF sob nº 067.252.349/33, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 08/2014, firmado em 05 de junho de 2014, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica prorrogado, a contar de 02 de outubro de 2014 a 01 de dezembro de 2014, o prazo para a entidade prestar contas, constante na Cláusula Quarta - Das Obrigações da Conveniente, Inciso X, devido à solicitação de 60 dias de prorrogação feita pela entidade, sendo relevante o motivo justificado.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Fica alterada a expressão: "Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012", para: "Instrução Normativa nº 1/2014, de 07 de Abril de 2014", constante Na Cláusula Quarta - Das Obrigações da Conveniente, no Inciso X, e em seu § 1º.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 03 de novembro de 2014.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia	DARLAN ELIAS STORCHIO Presidente da Sociedade Esportiva E Recreativa Bairro Dos Estados
Testemunhas: 1. Nome: Marlô Cristina Ribeiro Pompeo CPF: 054.691.159-50	2. Nome: Vanessa de Oliveira Gasperini CPF: 092. 079.509-95

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 25/2014**

PORTARIA Nº 25, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014.

Convoca o servidor PEDRO HENRIQUE MARTINI CAMPANIN ora em gozo de férias regulamentares.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

CONVOCAR o servidor PEDRO HENRIQUE MARTINI CAMPANIN, ora em gozo de férias regulamentares, para o exercício das funções inerentes ao cargo, por absoluta necessidade do serviço, a partir do dia 3 de novembro de 2014, sendo que os dias trabalhados serão gozados oportunamente, de acordo com entendimento entre as partes.

Concórdia, 3 de novembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

Coronel Freitas**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº 56/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial R.P Nº 56/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (AGÊNCIA DE VIAGENS) NO FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, PARA CHAPECÓ A FLORIPA IDA E VOLTA, PARA CHAPECO A BRASÍLIA IDA E VOLTA, SERÁ VENCEDORA A EMPRESA QUE APRESENTAR O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO A TÍTULO DE COMISSÃO DE AGENCIAMENTO.

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 14/11/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 14/11/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 04 de novembro de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial R.P Nº 57/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO DE PAREDE EM ALVENARIA, CORTE, DESMONTAGEM E REMOÇÃO DAS ESTRUTURAS METÁLICAS E LIMPEZA GERAIS, NA GARAGEM MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS COM APROXIMADAMENTE 450 M², EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES NO MEMORIAL DESCRITO E ORÇAMENTO QUANTITATIVO ANEXO AO EDITAL.

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelope: até as 10:00 horas do dia 14/11/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 10:00 horas do dia 14/11/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 04 de novembro de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 171 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 171 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 03/11/2014 à 02/12/2014.

Nome Cargo Referência

Elisangela de Fatima salvador Enfermeira 12/07/2012 á 11/07/2013

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 29 de outubro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 172 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 172 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 á 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 01/11/2014 à 30/11/2014.

Nome	Cargo	Referência
Josiane Smaniotto	Conselheira Tutelar Eletiva	07/05/2013 á 06/05/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 30 de outubro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 173 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 173 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor Sr. Gilson Eduardo Pahl, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, a partir do dia 10 de novembro de 2014, em virtude da portaria nº. 115 de 07 de julho 2014, a qual requisitou o retorno ao serviço do servidor no dia 07 de julho de 2014 pelo período de 06 dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 03 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 174, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 174, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, Senhor, Neivacir Brum, ocupante do Cargo de Operador de Maquinas, por um período de 15(quinze) dias, a partir do dia 03 de novembro a 17 de novembro de 2014, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 03 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 237 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 237 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.
PRORROGA PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS CERTIFICADOS DE CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº034 consolidada em 27/08/2013.

Considerando os princípios administrativos da moralidade, interesse público e da eficiência, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica prorrogado para o dia 30/11/2014 o prazo para apresentação de certificados e/ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento, previstos no artigo 23 da Lei Complementar 034/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, SC,
em 23 de outubro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****2ª RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 64/2014 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 64/2014

2ª. RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório 64/2014 cujo objeto é o CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, conforme segue: alteração no objeto do edital, que passa a ser lido: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, retifica-se data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, passando a ser no dia 19.11.2014 às 14:00 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 04 de novembro de 2014.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 13/2014 FMS

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO Nº 13/2014 FMS - PREGÃO PRESENCIAL

Despacho de revogação de processo Licitatório
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, e
CONSIDERANDO que em razão da necessidade de alterar as especificações dos itens e valores, com vistas a uma aquisição satisfatória numa próxima licitação para melhor atender ao interesse público.

RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob o nº. 13/2014 FMS, e consequentemente a licitação por pregão presencial com o mesmo número, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO.

Correia Pinto, SC, 04 de novembro de 2014.

Vânio Forster
Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 03/2014 FMAS

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO Nº 03/2014 FMAS - PREGÃO PRESENCIAL

Despacho de revogação de processo Licitatório
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, e
CONSIDERANDO que em razão da necessidade de alterar as especificações dos itens e valores, com vistas a uma aquisição satisfatória numa próxima licitação para melhor atender ao interesse público.

RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob. o nº. 03/2014 FMAS, e consequentemente a licitação por pregão presencial com o mesmo número, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORREIA PINTO.

Correia Pinto, SC, 04 de novembro de 2014.

Vânio Forster

Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 04/2014 FHMCP

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO Nº 04/2014 FHMCP - PREGÃO PRESENCIAL

Despacho de revogação de processo Licitatório
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, e
CONSIDERANDO que em razão da necessidade de alterar as especificações dos itens e valores, com vistas a uma aquisição satisfatória numa próxima licitação para melhor atender ao interesse público.

RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob. o nº. 04/2014 FHMCP, e consequentemente a licitação por pregão presencial com o mesmo número, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.

Correia Pinto, SC, 04 de novembro de 2014.

Vânio Forster

Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 05/2014 FMEC

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO Nº 05/2014 FMEC - PREGÃO PRESENCIAL

Despacho de revogação de processo Licitatório
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, e
CONSIDERANDO que em razão da necessidade de alterar as especificações dos itens e valores, com vistas a uma aquisição satisfatória numa próxima licitação para melhor atender ao interesse

público.

RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob. o nº. 05/2014 FHMCP, e consequentemente a licitação por pregão presencial com o mesmo número, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA DE CORREIA PINTO.

Correia Pinto, SC, 04 de novembro de 2014.

Vânio Forster

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 188/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 188/14
Processo de licitação nº 100/14
Modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 010/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, Drenagem Pluvial, Terraplanagem e Sinalização Viária, da RUA 46 - ALBERTO BAUMLE (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 295.337,99 (Duzentos e noventa e cinco mil e trezentos e trinta e sete reais e noventa e nove centavos).
Data da Assinatura: 24/10/2014
Data da Vigência: 03 (três) meses

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 068/14 - PROVIAS

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO
Modalidade Pregão Presencial nº 068/14

OBJETO: aquisição de MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, devidamente cadastrados no FINAME, através do PROVIAS - PROGRAMA DE INTERVENÇÕES VIÁRIAS, conforme autoriza a Lei Municipal 2120/13 de 10 de Outubro de 2013, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

A Licitante deverá apresentar no dia 12/11/2014 as 10:00h documentação que comprovem o credenciamento dos equipamentos propostos junto ao PROVIAS - Programa Provias (FINAMIZÁVEL), onde se lavrará ata de recebimento, comprovação e aceite dos equipamentos ofertados, habilitando assim a empresa protocolar junto a Gerência de Administração os dois conjuntos de documentos descritos no termo de referência.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 04/11/2014 às 09 horas do dia 14/11/2014.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 14/11/2014.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante o retire no SITE WWW.CORUPA.SC.GOV.BR, no link licitações.

Corupá, 04 de Novembro de 2014
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3062/14

PORTARIA Nº 3062/14
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 4, A SERVIDORA IZABEL CRISTINA OLIARI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 4, a servidora IZABEL CRISTINA OLIARI, para responder pelo sistema informatizado- Intranet (consultas, exames e cirurgias), junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de outubro de 2014, revoga das disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de outubro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3067/14

PORTARIA Nº 3067/14
DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA MARGOT HAUFFE PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora Sra. MARGOT HAUFFE, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura, portador da CNH Registro nº 02928307699, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 29 de outubro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 263/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 263/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDI-CIONADO INSTALADOS PARA O FUNDO DE EDUCAÇÃO, SECRE-TARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em partici-par do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 17/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 17/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br. Curitibanos, 31 de Outubro de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO EDITAL 008/2012

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO EDITAL 008/2012 (publicado em 30/11/2012 jornal A Semana)

PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA

De conformidade com o Título V Artigos 382 e seguintes da Lei complementar 028/02 do código Tributário Municipal, a Secretaria de Obras e Urbanismo torna público perante presente Edital os elementos referentes a pavimentação.

RUA: PAULO LONDERO SPERB

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA - Pavimentação Asfáltica - Concreto Betuminoso a quente.

TIPO - Pavimentação

LOCAL - Rua. Paulo Londero Sperb

EXTENSÃO TOTAL - 395,00M

ÁREA - 3.950,00M2

1. JUSTIFICATIVA.

A obra será executada entre as ruas Oliveira Pires e Cornélio de Haro Varela bairro Nossa Senhora Aparecida.

2. ESPECIFICAÇÕES GERAIS.

O Asfalto será do tipo usinado a quente, mistura feita em usina com quantidades devidamente dimensionado de pó, areia ou filer

e emulsão C.A.P. 20, disposta em camada devidamente compac-tada (rolo de 15 tn), com quantidade ligante de 5,5%. Todos os materiais de preparo, espalhamento e compactação devem ser feitos a temperatura ambiente. É recomendado que em todas as cargas de de emulsão que chegar na obra, sejam feitos os seguintes ensaios:

- Viscosidade Saybolt-Furol com aceitação menor ou igual a 20%,
- Resíduo de evaporação - com aceitação menor ou igual a 5%,
- Peneiramento - com aceitação menor ou igual a 20%,
- Carga de partícula - não há tolerância.

Para os agregados serão exigidos ensaios:

- Desgastes Los Angeles,
- Durabilidade,
- Equivalente de areia ou filler,
- Adesividade (método acelerado ou DNIT),
- Granulometria.

É condição especial que o serviço seja realizado de modo a satis-fazer o projeto no teor da emulsão, à granulometria da mistura de agregado e ao grau de compactação.

3. SERVIÇOS INICIAIS

Os serviços iniciais compreendem aos serviços de topografia, en-genharia, de locação, regularização do greide, terraplanagem, as-sistência e acompanhamento de todos os serviços realizados na obra com emissão de anotação de responsabilidade técnica, ART.

4. REGULARIZAÇÃO DO GREIDE

O greide da pista deve ser preparado de modo que a pista acaba-da fique nivelada, com leve caimento, conforme leito atual. Todo e qualquer movimento de terra (corte, aterro), com aquisição de terra referente a obra (nivelamento e regularização do greide) será pôr conta da empreiteira, e esta incluso no orçamento no item 1.2 regularização do greide.

5. DRENAGEM

A drenagem será com tubos de concreto, conforme projeto. Em cada boca de lobo será deixado uma espera com tubo de 20 cm, caso a distância das bocas de lobo ultrapassar 50 mts. Será ne-cessário deixar também uma espera no ponto intermediário devi-damente lacrado, para futuras ligações.

A locação da tubulação, bocas de lobo e esperas serão analisadas com o Departamento de Engenharia da Prefeitura.

A tubulação será assentada em um colchão de brita nº 02 e cober-ta até o pavimento, ver projeto.

As caixas coletoras serão do tipo padrão prefeitura, em concreto armado, com grades de ferro fundido ou soldado em barra chata. As tampas de concreto devem resistir ao trafego local, bem como asa grades de ferro.

6. SUB-BASE

A Sub-base da pavimentação será de brita Rachão, sendo isento de qualquer material estranho a sua consistência, com 15cm de espessura compactado.

7. TRAVAMENTO

Rachão será travado com brita 3/8" e pó, sendo que este material penetra no meio do rachão sendo o mesmo compactado com rolo 10tn, em umidade ideal.

8. BASE

A base da pavimentação será com brita graduada, com 12cm de espessura devidamente compactado.

9. GUIAS / MEIO-FIOS

Os meios fios utilizados serão de concreto pré-moldado dormido, com as seguintes dimensões:

Espessura - 12 cm

Altura - 30 cm

Comprimento - 1,00m

Obs: As peças de meio-fio devem estar perfeitas, não sendo aceitas peças com defeitos e ou com ondulações.

10. LIMPEZA

A base deverá estar sem terra, poeira, sendo necessária a sua remoção (quando tiver).

11. IMPRIMAÇÃO/PINTURA DE LIGAÇÃO

A superfície a ser pavimentada será toda imprimada (pintada) com RR-1C ou similar, dando uma perfeita adesão. Nas emendas das superfícies novas e ou velhas, será feito uma pintura de ligação, promovendo uma perfeita adesão.

12. PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - CBUQ

CAPA ASFÁLTICA

A superfície a ser revestida será pintada com RR-1C e receberá uma camada de 5,5 cm de massa compactada, executada conforme normas do DNIT e DEINFRA.

13. RUAS E VISITAS In Loco

As firmas interessadas em participar da presente licitação, devem visitar in-loco, tomando conhecimento, conferindo medidas, calculando volumes de materiais, e tirando dúvidas junto a Secretária de Obras.

14. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução da obra de pavimentação é de 90 dias.

OBS: qualquer defeito que vier a comprometer a pavimentação é de inteira responsabilidade da firma que executou o serviço, tendo um prazo de 5 anos de garantia.

CURITIBANOS 28 de novembro de 2012

PARECER/08/AJ/2012

ASSESSORIA JURÍDICA

Assunto: Contribuição de Melhoria - Edital 008/2012

A contribuição de Melhoria é tributo criado pela Constituição Federal no artigo 145 e instituído pelo Código Tributário Municipal em seu artigo 382 (Lei Complementar nº 028/2002)

É tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária e será arrecadada dos proprietários de imóveis beneficiados pelas obras de valorização.

O custo final das obras de pavimentação será rateado entre os imóveis por ela beneficiados, na proporção da medida linear da testada.

O edital 008/2012 que objetiva a Pavimentação - Asfáltica Rua Paulo Londero Sperb, contém todos os elementos exigidos pelo artigo 386 do Código Tributário Municipal, tais como: descrição e finalidade da obra; memorial descritivo; orçamento; determinação da parcela do custo da obra e delimitação da área beneficiada.

Assim, contendo todos os elementos, entendo que o edital deverá

ser publicado na imprensa. Porém, juntamente com o edital, deverá ser afixado comunicado notificando os contribuintes e fixando prazo de até 30 dias para impugnação pelos interessados de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior.

O nosso Código Tributário não prevê prazo para impugnação pelos interessados mas remete a regulamento que inexistente. Diante disso e com base no disposto no artigo 82 do Código Tributário nacional, entendo que se deva fixar prazo de 30 dias para impugnação, até a elaboração de regulamento.

Após a publicação do edital e transcorrido o prazo de 30 dias sem impugnação, o departamento de tributação procederá ao lançamento notificando pessoalmente o contribuinte através de correios para só então considerar-se regular o lançamento consoante dispõe o artigo 389 do CTM:

Para todos os efeitos de direito, no caso do parágrafo anterior e respeitadas as suas disposições, presume feita a notificação do lançamento e regularmente constituído o crédito tributário correspondente 30 (trinta) dias após a entrega da notificação nas agências postais.

A forma de pagamento da contribuição vem descrita no artigo 390 CTM.

Assim, de todo o arrazoado, concluo que para a publicação do edital deverá o departamento de tributação fazer publicar também a notificação.

Após trinta dias da publicação, encaminhe-se a essa assessoria para homologação do edital.

É o parecer, s.m.j.

Curitibanos, 28 de Novembro de 2012.

MARIO CESAR PENTEADO

Procurador do Município

NOTIFICAÇÃO

Ref.: Edital 008/2012 - Pavimentação - Asfáltica Rua Paulo Londero Sperb.

Ficam os contribuintes interessados relacionados no Edital 008/2012 NOTIFICADOS da publicação do edital de pavimentação - Asfáltica Rua Paulo Londero Sperb, bairro Nossa Senhora Aparecida, com área de 3.950,00m², conforme descrição e finalidade da obra; memorial descritivo; orçamento; determinação da parcela do custo da obra e delimitação da área beneficiada que segue anexo.

Ficam notificados os contribuintes de que, comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do edital no prazo de 30 dias.

Curitibanos, 28 de Novembro de 2012

RUA: PAULO LONDERO SPERB

CUSTO DA OBRA

Materiais e Serviços	Unid	QTD	Valor Unitário (R\$)	Sub- Total (R\$)
1. Serviços Preliminares				
1.1 Serv. Eng e Topografia	M2	3.950,00	0,80	3.160,00
1.2 Regular. Greide	M2	3.950,00	1,50	5.925,00
Sub Total				9.085,00
2. Drenagem				
2.1 Tubo 0 40	pç	570,00	37,00	21.090,00
2.2 Caixa coletora	pç	14,00	560,00	7.840,00
2.3 Brita para dreno	M3	240,00	31,00	7.440,00
2.4 Serviço Retro-escavadeira	H	100,00	64,00	6.400,00
2.5 Poço visita	pç	1,00	430,00	430,00
2.6 Remoção de terra rebaixo do greide	M3	2.350,00	13,45	31.607,50
Sub Total				74.807,50
3. Pavimentação				
3.1 Sub base rachão 15 cm compactado	M3	770,00	35,60	27.412,00
3.2 Travamento brita 3/8 e pó	M3	280,00	31,50	8.820,00
3.3 Brita graduada 12cm	M3	610,00	49,90	30.439,00
3.4 Imprimação	M2	3.950,00	2,05	8.097,50
3.5 Capa asfáltica CBUQ 5,5cm compactada	M2	3.950,00	20,50	80.975,00
3.6 Meio fio colocado	pç	850,00	18,60	13.764,00
3.7 Pintura de ligação	M2	1.185,00	1,75	2.073,75
Sub Total				171.581,25
4. Serviços Complementares				
4.1 Aterro para calçada compactada	M3	500,00	7,18	3.590,00
Sub Total				3.590,00
Total Geral				259.063,75

CONTRIBUINTES DA RUA: PAULO LONDERO SPERB

ÁREA PAVIMENTAÇÃO: 3.950,00 m²

N.º	NOME CONTRIBUINTE	TESTADA	CUSTO	CUSTO	VALOR
			METRO	TOTAL	A PAGAR
1	LUCY MARIA GHIGGI CARVALHO	2,17	390,62693	846,356	R\$ 141,00

2	KARINA APA-RECIDA TELLES HECK	2,17	390,62693	846,356	R\$ 141,00
3	DENISON KOBASHIKAWA	2,17	390,62693	846,356	R\$ 141,00
4	GISELE CAMARGO	2,17	390,62693	846,356	R\$ 141,00
5	ROGÉRIO CRISPIN FLORES	2,17	390,62693	846,356	R\$ 141,00
6	ANDREIA REINA BAYER	2,17	390,62693	846,356	R\$ 141,00
7	FABIO RAFAEL B. DE ALMEIDA	2,17	390,62693	846,356	R\$ 141,00
8	ALEXANDRE RODRIGUES FARIAS	2,17	390,62693	846,356	R\$ 141,00
9	GLORIA MARIA DE OLIVEIRA	2,17	390,62693	846,356	R\$ 141,00
10	RODRIGO FERRETO HEGER	2,17	390,62693	846,356	R\$ 141,00
11	ALVACIR MERINI	2,17	390,62693	846,356	R\$ 141,00
12	KAZUIRO OGAWA	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
13	ROSANA NORCIO SCAPINI	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
14	IZOLINA ALVES	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
15	IRENILDA AP. DA SILVA GOETTEN	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
16	IDOLINO DA SILVA VELOSO	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
17	CELIO ESTEVES MARTINS	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
18	ALAIN NASCIMENTO ANTONIO	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
19	DIULINO PELLIZZARO	14,00	390,62693	5.468,777	R\$ 911,10
20	GILMAR JOSÉ TIRELLI	13,00	390,62693	5.078,150	R\$ 846,02
21	GERSON EDUARDO FISCHER	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
22	CARLOS ALBERTO ROSA	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
23	AGUINALDO SALVADOR	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
24	JORACI DAS GRAÇAS R. MACIEL	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
25	RUBIA MARA DE QUADROS TOONDOLFO	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
26	ANTONIO NEREU DA CRUZ	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
27	DORALINA ALEXANDRE	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
28	FLADEMIR LUIZ BARP	14,00	390,62693	5.468,777	R\$ 911,10
29	ARI MORAES DE SOUZA - SUCESSORES	14,00	390,62693	5.468,777	R\$ 911,10
30	JULIO C. ALVES E DARCI M. CONTE	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
31	NILTON BUENO DA ROCHA	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94

32	LUIZ CARLOS LEMOS	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
33	ADÃO PEDRO DOS SANTOS	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
34	ANTONIO SIGNORELLI - SUCESSORES	14,70	390,62693	5.742,216	R\$ 956,65
35	ZAUL WIGGERS	30,00	390,62693	11.718,808	R\$ 1.952,35
36	JUAREZ TADEU LEÃO	18,00	390,62693	7.031,285	R\$ 1.171,41
37	MARCO CEZAR SIMAS LEÃO	18,00	390,62693	7.031,285	R\$ 1.171,41
38	AUDEMILSON RATHJE	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
39	ROSALINA DOS SANTOS RIBEIRO	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
40	ELOI CELIO MAGAGNIN	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
41	RONE MARCOS SUBTIL	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
42	MATEUS MARTA-RELLO	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
43	ROSANE AP. CHAVES E OUTROS	14,00	390,62693	5.468,777	R\$ 911,10
44	COMUNID. EVANG. LUTERANA CRISTO REDENTOR	26,00	390,62693	10.156,300	R\$ 1.692,04
45	PAULO WILLY REICHL FILHO	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
46	LÍLIAN SPRICIGO	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
47	IVONE SONDA GOMES	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
48	PAULO GENTIL RIBEIRO	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
49	ALAERCIO JOSÉ TURCATTO	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
50	NADIA FABIANA CAMPOS PERTUSSATTO	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
51	HERCILIO PACHECO	14,00	390,62693	5.468,777	R\$ 911,10
52	WILTON ALEXANDRE N. KLEIN	14,00	390,62693	5.468,777	R\$ 911,10
53	ELEMAR FREDERICO REUS	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
54	JOSIANE DOS SANTOS WOLINGER	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
55	JONASDARK SPRING DE ALMEIDA	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
56	JOSE ANTONIO MANDELLI	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
57	ANTONIO SIGNORELLI - SUCESSORES	25,50	390,62693	9.960,987	R\$ 1.659,50
58	ALIRIO BECKER	12,00	390,62693	4.687,523	R\$ 780,94
59	ERICA MONDINI	2,17	390,62693	846,356	R\$ 141,00

60	EXTENSÃO TOTAL	663,20		259.063,75	R\$ 43.160,02
CUSTO TOTAL DA OBRA				R\$ 259.063,75	
CUSTO POR METRO QUADRADO				R\$ 390,62693	
PARTICIPAÇÃO MUNI- CÍPIO:		83,34		R\$ 215.903,73	
PARTICIPAÇÃO CON- TRIBUINTE:		16,66		R\$ 43.160,02	

REPÚBLICA DE GUINÉ-BISSAU
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
REPÚBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 263/2014

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº
263/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO INSTALADOS PARA O FUNDO DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 17/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 17/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitibanos, 03 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

**REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 69/2014**

REPUBLICACÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº
69/2014

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA USO NOS CEIS, NÚCLEOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 18/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 18/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 03 de Novembro de 2014.

Kleberson Luciano Lima Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 264/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 264/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DO GAVETÁRIO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:30 horas do dia 18/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 17:00 horas do dia 18/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 31 de Outubro de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº63/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº63/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitiba torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de medicamentos para distribuição gratuita em Unidades de Saúde do Município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 14/11/2014, às 14H00, e início da sessão do Pregão no dia 17/11/2014, às 08h30. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitiba.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba, sito a rua

Maximino de Moraes, 376.

Curitiba, 20 de outubro de 2014.

Carine Tatsch Gabriela Q. Almeida Martarello
Secretária de Saúde Pregoeira

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 267/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 267/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES NOS EVENTOS DA SECRETARIA NO ANO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 17/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 17/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 03 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 71/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 71/2014

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA QUE SERÃO DESTINADOS AO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO JOSÉ, SANTA RITA, OSCAR FERREIRA E CEI SÃO LUIZ, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 19/11/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 19/11/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 03 de Novembro de 2014.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO N. 25/2014

CONTRATO N. 25/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE TENDO POR OBJETO O GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DE EFEITO EXTERNO E ACESSO A PESQUISA A BANCO DE DADOS, VIA INTERNET, REFERENTE AO CONTRATO Nº 4/2014 (DE VALOR E PRAZO).

Pelo presente instrumento contratual, de um lado a CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC, inscrita no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. JOÃO FLARIS CAMARGO, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 220, nº 200, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, ajustam entre si o abaixo discriminado, em simetria e vinculação ao processo licitatório de inexigibilidade n. 1/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais, de efeito externo, do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos, Decretos Legislativos e Resoluções) por este fornecidos, dispostos no site LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica da Câmara de Vereadores, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a apresentar toda sua legislação em arquivos digitais nos formatos "doc" ou "txt", utilizando o endereço de e-mail fornecido pela CONTRATADA como meio de transmissão de dados de que trata o presente contrato, incluindo a atualização da legislação. Os dados deverão observar o limite máximo de 20MB por e-mail encaminhado, por razões de ordem técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a publicar até o prazo de 1 (um) dia útil após o recebimento do material, no caso de atualização. Obriga-se, ainda, a manter a íntegra dos textos legais, pela forma disposta na cláusula anterior, no site mencionado na cláusula primeira, disponibilizando a legislação municipal de forma consolidada por indexação e por dentro do texto. A consolidação por dentro do texto somente ocorrerá após a integralização dos dados. O usuário terá acesso sem qualquer ônus e independentemente de cadastramento, e, inclusive com acessibilidade à versão aberta a deficientes visuais (totais ou parciais). Até o dia útil seguinte à celebração deste instrumento a CONTRATADA fornecerá senha de

acesso com sistema de administração própria a ser gerenciado pela CONTRATANTE visando distribuir senhas individuais para tantos membros do corpo técnico quantos forem indicados, expressamente, pela CONTRATANTE, visando possibilitar acesso a pesquisa integrada do banco de dados contendo os atos oficiais relativos às demais pessoas jurídicas de direito público que aderiram ou vierem a aderir ao sistema. O sistema de administração, pela senha, deverá permitir à CONTRATANTE a emissão de relatórios que qualifique e quantifique dados estatísticos relativos às leis faltantes (quando geradas em sequência numeral ininterrupta), relatórios mensais do número de acessos e consultas à legislação, o número de atos publicados no exercício corrente, a emissão de relatório mensal dos atos publicados, quantificando-os separadamente e discriminando data, tipo, nº do ato, e horário de sua publicação online, além da geração e gerenciamento dos logins e senhas a serem disponibilizados ao pessoal técnico da CONTRATANTE. Obriga-se, ainda, a CONTRATADA, fornecer em mídia DVD, todo conteúdo das leis enviadas pela CONTRATANTE, no término de cada mandato. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DO CONTRATO E DA ENTREGA DO OBJETO

O presente contrato é válido até 31/12/2015, ficando a entrega adstrita ao prazo de validade, podendo ser prorrogado, em acordo com o art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e alterações.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO, ENCARGOS, REAJUSTES E DOS CRÉDITOS

Pela instalação e ativação do sistema não haverá ônus à CONTRATANTE.

Pela manutenção do sistema, pagará a CONTRATANTE prestações bimestrais e sucessivas, que serão reajustadas anualmente de acordo com o IGPM-FGV ou, na impossibilidade de aplicá-lo, conforme o índice que vier oficialmente a substituí-lo, sendo 04 (cinco) parcelas trimestrais de R\$ 2.665,30 (Dois mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos), totalizando R\$ 10.661,20 (Dez mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte centavos).

A falta de pagamento por período superior a 30 (trinta) dias da última Nota Fiscal emitida autorizará a CONTRATADA a suspender a cessão de uso do software, sem prejuízo de cobrar o período contratual previsto neste instrumento.

Os créditos correrão na conta de despesa:

2.001.3.3.90.39.11.00.00.00 - Locação de Softwares - Exercício 2015

CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES E SEGURANÇA A CONTRATADA

Não será responsável pela fidelidade dos atos oficiais disponibilizados até o momento do fornecimento dos dados pelo Município, podendo manter sob sua custódia os textos originais enviados para prova do seu encaminhamento e teor.

A CONTRATANTE manterá constante vigilância sobre os produtos finais gerados e encaminhados, ficando a CONTRATADA obrigada a tomar as medidas corretivas aos textos das leis que se fizerem necessárias tão logo seja certificada de qualquer anormalidade constatada pela CONTRATANTE.

Em razão de a legislação ser de domínio público, a CONTRATADA não se responsabilizará por danos ou prejuízos decorrentes de

decisões administrativas, gerenciais ou comerciais tomadas com suporte nas informações fornecidas pelo site, assim como não se responsabilizará por danos ou prejuízos decorrentes de falhas de operação por pessoa não habilitada.

A CONTRATADA se obriga a fornecer orientação, em seu horário comercial, por suporte de telecomunicação, ao pessoal técnico da CONTRATANTE e/ou ao público em geral interessado nas informações.

A CONTRATADA é desobrigada a abrir as informações de seu banco de dados para qualquer outra Pessoa Jurídica de Direito Público que não tenha vínculo contratual com esta.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO DISTRATO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

As partes poderão, a qualquer momento, rescindir o presente contrato mediante prévio aviso, expresso e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, período em que serão inteiramente válidas todas as cláusulas contratuais.

No que couber seguir-se-á a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos a lei 8.666/93, suas alterações, código civil e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba/SC para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato e para assegurar a sua fiel execução.

Assim, ajustadas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3(três) vias de igual teor e forma.

Curitiba/SC, 31 de outubro de 2014.

JOÃO FLARIS CAMARGO	LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA
Presidente da Câmara	CARLITO MELLO DE LIZ
	Sócio-Administrador

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com as Leis Federais Nº. 8.666/93 e 10.520, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da Lei 8.666/93 o dou como aprovado.

Curitiba/SC, 31 de outubro de 2014.

Luiz Adolfo Tadeu Ceolla
Procurador Jurídico da Câmara

CONTRATO N. 26/2014

TERMO DE CONTRATO Nº 26/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBANOS E BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços que fazem a Câmara de Vereadores de Curitiba/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Gans, 288, em Curitiba/SC, inscrito na CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representado por seu presidente Sr. João Flaris Camargo, doravante denominado de CÂMARA e, de outro lado, Brasil Sul Serviços de Segurança Ltda, com sede em Joinville - SC, na Rua Max Colin, 1980, centro, CEP: 89.201-215, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 01.657.361/0001-78, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei

8.666/93, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato tem por objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA MONITORADA para a Câmara de Vereadores de Curitiba/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA E DE ENTREGA DO OBJETO

A CONTRATADA realizará os serviços objeto do presente CONTRATO, a contar da assinatura do presente termo com término previsto para 31.10.2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estão garantidos através de dotações próprias do orçamento vigente de acordo com as qualificações orçamentárias:

4 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 3.3.90.39.77.00.00.00

A Câmara pagará à CONTRATADA pela execução dos serviços ora pactuados o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, totalizando R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) pelo período de 02 (dois) anos pelos serviços de monitoramento, em até 10 (dez) dias após a apresentação da nota e mediante comprovação da prestação de serviços. Haverá também um custo de instalação de 150,00 (cento e cinquenta reais) em parcela única, totalizando o contrato em R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da MUNICIPALIDADE:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. fiscalizar a execução do objeto do CONTRATO;

III. notificar a CONTRATADA por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas nas Leis nº 8.666, de 21/06/93, 10.520, de 17/07/2002 e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

Responsabilizar-se por todos os custos referente à implantação do sistema.

Obedecer, rigorosamente, ao estabelecido pela CÂMARA;

Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, acessórios, instalações necessários à total e perfeita para a execução dos serviços, inclusive no que se refere à limpeza durante e após o término dos mesmos;

Repassar a Câmara todos os folhetos técnicos dos equipamentos a serem fornecidos e instalados;

Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pela Câmara, regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Trabalhista, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

Observar todas as especificações técnicas exigidas e descritas na Proposta apresentada e do setor de segurança privada do país.

A CONTRATADA obriga-se a fazer vigilância para segurança dos locais estabelecidos no contrato de prestação de serviços, a contar do ato da sua assinatura do mesmo e até o final da prestação de serviços, quando a contratada se obrigará a retirar os equipamentos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação da Câmara.

No caso de "disparo" do equipamento e a contratada não comparecer no local, na data e horário do disparo, poderá ser rescindido o contrato unilateralmente pela Casa Legislativa, por falha de prestação no serviço, devidamente caracterizado.

No presente contrato estão inclusos 08 PONTOS (SENSORES) distribuídos conforme solicitação do CONTRATANTE no ato da instalação. No caso de inclusão de novos pontos além destes 08 estabelecidos, será acrescido o valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por ponto mais MOD (mão-de-obra instalação) proporcional.

CLÁUSULA SEXTA - ÔNUS FISCAIS

Constitui, também, obrigação da CONTRATADA o pagamento de todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre este CONTRATO ou seu objeto, podendo o município, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade. Fica, desde logo, convencionado que o município poderá descontar, de qualquer crédito da CONTRATADA a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza, que venha a efetuar por imposição legal.

CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

Fica estabelecido que a CONTRATADA é considerada, para todos os fins e efeitos jurídicos, como única e exclusiva empregadora, afastado o município, em qualquer hipótese, da responsabilidade trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Único

A CONTRATADA se obriga a reembolsar o município de todas as despesas que este tiver, decorrente de:

I - reconhecimento judicial de indenização administrativa;

II - reconhecimento judicial ou administrativo de solidariedade ou subsidiariamente, no cumprimento das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias da CONTRATADA;

III - indenização, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos, materiais ou institucionais, causados pela CONTRATADA ou seus prepostos na execução dos serviços objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos da CONTRATADA, o valor da multa devida.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, em consonância com o artigo 55.

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 31 de outubro de 2014

João Fláris Camargo Brasil Sul Serviços de Segurança Ltda
Presidente da Câmara Contratada

PROCURADORIA JURÍDICA

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, e que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 31 de outubro de 2014

Luiz Adolfo Tadeu Ceolla
Procurador Jurídico da Câmara

Dionísio Cerqueira**PREFEITURA****RESULTADOS LICITAÇÕES 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 113/2014, Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Secretaria de Educação.- Vencedor: Olmiro Rosa dos Santos. - Valor R\$ 20.380,00

Dionísio Cerqueira 30/10/2014.

Flávio Berté

Prefeito Municipal em Exercício

CONTRATOS 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 002/2014.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira SC

Contratado: Celesc Distribuição S/A.

Objeto: Fornecimento contínuo de energia elétrica para a Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira -- Por esse instrumento aditava-se o Valor de R\$ 6.860,00. na estimativa de consumo anual prevista.. Origem: DL 002/2014 PMDC vigência: 29/10/14 à 31/12/2014
Dionísio Cerqueira 29/10/2014.

Flávio Berté - Prefeito Municipal em Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 062/2013.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira SC

Contratado: Telefônica Brasil S/A.

Objeto: Prestação de Serviços de Telecomunicações Móvel Pessoal - SMP, com Tecnologia Digital, na modalidade pós-pago, com habilitação e fornecimento, em regime de comodato, de aparelhos telefônicos celulares, Serviço de tráfego de dados para acesso internet em determinados aparelhos, conforme condições, descrições, especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital e seus anexos, que integram deste Contrato. -- Por esse instrumento aditava-se o Prazo vigência: 01/01/15 à 31/12/2015 e os Valores Estimados de consumo anual Previstos Prefeitura Municipal R\$ 58.763,88, Fundo Municipal de Saúde R\$20.198,88, Hospital Municipal R\$ 3.163,44 - Origem: Pregão 067/2013 PMDC - Dionísio Cerqueira 03/11/2014.
Flávio Berté - Prefeito Municipal em Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 023/2013.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira SC

Contratado: NBM Empreendimentos Ltda.

Objeto: Locação de apartamento em alvenaria localizado na rua goiás nº 130, apartamento 11 na cidade de Barracão PR, destinado a residência do médico do Programa mais médico, em cumprimento à portaria nº 23 de 01/10/2013 do Ministério da Saúde. -- Por esse instrumento aditava-se o prazo em mais 12 meses. Valor de R\$ 11.496,00.. Origem: DL 056/2013 FMS vigência: 04/11/14 à 03/11/2015 - Dionísio Cerqueira 03/11/2014.

João Stahl - Gestor do FMS

LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 022/2014. Objeto: Aquisição de medicamentos e matérias de uso Hospitalar para a Farmácia Básica do Hospital Municipal. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 18/11/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 03/11/2014.

Deliziane L. dos Santos - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 051/2014. Objeto: Aquisição de um microcomputador para a Unidade básica de Saúde de Jorge Lacerda. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 14/11/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 03/11/2014.

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 115/2014. Objeto: Aquisição de prancha e viga de eucalipto para reforma de pontes do Município.. Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 14/11/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 03/11/2014.

Flávio Berté

Prefeito em Exercício.

Ermo**PREFEITURA****RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 30/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 30/2014

Objeto: Construção de um espaço educacional com 06 salas de aulas, com área de 851,63m², composto de bloco pedagógico, bloco administrativo, bloco de serviço, pátio central, conforme modelo padrão FNDE (fundo nacional desenvolvimento da educação), com capacidade para 216 alunos, situado na BR 285, km 07, s/n, no município de Ermo/SC.

Vencedores: CAMILO E GHISI LTDA

Valor: R\$ 1.017.760,94 (Um milhão, dezessete mil, setecentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos)

Aldoir Cadorin

Prefeito Municipal

Forquilha**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO FMPS Nº. 06/2014**

EXTRATO DE CONTRATO FMPS Nº. 06/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - NORMELIA LOTTERMANN EPP

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos diversos, através de empresas do ramo pertinente, para utilização no Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 888,00 (oitocentos e oitenta e oito reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 09/10/2015.

DOTAÇÃO - 0201.2008.3190 (04).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 172/PMF/2014

DATA DA ASSINATURA - 09 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES
Prefeito Municipal em Exercício

Fraiburgo**PREFEITURA****ALTERA EDITAL 0045/2014**

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0045, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.
ALTERA GUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Encontram-se alterado o quadro Geral de inscrições do Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário - ACT, n. 0045, de 22 de outubro de 2014, para a função pública de Engenheiro Civil, no item 1.3, incluindo o código 2, com carga horária de 40 horas semanais. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 03 de novembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 0285/2014

DECRETO Nº 0285, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Em atendimento as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, n. 634, de 19 de novembro de 2014, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2015
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2015
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2015

2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2015
3 – Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens móveis, imóveis e intangíveis	
3.1 – Registro e evidência dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro de 2015
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro de 2015
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro de 2015
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro de 2015
5 – Reconhecimento, mensuração e evidência dos ativos de infraestrutura	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2015
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2015
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2015
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2015
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2015
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2015
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2015
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2015
7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2015
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2015
8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	Janeiro de 2015

Art. 2º. Ficam automaticamente prorrogados os prazos estabelecidos no art. 1º, no caso de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º. Os Procedimentos Contábeis referidos neste Decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO 0049 PROFESSORES - JANEIRO

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0049 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação de Professores em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da educação do Município de Fraiburgo, na função pública de PROFESSOR na área de Educação Infantil do quadro especial. O preenchimento de vagas será exclusivamente para o mês de janeiro de 2015, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 05 a 14 de novembro de 2014, das 14:00 às 20:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábado e domingo), no Prédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, localizada na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3041.

Fraiburgo, 03 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1998/2014

PORTARIA N.º 1.998, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 098/2014 da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELISÂNGELA APARECIDA JAEGER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 946.803.969-20, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1999/2014

PORTARIA N.º 1.999, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 099/2014 da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA APARECIDA DUARTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 090.690.439-04, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2000/2014

PORTARIA Nº 2.000, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor RICARDO GASPARD DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 017.831.469-23, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2001/2014

PORTARIA N.º 2.001, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 09 de junho de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CINTIA RAMOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.973.969-14, contratada em

caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2002/2014

PORTARIA N.º 2.002, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021 de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOCÉLIA CAMARGO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 078.092.929-27, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2003/2014

PORTARIA N.º 2.003, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA CORRÊA BECKER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 006.449.639-21, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2004/2014

PORTARIA N.º 2.004, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de IVONE RIBEIRO ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 814.007.139-00, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2005/2014

PORTARIA Nº 2.005, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0018, de 07 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 083/2014 da Secretaria de Infraestrutura;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVONE RIBEIRO ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 814.007.139-00, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2006/2014

PORTARIA Nº 2.006, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0036, de 30 de setembro 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PAULO HENRIQUE DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 907.504.039-34, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de novembro DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 07/2014

RESOLUÇÃO Nº 07/2014

CONCEDE LICENÇA, SEM REMUNERAÇÃO AO VEREADOR GERSON DE MATIA (PMDB), PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o artigo 34, inciso V, do Regimento Interno, com base no Requerimento, aprovado pelo Plenário, em sessão ordinária realizada em 20 de outubro de 2014, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedida licença ao Vereador GERSON DE MATIA, da bancada do PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, para tratar de interesse particular, pelo prazo de 30 (trinta) dias, no período compreendido entre 1º a 30 de novembro de 2014, com fundamento no art. 38, II, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 86, II, § 1º e 117, § 3º, I, do Regimento Interno.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 30 outubro de 2014.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA
Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 844/2014.

PORTARIA N.º 844, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, SILVIO CIPRIANO, CPF n.º 101.463.099-10, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Setor de Apoio, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 845/2014.

PORTARIA N.º 845, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora ELIS REGINA DE OLIVEIRA SOARES, Matrícula Funcional n.º 4654, referente à 2013/2014, no período de 01/10/2014 à 30/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 846/2014.

PORTARIA N.º 846, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARGARETE GARCIA COSTA, , matrícula funcional n.º 4662, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 01/10/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 847/2014.

PORTARIA N.º 847, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LUIZ DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 3590, referente à 2013/2014, no período de 01/10/2014 à 30/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 848/2014.

PORTARIA N.º 848, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SIMONE CRISTIANE DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 3678, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 18/09/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/09/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 849/2014.

PORTARIA N.º 849, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, Auxiliar Administrativo, matrícula funcional n.º 0439, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 26/09/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 26/09/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 850/2014.

PORTARIA N.º 850, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARIA IZABEL LOPES, Contrato n.º 366/2013, em 10/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 851/2014.

PORTARIA N.º 851, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora MARIA HELENA FELICIANO MARTINS, Matrícula Funcional n.º 0778, referente a 2006-2011, no período de 16/10/2014 à 14/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 852/2014.

PORTARIA N.º 852, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 01/10/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/10/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 853/2014.

PORTARIA N.º 853, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUCIANE MARIA NUNES DE CARVALHO, Professora, matrícula funcional n.º 0780, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 11/10/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 854/2014.

PORTARIA N.º 854, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARIA DE AMORIM BOTELHO, Contrato n.º 089/2014, em 06/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 855/2014.

PORTARIA N.º 855, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ANGÉLICA DE AMORIM CONSTANTE, Contrato n.º 077/2014, em 07/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 856/2014.

PORTARIA N.º 856, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) MARIA ROSANE SEBASTIÃO, Contrato n.º 386/2014, em 01/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/10/2014..

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 857/2014.

PORTARIA N.º 857, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, FILIPE MARTINS, CPF n.º 086.658.469-21, para exercer o cargo comissionado de ASSISTÊNCIA DE DIREÇÃO, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 858/2014.

PORTARIA N.º 858, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ALEXANDRA JACINTO, Servente, matrícula funcional n.º 5443, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 11/09/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/09/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 859/2014.

PORTARIA N.º 859, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora VANESSA DA SILVA JOÃO GONÇALVES, Professora, matrícula funcional n.º 5320, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de (47) quarenta e sete dias, a partir de 26/09/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 26/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 860/2014.

PORTARIA N.º 860, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora ELIANE DA MOTTA NUNES, Matrícula Funcional n.º 0776, referente a 2006-2011, no período de 20/10/2014 à 18/12/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 862/2014.

PORTARIA N.º 862, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 478/2014 e suspensas através da Portaria n.º 528/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor ALEXANDRE DA ROSA, Matrícula Funcional n.º 5037, no período de 08/10/2014 à 17/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 863/2014.

PORTARIA N.º 863, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) LIANE zWETSCH KLAMT, Contrato n.º 390/2014, em 07/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 865/2014.

PORTARIA N.º 865, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SIMONE CRISTIANE DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 3678, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 16/09/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 866/2014.

PORTARIA N.º 866, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, Auxiliar Administrativo, matrícula funcional n.º 0439, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 19 (dezenove) dias, a partir de 26/09/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 26/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 867/2014.

PORTARIA N.º 867, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 614/2014 e suspensas através da Portaria n.º 670/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora PATRÍCIA SCHOTT, Matrícula Funcional n.º 3705, no período de 15/10/2014 à 24/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 868/2014.

PORTARIA N.º 868, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SANDRA PEREIRA DA COSTA, Professora, matrícula funcional n.º 3699, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 11/10/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 869/2014.

PORTARIA N.º 869, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora ALEXANDRA JACINTO, Servente, matrícula funcional n.º 5443, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de (09) nove dias, a partir de 01/10/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 870/2014.

PORTARIA N.º 870, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 05/10/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 871/2014.

PORTARIA N.º 871, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUCIANE MARIA NUNES CARVALHO, Professora, matrícula funcional n.º 0780, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 16/10/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 874/2014.

PORTARIA N.º 874, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CINARA RICARDO OLIVEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 4655, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 06/10/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/10/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 875/2014.

PORTARIA N.º 875, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora LENI SANTOS DE LIMA, Matrícula Funcional n.º 5042, referente à 2013/2014, no período de 08/10/2014 a 22/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 876/2014.

PORTARIA N.º 876, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CLAUDIA BREDIA, Psicóloga, matrícula funcional n.º 5078, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 09/10/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento da servidora, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/10/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 877/2014.

PORTARIA N.º 877, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora MARGARETE GARCIA COSTA, Diretora da Policlínica, matrícula funcional n.º 4662, contribuinte do Regime Geral de Previdência, pelo período de 61 (sessenta e um) dias, a partir de 01/10/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 879/2014.

PORTARIA N.º 879, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora SAMANA GROTKOWSKI, Matrícula Funcional n.º 5179, referente à 2013/2014, no período de 01/11/2014 à 30/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 880/2014.

PORTARIA N.º 880, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora MICHELE FERNANDES DE SÁ, Matrícula Funcional n.º 5110, referente à 2013/2014, no período de 01/11/2014 à 30/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 881/2014.

PORTARIA N.º 881, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor VALDIR PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 0114, referente à 2013/2014, no período de 01/11/2014 à 30/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 882/2014.

PORTARIA N.º 882, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) HENRIQUE SOARES NUNES, Contrato n.º 294/2014, em 31/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 883/2014.

PORTARIA N.º 883, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 15 (quinze) dias, concedidas através da Portaria n.º 280/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora MARGARETE MARTINS PAUSE, Matrícula Funcional n.º 4975, no período de 17/10/2014 à 31/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 884/2014.

PORTARIA N.º 884, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora IVONÉZIA DE AMORIM DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 4974, referente à 2013/2014, no período de 01/11/2014 à 30/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 885/2014.

PORTARIA N.º 885, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, ao servidor CLAUDELIR AMORIM GONÇALVES, Matrícula Funcional n.º 0751, referente a 2006-2011, no período de 16/10/2014 à 30/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/10/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 886/2014.

PORTARIA N.º 886, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, FERNANDA BENTA DA SILVEIRA, CPF n.º 088.042.179-79, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, da Secretaria de Educação, a partir de 13 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 13/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 888/2014.

PORTARIA N.º 888, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 0017, referente à 2011/2012, no período de 20/10/2014 à 18/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 889/2014.

PORTARIA N.º 889, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SANDRA PEREIRA DA COSTA, Professora, matrícula funcional n.º 3699, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 11/10/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 890/2014.

PORTARIA N.º 890, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora ANELISE BELARDINELLI CANAL, Professora, matrícula funcional n.º 5477, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de (88) oitenta e oito dias, a partir de 24/09/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/09/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 891/2014.

PORTARIA N.º 891, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora MARIA AMORIM GONÇALVES, matrícula funcional n.º 0770, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 07 de outubro de 2014, por motivo de falecimento do marido.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/10/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 892/2014.

PORTARIA N.º 892, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) CLAUDIA BREDÁ, Psicóloga, matrícula funcional n.º 5078, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 09/10/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 893/2014.

PORTARIA N.º 893, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, CLAUDIO FRANCISCO DA SILVA, CPF n.º 767.582.069-04, do cargo de MOTORISTA DE CAMINHÃO, AUTO, ÔNIBUS, do quadro de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 21/10/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 894/2014.

PORTARIA N.º 894, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA APARECIDA MACHADO BATISTA, , matrícula funcional n.º 5634, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 09/10/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/10/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 895/2014.

PORTARIA N.º 895, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado do cargo de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem da Secretaria de Saúde no período de outubro de 2014:

MATRICULA	NOME
5717	Adriana Bessa da Silva
3571	Ana Cristina da Silva Prudêncio
3764	Ana Maria de Souza Roecker
3552	Bruna da Silva
5255	Carini Martins
5679	Carlos Eduardo de Abreu
3648	Celiane Gonçalves Carlsen
5293	Fabíula Rodrigues Garcia
5538	Luciane dos Santos

5664	Luzia Carlos de Oliveira
3759	Maria Aparecida dos Santos
5294	Maria Raimunda Miranda
0794	Mariana da Silva
5737	Mariany Ferreira de Jesus Lucas
5752	Priscila Gonçalves Bernardi
5271	Raquel Xavier
3643	Rozilda de Amorim
5522	Rozimar Pacheco Martins
3595	Sueli Teresinha dos Santos
5692	Valmes Adriana Estevão dos Santos
5287	Vanessa Márcia Tabaczinski

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 897/2014.

PORTARIA N.º 897, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) AFONSO MARIO PILIACKAS JUNIOR, Contrato n.º 376/2014, em 25/10/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 898/2014.

PORTARIA N.º 898, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ALEXANDRE BARRADAS DO PRADO, Professor, matrícula funcional n.º 0735, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 13/10/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/10/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 899/2014.

PORTARIA N.º 899, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) CINARA RICARDO OLIVEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 4655, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 09/10/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/10/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 900/2014.

PORTARIA N.º 900, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MALVINA SOARES ESTÁCIO, Servente, matrícula funcional n.º 5385, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 17/10/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 17/10/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 901/2014.

PORTARIA N.º 901, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora LORENA BERNARDO DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 4277, referente à 2013/2014, no período de 05/11/2014 a 19/11/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 902/2014.

PORTARIA N.º 902, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CARINI MARTINS, Técnica em Enfermagem, matrícula funcional n.º 5255, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 16/10/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/10/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 904/2014.

PORTARIA N.º 904, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, ANDREIA BARRIDA MEIRA, CPF n.º 021.246.911-80, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE DIVISÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 30 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 909/2014.

PORTARIA N.º 909, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA A PORTARIA N.º 703, DE 13 DE AGOSTO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica ALTERADA a Portaria 703, de 13/08/2014, de Concessão de Licença para Tratamento de Saúde, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora JANETE COELHO GONÇALVES, Merendeira, matrícula funcional n.º 0785, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 62 (sessenta e dois) dias, a partir de 08/07/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 910/2014.

PORTARIA N.º 910, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ZELINA ALEXANDRINA SOARES DE FREITAS, Merendeira, matrícula funcional n.º 5477, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 08/10/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/10/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 912/2014.

PORTARIA N.º 912, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JANETE COELHO GONÇALVES, Merendeira, matrícula funcional n.º 0785, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 09/10/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/10/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 913/2014.

PORTARIA N.º 913, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/10/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor ITAMAR CARVALHO FARACO, Matrícula Funcional n.º 3700, concedidas através da Portaria n.º 836/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/10/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 914/2014.

PORTARIA N.º 914, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 27/10/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 0017, concedidas através da Portaria n.º 888/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 27/10/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 915/2014.

PORTARIA N.º 915, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MICHELLE LOUISE SICA DE ALMEIDA, Médico ESF/PROVAB, matrícula funcional n.º 5582, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 01/10/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/10/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 391/2014.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 391/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MARILETE VIEIRA LOPES
Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Valor: R\$ 947,62 (novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos) mensais
Vigência: De 01/10/2014 até 01/04/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 392/2014.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 392/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: PRISCILA GONÇALVES BERNARDI
Objetivo: ENFERMEIRO
Valor: R\$ 1.682,10 (um mil seiscentos e oitenta e dois reais e dez centavos) mensais
Vigência: De 01/10/2014 até 01/04/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 393/2014.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 393/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: JAQUELINE RITA GONÇALVES
Objetivo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Valor: R\$ 947,62 (novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos) mensais
Vigência: De 01/10/2014 até 01/04/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 394/2014.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 394/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: LETÍCIA NAYARA FRETTE
Objetivo: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS
Valor: R\$ 755,97 (setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e sete centavos) mensais
Vigência: De 06/10/2014 até 06/10/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 395/2014.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 395/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: MARIANA BARBOSA DRAGO
Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10 HS
Valor: R\$ 441,31 (quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e um centavos) mensais
Vigência: De 06/10/2014 até 18/12/2014, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 396/2014.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 396/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: PATRÍCIA DE TOLEDO RAMOS
Objetivo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10 HS
Valor: R\$ 441,31 (quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e um centavos) mensais
Vigência: De 06/10/2014 até 18/12/2014, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 397/2014.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 397/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: RUDINEI DA SILVA GONÇALVES
Objetivo: AUXILIAR CONSERV/MANUTENÇÃO
Valor: R\$ 786,18 (setecentos e oitenta e seis reais e dezoito centavos) mensais
Vigência: De 16/10/2014 até 16/04/2015, prorrogável conforme legislação vigente

Garuva

PREFEITURA

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 01/2014

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 01/2014/ SME

Dispõe sobre as diretrizes de:

- 1) rematrícula das crianças que já freqüentam as Creches municipais;
- 2) matrícula das crianças que se encontram na lista de espera no ano de 2014 e
- 3) matrículas novas para as Creches Municipais vinculadas a Secretaria Municipal de Educação.

A Secretária Municipal de Educação, Adriane Beatriz Moecke Galando, no uso de suas atribuições legais, estabelece as diretrizes para rematrícula das crianças que já frequentam as Creches municipais; matrículas das crianças que se encontram na lista de espera no ano de 2014 e matrículas novas para as Creches Municipais vinculadas a Secretaria Municipal de Educação.

Esclarece-se que, apesar do aumento do número de vagas ofertadas a cada ano, esse número ainda é insuficiente para atender a demanda, sendo necessário o estabelecimento de critérios para o processo de seleção de novas matrículas.

1. Dos Objetivos

1.1 Este Edital tem por objetivo geral orientar o processo de rematrícula; matrículas das crianças que se encontram na lista de espera no ano de 2014 e matrículas novas para as Creches Municipais vinculadas a Secretaria Municipal de Educação.

1.2 O Edital de rematrícula e matrícula tem como objetivos específicos:

1.2.1 Divulgar este Edital à Direção, à Coordenação Pedagógica, aos Docentes, aos funcionários da Instituição, aos pais ou responsáveis sendo extensivo a toda comunidade, para fins de matrícula do público alvo das Creches Municipais;

1.2.2 Garantir a renovação de matrícula das crianças que já frequentam as Creches Municipais vinculadas a Secretaria Municipal de Educação;

1.2.3 Efetuar a matrícula das crianças que se encontram na lista de espera de 2014 considerando as vagas disponíveis;

1.2.4 Efetuar as novas matrículas das vagas remanescentes;

1.2.5 Informar à família sobre a responsabilidade de atualizar os dados da Ficha de Matrícula quando houver qualquer alteração cadastral (exemplo: renda, endereço, telefone, local de trabalho, condição de saúde da criança etc).

2. Das Vagas

2.1 Estão especificadas abaixo as vagas disponíveis para:

- 2.1.1 Atender a rematrícula;
- 2.1.2 Atender a lista de espera;
- 2.1.3 Atender as novas matrículas.

2.2 As crianças matriculadas no MATERNAL III em 2014, que fazem 4 anos até 31 de março irão para o PRÉ I em 2015, não permanecendo na Creche.

2.3 Estão especificadas abaixo a quantidade de crianças matriculadas no ano letivo de 2014 e que serão rematriculadas em 2015.

	BERÇÁRIO	MATERNAL I	MATERNAL II	MATERNAL III
CRECHE MUNICIPAL FREI JOSÉ BERTOLDI	-	-	20	48
CRECHE MUNICIPAL JOÃO DE DEUS	-	-	40	38
CRECHE MUNICIPAL MARIA CORRÊA SAAD	-	23	38	36
TOTAL	-	23 rematrículas	98 rematrículas	122 rematrículas

2.4 Estão especificadas abaixo a quantidade de crianças matriculadas no ano letivo de 2014 e que serão rematriculadas em 2015.

2.4.1 As crianças matriculadas no MATERNAL III em 2014, que fazem 4 anos até 31 de março irão para o PRÉ I em 2015, não permanecendo na Creche.

2.5 Estão especificadas no quadro abaixo as vagas disponíveis para atender a lista de espera de 2014.

	BERÇÁRIO	MATERNAL I	MATERNAL II	MATERNAL III
TOTAL	15	62	18	12

2.6 Estão especificadas no quadro abaixo o total de vagas disponíveis para matrículas novas para o ano de 2015:

	BERÇÁRIO	MATERNAL I	MATERNAL II	MATERNAL III
TOTAL	1	15	11	-

2.7 Serão atendidas prioritariamente no Berçário as crianças que se encontram na Casa de Acolhimento;

2.8 O período de atendimento nas Creches municipais, vinculadas a Secretaria Municipal de Educação, será de 4 (quatro) horas para atendimento parcial e no mínimo 7 (sete) horas, quando o período for integral (art. 31, inciso III da Lei 12.796, de 4 de abril de 2013), devendo permanecer na Instituição por um período máximo de 10 (dez) horas (PNQ - Parâmetros Nacionais de Qualidade Educação Infantil - volume 2 - p. 35).

2.9 Não havendo a possibilidade de disponibilizar o atendimento em período integral, o atendimento será oferecido no período parcial, o qual poderá ser ofertado no turno matutino ou vespertino.

2.10 O atendimento em período integral será ofertado prioritariamente àqueles que atendam aos critérios de seleção previstos no item 3.1 do presente Edital.

2.11 O atendimento em período parcial levará em consideração o horário de trabalho dos pais e/ ou responsáveis e os critérios de seleção previstos no item 3.1 do presente Edital.

2.12 O calendário letivo da rede municipal de ensino para o ano de 2015, será divulgado no site: www.garuva.sc.gov.br e nas instituições de ensino antes do término do ano letivo de 2014 e seguem as normativas do Ministério da Educação bem como a legislação vigente.

2.13 O processo de preenchimento das vagas das Creches municipais obedecerá as fases/ cronograma expostas no item 3 do presente Edital.

3. Das Fases

3.1 As rematrículas, matrículas de crianças que se encontram na lista de espera em 2014 e matrículas novas das vagas remanescentes, serão atendidas no Ginásio de Esporte Evandro Nagel, das 10h às 16h conforme as datas especificadas abaixo:

	FASES	CRONOGRAMA
3.1	Primeira Fase Divulgação do edital *Para qualquer uma das fases será necessário apresentação dos documentos que constam no item 3.1.1, havendo análise dos mesmos para classificação de vagas integrais e meio período.	3 e 4 de novembro
3.2	Segunda Fase Rematrículas das crianças já atendidas em 2014 e matrículas das crianças que se encontram na lista de espera de 2014	05, 06 e 07 de novembro
3.3	Terceira Fase Prazo para apresentação de documentos para matrículas novas	10 de novembro
3.4	Quarta Fase Análise da documentação	11 de novembro
3.5	Quinta Fase Resultado da Classificação das matrículas novas	12 de novembro
3.6	Sexta Fase Matrículas novas	12 e 13 de novembro

3.1 PRIMEIRA FASE -Divulgação dos documentos necessários para matrícula

3.1.1 Os pais e/ou responsáveis pela criança deverão apresentar os seguintes documentos na Instituição para realização de rematrícula ou análise de documentação para matrícula:

3.1.1.1 Da Documentação da criança

- a) Declaração de vacina atualizada;
- b) Cópia da certidão de nascimento ou RG;
- c) Cópia do cartão SUS

3.1.1.2 Da Documentação dos responsáveis pela criança

- a) Comprovante de renda atualizado de acordo com o Anexo IV do presente Edital;
- b) Declaração de Horário de Trabalho, conforme modelo presente no anexo III, do presente Edital;
- c) Comprovante de residência atualizado (água, luz ou telefone em nome da mãe, pai e/ou responsável e na falta de um destes cópia do contrato de locação do imóvel);

3.1.1.3 Documentos para comprovação da renda familiar

Para comprovação da Renda Familiar todos os seus integrantes, sejam pais, parentes ou que com eles residem, deverão apresentar um dos comprovantes abaixo relacionados:

- a) CTPS - Carteira de Trabalho, cópia das páginas de identificação do trabalhador e último contrato de trabalho.
- b) Contracheque ou holerite dos últimos 3 (três) meses.
- c) Extrato de Benefício da Previdência Social atualizado, disponível no site do Ministério da Previdência Social <http://www3.dataprev.gov.br/cws/contexto/hiscre/index.html> ou do Regime Estatutário caso seja Servidor Público.
- d) Declaração informando a renda recebida na atividade que

exerce (profissionais autônomos), conforme modelo do anexo IV. e) Cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (empresários).

3.2 SEGUNDA FASE -Rematrícula e matrículas das crianças que se encontram na lista de espera de 2014

3.2.1 A criança que frequenta regularmente a Instituição até o final do ano letivo de 2014, será rematriculada para o ano letivo de 2015. As crianças que se encontram na lista de espera de 2014 deverão efetuar a matrícula. Os responsáveis deverão comparecer nos dias 05, 06 e 07 de novembro no ginásio de esportes Evandro Nagel das 10h às 16h munidos dos documentos do item 3.1.1. Para as rematrículas e matrículas da lista de espera 2014 serão considerados os critérios de menor renda e trabalho para as vagas de período integral, sendo as demais atendidas em meio período.

3.3 TERCEIRA FASE - Prazo para apresentação de documentos para matrículas novas

3.3.1 Os pais e/ou responsáveis das crianças que se encontram na lista de espera de 2014 deverão comparecer no Ginásio de Esportes Evandro Nagel no dia 10 de novembro das 10h às 16h e apresentar os documentos estabelecidos no item 3.1.1 deste edital.

3.3.2 Para matrículas novas serão considerados os critérios de menor renda e trabalho para as vagas de período integral, sendo as demais atendidas em meio período.

3.4 QUARTA FASE - Análise da documentação

3.4.1 A análise da documentação será feita pela Equipe da Secretaria Municipal de Educação. A análise da documentação será feita no dia 11 de novembro.

3.5 QUINTA FASE -Resultado da Classificação

3.5.1 O resultado da classificação estará fixado nos seguintes locais públicos:

- 1) Prefeitura de Garuva
- 2) No site da Prefeitura de Garuva: www.garuva.sc.gov.br
- 3) Nas instituições (Creches)

3.6 SEXTA FASE -Matrículas novas

3.6.1 Os pais e/ou responsáveis das crianças que se encontram na lista de espera de 2014 deverão procurar o Ginásio de Esportes Evandro Nagel nos dias 12 e 13 de novembro para efetivar a matrícula de acordo com a classificação estabelecida (vaga de meio período ou período integral).

4. Da Idade

4.1 A idade mínima para inscrição no Sistema de Seleção de Matrículas nas Creches Municipais é de 4 (quatro) meses de vida.

4.2 A criança que completar 4 (quatro) anos até 31 de março de 2014, deverá inscrever-se na Pré-Escola, conforme Lei 12.796, de 4 de abril de 2013.

5. Da Divulgação

5.1 A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela divulgação do presente Edital nas Creches Municipais, Prefeitura, Câmara de Vereadores, Secretaria de Desenvolvimento Social e Conselho Tutelar.

6. Das Disposições Gerais

6.1 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação/ Diretoria de Ensino.

6.2 A omissão ou falsidade de informações pertinentes à seleção resultará em exclusão do processo seletivo. O artigo 299 do Código Penal dispõe que é crime "omitir", em documento público ou particular, declaração que nele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Adriane Beatriz Moecke Galando
Secretária de Educação

José Chaves
Prefeito

ANEXO I

Turmas	Faixa Etária	Número de Crianças
BERÇÁRIO	4 meses a 1 ano	8 a 12 crianças
MATERNAL I	1 a 2 anos	15 a 20 crianças
MATERNAL II	2 a 3 anos	20 a 25 crianças
MATERNAL III	3 a 4 anos	20 a 25 crianças

* A quantidade máxima de crianças por agrupamento ou turma é proporcional ao tamanho das salas que ocupam.

ANEXO II - ENDEREÇO DAS INSTITUIÇÕES

Creche Municipal Frei José Bertoldi
Rua Carlos Borgenhausen, 496 - Centro
Telefone: 3445- 4034
e-mail: crechefreijose@hotmail.com

Creche Municipal João de Deus
Rua XV de novembro, 900 - Centro
Telefone: 3445-3595
e-mail: creche_joaodedeus@hotmail.com

Creche Municipal Maria Corrêa Saad
Jardim Esperança
Telefone: 3445-8222 (SME)
e-mail: mileidy@garuva.sc.gov.br

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO

Declaramos para os devidos fins que _____
(nome) é funcionário desta empresa, cumprindo de segunda a sexta-feira a jornada de trabalho das _____ às _____ horas.

Local e data

Empresa
Nome/ cargo
Carimbo da empresa

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE RENDA FAMILIAR

Eu _____ (nome legível do declarante) portador do CPF _____
RG _____ responsável legal (nome dos filhos):

Declaro que a renda familiar é de _____ salários mínimos.

Renda bruta da mãe: R\$ _____ referente ao trabalho de: _____

Renda bruta da pai: R\$ _____ referente ao trabalho de: _____

Rendabrutadaresponsável:R\$ _____
referente ao trabalho de: _____

Outras rendas como (bolsa família, pensão e outros): R\$ _____

Declaro ainda que, o valor acima apresentado é verdadeiro e que não trabalho formalmente. Estou ciente de que a omissão de informação ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ ou divergentes poderá acarretar em alteração no processo de seleção da Matrícula na Educação Infantil. As informações constantes nesta declaração são de minha inteira responsabilidade e estão sujeitas a conferência pela Secretaria Municipal de Educação de Garuva.

Garuva, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do declarante

Assinatura da testemunha	Assinatura da testemunha
Nome completo:	Nome completo:
CPF:	CPF:
Endereço:	Endereço:
Telefone:	Telefone:

* A declaração deverá ser reconhecida em cartório.

EDITAL DE MATRICULA Nº 02/2014**EDITAL Nº 02/2014/ SME**

Dispõe sobre as diretrizes do processo de rematricula e matrícula para o ano letivo de 2015, nos estabelecimentos de Pré-Escolar, Ensino Fundamental e EJA vinculados a Secretaria Municipal de Educação.

A Secretária de Educação, Adriane Beatriz Moecke Galando, no uso de suas atribuições legais, estabelece as diretrizes referente a rematricula e matrícula para o ano letivo de 2015, nos estabelecimentos de Pré-Escolar, Ensino Fundamental e EJA vinculados a Secretaria Municipal de Educação.

1. Dos Objetivos

1.1 Este Edital tem por objetivo geral orientar o processo de seleção de matrícula nos estabelecimentos de Pré-Escolar, Ensino Fundamental e EJA vinculados a Secretaria Municipal de Educação.

1.2 O Edital de rematrículas e matrículas novas tem como objetivos específicos:

1.2.1 Divulgar este Edital à direção, ao serviço administrativo da escola, à coordenação pedagógica, aos docentes e demais funcionários das instituições e escolas, aos pais ou responsáveis, sendo extensivo a toda comunidade, para fins de rematrículas e matrículas novas do público alvo do Pré-Escolar, Ensino Fundamental e EJA.

1.2.2 Garantir a rematricula das crianças que freqüentam os estabelecimentos de Pré-Escolar, Ensino Fundamental e EJA.

1.2.3 Efetuar a matrícula de novas crianças, alunos, adolescentes e adultos nos estabelecimentos públicos da rede municipal de ensino de Garuva.

1.2.4 Realizar sempre que houver vaga, a matrícula de criança transferida de instituição vinculada à rede municipal de ensino de Garuva, respeitando o critério de zoneamento.

1.2.5 Organizar, de acordo com o **item 2**, a distribuição de vagas disponíveis nos estabelecimentos públicos da rede municipal de ensino de Garuva, respeitando-se o critério de zoneamento para efetivação da rematricula e matrícula.

1.2.6 Informar à família sobre a responsabilidade do comparecimento no **Ginásio de Esporte Evandro Nagel nos dias 05, 06 e 07 de novembro das 10h às 16 h** para atualização dos dados de seu filho (a) para rematricularse matrículas novas de acordo com o cronograma especificado no **item 5** deste edital.

Prefeitura Municipal de Garuva

Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC – CEP 89248-000

CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8242 – email: pmgaruva@garuva.sc.gov.br



2. Das Vagas

2.1 Para o ano letivo de 2015, o número de vagas disponíveis está especificado no quadro abaixo, por instituição/ escola:

ESCOLA MUNICIPAL VICENTE VIEIRA											
	PRE I	PRE II	1º ANOS	2º ANOS	3º ANOS	4º ANOS	5º ANOS	6º ANOS	7º ANOS	8º ANOS	9º ANOS
Rematricula	0	69	100	91	100	131	123	108	108	92	99
Matriculas Novas	100	26	50	4	0	14	17	67	12	4	0
Total de Alunos	100	95	150	95	100	145	140	175	120	96	99

Obs: Para as vagas desta unidade escolar, dependendo do número de matriculas poderá haver o desdobramento de mais turmas.

ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO DE ALMEIDA NEVES											
	PRE I	PRE II	1º ANOS	2º ANOS	3º ANOS	4º ANOS	5º ANOS	6º ANOS	7º ANOS	8º ANOS	9º ANOS
Rematricula	0	0	0	67	89	49	81	43	95	96	65
Matriculas Novas	0	0	50	8	0	7	9	17	25	24	0
Total de Alunos	0	0	50	75	89	56	90	60	120	120	65

Obs: Para as vagas desta unidade escolar, dependendo do número de matriculas poderá haver o desdobramento de mais turmas.

EMEJA						
	Nivelamento I	Nivelamento II	6º ANOS	7º ANOS	8º ANOS	9º ANOS
Rematricula	5	13	11	14	8	5
Matriculas Novas	20	12	19	16	22	25
Total de Alunos	25	25	30	30	30	30

Prefeitura Municipal de Garuva

Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC – CEP 89248-000

CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8242 – email: pmgaruva@garuva.sc.gov.br



ESCOLA MUNICIPAL GUILHERME BENKENDORF							
	PRE I	PRE II	1º ANOS	2º ANOS	3º ANOS	4º ANOS	5º ANOS
Rematricula	—	24	15	20	31	28	39
Matriculas Novas	25	1	10	5	0	2	11
Total de Alunos	25	25	25	25	31	30	50

ESCOLA MUNICIPAL MARIA MARTINS BUDAL							
	PRE I	PRE II	1º ANOS	2º ANOS	3º ANOS	4º ANOS	5º ANOS
Rematricula	—	10	15	15	17	25	14
Matriculas Novas	10	05	10	10	8	0	11
Total de Alunos	25		25	25	25	25	25

ESCOLA MUNICIPAL ERNESTO HATTENHAUER							
	PRE I	PRE II	1º ANOS	2º ANOS	3º ANOS	4º ANOS	5º ANOS
Rematricula	—	9	15	15	22	17	17
Matriculas Novas	10	06	10	10	3	8	8
Total de Alunos	25		25	25	25	25	25

ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS							
	PRE I	PRE II	1º ANOS	2º ANOS	3º ANOS	4º ANOS	5º ANOS
Rematricula	—	8	6	5	9	10	12
Matriculas Novas	6	6	1	1	1	1	2
Total de Alunos	20		23			25	

Prefeitura Municipal de Garuva

Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC – CEP 89248-000

CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8242 – email: pmgaruva@garuva.sc.gov.br



ESCOLA MUNICIPAL IÇA MIRIM							
	PRE I	PRE II	1º ANOS	2º ANOS	3º ANOS	4º ANOS	5º ANOS
Rematricula	—	10	10	11	12	19	14
Matriculas Novas	10	05	2	2	13	0	0
Total de Alunos	25		25		25	33	

ESCOLA PRE DENTE DE LEITE		
	PRE I	PRE II
Rematricula	—	72
Matriculas Novas	76	20
Total de Alunos	76	92

2.2 As instituições/ escolas da rede municipal de ensino elencadas neste edital funcionam 4 (quatro) horas no período matutino, vespertino ou noturno ou 7(sete) horas nas escolas que atendem em período integral.

3. Das Matriculas

3.1 Divulgação do Quadro de Vagas das Instituições/ Escolas de Pré-Escolar, Ensino Fundamental e EJA da rede municipal de ensino de Garuva e Vagas Remanescentes.

3.2 Prazo para Rematricula, Matriculas Novas e Transferência dos alunos.

3.3 Primeira Fase – Divulgação do Quadro de Vagas

3.3.1 O Quadro de Vagas das Instituições/ Escolas estão especificadas no **Item 2** deste Edital.

3.4 Segunda Fase –Rematricula, Transferência e Matrículas Novas

3.4.1 Para o processo de rematricula e matrículas novas os seus responsáveis deverão comparecer no Ginásio de Esportes Evandro Nagel nos dias 05,06 e 07 de novembro de 2014 das 10h às 16h de acordo com o cronograma especificado no **Item 5** deste edital e apresente os seguintes documentos:

3.4.1.1 *Cópia do cartão de vacina ou declaração dos pais e/ou responsável do aluno, assegurando estar em dia com as vacinas;*

Prefeitura Municipal de Garuva

Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC – CEP 89248-000

CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8242 – email: pmgaruva@garuva.sc.gov.br



3.4.1.2 Cópia do cartão dos SUS da criança;

3.4.1.3 Cópia da certidão de Nascimento ou RG;

3.4.1.4 Atestado Médico em casos de restrições de saúde da criança, o qual poderá ser entregue até o início do ano letivo e

3.4.1.5 Cópia do comprovante de residência (água, luz ou telefone) atualizado.

3.4.2 O não comparecimento para apresentação da documentação e efetivação da rematricula da criança implicará em desistência da vaga;

3.4.3 A responsabilidade pela solicitação de transferência é de responsabilidade dos pais e/ou responsáveis legais do aluno na Instituição/Escola freqüentada, cabendo à Direção o encaminhamento da documentação necessária.

4. Dos requisitos para matrícula

4.1 Pré-Escolar - A Instituição/ Escola deverá matricular toda criança com 4 (quatro) anos de idade a completar até 31 de março.

“(...) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade (...) redação dada pela Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013”.

4.2 Ensino Fundamental – A Escola pública municipal deverá matricular toda criança com 6 (seis) anos de idade a completar até a data de 31 de março.

“(...) O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade (...)” redação dada pela Lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006.

“(...) Para o ingresso no primeiro ano do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 6 (seis) anos de idade completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula (...) redação dada pela Resolução/CNE nº 1, de 14 de janeiro de 2010”.

4.3 EJA – Ensino Fundamental – 15 anos completos no ato da matrícula.

5. Do Cronograma

Fase 1 Divulgação do edital e Quadro de Vagas das Instituições/ Escolas.	03 e 04 de novembro
Fase 2 Prazo para rematricula, matrículas novas e transferência dos alunos já atendidos	05, 06 e 07 de novembro
Fase 3 Matrículas novas	Primeiro período: 05, 06 e 07 de novembro (no Ginásio Evandro Nagel) Segundo período: 26,27 e 28 de janeiro de 2015 (nas escolas)

Prefeitura Municipal de Garuva

Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC – CEP 89248-000

CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8242 – email: pmgaruva@garuva.sc.gov.br



6. Da Divulgação

6.1 A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela divulgação desse Edital nas Instituições/Escolas de Pré-Escolar, Ensino Fundamental e EJA da rede municipal de ensino de Garuva.

7. Das Disposições Gerais

7.1 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

7.2 Os alunos rematriculados ou matriculados que reprovarem serão enturmados automaticamente no respectivo ano/turma retido.

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
Secretária de Educação

JOSÉ CHAVES
Prefeito

Prefeitura Municipal de Garuva

Av. Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC – CEP 89248-000

CNPJ 83.102.848/0001-59 - Fone/Fax 3445-8200/3445-8242 – email: pmgaruva@garuva.sc.gov.br

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA RH 87/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 87/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) FERNANDA ZIMMERMANN, ocupante do cargo efetivo de Berçarista(à disposição no DITRAN), lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05/10/2009 a 30/10/2014, devendo folgar a partir de 03/11/2014 a 31/01/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de outubro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

DECRETO Nº 6.123, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.123, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.
PRORROGA O PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES DESCRITAS NO "CRONOGRAMA DE AÇÕES", CONSTANTES DO DECRETO Nº 5.491, DE 29 DE MAIO DE 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 634, de 19 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado para 31 de dezembro de 2015 o prazo para o cumprimento das atividades descritas no artigo 1º, nos itens que compõem o "Cronograma de Ações", constantes do Decreto nº 5.491, de 29 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de outubro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito de Gaspar

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 230/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 230/2014

OBJETO: Registro de Preços de serviços de borracharia para veículos em geral, e de manutenção preventiva e corretiva para máquinas agrícolas e maquinários e implementos agrícolas, da frota do município de Gaspar/SC. ENVELOPES até às 13h30min do dia 20/11/2014. ABERTURA às 13h45min. Íntegra do Edital, no Departamento de Compras, Rua Cel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 03/11/2014.

LOVÍDIO BERTOLDI

Secretário Municipal de Transportes e Obras

TERMO DE PRORROGAÇÃO 09

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS		TERMO DE PRORROGAÇÃO
Dados da Prorrogação	Referente Processo: 129/2013	Número do Termo 09
Contribuinte: SACOPLÁS LTDA		
Endereço: Rua Vidal Flávio Dias, 3901		Fone: (47)
Bairro: Belchior Baixo	Município: Gaspar	UF: SC
Inscrição Municipal: 10535-0	CNPJ: 82.652.405/0001-79	
Notificamos o Contribuinte em epígrafe da prorrogação do prazo de duração da Fiscalização Homologatória, constante no Termo de Início de Fiscalização Nº 129/2013, recebido no dia 16/05/2013.		
Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, a contar do encerramento do prazo fixado no Termo de Início de Fiscalização acima citado.		
Vale salientar, que o Termo de Prorrogação Nº 008 de 09/09/2014 foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em 10/09/2014 (Quarta-feira) – Edição Nº 1568.		
Gaspar/SC, 03 de novembro de 2014.		
AUTORIDADE FISCAL		
Josiane Tonoli Ferrari Fiscal de Tributos Matr. 4150		
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO		
Nome:		
Cargo:	CPF:	
Declaro que recebi 2ª via do presente termo.		
Data:	Assinatura:	

PORTARIA RH 88/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 88/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) IVO CANDIDO VELOSO, ocupante do cargo efetivo de Zelador, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 02/03/2009 a 16/07/2014, devendo folgar a partir de 03/11/2014 a 31/01/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

SAMAE - GASPAR

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº. 58/2014

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de madeiras e materiais de construção em geral.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 18/11/2014

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 18/11/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 27 de outubro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Guaramirim

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2014 - FMAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2014- FMAS

Objeto: Aquisição de Cestas Básicas

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 005/2014.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social inscrito no CNPJ sob o nº 13.884.310/0001-68, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, localizada na Avenida Prefeito Waldemar Grubba, n.º 3051, Bairro Vila Lalau em Jaraguá do Sul - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 81.815.219/0001-40.

Vigência: Início: 28/10/2014 Término: 27/10/2015.

Item	Qtde	Unidade	Valor Unitário	Descrição	Marca	Valor Total
1	1.000	UN	88,00	AQUISIÇÃO DE 1000,00 (HUM MIL) UNIDADES DE CESTAS BÁSICAS, CONTENDO OS SUB ITENS DO LOTE.	Frontal	88.000,00
1.1	1.000	UN	9,03	AÇUCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL (PCT COM 5 KG). DEVERÁ APRESENTAR GRÂNULOS EXTREMAMENTE FINOS E COLORAÇÃO NITIDAMENTE BRANCA. EMBALAGEM PLÁSTICA COM 5 KG. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ORGÃO COMPETENTE.	Alto Alegre	9.030,00
1.2	1.000	UN	8,52	ARROZ AMARELO PARBOILIZADO, PACOTE COM 5 KG. CLASSE LONGO FINO, TIPO 1. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO AMARELA, GRÃOS ÍNTEGROS E SOLTOS APÓS O COZIMENTO, OU SEJA, SEM SINAIS DE EMPAPAMENTO E COLORAÇÃO ESCURECIDA. (1 frase excluída). Embalagem plástica resistente. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Registro no órgão competente.	Catarinão	8.520,00
1.3	2.000	UN	3,56	BISCOITO DOCE, PACOTE COM 400 G SORTIDOS. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, FERMENTO QUÍMICO (BICARBONATO DE AMÔNIO, BICARBONATO DE SÓDIO). ESTABILIZANTES LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTE. Não deve conter entre os ingredientes MELHORADOR DE FARINHA (METABISULFITO DE SÓDIO). BISCOITO DE PRIMEIRA LINHA. DEVE SER DE ESPESSURA FINA. Não deve apresentar-se quebradiço no interior da embalagem e nem possuir sabor e odor característico de mofo. Embalagem íntegra, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, data de validade, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.	Isabella	7.120,00

1.4	1.000	UN	7,53	CAFÉ TORRADO E MOÍDO, PACOTE COM 500 G, GRÃOS TORRADOS E MOÍDOS. CAFÉ TRADICIONAL. DEVE APRESENTAR SELO ABIC (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CAFÉ). EMBALAGEM ÍNTEGRA DE ALUMÍNIO A VÁCUO. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente. APÓS SER PREPARADO EM ÁGUA FERVENTE, O CAFÉ DEVE APRESENTAR ODOR MARCANTE, COLORAÇÃO PRETA ACENTUADA E SABOR FORTE.	Cocamar	7.530,00
1.5	1.000	UN	2,52	CREME DENTAL COM FLUOR - 90 GR.	Sorriso	2.520,00
1.6	1.000	UN	3,46	FARINHA DE MANDIOCA EXTRA-FINA GRUPO FARINHA SECA, SUBGRUPO EXTRA-FINA, CLASSE BRANCA, TIPO1. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 1 KG. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE	Peixer	3.460,00
1.7	1.000	UN	2,37	FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDOS, PACOTE 500G ENRIQUECIDOS COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, COM SAL (INSTANTÂNEO). VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES COM EMBALAGEM ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS	Quaker	2.370,00
1.8	1.000	UN	10,61	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL ENRIQUECIDA COM FERRO A ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA B9, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 5 KG. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA. OS GRÂNULOS DEVEM SER FINOS E SOLTOS. APÓS SER SUBMETIDA AO CALOR NÃO DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO ESCURECIDA, NEM DEIXAR A MASSA COM CONSISTÊNCIA PEGAJOSA E PESADA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 5KG. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS.	Sudoeste	10.610,00
1.9	2.000	UN	4,13	FEIJÃO TIPO1, CLASSE PRETO, GRUPO 1. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 1 KG. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS, MATÉRIA TERROSA E SUJIDADES (PEDRAS, PREGOS). REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA).UMIDADE MÁXIMA DE 15%.CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO VEGETAL, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO LAUDO FÍSICO QUE DEVERÁ SER APRESENTADO NA ENTREGA DO PRODUTO.	Campeão	8.260,00

1.10	1.000	UN	3,82	MACARRÃO TIPO PARAFUSO, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 1 KG. ALIMENTO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS, E CORANTE NATURAL. FORMATO: PARAFUSO. DEVE POSSUIR COLORAÇÃO CLARA APARESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXÁ-LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO E QUE A COLORAÇÃO NÃO DEVE SER OU FICAR ESCURECIDA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DE PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	Ogliari	3.820,00
1.11	1.000	UN	3,40	ÓLEO DE SOJA, FRASCO PLÁSTICO COM 900 ML. PRODUTO ALIMENTÍCIO CONTENDO OS SEGUINTE INGREDIENTES: ÓLEO DE SOJA E ANTI-OXIDANTES. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO CLARA (AMARELADA). EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA-FRASCO DE PLÁSTICO TIPO PET. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	Cocamar	3.400,00
1.12	2.000	UN	3,37	PAPEL HIGIÊNICO NEUTRO BRANCO 8CMX30M, FOLHA SIMPLES, GOFRADAS, 100% FIBRA CELULÓSICAS, EMBALAGEM COM 8 UNIDADES, REGISTRO NO ORGÃO COMPETENTE, EMBALAGEM DE ACORDO LEGISLAÇÃO VIGENTE	Bourbon	6.740,00
1.13	1.000	UN	5,30	SABAO EM PO SACHET 1KG, CONTENDO TENSOATIVO ANIONICO. REGISTRO NO ORGÃO COMPETENTE E EMBALAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	Girando Sol	5.300,00
1.14	2.000	UN	1,15	SABONETE 90 GR, SUAVE, COM MANTEIGA DE CACAU, REGISTRO NO ORGÃO COMPETENTE EMBALAGEM DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE	Nips	2.300,00
1.15	2.000	UN	2,85	SARDINHA EM ÓLEO COMESTÍVEL ENLATADA 125G	Beira Mar	5.700,00
1.16	1.000	UN	1,32	SAL REFINADO IODADO, PACOTE COM 1 KG. SAL COMUM (MOÍDO), TIPO 1, CONTENDO IODATO DE POTÁSSIO. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	Cruzeiro	1.320,00

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.394_2014

Lei Municipal nº 2.394/2014

Dispõe sobre a expansão do Perímetro Urbano do Município de Guarujá do Sul, SC, através da alteração da Lei Municipal nº 763/87 de 18 de setembro de 1987, e alterações posteriores, que aprovou o perímetro urbano de Guarujá do Sul, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em consonância ao disposto no art. 63 da Lei Orgânica do Município de Guarujá do Sul, SC.

TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a Lei Municipal 763/87 de 18 de setembro de 1987, e alterações posteriores, considerando área urbana o espaço territorial definido pelos seguintes trechos a serem acrescidos no perímetro urbano atual:

§ 1º - A Parte do Lote Rural nº 12, constante das chácaras 31 e 32, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São José do Cedro, SC, sob nº 2.698, com área 16.136,93m² e perímetro de 543,23m, de acordo com o mapa, memorial descritivo assinado pelo Técnico em Agrimensura Marcio Ramos de Oliveira, CREA/SC 22.200-8, que passam a constituir parte integrante desta Lei.

§ 2º - A Chácara nº 01, e as Partes das Chácaras nºs 11,12,13,14 e 15, matriculadas no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São José do Cedro, SC, sob nº 11.903, 2.278, 11.647, 6.375 e 7.110 com área total de 85.643,39m², de acordo com o mapa, memorial descritivo assinado pelo Técnico em Agrimensura Marcio Ramos de Oliveira, CREA/SC 22.200-8, que passam a constituir parte integrante desta Lei.

§ 3º - As Chácaras nºs 26 e 27, e a Parte da Chácara nº 25, matriculadas no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São José do Cedro, SC, sob nº 810 e 284, com área total de 103.601,72m², e perímetro de 1461,75m, de acordo com o mapa, memorial descritivo assinado pelo Técnico em Agrimensura Marcio Ramos de Oliveira, CREA/SC 22.200-8, que passam a constituir parte integrante desta Lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, serão oneradas dos itens orçamentários específicos.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor a presente Lei, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em 30 de Outubro de 2014

63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretaria da Administração e Fazenda.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

TERMO DE SUSPENSÃO PRAZO Nº 002/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

CNPJ/MF 09.428.416.0001-80

Empresa: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRA LTDA ME

Endereço: Rua Prefeito José Acco, nº 250

CONTRATADA

TERMO DE SUSPENSÃO DE PRAZO Nº 002/2014 O.S Nº 001/2014
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à Rua Nereu Ramos nº 389, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Senhor Everton Parisenti, brasileiro, casado, portador do CPF nº 033.473.649-88, vem por meio deste instrumento conceder a empresa POLICENO COMÉRCIO DE PEDRA LTDA ME, CNPJ nº 09.428.416/0001-80, SUSPENSÃO do prazo de execução dos serviços, estipulados na cláusula segunda do contrato nº 012/2014 de 06 de março de 2014, que tem por objeto a execução de pavimentação em paralelepípedos da Estrada Municipal Serra Alta (compreendendo desde o final do calçamento existente até o limite final do perímetro urbano) Estrada Municipal Barra Verde (trecho Compreendido desde o final do pavimento existente até o britador municipal) e rua Sebastião Antonio da Silva, no bairro Santo Antonio no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Memoriais Descritivos, planilhas de orçamento, cronograma físico financeiro e projetos, em decorrência do Processo Licitatório nº 0067/2013, na Modalidade de Concorrência Pública para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2013.

Parágrafo Primeiro: A Suspensão se dá em virtude do atraso no pagamento das parcelas, em decorrência do não repasse dos recursos financeiros provenientes do Contrato de Repasse nº 1003041-51/2012 do Ministério das Cidades - Governo Federal.

Parágrafo Segundo: O Prazo mencionado na cláusula segunda do contrato acima mencionado voltará a ser computado a partir da notificação ao contratado, de que o local da obra encontra-se em plenas condições para início da obra.

Parágrafo Terceiro: O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e os prazos ficam suspensos com efeitos retroativos a partir de 24/10/2014.

Herval d'Oeste, 31 de outubro de 2014.

EVERTON PARISENTI

Prefeito em Exercício

CPF: 033.473.649-88

Contratante

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Mariana Colusso Fabrin

CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 061/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Empresa: Andrade Construções Ltda.
CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40
Rua Antonio Bevilaqua nº 30
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 061/2014 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Pelo presente instrumento de contrato, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito em exercício senhor, Senhor Everton Parisenti, brasileiro, casado, portador do CPF nº 033.473.649-88 doravante denominado, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Andrade Construções Ltda, estabelecida na Av. Beira Rio, nº 333, Bairro Centro - Herval d' Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, casado portador do CPF nº 437.061.009-59 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 053/2014, que tem por objeto a execução da reforma e ampliação do 2º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, com 129,42 m² situado a Rua Nereu Ramos, nº 535 - Centro, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, em decorrência do Processo Licitatório nº 060/2014, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 012/2014, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto o acréscimo de valores da planilha orçamentária contratual, devido ao aumento de serviços no orçamento inicial, devido a adequações nos projetos, a saber:

Parágrafo único - Na planilha orçamentária do projeto de reforma e ampliação do 2º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina são acrescidos os serviços constantes na planilha abaixo:

Descrição	Und	Qtde Licitada	Qtde a Executar	Qtde Aditivar	Valor Unitário*	Valor Total a Aditivar*
12.000 DEMOLIÇÕES, RETIRADAS, TRABALHOS EM TERRA						
12.003 Demolições – Paredes	m²	33,04	45,08	12,04	34,94	420,68
Total do Item						420,68
16.000 ESQUADRIAS						
16.005 P2 – A Construir (Térreo) (Sinapi – 73910/006)	und	0,00	1,00	1,00	521,14	521,14
16.006 J6 –A Construir (Térreo) (Sinapi – 73809/001)	und	0,00	1,00	1,00	205,00	205,00
Total do Item						726,14
21.000 PAVIMENTAÇÃO						
21.001 Piso do Pavimento Térreo (Porcelanato)	m²	6,25	9,65	3,40	140,48	477,63
21.003 Piso do Pavimento Térreo (Vinílico)	m²	25,10	86,09	60,99	209,23	12.760,94
Total do Item						13.238,57
23.000 PINTURA						
23.001 Pintura Total	m²	193,28	393,42	200,14	14,53	2.908,03
Total do Item						2.908,03
TOTAL A ADITIVAR					(+)	17.293,42
VALOR TOTAL DO CONTRATO ORIGINAL					(+)	119.286,45
VALOR TOTAL DO CONTRATO ADITIVADO					(=)	136.579,87
*Valores expressos em reais (R\$)						

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACRÉSCIMO

O acréscimo de serviços constante na Cláusula primeira corresponde a um aumento do quantitativo do objeto na ordem de 14,497% do valor total inicial do Contrato, que era de R\$ 119.286,45 (Cento e dezenove mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), correspondendo a um acréscimo no valor de R\$ 17.293,42 (dezesete mil duzentos e noventa e três reais e quarenta e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

Com os acréscimos, decorrentes deste Termo Aditivo, o valor do contrato atualizado passará de R\$ 119.286,45 (Cento e dezenove mil, duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos) para R\$ 136.579,87 (cento e trinta e seis mil quinhentos e setenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

CLÁUSULA QUARTA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 58 incisos I, II, no artigo 65 inciso I, alínea "b," e § 1º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUINTA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 053/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 31 de outubro de 2014.

EVERTON PARISENTI SIMAR JOSÉ ROSA
Prefeito em Exercício Sócio Administrador
CPF Nº 033.473.649-88 CPF Nº 437.061.009-59

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia Mariana Colusso Fabrin
CPF: 687.857.399-87 CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 060/2014

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Empresa: Guilherme Braguirolli Me

CNPJ/MF Nº 10.638.257/0001-27

Endereço: Rua Nereu Ramos, nº 719

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 060/2014 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

Pelo presente instrumento, o "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0003-08 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani,

brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GUILHERME BRAGUIROLLI ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 719, Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ nº 10.638.257/0001-27, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 006A/2014, que tem por objeto o registro de preços para o eventual fornecimento de Gêneros Alimentícios para uso das diversas secretarias e fundos do Município de Herval d'Oeste, mediante sujeição às normas do Processo Licitatório nº 023/2014 Pregão Presencial nº 010/2014, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo total de 0,25% (Zero vírgula vinte e cinco por cento) nos quantitativos dos itens registrados para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
89	Maçã Gala categoria 02, tamanho 100	KG	250	2,48	620,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Com o acréscimo nos quantitativos a ata de registro de preços original passará de R\$ 25.376,50 (Vinte e cinco mil trezentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos) para R\$ 25.996,50 (Vinte e cinco mil novecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) representando um acréscimo de R\$ 620,00 (Seiscentos e vinte reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso I, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 006A/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 31 de outubro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF: 501.589.459-72 Pelo Município	Olmar Luiz Braguirolli Procurador CPF: 294.839.219-53 Pela Empresa
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

PORTARIA Nº 1190/2014

PORTARIA Nº 1190/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, o Servidor MURILO CARPES (Matr. 3700), a contar de 03 de novembro de 2014, o qual exercia a função de Médico, Nível - 14, Letra "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1191/2014

PORTARIA Nº 1191/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR OS EFEITOS da Portaria Nº 1110/2014, da Servidora THAIANE CRISTINA BONATTO (Matr. 3838), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, Educação Infantil, sendo que a mesma passará a substituir a Servidora SANDRA MARA PILATTI SERENA, a qual se encontra em Atestado Médico, enquanto perdurar seu afastamento, aprovada e classificada em 24º lugar pelo Processo Seletivo 001/2013 - SMECE/HO de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1192/2014

PORTARIA Nº 1192/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora KELLI CRISTINA WALDRIGUES MOHL (Matr. 2868), ocupante do Cargo em Provisão Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2012 e 16 de dezembro de 2013, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1193/2014

PORTARIA Nº 1193/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora FÁTIMA DIRLEY PEREIRA PAGANINI (Matr. 10), ocupante do Cargo em Provisão Efetivo de Técnico Tributário Financeiro, Nível - 11, Referência "L", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de novembro de 2012 e 08 de novembro de 2013, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1194/2014

PORTARIA Nº 1194/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SADIR ROVÊA (Matr. 1573), ocupante do Cargo em Provisão Efetivo de Agente

Administrativo, Nível - 9, Referência "D", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de novembro de 2012 e 02 de novembro de 2013, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.
Everton Parisenti
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1195/2014

PORTARIA Nº 1195/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ADRIANO BARETTA MANDRYK (Matr. 2875), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Arquiteto Urbanista, Nível - 12, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2012 e 16 de dezembro de 2013, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.
Everton Parisenti
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1196/2014

PORTARIA Nº 1196/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor RUBENS ANTONIO CORREIA (Matr. 2878), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de dezembro de 2012 e 22 de dezembro de 2013, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.
Everton Parisenti
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1197/2014

PORTARIA Nº 1197/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ITACIR BRANDALISE (Matr. 2891), ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Diretor Operacional, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 05 de janeiro de 2013 e 04 de janeiro de 2014, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.
Everton Parisenti
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1198/2014

PORTARIA Nº 1198/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ADRIANO JOSÉ DE ARAÚJO (Matr. 2867), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2012 e 16 de dezembro de 2013, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.
Everton Parisenti
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1199/2014

PORTARIA Nº 1199/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora EDNA MARIA MENDES (Matr. 2865), ocupante do Cargo em Provisório Efetivo de Assistente Social, Nível - 12/1, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2012 e 16 de dezembro de 2013, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1200/2014

PORTARIA Nº 1200/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ELISÂNGELA REGINA PINHO (Matr. 3191), ocupante do Cargo em Provisório Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 12/1, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2012 e 16 de dezembro de 2013, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1201/2014

PORTARIA Nº 1201/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora DIRLEI SALETE CAMPANHOL MOTTA (Matr. 2726), ocupante do Cargo de Agente

Comunitária de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2013 e 14 de abril de 2014, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1202/2014

PORTARIA Nº 1202/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora VERA LÚCIA OLIVEIRA DE BARROS (Matr. 2730), ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2013 e 14 de abril de 2014, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1203/2014

PORTARIA Nº 1203/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, ao Servidor WILSON ROBERTO DE MATOS (Matr. 45), nascido aos 28/10/1966, ocupante do Cargo de Provisório Efetivo de Professor, Nível/Referência - 10/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 11/A, anexo XI, a partir de 28 de outubro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1204/2014

PORTARIA Nº 1204/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, ao servidor LUIZ DE OLIVEIRA (Matr. 709), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº. 191/2005, corroborada pelo artigo 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1205/2014

PORTARIA Nº 1205/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, ao servidor CARLOS NORBERTO PESOLI (Matr. 540), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "H", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº. 191/2005, corroborada pelo artigo 104, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 03 de novembro de 2014 a 02 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1206/2014

PORTARIA Nº 1206/2014

Everton Parisenti, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER retorno às atividades a pedido, do Servidor DIEGO DE BARROS (Matr. 3092), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 3/A, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 04 novembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 78, § 3º da Lei Complementar Nº 191/2005 de 26 de dezembro de 2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Novembro de 2014.

Everton Parisenti
Prefeito em Exercício

CONVOCAÇÃO Nº 18 - LILIAN CRISTINE MOREIRA

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora LILIAN CRISTINE MOREIRA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 933.023.719-34 aprovada em 18º. Lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3248/2014, para o Cargo de Professor Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Não Habilitado, para assumir 20 hs no período vespertino na CME Pequeno Príncipe, em substituição a Professora Márcia Gonçalves até o término do ano letivo.

2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d' Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC)
em 03 de novembro de 2014.

Lourdes Ferreira Brandão
Secretária Municipal de Educação,
Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/____

LILIAN CRISTINE MOREIRA

Ibiam**PREFEITURA****LEI Nº 554/2014**

LEI Nº554 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

"ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONCEDER DIÁRIAS A SERVIDORES, FIXA VALORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º O Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Servidores, quando se deslocarem a outros Municípios e Estados da Federação para participarem de treinamentos, congressos, ciclo de estudos, e ou a serviço, receberão diárias, conforme valor fixado no Anexo Único desta Lei.

Parágrafo Primeiro: A Diária compreenderá o período de 24 (vinte e quatro) horas, admitindo-se fração proporcional de 12 (doze) horas. A fração de 12 (doze) horas será considerada, com comprovação de pernoite.

Parágrafo Segundo: O valor da Diária, será reajustado anualmente, adotando-se como parâmetro o INPC/IBGE, mesmo índice utilizado para a reposição salarial dos Servidores.

Art. 2º. As despesas com locomoção e passagens, serão reembolsadas mediante a apresentação dos comprovantes.

Art. 3º. O deslocamento no Território do Município, para a Sede da Comarca de Tangará, e para localidades distantes até 180 Km de Ibiam, não serão contemplados com as Diárias mencionadas no Artigo 1º.

Art. 4.º As despesas com eventuais deslocamentos para localidades não contempladas por esta Lei, serão reembolsadas mediante comprovação.

Art. 5.º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão suportadas por Dotações Orçamentárias, consignadas sob a rubrica:

Elemento de Despesa - 33901414

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se disposições em contrário, em especial a Lei Nº416 de 03 de Setembro de 2009.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
30 DE OUTUBRO DE 2014.CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

ANEXO ÚNICO

DESTINO	VALOR DA DIÁRIA PARA PREFEITO/VICE	VALOR DA DIÁRIA PARA SECRETÁRIOS	VALOR DA DIÁRIA PARA SERVIDORES
Capital do Estado de Santa Catarina, outras Capitais Estaduais e qualquer Cidade fora do Estado.	R\$ 500,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00
Qualquer Cidade do Estado de Santa Catarina	R\$ 350,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00
Capital Federal	R\$ 700,00	R\$ 320,00	R\$ 280,00

LEI Nº 556/2014

LEI Nº556 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

"AUTORIZA PAGAMENTO DA PROGRESSÃO HORIZONTAL RETROATIVA A ÉPOCA DA CONCESSÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento da progressão horizontal, com efeitos retroativos á data que deveria ser concedida, aos servidores mencionados na planilha anexa, que passara a integrar esta lei.

Art. 2º Os encargos desta Lei serão suportados por dotações do orçamento vigente, consignada sob a rubrica - 319011.0000- Pessoal e Encargos Sociais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se disposições em contrario.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC, 30 DE OUTUBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA
PLANILHA - SERVIDORES COM DIREITO A PROGRESSÃO HORIZONTAL, COM EFEITOS RETROATIVOS A DATA QUE DEVERIA SER CONCEDIDA.

1. Antonio Recalcatti: período avaliado: 31.03.2012 a 30.03.2014 (Portaria nº 105, de 08 de maio de 2014);

2. Célio Lucas Ramos: período avaliado: 03.11.2010 a 02.11.2013 (Portaria nº 054, de 20 de março de 2014);

3. Deise Santetti Scortegagna: período avaliado: 16.01.2012 a 15.01.2014 (Portaria nº 084, de 16 de abril de 2014);

4. Delcia Maria dos Santos: período avaliado: 02.11.2010 a 01.11.2012 (Portaria nº 053, de 20 de março de 2014);

5. Domingos Machado da Silva: período avaliado: 31.03.2012 a 30.03.2014 (Portaria nº 27, de 10 de junho de 2014);

6. Kellyn Regina de Oliveira Reineher: período avaliado: 22.01.2012 a 21.01.2014 (Portaria nº 128, de 10 de junho de 2014);

7. Miguel Ernesto Hetzler: período avaliado: de 31.03.2011 a 30.03.2013 Portaria nº 048, de 19 de março de 2014);

8. Ortenilo Trevisol: período avaliado: 31.03.2012 a 30.03.2014 (Portaria nº 106, de 08 de maio de 2014);

9. Sandra Splendor Rodrigues: período avaliado: 04.05.2011 a 03.05.2013 (Portaria nº 052, de 20 de março de 2014);

10. Waldir Antonio Rampon: período avaliado: 31.03.2011 a 30.03.2013 (Portaria nº 047, de 19 de março de 2014);

11. Wilmar Scuciato: período avaliado: 31.03.2012 a 30.03.2014 (Portaria nº 129, de 01 de junho de 2014);

12. Adilce Rinaldi: período avaliado: 01.07.2012 a 30.06.2014 (Portaria nº 162, de 04 de agosto de 2014);

13. Rose Mari Kowalczuk: período avaliado: 01.06.2012 a 31.05.2014 (Portaria nº 163, de 05 de agosto de 2014);

14. Juarez Siqueira: período avaliado: 31.03.2012 a 30.03.2014 (Portaria nº 164, de 05 de agosto de 2014);

15. Marcos Roberto Bazzen: período avaliado: 08.09.2010 a 07.09.2013 (Portaria nº 185, de 29 de agosto de 2014);

16. Salete Maria da Silva Andrique: período avaliado: 01.07.2008 a 08.06.2009 (343 dias) e 15.03.2011 a 05.04.2011 (22 dias); 06.04.2011 a 26.04.2011 (21 dias) e 28.05.2011 a 05.05.2012 (344 dias) (Portaria nº 194, de 04 de setembro de 2014);

17. Rodrigo Felicetti Perosa: cursos avaliados de 2003 a 2012 (carga horária de 80 (oitenta) horas) (Portaria nº 227, de 02 de outubro de 2014).

PLANILHA DE CUSTOS PARA PAGAMENTO DA PROGRESSÃO HORIZONTAL (RETROATIVO A ÉPOCA DA CONCESSÃO)

Servidor	Época concessão	Acréscimo Mensal de RS	Total devido de Progressão R\$
Celio Lucas Ramos	11/2013 A/B	11/13 = 321,27 12/13 = 321,27 13/13 = 321,27	963,81
Delcia Maria dos Santos	11/2012 C/D	11/12 = 66,72 12/12 = 66,72 13/12 = 66,72 01/13 = 66,72 1/3 férias = 22,24 02/13 = 71,14 03/13 = 71,14 04/13 = 71,14 05/13 = 71,14 06/13 = 71,14 1/3 férias = 23,71 07/13 = 71,14 08/13 = 71,14 09/13 = 71,14 10/13 = 71,14 11/13 = 71,14 12/13 = 71,14 13/13 = 71,14	1.166,51

Marcos Roberto Bazzen	09/2013 A/B	09/13 = 142,96 10/13 = 142,96 11/13 = 142,96 12/13 = 142,96 13/13 = 142,96	714,80
Miguel Ernesto Hetzler	04/2013 D/E	04/13 = 142,96 05/13 = 142,96 06/13 = 142,96 07/13 = 142,96 08/13 = 142,96 1/3 férias = 47,65 09/13 = 142,96 10/13 = 142,96 11/13 = 142,96 12/13 = 142,96 13/13 = 142,96	1.477,25
Rodrigo Felicetti Perosa	08/2013 C/D	08/13 = 178,40 09/13 = 178,40 10/13 = 178,40 11/13 = 178,40 12/13 = 178,40 13/13 = 178,40	1.070,40
Salete Maria da Silva Andrique	05/2012 C/D	05/12 = 66,72 06/12 = 66,72 07/12 = 66,72 08/12 = 66,72 09/12 = 66,72 10/12 = 66,72 11/12 = 66,72 12/12 = 66,72 13/12 = 66,72 01/13 = 66,72 02/13 = 71,14 03/13 = 71,14 04/13 = 71,14 05/13 = 71,14 06/13 = 71,14 07/13 = 71,14 08/13 = 71,14 09/13 = 71,14 10/13 = 71,14 1/3 férias = 23,71 11/13 = 71,14 12/13 = 71,14 13/13 = 71,14	1.544,59
Sandra Splendor Rodrigues	05/2013 D/E	05/13 = 173,40 06/13 = 173,40 07/13 = 173,40 08/13 = 173,40 09/13 = 173,40 10/13 = 173,40 11/13 = 173,40 12/13 = 173,40 13/13 = 173,40	1.560,60
Waldir Antonio Rampon	04/2013 D/E	04/13 = 142,96 05/13 = 142,96 06/13 = 142,96 07/13 = 142,96 08/13 = 142,96 09/13 = 142,96 10/13 = 142,96 11/13 = 142,96 12/13 = 142,96 13/13 = 142,96	1.429,60
TOTAL			9.927,56

PLANILHA DE CUSTOS PARA PAGAMENTO DA PROGRESSÃO HORIZONTAL (RETROATIVO A 2014)

Servidor	Época concessão	Acréscimo Mensal de RS	Total devido de Progressão R\$
Adilce Rinaldi	07/2014 D/E	07/14 = 190,12	190,12
Antonio Recalcatti	04/2014 C/D	04/14 = 114,26	114,26
Celio Lucas Ramos	11/2013 A/B	01/14 = 321,37 1/3 férias = 107,12 02/14 = 342,48	770,97
Deise Santetti Scortegagna	02/14 B/C	02/14 = 342,48 03/14 = 342,48	684,96
Delcia Maria dos Santos	11/2012 C/D	01/14 = 71,14 1/3 férias = 23,71 02/14 = 75,82	170,67
Domingos Machado da Silva	04/2014 C/D	04/14 = 114,26 05/14 = 114,26	228,52
Juarez Siqueira	04/2014 C/D	04/14 = 152,36 05/14 = 152,36 06/14 = 152,36 07/14 = 152,36	609,44
Kellyn Regina de Oliveira Reineher	02/14 B/C	02/14 = 385,70 03/14 = 385,70 04/14 = 385,70 05/14 = 385,70	1.542,80
Marcos Roberto Bazzen	09/2013 A/B	01/14 = 142,96 1/3 férias = 47,65 02/14 = 152,35 03/14 = 152,35 04/14 = 152,35 05/14 = 152,35 06/14 = 152,35 07/14 = 152,35 08/14 = 152,35	1.257,06
Miguel Ernesto Hetzler	04/2013 D/E	01/14 = 142,96 1/3 férias = 47,65 02/14 = 152,35	342,96
Ortenilo Trevisol	04/2014 C/D	04/14 = 114,26	114,26
Rodrigo Felicetti Perosa	08/2013 C/D	01/14 = 178,40 1/3 férias = 59,46 02/14 = 190,12 03/14 = 190,12 04/14 = 190,12 05/14 = 190,12 06/14 = 190,12 07/14 = 190,12 08/14 = 190,12 09/14 = 190,12	1.948,94
Rose Mari Kowalczyk	06/2014 B/C	06/14 = 190,12 07/14 = 190,12	380,24
Sandra Splendor Rodrigues	05/2013 D/E	01/14 = 173,40 1/3 férias = 57,80 02/14 = 190,12	421,32

Saetele Maria da Silva Andrique	05/2012 C/D	01/14 = 71,14 02/14 = 75,82 03/14 = 75,82 1/3 férias = 25,27 04/14 = 75,82 05/14 = 75,82 06/14 = 75,82 07/14 = 75,82 08/14 = 75,82 1/3 férias = 25,27	652,42
Waldir Antonio Rampon	04/2013 D/E	01/14 = 142,96 1/3 férias = 47,65 02/14 = 152,35	342,96
Wilmar Scuciato	04/2014 C/D	04/14 = 114,26 05/14 = 114,26	228,52
TOTAL			10.000,42

DECRETO Nº 2709/2014

DECRETO N.º 2709, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014

"OFICIALIZA CAMPANHA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que a saúde é um direito dos Ibienses, e um dever do Município;

CONSIDERANDO a relevância das ações Públicas dos serviços de saúde;

Com amparo no Artigo 88, Incisos VII - XIII, c/c Art.146 e seguintes da Lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1.º Fica oficializada a Campanha "Novembro Azul - Saúde do Homem", a ser desenvolvida nos dias 03 à 07, e 24 à 28 de Novembro de 2014.

Art. 2.º A Campanha será coordenada e supervisionada pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, e desenvolvida na Unidade de Saúde do Município.

Art. 3.º O horário de funcionamento das atividades do Programa será das 17 hs às 20 horas.

Art. 4.º As despesas decorrentes do Programa, serão suportadas por dotações consignadas no Orçamento vigente do Fundo Municipal da Saúde.

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

 CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC,
28 DE OUTUBRO DE 2014.

 CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

 LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Administração e da Fazenda

DECRETO Nº 2710/2014

DECRETO Nº 2710, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 537/2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0207 SEC. MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Projeto/Atividade: 2031 MANUT.DA SECR.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 339000000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS
Valor: R\$ 2.300,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0207 SEC. MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa: 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Projeto/Atividade: 2031 MANUT.DA SECR.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade de Aplicação: 319000000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS
Valor: R\$ 2.300,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 28 DE OUTUBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Imbituba**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº08/2014 (FUNREBOM)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNREBOM

COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de sua Pregoeira Oficial comunicam que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 14/2014 - Pregão Presencial 08/2014 para revisão do edital.

Imbituba, 04 de novembro de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª/8º BBM

EXTRATO: PMI SEINFRA 2014/20J A01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/20J A01

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: ACRÉSCIMO DE 1,56232%(UM INTEIRO E CINQUENTA E SEIS MIL, DUZENTOS E TRINTA E DOIS MILÉSIMOS PERCENTUAIS), SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 1.806,96

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº90/2013

Imbituba, 30 de outubro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal Seinfra

Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petróleo Ltda

Representante Legal

Contratada

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2014 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 142/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 14 de novembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de materiais elétricos, para uso da secretaria de infraestrutura e mobilidade urbana com orçamento 2015.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 04 de novembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário de Infraestrutura

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL CMI Nº 001/2014**

EDITAL CMI Nº 001/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014.

O Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, no uso de suas atribuições legais, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 31 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 08 de setembro de 2014, vem pelo presente, convocar os candidatos abaixo relacionados para se apresentarem, a partir do dia 03 de novembro de 2014, em horário de expediente no Departamento Administrativo da Câmara Municipal de Imbituba, munidos com a documentação necessária para sua nomeação, conforme especificado no item 2 do Edital, cientes desde já, do prazo legal máximo de 30 dias para a apresentação dos documentos admissionais.

CANDIDATOS CONVOCADOS

Nome	Cargo
Vinicius Davis de Amorim	Analista Legislativo
Lucas Francisco Gonçalves	Analista Legislativo- Área Tecnologia da Informação
Andreza Richartz de Almeida	Contador
Dayhany Correa Tavares	Técnico Legislativo
Jane Keila Travasso Pohcrywieski	Auxiliar de Serviços
Lennon Barreiras	Zelador

Imbituba, 31 de Outubro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

PORTARIA CMI Nº 38/2014

PORTARIA CMI Nº 38/2014

"Exonera Raquel Freitas de Souza do Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Exonera, a partir do dia 03 de Novembro de 2014, a Sra. Raquel Freitas de Souza, brasileira, casada, portadora do RG nº 6.079.400 SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 089.187.359-79, residente e domiciliada na Rua Evaristo Lima, s/nº, Vila Nova, neste Município, do Cargo em Comissão de Assistente Parlamentar.

Imbituba (SC), em 03 de Novembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 03/11/2014.

PORTARIA CMI Nº 39/2014

PORTARIA CMI Nº 39/2014

"Nomeia Maycon Gonçalves de Souza para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Nomear, a partir do dia 03 de Novembro de 2014, o Sr. Maycon Gonçalves de Souza, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 5.315.743-5 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 092.911.339-06, residente e domiciliado na Rua Pedro Antônio Gonçalves, nº 173, bairro Vila Nova, neste Município, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Imbituba.

Imbituba (SC), em 03 de Novembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 03/11/2014.

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 237/2014

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 237/2014.

Tomada de Preços nº 021/2014-10430

Objeto: Execução de enrocamentos de taludes e alas de ponti-lhões.

Entrega dos envelopes: 20/11/2014 as 09:15h.

Abertura das propostas: 20/11/2014 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 238/2014

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 238/2014.

Pregão Presencial nº 087/2014-10430

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar.

Entrega dos envelopes: 14/11/2014 as 09:15h.

Abertura das propostas: 14/11/2014 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 228/2014 2 ALT

MUNICIPIO DE INDAIAL

ALTERAÇÃO DO EDITAL E DATAS

Licitatório nº 228/2014.

Pregão Presencial nº 084/2014-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de pneus, camaras e protetores.

Entrega dos envelopes: 19/11/2014 as 09:15h.

Abertura das propostas: 19/11/2014 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 195/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 195/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGD1606	8789041816	7455/0	15/08/2014	218 * I
AGF7118	8789041883	7455/0	17/08/2014	218 * I
AGZ0202	8789042907	7455/0	14/09/2014	218 * I
AHO1274	8789042989	7455/0	17/09/2014	218 * I
ALD5379	8789042701	7463/0	09/09/2014	218 * II
ALE0598	8789042877	7455/0	14/09/2014	218 * I
AVQ9755	8789042621	7455/0	07/09/2014	218 * I
BOI4583	8789041938	7455/0	19/08/2014	218 * I
BPJ0237	8789042461	7455/0	01/09/2014	218 * I
BTF8361	8789042870	7455/0	14/09/2014	218 * I
CDL0246	8789042068	7455/0	22/08/2014	218 * I
CEJ1818	8789042192	7455/0	25/08/2014	218 * I
CJD9274	8789041701	7455/0	11/08/2014	218 * I
CST4085	8789042428	7455/0	01/09/2014	218 * I
CXN5966	8789042722	7455/0	09/09/2014	218 * I
DFS4555	8789042974	7455/0	17/09/2014	218 * I
DGV7445	8789042389	7455/0	30/08/2014	218 * I
DLL9690	8789042381	7455/0	30/08/2014	218 * I
DME6864	8789042304	7463/0	28/08/2014	218 * II
EAS3412	8789042363	7455/0	30/08/2014	218 * I
EBM8495	8789042896	7455/0	14/09/2014	218 * I
GNH4736	8789042271	7455/0	27/08/2014	218 * I
HKV5759	8789042367	7455/0	30/08/2014	218 * I
HVD5401	8789042284	7463/0	27/08/2014	218 * II
ICL0729	8789041624	7455/0	09/08/2014	218 * I
IJU9148	8789042614	7455/0	07/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ILF9157	8789041815	7455/0	15/08/2014	218 * I
IZU0045	8789041724	7455/0	12/08/2014	218 * I
KQJ4578	8789042712	7455/0	09/09/2014	218 * I
LBV4914	8789042182	7463/0	24/08/2014	218 * II
LOY8960	8789042909	7455/0	15/09/2014	218 * I
LWZ6555	8789042789	7455/0	12/09/2014	218 * I
LXH0778	8789042597	7455/0	06/09/2014	218 * I
LXH3320	8789042786	7455/0	11/09/2014	218 * I
LXH4517	8789041726	7463/0	12/08/2014	218 * II
LXI8601	8789042981	7455/0	17/09/2014	218 * I
LXR7879	8789042854	7455/0	13/09/2014	218 * I
LXV9603	8789042315	7463/0	28/08/2014	218 * II
LYR4422	8789041743	7455/0	13/08/2014	218 * I
LYS0236	8789041408	7455/0	05/08/2014	218 * I
LZO5420	8789042720	7463/0	09/09/2014	218 * II
LZT8428	8789042145	7455/0	24/08/2014	218 * I
LZX2182	8789042610	7455/0	06/09/2014	218 * I
MAD6668	8789042217	7455/0	25/08/2014	218 * I
MAE3103	8789042523	7455/0	03/09/2014	218 * I
MAE9487	8789042432	7455/0	01/09/2014	218 * I
MAR8089	8789042151	7455/0	24/08/2014	218 * I
MAS6737	8789042356	7455/0	29/08/2014	218 * I
MAV0777	8789041593	7455/0	09/08/2014	218 * I
MAV5819	8789042425	7455/0	01/09/2014	218 * I
MAW8231	8789042851	7455/0	13/09/2014	218 * I
MAX2322	8789042504	7455/0	03/09/2014	218 * I
MBB1564	8789041802	7455/0	14/08/2014	218 * I
MBB6342	8789042744	7455/0	10/09/2014	218 * I
MBG7923	8789042049	7463/0	22/08/2014	218 * II
MBJ7800	8789042845	7455/0	13/09/2014	218 * I
MBL0509	8789042054	7455/0	22/08/2014	218 * I
MBL9100	8789042950	7455/0	16/09/2014	218 * I
MBN5518	8789042492	7455/0	03/09/2014	218 * I
MBP7079	8789042809	7455/0	13/09/2014	218 * I
MBV7072	8789042608	7455/0	06/09/2014	218 * I
MBW5170	8789042087	7455/0	22/08/2014	218 * I
MBY6894	8789042603	7455/0	06/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCH5252	8789042902	7471/0	14/09/2014	218 * III
MCH5252	8789042922	7455/0	15/09/2014	218 * I
MCI3604	8789041445	7455/0	05/08/2014	218 * I
MCJ0711	8789042595	7455/0	06/09/2014	218 * I
MCR4173	8789042648	7455/0	07/09/2014	218 * I
MDB4805	8789042023	7455/0	21/08/2014	218 * I
MDG3191	8789042663	7455/0	08/09/2014	218 * I
MDM9197	8789042797	7455/0	12/09/2014	218 * I
MDO1143	8789041859	7455/0	16/08/2014	218 * I
MDO6342	8789042559	7455/0	04/09/2014	218 * I
MDT2263	8789041946	7455/0	19/08/2014	218 * I
MDT7619	8789042940	7455/0	15/09/2014	218 * I
MDY1236	8789042233	7455/0	26/08/2014	218 * I
MDZ4630	8789042916	7455/0	15/09/2014	218 * I
MEB0475	8789042352	7455/0	29/08/2014	218 * I
MEE7949	8789042376	7463/0	30/08/2014	218 * II
MEF1584	8789041903	7471/0	18/08/2014	218 * III
MEF1584	8789041904	7463/0	18/08/2014	218 * II
MEG6663	8789042890	7455/0	14/09/2014	218 * I
MEH9134	8789042765	7455/0	11/09/2014	218 * I
MEM5912	8789042397	7471/0	30/08/2014	218 * III
MEN2351	8789042338	7455/0	29/08/2014	218 * I
MEN2351	8789042434	7455/0	01/09/2014	218 * I
MET5557	8789042064	7455/0	22/08/2014	218 * I
MEY1560	8789041935	7455/0	19/08/2014	218 * I
MEZ7384	8789041512	7455/0	06/08/2014	218 * I
MFA0028	8789041536	7455/0	07/08/2014	218 * I
MFB1409	8789042619	7455/0	07/09/2014	218 * I
MFC0166	8789042615	7455/0	07/09/2014	218 * I
MFC2476	8789041567	7455/0	08/08/2014	218 * I
MFE3285	8789042468	7455/0	02/09/2014	218 * I
MFG2620	8789042393	7455/0	30/08/2014	218 * I
MFN5826	8789042822	7455/0	13/09/2014	218 * I
MFO1103	8789042446	7455/0	01/09/2014	218 * I
MFO6144	8789042934	7455/0	15/09/2014	218 * I
MFP9408	8789041684	7455/0	11/08/2014	218 * I
MFR3370	8789042549	7455/0	04/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFU0896	8789041455	7455/0	06/08/2014	218 * I
MFV5046	8789042678	7455/0	08/09/2014	218 * I
MFV5720	8789042632	7455/0	07/09/2014	218 * I
MFV2231	8789042937	7455/0	15/09/2014	218 * I
MFV7163	8789042960	7455/0	16/09/2014	218 * I
MFZ4145	8789042166	7455/0	24/08/2014	218 * I
MGB4138	8789042184	7471/0	24/08/2014	218 * III
MGB4138	8789042185	7471/0	24/08/2014	218 * III
MGB4138	8789042186	7471/0	24/08/2014	218 * III
MGB4138	8789042187	7471/0	24/08/2014	218 * III
MGB4138	8789042188	7471/0	24/08/2014	218 * III
MGD6939	8789042550	7455/0	04/09/2014	218 * I
MGJ8902	8789042894	7455/0	14/09/2014	218 * I
MGM1794	8789041479	7455/0	06/08/2014	218 * I
MGM7618	8789042313	7455/0	28/08/2014	218 * I
MGN3656	8789041432	7455/0	05/08/2014	218 * I
MGN7425	8789041950	7455/0	19/08/2014	218 * I
MGO6411	8789042563	7455/0	04/09/2014	218 * I
MGO6411	8789042837	7463/0	13/09/2014	218 * II
MGR1919	8789042881	7455/0	14/09/2014	218 * I
MGT7831	8789041397	7455/0	04/08/2014	218 * I
MHG6096	8789041417	7455/0	05/08/2014	218 * I
MHP4488	8789042575	7455/0	05/09/2014	218 * I
MHV0333	8789042369	7455/0	30/08/2014	218 * I
MHX1593	8789041853	7455/0	16/08/2014	218 * I
MHX7694	8789042730	7455/0	10/09/2014	218 * I
MHZ5677	8789042749	7455/0	10/09/2014	218 * I
MIB2167	8789042947	7455/0	16/09/2014	218 * I
MIE4177	8789041486	7455/0	06/08/2014	218 * I
MIH1996	8789042292	7463/0	28/08/2014	218 * II
MIJ8132	8789042103	7455/0	23/08/2014	218 * I
MIM8439	8789041613	7455/0	09/08/2014	218 * I
MIP0490	8789042268	7455/0	27/08/2014	218 * I
MIQ8797	8789042699	7455/0	09/09/2014	218 * I
MIS6651	8789042684	7455/0	09/09/2014	218 * I
MIV0089	8789042838	7455/0	13/09/2014	218 * I
MIZ2798	8789042693	7455/0	09/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJB4875	8789041688	7455/0	11/08/2014	218 * I
MJB6809	8789041507	7455/0	06/08/2014	218 * I
MJH2257	8789042519	7455/0	03/09/2014	218 * I
MJJ5585	8789042526	7471/0	04/09/2014	218 * III
MJY0389	8789041865	7455/0	16/08/2014	218 * I
MJZ4547	8789041667	7455/0	11/08/2014	218 * I
MKA1331	8789041964	7455/0	19/08/2014	218 * I
MKC7417	8789042286	7455/0	27/08/2014	218 * I
MKC8603	8789041851	7455/0	16/08/2014	218 * I
MKH1700	8789042467	7455/0	02/09/2014	218 * I
MKM1690	8789042942	7455/0	16/09/2014	218 * I
MKN0097	8789042146	7471/0	24/08/2014	218 * III
MKV7755	8789042935	7455/0	15/09/2014	218 * I
MKZ0008	8789041669	7455/0	11/08/2014	218 * I
MKZ6035	8789041368	7455/0	04/08/2014	218 * I
MLB0745	8789042620	7455/0	07/09/2014	218 * I
MLB2993	8789041495	7455/0	06/08/2014	218 * I
MLB6319	8789042431	7455/0	01/09/2014	218 * I
MLD4246	8789042796	7455/0	12/09/2014	218 * I
MLK1675	8789042808	7455/0	13/09/2014	218 * I
MLP3241	8789041697	7455/0	11/08/2014	218 * I
MLP8012	8789042863	7455/0	14/09/2014	218 * I
MLU3334	8789041568	7455/0	08/08/2014	218 * I
MLW8273	8789042290	7455/0	27/08/2014	218 * I
MLX8836	8789042939	7471/0	15/09/2014	218 * III
MLZ3816	8789041347	7455/0	04/08/2014	218 * I
MMC3612	8789042240	7455/0	26/08/2014	218 * I
MMF9373	8789042777	7455/0	11/09/2014	218 * I
MMI3673	8789041622	7463/0	09/08/2014	218 * II
MMM1695	8789041909	7463/0	18/08/2014	218 * II
MNF4974	8789042342	7455/0	29/08/2014	218 * I
MYN0649	8789042193	7463/0	25/08/2014	218 * II
MYN0649	8789042262	7455/0	27/08/2014	218 * I
NPR2744	8789042697	7455/0	09/09/2014	218 * I
ODA9636	8789041746	7455/0	13/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 196/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 196/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IPF8968	8789040261	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
IPF8968	8789040292	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ISX8572	8789039406	7463/0	03/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYI2401	8789040999	7455/0	31/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAX0578	8789040323	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBS9142	8789035485	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBS9142	8789035601	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF3436	8789041207	7463/0	03/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCF3436	8789041208	7471/0	03/08/2014	R\$ 574,61	218 * III
MCF3436	8789041290	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF3436	8789041292	7471/0	03/08/2014	R\$ 574,61	218 * III
MCF3436	8789041293	7463/0	03/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCF3436	8789041294	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF3436	8789041295	7463/0	03/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGF7129	8789040576	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHB1429	8789041072	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJS7286	8789040081	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKF5720	8789041078	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKM8027	8789040788	7463/0	26/07/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 197/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 197/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACS0372	8789042899	7455/0	14/09/2014	218 * I
AGT0009	8789043012	7463/0	08/09/2014	218 * II
AQK2638	8789042503	7455/0	03/09/2014	218 * I
ARA5553	8789043007	7455/0	07/09/2014	218 * I
ARA5553	8789043008	7455/0	07/09/2014	218 * I
AUH2679	8789042997	7455/0	03/09/2014	218 * I
BEJ2709	8789043025	7455/0	13/09/2014	218 * I
CLT2577	8789042952	7455/0	16/09/2014	218 * I
DGE9698	8789042708	7455/0	09/09/2014	218 * I
DMB2463	8789041503	7455/0	06/08/2014	218 * I
DRG3465	8789043036	7455/0	17/09/2014	218 * I
DTZ5954	8789042715	7455/0	09/09/2014	218 * I
DWT5517	8789042975	7455/0	17/09/2014	218 * I
EVZ7016	8789043031	7455/0	14/09/2014	218 * I
IFO3521	8789042480	7471/0	30/08/2014	218 * III
IFO3521	8789042481	7463/0	30/08/2014	218 * II
IFO3521	8789043017	7471/0	09/09/2014	218 * III
IFO3521	8789043022	7455/0	12/09/2014	218 * I
IFO3521	8789043023	7463/0	13/09/2014	218 * II
IFO3521	8789043024	7471/0	13/09/2014	218 * III
IFO3521	8789043026	7471/0	13/09/2014	218 * III
IFO3521	8789043028	7455/0	14/09/2014	218 * I
IFO3521	8789043032	7463/0	14/09/2014	218 * II
IFO3521	8789043042	7455/0	18/09/2014	218 * I
IFO3521	8789043043	7471/0	18/09/2014	218 * III
IFO3521	8789043047	7471/0	19/09/2014	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IFO3521	8789043049	7463/0	20/09/2014	218 * II
IFO3521	8789043051	7455/0	21/09/2014	218 * I
LXG4550	8789042518	7455/0	03/09/2014	218 * I
LYY7766	8789042869	7455/0	14/09/2014	218 * I
LZF4603	8789042704	7455/0	09/09/2014	218 * I
LZP8232	8789042895	7463/0	14/09/2014	218 * II
LZQ1243	8789042600	7455/0	06/09/2014	218 * I
LZU6173	8789042831	7455/0	13/09/2014	218 * I
LZY1997	8789042149	7455/0	24/08/2014	218 * I
LZY1997	8789042176	7455/0	24/08/2014	218 * I
MAF4770	8789041758	7455/0	13/08/2014	218 * I
MAV3836	8789042565	7455/0	05/09/2014	218 * I
MBE3081	8789042906	7455/0	14/09/2014	218 * I
MBI5821	8789042579	7455/0	05/09/2014	218 * I
MCY5265	8789042561	7455/0	04/09/2014	218 * I
MDD2447	8789042658	7455/0	08/09/2014	218 * I
MDP7887	8789042991	7455/0	17/09/2014	218 * I
MFB4962	8789042702	7455/0	09/09/2014	218 * I
MFG9715	8789041980	7455/0	20/08/2014	218 * I
MGB4138	8789042570	7471/0	05/09/2014	218 * III
MGB4138	8789042604	7463/0	06/09/2014	218 * II
MGB4138	8789042799	7471/0	12/09/2014	218 * III
MGB4138	8789042928	7455/0	15/09/2014	218 * I
MGB4138	8789042931	7455/0	15/09/2014	218 * I
MGB4138	8789042951	7455/0	16/09/2014	218 * I
MGH4050	8789042554	7455/0	04/09/2014	218 * I
MGH4050	8789042555	7455/0	04/09/2014	218 * I
MGO7641	8789041315	7455/0	12/08/2014	218 * I
MGQ8033	8789041426	7463/0	05/08/2014	218 * II
MHU0848	8789041511	7455/0	06/08/2014	218 * I
MIH2337	8789042521	7471/0	03/09/2014	218 * III
MIP5456	8789042683	7455/0	09/09/2014	218 * I
MIT9978	8789042533	7455/0	04/09/2014	218 * I
MJF7226	8789042860	7455/0	14/09/2014	218 * I
MKI5333	8789042885	7455/0	14/09/2014	218 * I
MKK1852	8789041917	7463/0	18/08/2014	218 * II
MKL6067	8789042669	7455/0	08/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKO0064	8789042959	7455/0	16/09/2014	218 * I
MKV5621	8789041992	7455/0	20/08/2014	218 * I
MLG2326	8789042623	7455/0	07/09/2014	218 * I
MLG5363	8789041841	7455/0	15/08/2014	218 * I
MLP2686	8789042932	7455/0	15/09/2014	218 * I
MLR5162	8789041683	7455/0	11/08/2014	218 * I
MLS8953	8789041991	7455/0	20/08/2014	218 * I
MLW4195	8789042986	7455/0	17/09/2014	218 * I
MYC7525	8789042999	7455/0	04/09/2014	218 * I
MYC7525	8789043000	7455/0	04/09/2014	218 * I
ODS8918	8789041910	7455/0	18/08/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 198/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 198/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAX2543	8789036809	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ABI0603	8789036957	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJG4920	8789039609	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AMS9711	8789039732	7455/0	10/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASI4186	8789039661	7455/0	08/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AUG3198	8789039531	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
BPJ0237	8789036906	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
COB8200	8789036868	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DEX8187	8789036854	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DRL1982	8789037175	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ENS8342	8789039171	7463/0	30/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
HHB7131	8789036836	7463/0	18/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
HQI3254	8789037000	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
JPE5834	8789036576	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
KDE4186	8789035954	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
KOV9425	8789037289	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LJY3213	8789036892	7463/0	19/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXW7478	8789039660	7455/0	08/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXY7215	8789039602	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXZ8914	8789039310	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYF8696	8789036821	7463/0	18/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYN5780	8789037364	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZR9778	8789039501	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZS1729	8789037239	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAA1653	8789037094	7455/0	23/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAG6154	8789037171	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAJ7987	8789036059	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL4445	8789037130	7463/0	24/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAT5935	8789036833	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBJ3512	8789039514	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBS9557	8789039472	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBX7165	8789037343	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCE6101	8789036925	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCL1235	8789039556	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCO2717	8789036228	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCV8325	8789037215	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCZ3222	8789037279	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDC4625	8789039740	7455/0	10/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDG6599	8789036918	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDW6061	8789039532	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDX8082	8789039342	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFH2059	8789036999	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFN8324	8789037167	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGB8241	8789036995	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGD1018	8789037141	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGG8955	8789036818	7471/0	18/05/2014	R\$ 574,61	218 * III
MGJ6397	8789039519	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGN1430	8789037133	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGT3678	8789039153	7463/0	30/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHI6454	8789014532	7455/0	13/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHQ0077	8789036971	7463/0	20/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHU3668	8789037194	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHZ3635	8789037233	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM1846	8789039188	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM2322	8789039605	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM6236	8789036928	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIP9334	8789037308	7455/0	27/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT2220	8789039350	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT6447	8789039294	7463/0	01/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIT9978	8789037105	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIU1525	8789035635	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIV1981	8789039147	7463/0	30/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIV2730	8789037234	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIX3459	8789039200	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJB1401	8789037380	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ3636	8789037202	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJW6434	8789039539	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX4185	8789036164	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ0821	8789037026	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ0821	8789037033	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ0821	8789037159	7463/0	24/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJZ0821	8789037261	7463/0	26/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJZ0821	8789037274	7463/0	27/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKR1171	8789035716	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT0077	8789035313	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLC1716	8789039497	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLC7490	8789039216	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLK8076	8789039251	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLK8086	8789040568	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLL3352	8789039421	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP6513	8789039225	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLQ0621	8789035797	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMA8300	8789036945	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMM6433	8789039142	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 199/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 199/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEX2906	8789043074	7455/0	19/09/2014	218 * I
AIY0979	8789043055	7455/0	18/09/2014	218 * I
AQT1495	8789043247	7455/0	24/09/2014	218 * I
BBU4000	8789043090	7463/0	19/09/2014	218 * II
DEA3489	8789043241	7455/0	23/09/2014	218 * I
HJC0438	8789042475	7455/0	02/09/2014	218 * I
JLB7997	8789043252	7455/0	24/09/2014	218 * I
KML8379	8789043277	7463/0	25/09/2014	218 * II
LSW0114	8789043189	7455/0	22/09/2014	218 * I
LYM4952	8789042228	7455/0	26/08/2014	218 * I
LYM4952	8789042229	7455/0	26/08/2014	218 * I
LZG1868	8789043169	7455/0	21/09/2014	218 * I
MAE3693	8789042373	7455/0	30/08/2014	218 * I
MAQ0912	8789043113	7463/0	20/09/2014	218 * II
MAR0851	8789043201	7455/0	22/09/2014	218 * I
MAW5830	8789043181	7455/0	21/09/2014	218 * I
MBC2805	8789043231	7455/0	23/09/2014	218 * I
MBN3654	8789043094	7463/0	20/09/2014	218 * II
MBY3966	8789042158	7455/0	24/08/2014	218 * I
MCH5252	8789043207	7463/0	22/09/2014	218 * II
MCM6592	8789043202	7455/0	22/09/2014	218 * I
MCQ5433	8789043155	7455/0	21/09/2014	218 * I
MCR2545	8789043135	7455/0	20/09/2014	218 * I
MDN4419	8789043089	7455/0	19/09/2014	218 * I
MDP0274	8789043283	7455/0	25/09/2014	218 * I
MDR9127	8789043199	7455/0	22/09/2014	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEA1206	8789043225	7463/0	23/09/2014	218 * II
MEC7275	8789043075	7463/0	19/09/2014	218 * II
MEI4671	8789043223	7455/0	23/09/2014	218 * I
MEM4672	8789043111	7455/0	20/09/2014	218 * I
MEQ5504	8789043273	7455/0	25/09/2014	218 * I
MEV2223	8789043266	7455/0	25/09/2014	218 * I
MFD1612	8789043140	7455/0	20/09/2014	218 * I
MFR5455	8789043200	7455/0	22/09/2014	218 * I
MGD0103	8789043257	7455/0	25/09/2014	218 * I
MGI0345	8789043224	7455/0	23/09/2014	218 * I
MGQ0267	8789043143	7455/0	21/09/2014	218 * I
MGQ2521	8789043096	7455/0	20/09/2014	218 * I
MGR1394	8789043212	7455/0	22/09/2014	218 * I
MGU2782	8789043053	7463/0	18/09/2014	218 * II
MGV0024	8789042357	7455/0	29/08/2014	218 * I
MGY0793	8789042086	7455/0	22/08/2014	218 * I
MHE2941	8789043203	7455/0	22/09/2014	218 * I
MHL2225	8789043205	7455/0	22/09/2014	218 * I
MHL7663	8789043052	7463/0	18/09/2014	218 * II
MHL7663	8789043185	7455/0	21/09/2014	218 * I
MHX7200	8789043209	7455/0	22/09/2014	218 * I
MIA4248	8789043178	7455/0	21/09/2014	218 * I
MIH7092	8789043104	7455/0	20/09/2014	218 * I
MIM3879	8789042322	7455/0	28/08/2014	218 * I
MIT8360	8789043270	7455/0	25/09/2014	218 * I
MIZ2798	8789043250	7455/0	24/09/2014	218 * I
MJB6943	8789043190	7455/0	22/09/2014	218 * I
MJG1183	8789042388	7455/0	30/08/2014	218 * I
MJK7195	8789043229	7455/0	23/09/2014	218 * I
MJL7973	8789043265	7455/0	25/09/2014	218 * I
MJM8354	8789043228	7455/0	23/09/2014	218 * I
MKU2436	8789042136	7455/0	24/08/2014	218 * I
MLE1458	8789042441	7455/0	01/09/2014	218 * I
MLL1227	8789043064	7455/0	18/09/2014	218 * I
MLO9229	8789043118	7455/0	20/09/2014	218 * I
MLV4228	8789042069	7455/0	22/08/2014	218 * I
MMA0861	8789042178	7455/0	24/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMC3226	8789043211	7463/0	22/09/2014	218 * II
NRW1352	8789043254	7455/0	24/09/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 200/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 200/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALI7892	8789039755	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AME9556	8789041972	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
BGN2766	8789039941	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CQR9858	8789040315	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DBV0804	8789035902	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
HWL2426	8789041606	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
JLQ7221	8789040056	7455/0	14/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
KMD3942	8789041792	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LBW7381	8789040062	7455/0	14/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXS2954	8789039918	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZP0165	8789040312	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZV5292	8789041826	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL0653	8789040225	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAP3659	8789041517	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAV4816	8789040377	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH8134	8789039576	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBR0761	8789039927	7463/0	13/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCC9416	8789041581	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCU9833	8789040179	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDI2169	8789040295	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDM8382	8789040531	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT2263	8789040152	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEE4382	8789040012	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEG0039	8789041911	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFL4004	8789042021	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGD6664	8789041468	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGR7584	8789041538	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV4742	8789041555	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIC1685	8789041399	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM0663	8789040846	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIV5493	8789041818	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ9747	8789040190	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJF4306	8789041756	7455/0	13/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJL6147	8789040267	7463/0	19/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJM7117	8789041976	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJM8354	8789042046	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKA9392	8789040116	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKL3542	8789040769	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKL8248	8789042035	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO2831	8789039980	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKR8343	8789039774	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKS2631	8789040304	7463/0	19/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKS8993	8789041345	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLB1137	8789039912	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD1070	8789039354	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD2233	8789041236	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLE7626	8789039937	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG2563	8789040322	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLS8181	8789040121	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMU5491	8789041550	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 201/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 201/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFH6729	8789042956	7455/0	16/09/2014	218 * I
AHQ6940	8789042174	7455/0	24/08/2014	218 * I
AIN7926	8789042133	7455/0	24/08/2014	218 * I
AKL0307	8789042850	7455/0	13/09/2014	218 * I
AKP2222	8789042396	7463/0	30/08/2014	218 * II
AKW7213	8789042962	7455/0	16/09/2014	218 * I
ALA1861	8789042105	7455/0	23/08/2014	218 * I
ALW5882	8789042066	7455/0	22/08/2014	218 * I
ASS0544	8789042170	7455/0	24/08/2014	218 * I
CQR9858	8789042173	7455/0	24/08/2014	218 * I
CRM5236	8789042273	7455/0	27/08/2014	218 * I
CTD1625	8789042737	7471/0	10/09/2014	218 * III
CVY2676	8789042633	7455/0	07/09/2014	218 * I
CZL4969	8789042566	7455/0	05/09/2014	218 * I
DHO1886	8789042919	7455/0	15/09/2014	218 * I
DIS6136	8789042224	7463/0	25/08/2014	218 * II
DRJ2552	8789042718	7455/0	09/09/2014	218 * I
DTS1236	8789042076	7455/0	22/08/2014	218 * I
IMB9129	8789042261	7463/0	27/08/2014	218 * II
JPP5352	8789042858	7455/0	14/09/2014	218 * I
JTA6578	8789042584	7455/0	06/09/2014	218 * I
LND1027	8789042944	7455/0	16/09/2014	218 * I
LXH4517	8789042072	7455/0	22/08/2014	218 * I
LXR5100	8789042409	7455/0	31/08/2014	218 * I
LXW6556	8789042750	7455/0	10/09/2014	218 * I
LYR2418	8789042329	7455/0	29/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYS9350	8789042309	7455/0	28/08/2014	218 * I
LYS9350	8789042341	7455/0	29/08/2014	218 * I
LZG5539	8789042815	7455/0	13/09/2014	218 * I
LZX6968	8789042437	7455/0	01/09/2014	218 * I
MAA4799	8789042422	7455/0	31/08/2014	218 * I
MAI9018	8789042791	7455/0	12/09/2014	218 * I
MAS1062	8789042527	7455/0	04/09/2014	218 * I
MAY1902	8789042420	7455/0	31/08/2014	218 * I
MBB0006	8789042444	7455/0	01/09/2014	218 * I
MBF3557	8789042524	7455/0	03/09/2014	218 * I
MBK7463	8789042530	7455/0	04/09/2014	218 * I
MBK7910	8789042644	7455/0	07/09/2014	218 * I
MBL1924	8789042647	7455/0	07/09/2014	218 * I
MBP6773	8789042721	7455/0	09/09/2014	218 * I
MBU8154	8789042984	7455/0	17/09/2014	218 * I
MBY3806	8789042101	7455/0	23/08/2014	218 * I
MCF0533	8789042198	7455/0	25/08/2014	218 * I
MCL9689	8789042204	7455/0	25/08/2014	218 * I
MCY4707	8789042638	7471/0	07/09/2014	218 * III
MCY4707	8789042641	7455/0	07/09/2014	218 * I
MCY5917	8789042051	7463/0	22/08/2014	218 * II
MDB2996	8789042996	7463/0	17/09/2014	218 * II
MDD6428	8789042599	7455/0	06/09/2014	218 * I
MDH7816	8789042094	7455/0	23/08/2014	218 * I
MDI0903	8789042171	7455/0	24/08/2014	218 * I
MDJ0060	8789042654	7463/0	08/09/2014	218 * II
MDJ4498	8789042361	7455/0	30/08/2014	218 * I
MDK4329	8789042727	7455/0	09/09/2014	218 * I
MDS0120	8789042993	7455/0	17/09/2014	218 * I
MDT0062	8789042362	7455/0	30/08/2014	218 * I
MDT2263	8789042606	7455/0	06/09/2014	218 * I
MDY1964	8789042294	7455/0	28/08/2014	218 * I
MEC0019	8789042826	7455/0	13/09/2014	218 * I
MEE4425	8789042558	7455/0	04/09/2014	218 * I
MEF4272	8789042626	7455/0	07/09/2014	218 * I
MEG0429	8789042841	7463/0	13/09/2014	218 * II
MEI0291	8789042667	7455/0	08/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEJ0293	8789042283	7455/0	27/08/2014	218 * I
MEJ0293	8789042383	7463/0	30/08/2014	218 * II
MEJ2393	8789042427	7455/0	01/09/2014	218 * I
MEL4209	8789042055	7455/0	22/08/2014	218 * I
MEW6377	8789042833	7455/0	13/09/2014	218 * I
MEX1009	8789042673	7455/0	08/09/2014	218 * I
MFO4357	8789042168	7455/0	24/08/2014	218 * I
MFT1237	8789042280	7455/0	27/08/2014	218 * I
MGC6677	8789042414	7455/0	31/08/2014	218 * I
MGE2763	8789042611	7455/0	06/09/2014	218 * I
MGF4863	8789042635	7455/0	07/09/2014	218 * I
MGH3184	8789042325	7455/0	28/08/2014	218 * I
MGI6553	8789042221	7455/0	25/08/2014	218 * I
MGM2909	8789042371	7455/0	30/08/2014	218 * I
MGM3234	8789042707	7455/0	09/09/2014	218 * I
MGO0451	8789042589	7455/0	06/09/2014	218 * I
MGO7024	8789042372	7455/0	30/08/2014	218 * I
MGQ5943	8789042529	7455/0	04/09/2014	218 * I
MGT0121	8789042728	7455/0	09/09/2014	218 * I
MGY5783	8789042783	7455/0	11/09/2014	218 * I
MHE3263	8789042238	7455/0	26/08/2014	218 * I
MHH1824	8789042735	7455/0	10/09/2014	218 * I
MHO8953	8789042053	7455/0	22/08/2014	218 * I
MHR8227	8789042277	7455/0	27/08/2014	218 * I
MHS8348	8789042766	7455/0	11/09/2014	218 * I
MHY3565	8789042806	7455/0	13/09/2014	218 * I
MHY7052	8789042116	7455/0	23/08/2014	218 * I
MIB3261	8789042131	7455/0	24/08/2014	218 * I
MID7708	8789042918	7455/0	15/09/2014	218 * I
MII7448	8789042408	7455/0	31/08/2014	218 * I
MIJ5763	8789042237	7455/0	26/08/2014	218 * I
MIJ9043	8789042862	7455/0	14/09/2014	218 * I
MIM1802	8789042640	7463/0	07/09/2014	218 * II
MIX5577	8789042905	7455/0	14/09/2014	218 * I
MIX9458	8789042407	7455/0	31/08/2014	218 * I
MIZ3011	8789042346	7455/0	29/08/2014	218 * I
MJE6974	8789042616	7455/0	07/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJF9296	8789042903	7463/0	14/09/2014	218 * II
MJJ3832	8789042517	7455/0	03/09/2014	218 * I
MJK0075	8789042745	7455/0	10/09/2014	218 * I
MJL7424	8789042982	7455/0	17/09/2014	218 * I
MJQ6250	8789042821	7455/0	13/09/2014	218 * I
MJU3557	8789042957	7455/0	16/09/2014	218 * I
MJW4705	8789042458	7455/0	01/09/2014	218 * I
MKC5624	8789042801	7455/0	12/09/2014	218 * I
MKG9402	8789042832	7455/0	13/09/2014	218 * I
MKQ8632	8789042768	7455/0	11/09/2014	218 * I
MKR4038	8789042829	7455/0	13/09/2014	218 * I
MKT7369	8789042435	7455/0	01/09/2014	218 * I
MKT7369	8789042439	7463/0	01/09/2014	218 * II
MKV5789	8789042926	7455/0	15/09/2014	218 * I
MLB2993	8789042062	7455/0	22/08/2014	218 * I
MLH6625	8789042195	7455/0	25/08/2014	218 * I
MLH6625	8789042374	7463/0	30/08/2014	218 * II
MLK6853	8789042689	7455/0	09/09/2014	218 * I
MLL3352	8789042243	7455/0	26/08/2014	218 * I
MLL3352	8789042267	7455/0	27/08/2014	218 * I
MLL3352	8789042474	7455/0	02/09/2014	218 * I
MLN6846	8789042921	7455/0	15/09/2014	218 * I
MLP4327	8789042487	7455/0	01/09/2014	218 * I
MLZ3816	8789042052	7455/0	22/08/2014	218 * I
MMA1200	8789042142	7455/0	24/08/2014	218 * I
MMF7231	8789042382	7455/0	30/08/2014	218 * I
MMK1937	8789042298	7455/0	28/08/2014	218 * I
MML3901	8789042659	7455/0	08/09/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1556/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1556/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ITR7810	55486004E	5185/1	28/08/2014	167
MIG9062	54430672E	5347/0	31/08/2014	178
NZN8653	55485945E	5185/1	25/08/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 202/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 202/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKK0888	8789041360	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AMB3387	8789036178	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
APA6502	8789040883	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASO8828	8789035570	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATM3834	8789035948	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AUH6624	8789035693	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWW5147	8789035574	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
BYO1671	8789040754	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CIT1493	8789039907	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CRJ3186	8789040651	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CTB2915	8789036075	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DDA7898	8789036214	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DGD7971	8789035488	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
DRJ2552	8789041107	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DUU8449	8789040329	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ERM4391	8789036058	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
EUI7388	8789035260	7463/0	20/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
FDH6237	8789035568	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
FDH6237	8789035573	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
FDH6237	8789035632	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
HTC5555	8789036351	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
IGK7374	8789041302	7463/0	09/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
IOI7786	8789035526	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
IUH5281	8789035676	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
JKP0644	8789035661	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
JMA0011	8789035349	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 5

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JNY4272	8789040069	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
JOI2762	8789040354	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
JYO1714	8789035733	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
JZN2406	8789040870	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
KEJ1543	8789035683	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LJY3213	8789035721	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LJY3213	8789036069	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LJY3213	8789036173	7463/0	06/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LJY3213	8789036236	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LJY3213	8789036465	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LJY3213	8789036480	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LRZ3305	8789035837	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LVO4227	8789035846	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWT7703	8789041199	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXJ3369	8789035732	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYM4225	8789036266	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYM5111	8789036115	7463/0	05/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYN5890	8789041110	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYU2676	8789036291	7455/0	09/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZA6370	8789035703	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZG1868	8789036428	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZR0142	8789036434	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZR0142	8789036491	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZV2723	8789036489	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAF3851	8789035951	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAG6154	8789035512	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAH4491	8789035855	7471/0	01/05/2014	R\$ 574,61	218 * III
MAQ5598	8789035765	7463/0	29/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAQ5598	8789035894	7463/0	02/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAQ5598	8789035898	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ5598	8789035899	7463/0	02/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAS0005	8789036457	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAU7670	8789040489	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBA3756	8789035912	7463/0	02/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBC2805	8789036494	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBI8691	8789036074	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBO8017	8789035945	7463/0	03/05/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBO8217	8789035326	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT7336	8789036107	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBW6273	8789035503	7463/0	26/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBW6273	8789035525	7463/0	27/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBW6273	8789035640	7463/0	27/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBW6273	8789035652	7471/0	27/04/2014	R\$ 574,61	218 * III
MBW6273	8789036418	7471/0	11/05/2014	R\$ 574,61	218 * III
MBW6273	8789036419	7463/0	11/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBX2506	8789036619	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH2770	8789036311	7455/0	09/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI1196	8789040789	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI8214	8789036268	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCJ8737	8789035781	7463/0	30/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCN9943	8789036227	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCU9475	8789041275	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDD2292	8789034855	7463/0	05/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDD3491	8789035540	7455/0	28/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDE9409	8789036524	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDF3232	8789036459	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDJ6687	8789036471	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDK9297	8789035952	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDP2381	8789040855	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDR6355	8789039753	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDZ6896	8789035304	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MED7405	8789040638	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEG9705	8789036643	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEK0264	8789035877	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEL9409	8789036637	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEO5270	8789035453	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEP7176	8789035426	7455/0	24/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MES0358	8789035266	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEX9150	8789036249	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFC9629	8789036192	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFL5476	8789041100	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM1588	8789040634	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFQ2580	8789036123	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFX0303	8789036093	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFY0209	8789036250	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGA6658	8789035988	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGB8005	8789040692	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGE1246	8789036617	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGE1246	8789036628	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGF7086	8789036346	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGK3100	8789036302	7455/0	09/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGK3252	8789035754	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGO2740	8789036337	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGT1364	8789036196	7463/0	07/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGT3678	8789040451	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGX6266	8789040151	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHB3962	8789036167	7463/0	06/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHH1977	8789035821	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHT3927	8789040385	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA3950	8789041925	7463/0	18/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIA9850	8789035816	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIG1784	8789036599	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIL7771	8789035901	7463/0	02/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIO7080	8789036222	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIO7680	8789036041	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIQ8472	8789036362	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT6130	8789040633	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIV2653	8789035968	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ9021	8789035289	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJL0232	8789040952	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJR0560	8789040815	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKI1546	8789040483	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKJ5747	8789036630	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKK8754	8789035758	7455/0	29/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKM2285	8789041183	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO0697	8789036627	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV9666	8789036614	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLB0017	8789036425	7455/0	11/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLB1996	8789041266	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLB4601	8789039860	7471/0	12/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
MLN1388	8789040469	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMD0828	8789041766	7455/0	13/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMH2240	8789035962	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMI2900	8789040536	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MML4747	8789036522	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMM1612	8789040772	7463/0	26/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MMM2043	8789039931	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
NMH8882	8789041310	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1558/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1558/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CBH9655	54430554E	5185/1	02/07/2014	R\$ 127,69	167
FBR6106	54428978E	5185/2	01/06/2014	R\$ 127,69	167
LYF3405	54426518E	6122/0	17/05/2013	R\$ 191,53	214 * I
LYS8755	54428082E	5185/1	16/05/2014	R\$ 127,69	167
LZC0132	54428096E	5185/1	18/05/2014	R\$ 127,69	167
MDC7957	54429468E	7366/2	16/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MES7129	54430073E	7366/2	16/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHK4944	54428089E	5207/0	16/05/2014	R\$ 53,20	169
MJI2026	55485694E	5819/4	10/07/2014	R\$ 574,61	193
MXK1004	54428350E	7030/1	27/06/2014	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1560/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1560/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALZ1555	55486162E	5746/1	20/09/2014	187 * I
AXI9560	55486159E	5967/0	18/09/2014	203 * V
CKF0608	55486087E	5185/2	11/09/2014	167
LCP2863	55486116E	5193/0	19/09/2014	168
LXR2248	55486161E	5460/0	19/09/2014	181 * IX
MAT5265	54430529E	5193/0	24/08/2014	168
MBE0144	55485610E	5452/5	26/09/2014	181 * VIII
MBU9752	55486094E	5207/0	11/09/2014	169
MDB9300	55486123E	5452/2	30/09/2014	181 * VIII
MES1800	55486170E	7366/2	24/09/2014	252 * VI
MFL1683	54430667E	5940/1	26/08/2014	203 * III
MFV1015	55486020E	5185/1	07/09/2014	167
MGT0121	55485602E	5185/1	10/09/2014	167
MGT4119	55485608E	5746/1	22/09/2014	187 * I
MHD4586	55486125E	5452/3	30/09/2014	181 * VIII
MJE0319	55486016E	6823/2	02/09/2014	231 * IV
MKE9180	54430343E	5738/0	30/08/2014	186 * II
MKK8896	55485607E	5746/1	22/09/2014	187 * I
MKW4034	55485769E	5967/0	18/09/2014	203 * V
MKX4193	55486119E	5568/0	29/09/2014	181 * XIX
NRW1352	55486118E	7366/2	25/09/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1562/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1562/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADV6127	55720696D	5185/1	13/11/2013	R\$ 127,69	167
ATT0382	54430111E	5185/1	24/05/2014	R\$ 127,69	167
LXP1374	54430099E	5835/0	15/07/2014	R\$ 127,69	195
LXP1374	54430160E	5738/0	15/07/2014	R\$ 191,53	186 * II
LXP1374	54430161E	5819/1	15/07/2014	R\$ 574,61	193
LXP1374	54430162E	5720/0	15/07/2014	R\$ 127,69	186 * I
LYR0645	55485807E	6181/0	17/07/2014	R\$ 127,69	215 * II
MBV7072	54428790E	5541/1	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBY0100	54430414E	5835/0	20/06/2014	R\$ 127,69	195
MDD3491	55749829C	5835/0	18/05/2013	R\$ 127,69	195
MDJ5505	54430401E	5215/2	12/06/2014	R\$ 191,53	170
MDJ5505	54430402E	5207/0	12/06/2014	R\$ 53,20	169
MFR4751	55485958E	5452/1	15/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MHH1700	55485593E	5967/0	15/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
MJI3211	55720403D	5452/3	23/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MKA7924	55485819E	5541/4	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKP0160	54426928E	7366/2	14/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKR9005	54430973E	5207/0	04/08/2014	R\$ 53,20	169
MLC3103	54430245E	5541/5	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1564/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1564/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KLI3060	55720560E	7366/2	26/09/2014	252 * VI
LXL0412	55486084E	5185/1	09/09/2014	167
LYO7529	54430574E	6858/0	12/09/2014	231 * VII
LYO7529	54430575E	5185/2	12/09/2014	167
LYR7142	54429478E	7366/2	12/09/2014	252 * VI
LZC2030	55486079E	5541/6	08/09/2014	181 * XVII
LZL1458	55720901E	5185/1	21/09/2014	167
MCX7920	55486083E	5193/0	09/09/2014	168
MDQ6707	55486002E	5452/5	28/08/2014	181 * VIII
MES7946	55486063E	5185/1	01/09/2014	167
MFV1733	55486070E	5185/1	04/09/2014	167
MKD2005	55486071E	5932/0	05/09/2014	203 * II
MKE0624	55486058E	5541/1	01/09/2014	181 * XVII
MKV7043	55485949E	5541/1	26/08/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1566/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1566/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABC0114	55485968E	5185/1	22/08/2014	R\$ 127,69	167
MHV6771	55485972E	5541/6	22/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX2786	54430613E	7048/1	28/07/2014	R\$ 191,53	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1568/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1568/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KVR1085	55486103E	6130/0	15/09/2014	214 * II
MAG2160	55040399D	5452/2	03/10/2014	181 * VIII
MAW9906	55721011E	5193/0	11/10/2014	168
MDC7176	55720828E	5193/0	07/10/2014	168
MDG7772	55720829E	6041/2	07/10/2014	207
MDR3388	55720921E	5541/5	15/10/2014	181 * XVII
MGJ4848	55720552E	7366/2	12/09/2014	252 * VI
MJW8031	55720731E	5207/0	21/09/2014	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

Ipumirim**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2014/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 73/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2014, Processo de Licitação nº 25/2014, homologado em 09 de julho de 2014.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) a ser executado com recursos oriundos do FUNDAM, proposta nº 11.542, conforme especificações anexas ao edital.

Valor: R\$ 839.673,07 (Oitocentos e Trinta e Nove Mil Seiscentos e Setenta e Três Reais e Sete Centavos)

Assinatura: 21/10/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA, situada na RUA BORGES DE MEDEIROS Nº 1477 E, Bairro: PRESIDENTE MEDICI, cidade de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.341.214/0001-94.

Irineópolis**PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 20/2014**

RESOLUÇÃO Nº 020/2014.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e, amparada no que dispõe o Art. 2º, inciso V da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR MARISTELA KOCHAN nascida em 20/03/1985, portadora do CPF nº 009.201.539-50, RG. nº 3.496.061, SESP/SC, para no período de 01/11/2014 a 31/12/2014, exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (40h/sem) junto ao Hospital Municipal Bom Jesus, visando suprir necessidades temporárias e emergenciais junto ao hospital.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 31 de outubro de 2014.
WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS
Presidente.

Itapiranga

PREFEITURA

PORTARIA 014/2014 - CONTRATOS - SAÚDE

PORTARIA Nº 014/2014 - CONTRATOS - SAÚDE.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Solange Ternus, matrícula nº 14453/01, para nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, exercer a fiscalização e acompanhamento das Atas de Registro de Preço nº 074/2014 a 080/2014, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2014 - FMS, que tem por objeto a contratação de seguros para veículo a disposição do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga SC, 31 de outubro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DA SAÚDE Nº 031/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONTRATOS - SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 152/2014.

OBJETO: Contratação de seguros de veículos, de propriedade do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 1.500,00

VIGÊNCIA: 27 de outubro de 2015.

Itapiranga - SC., 27 de outubro de 2014.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

PORTARIA Nº 244/2014

Portaria nº 244 de 3 de novembro de 2014

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender a licença prêmio, por motivo de Imperiosa Necessidade de Serviço Público, da servidora municipal Marilice Welter Henn, matrícula nº 6343/01, devendo o servidor retornar às suas atividades laborais no dia 3 de novembro de 2014.

Art. 2º - O saldo da licença prêmio que corresponde a oito dias lhe serão concedidos em época oportuna, conforme nova

programação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 3 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 245/2014

Portaria nº 245 de 3 de novembro de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 3 de novembro de 2014, Fernanda Roberta Casagrande, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Engenheira Química, com 20 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2013, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 607 classe A-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 3 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 246/2014

Portaria nº 246 de 3 de novembro de 2014.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor municipal Arlindo Cardinal, matrícula nº 10308/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 3/11/2014 até 2/2/2014, referente o período aquisitivo de 10/2/2009 até 9/2/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 3 de novembro 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 247/2014

Portaria nº 247 de 3 de novembro de 2014

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 02/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a pedido, a partir do dia 3 de novembro de 2014, Ivo Kuhlkamp matrícula nº 12557/01, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 3 de novembro de 2014.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA**ATA DE SESSÃO PÚBLICA - DISPENSA Nº 11/14**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	03/11/2014	Horário início: 09h00min
Licitação /Modalidade	CHAMAMENTO PÚBLICO DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO	Nº 005/2014 Nº 011/2014 Nº 136/2014

OBJETO:

CREDENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Site da prefeitura e Mural Público Municipal, no dia 30/10/2014 a fim de ampla divulgação. Protocolaram envelopes os seguintes produtores rurais:

Data	Prot.	Empresa	CNPJ/MF	DAP
30/10/2014	738	NICOLAS GABRIEL CECCATO	099.274.979-46	SDW009927497 9462910131113
30/10/2014	739	ERALDO JOSÉ GILIOLI	633.061.909-34	SDW063306190 9341408140458

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação dos produtores rurais acima relacionados, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que todos cumpriram as exigências estipuladas no edital de Chamamento Público e, portanto foram considerados HABILITADOS. Passando à fase seguinte, foram abertos os envelopes de Proposta de Preço dos produtores rurais habilitados, chegando ao seguinte resultado:

Item	Descrição	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural
1	Bolo tipo "toalha felpuda", massa branca, cobertura com côco ralado, pronto para consumo. Produto íntegro, sem partes mofadas ou sujas. Embalados um a um, acondicionados em caixas próprias para alimentos.	kg	700	R\$ 17,50	R\$ 12.250,00	ERALDO JOSÉ GILIOLI
2	Bolo de laranja simples, pronto para consumo. Produto íntegro, sem partes mofadas ou sujas. Embalados um a um, acondicionados em caixas próprias para alimentos.	kg	550	R\$ 14,00	R\$ 7.700,00	
Total					R\$ 19.950,00	

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural
3	Polpa de fruta natural integral, congelada sabor maracujá, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg.	kg	600	R\$ 15,00	R\$ 9.000,00	NICOLAS GABRIEL CECCATO
4	Polpa de fruta natural integral, congelada sabor uva, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg.	kg	700	R\$ 15,00	R\$ 10.500,00	
Total					R\$ 19.500,00	

Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão.

ISABELA RAICK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MARIZA A. FILLA
MEMBRO

EXTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 14/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 19/11/2014 às 09h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:00min receberá envelopes dos interessados em participar da licitação na modalidade Tomada de Preço nº 14/2014 - Processo nº 141/2014, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de Cobertura em estrutura metálica galvanizada, com 772,40m², na quadra poliesportiva da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (Doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 03 de novembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 58/2014

TERMO ADITIVO Nº 58/2014 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, Sra. TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA, portadora do CNPF/MF nº 355.669.909-59 e do CI.RG. nº 2090978 SSP/PR e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 230944279-87 e RG nº 873994 SSP/PR, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa: SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFE ME, com sede à Rua Progresso nº 2220, sala 02, Bairro: Progresso, na cidade de Blumenau-SC, CEP: 89.026-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.572.035/0001-06, e Inscrição Estadual nº 256.953.074, representada neste ato por procurador, o Sr. FERNANDO EDUARDO POLLHEIM, portador do CPF/MF nº 046.691.809-75 e do CI.RG nº 4.440.815-3 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual ao objeto da Aquisição de 07 (sete) parques infantis coloridos tipo playground, destinados a Creches e Pré-Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Anexo V do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO Nº 55/2014 - PROCESSO Nº 98/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula terceira "do preço", o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários totaliza o valor de R\$ 5.149,00 (cinco mil cento e quarenta e nove reais), o qual corresponde a 14,28% do valor do item do respectivo Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação o quantitativo descrito a seguir:

Item	Descrição	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Parques infantis coloridos tipo play-ground 8 em 1, com dois módulos, sendo um módulo menor com porta e parede com três degraus para escorregador pequeno (aproximadamente 1,44m), unidos por um túnel em formato de tubo de passagem de um módulo para outro, com travamento de rosca em todas as suas paredes, através de encaixe autotravante e outro módulo com base e parede com escada de quatro degraus com escorregador grande (aproximadamente 1,98m) com encaixes autotravantes. Pode ser montado em até oito configurações diferentes. Deve ser com matéria-prima de polietileno em plástico rotomoldável, composto de aditivo antiestático e aditivos anti-UV que protegem contra raios solares, não desbota com o sol e chuva, reduz atritos dos tecidos e dá resistência ao produto. Material super-resistente, atóxico e higienizável. Tem como medidas aproximadas 444 x 115 x 165 cm.	1	MDA	R\$ 5.149,00	R\$ 5.149,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 78/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 78/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 03 de novembro de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFE ME FERNANDO EDUARDO POLLHEIM
---	--

CONTRATANTE
TEREZINHA FAVARO DA
SILVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Testemunhas:

Nome:
CNPJ/MF:

Nome:
CNPJ/MF:

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS: EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA CARROCEIROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Secretaria De Obras e Serviços Públicos

Itapoá, 31 de Outubro de 2014

Edital de Credenciamento

O Município de Itapoá, através da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, de acordo com a Lei Municipal nº 111/2006, torna público que estará realizando cadastramento de carroceiros para efetuarem serviço de limpeza de praia durante o período de alta temporada, com as seguintes especificações:

Quantidade: 28 carroceiros

Objeto: Limpeza da orla marítima e separação do material recolhido.

Período da contratação: 05 de dezembro de 2014 à 05 de março de 2015.

Horário da prestação do serviço: das 06:00 às 09:00 horas, de segunda-feira a domingo:

Regime da contratação: Trabalhador autônomo.

Remuneração mensal: R\$ 1.188,00 (Um mil, cento e oitenta e oito reais). Sobre este valor serão descontados INSS e ISS

Requisitos para a contratação: Ser possuidor de carroça com tração animal.

O credenciamento dos interessados será realizado entre os dias 10/11/2014 a 14/11/2014, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no horário compreendido das 08:00 às 14:00 horas, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- RG;
- CPF;
- CARTEIRA DE TRABALHO;
- CONTA BANCÁRIA PARA DEPÓSITO;
- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

Jeferson Rubens Garcia
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Ituporanga

PREFEITURA

LEI Nº 2.578, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.578, de 30 de outubro de 2014,
Autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações e aporte de contrapartida municipal, para implementar o programa Minha Casa Minha Vida Entidades, com recursos FDS regulamentada pela Resolução do Conselho Curador do FDS nº 194, de 12 de dezembro de 2012 e Instrução Normativa nº 14, de 10 de julho de 2013, do Ministério das Cidades e dá outras providências.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a desenvolver todas as ações necessárias para viabilizar a execução do programa habitacional para atendimento aos munícipes de baixa renda, implementados por intermédio da FECOOHASC e recurso do Programa Habitacional Popular Entidade, denominado Minha Casa Minha Vida - MCMV.

Art. 2º. Para implementação do programa, fica o Poder Executivo autorizado:

I - a doar para as famílias selecionadas os terrenos da Quadra "B" Lotes nº 16, 17, 18, 22, 23 e 24, da Quadra "C" Lotes nº 25, 27 e 28 e da Quadra "D" Lotes nº 29, 30, 31, 32, 33 e 34, que fazem parte da área de terra urbana matriculada no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 18.435, localizados no Bairro Vila Nova;

II - oferecer os imóveis descritos no inciso I, deste artigo, em garantia fiduciária para o Sistema Financeiro Habitacional;

III - providenciar toda a infraestrutura interna do terreno, como pavimentação e iluminação das vias, preparação da instalação do esgoto e abastecimento de água, para a construção do empreendimento denominado de Lucinda Sá Schuhmacher.

Art. 3º. Os beneficiários, atendendo as normas do Programa, não poderão ser proprietários de imóveis residenciais no município nem detentores de financiamento ativo no SFH em qualquer parte do país, bem como não terem sido beneficiados com outros programas de habitação e não ter renda superior a R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), ou conforme determinado pelo Conselho Curador do FDS/Ministério das Cidades.

§1º. Todas as famílias selecionadas deverão estar cadastradas no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) e selecionadas pela equipe técnica social do Município e com atuação no ramo de habitação.

§2º. Os critérios para escolha das famílias a serem beneficiadas são os seguintes:

I- Cadastro prévio;

II- Estudo sócio-econômico que comprove a baixa renda da família, utilizando-se dos critérios do FDS;

III- Residir comprovadamente no Município há pelo menos 3 (três) anos.

§3º. Sempre que o número de interessados for maior que a quantidade de terrenos, o Município e a entidade poderão utilizar-se do critério de prioridades: mães chefes de famílias, pessoas idosas ou portadoras de necessidades especiais, famílias residentes em áreas de risco ou aluguel social.

Art. 4º. O beneficiário deverá utilizar o bem recebido em doação, exclusivamente para fins residenciais sendo vedada qualquer negociação, seja aluguel, venda ou alienação pelo prazo de 10 (dez) anos, exceto a decorrente do financiamento para aquisição objeto desta lei.

Art. 5º. A construção das unidades habitacionais será através de

financiamento subsidiado, concedido diretamente aos beneficiários, com recursos federais do FDS.

Parágrafo único. No prazo máximo de 01 (um) ano deverão ser iniciadas as obras de construção da residência, sob pena de reversão da doação.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA,
30 de outubro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

LEI Nº 2.579, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.579, de 03 de novembro de 2014

"Institui o Programa Municipal "Adote uma Escola" e dá outras providências."

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa Municipal "Adote uma Escola", com o objetivo de promover a participação de pessoas jurídicas em ações que visem a melhoria da qualidade do ensino na rede municipal de ensino.

Parágrafo único - A participação das pessoas jurídicas no programa dar-se-á sob a forma de doação de equipamentos, de realização de obras de manutenção, conservação, reforma e ampliação de prédios escolares ou de outras ações que atendam as finalidades a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 2º. Para participar do programa de que trata esta Lei, a pessoa jurídica deverá ser escolhida em processo público de seleção e firmar convênio com o município.

Art. 3º. A pessoa jurídica cooperante pode divulgar, para fins promocionais e publicitários, as ações praticadas em benefício da escola adotada.

Parágrafo único - A forma e os meios a serem utilizados para divulgação serão estabelecidos no termo de cooperação firmado entre a escola e o cooperante.

Art. 4º. A cooperação não implica em qualquer ônus para o poder público, nem qualquer prerrogativa para o cooperante, respeitado o disposto no artigo 3º desta Lei.

Art. 5º. Esta Lei será regulamentada pelo Executivo.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA,
03 de novembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

LEI Nº 2.580, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº2.580, de 03 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a publicidade do cadastro de programas habitacionais no município de Ituporanga e dá outras providências.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Os cadastros de programas habitacionais da cidade de Ituporanga serão disponibilizados para consulta e controle social, nos sítios eletrônicos da rede mundial - internet - dos órgãos e entidades responsáveis.

Art. 2º. A consulta referida no caput do art. 1º deverá conter:

I - a denominação oficial e o nome popular do programa;

II - o público-alvo de cada programa;

III- o acesso à lista nominal, devidamente atualizada, de todos os inscritos e os contemplados nos referidos programas, com as respectivas pontuações e classificações, quando houver.

Art. 3º. Fica o Poder Público municipal, após a seleção dos beneficiados, obrigado a publicar em órgão de imprensa oficial do Município relação contendo o nome de pessoas contempladas com a aquisição de casas populares.

§1º. Na falta de imprensa oficial ou de órgão designado, a publicação far-se-á em jornal de circulação na cidade, vedada publicação exclusiva na forma eletrônica.

§ 2º. Obrigatoriamente a publicação se fará 30 (trinta) dias antes da entrega das moradias e nela constará o nome do contemplado, CPF, RG, endereço, tempo de residência no município e renda familiar.

Art. 4º. A contestação de qualquer dos nomes contemplados, feita sem ônus por munícipe, será despachada em 10(dez) dias, com a necessária justificativa.

Art. 5º. A não observância dos artigos 3º e 4º desta Lei implicará na impossibilidade da entrega das chaves ao contemplado.

Art. 6º. A publicação a que se refere esta Lei é relativa a todas as casas construídas pelo município, com recursos próprios ou não, ou construída por outros órgãos, que utilize o Município para cadastramento dos interessados pela aquisição de moradias.

Art. 7º. Terá que seguir os mesmos critérios de divulgação, quando houver por parte do Poder Público Municipal a doação de imóveis para a construção de casas populares.

Art. 8º. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA,
03 de novembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

CARTA CONVITE 26/2014 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA MECÂNICA DO BOMBA HIDRÁULICA, COMANDO HIDRÁULICO, TANQUE HIDRÁULICO, MOTOR DE GIRO, TUBULAÇÃO E MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 160-7B DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Carta Convite nº 26/2014

Processo Licitatório nº 77/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA MECÂNICA DO BOMBA HIDRÁULICA, COMANDO HIDRÁULICO, TANQUE HIDRÁULICO, MOTOR DE GIRO, TUBULAÇÃO E MOTOR DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 160-7B DA SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.. FORMA DE JULGAMENTO:Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 11 de novembro de 2014 até às 09:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA: Dia 11 de novembro de 2014 às 09:30 na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min, pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do e-mail: licitacao@ituporanga.sc.gov.br

Ituporanga, 03 de novembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

CONCORRÊNCIA 01/2014 PARA CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Concorrência para concessão de uso de bem público
Nº 01/2014

Objeto Concorrência Pública para concessão de uso de bem público de forma gratuita, mediante contrato administrativo, pelo prazo de 20 (vinte) anos, os seguintes Bens Imóveis: Terreno rural situado no lugar denominado Ribeirão Klauberg, sobre o qual encontra-se edificada em madeira a antiga Escola Isolada Municipal da localidade de Ribeirão Klauberg, Terreno rural situado no lugar denominado Rio dos Bugres, sobre o qual encontra-se edificada em alvenaria a antiga Escola Municipal da localidade de Rio dos Bugres e Terreno rural situado no lugar denominado Ilha Grande, sobre o qual encontra-se edificada em alvenaria a antiga Escola Municipal da localidade de Ilha Grande. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 19 de dezembro de 2014 até às 09:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA: Dia 19 de dezembro de 2014 às 09:30 hrs na Sala de Reuniões da Prefeitura sito à Rua Joaquim Boeing, 40 Centro - Ituporanga-SC. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Patrimônio da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min e pelo fone (**47)3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço de Email:patrimonio@ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 04 de novembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS - 1 - FMAS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com o Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP, bem como o Decreto Municipal nº 4.388/2013, manifesta o interesse em realizar REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.

Orçamentos e quantitativos estão estimados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo esta o órgão gerenciador do processo licitatório.

Caso outros órgãos da Administração Municipal tenham intenção em participar deste procedimento licitatório, procedam a sua manifestação formal e repassem os quantitativos pretendidos a Secretaria Municipal de Assistência Social, situada à Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, em até 48 horas desta publicação, para possíveis adequações.

Joaçaba, 03 de novembro de 2014.

MARIO WOLFART

Secretário Municipal de Assistência Social

PORTARIA N.º 3290

PORTARIA Nº 3.290 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 22 de abril de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ANDRELISSA HOFF DE OLIVEIRA SOBRINHO, para exercer as funções de Agente de Dengue, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo disposto no art. 1º, I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de outubro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3291

PORTARIA Nº 3.291 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

"REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º. - REDUZ A PEDIDO CARGA HORÁRIA do(a) Sr.(a) EVERTON LOCATELLI, Professor da Fundação, lotado(a) na Fundação Municipal de Cultura e Esporte, com amparo no art. 17, § 4º II da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003, conforme pedido protocolado sob n.º 135.984 de 17 de outubro de 2014, reduz a carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 20 de outubro de 2014.

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de outubro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3292

PORTARIA Nº 3.292 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) TIAGO DUPONT GIUMBELLI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente ao período de 26 de março de 2013 a 25 de março de 2014 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 03 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de novembro de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3293

PORTARIA Nº 3.293 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) FABIANA GONÇALVES PEREIRA durante o período de 23 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Rosa Branco para substituição de a Sra. Elizete Zanini Zarpe-lon em atestado médico.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 03 de novembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3294

PORTARIA Nº 3.294 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ADACIR LUIZ DE OLIVEIRA, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação referente aos períodos de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 24 (vinte) dias, a partir de 03 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3295

PORTARIA Nº 3.295 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NEI TESSER, Professor da Fundação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esporte, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 03 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3296

PORTARIA Nº 3.296 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) KENYA XAVIER FERREIRA, Arquiteta, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de novembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3297

PORTARIA Nº 3.297 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIANA ZARDO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretarias Municipal de Finanças, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 10 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de novembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3298

PORTARIA Nº 3.298 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELISABETH BARETTA, Professor Pós Graduado - cargo em extinção Nível II (Mestrado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esporte, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 10 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de novembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3299

PORTARIA Nº 3.299 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JULIO CESAR BISSANI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 19 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de novembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3300

PORTARIA Nº 3.300 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DIANE CARINA MATA-NA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 03 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3301

PORTARIA Nº 3.301 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure indícios de irregularidade na conduta da Associação de Judô referente a recursos do Bolsa Atleta, conforme relatório da Comissão de Análise do Bolsa Atleta instituída pela Resolução n.º 005//CME/2014, bem como, parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e alterações, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de novembro de 2014.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Lages

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO 18/2014**

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES / SC

Extrato do Contrato nº 18/2014

Vigência: 01/10/2014 / Vencimento: 30/09/2014 Pregão Presencial nº 07/2014

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, dos seguintes softwares e sistemas: Contabilidade Pública; Compras e Licitações; Patrimônio; Frotas; Folha de Pagamento; Recursos Humanos; Ponto eletrônico; Portal da Transparência; Relógio Ponto via internet, Estoque, bem como sua conversão, instalação, implantação, treinamento e suporte técnico nesses sistemas, cuja composição, características técnicas, quantidades e demais requisitos encontram-se descritos no ANEXO II do edital.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA (00.456.865/0001-67). Valor Total: R\$ 69.555,00 (sessenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais).

Lages/SC, 01/10/2014

Anilton Freitas

Presidente

EXTRATO DE CONTRATO 19/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES / SC

Extrato do Contrato nº 19/2014

Vigência: 04/10/2014 / Vencimento: 03/10/2014 Pregão Presencial nº 06/2014

Objeto: Constitui objeto deste Contrato a Prestação de serviços de vigilância humana patrimonial para segurança predial na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Lages/SC.

Contratado: AVESP AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA (16.717.401/0001-05). Valor Total: R\$ 124.039,92 (cento e vinte e quatro mil, trinta e nove reais e noventa e dois centavos)

Lages/SC, 04/10/2014

Anilton Freitas

Presidente

Lauro Muller**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO 189/2014 PMLM**

EXTRATO DE CONTRATO 189/2014 PMLM

Contrato 189/2014

Processo Licitatório nº 111/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 112/2014
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de material de iluminação publica para as festividades de natal.

Contratado: ELETRO MONTEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor: R\$ 15.596,00 (quinze mil quinhentos e noventa e seis reais).

Prazo de Vigência: 09/10/2014 à 31/12/2014

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 190/2014 PMLM

EXTRATO DE CONTRATO 190/2014 PMLM

Contrato 190/2014

Processo Licitatório nº 114/2014 - Dispensa de Licitação 114/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO MÃO DE OBRA PARA A REFORMA DE CASAS EM ESTADO CRÍTICO CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA DA COHAB CIDADÃO NO FORNECIMENTO DE MATERIAL.

Contratado: SILVIO RODRIGUES

Valor: R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta)

Prazo de Vigência: 16/10/2014 à 31/03/2015

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 191/2014 PMLM

EXTRATO DE CONTRATO 191/2014 PMLM

Contrato 191/2014

Processo Licitatório nº 112/2014 - Carta Convite 113/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RETIFICA DE MOTORES DE ONIBUS E CAMINHÕES PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL PARA EXERCICIO DE 2014

Contratado: AUTO PEÇAS E MECANICA DE BONA

Valor: R\$ 16.394,00 (dezesseis mil trezentos e noventa e quatro reais).

Prazo de Vigência: 23/10/2014 à 31/12/2014

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 192/2014 PMLM

EXTRATO DE CONTRATO 192/2014 PMLM

Contrato 192/2014

Processo Licitatório nº 112/2014 - Carta Convite 113/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RETIFICA DE MOTORES DE ONIBUS E CAMINHÕES PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL PARA EXERCICIO DE 2014

Contratado: MERCECRIL COMERCIO DE PEÇAS LTDA EPP

Valor: R\$ 15.036,84 (quinze mil trinta e seis reais e oitenta e

quatro centavos).

Prazo de Vigência: 23/10/2014 à 31/12/2014

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 73/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 73/2014 FMS

Contrato 73/2014

Processo Licitatório nº 38/2014 - Pregão Presencial 40/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de equipamentos e uniformes para reequipar do SAMU de Lauro Muller/SC., dentro das normas técnicas da ABNT, do fabricante e outras aplicáveis.

Contratado: BACKES CONFECÇÕES LTDA EPP

Valor: R\$ R\$ 5.740,00 (cinco mil setecentos e quarenta reais).

Prazo de Vigência: 9/10/2014 à 31/12/2014

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 74/2014 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 74/2014 FMS

Contrato 74/2014

Processo Licitatório nº 42/2014 - Pregão Presencial 44/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição 3 computadores para atendimento do Fundo Municipal de Saúde, conforme deliberação nº243/CIB/2014 da Secretaria de Estado de Saúde, Comissão Intergestores Bipartite, de acordo com as especificações da Portaria 2363/2013 da Superintendência de Vigilância em Saúde do Governo do Estado de Santa Catarina

Contratado: GABRIEL RICKEN NETO -ME

Valor: R\$ 6.174,00 (seis mil cento e setenta e quatro reais).

Prazo de Vigência: 30/10/2014 à 31/12/2014

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL 001/2014 AO CONTRATO 02/2014 FMS

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL 001/2014 AO CONTRATO 02/2014 FMS

Contrato Original: 102/2014

Processo Licitatório nº 1/2014 - Pregão presencial nº 1/2014

Objeto: : Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível, para manter a frota de veículos, maquinas e equipamentos pertencente ao Fundo Municipal de Saude durante o exercício de 2014.

Contratado: Rudipel Rudinick Petroleo LTDA

Valor: R\$ 6.375,00 (seis mil trezentos e setenta e cinco reais).

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº115/2014 - PMLM

PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº115/2014 - PMLM
PROCESSO Nº115/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que o certame agendado para dia 6 de novembro de 2014 às 10:00h esta prorrogado para a mesma data as 14:00hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de combustível (diesel e diesel S10) , para manutenção das estradas rurais de Lauro Muller, conforme condições fixadas no proposta 13760, programa de transferência nº2014003578 do Governo do Estado de Santa Catarina. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 3 de novembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

Lebon Régis**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº 84/2014**

EXTRATO CONTRATUAL Contrato Nº....: 84/2014

Contratante....: Município de Lebon Régis

Contratada.....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO.

Valor: R\$ 17.250,00.

Vigência: 01/10/2014 Término: 31/12/2014

Objeto: O presente contrato tem por objeto contratar os valores a serem repassados pelos Municípios Consorciados para o período de 01 de outubro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, para atender disposições da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 06 de agosto de 2014, bem como aos objetivos (art. 2º do Estatuto) e finalidades (art. 3º, II, b do Estatuto do COINCO) do COINCO relacionadas à gestão da coleta, destino, tratamento e reciclagem dos resíduos sólidos, líquidos e todos os outros que ameaçam ou degradam o meio ambiente.

Lebon Régis 29 de outubro de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 76/2014

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 76/2014
Dispensa DL12/2014

Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS - SC

Contratado: MARCOS PAULO CASSOL E CIA LTDA-EPP

Objeto: Fica alterada a cláusula décima do Contrato n. 76/2014 para Aditar o prazo do período de execução da obra em mais 60 dias, ou seja, fica prorrogado até 09/12/14 permanecendo a data da vigência do contrato, justificada pelo art. 57 da Lei 8.666/93.

Lebon Régis, 30 de Outubro de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

LEI N.º 1.100/2014

LEI N.º 1.100, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Terá o direito à Diárias disciplinadas nesta Lei, o Prefeito, o Vice-Prefeito Municipal, os Secretários Municipais, os Servidores de Cargos em Comissão, e os demais Servidores, quando em deslocamento para outras Cidades a serviço do Município.

Art. 2º A concessão de diárias será prévia e formalmente autorizada pelo ordenador de despesas ou por quem detenha delegação de competência.

§ 1º Será considerada Diária Completa a que incluir alimentação e pernoite.

§ 2º Será considerada Meia Diária, a que não incluir pernoite.

§ 3º Os deslocamentos inferiores a 4 (quatro) horas não darão direito ao recebimento de diária, apenas ao ressarcimento das despesas de alimentação através de adiantamento, com comprovação, quando disponível na respectiva secretaria;

§ 4º O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente;

§ 5º As despesas com pernoite e alimentação de agente público que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas;

§ 6º Nos deslocamentos, para outros Municípios, Estados ou Distrito Federal, o agente público fará jus ao recebimento de no máximo 12 (doze) diárias mensais, à título de indenização de despesas.

§ 7º Os valores das diárias, segundo a presente lei, são os que constam no Decreto nº 036/2014.

Art. 3º A solicitação da Diária será realizada previamente através da apresentação do Roteiro de Viagem, conforme modelo apresentado no Anexo I desta Lei. Neste deverão estar especificados os dados do servidor, data aproximada de saída e chegada, meio de transporte a ser utilizado, destino, detalhamento dos objetivos e justificativa da viagem e a quantidade de diárias que serão necessárias. A autorização pelo deslocamento e a concessão da diária ocorrerá após a formalização do pedido.

Parágrafo Único. A antecipação dos valores referentes à diárias solicitada será realizada ao agente público pelo setor de Tesouraria, condicionada ao preenchimento e entrega do Roteiro de Viagem, corretamente preenchido, previamente autorizado pela autoridade competente ou pelo Secretário de Administração Contabilidade e Finanças, preferencialmente repassado através de depósito bancário.

Art. 4º Os Servidores em Cargos Comissionados, constantes na

Legislação Municipal, quando necessitarem de diárias em serviço do Município, serão considerados os mesmos valores destinados aos demais servidores;

Art. 5º A prestação de contas de cada Diária será realizada por seu responsável, nos moldes da Instrução Normativa nº TC-14/2012 e suas alterações, sendo que para cada diária, o beneficiário deverá apresentar como comprovante preferencialmente os itens: I, II, e III.

I- O deslocamento, por autorização para utilização de veículo ou cópia do relatório de deslocamento de veículo, em caso de utilização de veículo oficial; bilhete de passagem ou comprovante de embarque.

II- A estada, mediante quaisquer dos documentos que comprovem despesas, tais como: nota fiscal de hospedagem, nota fiscal de alimentação, nota de abastecimento, ou outros, desde que comprovem a permanência no local;

III- O cumprimento do objetivo da viagem, pela apresentação de cópia da lista de presença da reunião ou missão; ofício protocolado; lista de frequência ou certificado; ou declaração de agente público quando em visitas à entidades e órgãos públicos, conforme anexo II desta Lei; outros documentos capazes de comprovar o objetivo da viagem.

Art. 6º O beneficiário deverá demonstrar que os recursos foram aplicados em conformidade com as leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes e nas finalidades a que se destinavam, por meio da respectiva prestação de contas. O Exame da Regularidade da prestação de contas será realizado mediante parecer emitido pela autoridade competente, pelo Auditor de Controle Interno e pela Autoridade Administrativa.

§ 1º A Prestação de contas deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 dias, a contar da data de concessão do benefício, atendendo plenamente aos objetivos e finalidades;

§ 2º Os documentos fiscais, para fins de comprovação da despesa deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, não podendo conter rasuras, emendas ou objetos sem especificações, devendo a comprovação estar em nome do seu responsável e identificando o ente público se possível;

§ 3º Prestações de contas de diárias que não comprovem obrigatoriamente o deslocamento, a estada e o cumprimento do objetivo da viagem não serão aprovadas, sob pena da devolução dos valores pelo responsável da solicitação, com correção monetária;

§ 4º O agente público municipal é obrigado a restituir integralmente aos cofres municipais, as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades;

§ 5º No caso de retorno antecipado, ou se, por qualquer circunstância não se realizar, o agente público restituirá o saldo ou a totalidade das diárias dentro do prazo de prestação de contas.

Art. 7º O valor da diária será automaticamente reajustado na mesma data e nos mesmos índices do reajustamento dos vencimentos e salários dos servidores municipais, ou através de Decreto, em situações adversas, quando estes apresentarem defasagem de custo, devendo ser devidamente comprovado e justificado.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogadas: a Lei Municipal nº 007/97, Lei Municipal 075/98 e Decreto Municipal nº 375/2004, e demais disposições contrárias.

Leoberto Leal, 03 de novembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014

TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de equipamentos de informática, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 014/2014. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 14 de novembro de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 03/11/2014.

VITOR NORBERTO ALVES

Secretário Municipal da Saúde.

Luzerna**PREFEITURA****DECRETO 1920**

DECRETO Nº 1920 de 31 de outubro de 2014.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2014".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º - Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no valor de R\$ 12.372,00 (doze mil, trezentos e setenta e dois reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2013, apurado nas Fontes abaixo descritas, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2014, atribuído às Atividades e Encargos Especiais:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.06.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 300 - Recursos Ordinários
..... R\$ 2.000,00

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.306.0043.2036 - Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 300 - Recursos Ordinários
..... R\$ 8.000,00

Atividade - 0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 300 - Recursos Ordinários
..... R\$ 2.372,00TOTAL SUPLEMENTADO
R\$ 12.372,00

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 31 de outubro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

DECRETO 1921

DECRETO Nº 1921 de 31 de outubro de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1076 de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada na sua totalidade, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA

Atividade - 1401.08.243.0022.2025 - Manutenção da Atividade de Amparo e Assistência à Criança e Adolescente e Contribuições

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 5.000,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA

Atividade - 1401.08.243.0022.2025 - Manutenção da Atividade de Amparo e Assistência à Criança e Adolescente e Contribuições

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 31 de outubro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 31/10/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 31/10/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.551,34
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.551,34
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.551,34
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	930,80
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	620,54

Luzerna, 03/11/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº4052

LEI MUNICIPAL Nº. 4052

DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 3.886, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2.012, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O § 2º do art. 3º da Lei nº. 3.886, de 21 de dezembro de 2.012 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º Caso a prestação do serviço de que trata esta Lei seja concedida a terceiros, o preço público será o constante do edital da licitação e reajustado a cada 30 (trinta) meses pela variação do INPC ou quando se demonstrar desequilíbrio econômico-financeiro.

Art. 2º Revoga-se o inciso III do art. 4º da Lei nº. 3.886, de 21 de dezembro de 2.012.

Art. 3º O § 2º do art. 5º da Lei nº. 3.886, de 21 de dezembro de 2.012 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º Para utilizar as vagas de estacionamento reservadas nos termos do presente artigo, os veículos deverão exibir a credencial que trata o art. 2º da Resolução nº. 304, de 18 de dezembro de 2.008 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN sobre o painel do veículo, ou em local visível para efeito de fiscalização, com a frente voltada para cima.

Art. 4º Inclui-se o parágrafo único ao art. 6º da Lei nº. 3.886, de 21 de dezembro de 2.012 com a seguinte redação:

Parágrafo único. Para utilizar as vagas de estacionamento reservadas nos termos do presente artigo, os veículos deverão exibir a credencial que trata o art. 2º da Resolução nº. 303, de 18 de dezembro de 2.008 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN sobre o painel do veículo, ou em local visível para efeito de fiscalização, com a frente voltada para cima.

Art. 5º O caput do art. 8º da Lei nº. 3.886, de 21 de dezembro de 2.012 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º Os usuários que estacionarem seus veículos em desacordo com o regulamentado especificamente pela sinalização local no tocante ao pagamento do preço público, desde que tenham respeitado o período máximo de permanência do veículo na vaga, conforme previsto no artigo anterior, serão notificados através do Aviso de Irregularidade e poderão proceder a regularização da situação dentro do prazo de 05 (cinco) dias na forma a ser estabelecida pelo Poder Executivo.

Art. 6º Inclui-se o §3º ao art. 8º da Lei nº. 3.886, de 21 de dezembro de 2.012 com a seguinte redação:

§ 3º Nenhuma medida punitiva poderá ser tomada contra o usuário antes de decorridos 15 (quinze) minutos.

Art. 7º O art. 12 da Lei nº. 3.886, de 21 de dezembro de 2.012

passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei até 31 de dezembro de 2014.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Mafra, 22 de outubro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2014

(NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, destinados as Unidades de Saúde através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 01/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 03 de novembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski

Pregoeiro Municipal

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL FMAS Nº 08/2014

Município de Marema - Fundo Municipal de Assistência Social - Pregão Presencial/FMAS n. 008/2014.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório/FMAS n. 008/2014 - Licitação na Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 008/2014, para aquisição de produtos de limpeza, alimentos e material didático. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 18/11/2014, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 18/11/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta-feira, das 07h00min às 13h00min, ainda pelo telefone (0xx49)33540222 e no Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 03 de novembro de 2014
MARCOS PEDRO BATISTEL
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

ERRATA 02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
PROCESSO SELETIVO N.º 003/2014

ERRATA 02

O MUNICÍPIO DE MELEIRO torna pública a retificação do Edital de Processo Seletivo nº 003/2014, para admissão em caráter temporário de vagas existentes e cadastro de reserva do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, no seguinte item:

ERRATA ITEM 02 - DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

ALTERAÇÃO: ÁREA 3 - Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano), acrescentando vaga para o Cargo de Professor de Geografia

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Professor Geografia	CR	40h	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena - Geografia Vencimento: R\$1.952,08 Não Habilitado – Certidão de frequência a partir da 1ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena-Geografia. Vencimento: R\$ 1.357,96

MELEIRO/SC, em 03 de Novembro de 2014.

JAIRO LUIZ CANELA
Secretária Municipal de Educação

Fica homologada a ERRATA 02 do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2014.

PORTARIA N.º 434/2014

PORTARIA n.º 434/2014
TRATA DO RETORNO DE LICENÇA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigo 87 e seguintes da Lei 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença por motivo de doença da família, a servidora ANDRÉIA DE CEZARO CAVALER PASINI - matrícula nº 359, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a

Portaria nº 417/2014.

Meleiro, 03 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 1325/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1325/2014 - Modalidade Tomada de Preços n. 012/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Tomada de Preços n. 012/2014, para EXECUÇÃO DA OBRA DE ACESSO À LINHA JANGUTA, MODELO - SC (PARTE), COMPREENDENDO OS SERVIÇOS E MATERIAIS CONFORME DISCRIMINADO NO ANEXO I DESTE EDITAL, DEVENDO SER EXECUTADOS E FORNECIDOS CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 19/11/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 03 de Novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 1324/2014

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1324/2014 - Modalidade Registro de Preços Pregão Presencial n. 042/2014

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Registro de Preços Pregão Presencial n. 042/2014, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA PARA IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIA AO "AR LIVRE", COM TODOS OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MATERIAIS NECESSÁRIOS INCLUSOS, CONFORME DESCRIÇÃO, CARACTERÍSTICAS, PRAZOS E DEMAIS OBRIGAÇÕES, E INFORMAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 14:00 do dia 14/11/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 03 de Novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇO FMS 046/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de REGISTRO DE PREÇO FMS 046/2014. Objeto: Aquisição de computadores serão utilizados para instalação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI), que possibilitará a obtenção de dados individuais sobre a situação vacinal por local de ocorrência, acarretando na melhoria da avaliação das coberturas, taxas de abandono e homogeneidades conforme indicador COAP, além de alimentar metas pactuadas no Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQAVS), conforme anexo. Data: 14/11/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

CARTA DE CONVOCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emilio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 31 de outubro de 2014

Ilma Sra
KARINA HENNING UHLMANN(CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO - 001/2013

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público Nº 001/2013, para o cargo de MÉDICO GINECOLOGISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emilio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 28 de outubro de 2014

Ilm Sr
PEDRO EVANDRO ALVIM DE FARIA(CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO - 001/2013

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público Nº 001/2013, para o cargo de MÉDICO CIRURGIÃO VASCULAR

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller

Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 28 de outubro de 2014

Ilm Sr

EMILIO WEINGRABER(CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO - 001/2013

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público Nº 001/2013, para o cargo de MÉDICO REUMATOLOGISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller

Diretoria em Gestão de R.H.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 42/2014 FMS (RETIFICADO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRENCIA Nº 42/2014 FMS

---retificado----

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES HOSPITALARES PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE NA AREA PARA ATENDIMENTO DE URGENCIA E EMERGENCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES E ATENDIMENTO AMBULATORIAL PARA ATENDER A DEMANDA DOS PACIENTES DO HOSPITAL NOSTRA SENHORA DOS NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. CONVÊNIO Nº 2014TR002733 SES/SC. Data da entrega dos envelopes: 19/12/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 19/12/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 03 de novembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES 002/2014

ATO 005/iobv/002/14/FMC

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL Nº 002/2014 DO CONCURSO PÚBLICO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo seletivo, torna público o que segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS, as inscrições deferidas do Concurso Público Edital 002/2014, conforme anexo I deste edital.

Navegantes, 03 de Novembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito Municipal

ANEXO I

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014 (FMC)

Técnico de Teatro - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação	Período Prova
1	11356	ANDREZZA KOSOSKI	15/07/1996	Deferido	Matutino
2	14180	CLEITON ROBERTO DOS SANTOS	01/02/1997	Deferido	Matutino
3	18869	FELIPE LUCIANO LAURÊNCIO DE SOUZA	08/08/1988	Deferido	Matutino
4	14509	ILTON DA ANUNCIAÇÃO CERQUEIRA	14/01/1994	Deferido	Matutino
5	18904	JUAREZ REZENDE ARAUJO	27/06/1960	Deferido	Matutino
6	18511	MARCELO ALVES DI JURA	20/06/1980	Deferido	Matutino
7	13408	NIVALDO JOSÉ KLOPP	21/08/1962	Deferido	Matutino
8	14160	RAFAELA CATARINA KINAS	19/06/1990	Deferido	Matutino
9	16121	RICARDO AURELIO CARBALLO DOMINGUES	26/12/1964	Deferido	Matutino
10	18984	SÂMELA CRISTINA RODRIGUES	11/12/1992	Deferido	Matutino
11	14876	THIAGO MARQUES DA SILVA	09/12/1986	Deferido	Matutino
12	20085	WILSON DE JESUS GUICHABEIRA	03/09/1977	Deferido	Matutino

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES 003/2014

ATO 005/iobv/003/14/FME

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL Nº 003/2014 DO CONCURSO PÚBLICO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS, as inscrições deferidas do Concurso Público Edital 002/2014, conforme anexo I deste edital.

Navegantes, 03 de Novembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO I

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2014 (FME)

Coordenador Técnico - Ensino Superior - vespertino

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9795	ALINE RITA DE BARROS	02/06/1987	Deferido
2	18019	EDER ALEXANDRE	04/08/1983	Deferido
3	12310	GABRIELA BOFF	14/05/1984	Deferido
4	9820	GERSON ADEMIR FAGUNDES	23/06/1970	Deferido
5	17686	RONALDO IDALGO	22/02/1974	Deferido
6	18187	ROSANGELA CORREIA RAIMUNDO	12/11/1977	Deferido
7	16227	SANDRA REGINA CAZARIN RODRIGUES	04/02/1972	Deferido
8	9743	THAMYS BOSSLE DA LUZ	18/11/1987	Deferido

Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (20h) - Ensino Superior - Vespertino

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16608	ADRIANA ROBERTA PALMEIRA	27/09/1985	Deferido
2	18042	ALESSANDRO GUERRA D AVILA	10/05/1973	Deferido
3	17344	ANDELON OLIVEIRA DOS SANTOS	12/06/1977	Deferido
4	16078	ANDRESSA MEIER	18/07/1992	Deferido
5	15175	DANIELE SOARES MENDONÇA MARQUES	27/06/1986	Deferido
6	19847	DIOGO SANTOS DO CARMO	29/05/1990	Deferido
7	14676	EVANDRO RODRIGO WEBER	08/08/1988	Deferido
8	10941	FREDERICO PEIXOTO FERREIRA NAKUI	04/01/1972	Deferido
9	15807	GERRI ADRIANI ROSA	27/01/1973	Deferido
10	12189	GILBERTO DA ROSA JUNIOR	26/08/1994	Deferido
11	16451	GILZA MENDES PASSOS	23/06/1981	Deferido
12	13238	GISELE DOS SANTOS	24/08/1983	Deferido
13	16675	JULIANA HARUMI NAKUI	09/06/1982	Deferido
14	14231	LEONARDO BOHNENBERGER	13/12/1995	Deferido

15	17223	MARLLON RAFAEL GLIXINSKI	03/08/1993	Deferido
16	18028	MICHELE PARIZOTTO D AVILA	01/10/1984	Deferido
17	18198	PABLO GONZÁLEZ LIMA	21/10/1976	Deferido
18	20192	PAULO HENRIQUE DE AZEVEDO	03/02/1983	Deferido
19	16980	RAFAEL RUFINO MARTINS	09/12/1990	Deferido
20	16884	RODRIGO DALTON FRUTUOSO	05/06/1987	Deferido
21	14163	THONY LEANDRO ARINS SOARES	09/04/1981	Deferido
22	11896	VANESSA CAROLINE FRANCO MIRANDA	27/10/1978	Deferido
23	11433	VICTOR FERNANDO SILVA PORTO DE SOUZA	30/03/1988	Deferido
24	9897	WALLACE BRUNO DE SOUZA	23/08/1991	Deferido

Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (40h) - Ensino Superior- vespertino

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16360	ALEXANDRE CORREA DOS SANTOS	25/11/1976	Deferido
2	16127	CÉLIA REGINA DA SILVA	26/08/1961	Deferido
3	16820	DANIEL BENEDET JUK	07/03/1980	Deferido
4	19302	DOUGLAS LUCIANO DA SILVA	18/08/1972	Deferido
5	9090	EDUARDO OLIVEIRA DE OLIVEIRA	14/01/1985	Deferido
6	19954	ELLEN KARINE FRANZ RODRIGUES	28/03/1983	Deferido
7	12263	FERNANDA GABRIELA GODRI	19/07/1991	Deferido
8	12038	GUILHERME AUGUSTO DE SOUZA	12/03/1991	Deferido
9	19831	JOÃO VICENTE VIEIRA BARCELLOS	01/09/1985	Deferido
10	13367	JOCIMARA MACHADO	03/07/1994	Deferido
11	16917	JONATHAN CESAR MAIA	10/07/1983	Deferido
12	19718	JULIANA GIOVANELLA	11/06/1990	Deferido
13	18490	JULIANA JOMES	05/04/1987	Deferido
14	19247	JULIO CESAR MENDES RIBAS	06/02/1967	Deferido
15	13802	MARIA ESTELA KUHN	14/03/1966	Deferido
16	9958	MARICLEIDE DOS SANTOS LAURINDO	06/02/1980	Deferido
17	18763	RAFAEL MARTINS	08/05/1991	Deferido
18	13952	THYAGO MILET DOS SANTOS	29/01/1984	Deferido

Técnico de Serviços Complementares - Ensino Médio - matutino

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14505	ANA PAULA KALENIK	31/12/1984	Deferido
2	19425	ANDRÉ LUIZ DA LUZ	04/11/1977	Deferido
3	15056	BRUNO FERNANDO ARAUJO DA SILVA	21/08/1982	Deferido
4	20025	DAVID SANTOS GOIS	15/03/1995	Deferido
5	17084	EDER GONZALEZ DO NASCIMENTO	03/09/1979	Deferido

6	20311	FABIA SIMONE DE AGUIAR	24/12/1974	Deferido
7	18318	MARCIUS EDNEI LAURINDO	13/11/1978	Deferido
8	18526	MARCOS SILVEIRA PINTO	09/02/1986	Deferido
9	11889	MARIA APARECIDA LEITE	24/11/1961	Deferido
10	14120	MARILDA DE LIMA	12/11/1988	Deferido
11	11772	IVALDO GEORG JUNIOR	25/12/1996	Deferido
12	18350	RAFAELA MACHADO ROSA	20/02/1991	Deferido
13	18343	ROBERTO COSTA	09/09/1980	Deferido
14	18280	SIDINEY VENTURA	16/10/1970	Deferido

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES 004/2014

ATO 006/iobv/004/14/FUMAN

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL Nº 004/2014 DO CONCURSO PÚBLICO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo seletivo, torna público o que segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS, as inscrições deferidas do Concurso Público Edital 002/2014, conforme anexo I deste edital.

Navegantes, 03 de Novembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO I

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2014 (FUMAN)

Analista Ambiental - Engenharia Agrônoma - Ensino Superior - vespertino

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10225	ADRIANO LUIZ FERNANDES	08/09/1979	Deferido
2	18781	ALAN FERREIRA MENDES	27/02/1990	Deferido
3	11675	ALEXANDRE PAULO SOARES	28/05/1974	Deferido
4	13429	ALINE EMA ALBERT	08/01/1983	Deferido
5	13324	ANA CRISTINA MANJABOSCO	07/09/1990	Deferido
6	17901	ANDRÉ LUIZ DE CAMPOS	20/02/1987	Deferido
7	14250	BRYAN DUANE DE OLIVEIRA MACHADO ROMERO	16/08/1987	Deferido
8	10417	CARLOS HENRIQUE SEDLACEK	22/07/1961	Deferido
9	11381	CLOVISSON MENOTTI BOEIRA DE OLIVEIRA	27/11/1980	Deferido
10	13105	CONRADO BERNARDI PETERSEN	04/01/1991	Deferido
11	13836	DARI ARAUJO TERCEIRO	04/08/1976	Deferido
12	12361	DIEGO CONTE	10/03/1993	Deferido
13	16097	DIEGO DEON GOBETTI	30/04/1990	Deferido

14	17830	DOLISETE LEVANDOSKI	11/09/1961	Deferido
15	9047	DOUGLAS ANDRÉ WÜRZ	05/06/1989	Deferido
16	10991	ELIZABETE CRISTINE BONADEU	23/08/1991	Deferido
17	9118	EOROCLITO ANTONIO TESSEROLI NETO	12/02/1981	Deferido
18	14444	ERIEL KUMINEK	06/09/1988	Deferido
19	8740	EVERSON LUIZ MARCHIORE	24/10/1977	Deferido
20	14237	EZEQUIEL MANENTI	09/11/1981	Deferido
21	11774	FERNANDO AUGUSTO TEIXEIRA RANGEL	14/09/1989	Deferido
22	16388	FLÁVIA REGINA DA COSTA	17/08/1988	Deferido
23	13447	GISELLE CRISTINA DOS SANTOS	17/04/1986	Deferido
24	18365	GUILHERME DONEDA ZANINI	04/05/1985	Deferido
25	14926	GUILHERME RAFFAELLI	26/09/1979	Deferido
26	13349	JAQUELINE MUNIZ GERBER	20/11/1989	Deferido
27	13548	JOÃO CAETANO NETO	01/12/1987	Deferido
28	8934	JOÃO PAULO ZACHARIAS PFEILSTICKER	24/02/1979	Deferido
29	11020	KARLA THAIS BARRETO	01/12/1990	Deferido
30	10988	LEANDRO SCHEIDE	07/02/1986	Deferido
31	20180	LEONAN DIEGO BUDAG	13/09/1989	Deferido
32	15687	LEONARDO SILVA PATTO	22/10/1985	Deferido
33	18551	LUIS ANTONIO REIS DA PORCIUNCULA	14/01/1958	Deferido
34	16977	LUIZ ANGELO FILLUS	09/05/1963	Deferido
35	17358	LUSIANY KÜSTER CORREA	05/10/1985	Deferido
36	19723	MARCO SEGALLA PRAZERES	21/04/1991	Deferido
37	10390	MARCOS LEANDRO DOS SANTOS	09/03/1984	Deferido
38	15356	MARCOS RODOLFO GOETTEN	13/09/1991	Deferido
39	17174	MARCOS ZALESKI DE MATOS	24/01/1984	Deferido
40	10615	MARLUN FLORI JUNGES	30/04/1985	Deferido
41	11927	MATINE MARCO ANDRE-OLLA	07/03/1972	Deferido
42	15731	MAURO ROOS EICHLER	03/11/1951	Deferido
43	19536	PAULO CÉSAR SCHLICHTING	03/08/1963	Deferido
44	13869	PEDRO OTÁVIO DE MELLO FELIPE	22/04/1978	Deferido
45	17159	RICARDO KULKAMP DA SILVA	21/12/1985	Deferido
46	18396	RICARDO PEREIRA	27/12/1985	Deferido
47	18550	RICARDO ROSSO BAPTISTELLA	22/08/1983	Deferido
48	17547	ROBERT LANG	23/03/1969	Deferido
49	15074	ROBERTO SUSUMU WADA	18/11/1965	Deferido
50	20259	RODOLFO PIMENTA AUGUSTINHO DOS SANTOS	21/05/1987	Deferido
51	16991	RODRIGO RAMOS BOSO	12/11/1981	Deferido
52	18244	RODRIGO WOITECHEN	05/09/1989	Deferido
53	19756	ROGÉRIO COELHO	29/09/1969	Deferido
54	12221	SAMARA ALVES TESTONI	17/03/1988	Deferido

55	13565	SIDNEI ÉVERTON ANDRIC	02/09/1968	Deferido
56	16931	SILVIO FRITZ FILHO	08/01/1983	Deferido
57	10347	VALDIR LUCHEZI JUNIOR	15/11/1981	Deferido
58	19318	VANDERSON RIBEIRO FERREIRA	14/07/1972	Deferido
59	19090	VANESSA FERREIRA DE DEUS	03/04/1989	Deferido
60	16558	VERA LUCIA CARNEIRO LUZ KUBASKI	01/02/1978	Deferido
61	10583	VINICIUS RAFAEL SAN-SANA	17/07/1977	Deferido
62	19651	WALMIR VIEIRA WOLFF JUNIOR	17/06/1981	Deferido
63	10823	WILLIAM FLORIANI	08/12/1986	Deferido
64	15468	WILLIAN LUCRECIO	06/09/1985	Deferido

Analista Ambiental - Engenharia Ambiental - Ensino Superior- ves-
pertino

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9068	AICHHA CAROLINA PE-REIRA	15/08/1991	Deferido
2	9912	ALEXANDRE DA COSTA LEITE	29/04/1988	Deferido
3	17722	ALINE ANTUNES	20/06/1984	Deferido
4	13120	ANA CAROLINA DUMA CORREIA	25/08/1984	Deferido
5	18881	ANDERSON LUIS MULLER	29/07/1975	Deferido
6	11691	ANGELO EDUARDO SO-ARES	05/12/1990	Deferido
7	19985	BRUNO DOS SANTOS SOLHEID	14/09/1985	Deferido
8	17953	CAROLINA MENEGAZ	11/06/1983	Deferido
9	15206	CAROLINA SARAMENTO DE SOUZA	22/03/1993	Deferido
10	19385	CAROLINE DE MOURA	22/04/1985	Deferido
11	9483	CATIA CIRLENE FELIPI	01/04/1977	Deferido
12	12858	CÁSSIO TAMOGAMI	17/02/1990	Deferido
13	13421	CHARLES MICHELON BALDIN	24/11/1990	Deferido
14	16880	CLAUDIA REGINA PAZINI	20/12/1991	Deferido
15	13873	CLEUDIMAR GRIEBLER	21/11/1987	Deferido
16	13123	CRISTIANA GIER DELLA ROCCA	30/07/1988	Deferido
17	9377	DANIELA DOS SANTOS VASQUEZ CARBALLO	07/04/1993	Deferido
18	12006	DANIELA FACHINI	30/05/1982	Deferido
19	14597	DENIS EUGENIO VIEIRA BRAGA	06/02/1990	Deferido
20	17336	DIEGO ALAN DIEHL	30/12/1985	Deferido
21	16896	DIEGO HINTERHOLZ	30/01/1990	Deferido
22	16668	DIEGO MATHEUS CASA-GRANDA	03/09/1990	Deferido
23	12350	DOUGLAS BONATO MORINI	10/09/1990	Deferido
24	16304	DRUSKO DA CUNHA CO-VCEVICH	09/05/1986	Deferido
25	12435	EDUARDA DE CASTRO	15/01/1992	Deferido
26	19660	EDUARDO JAKES CUBAS	09/03/1988	Deferido
27	18668	ELIZANDRA ALVES MUNIZ	09/04/1990	Deferido

28	19474	ELOISA MARIA DOS REIS DOS SANTOS	16/06/1985	Deferido
29	18029	ESTEVÃO POLIS	25/01/1989	Deferido
30	12944	EVANDER FISTAROL	26/01/1990	Deferido
31	19969	EVANDRO CELSO DA SILVA	09/04/1991	Deferido
32	11661	FABIANE DELLA FLORA OLGUIN	21/12/1991	Deferido
33	10618	FELIPE AUGUSTO LOTTI	10/09/1990	Deferido
34	14641	FELIPE EMMANUEL QUEI-ROZ	15/11/1989	Deferido
35	15504	FELIPE LISCHKA SAMPAIO	16/01/1985	Deferido
36	17419	FELIPE SOUZA FAGUNDES	24/08/1990	Deferido
37	11041	FERNANDA BUBNIAK SCHRAMM	07/01/1982	Deferido
38	19062	FERNANDA FELLER DAL-SASSO	04/06/1984	Deferido
39	9438	FERNANDA PAULO DE OLIVEIRA	04/05/1990	Deferido
40	20077	FILIFE GABRIEL DELMO-NEGO	25/12/1987	Deferido
41	16242	FRANCINE SCHMOELLER	15/06/1992	Deferido
42	14001	FRANCIS BARP REIS	03/10/1989	Deferido
43	19343	FRANCISCO RAFAEL SILVÉ-RIO RODRIGUES	14/02/1991	Deferido
44	13087	GABRIELA FABER	16/03/1989	Deferido
45	13492	GABRIELA LAMIM	09/03/1992	Deferido
46	12236	GABRIELA TRAVISANI PEREIRA	16/01/1989	Deferido
47	14796	GEORGIANA BOSSARDI RISSARDI	27/03/1989	Deferido
48	11101	GIANN THIAGO MORO	19/03/1988	Deferido
49	10356	GIOVANE BRUNO KRIESER	13/11/1991	Deferido
50	11679	GIOVANI SILVEIRA LAZZA-RETTI	13/12/1990	Deferido
51	14372	GRACY KELLY FAESSER	12/11/1990	Deferido
52	12639	GUILHERME PARTALA	22/03/1990	Deferido
53	12587	GUSTAVO JOSÉ DEIBLER ZAMBRANO	04/08/1986	Deferido
54	15791	HUGO KOITI SUZUKI	23/02/1990	Deferido
55	15139	IAN DE LIMA RIBEIRO	23/10/1988	Deferido
56	18743	IVANA LAÍS DA CONCEI-ÇÃO	16/02/1989	Deferido
57	13899	JADER DE MATOS	07/11/1985	Deferido
58	12063	JEAN RAFAEL NEGRI	10/04/1986	Deferido
59	14848	JEFERSON KRAPP	07/01/1988	Deferido
60	16732	JOÃO JAIR DOS SANTOS	21/12/1977	Deferido
61	17926	JOICE TAVARES DA FON-SECA	24/07/1986	Deferido
62	17541	JORDANA WIELENS GO-CHINSKI	27/01/1992	Deferido
63	16898	JULIANA MOREIRA DA SILVA	11/09/1983	Deferido
64	14292	KAMILA GUIMARÃES DA SILVA	25/03/1991	Deferido
65	9172	KATIANE PIERRE LEAL	11/12/1988	Deferido
66	10246	LAÍS ASSINI	01/06/1990	Deferido
67	12388	LEANDRO FREITAS	08/05/1990	Deferido
68	17719	LEONARDO DA FONSECA BRANDÃO	09/05/1989	Deferido
69	9339	LETICIA TOMAZI	07/05/1991	Deferido

70	13267	LIARA ROTTA PADILHA SCHETINGER	07/10/1991	Deferido
71	18283	LUIZ FERNANDO BROETTO	27/01/1989	Deferido
72	8766	MARCELA INÁCIO DA SILVA	17/04/1982	Deferido
73	14034	MARIA CAROLINA CAMPESTRINI	21/02/1984	Deferido
74	14943	MARIANA ANGELITA MOISES	18/05/1991	Deferido
75	19136	MARIANA BARBOSA DRUSCZ	24/12/1987	Deferido
76	17872	MARIELLI DEBIASI ORBEN	12/10/1991	Deferido
77	19654	MARINA MONTIBELLER BIASUZ	01/10/1990	Deferido
78	18501	MARIO SERGIO STEFANI FILHO	21/05/1981	Deferido
79	15071	MAYARA PEREIRA SILVA	01/05/1989	Deferido
80	20005	MAYRA MATSUME ISHIKAWA	26/08/1990	Deferido
81	18760	MOISÉS SILVA DOS SANTOS	07/07/1968	Deferido
82	15829	MURILO FERNANDES	20/02/1990	Deferido
83	12834	NATHANA HOLZ	21/09/1990	Deferido
84	15598	NICOLE JEANNE REGO GRUBHOFFER	14/05/1987	Deferido
85	16035	PATRÍCIA MÜLLER SCUZZIATO	02/05/1990	Deferido
86	19145	PATRÍCIA RECH	27/09/1991	Deferido
87	15631	PEDRO RODRIGUES DE ANDRADE	16/11/1990	Deferido
88	18665	PRISCILA ONO LINCZENDER	09/01/1984	Deferido
89	14914	PRISCILA ROSETE DE SOUSA	05/05/1991	Deferido
90	16737	RAFAEL ALEXANDRE DE OLIVEIRA	23/09/1982	Deferido
91	18672	RAPHAEL CATARINA	30/12/1985	Deferido
92	20129	REGINALDA DE LIMA	02/03/1968	Deferido
93	10182	RENATA HOEPERS	10/06/1991	Deferido
94	14257	RENATO SEIXAS PICININI	21/03/1985	Deferido
95	11634	RICARDO DE OLIVEIRA SCHMELING	01/09/1989	Deferido
96	10011	RICARDO LEANDRO ANDRIOLLI CUTRIM COSTA	27/09/1978	Deferido
97	15176	RICHARDSON RAIZER	17/12/1977	Deferido
98	8835	RONIA FIUSA	08/04/1990	Deferido
99	19635	SAMUEL ROBSON PINTO	20/11/1981	Deferido
100	10230	SILVIA DANIELA SALVADORI	19/12/1984	Deferido
101	10611	TAMIRES KOGA DE CARVALHO	12/06/1990	Deferido
102	11481	TÁBATA SEVEGNANI BILUK	18/06/1988	Deferido
103	9866	THAMY REGINA REISER PFEILSTICKER	19/05/1984	Deferido
104	17183	THIAGO SCHERER DOSSO	19/06/1985	Deferido
105	12034	THYAGO TROCILO ARAUJO	17/02/1989	Deferido
106	11736	TIAGO CIDRAL FRANCISCO	07/11/1990	Deferido
107	12294	TIAGO FELIPE PAYÃO	30/12/1987	Deferido
108	13787	VICTOR LUIS PADILHA	06/02/1993	Deferido
109	19854	VILSON LUIZ FERREIRA NATEL JUNIOR	22/09/1988	Deferido

110	12721	VINÍCIUS POLI	10/12/1985	Deferido
111	18276	VINICIUS DIAS GOUVEIA	20/03/1990	Deferido
112	12029	WENDY CRISTINA STAVARENGO LOPES	04/05/1986	Deferido

Analista Ambiental - Engenharia de Agrimensura - Ensino Superior- vespertino

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18603	ARNALDO PASSOS DE QUEIRÓZ	04/01/1989	Deferido
2	15432	CRISTIANO CARDOSO DA SILVA	09/03/1986	Deferido
3	16047	CRISTOPHER CHRISTMANN	18/05/1988	Deferido
4	18782	JEFFERSON DE FARIA	14/10/1983	Deferido
5	12253	MARCO AURÉLIO PAULA	13/11/1982	Deferido
6	19632	PAULO FERNANDO SQUIZZATO	03/12/1964	Deferido
7	10089	PÂMELA ANDRESSA LUNELLI	24/12/1990	Deferido
8	15069	ZENILTON JOSE CORREA	02/04/1962	Deferido

Analista Ambiental - Engenharia Sanitária - Ensino Superior- vespertino

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14286	ADAUTO JUSTI FOLTRAN	03/05/1982	Deferido
2	10049	ALEXANDRE ARAUJO SANTOS CAMARGO PEREIRA	23/03/1989	Deferido
3	15042	BERENICE VIEIRA FERRARI	03/04/1966	Deferido
4	11148	BRUNA LUISA BONI	27/05/1991	Deferido
5	15072	CARLA TOGNATO DE OLIVEIRA	23/09/1987	Deferido
6	12243	CARLOS SENGHER JUNIOR	12/12/1973	Deferido
7	19462	CLEITON ALVARO GIL	12/03/1979	Deferido
8	11323	CRISTIANE LISBOA GIROLLETTI	25/01/1985	Deferido
9	17032	DANUBIA CARINA CRESPI	09/01/1983	Deferido
10	12037	EDUARDO HENRIQUE RIBEIRO	23/12/1989	Deferido
11	9778	EDUARDO PAULY FERNANDES	24/07/1991	Deferido
12	18458	FELIPE GAUTÉRIO LEAL	14/08/1983	Deferido
13	8928	FELIPPE LUIZ DALPIAZ	02/06/1993	Deferido
14	15378	FERNANDO RESENDE FENELON	30/07/1981	Deferido
15	12056	GABRIELA BRIZOLA SILVA	01/08/1983	Deferido
16	17355	GUSTAVO COUTINHO ROSA	22/08/1989	Deferido
17	17375	JAQUELINE BOTTAMELLI	19/05/1989	Deferido
18	12912	JOANA MELLER SILVA	10/09/1990	Deferido
19	17337	JOSÉ CAVALHEIRO NETO	12/05/1992	Deferido
20	17077	JULIANA DO CARMO	23/08/1986	Deferido
21	16642	KATYNARA GOEDERT	18/01/1990	Deferido
22	13645	LEANDRO DE SOUZA	01/01/1984	Deferido
23	19512	LEONARDO RHODEN RECH	05/02/1989	Deferido
24	10695	LUIZ CARLOS DIAS JUNIOR	05/03/1989	Deferido
25	20191	LUIZ PAULO DOS SANTOS CAMPOS	04/03/1988	Deferido

26	16438	MARCELO SELEME MATIAS	21/02/1988	Deferido
27	13998	MARCUS VINICIUS TABELÃO PILOTTO	07/05/1990	Deferido
28	18195	MARIANA HAMMERSCHMITT ECCO	24/06/1989	Deferido
29	14518	MARIANE HAACK	28/08/1987	Deferido
30	13931	MARILIA OFFEMANN SKOWRONSKI	22/11/1989	Deferido
31	18116	MATHEUS ZAGUINI FRANCISCO	14/07/1986	Deferido
32	19229	NATÁLIA ZIMMERMANN BOARETTO	22/10/1990	Deferido
33	9822	ODILON TEODORO JUNIOR	16/03/1988	Deferido
34	19354	RENATO JOSÉ HORSTMANN FILHO	12/10/1992	Deferido
35	13109	SAMAN BELIZARIO	21/09/1989	Deferido
36	11521	VIVIANE CRISTINA HOLLER	05/01/1992	Deferido

Analista Ambiental - Geologia - Ensino Superior- vespertino

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12712	ANDREA LUIZA MAZETTO PESCH	06/03/1988	Deferido
2	9925	ANGELA BORGES	10/05/1970	Deferido
3	10683	BRUNO HENRIQUE JANIANKI	17/09/1991	Deferido
4	11288	CARLOS JOSE SOBRINHO DA SILVEIRA	23/12/1987	Deferido
5	14805	DANIEL OYARZABAL MENDES	28/12/1988	Deferido
6	15057	DANIEL THEODORO GOETZE	30/07/1987	Deferido
7	8983	FABRICIO NASCIMENTO FRAGA	04/11/1978	Deferido
8	18599	FRANCISCO GOMES WAMBAR	15/02/1979	Deferido
9	14894	GABRIEL AUGUSTO TÔRRES PINTO	14/09/1989	Deferido
10	11640	GABRIEL SANTOS DA MOTA	13/06/1988	Deferido
11	19476	GUSTAVO KOHLER PEDRASSANI	09/04/1990	Deferido
12	13111	HERMES AUGUSTO DE OLIVEIRA BARBOZA	18/08/1981	Deferido
13	18126	IGOR GERMANO PAVEZI	02/08/1984	Deferido
14	12593	ISMAEL ROBSON COMPOS PEREIRA	19/12/1983	Deferido
15	17195	JULIANO BERTHOLDI RAPP	22/11/1986	Deferido
16	11815	KÉSIA CRISTINA OLIVEIRA FREIRE	21/11/1982	Deferido
17	19613	LILIAN ROCKENBACH RAMOS	02/07/1990	Deferido
18	18827	LUCIANA SILVEIRA LEAL BRAGA	02/03/1975	Deferido
19	9478	MANUELA PINHEIRO FERREIRA	21/04/1988	Deferido
20	9724	MICHAEL DE MELLO OLIVEIRA	07/08/1979	Deferido
21	9904	NICOLE TAME YAMAGUTT	04/06/1986	Deferido
22	9832	RAFAEL DA SILVA MORAES	05/06/1989	Deferido

23	11579	RODRIGO MATRANGOLO BUSTAMANTE	15/04/1978	Deferido
24	11974	SUZANE BERALDIN	05/08/1989	Deferido
25	13647	TIAGO LAIBIDA TOLENTINO	12/12/1988	Deferido
26	14053	VICTOR LUIZ FERREIRA MOZZER	12/04/1989	Deferido

Analista Ambiental - Medicina Veterinária - Ensino Superior- vespertino

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19541	ADAELCIO CAMUZZATO	26/01/1978	Deferido
2	19859	ADRIANA DAUBERMANN	11/01/1990	Deferido
3	19911	ALEXANDRE MOTTA SIMÕES COSTA	30/08/1982	Deferido
4	16981	ALEXSANDRO LUIZ SIMON	27/04/1987	Deferido
5	17578	ALINE DIEFENBACH GOMES	21/04/1984	Deferido
6	14578	ANA CLÁUDIA KONOPKA PETERS	05/01/1988	Deferido
7	19390	ANDERSON VASSINIEVSKI RIBEIRO	19/07/1990	Deferido
8	9139	ANDRÉ LUIZ FRARE	18/05/1980	Deferido
9	17004	ANDREIA RODRIGUES LEMES	18/04/1989	Deferido
10	17687	ANDREIA SENISKI SILVA	22/01/1992	Deferido
11	9626	ANNA PAULA MARTINS DE CARVALHO	28/02/1986	Deferido
12	14283	ANTONIO ROMAN VANZ	03/10/1991	Deferido
13	14484	BÁRBARA CRISTINA MATTER	03/02/1986	Deferido
14	13315	BRUNA JEINE NAISSER	26/07/1992	Deferido
15	17075	CAMILA MUNIZ NODARI	02/04/1985	Deferido
16	13082	CAMILA ULLER DE BRITTO	14/11/1989	Deferido
17	11080	CAMILA BIRENBAUM NOBILE	08/06/1981	Deferido
18	12761	CARLOS FLORIANO DOS SANTOS	22/06/1988	Deferido
19	20018	CAROLINE MELLO	19/11/1986	Deferido
20	11712	CRISTIANE MARA SILVA DA COSTA	29/12/1984	Deferido
21	13719	CRISTINA DE PAULA	26/08/1989	Deferido
22	16610	DANIEL SANTOS PAIM	21/08/1986	Deferido
23	18518	DANIELE RAMOS DE LIMA	12/03/1991	Deferido
24	10969	DANIELE SIMÕES DA SILVA	06/10/1984	Deferido
25	10913	DANIELLA CAROLINE GAYA BALDANÇA	06/04/1990	Deferido
26	18564	EBERSON BATISTA DOS SANTOS MOREIRA	08/10/1988	Deferido
27	19538	EDISMAIR CARVALHO GARCIA	25/08/1983	Deferido
28	17736	EDUARDO OLSSON	08/02/1990	Deferido
29	9508	ELIZANGELA FAGUNDES REIS FORCHESATTO	21/03/1985	Deferido
30	18639	FABIANA CRISTINA KRETZER	08/05/1987	Deferido

31	15585	FERNANDA ABREU CAMARGO	23/10/1991	Deferido
32	10024	FERNANDA EUCLYDES TAVARES	12/12/1989	Deferido
33	12489	GISÉLICA DE CÁSSIA GUERINI PADOVAN	11/01/1985	Deferido
34	13360	HANNAH LIA ETTIENE PERUCH LEMOS DOS SANTOS	01/02/1988	Deferido
35	16206	HEITOR REMONTI TROMBINI	28/02/1973	Deferido
36	11097	HILTON LUIZ OURIQUES	23/11/1980	Deferido
37	10622	ISADORA RIBEIRO KANDER	11/04/1987	Deferido
38	17720	JANINE ZIMMERMANN	16/05/1991	Deferido
39	12968	JESSICA PEREIRA DE SOUZA	25/11/1990	Deferido
40	16164	JOEL HENRIQUE MICHELS DANTAS	15/06/1986	Deferido
41	19991	JOSE MIGUEL CODAGNONI	07/04/1980	Deferido
42	8741	JOSEANE MENEGATTI	27/12/1989	Deferido
43	17861	JULIANA DOMINONI	14/06/1987	Deferido
44	11212	KARLAN PIAZERA ZIMDARS	10/04/1972	Deferido
45	19060	LEONARDO BENASSI DE BORBA	15/05/1986	Deferido
46	17728	LIVIA MARIA GOMES SIMÕES SILVÉRIO	13/06/1988	Deferido
47	20292	LUANA TALITA RIBEIRO	12/06/1988	Deferido
48	17500	MARCELO PADILHA	10/12/1980	Deferido
49	10569	MARIA FERNANDA PASSOS DE ALMEIDA	03/08/1988	Deferido
50	9324	MARSAL VALERO BORGES DA COSTA	18/01/1982	Deferido
51	14645	MONICA REGINA DE MATOS	01/08/1991	Deferido
52	12462	NATANE TIMIDATI	26/05/1990	Deferido
53	20174	NATHALIA ANDERSON CALOMENO	02/11/1990	Deferido
54	11865	PAMELA MARINA PELLIZZARI	10/07/1985	Deferido
55	11673	PAMELLA MEDEIROS ARRUDA	15/04/1988	Deferido
56	19524	PAULO AFONSO RAMOS RIBEIRO FILHO	27/08/1985	Deferido
57	11465	PAULO KINCHESKI BUNN	10/11/1984	Deferido
58	18912	RAFAEL VERZOLA PERES DE LIMA	03/11/1987	Deferido
59	9193	RAFAELA MIRANDA FORESTI	31/10/1986	Deferido
60	10608	RODRIGO FISCHER	23/12/1979	Deferido
61	11915	ROGERIO FROZZA	19/02/1977	Deferido
62	11979	RUBEN OSVALDO MARTINEZ SANTANA	12/10/1954	Deferido
63	15709	SIMONE CONTERNO	17/09/1977	Deferido
64	12905	TATIANE CALEFFO	15/09/1986	Deferido
65	19311	THAYRINE MINUZZI	12/03/1991	Deferido
66	12796	VALERIA MARTINS	13/03/1986	Deferido
67	19996	VICTOR HUGO BERNARDONI	27/06/1972	Deferido
68	13524	ZULEIKA FERNANDES	24/02/1988	Deferido

Fiscal Ambiental - Ensino Médio- matutino

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19126	ALESSANDRA ANDRADE PATRILLO	01/08/1990	Deferido
2	9732	ALESSANDRA CARDOSO	21/01/1995	Deferido
3	10997	ALFONSO GAMBA	19/10/1965	Deferido
4	19747	ALINE BEZERRA FRANKLIN	04/01/1985	Deferido
5	17879	ANA CAROLINE SOUZA MARTINS	15/09/1984	Deferido
6	13797	ANA PATRICIA VIEIRA	30/03/1989	Deferido
7	16390	ANDRÉ RODRIGUES GONÇALVES NETO	25/06/1991	Deferido
8	10454	ANDRÉA MARA KRAETZER	25/03/1979	Deferido
9	19435	ANDRE GUILHERME GARCIA	12/02/1991	Deferido
10	19610	AROLD CESAR BITTENCOURT JUNIOR	21/04/1966	Deferido
11	13063	AUGUSTO JOSÉ FRANCISCO PEREIRA	03/03/1993	Deferido
12	12415	AXEL MIGUEL VOLANI	08/05/1994	Deferido
13	18685	BRUNO GABRIEL PEREZ ROCHA	05/10/1993	Deferido
14	10421	BRUNO ISENSEE VARGAS	26/07/1993	Deferido
15	14513	CAROLINE INTHURN	23/08/1988	Deferido
16	17623	CINDY MORAES DE MEDEIROS	31/07/1993	Deferido
17	12767	CRISTIANO CHIMKA	20/06/1984	Deferido
18	14263	CRISTIANO ROGERIO KOCHENBORGER	12/03/1986	Deferido
19	11950	DANIEL MOREIRA DA SILVA SANTOS	04/09/1985	Deferido
20	11340	DANIELA DOMINGUES PADILHA	16/01/1993	Deferido
21	18793	DEBORA JEREMIAS DOS SANTOS DE FARIA	25/09/1987	Deferido
22	13928	DILCEU CAMPOS DA ROSA	01/09/1977	Deferido
23	11743	ELTON PAULI NASCIMENTO	06/05/1994	Deferido
24	18455	ERCIO JOÃO BEBER	18/02/1962	Deferido
25	18849	ERMINIO BIANCHI	06/08/1990	Deferido
26	10813	EVANDRA LUIZA COUTO	02/04/1995	Deferido
27	19909	FABIANA APARECIDA DA SILVA	01/12/1986	Deferido
28	17758	FILIPPE DA SILVA SOARES	29/05/1981	Deferido
29	20247	FRANCIELE MARTINS	17/08/1988	Deferido
30	18582	GABRIEL DA SILVA CERQUEIRA MOREIRA	12/01/1983	Deferido
31	13059	GABRIELA SCHOLANTE DELABARY	13/08/1986	Deferido
32	17282	GISELE HELOISA SILVANO XAVIER	20/03/1985	Deferido
33	19731	GISLANE APARECIDA FERNANDES DA SILVA	03/03/1980	Deferido
34	9229	GISLIANE APARECIDA DE GOES DO NASCIMENTO	12/02/1989	Deferido
35	16324	GUILHERME CESAR CHRISTINO DA SILVA	15/06/1996	Deferido
36	14633	GUILHERME GODOY MACHADO	03/02/1982	Deferido

37	19817	HARLLEM ROBERT SANTOS	08/10/1982	Deferido
38	11492	HEVERTON SAIMON CORDEIRO	17/09/1987	Deferido
39	9108	IVAN CARLOS FERREIRA	27/06/1988	Deferido
40	13326	JAIR ANTONIO QUEIROS JUNIOS	27/01/1994	Deferido
41	11199	JAYNA MARIA DE SIQUEIRA RANGEL	21/05/1996	Deferido
42	16601	JEAN PAULO BAITTINGER GARCIA	28/07/1994	Deferido
43	18540	JOÃO EMILIO REINERT GONÇALVES	13/12/1985	Deferido
44	13057	JOSI MARI DE OLIVEIRA DIAS	07/02/1979	Deferido
45	19986	LEANDRA SILVEIRA CARLOS	12/10/1979	Deferido
46	19366	LETICIA DA SILVA MEDEIROS	26/04/1988	Deferido
47	10252	LIUZ CARLOS DE CHAGAS	08/01/1974	Deferido
48	16743	LORENZO AUGUSTO PIRES BELLOTTO	28/07/1984	Deferido
49	13737	LUANA DE OLIVEIRA METZGER	29/04/1994	Deferido
50	9974	LUCAS CALTON BERTOLI SILVA	14/05/1994	Deferido
51	17258	LUCAS DE ANDRADE MONTEIRO	12/12/1983	Deferido
52	8888	LUCINEI TRINDADE DO ROSARIO CAMANA	09/02/1974	Deferido
53	16506	LUIZ ANTONIO SANTOS	01/05/1964	Deferido
54	18461	MAIKOL LABA DA COSTA	09/02/1975	Deferido
55	9996	MARCOS ANTONIO MULLER NETO	14/08/1987	Deferido
56	19226	MARCOS DE OLIVEIRA DAS CHAGAS	04/07/1994	Deferido
57	11922	MARIANA CARDOSO DE OLIVEIRA	13/10/1989	Deferido
58	20132	MARINA ALVES DE OLIVEIRA	25/06/1965	Deferido
59	16149	MAURICIO SILVA	15/10/1962	Deferido
60	15848	MAYCKON DE SOUZA	29/08/1981	Deferido
61	17896	MAYELY GUZATTI PARIZOTTO	05/07/1995	Deferido
62	18737	MICHELLE FLORIPES DAS CHAGAS GARCEZ	06/11/1983	Deferido
63	10496	MURIEL VARGAS PAVANI	04/01/1990	Deferido
64	15572	PALOMA REGINA DE OLIVEIRA PATT	06/10/1988	Deferido
65	12473	PAULINE LUZIA ZASTROW REINERT FONTENELE	12/08/1989	Deferido
66	15282	PAULO FERNANDO SIMÃOZINHO	17/03/1986	Deferido
67	19074	PAULO VITOR DOS SANTOS	26/05/1965	Deferido
68	11699	PRISCILA FLORES DA LUZ	12/08/1986	Deferido
69	15563	RAFAEL MEIRELLES SEZERBAN	19/04/1988	Deferido
70	16560	RAFAEL SCHREIBER DE SOUZA	03/01/1990	Deferido
71	12011	RENATO GASPERI	19/12/2059	Deferido
72	14287	RENATO PEREIRA MACIEL	24/03/1985	Deferido
73	13130	RICARDO CURT BARTEL	26/06/1990	Deferido

74	13102	RICHARD MANOEL LESSA VIEIRA	07/03/1995	Deferido
75	18004	ROSANA APARECIDA RIBEIRO DE OLIVEIRA	20/10/1982	Deferido
76	17574	ROSANA GONÇALVES	24/02/1979	Deferido
77	19668	SILVANE DAS GRAÇAS MARIM	03/11/1980	Deferido
78	10302	SILVIA LETICIA DOS SANTOS	08/08/1988	Deferido
79	10954	SIMONE GONÇALVES BEZERRA ARTENCIO	26/05/1988	Deferido
80	12831	SIMONE VIEIRA DOS SANTOS	27/06/1988	Deferido
81	9750	SIRLEI ASSI VELOSO	31/12/1986	Deferido
82	12690	TATIANE GESSI CAVALHEIRO	26/10/1983	Deferido
83	19196	THIAGO ANTONIO RUPP	19/08/1990	Deferido
84	9413	THIAGO ESDRAS RODRIGUES LIMA	29/10/1983	Deferido
85	11802	TUANI APARECIDA FISCHER	29/05/1993	Deferido
86	13611	VANIA VALCI POLICARPO DE OLIVEIRA	28/05/1984	Deferido
87	9865	WLADEMIR AURÉLIO CÂNDIDO	26/09/1970	Deferido

Procurador Fundacional - Ensino Superior- vespertino

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14083	ADRIANO DOS SANTOS ALMEIDA	28/09/1979	Deferido
2	19600	ALESSANDRA FOGAÇA BATTISTI	06/04/1981	Deferido
3	18580	ALEXANDRE CARVALHO BRIGIDO	13/07/1975	Deferido
4	17653	ALIATAN RIBEIRO DE SOUZA	03/09/1985	Deferido
5	18177	ANA PAULA DAVEDOVICZ	29/06/1974	Deferido
6	12026	ANA PAULA KONJUNSKI	21/04/1986	Deferido
7	12209	ANDERSON DENIS PERIN	01/03/1985	Deferido
8	19236	ANDRÉIA WEIDGENANT SOUZA	22/04/1988	Deferido
9	13151	ANDRESSA GISELLE COUTO	28/01/1980	Deferido
10	20028	ANGELINA PEREIRA	05/02/1983	Deferido
11	20138	ANTONIONI LUCAS COSTA MAGALHÃES	02/08/1986	Deferido
12	10908	BRUNA SILVA DE SOUZA	25/06/1990	Deferido
13	16832	CAMILA MORAES VIEIRA	30/10/1991	Deferido
14	11191	CARLA MYLAINE DE CAMARGO	01/11/1983	Deferido
15	14639	CARLOS VINÍCIUS GOUTART RECK	09/06/1978	Deferido
16	13676	CÁTIA CRISTINA DA MOTA MARTINS DE SOUZA	17/09/1970	Deferido
17	12548	CLAUDIA HULLER	07/01/1991	Deferido
18	11164	CLAUDIA RIBEIRO FOGAÇA	30/08/1969	Deferido
19	12129	CRISTIANO MILET BRANDAO	17/09/1975	Deferido

20	10996	DANIELA PATRICIA PINTO DOS SANTOS	27/04/1979	Deferido
21	12662	EDUARDO JULIANO REBELO	14/07/1977	Deferido
22	18935	ELAINE DECKER	16/07/1990	Deferido
23	20010	ELIZANDRÉIA LUZIA	20/02/1979	Deferido
24	15858	ELOISA TALINI	24/12/1990	Deferido
25	10696	EMANUELA VIEIRA DE ARAUJO SCHELL	20/10/1982	Deferido
26	10759	FABIOLA DE REZENDE NÉSPULO	07/09/1985	Deferido
27	19116	FELIPE CARLOS DOS RIOS	19/09/1986	Deferido
28	12047	FELIPE DUARTE MACHADO	23/12/1986	Deferido
29	14651	FERNANDO GOMES DE FAVERI	05/04/1990	Deferido
30	17203	FERNANDO RABE CAON	10/10/1990	Deferido
31	20210	GABRIELLE CIOCCARI	15/09/1987	Deferido
32	20327	GIRLEI LEMES DA CRUZ	13/01/1982	Deferido
33	17941	GRAZIANE LIEBEL	14/04/1987	Deferido
34	19759	HALLAN GRUDSINSKE WEBBER	09/09/1986	Deferido
35	19631	IULI DA CUNHA CESCHIN	12/03/1987	Deferido
36	18454	JACSON LUIZ PINTO	10/09/1973	Deferido
37	8805	JESSICA PASCOAL DA SILVA	31/08/1991	Deferido
38	10623	JOAO GABRIEL SALAU DO NASCIMENTO	11/08/1979	Deferido
39	19202	JOÃO MARCELO BORELLI MACHADO	08/04/1975	Deferido
40	16147	JOÃO OTÁVIO BOZZI	27/02/1971	Deferido
41	19152	JORGE HENRIQUE TOFFOLO	18/11/1968	Deferido
42	11662	JOSÉ ANTONIO COELHO RIBEIRO	18/12/1980	Deferido
43	12368	JOSÉ PAULO WEIDE	06/01/1982	Deferido
44	16159	KAMILA SESTREM MELIM	17/01/1990	Deferido
45	17273	KAREL MARIK	01/06/1979	Deferido
46	14103	KHALIL NAJJAR	27/03/1989	Deferido
47	20008	LAIANA REGINA SOARES	03/10/1988	Deferido
48	9095	LELAYNE THAYSE FLAUSINO	09/11/1984	Deferido
49	17795	LISIANY FERRARI NUNES	17/06/1988	Deferido
50	19087	LOUISE PEDRO BOM	24/09/1988	Deferido
51	18119	LUANA FREITAS DA ROSA	21/04/1987	Deferido
52	17785	LUCILAINE IGNACIO DA SILVA	20/04/1971	Deferido
53	18210	LUIZA MUELLER JENICHEN	28/06/1989	Deferido
54	12187	LUMA DOS SANTOS CAMPOS	03/02/1991	Deferido
55	13319	MAGALI ZUCHI	13/10/1982	Deferido
56	9845	MAIRON ATILIO ARCENO	07/01/1987	Deferido
57	11253	MARCELO CZARNOBAI	07/03/1979	Deferido
58	19643	MARCO AURÉLIO MACEDO NEVES	23/08/1973	Deferido
59	10224	MARIANI REGINA DA SILVA	15/12/1990	Deferido
60	15754	MATHEUS SEHN KORTING	16/05/1987	Deferido

61	8756	MICHAEL RICARDO BECK	10/01/1985	Deferido
62	18974	NAIDI NÁGILA ESPINDOLA	13/04/1982	Deferido
63	15294	NATHALIA DA ROCHA FABRE	03/03/1990	Deferido
64	20300	NELZILENE ZIMERMANN CASSIANO	29/05/1989	Deferido
65	10528	NUBIA DE MACENA	27/06/1983	Deferido
66	16843	PATRÍCIA CARDOSO MARTINS	19/08/1981	Deferido
67	18586	PRISCILA CRISTINA KALEF	09/07/1988	Deferido
68	10388	PRISCILLA MACUCO FERREIRA	02/04/1986	Deferido
69	12698	RAFAELA BERGER DE SOUZA BATSCHAUER	15/07/1982	Deferido
70	15380	RALF ADRIANO MARTINS	10/10/1985	Deferido
71	19638	RAQUEL BENDER	21/01/1991	Deferido
72	18479	ROGER AUGUSTO BERNARDI	15/11/1983	Deferido
73	14756	ROSINÉIA DE FÁTIMA BIANCHESSI SAUER	18/09/1964	Deferido
74	11883	SABRINE SANTOS DE SOUZA BESEN FLORIANI	23/08/1983	Deferido
75	16807	SAMIRA BIRCK DE MEZEZES	13/11/1987	Deferido
76	19648	SIDNEY GABRIEL	12/11/1989	Deferido
77	20012	SILVIA DEEKE CACHOEIRA DE OLIVEIRA	11/12/1980	Deferido
78	9642	SILVIA REGINA DE SOUZA RIBEIRO GAMBA	27/04/1972	Deferido
79	17580	SONIA CRISTINA VOLPE	24/11/1973	Deferido
80	9647	STEFANI JULIANA VOGEL	13/11/1986	Deferido
81	19109	TANARA CRISTIANE NOGUEIRA	12/07/1978	Deferido
82	10935	TAYLOR FELIZARI	08/02/1988	Deferido
83	15568	TAYMARA MONTEIRO GIOTTO	09/11/1989	Deferido
84	9287	THIAGO MOURA FURTADO	06/05/1989	Deferido
85	13556	TIAGO ROPELATTO MACEDO	07/03/1984	Deferido
86	19834	TIARAJU FRANCISCO TRINDADE	20/09/1982	Deferido
87	19788	UBIRATAN MORLO BARRETO	28/05/1960	Deferido
88	15827	VILMAR GAEDTKE JUNIOR	22/04/1988	Deferido
89	19716	WILLIAMS AUGUSTO PESCADOR	27/07/1980	Deferido

Técnico de Serviços Complementares - Ensino Médio - matutino

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11084	MAURICIO BENTO DE MIRANDA	01/02/1995	Deferido
2	9793	PATRÍCIA ROSEMARLI GEORG	06/07/1983	Deferido
3	17864	REGINA PINHEIRO LEAL NUNES	04/07/1977	Deferido

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES 005/2014

ATO 008/iobv/005/14/PS

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL Nº 005/2014
DO PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS, as inscrições deferidas do Concurso Público Edital 002/2014, conforme anexo I deste edital.

Navegantes, 03 de Novembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO I
ATO 008/iobv/005/14/PS

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DO EDITAL Nº 005/2014
DO PROCESSO SELETIVO

Agente Comunitário de Saúde ESF - Ensino Médio-

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17091	ADRIANA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS	11/12/1984	Deferido
2	19572	ALBERTO VIEIRA RODRIGUES	19/10/1956	Deferido
3	10000	ANA MARIA BETTONI QUEIROZ	14/09/1987	Deferido
4	17078	ANA MARIA DEMANTOVA	03/05/1955	Deferido
5	10966	ANDREIA DO CARMO BORGES DOLESKI	08/10/1971	Deferido
6	19304	ANDREIA FELISBINO GENEROSO	08/03/1991	Deferido
7	10689	ANILDO ALADIR SCHAEFFER GONÇALVES	01/05/1979	Deferido
8	9110	CAMILA COUCEIRO PAGANI	06/02/1997	Deferido
9	13917	CARINA DA SILVA PEZATTI	03/05/1989	Deferido
10	13034	CARLOS ALBERTO MOURA SANTOS	17/04/1959	Deferido
11	14279	CLAUDIA DANI NATALINO SANT ANA	13/03/1976	Deferido
12	19253	CRISTIANE BASTOS DE ALMEIDA	30/01/1974	Deferido
13	11748	DAIANE MAZILDA ANACLETO NASCIMENTO	12/04/1988	Deferido
14	14729	DIANA MARQUES KEMPER PEREIRA	20/12/1989	Deferido
15	19228	EDINETE DE BRITO BARBOSA	17/04/1990	Deferido
16	9648	ELAINE GONÇALVES MACIEL	15/03/1985	Deferido
17	13376	ELISETTE BARBOSA DE SOUZA	16/07/1980	Deferido
18	19738	ELISETTE DUARTE BOMFIM	08/08/1975	Deferido
19	12196	ERNILZA DOS SANTOS LESSA	26/10/1967	Deferido
20	17400	FLÁVIA OLIVEIRA RICARDO	13/02/1979	Deferido
21	8851	FRANCIELE DA LUZ	18/05/1995	Deferido

22	13734	FRANCIELI ALINE SETTI	30/05/1987	Deferido
23	17390	HELANI RICARDO DE SOUZA	20/12/1973	Deferido
24	8806	HELOÍSA DE SOUZA GARCIA	29/10/1958	Deferido
25	18701	IEDA MARILIA NAVARRO COELHO	29/04/2004	Deferido
26	12070	JACQUELINE BARBOSA DA SILVA	25/02/1970	Deferido
27	16291	JOCELEIA TERESINHA MENSCH	01/04/1980	Deferido
28	12289	KÁTIA MARTINS FERREIRA	30/09/1981	Deferido
29	17890	KELLINGER DA SILVA	29/04/1975	Deferido
30	11201	KELLY SILVA DA ROSA	11/02/1987	Deferido
31	19913	LENI SILVA DESTRO	21/09/1956	Deferido
32	14552	LIDIANE CELINI DE AVIZ SCHONE	29/07/1990	Deferido
33	16986	LIDIANE CRISTINE CAMILO	18/12/1985	Deferido
34	12981	LORENI DE FATIMA CARDOSO	18/01/1970	Deferido
35	17112	LUCIANA MARQUES	06/11/1980	Deferido
36	18986	LUIZ HENRIQUE REUTER VIEIRA	23/06/1971	Deferido
37	17166	MANOEL FRANCISCO RODRIGUES	27/08/1959	Deferido
38	19683	MARCIA REGINA ARDIGO	22/02/1969	Deferido
39	18689	MARCOS FABRICIO ROSETTI BITTENCOURT	31/10/1988	Deferido
40	9096	MARIA APARECIDA CHAVES BADARO	06/02/1974	Deferido
41	8800	MARIA JÚLIA PLOTEGHER	29/08/1955	Deferido
42	18593	MARINA MAAS	21/11/1979	Deferido
43	14682	MAYRA NATALE SANTOS RODRIGUES	09/07/1990	Deferido
44	20239	MICHELLE DE KASSIA BERNARDINO	12/11/1984	Deferido
45	15195	MIRIAM DIAS DOS SANTOS MARIA	31/03/1967	Deferido
46	18219	MIRIAM LEAL	05/08/1986	Deferido
47	11448	REGIANE INES BRAZ	10/04/1991	Deferido
48	14071	RITA DE CASSIA DELTETO LIMA	12/08/1976	Deferido
49	14271	ROGERIO SANT ANA	30/07/1966	Deferido
50	13916	RONALDO LUIS OLEGARIO	02/04/1965	Deferido
51	13214	ROSANE APARECIDA LAMEGA	15/09/1964	Deferido
52	15225	ROSANGELA APARECIDA TERRA MOTA	20/12/1961	Deferido
53	16537	ROSILETE DOZOL	13/07/1978	Deferido
54	12692	TATIANE GESSI CAVALHEIRO	26/10/1983	Deferido
55	16975	TATIANE RASSWEILER	11/10/1988	Deferido
56	10004	TATIANI MEDEIROS	06/10/1978	Deferido
57	8783	TEREZA SCHROEDER	02/01/1955	Deferido
58	17409	THAÍS RICARDO DE SOUZA	02/10/1991	Deferido
59	19097	THALES LUIZ COSTA	15/08/1984	Deferido
60	19344	VALDECIR PIVATO CERQUEIRA	08/06/1957	Deferido

61	17054	VERIDIANA LUVIELMO DA CRUZ	10/03/1989	Deferido
62	20226	WULY VIEIRA MARTINS	25/02/1993	Deferido
63	17293	YARA DE FIGUEIREDO	02/12/1962	Deferido

Agente de Combate às Endemias - Ensino Médio

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11226	JOSE MARCELO SILVA DE OLIVEIRA	29/05/1976	Deferido

Agente de Educação (20h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11689	ALBERTINA KUNTZ VIEIRA DA SILVA	14/03/1974	Deferido
2	10808	ANA PAULA DE OLIVEIRA	16/11/1983	Deferido
3	10790	ANDREIA DA SILVA OLIMPIO	08/03/1988	Deferido
4	12336	ANGELA BRANGRATES	28/02/1992	Deferido
5	9522	ANGELA ROVER LEAL	26/04/1976	Deferido
6	18983	ARIANA DA SILVA MARTINS	21/10/1983	Deferido
7	11318	ÉDINA DE MIRANDA	15/11/1984	Deferido
8	16497	BRUNA LEAL	13/01/1997	Deferido
9	9765	CARLA CHRISTIANE PEREIRA DA SILVA	02/09/1984	Deferido
10	14986	CAROLINA BASCHTA	07/09/1988	Deferido
11	12424	CAROLINE SOUZA SANTOS	08/12/1986	Deferido
12	13014	CELIA MARIA DE LEMOS	05/03/1966	Deferido
13	10177	CHRISTIANE DOS SANTOS	22/08/1979	Deferido
14	12825	CHRISTIANE GAMBIN	24/04/1995	Deferido
15	19916	CLAUDETE ALVES BARBOSA MAFRA	15/03/1973	Deferido
16	16646	CLAUDIA FERREIRA DE SOUSA	26/03/1972	Deferido
17	19224	CRISTIANE IRENE FRANCISCO	14/11/1979	Deferido
18	18225	DANIELA CORRÊA DA SILVA MELLO	04/12/1977	Deferido
19	18036	DANIELE DA SILVA CARDOSO FLORES	13/09/1993	Deferido
20	10704	DÉBORA SCHUELTER	28/06/1994	Deferido
21	16672	DENISE APARECIDA NASCIMENTO	29/04/1974	Deferido
22	16466	DEVANIR MARIA ZAMARIOLA	21/10/1954	Deferido
23	13844	ELAINE ANCINI DOS SANTOS	12/11/1985	Deferido
24	20200	ELAINE CRISTINA VASTRES	05/01/1986	Deferido
25	18724	ELIANE BORB COUTO	01/06/1966	Deferido
26	17229	ELISANDRA PAULINA	28/11/1989	Deferido
27	12406	EVA MARIA ALVES SILVA	14/09/1971	Deferido
28	13312	GABRIELA AUACHE CORTES PEREIRA	06/09/1990	Deferido
29	19409	GENILDA NEPOMUCENO PEREIRA	15/05/1982	Deferido
30	14097	GIANINE LÍGIA BITTENCOURT	20/12/1957	Deferido

31	19497	GILMARA FATIMA DOS SANTOS	10/10/1977	Deferido
32	12335	GISELY CUSTODIO DOS SANTOS	26/10/1985	Deferido
33	13314	IANAIANA MARQUES DE LIMA	21/12/1992	Deferido
34	9901	IVANI DE BORBA	10/03/1952	Deferido
35	17309	IVONETE IRACEMA DA SILVA	04/10/1982	Deferido
36	10063	IZABEL CRISTINA DO NASCIMENTO MARTINI	22/02/1987	Deferido
37	13159	JANAINA MUNIZ	24/07/1982	Deferido
38	18304	JANE APARECIDA MARQUES DOS SANTOS	30/11/1973	Deferido
39	11750	JAQUELINE RITA CELISTA	29/11/1990	Deferido
40	15266	JAQUELINE SUZANA DE SOUZA	13/05/1972	Deferido
41	10538	JEANNINE FERREIRA BOING DA SILVA	29/10/1992	Deferido
42	20031	JOAO PEDRO LEMOS BUCHALLA	19/08/1996	Deferido
43	11851	JOSÉ MIRALDO DOS SANTOS JUNIOR	14/05/1986	Deferido
44	16330	JOSIANE APARECIDA GUIDI MAGAROTTO	29/07/1980	Deferido
45	15369	JOSIANE DA CUNHA MARTINS FELICIO	08/04/1982	Deferido
46	10701	KARIN CRISTINE WESTERKAMP DE CARVALHO SALVINI	04/07/1978	Deferido
47	13454	LEANDRA REGEANE RIBEIRO SOUTO	18/11/1978	Deferido
48	18542	LETICIA ALVES JURADO	04/05/1973	Deferido
49	19687	LIDIANE BILK	30/10/1989	Deferido
50	18414	LUCIANA DESCHAMPS	17/03/1971	Deferido
51	13519	LUIZ GUSTAVO SAES AGULHARI	16/07/1995	Deferido
52	20067	MAINGRA REGINA FAUSTO	23/12/1988	Deferido
53	18662	MARGIT APARECIDA DA SILVA	12/06/1960	Deferido
54	14176	MARIA CECILIA PIOLLA SEARA	17/05/1960	Deferido
55	11899	MARIA DOLORES EHLERS	21/06/1960	Deferido
56	9142	MARIA GISELI DA SILVA	06/02/1988	Deferido
57	15008	MARIA GORETTI DUPLAA SOARES	15/10/1965	Deferido
58	19234	MARICELIA DIAS GUIMARAES VIEIRA	12/08/1970	Deferido
59	16459	MARILEI APARECIDA GOMES RIBEIRO	24/06/1978	Deferido
60	9532	MARILIN MOREIRA	23/08/1976	Deferido
61	12141	MIRIAN MARIA GESSER DE MATTOS	06/07/1983	Deferido
62	10532	NELZI NELI INACIO BITTENCOURT	20/08/1981	Deferido
63	16866	NORAIDES JUSTINO DE FREITAS	02/09/1957	Deferido
64	19895	PATRICIA HINSCHING ALVES BARBOSA	18/04/1969	Deferido
65	17098	PATRICIA RODRIGUES TAVARES	28/01/1977	Deferido
66	14157	RAFAELA KERTICHKA PEREIRA	04/07/1987	Deferido

67	19598	ROSANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS CARREIRA	13/03/1964	Deferido
68	9335	ROSELI CORRÊA DE ALMEIDA	26/08/1964	Deferido
69	16770	ROSEMARI APARECIDA RAMOS NASCIMENTO	03/09/1962	Deferido
70	15286	ROZELITA DOS SANTOS	07/07/1988	Deferido
71	15016	SANDRA LUZIA BARBOSA DE OLIVEIRA	01/12/1973	Deferido
72	9834	SILVANIA NARCIZA SAGAS MARTINS	05/10/1973	Deferido
73	10664	SIMONE RUBIA CABRAL FREITAS	09/09/1970	Deferido
74	19235	SONIA MARIA DA SILVA	13/04/1980	Deferido
75	9774	SUELEN CAMACHO	10/03/1991	Deferido
76	20099	SUELI DA APARECIDA SOUZA	28/07/1965	Deferido
77	20322	TATIANA DANTAS LOUREIRO	23/08/1983	Deferido
78	9387	TATIANA RIBEIRO VILELA CAMARGO	10/04/1973	Deferido
79	14256	VANIA MARIA DE ALMEIDA	10/09/1957	Deferido
80	16588	VIVIANE ALVES FERNANDES PEREIRA DE OLIVEIRA	13/06/1988	Deferido
81	16260	ZENILDA CANDIDO	21/09/1958	Deferido
82	17233	ZILDA GAYA DA SILVA	20/10/1961	Deferido

Agente de Educação (30h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18683	ADRIANI MEDEIROS DA SILVA MANGRICH	11/03/1976	Deferido
2	10077	ANDRÉ FELIPE VIEIRA	27/12/1985	Deferido
3	9259	ANDRESSA MARIA DE SANTI PAHISSA	29/05/1995	Deferido
4	13551	ANDRIA FRÖMMING	30/09/1982	Deferido
5	9436	BIANCA PATRICIO	16/06/1991	Deferido
6	8775	CLEUZA APARECIDA GOMES	18/01/1981	Deferido
7	16299	DEISI APARECIDA AMARO	12/01/1989	Deferido
8	13557	DOLISETE RAIMUNDO	02/08/1971	Deferido
9	20116	DRIELI CRISTINA LEBKUCHEN FERRAZ	03/05/1990	Deferido
10	10067	ELAINE PEREIRA	06/12/1981	Deferido
11	12426	ELEN CRISTINA CRIZ DE JESUS	16/10/1987	Deferido
12	8961	FRANCIELI EMER LOCOTTI	10/08/1987	Deferido
13	9616	FRANCIELI EMILIO DE SOUZA	28/09/1988	Deferido
14	11067	FRANCINE KREUSCH	07/01/1986	Deferido
15	17787	GABRIEL MATEUS BENTO MIGUEL	30/03/1995	Deferido
16	11267	GISELI DO NASCIMENTO	31/05/1994	Deferido
17	10593	GLAIS DOS SANTOS	28/06/1991	Deferido
18	19657	IZETE ZIMMERMANN PORFÍRIO	07/03/1964	Deferido
19	16728	JANAINA CAMPOS DA LUZ HENRIQUE	17/03/1983	Deferido
20	12369	JANETE MENEZES DO AMARAL	27/04/1970	Deferido

21	19768	JESSICA HELOISE DA SILVA CORDEIRO	30/12/1989	Deferido
22	15555	JOSIANE ALVES DE MIRANDA	10/11/1979	Deferido
23	19272	KAREN SUZANE RODRIGUES JERONIMO	10/11/1992	Deferido
24	16298	LORHAN MICHEL PÊGO LOPES	27/12/1994	Deferido
25	16912	LUCIEIDE CONCARI	04/02/1996	Deferido
26	18394	MAIARA CRISTINA VIEIRA	17/12/1990	Deferido
27	18321	MANUELA RIBEIRO SABADINI DE MORAIS	23/07/1983	Deferido
28	15068	MARCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	08/03/1979	Deferido
29	19750	MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	05/11/1961	Deferido
30	9450	MARLENE RIBEIRO PEDROSO	14/09/1970	Deferido
31	14054	ODILENE DE AUGUSTINHO	15/12/1978	Deferido
32	13941	PATRICIA BONIFACIO NHEDEBASKI	11/10/1978	Deferido
33	16393	PRISCILA FLORES DA LUZ	12/08/1986	Deferido
34	17227	PRISCILA LEMOS	11/08/1988	Deferido
35	15114	RAPHAELA NOÊMIA DUTRA	26/08/1989	Deferido
36	10135	RAQUEL DIOMAR ALVES	15/06/1981	Deferido
37	20285	REGINA FERNANDES DE OLIVEIRA	20/11/1962	Deferido
38	17847	ROSEANE DE SOUZA	13/03/1977	Deferido
39	17663	SABRINA DA SILVA MANGRICH	06/06/1995	Deferido
40	17732	SELMA REGINA RODRIGUES	17/12/1993	Deferido
41	16295	SIMONE DO ROCIO CARVALHO	27/06/2014	Deferido
42	11850	TABITA RIBEIRO DA SILVA PINTO	28/09/1989	Deferido

Agente de Educação (40h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17158	ALESSANDRO LUIS GAIK	29/09/1988	Deferido
2	10514	ALONY DE OLIVEIRA	02/04/1988	Deferido
3	9428	ANA CAROLINA ROSA	19/08/1994	Deferido
4	19664	ANA FLÁVIA ZIMMERMANN PORFÍRIO	12/07/1996	Deferido
5	17436	ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS	08/07/1991	Deferido
6	9715	ANDRÉ FELIPE DA COSTA	09/12/1993	Deferido
7	19630	ANDRÉ SANTANA ALMEIDA DO CARMO	20/12/1981	Deferido
8	9246	ANDREA RAMOS	12/09/1969	Deferido
9	11580	ANNA LUCIA DA SILVA PEREIRA	05/01/1970	Deferido
10	18320	ARIANA ZIMMERMANN RÉGIS PROPODOSKI	07/11/1983	Deferido
11	20064	BÁRBARA CARMINE GALVEZ DIAS	11/03/1984	Deferido
12	12992	BIANCA FERREIRA DA SILVA	13/09/1994	Deferido
13	9325	BRENDA CAROLINE GOUDY SCHON	02/01/1993	Deferido

14	11741	BRUNA EDUARDA NAGEL	15/11/1992	Deferido
15	9817	CARLOS SILVANO DE OLIVEIRA	05/12/1983	Deferido
16	12733	CARMEN NELSI WILBERT	16/02/1978	Deferido
17	9457	CLAUDINE TOLENTINO DE SOUZA	11/10/1989	Deferido
18	16700	CLEDINEI APARECIDA FERREIRA	26/12/1974	Deferido
19	9375	CRISTIANE DE BORBA	29/12/1963	Deferido
20	18954	CRISTIANE ZIMMERMANN	27/03/1968	Deferido
21	19306	EDILENE NEUSA DE SOUZA	15/06/1991	Deferido
22	14836	EDNILÇA PAULO DA SILVA VICENTE	02/02/1970	Deferido
23	20155	ELENI LUZIA AUGUSTO MACIEL	05/12/1956	Deferido
24	19217	ELISANGELA JACOB	18/05/1976	Deferido
25	19058	ERIMAR FRANCISCO	19/12/1960	Deferido
26	18115	FERNANDA CRISTINA MACHADO GOMES	24/01/1993	Deferido
27	17007	FRANCIELLE GONÇALVES MATOS BISPO	18/07/1990	Deferido
28	17090	FRANCISCA JOELMA RIBEIRO TEIXEIRA	05/08/1970	Deferido
29	16541	FRANCISCA SORAIA BRUNO DOS SANTOS SOUSA	25/04/1987	Deferido
30	17126	HELEN CRISTINA DE SOUZA	25/08/1991	Deferido
31	16480	INES PIRES DOS SANTOS	25/04/1983	Deferido
32	9758	IRACI DE OLIVEIRA PILAR	17/11/1968	Deferido
33	9446	JEFERSON ANDRE PEREIRA	19/03/1987	Deferido
34	9035	JESSICA MORGANA CRISPIM	26/11/1988	Deferido
35	9881	JUCELY MARTINS	09/07/1991	Deferido
36	10085	JULIANA ARDIGO GAI-DARJI	28/01/1986	Deferido
37	20201	KATHERINE NOGUEIRA MACHADO	23/11/1990	Deferido
38	12329	KETLIN SCHMITT	08/12/1994	Deferido
39	11379	LAIS PEREIRA DA SILVA	25/01/1994	Deferido
40	15151	LAIZ CRISTINA BEBER	09/06/1993	Deferido
41	19107	LIDIANE SOUZA DA SILVA	12/11/1987	Deferido
42	9810	LINDAMAR DOS SANTOS RODRIGUES	01/02/1967	Deferido
43	17421	LUCIELE SERAFIM PEDROSO	28/01/1997	Deferido
44	9969	MAIARA CRISTINA PACHECO	16/08/1989	Deferido
45	16706	MAIK ANACLETO LUCREZIA	28/12/1992	Deferido
46	13245	MANOEL DE LIMA E SILVA	25/12/1951	Deferido
47	13445	MARCOS DIAS MENEGHEL	05/12/1993	Deferido
48	11629	MARILIA LIRA DE SOUZA	08/05/1994	Deferido
49	16741	MILENA DE PONTES FREITAS	09/05/1988	Deferido
50	14799	MIRIAM VIEIRA	24/03/1980	Deferido
51	17151	MIRIAN BALOK SANT ANNA	03/01/1972	Deferido
52	9719	MIRIAN RODRIGUES	27/05/1982	Deferido
53	11052	OTAVIO CHAVES NETO	23/01/1993	Deferido

54	17422	PRISCILA MELCHERT VIEIRA	25/02/1982	Deferido
55	19231	REGIANE GONÇALVES	22/11/1983	Deferido
56	18607	ROBERTA SUAVI	17/12/1995	Deferido
57	12014	ROSA MARIA DA SILVA	22/01/1967	Deferido
58	11914	SAMARA REGINA DE MELLO	11/12/1990	Deferido
59	12598	SOLANGE APARECIDA CAETANO	14/08/1987	Deferido
60	12740	SORAIA CRISTINA DOS SANTOS	31/12/2067	Deferido
61	9033	TAISE DE AUGUSTINHO	08/05/1995	Deferido
62	20270	TAMAR VICENTE ALVES DE MORAES	15/04/1988	Deferido
63	17250	TAMARA LUZ DOMINGOS	11/07/1993	Deferido
64	16278	TÂNIA LILIANE PEREIRA	31/01/1982	Deferido
65	14142	TÂNIA MARA FRANCEZ	26/09/1969	Deferido
66	10515	VANESSA CARDOZO OURIQUES	18/12/1983	Deferido
67	15242	VILMA ARAUJO PORTO SCHAEFER	01/04/1949	Deferido
68	18373	WAGNER ALMEIDA ROSA	29/05/1955	Deferido
69	12972	ZULMIRA GOMES	03/07/1979	Deferido

Agente de Serviços de Serviços Gerais-Educação - Alfabetizado

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11919	ALESSANDRA DE CARVALHO SILVA	10/03/1992	Deferido
2	12225	ALINE SILVERIO DOS SANTOS	12/05/1989	Deferido
3	19666	ANA AMÉLIA DE SOUZA PINHEIRO	10/02/1980	Deferido
4	13354	ANA PAULA DA SILVA	11/03/1994	Deferido
5	12926	ANA PAULA FREITAS DA SILVEIRA	12/06/1986	Deferido
6	17248	ANASTACIA BERNADETE HERMES ARAGAO	14/10/1969	Deferido
7	15317	ANDRÉA SILENE DOS PASSOS BITTENCOURT	29/06/1973	Deferido
8	11011	ANDREIA PRESTES	24/01/1991	Deferido
9	10361	ANDRESA CRUZ DE OLIVEIRA	03/03/1981	Deferido
10	13543	ANGELA MARIA DA SILVA LOPES	20/08/1985	Deferido
11	11628	ANGELICA DA SILVA	16/08/1990	Deferido
12	9547	ANGELINA CAROLINA CARVALHO	15/05/1994	Deferido
13	13086	ANGELITA GOMES SCHNEIDER CAVALHEIRO	17/07/1981	Deferido
14	12020	ARIADNE SILVA VIEIRA	21/09/1988	Deferido
15	17125	BARBARA CRISTINA BELLA CRUZ	27/07/1985	Deferido
16	11383	BIANCA CRISTINA BITTENCOURT	03/08/1993	Deferido
17	11829	BRENDON SATURNINO	20/07/1993	Deferido
18	19029	BRUNA TAUBE VICENTE	08/11/1996	Deferido
19	9965	CATIA CELESTE JULIO MARTINS	05/03/1971	Deferido
20	15315	CATIA MAGALI DOS PASSOS	04/02/1969	Deferido

21	11669	CLAUDETE CÉLIA NASCIMENTO	15/06/1967	Deferido
22	17737	CLAUDIA APARECIDA REIS MAIXIMIANO	31/05/1981	Deferido
23	14925	CLAUDINEA SCHLEMPER	27/01/1978	Deferido
24	10718	CLENIR GUIMARAES DA SILVA	30/11/1976	Deferido
25	19399	CLEODIR TURELLA	18/04/2065	Deferido
26	11566	CLEUSA ALVES DA SILVA	09/07/1954	Deferido
27	11988	CLEUSA DA SILVA DE JESUS	07/02/1982	Deferido
28	13066	DAIANA PORTELLA DE LIMA	10/02/1986	Deferido
29	14375	DÚNIA FERNANDA ANTUNES	15/06/1981	Deferido
30	11740	DENISE SOUZA DE JESUS	31/12/1989	Deferido
31	11655	DOLORES RUTTMANN	09/12/1962	Deferido
32	12963	DORACI FRANCISCO DA SILVA	10/01/1937	Deferido
33	11604	ECLAIR CORDEIRO	20/01/1981	Deferido
34	12287	EDERSON RAMBO	08/07/1985	Deferido
35	9487	EDICLEIA VEIGA DA SILVA	04/03/1989	Deferido
36	18566	ELIANA DA SILVA FEITOSA	08/04/1978	Deferido
37	10366	ELIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	20/07/1973	Deferido
38	13081	ELIZANGELA MARIA DA SILVA RIBEIRO	01/10/1984	Deferido
39	11644	ELOA DUTRA DA SILVA KOZAREVICK	17/07/1965	Deferido
40	11358	ELZA BIANEKIE SKRUCHINSKI	15/03/1955	Deferido
41	11339	ENI EDINA DE SILVA	23/04/2014	Deferido
42	12852	ERECINA ALVES DA SILVA	15/12/1987	Deferido
43	16454	EULICE ULLIRSCH	02/08/1960	Deferido
44	19495	EVA DE FATIMA DOS SANTOS	07/05/1964	Deferido
45	9063	EVELIN APARECIDA CARDONIS MÜLLER	12/06/1996	Deferido
46	9997	FABIA INOCENCIO	09/01/1986	Deferido
47	16463	FERNANDA CRISTINA RONCALIO	19/08/1991	Deferido
48	13361	FERNANDA DE SOUSA BELO	18/12/1972	Deferido
49	12156	FRANCIELE CORREIA DE MELO	29/12/1986	Deferido
50	12742	FRANCIELI DE SOUZA GABRIEL	10/02/1983	Deferido
51	19957	FRANCINALVA BRANDÃO RODRIGUES	24/04/1971	Deferido
52	16479	GLEICE DOS SANTOS	28/03/1996	Deferido
53	20006	IGNEZ MASS	20/07/1958	Deferido
54	15014	IRENE MARIA FRANCISCO SILVESTRE	13/08/1963	Deferido
55	9228	IVONE MARIA PAULINO DE MELLO	03/03/1975	Deferido
56	9967	IVONE SCHWAMBACH	15/08/1972	Deferido
57	13655	IZALDA MARIA DA SILVA	21/09/1956	Deferido
58	11730	JACKELINE LISBOA DA LUZ	06/08/1988	Deferido
59	10470	JAQUELINE DE ALMEIDA FIAO	04/08/1980	Deferido
60	18473	JESSICA AP LEITE	10/08/1992	Deferido

61	11541	JORGEANE WOSNIAK	08/12/1983	Deferido
62	19105	JOSÉ CARLOS BARBOZA	11/02/1967	Deferido
63	10058	JOSIANE DA SILVA	28/02/1989	Deferido
64	20038	JUCELAINE GAUDENCIO DA LUZ	05/12/1978	Deferido
65	14395	JULIANA REGINA CORREA	02/04/1989	Deferido
66	16241	KAROLINA LUIZA CORDEIRO DOS SANTOS	31/12/1990	Deferido
67	11439	KELL ELIANE EMIDIO CORREA SOUZA	16/10/1981	Deferido
68	11610	KELLI CRISTINA CORREA	29/03/1977	Deferido
69	19167	KELLI SUELLEN DE SOUZA	05/05/1983	Deferido
70	18020	KELLY FERREIRA LAUREANO	05/07/1991	Deferido
71	18347	KELY CRISTINA LOPES ARAUJO	14/05/1985	Deferido
72	19279	LAIDE ESPERANDIO	12/04/1975	Deferido
73	18645	LAYS DE OLIVEIRA REIS	18/03/1987	Deferido
74	17759	LEONOR SANTANA ROMAO	14/06/1965	Deferido
75	14638	LUCIANA DA ROSA BRANCO	18/07/1980	Deferido
76	16786	LUCIENE LOPES BARROSO DE OLIVEIRA	11/08/1986	Deferido
77	11862	LUIZA HELENA BUENO DE SOUZA	21/11/1988	Deferido
78	10071	LUZIANE ALVES DA SILVA	29/05/1974	Deferido
79	12281	MARCIA APARECIDA MARTINS NEVES	07/01/1981	Deferido
80	12956	MARCIA CRISTINA DOS PASSOS	23/05/1984	Deferido
81	12180	MARCIA PIRES DOS SANTOS	17/05/1978	Deferido
82	17180	MARCIANI DOS SANTOS	07/03/1979	Deferido
83	9212	MARIA APARECIDA ESPINDOLA	23/08/1961	Deferido
84	17682	MARIA APARECIDA FERREIRA DE SOUZA	20/06/1967	Deferido
85	10353	MARIA APARECIDA MACHADO	04/12/1952	Deferido
86	8815	MARIA APARECIDA SCHNEIDER	09/02/1963	Deferido
87	12000	MARIA DA GLORIA PERREIRA MAASS	15/08/1975	Deferido
88	20051	MARIA DA GRAÇA DE SOUZA	07/09/1965	Deferido
89	11152	MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS CANDIDATO DESEJA CONCORRER A VAGA DE DEFICIENTE FÍSICO	26/03/1980	Deferido
90	12501	MARIA DO ESPIRITO SANTO SILVA TELES	06/01/1967	Deferido
91	9020	MARIA HELENA RAMOS BARREIRO	18/03/1968	Deferido
92	12763	MARIA ISOLETE DECKER	10/04/1964	Deferido
93	12736	MARIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA	07/12/1974	Deferido
94	9552	MARICÉLIA SOUZA	02/11/1972	Deferido
95	14123	MARILDA DE LIMA	12/11/1988	Deferido
96	13358	MARILENE DOS SANTOS ZANATO	20/10/1971	Deferido
97	13037	MARINES DE JESUS	29/07/1975	Deferido

98	18919	MARLENE PEREIRA DOS SANTOS	17/11/1952	Deferido
99	12881	MARLETE FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS	05/09/1964	Deferido
100	11903	MICHELLE DEMANTOVA WENDHAUNSE	25/04/1989	Deferido
101	10899	NOEMI DE OLIVEIRA TIBIRIÇA	02/08/1981	Deferido
102	11281	NOEMI MOREIRA DOS SANTOS CASEMIRO	29/01/1979	Deferido
103	19003	PATRICIA REINERT	09/02/1979	Deferido
104	14488	PATRICIA ZILDA DOS SANTOS	29/03/1976	Deferido
105	15090	REGIANE CORDEIRO CARDOS	23/11/1975	Deferido
106	17120	RITA DE CÁSSIA SANTANA	18/10/1985	Deferido
107	14728	ROSANE DOS PASSOS	08/01/1979	Deferido
108	14872	ROSANGELA ALVEZ DE QUEIROZ MAFRA	06/12/1980	Deferido
109	13017	ROSANGELA APARECIDA AIROSO	20/01/1983	Deferido
110	10413	ROSANI BEATRIZ ZIMERMANN	07/03/1967	Deferido
111	19339	ROSELANE ADRIANA MIGUEL	31/07/1988	Deferido
112	14906	ROSELI MATIAS WEISS	29/01/1959	Deferido
113	19960	ROSEMARY DOS SANTOS FERREIRA	15/12/1970	Deferido
114	11452	ROSEMERIE GUILHERME DE LIMA	29/07/1967	Deferido
115	9759	ROZANGELA APARECIDA NHAIA	16/03/1964	Deferido
116	11028	SANDRACI SOUZA DA SILVA	10/05/1971	Deferido
117	9507	SELMA IZOLINA PINTO	09/09/1956	Deferido
118	13131	SILEIDE NASCIMENTO DE FREITAS SILVA	04/01/1979	Deferido
119	17363	SIRLEI DE SOUSA NASCIMENTO DIAS	06/05/1956	Deferido
120	11801	SONIA DE MELO	18/06/1962	Deferido
121	15938	SONIA ODETE RODRIGUES	13/05/1969	Deferido
122	13056	SUELY MARTIAS DOS SANTOS	03/02/1988	Deferido
123	14459	SUZANA RODRIGUES SILVA DOS SANTOS	02/01/1985	Deferido
124	15344	TATIANE DA SILVA	08/12/1982	Deferido
125	11646	TEREZA DE LIMA	20/08/1975	Deferido
126	17628	TEREZA RODRIGUES DE OLIVEIRA	21/05/1949	Deferido
127	11641	TEREZINHA APARECIDA DE LIMA	07/06/1980	Deferido
128	15867	TEREZINHA LOPES DE SOUZA DOS SANTOS	23/01/1971	Deferido
129	9254	TEREZINHA MARQUEZ PONTIOLI	23/01/1969	Deferido
130	17502	THAUANA MARINA CORDOVA	04/01/1988	Deferido
131	19169	THIANE PAULA DA SILVA	28/03/1986	Deferido
132	9684	VALESKA PRESTES FORTES	15/08/1994	Deferido
133	10317	VALLERIA DA SILVA	15/09/1973	Deferido
134	15910	VANESSA FRANCISCO RAMOS DE OLIVEIRA	16/06/1980	Deferido
135	10488	VANESSA MARTINS NEVES	11/04/1983	Deferido

136	16830	VERA LUCIA LIMA	05/03/1976	Deferido
137	13876	ZELI DA SILVA	15/06/1966	Deferido

Agente de Serviços de Serviços Gerais-Saúde - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9653	ALDA INACIO DA SILVA	18/03/1961	Deferido
2	17684	ANA PULA KNAK	28/04/1988	Deferido
3	10112	ANGELA MARIA JASPER	15/06/1957	Deferido
4	13553	BRENDA CAROLINA BALLELO	23/09/1994	Deferido
5	16065	CERLI AP DOS SANTOS PADILHA DE GOES	02/02/1970	Deferido
6	19918	DIOLINE MEDEIROS VALIN	23/01/1970	Deferido
7	19046	GISLAINE JOSIANE BENTO	21/09/1984	Deferido
8	14146	ILZA SILVA SOUZA	18/04/1975	Deferido
9	19280	LAURA WILLER	28/09/1959	Deferido
10	16392	LYNCON JAMES BUCHER RODRIGUES	28/06/1984	Deferido
11	12779	MARCIA REGINA SANTANA DE SOUZA	21/03/1978	Deferido
12	15675	MARIA NEUSA BROMBIL VENANCIO	07/09/1963	Deferido
13	19336	MARILENE COLOMBO	14/11/1964	Deferido
14	14732	MARINA PEREIRA DA ROCHA	21/03/1969	Deferido
15	14911	PATRIA DA SILVA CARVALHO	09/10/1991	Deferido
16	17136	SUELI DA APARECIDA SANTOS BATISTA	26/04/1970	Deferido
17	8886	VIVIANE REITER	16/01/1987	Deferido

Agente de Serviços Gerais-Obras - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16808	ALTAIR MIRANDA	30/04/1977	Deferido
2	11473	PAULO CARVALHO SILVA	12/06/1984	Deferido
3	17129	ROSA PIRES SANT'ANA	10/08/1966	Deferido
4	12460	VANTUIR ANTONIO DE JESUS	08/07/1982	Deferido

Arte-Educador Dança de Salão (20h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19585	BIANCA ALCANTARA BALDO	02/04/1983	Deferido

Arte-Educador de Artes Plásticas - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14421	MARIA SELMA XAVIER DE SA	21/09/1961	Deferido
2	17281	ROSANE DOMICIANO SERAFIM	28/09/1966	Deferido

Arte-Educador de Balé - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10324	BERENICE VALENÇA VIANNA	16/01/1966	Deferido

Arte-Educador de Canto - Ensino Médio

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Arte-Educador de Circo - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19573	EVANDRO LUÍS IGNÁCIO JUNIOR	02/04/1992	Deferido

Arte-Educador de Dança de Rua (20h) - Ensino Médio

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Arte-Educador de Dança de Rua (40h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12941	FRANCIELLY BERLIM DE SIQUEIRA	07/08/1993	Deferido

Arte-Educador de Dança de Salão (40h) - Ensino Médio

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Arte-Educador de Instrumento de Sopro - Ensino Médio

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Arte-Educador de Teatro - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14178	CLEITON ROBERTO DOS SANTOS	01/02/1997	Deferido
2	18873	FELIPE LUCIANO LAURÊNCIO DE SOUZA	08/08/1988	Deferido
3	14172	RAFAELA CATARINA KINAS	19/06/1990	Deferido
4	17202	SANDRA PANTANO TOMAZ	03/07/1959	Deferido

Arte-Educador de Violão - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16407	ANTONIO CARLOS ULLER	29/12/1969	Deferido
2	12167	ANTONIO MAURO FERREIRA	27/11/1960	Deferido
3	19762	BRUNO FLORIANO ROMAO	28/06/1991	Deferido
4	19712	CARLOS FABRICIO ALVES NEUKOM	07/09/1980	Deferido
5	14854	GIANDER DA SILVA MARIN	12/12/1986	Deferido
6	17236	LEONARDO PEDRO DA SILVA KLEIS	07/01/1991	Deferido

7	10762	MAURI SANTANA	02/12/1955	Deferido
8	18647	PAULO RENATO CRISPIM	16/12/1980	Deferido

Assistente Social - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	8746	ADRIANE NASCIMENTO MENDONÇA	23/10/1987	Deferido
2	14979	BIANCA GONÇALVES SANTOS	31/01/1980	Deferido
3	19942	CIBELE FIAMONCINI DEMETRIO	15/01/1977	Deferido
4	15263	DENISE DELLER	21/03/1988	Deferido
5	13871	FERNANDA REGINA RIFFEL	09/08/1991	Deferido
6	17645	FLAVIA MABEL DA ROSA	19/06/1979	Deferido
7	9600	FRANCIELI CASAGRANDE COMELLI	03/10/1991	Deferido
8	15569	GISELE NAGEL	18/06/1981	Deferido
9	10184	IVANIR ZEFERINO DOS SANTOS	28/06/1972	Deferido
10	19471	JOSEMARA DO AMARAL	08/06/1984	Deferido
11	15976	KARIN SCHWENGBER	18/07/1983	Deferido
12	10613	KELLY PEREIRA DA CUNHA	06/03/1976	Deferido
13	12105	KELY MUELLER	27/06/1990	Deferido
14	20019	KENIA APARECIDA DE BARROS DIAS	01/02/1979	Deferido
15	16219	LAYS DE ARAÚJO	09/02/1988	Deferido
16	18144	LIAMARA POLETTI	07/07/1986	Deferido
17	10022	LOURDES PINHEIRO DO CARMO	25/08/1976	Deferido
18	19227	LUCIMARA POLETTI	27/07/1988	Deferido
19	16516	MARIA BERNADETE CANUTO	03/09/1966	Deferido
20	10873	MARIA ZENEDE SANTOS SALAZAR	31/12/1965	Deferido
21	15288	MARIANA DOS SANTOS	16/04/1980	Deferido
22	12077	MARINÊS SEGAT TAUBE	25/05/1967	Deferido
23	8858	PATRICIA RODRIGUES MARTINS ROSA	17/01/1979	Deferido
24	12065	PAULA DA SILVA FLORES	27/11/1990	Deferido
25	19048	ROSANGELA VOLKMER	19/09/1957	Deferido
26	13997	SAMANTA BOTELHO KONS	18/02/1992	Deferido
27	19368	SUZAN ANTUNES	19/11/1979	Deferido
28	9044	VINICIUS RENAN DOS SANTOS C	24/10/1991	Deferido
29	16513	ZÉLIA MARQUES ANTUNES	05/05/1957	Deferido

Auxiliar de Consultório Dentário ESF - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17746	ADRIELI GIRALDI	19/02/1994	Deferido
2	13569	ARIELE JANAINA DOS SANTOS	24/11/1996	Deferido
3	18776	DAIANA CARVALHO DA SILVA GONÇALVES	23/08/1987	Deferido
4	19015	FABIANE PIERRE DOS PASSOS	09/11/1970	Deferido

5	13281	KELLY CRISTINA DE AUGUSTINHO DE BANDEIRA	29/06/1987	Deferido
6	17934	MARIANA CARLA FIGLESKI DE AGUIAR	15/05/1997	Deferido
7	16596	SOLANGE BUENO PEREIRA DOS SANTOS	20/06/1978	Deferido
8	19554	THAYSE CRISTINA POLEZZA	21/12/1995	Deferido

Enfermeiro - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16908	CINTIA MARIA ZERGER	28/09/1983	Deferido
2	15140	CINTIA SAN MARTINS ALMEIDA	24/01/1984	Deferido
3	17880	CRISTIANE DE CARVALHO	21/03/1982	Deferido
4	9074	DILCINARA MARQUES DOS SANTOS	03/10/1980	Deferido
5	14199	ELAINE MÁRCIA CORDEIRO	20/07/1983	Deferido
6	17635	ELIEZER FRANCISCO DA SILVA	04/12/1969	Deferido
7	16530	FLAVIO ANTONIO PEREIRA	07/03/1973	Deferido
8	15041	FLAVIO APARECIDO SARTORI	01/07/1976	Deferido
9	12663	GRAZIELLI STAMATO DOS SANTOS	26/05/1980	Deferido
10	9026	HENDY RUTH VAZ GERALDO DUARTE	06/07/1984	Deferido
11	20293	JESSICA DAYANE ROCHA DE ALMEIDA	31/01/1988	Deferido
12	19620	LENILDA RAMOS TELES	04/10/1978	Deferido
13	9421	MAICON FLORES JAQUES	06/10/1983	Deferido
14	15370	MONICA TEREZINHA ASSUMPÇÃO DE CARVALHO	08/03/1966	Deferido
15	19188	PAULO SERGIO SCUDLAREK	30/07/1974	Deferido
16	10180	SANDRA TEREZINHA VIZZOTTO	24/04/1980	Deferido
17	12623	TIAGO DOS SANTOS	14/06/1984	Deferido

Enfermeiro ESF - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19355	ANDRÉ ALEXEY POLIDORO	30/07/1987	Deferido
2	14653	ANDRESA VAZ PACHECO	07/09/1986	Deferido
3	11376	CARLA JULIANA MAFRA	14/09/1981	Deferido
4	9827	CLAUDINEIA DO RÓCIO DA SILVA DE LIMA	29/03/1975	Deferido
5	18777	DENISE DE TOLEDO SANTOS ABREU	08/08/1982	Deferido
6	16474	GISELE CORDOVA NUNES	01/06/1980	Deferido
7	11176	GISELI CRISTINA ZANDONADI	10/02/1987	Deferido
8	12618	IVANIA SALETE SPRICIGO CEGALA	13/03/1977	Deferido
9	16122	JULIANA CHAVES COSTA	31/03/1988	Deferido
10	9027	MICHAEL LIMA	19/07/1985	Deferido

11	11409	MONICA HELEN BARACY GAUTO	20/03/1986	Deferido
12	20150	NILTON MACHADO DA SILVA	24/01/1969	Deferido
13	14834	PAULO NADER	15/02/1982	Deferido
14	11649	PRISCILA BARBOSA RIGAUD NEVES	20/11/1986	Deferido
15	9244	RAFAELLA REBELLO	21/11/1986	Deferido
16	14730	SANDRA MARIA RODRIGUES	30/04/1980	Deferido
17	9975	SILVANA ADRIANO FRANCEZ	12/01/1972	Deferido
18	18251	SIMEY HALLIS DA COSTA MONTEIRO	16/02/1990	Deferido

Farmacêutico - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18085	AMANDA JACOBI TRIERWEILER	20/06/1993	Deferido
2	14835	BRUNA LAHUD	04/07/1992	Deferido
3	15212	BRUNO ALVES DE ALMEIDA	11/07/1988	Deferido
4	19754	DANIELA CARPEGIANI CAETANO	17/05/1978	Deferido
5	11906	DOUGLAS GOELZER	20/03/1981	Deferido
6	14003	ECLEZIO FRANKENBERGER	01/05/1979	Deferido
7	17315	GUIVEN DOBIS BERNARDE	18/09/1977	Deferido
8	19051	JOYCE MARIA FAMELLI FONSECA	20/12/1985	Deferido
9	19867	KAMILA DE OLIVEIRA MATOS	25/02/1986	Deferido
10	9670	LETÍCIA FLAUSINO	24/11/1993	Deferido
11	14200	LOIRI CORREA	08/05/1966	Deferido
12	9053	MARIELLEN ARALDI	20/11/1986	Deferido
13	12949	PATRICIA MURANAKA	03/07/1980	Deferido
14	18066	PRICILA CENTOFANTE BETIOLO	10/10/1986	Deferido
15	19883	PRISCILLA YUMI GONÇALVES IDO SILVA	06/08/1981	Deferido
16	12964	SANDRA SAYURI MURANAKA	01/10/1976	Deferido
17	19876	THAYARA TANDELLO TEIXEIRA PORTELLA	25/10/1983	Deferido
18	9418	VALESKA DIAS BIAGIOLLI MORETTE	08/02/1985	Deferido

Fisioterapeuta - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12499	ADRIANA DO NASCIMENTO POSSOBON	17/05/1981	Deferido
2	19705	ALINE DA SILVA ROMANO CIPRIANO	11/08/1979	Deferido
3	9502	ALINI CRISTINE LEMOS FORMENTO	19/07/1987	Deferido
4	9702	BIBIANA MELHER PEREIRA	14/03/1990	Deferido
5	8981	CAMILA KIRCH	08/01/1983	Deferido

6	11676	CAROLINE MERKLE FERREIRA	02/06/1993	Deferido
7	14722	CLAUDIA REGINARAMOS	20/12/1973	Deferido
8	13769	CLAUDIA RIBEIRO BARRETO	19/10/1993	Deferido
9	17738	CRISTOFFER BARROS RUBIO	16/01/1983	Deferido
10	14816	DAIANE CRISTINE LEVANDOSKI	08/04/1992	Deferido
11	19208	FERNANDA APARECIDA DA SILVA	10/01/1982	Deferido
12	9177	GISELE KERBER LAUTERT	23/08/1991	Deferido
13	9029	HAÍSSA AGUIAR MENDES	12/09/1992	Deferido
14	19071	JÉSSICA DE AGUIAR MENEZES	04/03/1992	Deferido
15	11410	MARCELO BRUNO WANDERLEY DE SOUZA	12/04/1989	Deferido
16	15470	MARINA STENGER	15/09/1988	Deferido
17	15104	MAYANE DOS SANTOS AMORIM	10/01/1993	Deferido
18	17651	MORGANA AMANDA VEQUI	11/09/1990	Deferido
19	13529	NATHALIA CRISTINA PROHMANN	03/09/1990	Deferido
20	12586	RAFAELLA CAROLINE GAYA BALDANÇA	06/04/1990	Deferido
21	16798	ROBSON RODRIGO DIAS	09/11/1978	Deferido
22	14498	RULIANE DA SILVA TRENTTO	29/10/1985	Deferido
23	13234	SUZANA DE OLIVEIRA	21/05/1989	Deferido
24	18329	TATIANE COFFI DA COSTA	19/08/1977	Deferido
25	18625	VICTOR DA SILVA ALVES	02/04/1993	Deferido
26	9729	VILMA DE FATIMA MEIRELES	01/01/1983	Deferido

Fonoaudiólogo - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16940	ANA CLARISSE WASCHBURGER	16/01/1974	Deferido
2	19903	CHARLE DE MORAIS CRUZ	26/03/1986	Deferido
3	13004	FERNANDA BERTAN	01/09/1989	Deferido
4	12828	GIOVANA CECILIA CORDEIRO	12/06/1983	Deferido
5	17164	JOSE DONIZETI TOMAZ	16/07/1959	Deferido
6	16320	ROSIMEIRE DE MORAIS PEREIRA	11/03/1973	Deferido
7	8946	SIMONE VELAME DA SILVA	20/08/1982	Deferido

Instrutor de Artes Aplicadas - Ensino Fundamental Completo

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18857	PRISCILA DE LOURDES FERREIRA DOS SANTOS	15/05/1972	Deferido

Instrutor de Corte de Cabelo - Ensino Fundamental Completo

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9134	JULIANA CRISTIANA PINHEIRO	15/10/1982	Deferido
2	12098	RAQUEL AMARAL	27/06/1978	Deferido
3	9971	ROSILEIA LIMA MOURA	14/02/1971	Deferido

Instrutor de Corte e Costura - Ensino Fundamental Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Instrutor de Crochê e Tricô - Ensino Fundamental Completo

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19357	LENIR DE JESUS DOS SANTOS	01/10/1971	Deferido

Instrutor de Informática (20h) - Ensino Fundamental Completo

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11671	AMÉRICO EDÉZIO DE SOUZA JR.	07/06/1992	Deferido
2	20057	CLAYTON MOURA BELO	23/04/1965	Deferido
3	9909	DANIELA ANTONIO PEREIRA	29/01/1974	Deferido
4	16232	EDGAR FIDGLESKI	05/12/1980	Deferido
5	20060	KATIANE BATISTA DA SILVA KATAOKA	26/08/1980	Deferido
6	12973	LEOMAR JOSÉ DA SILVA	04/05/1993	Deferido
7	9230	MARLON AUGUSTO LAZZAROTTI	04/08/1983	Deferido

Instrutor de Informática (40h) - Ensino Fundamental Completo

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15267	ANDERSON DO ROSÁRIO	03/01/1980	Deferido
2	16296	ANDRESA APARECIDA DE OLIVEIRA	28/06/1996	Deferido
3	14077	DANIELA VIEIRA BRUM	13/01/1988	Deferido
4	9087	GERUSA LUIZ	02/09/1982	Deferido
5	14553	ISACK WELINGTON SILVA DOS SANTOS	17/03/1995	Deferido
6	19252	KELEN CRISTINA SILVA DOS SANTOS	16/09/1996	Deferido
7	20004	LEANDRO RIBEIRO DE ABREU	04/11/1986	Deferido
8	19134	LEONARDO SIQUEIRA	09/06/1994	Deferido
9	20100	MARLA SOUZA CARVALHO	07/09/1984	Deferido
10	16627	RAFAEL CECATTO	17/11/1987	Deferido
11	18808	ROBERTO MACHADO	17/08/1987	Deferido
12	15664	ROBSON ALVES DE LIMA	21/08/1973	Deferido
13	20248	RODRIGO BOHR	10/10/1996	Deferido
14	18261	ROGER DOUGLAS MENDONÇA	04/02/1987	Deferido

15	19679	SAMUEL BRANCO LINHARES	30/01/1975	Deferido
16	16527	SUÉLEN MONSINI DE OLIVEIRA	31/07/1985	Deferido

Instrutor de Manicure - Ensino Fundamental Completo

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16154	FABIANA SOARES	15/08/1983	Deferido
2	14707	MARIA RAIMUNDA DA SILVA PAIXAO	04/07/1961	Deferido

Instrutor de Patchwork - Ensino Fundamental Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Instrutor de Pintura em MDF - Ensino Fundamental Completo

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16862	AVELITA MULLER CAMPESTRINI	18/07/1967	Deferido
2	9495	TICIANE LOEFF	01/10/1991	Deferido

Instrutor de Pintura em Tecido - Ensino Fundamental Completo

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12813	ABIGAIL DA CONCEIÇÃO FERREIRA	28/11/1965	Deferido
2	13299	MARIA APARECIDA LEMOS	07/10/1957	Deferido

Instrutor de Pintura em Tela Óleo - Ensino Fundamental Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Intérprete de Libras (20h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17585	CAMILA FRANCISCO	24/05/1987	Deferido
2	12293	CRISTIANE VICENTE	09/07/1975	Deferido
3	16919	MARINALVA CLEUSA DA SILVA MACHADO	30/08/1970	Deferido

4	17296	SONIA QUINONES ABASTO	21/02/1965	Deferido
---	-------	-----------------------	------------	----------

Intérprete de Libras (40h) - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18358	LIGIANE DE OLIVEIRA SILVA DE OLIVEIRA	03/09/1988	Deferido

Leiturista - DAE - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15575	ALAN ROBERTO NEGRÃO	19/10/1988	Deferido
2	15799	ALYSSON DOUGLAS FERNANDES	28/09/1992	Deferido
3	13981	AMILTON WANDERLEY DOS SANTOS	11/04/1982	Deferido
4	8737	ANA PAULA RAMALHO SABALLA	14/06/1988	Deferido
5	19946	ANDRE FORNARA WALTER	19/12/1983	Deferido
6	16364	APOLO MARQUES DE AMORIM	13/01/1975	Deferido
7	17526	ARIADNE MENDES DE MIRANDA	04/12/1989	Deferido
8	16929	BERNARDO MARUCCO SILVA	09/11/1995	Deferido
9	19018	CLAUDIO ROBERTO GAIO	18/01/1963	Deferido
10	16333	CLEBERTON LUIS MORGANTI DO NASCIMENTO	19/07/1975	Deferido
11	16723	DELEY EDNE-SIO OURIQUES	16/11/1982	Deferido
12	15098	DENIS AUGUSTO SCHWAEMMLE LUCHTENBERG	24/02/1983	Deferido
13	13927	DILCEU CAMPOS DA ROSA	01/09/1977	Deferido
14	11797	DIOGO JAN- DIR WANGER	21/01/1986	Deferido
15	11608	DOMINGOS CARLOS NETO	27/03/1963	Deferido

16	20255	ELEN DOS SANTOS PAIXÃO	24/08/1987	Deferido
17	11745	ELTON PAULI NASCIMENTO	06/05/1994	Deferido
18	15690	EMERSON LUIZ NARDES	24/08/1973	Deferido
19	19374	ERIK WILLIAN DO NASCIMENTO YAGI	30/01/1983	Deferido
20	16470	EZEQUIEL ALVES DA ROCHA	25/06/1987	Deferido
21	19934	FABIANA APARECIDA DA SILVA	01/12/1986	Deferido
22	18258	FÁBIO EDUARDO WISINTAINER	24/10/1970	Deferido
23	19557	FRANCISCO ARAUJO DA SILVA NETO	20/05/1994	Deferido
24	18771	GISELE CRISTINA SANTIAGO	03/05/1984	Deferido
25	14487	GLAUCIA MELCHIORETTO KRAISCH AVANSINI	10/12/1971	Deferido
26	17096	GUSTAVO NICHETTI CAVALET	27/03/1990	Deferido
27	14550	ILDSON DA A NUNCIACÃO CERQUEIRA	11/01/1990	Deferido
28	9528	ISIANE ROSA	23/08/1985	Deferido
29	9447	JEFERSON GABRIEL ANDRE	14/11/1985	Deferido
30	15461	JEFFERSON SILVA WILK	26/08/1986	Deferido
31	16746	JESSÉ DA SILVA TEIXEIRA	21/11/1981	Deferido
32	13882	JESSÉ VALMOR MARIANO	04/12/1980	Deferido
33	16481	JOÃO CARLOS DE SOUZA CACILHA	17/12/1990	Deferido
34	12407	JOEL LENO MYSZKA	01/10/1987	Deferido
35	9998	JOELMA ANDERCIA PATRICIO	20/10/1974	Deferido
36	18499	JONAS JOSE DE ALMEIDA	06/06/1990	Deferido
37	16472	JULIETE BRITO SANTOS	08/03/1990	Deferido
38	17230	LÁZARO DE OLIVEIRA SILVA	14/12/1991	Deferido

39	11446	LETICIA SILVA CONCEIÇÃO	26/08/1994	Deferido
40	12840	MARCELO ANDERSON DE CASTRO PAIVA	12/08/1982	Deferido
41	19426	MARCELO STAROSKY	24/01/1982	Deferido
42	17597	MARLETE MARIA ALEXANDRE	01/03/1959	Deferido
43	13260	MATHEUS ESTEVÃO DE SOUZA	12/07/1994	Deferido
44	11227	MATHEUS LUIZ BAMBINETTI	16/07/1996	Deferido
45	11605	PABLO DARLÂ MARQUES	15/10/1988	Deferido
46	16661	PAULO CÉZAR GOMES DA CRUZ	01/02/1967	Deferido
47	19104	PAULO ROBERTO PEREIRA	22/09/1960	Deferido
48	16755	PEDRO PAULO DA COSTA	28/06/1959	Deferido
49	18202	REGIANE GISELE DA SILVA	27/02/1982	Deferido
50	9698	RICARDO DE BARROS PEREIRA	30/07/1971	Deferido
51	17680	ROSIMERI SILVA MARIA	22/08/1982	Deferido
52	14833	RUBERVAL FREIRE NEGREIROS JUNIOR	18/04/1972	Deferido
53	9504	SAYMONN CRISTIANN PACHECO	30/06/1985	Deferido
54	17011	SERVULO DA CUNHA	22/11/1963	Deferido
55	9024	THIAGO DUARTE	01/12/1984	Deferido
56	17405	THIAGO LOURENÇO SENA	25/03/1984	Deferido
57	13597	TULIO RAFAEL FARIAS	17/05/1988	Deferido
58	19420	WILSON THIAGO DE SOUZA'	03/12/1988	Deferido

Médico Anestesiologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19073	GISANA MARIA DA SILVA WIETHORN RODRIGUES	18/04/1981	Deferido

Médico Auditor - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11328	ANDRÉ BATISTA RIBEIRO	07/12/1988	Deferido

Médico Cardiologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19211	LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS JUNIOR	14/10/1982	Deferido

Médico Cirurgião Geral (10h) - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	20306	RAFAEL MAY COPPI	08/01/1985	Deferido

Médico Cirurgião Geral (20h) - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Clínico Geral - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16883	CAMILA GINDRI DE CARVALHO	22/09/1989	Deferido
2	10687	GERUSA COELHO VAZ MURER	20/08/1985	Deferido
3	10757	LUIZ GUSTAVO TEIXEIRA PINTO	15/05/1974	Deferido
4	20139	MARIANE REGINA DA SILVA ROCHA	02/06/1985	Deferido
5	14379	VANIA SANCHEZ PRETTE GODO	22/11/1978	Deferido

Médico Endocrinologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19928	ROSANGELA BOGO GALINDO	26/02/1977	Deferido

Médico ESF - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12382	ANELISE PERONDI	20/08/1987	Deferido
2	19499	JAIME RIBEIRO FREITAS	01/02/1990	Deferido
3	19439	MOACIR BARBOSA NETO	04/11/1978	Deferido
4	13913	ROMULO CAVALCANTE SERPA	17/10/1985	Deferido

Médico Ginecologista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Oftalmologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11962	FLAVIA NAGEL DA SILVA	02/05/1984	Deferido
2	19641	NATACHA CAVASINI HOFFMEISTER	18/10/1985	Deferido
3	12441	PATRICIA MARCELA MESQUINI	20/02/1984	Deferido

Médico Ortopedista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13724	FERNANDO KROBEL FILHO	31/08/1982	Deferido
2	11325	JULIANO PACHECO CAMILOTTI	01/02/1977	Deferido

Médico Otorrinolaringologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11753	ALICE ANDRADE TAKEUTI	09/05/1986	Deferido

2	12816	IZABELA RODRIGUES ÁVILA	22/12/1983	Deferido
3	14031	LYS MARIA ALLENSTEIN GONDIM	05/02/1977	Deferido
4	16595	RENATO TADAO ISHIE	16/10/1983	Deferido

Médico Pediatra - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19628	ELISA SCHENKEL	17/03/1973	Deferido
2	19498	GASTÃO DIAS JÚNIOR	12/06/1968	Deferido

Médico Proctologista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Psiquiatra (20h) - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14081	TATIANE ABREU DALL'AGNOL	30/05/1986	Deferido

Médico Psiquiatra (40h) - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Radiologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13221	JULIETA ELOISE PAMPLONA SCHRAMM	14/08/1982	Deferido
2	11494	RAFAEL OKU FERNANDES	05/03/1983	Deferido
3	13781	THIAGO CASAGRANDE DO CANTO	03/10/1984	Deferido

Médico Reumatologista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Urologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13126	FABIO SANT ANNA DE MORAES	05/03/1979	Deferido

Médico Vascular (10h) - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11904	EDUARDO ZEILMANN	07/11/1979	Deferido

Médico Vascular (20h) - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Monitor de Educação Infantil - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9192	ADALGISA VERENA PARANAGUA	26/06/1982	Deferido
2	9665	ADILIA ANTUNES HILDEFONSO	09/11/1968	Deferido
3	18468	ADRI MARIA BORBA	09/06/1990	Deferido
4	10632	ADRIANA CONRADO	13/04/1989	Deferido
5	12759	ADRIANE DE SOUZA	06/11/1993	Deferido
6	20020	ADRIELLI APARECIDA NUNES SOUZA	27/06/1993	Deferido
7	11870	ALAIDE DE SOUZA VIEIRA	12/09/1980	Deferido
8	19316	ALBA SUSANA CARDOSO DA SILVEIRA	14/11/1992	Deferido
9	19496	ALESSANDRA GERALDO	24/12/1974	Deferido
10	14234	ALEXANDRA DA SILVA BATISTA VENANCIO	22/06/1989	Deferido
11	9434	ALICE RISTOW ROZA	03/02/1995	Deferido
12	8939	AMANDA CAROLINA DOS SANTOS MENDES	15/05/1996	Deferido
13	17242	AMANDA DA SILVA	09/11/1995	Deferido
14	10285	AMANDA NAYRA PEREIRA DA CRUZ	13/07/1992	Deferido
15	12001	AMANDA RISSATTO GERON	28/07/1995	Deferido
16	9672	AMANDA VITÓRIA DA COSTA	24/12/1995	Deferido
17	15460	ANA CAMILO GALIETA	10/11/1976	Deferido
18	9599	ANA CAROLINE COUTO MAES	26/03/1993	Deferido
19	11825	ANA CAROLINE OURIQUES	20/09/1995	Deferido
20	11224	ANA CÉLIA MOURA	28/05/1980	Deferido
21	13893	ANA CLAUDIA SILVA DOS SANTOS	08/12/1980	Deferido
22	9102	ANA CRISTINA BARBOSA GUERRA	23/12/1973	Deferido
23	19864	ANA CRISTINA DOS SANTOS	28/07/1979	Deferido
24	19563	ANA FLAVIA DE JESUS	05/09/1995	Deferido
25	19457	ANA LUIZA DE SOUZA	06/03/1992	Deferido
26	9004	ANA PAULA BARCELLO	15/03/1996	Deferido
27	18033	ANA PAULA BERKENBROCK	23/10/1994	Deferido
28	12622	ANA PAULA CORDEIRO HINCKEL	09/08/1993	Deferido
29	16432	ANA PAULA FAGUNDES MENDES	06/09/1986	Deferido

30	16361	ANA PAULA FELICIO	07/01/1987	Deferido
31	12739	ANA PAULA KALENIK	31/12/1984	Deferido
32	14045	ANA PAULA MILITÃO	05/01/1992	Deferido
33	16490	ANA PAULA RANGUETTI	27/06/1997	Deferido
34	9805	ANA PAULA SCHMITT	08/08/1981	Deferido
35	10415	ANÉZIA SOLANGE DIAS	25/03/1962	Deferido
36	13459	ANDEIA NOGUEIRA DA SILVA DE FRANÇA	26/11/1979	Deferido
37	19371	ANDRÉA ALTINI	15/02/1983	Deferido
38	11777	ANDREA ROBERTA RUPP MIRANDA	29/10/1983	Deferido
39	15407	ANDREIA MATIAS DA SILVA WILK	21/12/1982	Deferido
40	10498	ANDREIA PEREIRA ANDRADE	10/12/1988	Deferido
41	16851	ANDRESSA ALVES DA SILVA	31/10/1994	Deferido
42	12729	ANDRESSA BAGNARA	21/11/1993	Deferido
43	14585	ANE CAROLINE DOS PASSOS	15/07/1995	Deferido
44	9220	ANE KAROLINE PORTELLA	08/12/1988	Deferido
45	17593	ANGÉLICA DE LIMA	21/09/1988	Deferido
46	8797	ANGELA APARECIDA CELESTINO	13/10/1979	Deferido
47	9544	ANGELA MARIA ANACLETO	10/05/1980	Deferido
48	16457	ANGELA MARIA ANACLETO	29/04/1996	Deferido
49	9235	ANGELICA SUELY ANDRE	23/06/1992	Deferido
50	12496	ANGELINA DE FA'TIMA GOBI	05/07/1965	Deferido
51	11561	ANIELEN GARCIA	11/06/1990	Deferido
52	17480	ANNA CLAUDIA GAYA COSTA	10/05/1983	Deferido
53	19801	ARIANA DA SILVA	24/08/1983	Deferido
54	15277	ARILSON PEREIRA	21/04/1961	Deferido
55	19001	AYNIRÁ RAFAELA DE MATOS	24/10/1995	Deferido
56	12932	BEATRIZ DE ALMEIDA MARCOS	15/02/1992	Deferido
57	11344	BRUNA APARECIDA LOPES DOS SANTOS	21/11/1995	Deferido
58	17946	BRUNA CAROLINE PEREIRA	13/05/1990	Deferido
59	11872	BRUNA DE OLIVEIRA	21/03/1994	Deferido
60	13385	BRUNA DOS SANTOS BRASIANI	07/09/1996	Deferido
61	11408	BRUNA MONIQUE GONÇALVES BITTENCOURT	24/12/1994	Deferido
62	9138	BRUNA REGINA PEREIRA	17/02/1995	Deferido
63	17917	CAMILA DA COSTA ANTUNES	08/03/1997	Deferido
64	8853	CARINE BORECK	26/06/1990	Deferido
65	17822	CARLA PATRICIA PEIXOTO GOETSCH	08/07/1975	Deferido
66	13726	CARLA SARAIVA DA SILVA	19/08/1983	Deferido
67	14934	CARMEN MAYARA ROSA	07/01/1996	Deferido
68	12363	CAROLINA MABA DA SILVA	14/04/1995	Deferido
69	11780	CAROLINA PAMPLONA MACIEL	03/07/1981	Deferido

70	17482	CAROLINE SILVA DA SILVEIRA	12/03/1996	Deferido
71	19480	CAROLINE SILVEIRA	18/07/1995	Deferido
72	14758	CARULINI ALEXANDRINA	30/05/1992	Deferido
73	15637	CATIA REGINA FROTTINI DA SILVA	19/10/1979	Deferido
74	11680	CATIANE ALVES	25/04/1978	Deferido
75	18336	CATILÇA CRISTINA BORGES	28/10/1985	Deferido
76	17836	CÉLIA TERESA DOS SANTOS	30/04/1962	Deferido
77	15419	CHARLENE FÁTIMA DA SIVA	16/04/1982	Deferido
78	19312	CHRISTIANE EUFRAZIO	11/08/1974	Deferido
79	15386	CINARA APARECIDA JUSTINO	16/01/1985	Deferido
80	9196	CLAUDIA DE AZEVEDO VELHO DE SOUZA	21/04/1982	Deferido
81	19602	CLAUDIA SILVA DOS SANTOS	30/03/1979	Deferido
82	14056	CLAUDINEIA KUSTER DE SOUZA	20/12/1985	Deferido
83	15539	CLÁUDIA MARIA CIPRIANO	30/10/1973	Deferido
84	9160	CRISLAINE ESPINDOLA	14/03/1994	Deferido
85	17648	CRISTIANA APARECIDA TEIXEIRA	26/04/1989	Deferido
86	11291	CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA	13/12/1985	Deferido
87	16965	CRISTIANE ESPINDOLA	16/08/1990	Deferido
88	12682	CRISTIANE FERREIRA BRITES	14/08/1992	Deferido
89	15334	DAIANA CRISTINA GONÇALVES SILVEIRA	28/02/1989	Deferido
90	10880	DAIANE CAROLINE SCHREINER	28/09/1988	Deferido
91	9871	DAIANE CRISTINA DE ASSIS	28/02/1988	Deferido
92	17510	DAIANE DA ROSA LOPES	08/03/1990	Deferido
93	10125	DAIANE STEPHANI PASSOS DA LUZ	07/09/1995	Deferido
94	10468	DAMARIS ALVES BARROS	19/08/1996	Deferido
95	11015	DANIELA CRISTINA URBANO MOURA	15/12/1982	Deferido
96	9045	DANIELA DE ALMEIDA	12/02/1979	Deferido
97	11816	DANIELA FABRICIO	16/12/1992	Deferido
98	11418	DANIELE LARREA DA COSTA	28/03/1982	Deferido
99	16501	DANIELLA DONCA	23/09/1992	Deferido
100	15496	DANIELLI BONIN	30/04/1986	Deferido
101	16346	DANUBIA CLEMENTINO	01/05/1981	Deferido
102	13242	DARA HALINE DOS SANTOS	23/12/1995	Deferido
103	13955	DAYANE SHAINÉ BORBA	30/09/1990	Deferido
104	10799	DAYANI ASSOLARI SALDANHA XAVIER	29/10/1987	Deferido
105	15758	DÉBORA CRISTINA DE ALMEIDA SANTOS	24/07/1995	Deferido
106	9511	DENISE CRISTINA BRITO DAS MERCÊS	18/03/1991	Deferido
107	18700	DIEINI SIQUEIRA	16/07/1994	Deferido

108	14129	DORENILCE TAVARES COSTA REIS	28/03/1987	Deferido
109	9531	DULIANE DO CARMO	11/12/1989	Deferido
110	15030	EDELIR PEREIRA DE LIMA	24/01/1990	Deferido
111	17976	EDICLEIA RIBEIRO	20/11/1991	Deferido
112	13320	EDICLEIAMARGARETE MENDONÇA NASCIMENTO	21/06/1972	Deferido
113	15360	EDNA CRISTINA TURRA	07/12/1989	Deferido
114	15228	EDNA DA SILVA CHAGAS	01/10/1959	Deferido
115	20215	EDUARDO AUGUSTO FERNANDES	16/10/1994	Deferido
116	12107	EDVANIA PEREIRA DOS SANTOS	13/04/1986	Deferido
117	19848	ELAINE CRISTINA PEREIRA	25/02/1985	Deferido
118	8880	ELAINE SANTOS DA CRUZ SILVA	04/02/1982	Deferido
119	9278	ELICA DA SILVA	05/04/1990	Deferido
120	13846	ELIDIANE HELIA ALBANO	01/12/1991	Deferido
121	16548	ELIETE SANTOS ROSA	29/09/1991	Deferido
122	9882	ELISANDRA FRANCISCO PEREIRA	16/10/1982	Deferido
123	12122	ELISANDRA JACINTA MARCHIORO LEITAO	28/03/1981	Deferido
124	18257	ELISANDRA MACHADO DE BORBA COSTA	09/09/1980	Deferido
125	10573	ELIZANDRA EGER XAVIER COSTA	28/09/1981	Deferido
126	16563	ELLEN MICHELY LEME	11/10/1996	Deferido
127	14495	ELOIR TEREZINHA DA SILVA TRENTA	29/10/1965	Deferido
128	9826	ERICA HELENA DE SOUZA	04/06/1989	Deferido
129	19301	EWELIN DA SILVA LEAL	11/08/1994	Deferido
130	11195	FABIANA ALVES	15/04/1984	Deferido
131	11923	FABIANA DE CARVALHO SILVA	28/03/1994	Deferido
132	8751	FABIANNE PAULINO DE OLIVEIRA	24/10/1980	Deferido
133	13744	FERNANDA CAROLINI DA SILVA	17/03/1993	Deferido
134	11299	FERNANDA EGUILHOR RODRIGUES DE MIRANDA	15/06/1984	Deferido
135	11868	FERNANDA LEMES BRITES	01/01/1989	Deferido
136	11520	FLAVIA ANDRADE DOS SANTOS	08/02/1993	Deferido
137	13189	FLAVIA RUIZ DE OLIVEIRA VIEIRA	12/01/1976	Deferido
138	17749	FRANCIANE APARECIDA CELISTA	24/04/1994	Deferido
139	11768	FRANCIELI RODRIGUES	14/08/1994	Deferido
140	16237	FRANCIELLE APARECIDA MANOEL	19/02/1989	Deferido
141	17122	FRANCIELLE IGNACIO DE OLIVEIRA	19/06/1994	Deferido
142	12267	FRANCINE SIMAS	05/03/1995	Deferido
143	9353	FRANCISCA ELISANDRA DOS SANTOS SOUSA SILVA	05/08/1982	Deferido
144	18046	FRANCISCA NAZARÉ COSTA SILVA	12/10/1992	Deferido
145	12895	GABRIELA BATISTA MACHADO	18/02/1989	Deferido

146	9284	GABRIELA DUARTE DA SILVA	17/05/1997	Deferido
147	11808	GABRIELA RODRIGUES MAFRA	15/05/1997	Deferido
148	12417	GEISE DE OLIVEIRA	27/01/1994	Deferido
149	12857	GEISER DOS SANTOS NEVES	17/08/1984	Deferido
150	16860	GERUSA AMABILLY VIEIRA CAMILO	01/06/1996	Deferido
151	12092	GERUSA TATIANE CRISPIM	06/09/1980	Deferido
152	8791	GERUZA DARCI FRANCISCO	13/01/1990	Deferido
153	15870	GEZELAINE GOMES	03/12/1985	Deferido
154	10023	GISELE CRISTINA LOURENÇO DO NASCIMENTO	25/04/1983	Deferido
155	17373	GISELE JORGE	05/02/1982	Deferido
156	20258	GISELI JOANA MÜLLER CAMPOS	06/05/1986	Deferido
157	14356	GISLAINE FERNANDA ANTUNES	09/10/1989	Deferido
158	12847	GLAUCIA ELAINE AGUSTINHO	13/08/1974	Deferido
159	8827	GLEICIANI D'AVILA MACHADO	16/01/1990	Deferido
160	19561	GRACIELLE DE SOUZA VIDAL	21/03/1984	Deferido
161	8925	GRASIELE GOMES SANTIAGO	03/03/1986	Deferido
162	10403	GREICI KELLY INTHURN	06/01/1993	Deferido
163	13980	HEIDIANE RIBEIRO DA COSTA	16/09/1990	Deferido
164	17016	HENDY JACKELINE SILVA INDALÊNCIO	10/03/1995	Deferido
165	9094	HINDIANARA MENDES	16/04/1989	Deferido
166	19322	ILIANE RICARDI	06/01/1975	Deferido
167	11716	INGRID GOMES BARBOZA	03/01/1997	Deferido
168	9022	INGRID NUNES VENÂNCIO	30/05/1996	Deferido
169	19931	IOLANDA FRANCIELE BOGES	03/03/1991	Deferido
170	10655	ISABEL CRISTINA DA ROCHA	06/01/1979	Deferido
171	9188	IVANA APARECIDA HARBS	18/06/1991	Deferido
172	14407	IVONE SOMARIVA	13/05/1981	Deferido
173	13071	IVONETE PORTELLA DE LIMA	12/01/1979	Deferido
174	19308	IZETE CARDOSO DA SILVEIRA	26/03/1975	Deferido
175	18307	JAÍNE MARQUES DOS SANTOS	19/04/1994	Deferido
176	10287	JACIANE BARROS OLIVEIRA	04/05/1995	Deferido
177	11627	JACQUELINE SILVA BARBOSA	19/11/1994	Deferido
178	13020	JAINA ELLEN LUZ	03/09/1993	Deferido
179	17005	JAIR LUCAS MARIANO JÚNIOR	21/10/1994	Deferido
180	15944	JANAINA ALICE BORGES DA SILVA	25/12/1995	Deferido
181	9515	JANAINA CORREA	06/09/1985	Deferido
182	12980	JANAINA ROCHA	10/12/1988	Deferido

183	8865	JAQUELINE BONETTE ROSA	15/11/1992	Deferido
184	10709	JAQUELINE TEREZINHA HARTUNG	06/07/1988	Deferido
185	11558	JÉSSICA DOS SANTOS	22/04/1994	Deferido
186	11970	JÉSSICA JAQUES	14/02/1995	Deferido
187	16441	JÉSSICA NASCIMENTO	23/04/1991	Deferido
188	17964	JÉSSICA PARANAGUÁ	07/12/1990	Deferido
189	18659	JÉSSICA PATRICIO	13/05/1991	Deferido
190	19114	JEANICE JUCELÂNDIA LAURINDO	18/09/1992	Deferido
191	8782	JENAINA BARBOZA DA SILVA VIANNA	24/02/1992	Deferido
192	12694	JESSICA CAETANO ANTONIO	05/04/1991	Deferido
193	17721	JESSICA CARDOSO	08/01/1992	Deferido
194	11623	JESSICA CAROLINE KRUCHINSKI RIBEIRO	29/11/1996	Deferido
195	9290	JESSIKA MAYRA DRANKA	01/02/1991	Deferido
196	17251	JESSIKA SAMARA DA SILVA MACIEL	02/03/1992	Deferido
197	10785	JHULY GONÇALVES DE OLIVERIA	08/01/1994	Deferido
198	19579	JOANA D'ARC DA COSTA	01/05/1975	Deferido
199	18969	JOICE CRISTINE EMILIO	28/03/1992	Deferido
200	10124	JORDANIA LEITE MORAIS	12/04/1986	Deferido
201	10887	JOCEMERI BATISTA DE LIMA GRUTTNER	30/01/1984	Deferido
202	13456	JOSIANE LEAL COUTO	25/11/1978	Deferido
203	12052	JOSIANE ROMANI	16/09/1986	Deferido
204	17915	JOSINETE BUENO DE ALMEIDA	13/05/1971	Deferido
205	16089	JUCEMARA LINHARES DE FRANÇA	19/06/1991	Deferido
206	12088	JUCIANE ISABEL DE SOUZA	16/06/2010	Deferido
207	13489	JUCIMARA MAIL INOCÊNCIO BONDAVALLI	18/11/1982	Deferido
208	10556	JULIANA BURLAN DA SILVA	13/05/1994	Deferido
209	14385	JULIANA CUSTODIO DA SILVA	18/08/1985	Deferido
210	11213	JULIANA DA COSTA SILVA	12/12/1994	Deferido
211	18278	JULIANA DA LUZ	15/08/1986	Deferido
212	9326	JULIANA DEL MORO GARCIA	26/07/1995	Deferido
213	12082	JULIANA DOS SANTOS	04/08/1984	Deferido
214	9542	JULIANA FRANCISCO SPENGLER DA ROCHA	02/10/1977	Deferido
215	14251	JULIANA NASCIMENTO	23/04/1991	Deferido
216	10754	JULIANA PATRÍCIA DELFINO	09/10/2019	Deferido
217	18997	JULIANA PEREIRA DO NASCIMENTO	29/05/1993	Deferido
218	17012	JULIANA REIS GONZAGA	29/12/1983	Deferido
219	9559	JULIANA STANCK PEREIRA	14/05/1985	Deferido
220	9707	JULIANE DE SOUZA	04/08/1985	Deferido
221	9479	JULIANE ROMAO	13/01/1990	Deferido
222	14859	JULIANE TELLES DE BASTIANO	31/03/1990	Deferido

223	10262	JUREIDE PADILHA VOGEL	21/08/1969	Deferido
224	8976	KAMILA SATIRO DA SILVA	13/05/1996	Deferido
225	11805	KARINA CRUZ	18/12/1986	Deferido
226	8973	KARINA SATIRO DA SILVA	12/09/1990	Deferido
227	15260	KATIA LUCIANE MORAES COELHO	03/05/1987	Deferido
228	10944	KEITIELE CORREA DA SILVA	08/02/1995	Deferido
229	10109	KELLI FERNANDA BAUER	19/07/1996	Deferido
230	19948	KETLEN FERNANDA BOFFAMAM	31/07/1995	Deferido
231	17949	KEYLA SILVANO MEMORIA SOUTO	30/03/1997	Deferido
232	8943	LAÍS SCARLET COELHO GALVEZ	08/11/1991	Deferido
233	12641	LAISE CAMILA PEREIRA DE SOUSA	25/01/1988	Deferido
234	11121	LARISSA CRISTINI DA SILVA	31/01/1992	Deferido
235	12833	LARISSA TAYNA FRITZKE	01/03/1996	Deferido
236	15475	LAURA PAULA MONICA	25/08/1991	Deferido
237	18309	LAURORA DALBERTI DE JESUS	19/02/1958	Deferido
238	16911	LÉIA SILVA DE OLIVEIRA GREGORIO	13/10/1979	Deferido
239	8900	LEIDIANE DELUCA	11/12/1990	Deferido
240	13096	LELAYNE DA ROCHA	29/04/1992	Deferido
241	11718	LEONARDO JOSÉ PEREIRA FERREIRA	15/04/1987	Deferido
242	15034	LEONILDE SANTOS LIMA SOARES	19/09/1970	Deferido
243	8988	LETÍCIA DE PAULA ALMEIDA ROSA	22/08/1990	Deferido
244	19293	LETICIA MICHELUZZI	08/07/1996	Deferido
245	12327	LETICIA ROSEN BROCK	09/02/1990	Deferido
246	11429	LIDIANE HENRIQUE DE ARAÚJO	12/09/1981	Deferido
247	17041	LILIANE NAIMITI FERREIRA DE DEUS	15/09/1987	Deferido
248	15105	LILIANE SILVEIRA DA SILVA	24/04/1982	Deferido
249	19379	LIODETE DA ROSA	24/06/1968	Deferido
250	13855	LUANA CRISTINA DE JESUS	28/09/1982	Deferido
251	14882	LUCIANA ANACLETO CLAUDINO	16/04/1981	Deferido
252	17654	LUCIANA SANTANA DOS SANTOS	17/11/1971	Deferido
253	12589	LUCIANA SILVA ALVES	05/04/1982	Deferido
254	17074	LUCIANE CORDEIRO DE LIMA SILVA	14/09/1973	Deferido
255	12074	LUCINÉIA MOURÃO TAVARES DE OLIVEIRA	31/12/1982	Deferido
256	15560	LUDMILA MATOS VIEIRA DA SILVA	08/05/1994	Deferido
257	14577	LUIZ FELIPE FURTADO	26/10/1991	Deferido
258	9546	LUZIA CAROLINE LUÇOLLI	25/01/1995	Deferido
259	19956	MAIARA ANJO	29/06/1995	Deferido
260	13466	MAISA ANTONIO FAUSTINO	21/06/1989	Deferido
261	9471	MANOELLY CRISTINA LEITE COUTO	17/06/1996	Deferido

262	11810	MARÍLIA MARTINS FABRICIO	09/05/1988	Deferido
263	13487	MARCELE CRISTINE DA SILVA	11/08/1985	Deferido
264	10179	MARCIA DA SILVA PECHARKA	21/01/1985	Deferido
265	18465	MARCIA MARCELINO VENTURA	05/06/1974	Deferido
266	10983	MARCIA MARIA MAESTRO	15/04/1974	Deferido
267	16547	MARCIA REGINA LUCIANO SEVERINO	07/12/1969	Deferido
268	15815	MARCILENE ZARDO	09/04/1980	Deferido
269	9405	MARESSA NAARA FAUSTINO	11/09/1996	Deferido
270	12271	MARI LISE DE SOUZA SETTER	17/05/1966	Deferido
271	19295	MARIA APARECIDA DOS SANTOS PEREIRA	05/01/1969	Deferido
272	14480	MARIA AUXILIADORA COSTA SANTOS DE FREITAS	09/11/1964	Deferido
273	12673	MARIA DE FATIMA GERARDINO	14/05/1961	Deferido
274	13409	MARIA DE JESUS DA SILVA MENEZES	09/05/1974	Deferido
275	19640	MARIA DE LOURDES DE LIRA SANTANA	25/12/1980	Deferido
276	11997	MARIA DE LURDES PEREIRA DE LIMA	15/01/1982	Deferido
277	12666	MARIA INEZ SOARES TOLEDO	20/12/1969	Deferido
278	14049	MARIA IVANI REIS	08/11/1959	Deferido
279	17197	MARIA JULIANA BAGUES	11/07/1989	Deferido
280	9493	MARIA NILZIDETH DA SILVA SANTOS	05/08/1980	Deferido
281	15488	MARIA RONALDA PARANAGUÁ DOS SANTOS	23/05/1965	Deferido
282	13623	MARIA SORAIA DA SILVA	09/07/1974	Deferido
283	19163	MARIA TEREZINHA FELICIO	09/01/1988	Deferido
284	20222	MARIA VALCIRA VIEIRA	20/01/1956	Deferido
285	17318	MARIELE ALVES DE MIRANDA	23/01/1994	Deferido
286	19212	MARILENE MORAES	09/06/1970	Deferido
287	18605	MARILENE NORONHA MEDEIROS	30/04/1976	Deferido
288	10270	MARILUCIA ANACLETO	22/06/1988	Deferido
289	15830	MARILUCIA BAZOTTI	05/07/1973	Deferido
290	16284	MARISADESOUZA	24/06/1990	Deferido
291	19387	MARISANGELA APARECIDA GODINHO	15/04/1980	Deferido
292	9891	MARISE MOSER	23/11/1978	Deferido
293	14039	MARLEI BEATRIZ WOLFART	05/04/1995	Deferido
294	10097	MARLI APARECIDA SOARES	11/12/1967	Deferido
295	12087	MARLUCE SILVA DE JESUS	24/01/1992	Deferido
296	14598	MAYARA PEDROZO	15/12/1995	Deferido
297	9751	MAYELY GUZATTI PARIZOTTO	05/07/1995	Deferido
298	18946	MAYRA CRISTINA GARCIA COSTA	03/02/1986	Deferido
299	18975	MÁRCIA PEREIRA BASIL	10/06/1979	Deferido

300	13193	MERIELI DA COSTA	23/05/1984	Deferido
301	18759	MERILY JENIFFER DA SILVA	11/12/1996	Deferido
302	13843	MERLEI MARA RIPARI DE MEDEIROS	13/01/1973	Deferido
303	8941	MICAELA MARINA DIAZ	23/11/1992	Deferido
304	18543	MICHELE DIAS DA SILVA	17/05/1996	Deferido
305	10036	MICHELE REGIANE AMARO	21/02/1997	Deferido
306	14080	MICHELI ADRIANE RAUE VEREDIANO	19/03/1984	Deferido
307	13150	MIKAELE KARINA RECH	04/07/1996	Deferido
308	11799	MORLOWE CRUZ	14/08/1990	Deferido
309	8930	NADIMAR KRENKEL	20/08/1988	Deferido
310	13477	NAIARA KRENKEL	29/05/1995	Deferido
311	12943	NAIR MARIA MANCE	07/07/1970	Deferido
312	12268	NATALI COSTA DE SOUZA	25/04/1986	Deferido
313	19784	NATHÁLIA MARQUES DA SILVA	21/12/1995	Deferido
314	12879	NAYARA DOS SANTOS	02/12/1990	Deferido
315	15773	NAYARA TEIXEIRA	06/04/1997	Deferido
316	12367	NELSI MIRANDA DETTONI	08/01/1959	Deferido
317	12358	NICOLY IANKA MOREIRA	18/02/1996	Deferido
318	13633	NILZA CUSTODIO MACIEL	20/09/1968	Deferido
319	19034	ODAIZA KEILA TEIXEIRA	05/05/1987	Deferido
320	20024	PALOMA CRISTIANE DA SILVA	07/07/1988	Deferido
321	13602	PALOMA DE ANDRADE	20/09/1994	Deferido
322	20168	PALOMA REGIANE CUNHA	29/10/1994	Deferido
323	19307	PAMELA PRISCILA PEREIRA DA SILVA	12/05/1988	Deferido
324	17082	PAMELA TERESINHA DA SILVA	27/03/1992	Deferido
325	17305	PATRICIA ALVES FABRIS	15/12/1984	Deferido
326	12687	PATRICIA DAMASCENO NUNES	11/03/1986	Deferido
327	20158	PATRICIA APARECIDA DE SOUZA	18/10/1977	Deferido
328	17922	PATRICIA BAJADARES DA SILVA	06/07/1978	Deferido
329	8903	PATRICIA FRANCISCO	26/03/1980	Deferido
330	19952	PATRICIA SIMONE SIEWERT	23/01/1975	Deferido
331	10855	PAULA CALIAN DOS SANTOS	24/03/1993	Deferido
332	16685	PAULA ROBERTA DE AGUIAR	06/01/1996	Deferido
333	9274	PÂMELA CRISTINA INÁCIO	27/11/1993	Deferido
334	11069	PERSIA LUIZA FEIRREIRA	15/04/1975	Deferido
335	19886	PRISCILA ELISA MAFRA CARDOSO	07/03/1985	Deferido
336	11007	PRISCILA ODETE DA SILVA	16/04/1994	Deferido
337	9594	PRISCILA SILVA SOUZA DO VALE	05/07/1982	Deferido
338	15520	PRISCILLA ALVES FABRIS	15/12/1984	Deferido
339	16057	QUEZIA ARCELINO VALENTIM SILVA	21/09/1996	Deferido
340	19807	RAFAEL GOMES FERREIRA	17/04/1990	Deferido

341	9571	RAFAELA ALINE CRUZ DE SOUZA	12/11/1989	Deferido
342	9625	RAFAELA INTHURN	02/12/1988	Deferido
343	9656	RAQUEL ROSI JOENCK DA CUNHA	14/12/1986	Deferido
344	10549	RAQUEL SILVA VIEIRA	19/05/1988	Deferido
345	9388	REGIANE MOREIRA DA SILVA	05/11/1983	Deferido
346	18894	ROBERTA ALINE DA LUZ PATRICIO	02/08/1988	Deferido
347	16856	ROBERTA CRISTINA SOARES	13/09/1988	Deferido
348	17817	ROGERIA ZANOTTO DE OLIVEIRA	22/05/1983	Deferido
349	10084	ROSA MARIA DE FATIMA BATISTA GOMES ADRIANO	11/09/1978	Deferido
350	17209	ROSA PRICILA BAGUES	11/09/1982	Deferido
351	11916	ROSANA DE JESUS	20/08/1994	Deferido
352	10429	ROSANGELA ANDRADE DE ARAUJO	04/11/1964	Deferido
353	10120	ROSANGELA DA PENHA LUCAS MORAIS	27/06/1975	Deferido
354	16449	ROSANGELA DE CARVALHO	30/09/1976	Deferido
355	17476	ROSANGELA FERREIRA RODRIGUES	30/09/1973	Deferido
356	10131	ROSANGELA LEITE MORAIS	10/12/1977	Deferido
357	19700	ROSANGELA RAMOS CORREIA	25/10/1963	Deferido
358	9084	ROSEANI FÁTIMA REIREIRA	27/12/1991	Deferido
359	11998	ROSELAINE SAUSEN LENZ	08/02/1986	Deferido
360	12040	ROSELI DA ROSA	22/02/1974	Deferido
361	15915	ROSELI DIAS BOENO	07/09/1985	Deferido
362	17362	ROSENI DE ANDRADE SIQUEIRA MATUZAKI	02/04/1984	Deferido
363	10267	ROSIMERI TAVARES	02/09/1974	Deferido
364	19846	ROZIANE CASSIA FERREIRA	26/02/1995	Deferido
365	18235	RUTE CORDEIRO	21/04/1962	Deferido
366	12795	SABRINA ADAMI	22/10/1990	Deferido
367	15381	SAMANTA DO NASCIMENTO TORRES STRAPASSON	12/03/1979	Deferido
368	10144	SAMANTHA FRANCÊZ FRANCISCO	01/07/1996	Deferido
369	19383	SAMANTHA MARCELINO	16/09/1975	Deferido
370	14945	SAMARA MALENA DOS PASSOS	06/09/1993	Deferido
371	17798	SAMIRA VALTER	09/01/1980	Deferido
372	11616	SANDRA ROSALINA ANDRE	07/02/1996	Deferido
373	13705	SANDY SUELEN REGIS DA SILVA	08/12/1989	Deferido
374	17148	SARA PEREIRA LEITE DOS SANTOS	11/12/1977	Deferido
375	10674	SARA THAIS MARCONDES DE RAMOS	04/11/1991	Deferido
376	19458	SARAH CRISTINA BITTENCOURT	27/02/1993	Deferido
377	8842	SCARLETT KAUANA GALIETA CABRAL	15/12/1994	Deferido

378	15283	SELMA MARIA RODRIGUES SILVA DOS SANTOS	24/02/1968	Deferido
379	12083	SHAIENE KELLY DO AMARAL DA SILVA	21/02/1997	Deferido
380	15287	SHANNA FRANCESCA BORGES	25/01/1988	Deferido
381	12346	SHIRLENE DE OLIVEIRA SILVA	03/01/1986	Deferido
382	17330	SILVANA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES	15/09/1971	Deferido
383	19376	SILVANA CASARIN MACHADO	06/03/1990	Deferido
384	10442	SIMONE CARDOSO ESTEVES	03/01/1985	Deferido
385	14409	SIRLENE FRANCISCO VIEIRA	19/08/1970	Deferido
386	9184	SOLANGE APARECIDA CANOFRE	29/12/1981	Deferido
387	15001	SOLANGE RISTOW SIDOR	08/08/1983	Deferido
388	15076	STEFANI LARISSA DE SOUZA	17/12/1995	Deferido
389	12591	STEPHANIE DE SOUZA	15/01/1996	Deferido
390	9838	SUILAN SANTOS DE LIMA	07/08/1981	Deferido
391	8919	SUZAN KETLEN PRZYBYCHEWSKI	01/02/1994	Deferido
392	12028	TABATA LEONTINA DE OLIVEIRA	24/08/1988	Deferido
393	14369	TACIARA WIERSEBISKI DE ALMEIDA ROSANELLI	18/06/1978	Deferido
394	17403	TAIANA JORGE	20/06/1990	Deferido
395	14321	TAISE PEREIRA	23/11/1991	Deferido
396	15526	TALITHA MICHELY SAMENEZES DOS ANJOS	11/06/1985	Deferido
397	8996	TAMIRES BARBALHO OLIVEIRA	14/05/1995	Deferido
398	12455	TAMIRES COELHO DE SOUZA	03/01/1988	Deferido
399	12479	TATIANA WANDERHERZ VIEIRA	25/12/1979	Deferido
400	18978	TATIANE CARLA PEREIRA	11/09/1984	Deferido
401	14277	TATIANE CARNEIRO CHZUCHMAN	08/03/1989	Deferido
402	12765	TATIANE FERREIRA ANACLETO	15/01/1986	Deferido
403	19164	TATIANE SILVIA BORGES DA COSTA	22/04/1979	Deferido
404	14106	TÂNIA WENDHAUSEN RAMOS DA SILVA	29/12/1952	Deferido
405	9601	TERESA DE AMORIM DE SOUZA	11/05/1963	Deferido
406	16316	TERESINHA MITIKO TAKAKI	27/08/1961	Deferido
407	17655	THAIS CRISTINA DA CONCEIÇÃO	29/05/1996	Deferido
408	9164	THAISA DE OLIVEIRA	11/09/1995	Deferido
409	20156	THATIANE AZILIERO	13/06/1997	Deferido
410	20062	VALDIRENE APARECIDA GONÇALVES	24/12/1969	Deferido
411	12097	VALQUIRIA B DE MELO AGUIAR	26/04/1978	Deferido
412	10783	VANESSA CARDOSO AMARAL	11/06/1990	Deferido
413	18504	VANESSA DA SILVA GONDINHO	20/11/1987	Deferido

414	18273	VANESSA FARIAS BATISTA DE OLIVEIRA	24/08/1989	Deferido
415	14023	VANESSA FRANCINE COSTA PRESTES	24/10/1986	Deferido
416	13043	VANI BOASKEVIS	18/08/1983	Deferido
417	8940	VANILCE DOS SANTOS DE ALMEIDA HOLEK	19/05/1986	Deferido
418	12977	VÁLERY LEI RODRIGUES	21/12/1996	Deferido
419	9503	VERGINIA APARECIDA JARSKI ANTUNES	11/02/1968	Deferido
420	15463	VILMARA ALVELINA DE SOUZA	26/12/1983	Deferido
421	14768	VIVIANE BENTA DA CRUZ	05/12/1984	Deferido
422	10786	VIVIANE COLLA	16/03/1979	Deferido
423	10115	VIVIANE SCHAEFER	14/02/1994	Deferido

Motorista Socorrista SAMU - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14532	ANDERSON DE SOUZA	10/03/1983	Deferido
2	14442	ANTONIO MARCELO LOPES	05/07/1972	Deferido
3	15790	CLAUDEMIR ANTONIO DA SILVA	02/03/1984	Deferido
4	11053	CLAUDIO CANABARRO JUNIOR	17/06/1973	Deferido
5	9205	DANIEL MESIAS	29/07/1976	Deferido
6	12503	EDNEI ALEXANDRE BORBA	18/07/1975	Deferido
7	13606	EDUARDO FARIAS	06/08/1966	Deferido
8	11791	GUILHERME SALVI DE OLIVEIRA IENSEN	24/09/1993	Deferido
9	9357	MARCELO DE CARVALHO ARANTES	30/10/1981	Deferido
10	11765	MARCOS AURELIO MARTINS	10/06/1975	Deferido
11	15149	RAFAEL MARCHAND	24/05/1979	Deferido
12	17289	REINALDO PFLEGER JUNIOR	26/04/1990	Deferido
13	13423	RUBENS MARTINS	12/08/1968	Deferido
14	11767	SANDY EVERS	06/11/1991	Deferido
15	18364	SUZANI MARA BOETGER	08/01/1970	Deferido

Nutricionista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11779	ANDRESSA LORENZONI FRIZZO	06/06/1990	Deferido
2	15905	BRUNA TAU-FENBACH	24/12/1988	Deferido
3	12326	CAMILA CRISTINA BIANCHI	04/11/1991	Deferido
4	14150	CINTIA JOSEANE MORETTI	10/08/1987	Deferido
5	18589	DANIELLA SCHMIT	02/01/1993	Deferido
6	16988	DÉBORA DOS SANTOS	31/07/1989	Deferido
7	18079	FABRINA CENTOFANTE BETIOLO	31/08/1989	Deferido
8	12531	FERNANDA ABRAVANEL	13/06/1992	Deferido
9	8949	FRANCIANE DA SILVA	08/12/1989	Deferido
10	9320	HENRIQUE PERSCH RIBEIRO	13/05/1991	Deferido
11	9902	JOSEANE COLZANI	04/12/1988	Deferido
12	18207	JULIA GRAZIELA BITTENCOURT LEDRA	16/07/1984	Deferido
13	12985	LIGIA LUANA MAFRA	15/05/1984	Deferido
14	14968	LUCIANI TIBOLLA	20/03/1982	Deferido
15	8832	MARCELO BAUER CARLINI	28/05/1986	Deferido
16	12322	MAURA BAGNOLIN FARIAS	19/09/1986	Deferido
17	12938	MERI LISABETH PRUST	29/07/1989	Deferido
18	10299	PAULA MANOELA NIENKÖETTER DA SILVA	31/05/1990	Deferido
19	13077	SABRINA MEGUMI NASSUNO	29/12/1982	Deferido
20	13748	SCEILA DAYANE SCHNEIDER	05/01/1987	Deferido
21	10292	SUSANE FANTON	10/01/1991	Deferido
22	9841	THAIS DE BORBA	16/02/1987	Deferido

Odontólogo de Pacientes com Necessidades Especiais - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	20202	SONIA YAEMI OZAWA ESPAÑA	14/01/1963	Deferido

Odontólogo Endodontista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13812	ANNA CAROLINA ZAUIH DE PAULI	21/09/1991	Deferido
2	11893	BRIANNE CAROLINA MEDEIROS	10/04/1987	Deferido

Odontólogo ESF - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12305	AGEU RAUPP JUNIOR	23/05/1987	Deferido
2	19197	ALEX MANFREDINI	11/03/1983	Deferido
3	17348	ALINE CARNEIRO LEÃO QUINTELLA	22/01/1976	Deferido
4	15939	ANA CAROLINE SANCHES GARCIA KALLAS	20/10/1987	Deferido
5	18558	ANA PAULA PEREIRA DA SILVA	11/07/1989	Deferido
6	18292	ANGELICA CARDOSO COSTA	30/10/1989	Deferido
7	9147	CHRISTOPHER BERWIG	06/10/1987	Deferido
8	17445	CLÓVIS JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR	04/03/1991	Deferido
9	18742	DANIEL HI-DEKI TANAKA	18/09/1971	Deferido
10	13804	DANILO HI-DEO YETIKA	26/01/1980	Deferido
11	18835	DIOGO ALENCAR CE	14/09/1986	Deferido
12	13236	ELCIO DE OLIVEIRA	22/05/1982	Deferido
13	12655	ELISA DE OLIVEIRA SCHMELING	01/09/1989	Deferido
14	17092	EVERTHON TAVARES VERONESE	23/05/1987	Deferido

15	15516	EWANDRO CARLOS BERRETTA FILHO	21/12/1990	Deferido
16	19871	FLAVIA CARVALHO GONÇALVES	17/11/1989	Deferido
17	17188	FRANCIA-NE LORETI MARTINS DE PAULA SANTOS LIMA (amamentação)	14/05/1980	Deferido
18	9711	INGRID TROSDOFF AKIYAMA CAMARGO	03/01/1983	Deferido
19	18677	JOSÉ LOPES AUGUSTO	20/07/1958	Deferido
20	9018	JULIA SANTI SILVANO	21/10/1982	Deferido
21	16938	LUANA BEATRIZ SCHOLZ	12/10/1992	Deferido
22	11498	MARCELA SOUZA LIMA	15/08/1990	Deferido
23	17139	MARIA CRISTINA DE MORAES BALBAS	24/06/1991	Deferido
24	18095	MARIANA MORENA ARGUS CASAS ALDANA	04/01/1984	Deferido
25	17374	MARIO DALLA VECCHIA SPESSATTO	07/04/1990	Deferido
26	13351	MOISÉS ACÁCIO DE PAULA MELLO	19/04/1985	Deferido
27	20002	MURILLO BARRETO CARDOSO	31/05/1991	Deferido
28	15279	PATRÍCIA GUESSER CORRÊA RAITZ	02/04/1988	Deferido
29	19137	ROBERTA VEDANA ERCKMANN	22/07/1989	Deferido
30	18845	ROGÉRIO GERHARDT	02/05/1979	Deferido
31	10766	STÉFANO LUIZ PIETRO-BON GREGIO	28/02/1988	Deferido
32	19792	TIAGO MUCELIN	27/10/1985	Deferido
33	17982	VAGNER ALEIKSEIVZ BERNARDINO	10/09/1986	Deferido
34	17350	VANESSA ESCOBAR COPETI	04/05/1994	Deferido

Odontólogo Periodontista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	20021	CINTIA ZONTA WENCESLAU DA SILVA	11/01/0973	Deferido
2	18638	SARAH REICHMANN SASSI GU-TIERREZ	04/10/1978	Deferido

Odontólogo Traumatologista Bucomaxilofacial - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17396	JEAN FRANCISCO KIPPER	13/02/1989	Deferido
2	17786	LEONARDO YOSHIURA SOARES	15/10/1982	Deferido

Professor de Artes (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	8898	CRISTINA MARIA ROSA	21/01/1979	Deferido

Professor de Artes (10h) não-habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18885	SANDRA HELENA JACÓ	22/09/1965	Deferido

Professor de Artes (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18005	CLEUSA MENDES	04/06/1969	Deferido
2	15021	ELIANE SANTOS DE OLIVEIRA	17/02/1963	Deferido
3	19296	MÁRCIA DENYSE MACÊDO DA SILVA	20/11/1971	Deferido
4	9518	PATRICIA ONDINA COELHO	19/07/1977	Deferido
5	11573	ROSEMERI LIMA PALOMBO	24/12/1968	Deferido

6	18642	SIMONE ZUCHELLI JAGUSZESKI	09/09/1986	Deferido
---	-------	----------------------------	------------	----------

Professor de Artes (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15996	JANAIA GACRCIA SCHULZ	21/08/1989	Deferido
2	12974	JOSIANI HEUSI VOGEL	10/02/1981	Deferido
3	16314	JULIANA FERNANDES JACINTO	17/11/1987	Deferido
4	15307	LUCAS MATHEUS VICENTE	04/01/1996	Deferido
5	19858	SILVANA DE SOUSA	23/08/1975	Deferido
6	14075	SIMONI VALERIA ROMAO	22/01/1989	Deferido

Professor de Ciências (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18879	LETICIA TERAGI	27/05/1985	Deferido
2	19521	MICHELE SALETE PALHANO HUNDENSKI	22/07/1983	Deferido

Professor de Ciências (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Ciências (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16202	ALINE ELISA FRANCISCA BIANCO	31/01/1986	Deferido
2	19178	ANA CAROLINA ALBINO	25/03/1989	Deferido
3	10901	ANDREIA DA SILVA ALVES RENAUD	14/11/1984	Deferido
4	14735	CRISTIANE PEREIRA DE ARAUJO VELEDA	15/10/1985	Deferido

5	9893	DAIANE RAMOS CA-PPUA LUGO PEREIRA	11/10/1981	Deferido
6	11319	DJAIANE ARAUJO RODRIGUES	14/07/1987	Deferido
7	14055	HILAIRE MOURA RODRIGUES MARTINS	13/03/1986	Deferido
8	8831	LISIANE ALVES GUADAIM RIBEIRO	18/11/1985	Deferido
9	16382	MARCIANA AGUERO SANTANA	10/02/1969	Deferido
10	10392	MATHEUS CAMARGO MARTINS	10/11/1981	Deferido
11	9403	PALOMA REGINA DE OLIVEIRA PATT	06/10/1988	Deferido
12	12466	PAULINE LUZIA ZASTROW REINERT FONTENELE	12/08/1989	Deferido
13	17951	ROBERSON CARLOS KOLLN	15/07/1992	Deferido
14	18114	ROSLI RITA FINGER MICHEL	13/03/1966	Deferido
15	8945	SHEILA BEATRIZ DE OLIVEIRA BISSOLI	19/09/1985	Deferido
16	15269	SIMONE BOASTIK	10/11/1987	Deferido
17	18893	TATHIANA CRISTINE PEREIRA	24/08/1983	Deferido

Professor de Ciências (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9633	ALINE CHIARELLI CRISTOFOLINI	28/04/1990	Deferido
2	16235	BRIGITE HEMMER	24/02/1971	Deferido
3	11037	GISELE ANGIOLETTI KANGERSKI	16/01/1981	Deferido
4	19537	JANAINA CARDOSO BIANCHI	18/12/1986	Deferido

5	15497	JOAO PAULO VERÇOSA CAMARA CANTO	28/10/1983	Deferido
---	-------	---------------------------------	------------	----------

Professor de Educação Física (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17335	ANDELON OLIVEIRA DOS SANTOS	12/06/1977	Deferido
2	17397	FERNANDA MICHAELI DE SOUZA	25/01/1988	Deferido

Professor de Educação Física (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19047	KARIN CRISTINA DA SILVA	25/08/1987	Deferido
2	13900	LILIAN MAURICIO SCHWERTZ	17/02/1993	Deferido
3	16958	MARLUCI CARDOZO	16/06/1989	Deferido
4	17356	MATHEUS ROBERTO DOS SANTOS DA ROSA	06/01/1993	Deferido
5	8906	PAMELA YURIE YAMAWAKI	09/11/1986	Deferido

Professor de Educação Física (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9195	ALESSANDRO ROBERTO FERNANDES	11/09/1973	Deferido
2	19423	ANDRÉ LUIZ DA LUZ	04/11/1977	Deferido
3	11654	ANDRE RIBAS BORELLA	21/10/1982	Deferido
4	19821	ANDRIUS INÁCIO	26/07/1981	Deferido
5	13588	BIANCA KAROLINE LOPES GOOSSEN	31/03/1992	Deferido
6	12783	BRUNA DE SOUZA	23/12/1990	Deferido
7	11378	CLAUDIO HENRIQUE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	13/07/1989	Deferido

8	16362	DELCÍDIO PEREIRA DE ALMEIDA NETO	25/04/1993	Deferido
9	9105	EVERTON KEMPNER	21/05/1993	Deferido
10	10399	FERNANDA PEREIRA	03/06/1985	Deferido
11	15971	GERMOCI VAILATTE DE OLIVEIRA	30/08/1983	Deferido
12	12198	GILBERTO DA ROSA JUNIOR	26/08/1994	Deferido
13	17725	JOAO LUIZ ABEN ATHAR DE ALENCAR JUNIOR	20/02/1982	Deferido
14	13960	JOAQUIM EDUARDO DE OLIVEIRA	17/02/1994	Deferido
15	13372	JOCIMARA MACHADO	03/07/1994	Deferido
16	8861	JULIANA LUCINÉIA ANDRÉ DE SOUZA	30/07/1979	Deferido
17	19917	LORENDI DE MELLO	26/05/1980	Deferido
18	19898	LUCAS VINICIUS REIS DA SILVA	03/06/1991	Deferido
19	18240	LUIZ OTAVIO CORREIA	29/07/1968	Deferido
20	9530	MARIA VERÔNICA DA SILVA CHAGAS	15/02/1989	Deferido
21	15054	MICHELE SANTOS RIBEIRO	29/11/1987	Deferido
22	19027	PAULA RUBIA GAYA	28/12/1983	Deferido
23	18757	RAFAEL MARTINS	08/05/1991	Deferido
24	19937	RAQUEL ALMEIDA ROCHA	17/07/1979	Deferido
25	8761	RICARDO FELIPE BEBER	27/05/1986	Deferido
26	11296	ROSANGELA CARLA PAULINI	02/04/1990	Deferido
27	19798	SILVANDRO LUIS DE ASSIS	23/08/1986	Deferido

Professor de Educação Física (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16611	ADRIANA ROBERTA PALMEIRA	27/09/1985	Deferido

2	18738	ALESSANDRO GUERRA D AVILA	10/05/1973	Deferido
3	9608	ALESSANDRO MAFRA	18/03/1993	Deferido
4	18892	ALEXSANDRO DE NOVAIS	06/08/1983	Deferido
5	9462	CARINA K. FOS SANTOS	10/06/1982	Deferido
6	9115	CINTIA CARDOSO	03/03/1987	Deferido
7	18406	CLARICE DE ALMEIDA CASTRO	05/06/1984	Deferido
8	15177	DANIELE SOARES MENDONÇA MARQUES	27/06/1986	Deferido
9	15216	EDUARDO BORGES DA CUNHA	27/10/1984	Deferido
10	9031	FRANCIELI CAROLINE CABRAL	29/01/1991	Deferido
11	16377	GABRIELA CRISTINA PALMEIRA	14/06/1988	Deferido
12	16453	GILZA MENDES PASSOS	23/06/1981	Deferido
13	12046	GUILHERME AUGUSTO DE SOUZA	12/03/1991	Deferido
14	10118	JANDERSON NAHRING	17/05/1986	Deferido
15	20234	JULIANA HARUMI NAKUI	09/06/1982	Deferido
16	18332	LETICIA MARIA NARDI	11/01/1982	Deferido
17	16534	MARCELO DE BORBA PAULO	27/06/1968	Deferido
18	17581	MARICLEIDE DOS SANTOS LAURINDO	06/02/1980	Deferido
19	10116	MARINE ROGERIA DOS PASSOS REISER	05/10/1982	Deferido
20	18740	MICHELE PARIZOTTO D AVILA	01/10/1984	Deferido
21	17118	OBERDAN EUGENIO SATURNINO	22/12/1966	Deferido
22	20182	PAULO HENRIQUE DE AZEVEDO	03/02/1983	Deferido
23	16889	RODRIGO DALTON FRUTUOSO	05/06/1987	Deferido
24	9525	SIRLEY CRISTINE MEDEIROS	02/12/1985	Deferido
25	8997	VALMIR LEONARDO DA SILVA	01/03/1977	Deferido

Professor de Educação Infantil (20h) Magistério Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15818	ANDREA ISABEL STEKLAIN MARQUES DOS SANTOS	16/10/1976	Deferido
2	19024	CINTIA CRISTIANE NUNES DA COSTA	07/11/1975	Deferido
3	9640	ELIANE DORACI REIS	16/04/1975	Deferido
4	12044	FERNANDA DA ROSA LAGUNA	25/05/1990	Deferido
5	17260	GISLEINE MACHADO	30/05/1994	Deferido
6	15828	GLEISIANE DO SOCORRO SALES ROMAO DOS SANTOS	13/05/1979	Deferido
7	10245	KEILA PATRICIA RODRIGUES	08/02/1985	Deferido
8	8985	KELLY LUCIA DE LIMA CABRAL	09/10/1978	Deferido
9	18252	LEONILDA DE SOUZA	11/12/1974	Deferido
10	18730	LUCIA FOLMER	17/04/1980	Deferido
11	20093	MARGARETE BORCHARTT DE LIMA FEDEROVICZ	29/10/1969	Deferido
12	10557	MARIA LUCIA DOS SANTOS LIMA	14/12/1980	Deferido
13	14984	MARIANA MAZILDA ANACLETO DA GRAÇA	14/09/1982	Deferido
14	17649	MIRIAM DA SILVA VIEIRA	26/04/1965	Deferido
15	19706	RENATA CARINE PICKERT DOS SANTOS DA SILVA	05/01/1975	Deferido
16	18882	SELONI APARECIDA RAMOS	02/03/1968	Deferido
17	15306	SUSANA REIS GOMES DA ROCHA	12/01/1987	Deferido
18	15697	TALIEN ELIENE STOFELLI STACHUK	25/09/1991	Deferido

19	19447	THAIS SANTOS SCHUMANN	18/03/1988	Deferido
20	14680	ZAIRA IRIAS DA SILVA	31/12/1986	Deferido

Professor de Educação Infantil (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11165	ANA CAROLINA DA SILVA	03/05/1984	Deferido
2	14539	CLAUDIA MARIA SATO DELGADO	17/07/1973	Deferido
3	13307	CLAUDIA TAIARA PEREIRA GOMES	07/07/1990	Deferido
4	15544	CRISTIANE DA SILVA FERREIRA	30/12/1978	Deferido
5	11479	CRISTIANE MERI FELICIO	22/05/1973	Deferido
6	18789	DAGMAR MARIA GONZAGA KALBUSCH	01/10/1984	Deferido
7	18399	DILZA DE FÁTIMA NODA SERRANO	18/03/1969	Deferido
8	14302	ESTER ROSELAINE CORREA DE LIMA	31/12/1982	Deferido
9	12837	EVELYN ALVES CUSTÓDIO DO NASCIMENTO	10/01/1993	Deferido
10	14079	FERNANDA CORRÊA CARNEIRO	18/11/1996	Deferido
11	9416	FRANCIELLE RUANY BETTONI INÁCIO	11/05/1988	Deferido
12	19523	INDIANARA MENDES CARDOSO	05/07/1992	Deferido
13	9341	JENIFFER PEREIRA	08/06/1994	Deferido
14	20088	JENNIFER LUARA ROCHA	17/03/1990	Deferido
15	12758	JOSIANE MAIA	24/05/1983	Deferido
16	16572	JOSIANE ONOFRE	24/03/1987	Deferido
17	15004	JOSIANI FELÍCIO PEREIRA	08/11/1978	Deferido
18	10748	KARIN ANDRESSA STEIN	16/01/1987	Deferido

19	18910	LEADAR LENZI CRISTOFOLINI	19/06/1966	Deferido
20	19796	LUANA ALICIANE FELISKY	17/05/1988	Deferido
21	11066	LUANA LACERDA	15/04/1991	Deferido
22	18051	LUCIANA MENDES FURTADO	27/02/1990	Deferido
23	14477	MARIA ELISANDRA VIEIRA	25/09/1986	Deferido
24	17173	MARISTELA VIEIRA	26/12/1975	Deferido
25	8957	MICHEII PEREIRA SPIESS	11/09/1996	Deferido
26	11944	NOEMI COLLA REIS	08/10/1984	Deferido
27	13420	RENATA RICOBOM PIVATTO	01/07/1979	Deferido
28	10912	ROSANE BODANESE	02/07/1976	Deferido
29	20273	ROSIMERI MARIA SANTIAGO FACO	01/05/1969	Deferido
30	17470	SANDRA DE MELLO DE LIMA	26/01/1984	Deferido
31	11178	SANDRA REGINA CAETANO NEVES	26/05/1985	Deferido
32	14296	SÉFORA DE FÁTIMA MAFRA	13/05/1976	Deferido
33	16597	SCHEYLA CRISTINA ROMÃO	23/05/1979	Deferido
34	19391	SILAMARA DIAS	01/08/1981	Deferido
35	10375	SYLVANA ELIZABETH BECKER	19/05/1985	Deferido
36	16714	THAIS COSTA DE MAGALHÃES	10/05/1984	Deferido
37	15761	VALÉRIA DA ROSA CRIZEL	30/10/1984	Deferido
38	15519	VANESSA PRESTES DOS SANTOS	05/09/1983	Deferido
39	17935	VÂNIA CRISTINA RAMOS	22/01/1985	Deferido

Professor de Educação Infantil (20h) Superior Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9920	ADAINA TAMIRES PACHECO	24/11/1987	Deferido
2	15178	ADLINE DA SILVA RÉBIS	17/02/1985	Deferido

3	12836	ADRIANA CRISTINI DE SOUZA	23/12/1983	Deferido
4	13184	ADRIANA NASCIMENTO DOS SANTOS DE SOUZA	19/11/1972	Deferido
5	16141	ALESSANDRA CORREA	19/07/1978	Deferido
6	15914	ALESSANDRA DA SILVA	14/08/1980	Deferido
7	11901	ALEXANDRA DARCI FRANCISCO	26/09/1980	Deferido
8	10223	ALEXANDRINA ALVES DE OLIVEIRA	24/11/1977	Deferido
9	17168	ALICE DA SILVA	10/10/1985	Deferido
10	15110	ALINE ELZA ALBINO	11/11/1988	Deferido
11	15615	ALINI FERNANDES DA SILVA MASSACOTI	02/06/1982	Deferido
12	19890	ALZENIRA GERALDO DA SILVA	27/12/1973	Deferido
13	9402	ANA CANDIDA NOCETTI CASTRO RODRIGUES	13/09/1980	Deferido
14	18690	ANA DEISE LOPES	16/02/1976	Deferido
15	12010	ANA PAULA DA SILVA FERRI	06/03/1986	Deferido
16	10972	ANA PAULA JORGE BERNARDES	11/04/1975	Deferido
17	10656	ANALU COSTA MAFRA	19/09/1985	Deferido
18	13209	ANDRIELI GRITTENS	21/11/1990	Deferido
19	8708	ANGELA RAMOS LIMA	26/05/1976	Deferido
20	13213	ARIANE CAROLINA DA CRUZ	17/07/1981	Deferido
21	10463	ARLETE TEREZINHA AZILIERO FERREIRA	07/08/1969	Deferido
22	14579	BÁRBARA SOCORRO GUIMARÃES TOMÉ	10/01/1985	Deferido
23	11497	BEATRIZ APARECIDA DE SOUZA	01/08/1985	Deferido
24	11911	BIANCA RODRIGUES DOS SANTOS	21/09/1980	Deferido
25	14105	BRUNA KOSAKOSKI	01/08/1991	Deferido
26	16476	CAROLINE CHAGAS SANTOS	20/07/1989	Deferido
27	8927	CIBELE D'AVILA VIEIRA	11/01/1980	Deferido
28	14767	CINARA ROCHA SANTOS	19/03/1978	Deferido
29	11311	CIRLEIA JULIANA INACIO	08/07/1980	Deferido
30	15566	CLAUDINEIA PEDRO	22/12/1987	Deferido
31	17255	CONCEÇA MARIA DA COSTA NETA DOS SANTOS	08/01/1965	Deferido
32	12280	CRISTIANE MENDES DA SILVA	24/12/1987	Deferido
33	8980	CRISTIANE ROSA DA COSTA	01/10/1979	Deferido
34	14855	DAIANE DE JESUS	15/02/1986	Deferido
35	10850	DAIANE SARMENTO	05/09/1976	Deferido
36	11664	DAIANE SIQUEIRA FERREIRA	03/03/1989	Deferido
37	14204	DALVA MARIA FLORES	08/06/1958	Deferido
38	18784	DANUBIA BORBA PIOLLA SEARA	07/09/1984	Deferido
39	17867	DENICE SILVA ROSA FERREIRA	28/10/1978	Deferido
40	17010	DENISE REGINA COSTA DA SILVA	01/10/1966	Deferido
41	14133	DINACIR KOSCIANSKI DOS SANTOS	05/09/1977	Deferido

42	17040	EDIANE CLAUDINO	29/01/1980	Deferido
43	19153	EDIMARI SCHAUFFERT	02/12/1965	Deferido
44	19112	EDNALVA SILVA FRANÇA	18/01/1977	Deferido
45	18753	ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA COSTA	10/04/1979	Deferido
46	14703	ELIANE DA SILVA UESLER	02/01/1974	Deferido
47	15989	ELIANE GONÇALVES	15/08/1989	Deferido
48	15291	ELIANE HASSE BUCHHOLZ	12/01/1966	Deferido
49	9120	ELIANE MARISA MONE-RETTO	28/06/1977	Deferido
50	14827	ELIDIANE TAMAGNO	13/04/1985	Deferido
51	8749	ELISANDRA PINHEIRO VARGAS	06/03/1982	Deferido
52	15534	ELISANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA WEIMER	10/02/1977	Deferido
53	16589	ELIZABETE ALVES DA SILVA	02/07/1984	Deferido
54	14113	ELIZABETE KLIMKE DO NASCIMENTO	24/01/1963	Deferido
55	11441	ELIZIANE CRISTINA DE OLIVEIRA	25/10/1990	Deferido
56	14117	ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO	17/01/1985	Deferido
57	9844	FABIANA VENTURI	26/03/1981	Deferido
58	9895	FABRICIA INOCÊNCIO	04/12/1983	Deferido
59	14613	FERNANDA ADRIANO	04/05/1979	Deferido
60	9176	FERNANDA GALVEZ NO-CETTI COUTO	13/09/1986	Deferido
61	17844	FERNANDA MEDEIROS	29/12/1981	Deferido
62	15692	FLAVIA MARQUES DA SILVA	21/01/1977	Deferido
63	13979	FRANCIELE CANDIDO	30/05/1986	Deferido
64	9393	FRANCISLAINE CRISTINA DA SILVA	07/02/1976	Deferido
65	12817	GABRIELA ANA DOMINGOS	20/09/1986	Deferido
66	9923	GABRIELA DOS SANTOS DE SOUZA	13/10/1991	Deferido
67	16877	GABRIELA REINERT	13/09/1984	Deferido
68	17528	GEISA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS	15/02/1985	Deferido
69	14006	GISELE DA SILVA COUTO	08/04/1981	Deferido
70	16927	GISELE PRESTES DE SENA	13/04/1981	Deferido
71	14189	GRACIÉRICA APARECIDA ROSA GAUTO	19/07/1987	Deferido
72	9302	GRAZIELA DA SILVA PEREIRA	06/10/1981	Deferido
73	18377	HELOISA DEMÉTRIO	25/10/1985	Deferido
74	11960	HELOISA GRAF LENOIR	03/05/1985	Deferido
75	17263	HELOISA ROBERTA GOEDERT ROVETTO	31/10/1985	Deferido
76	17217	IARA MARIA DA ANUNCIACÃO CERQUEIRA	28/10/1964	Deferido
77	9323	ISABEL BAUMRUCKER	13/06/1985	Deferido
78	18980	JACILENE BARROS WILDE	25/11/1971	Deferido
79	10157	JANAINA BEATRIS ROCHA DA LUZ	05/01/1973	Deferido
80	9664	JANISLEY MARIA DA CUNHA	09/08/1993	Deferido
81	19451	JENNIFER ROHDE	10/05/2014	Deferido
82	8937	JESSICA MANOELA PORTO	08/02/1991	Deferido

83	15553	JOSIANE DE OLIVEIRA GONÇALVES	22/09/1979	Deferido
84	13390	JOSIANE DOS SANTOS VICTOR	06/06/1978	Deferido
85	9738	JOSIANE PEZENTI ALBUQUERQUE	21/05/1984	Deferido
86	10967	JOSILENE LOURENÇO	22/06/1981	Deferido
87	8916	JOSIMERE DE BORBA	07/07/1982	Deferido
88	19199	JUCELAINE DE FATIMA GROSS TAQUES	01/12/1975	Deferido
89	14210	JULIANA GARCIA MASCARENHAS	25/03/1983	Deferido
90	13615	JULIANA HOFFMANN KRIEGER	16/11/1986	Deferido
91	8999	JULIANA MELLIES BRAATZ	28/12/1983	Deferido
92	8931	JURACI MARIA ANTONIETTI	15/04/1954	Deferido
93	12024	LAIS BRAZ DA SILVA	23/12/1986	Deferido
94	14586	LEDINÉIA CORREIA BURCKHART	08/09/1978	Deferido
95	12632	LEONELA DE SOUZA NASCIMENTO	16/09/1983	Deferido
96	12754	LIDIANE SANTOS ISENSEE	01/01/1988	Deferido
97	15129	LILIAN GOMES RIBEIRO	05/07/1982	Deferido
98	17865	LUCIANA FAGUNES DO NASCIMENTO	08/09/1980	Deferido
99	12060	LUCIANA HELENA CRISPIM DA SILVA	21/12/1972	Deferido
100	15980	LUCIANA MARGI DA SILVA	14/09/1980	Deferido
101	14549	LUCIANE GILDA DOS SANTOS	21/11/1989	Deferido
102	18268	LUCILENE BATISTA DE MELO	14/09/1983	Deferido
103	11861	LUCIMARA DOS SANTOS	11/09/1983	Deferido
104	12526	LUCIMARA PEREIRA MANCIO ROSA	29/12/1974	Deferido
105	11083	LUIZA BERNADETE LEAL	07/10/1969	Deferido
106	18790	MAIARA FERNANDES CANDIDATO DESEJA CONCORRER A VAGA DE DEFICIENTE FÍSICO	25/10/1989	Deferido
107	19395	MARÍLIA ROSA MUSSO	13/01/1962	Deferido
108	17213	MARCIA DA SILVA	14/09/1979	Deferido
109	19983	MARCIA DOS SANTOS	04/06/1973	Deferido
110	12892	MARIA APARECIDA SILVA VIANNA	01/12/1945	Deferido
111	17866	MARIA DOLORES RODRIGUES DA SILVA	04/09/1970	Deferido
112	17145	MARIA ELI LOURENÇO	20/04/1974	Deferido
113	13382	MARIA IZABEL EMILIO REBELLO	27/04/1966	Deferido
114	9651	MARIA LIDIA PEREIRA PROVESI	20/08/1958	Deferido
115	12965	MARIÂNGELA PEDROZO DE OLIVEIRA	30/07/1982	Deferido
116	9288	MARISA MARLENE MAFRA	24/06/1966	Deferido
117	11587	MARISTELA CAMILO DA SILVA	30/01/1985	Deferido
118	8966	MARISTELA COELHO GALVEZ	23/09/1964	Deferido
119	10572	MARLI D DE ARAUJO MARTINS	03/06/1972	Deferido

120	9930	MARLI DE SOUZA	06/08/1978	Deferido
121	14451	MARLUCE CAMILA OURIQUES AMARO	26/06/1989	Deferido
122	20061	MÁRCIA DE CRISTO LEITE	19/10/1974	Deferido
123	14436	MELIZA DE AGUIAR DE JESUS	21/06/1973	Deferido
124	15586	MILENA COUTO VIEIRA	20/12/1980	Deferido
125	12318	MONICA FERREIRA	26/06/1978	Deferido
126	9848	NAIARA REIS	28/02/1986	Deferido
127	10102	NAZARETH BODART DOS SANTOS COUTO	10/06/1968	Deferido
128	9282	NELCI MARIA VIEIRA ALBINO	15/06/1968	Deferido
129	8812	PAMELLA CRISTINA RIBEIRO	24/12/1984	Deferido
130	14167	PAULA CRISTINA GONÇALVES	05/11/1983	Deferido
131	18090	PAULA DA COSTA SANTOS	13/09/1983	Deferido
132	15186	PAULA PRICILA DA SILVA KORB	14/02/1987	Deferido
133	11794	RENATA GONÇALVES	16/02/1982	Deferido
134	12422	RENATA LUIZ	14/04/1972	Deferido
135	14438	RENATALÚ MAFRA MIANES	22/02/1976	Deferido
136	10957	ROSA BARBOSA	28/02/1970	Deferido
137	11820	ROSANGELA NATALINA CURSEL OURIQUES	21/12/1977	Deferido
138	11895	ROSAURA DE ABREU GAUTERIO	26/10/1980	Deferido
139	16405	ROSÂNGELA APARECIDA ROTERS	24/01/1966	Deferido
140	18909	ROSEMER FARIAS DA SILVA	24/09/1979	Deferido
141	12768	ROSLEINE BURCKHART ANGIOLETTI	03/02/1980	Deferido
142	17800	RUTHE SILVA DOS ANJOS	17/01/1957	Deferido
143	16239	SAIONARA DA SILVA EMILIO	30/10/1985	Deferido
144	10523	SANDRA APARECIDA BECHER	31/01/1974	Deferido
145	18111	SANDRA BARILLI CIPRIANO	18/02/1980	Deferido
146	10559	SÍLVIA LETÍCIA FARIAS GRUMICHÉ	25/11/1972	Deferido
147	16536	SHEILA MARISTELA INÁCIO	02/05/1972	Deferido
148	15913	SHIRLEY FRANCISCO LISBOA	22/08/1985	Deferido
149	17821	SILVANA DA SILVA CARMARGO DE SOUZA	29/11/1975	Deferido
150	18918	SILVIA NASCIMENTO LIBORIO	31/08/1986	Deferido
151	18324	SIMONE ALVES TEODORO COELHO	30/07/1977	Deferido
152	12689	SOLANGE GORETI DA SILVA DOS SANTOS	23/10/1979	Deferido
153	8964	SONIA REGINA RODRIGUES BOTELHO	15/01/1971	Deferido
154	12558	SUÉLLI DREWS	10/09/1990	Deferido
155	12385	SUSANADESPESELL@GMAIL.COM	09/01/1978	Deferido
156	9032	SUZANA JOSÉ DA SILVA	12/09/1979	Deferido

157	18692	TANELISE VIGARANI PRUST	06/02/1975	Deferido
158	17035	TANIA REGINA GALVES PINTO	16/09/1962	Deferido
159	10199	TATIANE DA ROSA MIRANDA	05/01/1984	Deferido
160	13936	TÂNIA APARECIDA ALEXANDRE	21/11/1985	Deferido
161	15025	TÂNIA MARIA MARINI SBALCHIERO	13/01/1963	Deferido
162	19746	TEREZA JAZINSKI	28/04/1964	Deferido
163	18150	VÂNIA GISELE CORRÊA	30/10/1982	Deferido
164	9224	VERA LUCIA DA SILVA DOS SANTOS	01/12/1969	Deferido
165	17706	VISÂNGELA SAGÁS	18/03/1984	Deferido
166	11855	VIVIANE BATHEKE INOCÊNCIO	05/02/1977	Deferido
167	10950	VIVIANE CORREA FRANCO	26/05/1979	Deferido
168	14474	VIVIANE DOS SANTOS SIMÃO	15/09/1981	Deferido
169	11423	ZORAIDE WALDETE DA SILVA	09/04/1979	Deferido

Professor de Ensino Religioso (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Ensino Religioso (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Ensino Religioso (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17386	ADILSON VALDEMAR ROSA	17/01/1965	Deferido
2	19540	MARIO CESAR ALVES	21/10/1979	Deferido
3	14996	RODRIGO HOGENDOORN HAIMANN, OFS	06/09/1977	Deferido

Professor de Ensino Religioso (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15720	ALEX JORGE DE OLIVEIRA LIMA	18/09/1986	Deferido
2	8809	GILMARA ROCHA	03/10/1973	Deferido
3	18711	MARCIA SACAVEM	27/07/1964	Deferido
4	14148	NATHALIA WOLFF VIEIRA	30/01/1991	Deferido

Professor de Geografia (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Geografia (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Geografia (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16854	ADRIANA DA SILVA DOS SANTOS	28/10/1983	Deferido
2	9710	ALESSANDRA BRANDL MUNIZ DO AMARAL	06/10/1977	Deferido
3	16187	IANDRA BORGES	24/04/1984	Deferido
4	10260	IRACEMA FARIA	02/12/1966	Deferido
5	19972	JONATHAN MATTOS	26/03/1986	Deferido
6	11153	LUIZ FERNANDO SOARES	19/11/1977	Deferido
7	8909	NAYARA CAROLINE LEACHENSKI	16/09/1991	Deferido
8	20125	VÂNIA DE SOUSA GONÇALVES	21/02/1978	Deferido

Professor de Geografia (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19092	DIEGO AUGUSTO PAULO	15/10/1982	Deferido
2	18094	ELKE MARIA KELLERMANN	29/02/1960	Deferido
3	14082	ERALDO LOPES CARNEIRO	21/01/1962	Deferido
4	20063	WILSON DE OLIVEIRA NETO	28/12/1984	Deferido

Professor de História (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
------	----------	-------------------	-----------------	----------

1	14777	MIRELA CRISTINA LEITE	25/01/1991	Deferido
2	11035	RENATA MADUREIRA PAVAN	05/06/1993	Deferido

Professor de História (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9178	GABRIELA DIAS BLANCO	29/11/1987	Deferido
2	10882	PAULO ROBERTO VALADARES	23/09/1961	Deferido

Professor de História (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18848	AMILTON HENTCHEN	28/02/1964	Deferido
2	16363	BENTA CRISTINA SOUZA	28/10/1986	Deferido
3	14095	CÍNTIA SOARES	26/05/1987	Deferido
4	10625	CLÉO JUVENAL GONÇALVES	29/09/1982	Deferido
5	16626	DAIANA APARECIDA FONTANA CECATTO	05/10/1985	Deferido
6	18084	DOUGLAS DOS SANTOS	04/03/1990	Deferido
7	18895	ELISEU GOMES ISRAEL	29/06/1984	Deferido
8	9200	ELIZABETH LOISE E MASTELLA	04/03/1962	Deferido
9	9345	EVANDRO ROBSON SCHAEFER	10/02/1987	Deferido
10	9682	JOSÉ AFONSO DE VARGAS	24/08/1974	Deferido
11	19879	MARIA LEOPOLDINA INOCENCIO CAMARGO DA SILVA TOLEDO CRUZ	13/02/1981	Deferido
12	17767	MARJHORYE LUCINGER RUIZ	01/04/1980	Deferido
13	14403	MÁRCIO ROBERTO DE OLIVEIRA	26/10/1980	Deferido

14	10412	PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA	08/09/1964	Deferido
15	10165	PAULO ROBERTO KUSTER	27/07/1987	Deferido
16	11273	RODRIGO LIMA MOTHE	27/08/1986	Deferido
17	11505	SAMARA DANTAS TRIGUEIRO DE OLIVEIRA	20/04/1983	Deferido
18	9009	SAMARA MAELI DA SILVA ELEUTÉRIO	22/06/1993	Deferido
19	10348	VANESSA DE OLIVEIRA TEIXEIRA DA CRUZ	16/04/1990	Deferido
20	19690	WALDEMIR KOHLER	02/07/1962	Deferido
21	19875	WLADEMIR VIEIRA	10/02/1979	Deferido

Professor de História (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18071	ANGÉLICA SILVA FORTUNATO	15/12/1970	Deferido
2	12179	DANIELE MIRANDA RODRIGUES	25/03/1979	Deferido
3	15292	DÉBORA DOS ANJOS SANTOS	09/01/1992	Deferido
4	10320	IVANILDO QUADROS	05/04/1975	Deferido
5	11210	JEFERSON WILLIAM MUELLER	04/06/1978	Deferido
6	18528	JOÉLIA DA COSTA SILVA	14/09/1992	Deferido
7	19031	JORGE BARGORDAKIS JUNIOR	07/12/1967	Deferido
8	17969	KARLA CRISTIANE DA SILVA	25/08/1987	Deferido
9	14233	MARIA EMILIA DA SILVA	03/02/1957	Deferido
10	13834	MATHEUS FRANCISCO DA SILVA	16/02/1995	Deferido
11	13659	SURAIA APARECIDA DE SOUZA	01/04/1959	Deferido
12	18331	TATIANA NERI SIMOES	07/01/1980	Deferido
13	16371	TATIANA DA SILVA RODRIGUES	13/08/1973	Deferido

14	18121	THYRCIANE FEITOSA DE SANTANA	09/05/1989	Deferido
15	18027	WALMOR PEDRO ANTONIO DE AZEVEDO	21/07/1993	Deferido

Professor de Inglês (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16654	MARIA BENTA EMÍLIO	12/06/1965	Deferido

Professor de Inglês (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Inglês (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10599	ADRIANA ERBS	09/08/1982	Deferido
2	9052	CELINO DA SILVA SANTOS	06/11/1982	Deferido
3	16592	EDIMÉIA APARECIDA SACHETTI	24/10/1963	Deferido
4	18727	ELISANGELA SILVA LINALDI	27/10/1982	Deferido
5	10104	GISELE DE FATIMA BALDO BISPO	16/05/1982	Deferido
6	20105	JOICE DAIANA POMPEU SILVA	25/11/1992	Deferido
7	19850	LETICIA GUTTERRES PORTALET	02/10/1972	Deferido
8	10968	MIRELLA SHELLIGAN MAIA RIBEIRO	16/02/1978	Deferido
9	20102	RONALDO RYAN VASCONCELOS LIMA	28/05/1990	Deferido
10	8716	SUZAN CRISTINA LEAL	19/04/1989	Deferido

Professor de inglês (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19147	RENE FANTIN ARNOLDO	11/04/1986	Deferido

Professor de Língua Portuguesa (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10055	ADEMARI VIEIRA	02/06/1985	Deferido
2	15358	BRUNA ALEXANDRA FRANZEN	06/01/1989	Deferido

Professor de Língua Portuguesa (10h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Língua Portuguesa (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17191	ANA ALICE TEIXEIRA	22/07/1977	Deferido
2	15973	ANDRÉA DE CÁSSIA SILVEIRA DE OLIVEIRA	01/02/1980	Deferido
3	9535	CARLOS ALBERTO MEDEIROS	15/06/1970	Deferido
4	14445	CAROLINE CABRAL FERREIRA	09/04/1983	Deferido
5	11819	CRISTIANE DA CONCEIÇÃO CERQUEIRA	28/12/1979	Deferido
6	19413	DAILON SOARES RODRIGUES	07/12/1978	Deferido
7	20148	EDSON FABRICIO DE SOUZA	18/06/1985	Deferido
8	10235	EVERTON DE OLIVEIRA LEAL	02/06/1978	Deferido
9	10238	GABRIELLE GUEDES DELLAMEA	27/06/1982	Deferido
10	16863	GISELE ONOFRE VIEIRA	06/08/1978	Deferido
11	13211	JEANE CAROLIUNE THEISS	25/03/1983	Deferido

12	19158	JULIO CESAR MORAES	15/02/1967	Deferido
13	11996	JUSSARA RISSATTO	31/03/1966	Deferido
14	17933	LILIAN MARIA DA SILVA SANTOS	12/12/1975	Deferido
15	11724	LUCIENE EVANGELISTA DOS SANTOS SILVA	13/01/1968	Deferido
16	11834	MARGARETE ELSA GROSS REINKE	04/02/1951	Deferido
17	17908	MICHEL OLIVEIRA DE SOUZA	12/08/1983	Deferido
18	9064	NADIR BETT JANUARIO	29/06/1978	Deferido
19	18706	NÁDA NICE DA LUZ	30/04/1965	Deferido
20	12756	VANESSA CRISTINA TAVARES LOPES VIEIRA	06/04/1981	Deferido

Professor de Língua portuguesa (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11823	ALINE NUNES DA SILVA MICOSKI	05/02/1978	Deferido
2	18083	DAVID ALEXANDRE FARIAS	10/02/1979	Deferido
3	9966	LUCIANA MABA DA SILVA	31/01/1977	Deferido
4	11522	1. TATIANE ROBERTA VIEIRA CORRÊA	12/04/1981	Deferido
5	14941	2. WILSON ROBERTO NATIVIDADE COSTA	25/08/1977	Deferido

Professor de Matemática (10h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Matemática (10h) Não habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17874	ANDRÉA SOUZA PAES	02/02/1975	Deferido
2	20053	CARLOS FRANCISCO MATTANA	02/01/1962	Deferido

Professor de Matemática (20h) Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17149	ANTONIO EDUARDO PINHEIRO	27/09/1981	Deferido
2	9704	ANTONIO LUIS MUNIZ DO AMARAL	21/05/1971	Deferido
3	16024	CARLOS ALBERTO DIAS CAMARGO	05/05/1975	Deferido
4	14736	CÉLIA REGINA DE ANDRADE PEREIRA	13/08/1952	Deferido
5	19518	CLAUDIOMIRO MACIEL DE OLIVEIRA	22/12/1976	Deferido
6	19186	CLEBER BRUNNER	02/04/1985	Deferido
7	9435	CRISTIANE MARILENA DA SILVA	11/06/1980	Deferido
8	18097	JONAS WALTRIK	08/10/1985	Deferido
9	15922	JOSELITO LINHARES	14/09/1969	Deferido
10	19493	JOSENE PATRICIA CHEGATTI (acesso fácil)	26/06/1975	Deferido
11	19533	LÍGIA MARA EVARISTO	04/07/1964	Deferido
12	13300	MAURICIO VALPIR DA SILVA	13/09/1970	Deferido
13	13401	MÁRCIA VALÉRIA GUEDES LEI RODRIGUES	12/10/1969	Deferido
14	10099	MÁRIO JOSE PIRATH	02/03/1958	Deferido

Professor de Matemática (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16389	ANDERSON DE SOUZA	08/02/1988	Deferido
2	19057	ARMANDO CARMO DA SILVA JÚNIOR	06/04/2062	Deferido
3	19778	BIANCA CRISTINA BONELLI	11/10/1984	Deferido
4	12409	CRISTIANO EDUARDO MACHADO	02/09/1979	Deferido

5	13078	EMERSON JOSÉ DA SILVA	31/10/1989	Deferido
6	12344	FERNANDO RODRIGUES ORLOSKI	08/12/1990	Deferido
7	19887	JOAO BATISTA DA SILVA	24/10/1973	Deferido
8	12439	JOSÉ ELIAS DE JESUS	18/12/1960	Deferido
9	18675	MAURICIO MENDES DA SILVA	07/11/1987	Deferido
10	19908	MILTON VALENTIM DOS SANTOS JUNIOR	14/10/1981	Deferido
11	14012	RAFAEL NOLASCO SGNAOLIN	01/04/1992	Deferido
12	11775	ROGÉRIO TAIZO DE MELO	17/12/1978	Deferido

Professor de Séries Iniciais (20h) Magistério Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	8947	ALESSANDRA ALVES CASERES DA SILVA	26/03/1981	Deferido
2	9580	ANA ROSELI LUDVICHAK DE SOUZA	30/08/1961	Deferido
3	18392	ANDRÉA EVELISE CERRI	10/12/1985	Deferido
4	16053	ANGELA RIBEIRO MACHADO LOPES	11/02/1980	Deferido
5	13978	ARIANE SOARES ALVES	04/07/1985	Deferido
6	13156	CLÁUDIA RUTH DA SILVA	22/08/1988	Deferido
7	8733	DÂMARIS CORRÊA	02/02/1971	Deferido
8	13605	FRANCIELE CRISTINA SCHMITT	29/05/1987	Deferido
9	11173	JOSIANE RITA CELISTA	29/11/1990	Deferido
10	16038	KATIANE MARIA GARCIA	26/08/1973	Deferido
11	9041	LUANA CRISTINA FONSECA	04/03/1983	Deferido
12	10667	MARIA APARECIDA INACIO	06/11/1970	Deferido
13	17218	MARILENE CLAUDINO	03/05/1979	Deferido

14	13756	PRISCILA ALVES	31/07/1982	Deferido
15	11474	REGIANE MARINA DE MATTOS	24/09/1976	Deferido
16	18475	ROSIMEIRE-MORINIGO	13/07/1979	Deferido
17	11122	SILENE BARBOSA LEITE VIEIRA	11/04/1975	Deferido
18	16130	SUELI MARIA TRIMMER SILVA DA CUNHA	30/07/1963	Deferido
19	11217	TEREZA DOS SANTOS INACIO	19/09/1965	Deferido

Professor de Séries Iniciais (20h) Não Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10103	CAROLINE MENDES BORTOLATO	11/01/1990	Deferido
2	13628	DAIANE PATRICIA PEREIRA	05/05/1994	Deferido
3	12528	FABIA SIMONE DE AGUIAR	24/12/1974	Deferido
4	18890	GIOVANA LUCIA MONTREZOL VIEIRA PEREIRA	04/05/1965	Deferido
5	14319	GISELLY TABORDA LIMA QUADROS	01/09/1981	Deferido
6	12951	JESSYK DA CUNHA	23/10/1991	Deferido
7	9913	JOELMA ROMAO	09/03/1986	Deferido
8	19259	JOSETE BEZERRA DE MELO SILVA	28/04/1969	Deferido
9	11536	KATIA CILENE KLOPPPEL MIRANDA	29/06/1969	Deferido
10	19323	LAIS DA SILVA	05/03/1988	Deferido
11	10113	LETÍCIA RANGUET NASCIMENTO	03/05/1990	Deferido
12	13178	LUCILÉA MARIA BENTO MIGUEL	03/10/1984	Deferido
13	14015	MARIA APARECIDA VIEIRA BORTOLATO	27/05/1969	Deferido
14	13755	MARIA ELENA GUBERTT	06/08/1966	Deferido
15	15734	PATRICIA DE SOUZA	23/05/1987	Deferido

16	14046	ROBERTA DOS SANTOS DE LIMA	25/01/1981	Deferido
17	10360	TATIANY REGINA FABENI	06/02/1989	Deferido
18	14016	VALCILENE CRISTIANE BORTOLATO	09/08/1988	Deferido

Professor de Séries Iniciais (20h) Superior Habilitado - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17662	ADELINA DIAS PEREIRA	11/08/1966	Deferido
2	12148	ADRIANA PRESTES FURTADO	20/07/1976	Deferido
3	11972	ALINE LUISA SOUZA GONZALES	02/04/1980	Deferido
4	17268	AMANDA FELÍCIO DOS SANTOS	27/12/1974	Deferido
5	15364	ANA CAROLINE RAUE	20/05/1992	Deferido
6	16707	ANA MARIA ANGIOLETTI	26/07/1962	Deferido
7	19843	ANDRÉA PETRY	29/11/1976	Deferido
8	9417	ANDRÉIA RODRIGUES DOS SANTOS BATISTA	30/09/1985	Deferido
9	11341	ANDREA RODRIGUES	24/05/1977	Deferido
10	15648	ANDREIA GERALDO	09/04/1980	Deferido
11	12306	ANTONIA EDINICE RODRIGUES DE ARAUJO	13/06/1976	Deferido
12	15084	CARINA KRUGER PENZ	04/11/1993	Deferido
13	9611	CARLA DA SILVA EMILIO	07/11/1979	Deferido
14	9674	CARMEN CLEDI SCHWERTZ ALVES	21/10/2062	Deferido
15	12478	CHARLENE OLIVEIRA BRÁZ	25/07/1981	Deferido
16	9351	CHARLES ALBERTO PASSOS	03/10/1971	Deferido
17	13233	CHRISTIANE DA SILVA DE SOUZA	19/04/1974	Deferido
18	10668	CINTIA RENATA CABRAL	23/02/1984	Deferido

19	16869	CLAUDEMIRA NOVAIS ALVES	27/01/1979	Deferido
20	19215	CLAUDETE APARECIDA DA SILVA LOURENÇO	12/12/1966	Deferido
21	10705	CLAUDIANE PIERRE	26/09/1971	Deferido
22	15642	CRISTIANA DE SOUZA D'OLIVEIRA	06/06/1976	Deferido
23	10666	CRISTIANE SEVERINO	05/11/1972	Deferido
24	18698	CRISTIANI MARIA AMORIM	21/08/1974	Deferido
25	11014	CRISTINA PAULO MONTEIRO	15/10/1973	Deferido
26	15276	CRISTINA RUTE MOLINARI ROCHA	31/01/1964	Deferido
27	14070	DAMARIS BEUTER DO PRADO	31/05/1978	Deferido
28	10170	DANIELA BARON KOLHER	02/12/1979	Deferido
29	19400	DANIELA CRISTINA MICHELI	01/01/1981	Deferido
30	11980	DANIELA GONÇALVES	03/06/1986	Deferido
31	11731	DANIELA RAMOS URBANETTI	30/06/1978	Deferido
32	14739	DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA	19/05/1980	Deferido
33	19681	DENIELLE PATRICIO DOS ANJOS	19/09/1986	Deferido
34	9373	EDILENE IRIS CALDEIRA LOURENÇO	14/01/1984	Deferido
35	12792	ELAINE CRISTINA DA TRINDADE	31/05/1989	Deferido
36	19645	ELAINE REGINA BAPTISTA CACCIA	05/11/1977	Deferido
37	16932	ELEINE LÉA BAADER	04/05/1075	Deferido
38	11795	ELIANA CRISTINA GAMA DA SILVA	03/05/1971	Deferido
39	8986	ELIANE DE FATIMA RAMOS	09/11/1978	Deferido
40	11106	ELIETE AMARO	13/09/1972	Deferido
41	9360	EMERSON LUIZ NASS	22/03/1964	Deferido

42	17066	EVA APARECIDA FERNANDES ARAÚJO	20/03/1986	Deferido
43	15066	FABIANA DE QUEIROZ BORGES RODRIGUES	14/12/1977	Deferido
44	11236	FABIANA REGINA DE SOUZA SANTOS	13/04/1969	Deferido
45	16900	FABIANE DALLAGO	06/11/1979	Deferido
46	18136	FERNANDA SILVIA DOS SANTOS	06/08/1990	Deferido
47	8894	FLAVIA KARINE FEITOSA DE SOUSA	03/01/1974	Deferido
48	17625	FLÁVIA RODRIGUES FERREIRA	28/02/1988	Deferido
49	17554	FRANCIANE CONCEIÇÃO ROSA DE ALMEIDA	27/11/1987	Deferido
50	8774	FRANCIELLI DE LIMA	14/01/1985	Deferido
51	15810	GARDENIA DE FATIMA ALVES ROSA MATIAS	18/05/1959	Deferido
52	15845	GRAZIELA DA SILVA FLORES	09/05/1981	Deferido
53	18927	GRAZIELE LOURENÇO FERREIRA	13/05/1986	Deferido
54	8892	JANAINA FORLIM DE SOUZA	20/09/1981	Deferido
55	9586	JANAINA MANISCALCO FELÍCIO DE SOUZA	14/07/1975	Deferido
56	9637	JANINI LAURECI ALBANO FRANCISCO	30/09/1981	Deferido
57	12714	JEAN CARLOS RIBEIRO	06/05/1971	Deferido
58	8739	JOCIMARA PEREIRA MEZZON	24/09/1970	Deferido
59	9404	JONATA JOSUÉ SCHULZE	13/11/1987	Deferido
60	13939	JONIA GUIMARÃES VIEIRA	19/07/1979	Deferido
61	15005	JOSEMARY LUCY POFFO RONCAGLIO	24/02/1967	Deferido
62	9497	JUCELEI PEDROZO DOS SANTOS DE SIQUEIRA	07/11/1985	Deferido

63	16008	JUCELIA PEREIRA	14/10/1987	Deferido
64	11112	JUCINEIA MARTINS NAZARIO	05/08/1978	Deferido
65	9543	JUSCELINO OLIVEIRA	17/05/1961	Deferido
66	13443	JUSSARA MARIA THEISS	28/07/1986	Deferido
67	16645	KARIN MARCELLOS PEREIRA	23/10/1956	Deferido
68	19739	KATIA DA SILVA FIGUEIREDO	02/01/1964	Deferido
69	19507	KEITY LIMA PALOMBO	20/03/1989	Deferido
70	11697	LETICIA CASSIMIRO DA SILVA CARDOSO	24/01/1987	Deferido
71	13598	LILIANNE RIBEIRO BURLIER DA SILVEIRA	20/09/1982	Deferido
72	18514	LORENI TERESINHA DE LIMA	17/06/1973	Deferido
73	8899	LUANA LAIS DA COSTA CAMPOS	22/05/1991	Deferido
74	12801	LUCIANA TRAMONTIN NOLLI	20/08/1978	Deferido
75	11056	LUCILE PATRICIA FONSECA	16/06/1978	Deferido
76	19921	LUIZA RAMOS DE LIMA COUTO	06/01/1969	Deferido
77	16638	MAIARA CRISTINA SAGAS DALL AGNOL	10/11/1985	Deferido
78	14723	MARCIA D OLIVEIRA STEFFEN	15/01/1974	Deferido
79	14005	MARCIA RODRIGUES CARDOSO	14/10/1971	Deferido
80	9853	MARIA APARECIDA DA SILVA	29/05/1968	Deferido
81	9705	MARIA APARECIDA SERAFIM	11/08/1966	Deferido
82	14186	MARIA DE FATIMA DE SOUZA	26/10/1967	Deferido
83	17562	MARIA FÁTIMA DA SILVA RIBEIRO	13/10/1961	Deferido
84	12684	MARIA JOSÉ DEBARBA	04/02/1958	Deferido

85	12279	MARIA VERONICA DE OLIVEIRA FUJIWARA	04/03/1960	Deferido
86	11969	MARIÂNGELA COGO SILVA	09/12/1972	Deferido
87	10926	MARILENE BATTISTI	08/11/1964	Deferido
88	14166	MARILUCIA DA LUZ TORMEN CRIVELETTI	09/09/1970	Deferido
89	12799	MARISE LINDOMAR COUTO	29/08/1974	Deferido
90	14337	MARLI REGINA PACHECO FAUSTO	29/02/1968	Deferido
91	18886	MÁRCIA BARABARA SCHIZZI RIBEIRO DE DEUS	15/04/1982	Deferido
92	11784	MELISSA PONTES REBÊLO	25/06/1978	Deferido
93	11949	MICHELLI CRISTINA PEREIRA	20/07/1982	Deferido
94	18291	MIRIAM VIEIRA	26/01/1987	Deferido
95	19856	MÁIRA ROSANA GOMES LIMA	11/12/1980	Deferido
96	11075	NEUSA LUZIA DA ROCHA COSTA	05/10/1952	Deferido
97	10378	NEUZA MARIA DE SOUZA	09/01/1962	Deferido
98	19110	NEUZA MARIA DOS REIS	04/08/1968	Deferido
99	16771	PATRICIA BITTEN-COURT	13/09/1981	Deferido
100	10852	PATRICIA HERING DOS SANTOS	01/09/1977	Deferido
101	15144	PATRICIA PEDROSO DA SILVA LIMA	24/06/1992	Deferido
102	16634	RAQUEL PALOMA DA SILVA	20/11/1976	Deferido
103	12033	RAQUEL WOSNIAK NAUMANN	07/07/1989	Deferido
104	10862	REGIANE FERNANDA CALDONHO	22/04/1978	Deferido
105	8796	REGINA MARIA DA SILVA	08/03/1961	Deferido

106	16648	RITA DE CASSIA DA CUNHA BITTENCOURT	10/09/1975	Deferido
107	14494	RITA ROSE KORMANN	01/10/1956	Deferido
108	11239	ROBERTA APARECIDA NADALINI AGUIAR	21/08/1980	Deferido
109	19595	ROSANGELA CHIMKA	09/07/1976	Deferido
110	11090	ROSANGELA MARIA SENFF WILLE	21/11/1969	Deferido
111	12807	ROSELI CUNHA	24/10/2014	Deferido
112	16118	ROSENITE MARTINS	17/07/1964	Deferido
113	16602	SABRINA MARCELINO DIAS DA SILVA	01/01/1989	Deferido
114	14087	SAMIA HASSAN RESLAN	22/01/1979	Deferido
115	15146	SARA BOGUCHESKI DE MORAES	15/03/1974	Deferido
116	19698	SARA JANE ULLIRSCH DE OLIVEIRA	05/08/1990	Deferido
117	9803	SHIRLEY SCHNEIDER SCHREIBER DA COSTA	29/01/1984	Deferido
118	16644	SILVANA LETICIA DUMKE	24/06/1982	Deferido
119	19543	SIMONE CARRÃO ESTRELA	21/01/1986	Deferido
120	9057	SIMONE FELICIO REGIS	14/07/1984	Deferido
121	9688	SIMONI BRUNNER	07/09/1985	Deferido
122	16973	SOILA CRISTINA DICKMANN DE OLIVEIRA OLIVEIRA	21/04/1971	Deferido
123	10108	SUZELE BENTA DO NASCIMENTO	06/03/1985	Deferido
124	15512	TAMARA APARECIDA DOS SANTOS	10/05/1986	Deferido
125	14606	TEREZINHA DE JESUS VALENTIM DE OLIVEIRA	05/04/1969	Deferido
126	18520	VALÉRIA RIBEIRO BROSLAVETZ	07/02/1989	Deferido
127	9712	VALDELIRIA MIOTTO	28/12/1973	Deferido

128	14091	VALDILEA SANTOS COIMBRA	07/09/1976	Deferido
129	9776	VANDERLÉIA MEDEIROS GELSLEICHTER	17/12/1977	Deferido
130	19703	VANI FRANCISCA INÁCIO	23/06/1959	Deferido
131	9445	WILLIAMS CORRÊA	05/12/1989	Deferido

Professor Sala de Recursos Multifuncionais (20h a 40h) - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10256	ALESSANDRA VIEIRA	11/10/1971	Deferido
2	11310	ANA LUCIA FREIBERGER	08/06/1989	Deferido
3	14584	FABIO ALVES	26/02/1983	Deferido
4	13948	FÁBIO DE ARAÚJO PEREIRA	11/06/1983	Deferido
5	19596	FLORACI BUSS	11/09/1966	Deferido
6	19659	ILCA SCHLINDWEIN	14/04/1967	Deferido
7	19571	LUIZIANE VENTURINI GONÇALVES	23/02/1978	Deferido
8	13685	MARIA CRISTINA SANTOS ALVES	13/10/1954	Deferido
9	10381	MARILIA MARIA DE SOUZA	13/10/1964	Deferido
10	16852	MONICA SOARES BASCHTA	00/00/0000	Deferido
11	18888	NORA NEY NOEMIA TERAGI	05/01/1956	Deferido
12	8908	ROSALINA FERNANDES DOS SANTOS	25/12/1966	Deferido
13	10374	ROSE LEDI GOETZ GOETZ	11/01/1961	Deferido

Psicólogo - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16418	ADRIANA ANTUNES DA SILVA	01/07/1972	Deferido
2	11719	ANA PAULA BATISTA CASSOL	20/10/1978	Deferido

3	19945	ANGELIT ALVES DA SILVA	08/03/1959	Deferido
4	18916	ARIELA SERAFIG DA SILVA	26/10/1986	Deferido
5	12551	BIANCA REGINA FORNARI	23/03/1967	Deferido
6	10117	DÉBORA SO- LIGO ARALDI	24/02/1987	Deferido
7	19670	ELLEN CRIS- TINE MERKEL	11/06/1980	Deferido
8	18474	FERNANDA MARTINS DEQUI	29/04/1979	Deferido
9	19141	GISELE BEGE	04/05/1982	Deferido
10	20037	GRACE MEDEIROS GAMA SAN- TOS	15/09/1966	Deferido
11	18707	GRASIANI OLIVEIRA	21/12/1982	Deferido
12	15854	GUILHERME CORREA	06/07/1978	Deferido
13	10804	HELOISA FRENSCH FAUSTINO NASCIMENTO	20/09/1983	Deferido
14	14679	JAQUELINE ROCHA	14/12/1990	Deferido
15	17661	JÉSSICA GRACHTEN FRAGA	08/04/1989	Deferido
16	20014	KAROLINE BRAUN	18/10/1978	Deferido
17	17427	MARCOS SCHIIVAN	24/01/1979	Deferido
18	17402	MARILENE DA SOLIDA- DE PEREIRA DA SILVA	26/08/1969	Deferido
19	20154	MARILSA REMEDI RIBEIRO	21/03/1973	Deferido
20	17999	PATRICIA PINTO WICK- BOLDT	26/02/1990	Deferido
21	17399	PAULO RO- BERTO WO- VST LEITE	09/02/1969	Deferido
22	17387	RAISSA FERNANDA COLARES DE NÓVOA	15/11/1991	Deferido
23	16787	ROBERTA FELTRIM STEL	30/03/1982	Deferido
24	12540	ROBERTO LEON REICH NETO	09/03/1984	Deferido
25	14010	ROSANGELA NOVAES BA- TISTA PRADA	27/10/1966	Deferido

26	13344	TAINÁ HO- FFMEISTER CUSINATO	16/08/1990	Deferido
27	20163	THAMARA GARCIA DEL MIR	18/10/1978	Deferido
28	17214	THAYNARA LECH WENDT	03/04/1991	Deferido
29	13084	VANESSA CA- SAGRANDE	05/11/1992	Deferido
30	11977	VANESSA CE- LINA ALVES DA SILVA	14/02/1984	Deferido
31	19753	VICTÓRIA GARCIA FREITAS	03/10/1991	Deferido
32	12534	WALEXAN- DRA LEONOR PRANGE	23/05/1992	Deferido
33	19265	WEULER SILVA ZUKO- WSKI	10/01/1987	Deferido

Recepcionista - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nasci- mento	Situação
1	17428	ALESSANDRA MIKOSZ	13/08/1973	Deferido
2	19157	ANA CAROLI- NA DA SILVA DO NASCI- MENTO	29/09/1990	Deferido
3	12211	CRISTINA APARECIDA AMARAL	15/12/1965	Deferido
4	12910	DANIELA ESPERANDIO LUDOVINO	18/08/1994	Deferido
5	19609	ESTER PEREIRA DOS SANTOS	09/02/1993	Deferido
6	12183	GEINE PAULA DE OLIVEIRA	26/02/1995	Deferido
7	11920	JOSIANE CONSTANTE	05/01/1985	Deferido
8	16093	LUCIMAR SIL- VERA BRITO	30/11/1977	Deferido
9	13430	MATHEUS ALBERTO DE SOUZA	05/02/1996	Deferido
10	17916	PRISCILA APARECIDA LISBOA	10/05/1993	Deferido
11	18352	RAFAELA MACHADO ROSA	20/02/1991	Deferido
12	9449	ZANDRIA CARLA NEGREIROS DA SILVA STRUTZ	16/05/1978	Deferido

Técnico em Enfermagem - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16522	ANA MARTA SANTOS OLIVEIRA	29/08/1976	Deferido
2	17987	ANGÉLICA NECKEL DE OLIVEIRA	11/09/1991	Deferido
3	16909	CHARLES DOUGLAS CANTANHEDE CABRAL	07/10/1976	Deferido
4	17814	DELZIA ANNA BISI PINTO	26/07/1981	Deferido
5	13970	DIONE FATIMA DE SOUZA	15/06/1967	Deferido
6	17891	ELENICE LEITE DE LIMA	27/09/1979	Deferido
7	18780	ELIZETE MARIA DE SOUZA MACHADO	25/04/1981	Deferido
8	13169	FABIANA CRISTINA DE OLIVEIRA MARCAL	15/02/1979	Deferido
9	19467	INELVIA NONATO DA SILVA	18/03/1980	Deferido
10	20026	IRACEMA SERAFIM BERETTA	27/12/1965	Deferido
11	14508	JEANE CRISTINA RAMOS DE CAMPOS	29/10/1975	Deferido
12	20301	JOSIANI APARECIDA BUENO	21/02/1983	Deferido
13	19923	KARIM MORAES DA CRUZ CORREA	17/11/1979	Deferido
14	13333	LUCIANE APARECIDA MIRANDA	17/12/1982	Deferido
15	10447	MIRIÃ ANACLETO	27/11/1996	Deferido
16	15249	PETRONA OZUNA DOS SANTOS	29/06/1969	Deferido
17	15493	PRISCILA ALVES DA SILVA TEIXEIRA	14/08/1978	Deferido
18	19256	PRISCILA ROBERTA SANTOS	03/07/1983	Deferido
19	9627	RAQUEL VICENTE	02/07/1974	Deferido
20	14820	RICARDO BEZERRA DE OLIVEIRA	07/03/1980	Deferido

21	17320	ROSA BELO CARDOSO DE ALMEIDA	19/10/1980	Deferido
22	18573	ROSÂNGELA TEREZINHA DE OLIVEIRA MÔR CHAVES	27/12/1958	Deferido
23	15416	ROSILENE PEREIRA	22/06/1976	Deferido
24	12819	SIMONE CONTEZINI	28/04/1981	Deferido
25	20176	SOLANGE REGINA NUNES GOMES	05/02/1965	Deferido
26	13352	TIAGO JOSÉ FURONI	28/02/1985	Deferido
27	14765	VALERIA BUENO	10/09/1981	Deferido
28	9316	VERA LUCIA PEREIRA NEVES TURELLA	11/03/1969	Deferido
29	19452	ZORAYA DOS SANTOS	22/06/1970	Deferido

Técnico em Enfermagem ESF - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13365	ANGELA MARIA SIMAO BORGES	10/07/1959	Deferido
2	8932	DEBORA VANESSA BARBOSA DE MORAES	21/11/1978	Deferido
3	17367	LILIAN KELLI HELT	04/06/1987	Deferido
4	16901	LUCILENE PROVEZI VIEIRA	27/12/1965	Deferido
5	13318	MANUELLE HERMANN	25/03/1979	Deferido
6	15376	MARISETE DE AMARAL BASTOS	31/07/1976	Deferido
7	12053	PHAMELA LEIRIA HERNANDORENA	24/09/1988	Deferido
8	15669	ROSANE APARECIDA BARBOSA	26/11/1968	Deferido

Técnico em Enfermagem SAMU - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16094	ANA CAROLINA DE CASTRO SIMÕES	02/01/1988	Deferido
2	13099	ANDRÉ LUIZ MACHADO	31/08/1987	Deferido

3	12877	ANGELITA IZIDORO JACINTHO	18/02/1970	Deferido
4	10697	ANGELO MARCIO RAMOS	13/07/1982	Deferido
5	16344	ERIKA PATRI- CIA SILVA	14/10/1978	Deferido
6	20314	HELIO ROQUE SO- BRINHO	02/07/1980	Deferido
7	20101	IZABEL BRUSTOLIN GEISEL	13/06/1967	Deferido
8	10333	JANAINA ANDRIETTI PINTO	08/01/1978	Deferido
9	19586	JULIANO BRONDANI BUSATTO	23/08/1984	Deferido
10	12191	MARENIE PEREIRA	09/08/1987	Deferido
11	17404	MARILENE BENTO PIS- SETA	21/01/1969	Deferido
12	13686	THIAGO VIL- CINSKAS	10/05/2014	Deferido

Técnico em Radiologia - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nasci- mento	Situação
1	17809	ADENIRDE ALVES DE BARROS	03/06/1973	Deferido
2	11380	ANA PAULA GRANEMANN	14/09/1982	Deferido
3	11717	ANDIARA CAROLINA NUNES SO- ARES	13/08/1990	Deferido
4	14363	ANDREA VICENTE	09/04/1971	Deferido
5	15257	ANGELA MARIA VELASQUES EMMEREN- CIANO	14/12/1971	Deferido
6	9747	BIANCA SABRINA DE OLIVEIRA	26/02/1993	Deferido
7	19693	CAIO EDU- ARDO DUTRA DE MOURA	14/09/1971	Deferido
8	20171	CAROLINE CAMILLO NURNBERG	14/05/1992	Deferido
9	20022	CÁSSIO CARRANÇA BUENO	05/11/1987	Deferido
10	13254	CHIRLENE MARIA TO- MAZ	30/04/1982	Deferido
11	13231	CLEIDE LABOR	07/04/1974	Deferido

12	9761	CRISTINA MARIA HAU- SER MAFRA	26/04/1977	Deferido
13	13113	DANIELE ARIANE DE SOUZA	02/09/1987	Deferido
14	17216	DANIELE GO- MES INÁCIO	08/03/1990	Deferido
15	9003	DIUVANA SANTOS SILVA	14/05/1986	Deferido
16	20268	ELIZA MAURINA COELHO	01/07/1984	Deferido
17	20124	FLAVIA MONTEIRO PRATA	30/05/1984	Deferido
18	16109	FRANCIEL- LE CARINE CAMPOS	07/05/1989	Deferido
19	8744	FRANCIELLE VICENTE ROSA	17/05/1987	Deferido
20	10749	GERLAN BERNARDI	26/07/1989	Deferido
21	11445	GERSON DE FRANÇA CARDOSO	22/12/1978	Deferido
22	18674	GILMAR CRUZ MA- CHADO	05/02/1985	Deferido
23	11983	GLEICK HEN- RIQUE BILSE SILVA	25/12/1986	Deferido
24	17763	ISABEL CRISTINA SANTOS	02/09/1978	Deferido
25	18915	IVANA SOILA VITORINO	03/07/1988	Deferido
26	19444	JÉSSICA DOS SANTOS EBLE	05/03/1991	Deferido
27	16508	JEFFERSON MARCELO RIBEIRO	17/04/1981	Deferido
28	18127	JOACIRA DE FATIMA DA COSTA ENNES	24/06/1978	Deferido
29	19902	KATIANE LINHARES VELASQUES	20/03/1987	Deferido
30	19519	LEANDRO CAVALCANTE LIMA	04/04/1986	Deferido
31	18846	LEDA MARIA SILVA	06/05/1977	Deferido
32	10761	LETICIA DA SILVA BRAGA	25/02/1978	Deferido
33	9474	LILIAN RE- BELO	10/10/1985	Deferido
34	13061	LISANDRA NAIARA DE SOUZA PEREIRA BORGES	08/08/1986	Deferido

35	19552	LORIANE EVELYN NASCIMENTO BLANCO SANTANA	14/10/1987	Deferido
36	9209	LUZIA DOS SANTOS MACHADO	13/12/1981	Deferido
37	14466	MALU TEIXEIRA MARCELO	21/09/1995	Deferido
38	19868	MARAISA CRISTINA POSTAL	13/06/1989	Deferido
39	13535	MARCELE CRISTINA DE ARAUJO	24/11/1983	Deferido
40	12953	MARCELO BARLETE	19/07/1986	Deferido
41	13793	MARCIO JOSÉ FRANÇA	06/08/1980	Deferido
42	11785	MARGARETE TERESINHA FERRANTI	05/03/1978	Deferido
43	17806	MARIA ENILDA DE MORAES	20/06/1982	Deferido
44	10992	MARIA SOLANGE SANTANA	28/05/1964	Deferido
45	19084	MARIANA FARINA	31/05/1989	Deferido
46	11548	MARILENE PIRES DOS SANTOS	18/01/1976	Deferido
47	18140	MARIO SERAFIM JUNIOR	08/09/1984	Deferido
48	11672	MICHELLE SANDINI	23/02/1977	Deferido
49	13933	NARA ROSE DA SILVA	09/10/1972	Deferido
50	19011	PATRICIA QUEIROZ RODRIGUES	08/12/1979	Deferido
51	20223	PATRICIA JUNGBLUTH THOMPSON FLORES	07/07/1982	Deferido
52	20080	PÂMELA DOS REIS SOARES	23/12/1993	Deferido
53	12174	PRISCILA DE LIMA CESÁRIO PEREIRA	05/11/1991	Deferido
54	19789	PRISCILA RIBEIRO DOS SANTOS	27/11/1983	Deferido
55	11841	RAFAEL COSTA SILVA	27/05/1990	Deferido
56	9932	RAFAEL MATTOS CORREIA	17/02/1982	Deferido
57	19710	RAFAELA NASCIMENTO DE SOUZA	28/01/1985	Deferido

58	12309	RAQUEL APARECIDA CASAGRAN-DA	09/07/1991	Deferido
59	15940	REGIANE RIGHETTO CABRAL	08/05/1981	Deferido
60	12272	REGINALDO ADENOR ELIAS	13/01/1987	Deferido
61	10670	ROBSON SALVADOR	21/05/1989	Deferido
62	11404	RODRIGO SALVADOR	19/08/1990	Deferido
63	19874	RODRIGO SOUZA ARAUJO	17/04/1979	Deferido
64	11574	ROSECLEIDE PEREIRA DA SILVA	21/02/1991	Deferido
65	9185	ROSILENE FERNANDES	04/10/1981	Deferido
66	18852	SÉRGIO DALVIM DE SOUZA	09/11/1967	Deferido
67	14867	SHEILA ELISA DA CRUZ	03/01/1989	Deferido
68	13252	SILVANA JÚLIA BENTO DA ROSA	23/11/1985	Deferido
69	11403	SILVIO JOSE DE SOUZA	01/11/1973	Deferido
70	19516	SIMONE CRISTINA VICENTE	24/04/1975	Deferido
71	19927	SIMONE KARINA MORAES DA CRUZ	21/01/1975	Deferido
72	10160	SOLANGE ADRIANO	20/07/1988	Deferido
73	14358	SOLANGE FRIGO ORSI POLIDORO	25/09/1973	Deferido
74	19405	TARCÍSIO JOÃO CABRAL	14/07/1970	Deferido
75	13483	TASSIANA ALESSANDRA LANGER	20/04/1990	Deferido
76	19183	THAYANARA SOSA	23/10/1991	Deferido
77	9695	THIAGO GARRIDO PEREIRA DA SILVA	11/11/1984	Deferido
78	11803	TIAGO ANDREI DE SOUZA	03/10/1988	Deferido
79	18147	VANESSA SIMONETTO	24/04/1986	Deferido
80	14159	VILMA PITTA PEREIRA	28/06/1970	Deferido
81	14084	VIVIANI DOS SANTOS BRENNER	07/03/1987	Deferido

Técnico em Saúde Bucal - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12706	ALESSANDRA PEREIRA JENSEN	26/09/1974	Deferido
2	19616	ALINE MENDES DA SILVA	08/08/1983	Deferido
3	19714	ELIZABETE MARLENE PATRICIO NEUKOM	24/02/1980	Deferido
4	11430	MORGANA PEREIRA	10/06/1975	Deferido
5	17341	SILVANA NASCIMENTO DIAS	03/03/1979	Deferido
6	17280	SIMONE NASCIMENTO DIAS DA COSTA	25/05/1976	Deferido
7	11437	SUELLEN BARBOSA	17/10/1991	Deferido

Veterinário - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9144	ANDRÉ LUIZ FRARE	18/05/1980	Deferido
2	10916	DANIELLA CAROLINE GAYA BALDANÇA	06/04/1990	Deferido
3	19781	DOUGLAS HIDEKI TANAKA	06/02/1984	Deferido
4	10018	FERNANDA EUCLYDES TAVARES	12/12/1989	Deferido
5	12511	GISÉLICA DE CÁSSIA GUERINI PADOVAN	11/01/1985	Deferido
6	13355	HANNAH LIA ETTIENE PERUCH LEMOS DOS SANTOS	01/02/1988	Deferido
7	10631	ISADORA RIBEIRO KANDER	11/04/1987	Deferido
8	8834	JÚLIO CÉSAR GOMES CALDEIRA	06/02/1985	Deferido
9	9338	KÁTIA NAOMI MINAKI	20/09/1985	Deferido
10	14155	NATHALIA ANDERSON CALOMENO	02/11/1990	Deferido
11	16593	PAULO HENRIQUE HINDELMANN	17/05/1991	Deferido

12	20164	RUDIARD NARDELLI	18/02/1984	Deferido
13	19138	TATIANE CALEFFO	15/09/1986	Deferido
14	16594	TAYNA PIRES DOBNER	09/03/1991	Deferido
15	19315	THAYRINE MINUZZI	12/03/1991	Deferido

Vigia - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11100	ARY JOSÉ DOS SANTOS	16/02/1962	Deferido
2	12603	ADALBERTO JORGE NASCIMENTO FILHO	06/02/1967	Deferido
3	19257	ADEMAR LUEBKE	21/07/1958	Deferido
4	19255	ADILSON LUEBKE	09/08/1982	Deferido
5	17142	ADMILSON BATISTA	25/10/1971	Deferido
6	14775	ANDRE XAVIER	28/11/1986	Deferido
7	19720	ANTONIO GERNECIO DIAS DA SILVA	09/11/1976	Deferido
8	11019	ARI F.PRESTES	14/07/1962	Deferido
9	9249	BENTO JOSE DOS SANTOS	11/02/1978	Deferido
10	15851	CASTURINA APARECIDA PAULISTA	28/07/1960	Deferido
11	20160	CELSO LEANDRO	01/06/2063	Deferido
12	18266	CLAIR ANTÔNIO LEANDRO	21/10/1970	Deferido
13	11282	DIOMAR LUIZ CORREA	11/10/1966	Deferido
14	19262	EDIVALDO PEDRO JOVENTINO	05/04/1953	Deferido
15	18362	EDU CIRINO INACIO	03/12/1954	Deferido
16	12947	ELIAS MIGUEL G ALBINO	01/10/1977	Deferido
17	9289	FILOMENA SHLEICHER	06/07/1969	Deferido
18	14433	GERALDO JORGE DA CRUZ	21/04/1954	Deferido
19	13943	GILMAR CHAGAS DE CHAGAS	30/06/1975	Deferido
20	17995	IRANI DOS SANTOS	25/07/1969	Deferido

21	13321	JAIR ANTONIO QUEIROZ JUNIOR	27/01/1994	Deferido
22	19981	JESSICA ALICE FORTUNA	02/02/1993	Deferido
23	15696	JOAO DE SOUZA BUENO	03/10/1964	Deferido
24	17179	JOCELAINE ALVES DE SOUZA	10/03/1986	Deferido
25	12993	JOSÉ PICOTI DA SILVA JUNIOR	06/11/1994	Deferido
26	19964	JOYCE APARECIDA PEREIRA	11/09/1983	Deferido
27	8706	JUSSARA MARIA GUIMARÃES DA SILVA	10/04/1957	Deferido
28	9422	KELEN CRISTINA DE LIMA ROSA	18/01/1979	Deferido
29	17190	LAERCIO SOUZA	01/07/1969	Deferido
30	9226	LILIANE ANTUNES DA SILVA	27/07/1988	Deferido
31	12605	LORETE FERNANDES	16/08/1955	Deferido
32	10825	LUCAS MARTINS ROLIM	24/09/1975	Deferido
33	10440	LUCIANA GALVAO	16/09/1981	Deferido
34	10842	LUIZ GONZAGA LUZ	21/06/1958	Deferido
35	8953	MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS	06/06/1981	Deferido
36	12212	MARCIA GOMES BALTAZAR	03/05/1971	Deferido
37	14510	MARI LUCIA DA SILVA	28/03/1977	Deferido
38	16774	MARIA LUIZA RODRIGUES DO AMARAL	11/09/1971	Deferido
39	10521	MARIA ZENILDA DE OLIVEIRA	17/11/1965	Deferido
40	16068	MARIO LUIZ DA ROSA	08/08/1913	Deferido
41	10192	NERI PEREIRA DE CAMPOS	01/11/1972	Deferido
42	18953	OSMAR SEIBT	08/05/1984	Deferido
43	10562	OSNI FLORENCIO ROSA	28/09/1949	Deferido
44	11241	PAMELA STEFANY MOREIRA OSORIO	06/08/1994	Deferido

45	15861	PATRICIA LUCIANA CARNEIRO	24/12/1975	Deferido
46	11539	PAULIMA DE OLIVEIRA	16/06/1994	Deferido
47	15857	PEDRO ANTONIO GOFFI	27/11/1956	Deferido
48	13268	SIDNÉIA DOS SANTOS XAVIER	24/08/1982	Deferido
49	19442	SONIA DECKER	14/11/1962	Deferido
50	17023	VALDIR JOSÉ DA SILVA	04/04/1974	Deferido
51	11455	VILMAR ROGERIO DA TRINDADE	25/10/1967	Deferido

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES 001/2014

ATO 007/iobv/001/14/CP

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL Nº 001/2014 DO CONCURSO PÚBLICO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, tornam público o que segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS, as inscrições deferidas do Concurso Público Edital 001/2014, conforme anexo I deste edital.

Navegantes, 03 de Novembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO I DO ATO 007/iobv/001/14/CP
INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DO EDITAL Nº 001/2014
DO CONCURSO PÚBLICO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Agente Comunitário de Saúde ESF - Ensino Médio

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19342	ADINALOIA PEREIRA DE SOUSA	21/12/1982	Deferido
2	19894	ADRIANO BORGES GOEDERT	18/07/1981	Deferido
3	16582	ALEXSANDRA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS	23/02/1994	Deferido
4	19285	AMANDA FERNANDA MIRANDA	14/07/1989	Deferido
5	19156	ANA CAROLINA DA SILVA DO NASCIMENTO	29/09/1990	Deferido
6	15459	ANA CLEIA DA SILVA	15/04/1962	Deferido

7	9995	ANA MARIA BETTONI QUEIROZ	14/09/1987	Deferido
8	16099	ANDRE LUIZ BATSCHAUER	09/10/1982	Deferido
9	10484	ANDREA ELOISE DANIEL PINHO DE SOUZA	18/09/1979	Deferido
10	10965	ANDREIA DO CARMO BORGES DOLESKI	08/10/1971	Deferido
11	19297	ANDREIA FELISBINO GENEROSO	08/03/1991	Deferido
12	9875	ANGELA DO CARMO PEREIRA IEGLI	08/08/1968	Deferido
13	9903	BARBARA CAMILA LINZMAYER DE SOUSA	05/11/1992	Deferido
14	19463	BÁRBARA CRISTINA DA SILVA	08/08/1993	Deferido
15	18072	BERNADETE RAMOS BARBOSA	01/11/1972	Deferido
16	9113	CAMILA COUCEIRO PAGANI	06/02/1997	Deferido
17	14991	CAMILA DOS SANTOS MACIEL DE SOUZA	15/04/1996	Deferido
18	12635	CARMEM IONARA MICHELLE CABRAL PEREIRA	28/07/1991	Deferido
19	11879	CAROLINE GARCIA	01/10/1980	Deferido
20	20325	CLAUDIA CAROLINE FERREIRA	16/03/1986	Deferido
21	14278	CLAUDIA DANI NATALINO SANTANA	13/03/1976	Deferido
22	18344	CLAUDIA WALTERS	27/06/1963	Deferido
23	19251	CRISTIANE BASTOS DE ALMEIDA	30/01/1974	Deferido
24	19065	CRISTINA CORDEIRO RIBEIRO	27/10/1987	Deferido
25	19709	CRISTINA DENZ DOS SANTOS	02/03/1976	Deferido
26	19736	DAIANE PEREIRA BICUDO PRATES	08/06/1982	Deferido

27	9378	DANIELA DOMINGUES PADILHA	16/01/1993	Deferido
28	9122	DANIELE DE ALENCAR DE LIMA	14/01/1982	Deferido
29	13720	DAVID ROBERTO ALVES BARBOSA	04/12/1966	Deferido
30	12859	DENISE MARIA DA SILVA	14/04/1969	Deferido
31	19469	EDEMILSON RODRIGUES DO NASCIMENTO	19/10/1983	Deferido
32	19769	EDSON STRAUB	13/01/1985	Deferido
33	9477	ELAINE BARROS DA SILVA CAVALCANTE	02/07/1990	Deferido
34	12343	ELAINE GONÇALVES MACIEL	15/03/1985	Deferido
35	19309	ELAINE JUNKES DE MELO	04/03/1973	Deferido
36	19418	ELEN DOS SANTOS PAIXÃO	24/08/1987	Deferido
37	18191	ELIANE MARIA MULLER BOHNEN	18/12/1957	Deferido
38	19795	ELIDA REJANE POLLHEIM	16/02/1970	Deferido
39	15330	ELIZANGELA AQUINO RODRIGUES	17/05/2011	Deferido
40	19210	EVERSON CESAR ANNIBELLI	13/07/1969	Deferido
41	15813	EVERTON TOREZAN	11/11/1982	Deferido
42	14399	FABIANE DA SILVA	12/04/1981	Deferido
43	12970	FABIANE GALDINO DIOGO	07/12/1987	Deferido
44	19429	FLAVIANA ALVES DA SILVA	07/09/1978	Deferido
45	8854	FRANCIELE DA LUZ	18/05/1995	Deferido
46	12772	FRANCIELE DA SILVA NASCIMENTO	03/04/1989	Deferido
47	19035	FRANCISCO JOSÉ DA COSTA SILVA	13/02/1986	Deferido
48	18088	GABRIELA BATSCHAUER XAVIER	04/11/1993	Deferido
49	19294	GISELA DA SILVA GARCEZ	01/03/1966	Deferido

50	18767	GRAZIANNE RIBEIRO ANDRADE	04/10/1991	Deferido
51	10306	GUILHERME LUIS BRAUN	17/07/1988	Deferido
52	8803	HELOÍSA DE SOUZA GARCIA	29/10/1958	Deferido
53	11222	ILMARA ARAUJO BEZERRA GOMES	09/12/1993	Deferido
54	17943	JACKELINE LINEBURGER MAREGA	01/02/1977	Deferido
55	12062	JANIRA DA SILVA ARANTES ROHRBACHER	10/06/1968	Deferido
56	11930	JISIANI ADELAIR BENTO	13/05/1992	Deferido
57	14002	JOANA ROSA BARBOSA	01/01/1985	Deferido
58	16890	JOSE MARIA RODRIGUES	21/12/1956	Deferido
59	20175	JOSEFA DE LOURDES LIMA JOÃO	27/05/1961	Deferido
60	10501	JOSELAINE FURTADO DOS SANTOS	22/05/1988	Deferido
61	13674	JUCILÉIA MACHADO	05/04/1979	Deferido
62	13698	JULIANA COELHO KRIEGER	18/11/1980	Deferido
63	17106	JULIANA REIS GONZAGA	29/12/1983	Deferido
64	16922	JULIANA RIBEIRO DA SILVA	29/03/1996	Deferido
65	17046	KAOANE PILAR DE LIMA	19/08/1991	Deferido
66	12258	KARINE SILVA LEMOS	04/07/1990	Deferido
67	20140	LEIDIANE DOS SANTOS PAIVA	07/01/1984	Deferido
68	12035	LEONARDO ESPINDOLA PEREIRA	26/11/1989	Deferido
69	19757	LETIANE LIMA DE ALMEIDA	09/06/1984	Deferido
70	10736	LINDSEI DE FATIMA REBELO	15/10/1985	Deferido
71	18448	LOURDES RENGEL	14/03/1972	Deferido
72	16949	LUCIANA CORREA	31/07/1973	Deferido
73	13148	LUCIANA FERREIRA DE SOUZA	23/10/1976	Deferido

74	17110	LUCIANA MARQUES	06/11/1980	Deferido
75	19790	LUCILENE LÉA DA SILVA CARNEIRO SCHMIDT	22/11/1990	Deferido
76	13837	MARFA FERNANDA SCRAMOCIN	26/06/1980	Deferido
77	15010	MARIA ISABEL NASCIMENTO SALUSTIANO	28/07/1996	Deferido
78	8798	MARIA JÚLIA PLOTEGHER	29/08/1955	Deferido
79	11665	MARIA LUIZA DA SILVA	26/07/1960	Deferido
80	10150	MARIA VERÔNICA DE OLIVEIRA SANTOS FERNANDES	01/08/1979	Deferido
81	9572	MARILENE SCHNEIDER FERRACIOLI	09/12/1968	Deferido
82	10341	MARLETE DUARTE	05/03/1960	Deferido
83	18555	MAURA SANTOS DA SILVA	02/08/1975	Deferido
84	19553	MILENE MIRANDA SANTA ROSA	04/03/1986	Deferido
85	17966	MIRIAM DIAS DOS SANTOS MARIA	31/03/1967	Deferido
86	18217	MIRIAM LEAL	05/08/1986	Deferido
87	16150	NAYARA CRISTINA DE SOUZA TIZONI	05/01/1993	Deferido
88	19326	NÁDIA ISABEL ROSSO ZIEM	18/11/1960	Deferido
89	18552	NEUSA CRISTINA FOGAÇA DOS SANTOS	28/12/1977	Deferido
90	19517	ODETE PETUCCO FERREIRA	28/11/1963	Deferido
91	14121	ONIS DA CONCEIÇÃO NEVES DA SILVA	03/03/1973	Deferido
92	15499	PATRICIA ISABELLA DA SILVA MARQUES	13/09/1995	Deferido
93	19055	PAULA CALIAN DOS SANTOS	24/03/1993	Deferido
94	16637	PAULO AFONSO TORQUATO	23/07/1956	Deferido
95	11447	REGIANE INES BRAZ	10/04/1991	Deferido

96	8760	RICARDO FELIPE BEBER	27/05/1986	Deferido
97	16838	RITA DE FATIMA SOUZA SANTOS	02/04/1959	Deferido
98	18480	RUTH KOHLER	06/04/1960	Deferido
99	16424	SAIONARA PIFFERO PAZ	26/11/1970	Deferido
100	19286	SANDRA REGINA DE SOUZA	09/05/1973	Deferido
101	17176	SHEILA CRISTINA DA SILVA GOMES	12/07/1982	Deferido
102	16129	SHEILA MAGALI MOSER ISENSEE	20/04/1976	Deferido
103	12235	SINAIR FALCADE	02/05/1979	Deferido
104	14545	SUELEN DA SILVA ARRUDA	25/01/1982	Deferido
105	9370	SUSAMARA BATISTA DOS SANTOS DE CARVALHO	21/09/1988	Deferido
106	13278	SUSANA TEIXEIRA DA SILVA RODRIGUES	22/03/1969	Deferido
107	14830	TATIANE WIERBITSKI DE ALMEIDA	05/12/1976	Deferido
108	17826	TÂNIA NARA BUCHER	20/03/1965	Deferido
109	8779	TEREZA SCHROEDER	02/01/1955	Deferido
110	18612	THAÍS ENDER FAGUNDES	30/04/1997	Deferido
111	9868	VERA LÚCIA DOS SANTOS	04/05/1965	Deferido
112	15096	VIVIANE SILVA DE SANTANA	02/10/1986	Deferido
113	19288	VIVIANESCHELL	28/03/0184	Deferido
114	19617	WAGNER AUGUSTO DE CARVALHO	23/06/1987	Deferido

Agente de Combate às Endemias - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10641	ADRIANA CONRADO	13/04/1989	Deferido
2	11607	DOMINGOS CARLOS NETO	27/03/1963	Deferido
3	17462	EDVALDO COUTO	09/02/1960	Deferido
4	16903	JOSE JOÃO DA SILVA	21/03/1981	Deferido

5	20054	KATIANE BATISTA DA SILVA KATAOKA	26/08/1980	Deferido
6	18632	RENATO ZANOTTO	09/12/1987	Deferido
7	14269	ROGERIO SANT ANA	30/07/1966	Deferido
8	10675	SIDNEI ALVES MOREIRA	17/10/1980	Deferido
9	9512	THALITA GOMES DE MOURA	18/02/1995	Deferido
10	9946	WIMMER LUANO ZIERO	15/08/1991	Deferido

Agente de Educação 20h - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19827	ADELAIR CECINEL SALAI	20/08/1979	Deferido
2	11684	ALBERTINA KUNTZ VIEIRA DA SILVA	14/03/1974	Deferido
3	14807	ALINE DE LIMA VIEIRA	11/03/1981	Deferido
4	9350	ALINE FLORIANO	22/07/1988	Deferido
5	18269	ALINE MARCHAND	25/09/1980	Deferido
6	11245	AMANDA MATHIOLA VIEIRA	29/03/1996	Deferido
7	9426	ANA CAROLINA ROSA	19/08/1994	Deferido
8	17621	ANA LIA DA COSTA INDIO	14/03/1985	Deferido
9	10807	ANA PAULA DE OLIVEIRA	16/11/1983	Deferido
10	12339	ANGELA BRANGRATES	28/02/1992	Deferido
11	16502	ANGELA ROVER LEAL	26/04/1976	Deferido
12	18025	ANTONIO MARCOS GOMES DA COSTA	28/12/1979	Deferido
13	13976	ARIANE SOARES ALVES	04/07/1985	Deferido
14	11316	ÉDINA DE MIRANDA	15/11/1984	Deferido
15	9762	CARLA CHRISTIANE PEREIRA DA SILVA	02/09/1984	Deferido
16	14995	CAROLINA BASCHTA	07/09/1988	Deferido
17	12423	CAROLINE SOUZA SANTOS	08/12/1986	Deferido

18	13950	CHARLENE SENAIR COR-REIA	26/04/1982	Deferido
19	12823	CHRISTIANE GAMBIN	24/04/1995	Deferido
20	19014	CINTIA CRISTIANE NUNES DA COSTA	07/11/1975	Deferido
21	19912	CLAUDETE ALVES BARBOSA MAFRA	15/03/1973	Deferido
22	12903	CLAUDIA DA LUZ DE MELLO	15/04/1987	Deferido
23	15395	CLEITON ROBERTO DA SILVA QUEIROZ	04/03/1977	Deferido
24	19213	CRISTIANE IRENE FRANCISCO	14/11/1979	Deferido
25	12659	CRISTIANE VICENTE	09/07/1975	Deferido
26	18032	DANIELE DA SILVA CARDOSO FLORES	13/09/1993	Deferido
27	19838	DANIELLA ARAUJO STORINO CALDEIRA	07/11/1983	Deferido
28	10706	DÉBORA SCHUELTER	28/06/1994	Deferido
29	19936	DEBORAH REMIRO GANZERT	29/04/1986	Deferido
30	16662	DENISE APARECIDA NASCIMENTO	29/04/1974	Deferido
31	16465	DEVANIR MARIA ZAMARIOLA	21/10/1954	Deferido
32	14381	DOUGLAS VITORINO CABRAL	21/11/1991	Deferido
33	19068	EDELZIA VILELA GUIMARÃES SILVA	06/11/1971	Deferido
34	12991	EDINETE DE SANTANA	29/01/1970	Deferido
35	15222	EDNA DA SILVA CHAGAS	01/10/1959	Deferido
36	14838	EDNILÇA PAULO DA SILVA VICENTE	02/02/1970	Deferido
37	13850	ELAINE ANCINI DOS SANTOS	12/11/1985	Deferido
38	9836	ELAINE CRISTINA MATEUS	16/09/1987	Deferido
39	15974	ELIANE BORB COUTO	01/06/1966	Deferido

40	17232	ELISANDRA PAULINA	28/11/1989	Deferido
41	18778	ELKE MARIA KELLERMANN	29/02/1960	Deferido
42	13656	ENELMA LUCIA DA SILVA SOARES	12/02/1988	Deferido
43	19982	FABIANA LORENÇO	14/01/1981	Deferido
44	9179	FABIANNE PAULINO DE OLIVEIRA	24/10/1980	Deferido
45	19653	FERNANDA SILVIA DOS SANTOS	06/08/1990	Deferido
46	12745	FRANCIELI DIAS	04/04/1996	Deferido
47	19489	GILMARA FATIMA DOS SANTOS	10/10/1977	Deferido
48	12333	GISELY CUSTODIO DOS SANTOS	26/10/1985	Deferido
49	9898	IVANI DE BORBA	10/03/1952	Deferido
50	13161	JANAINA MUNIZ	24/07/1982	Deferido
51	18302	JANE APARECIDA MARQUES DOS SANTOS	30/11/1973	Deferido
52	10396	JAQUELINE DA SILVA ERN	12/08/1985	Deferido
53	11747	JAQUELINE RITA CELISTAR	29/11/1990	Deferido
54	15265	JAQUELINE SUZANA DE SOUZA	13/05/1972	Deferido
55	10542	JEANNINE FERREIRA BOING DA SILVA	29/10/1992	Deferido
56	10999	JESSICA LIMA DA SILVA	12/05/1991	Deferido
57	16328	JOSIANE APARECIDA GUIDI MAGAROTTO	29/07/1980	Deferido
58	11181	JOSIANE RITA CELISTAR	29/11/1990	Deferido
59	13243	JULIA NATIELI DE LIMA FREITAS	26/11/1987	Deferido
60	12627	JULIANA CRISTINA BESEL	13/10/1987	Deferido
61	15925	JULIANA DA SILVA COELHO MUSSO COSTA	05/03/1978	Deferido
62	11742	KELI CRISTINA DE SOUZA DE JESUS	28/07/1973	Deferido

63	16729	LEANDRA DE ALMEIDA	12/06/1985	Deferido
64	13452	LEANDRA REGEANE RIBEIRO SOUTO	18/11/1978	Deferido
65	19814	LETÍCIA CRISTINA VIEIRA	02/11/1996	Deferido
66	18554	LETICIA ALVES JURADO	04/05/1973	Deferido
67	13901	LILIAN MAURICIO SCHWERTZ	17/02/1993	Deferido
68	11071	LUANA LACERDA	15/04/1991	Deferido
69	18590	LUCIANA DESCHAMPS	17/03/1971	Deferido
70	19245	LUVANES DE SOUZA	18/01/1985	Deferido
71	16709	MAIK ANACLETO LUCREZIA	28/12/1992	Deferido
72	20065	MAINGRA REGINA FAUSTO	23/12/1988	Deferido
73	12773	MARCELA CRISTINA DE ARAGÃO	05/12/1987	Deferido
74	13523	MARCIA PAOLA SEVERINO	09/04/1989	Deferido
75	14174	MARIA CECILIA PIOLLA SEARA	17/05/1960	Deferido
76	13527	MARIA DAS NEVES DA SILVA	19/08/1970	Deferido
77	11898	MARIA DOLORES EHLERS	21/06/1960	Deferido
78	9141	MARIA GISELI DA SILVEIRA	06/02/1988	Deferido
79	15006	MARIA GORETTI DUPLAA SOARES	15/10/1965	Deferido
80	17425	MARIA NAZARÉ DA SILVA	10/01/1978	Deferido
81	19242	MARICELIA DIAS GUIMARAES VIEIRA	12/08/1970	Deferido
82	13517	MARILENE ELISABETH KRETZER	24/09/1973	Deferido
83	19689	MARILIN MARIN	02/09/1955	Deferido
84	9536	MARILIN MOREIRA	23/08/1976	Deferido
85	14062	MICHELI ADRIANE RAUE VEREDIANO	19/03/1984	Deferido
86	11929	MIRIAN MARIA GESSER DE MATTOS	06/07/1983	Deferido
87	12960	NAIR MARIA MANCE	07/07/1970	Deferido

88	18337	NEIVA FÁTIMA DE SOUZA	17/05/1974	Deferido
89	12372	NELSI MIRANDA DETTONI	08/01/1959	Deferido
90	10530	NELZI NELI INACIO BITTENCOURT	20/08/1981	Deferido
91	17240	NICOLLE CARAZZAI DA GAMA	11/03/1995	Deferido
92	20066	NORAIDES JUSTINO DE FREITAS	02/09/1957	Deferido
93	17532	PATRICIA COLIM DA SILVA GONÇALVES	24/04/1984	Deferido
94	15702	PATRICIA DE SOUZA	23/05/1987	Deferido
95	19881	PATRICIA HINSCHING ALVES BARBOSA	18/04/1969	Deferido
96	20188	PATRICIA LILIAN BOZZANO SOARES	23/04/1977	Deferido
97	19146	QUELE MONIQUE SANTOS MESSIA	28/04/1992	Deferido
98	10911	RAQUEL TAVARES DE CARVALHO LOCH	12/12/1976	Deferido
99	17095	RODRIGO ALESSANDRO RODRIGUES DA SILVA	20/11/1990	Deferido
100	13644	RODRIGO JOÃO ALBINO	21/04/1977	Deferido
101	15111	RODRIGO RAMOS MARTINS	21/04/1984	Deferido
102	15794	ROSANGELA DA SILVEIRA KOSOSKI	10/03/1980	Deferido
103	9332	ROSELI CORRÊA DE ALMEIDA	26/08/1964	Deferido
104	19487	RUBIA CRISTINA DOS SANTOS	14/04/1975	Deferido
105	18067	RUDINEIA TAMAGNO	26/09/1981	Deferido
106	11449	SABRINA APARECIDA ONEDA	18/08/1989	Deferido
107	20081	SANDRA DE FATIMA FERREIRA RODRIGUES CAPELLA	29/11/1970	Deferido

108	9849	SILVANIA NARCIZA SAGAS MARTINS	05/10/1973	Deferido
109	11871	SONIA REGINA GASPAR PROGETTI DE OLIVEIRA	17/08/1970	Deferido
110	19570	SORILEI APARECIDA THIELE DAPPER	19/10/1973	Deferido
111	19118	STEPHANIE FIGUEIREDO DA ROSA	13/12/1994	Deferido
112	8714	SUZAN CRISTINA LEAL	19/04/1989	Deferido
113	10370	SYLVANA ELIZABETH BECKER	19/05/1985	Deferido
114	16604	TATIANA RIBEIRO VILELA CAMARGO	10/04/1973	Deferido
115	16381	TEREZA JAZINSKI	28/04/1964	Deferido
116	10898	VALERIA INÊZ DE LIMA E SILVA	17/12/1963	Deferido
117	12095	VALQUIRIA B DE MELO AGUIAR	26/04/1978	Deferido
118	9340	VANESSA BERGOLD	14/12/1984	Deferido
119	17301	VANESSA CAROLINA MACHADO	29/04/1984	Deferido
120	14248	VANIA MARIA DE ALMEIDA	10/09/1957	Deferido
121	17700	VIVIAN CRISTINA DA SILVA VIEIRA	13/09/1977	Deferido
122	17235	ZILDA GAYA DA SILVA	20/10/1961	Deferido

Agente de Educação 30h - Ensino Médio

Seq.	Nº Ins.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18684	ADRIANI MEDEIROS DA SILVA MANGRICH	11/03/1976	Deferido
2	9313	ANA CAROLINE RAMALHO TEIXEIRA	15/08/1991	Deferido
3	17441	ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS	08/07/1991	Deferido
4	18326	ARIANA ZIMMERMANN RÉGIS PROPODOSKI	07/11/1983	Deferido
5	10293	BIANCA PATRICIO	16/06/1991	Deferido

6	20198	CHAIANI CRISTINA DA SILVA DOS ANJOS	14/08/1989	Deferido
7	10719	CLENIR GUIMARAES DA SILVA	30/11/1976	Deferido
8	12169	CLEUSA APARECIDA VIEIRA DA ROCHA	12/12/1981	Deferido
9	8768	CLEUZA APARECIDA GOMES	18/01/1981	Deferido
10	16403	CRISTIANE FERREIRA DE LIMA	19/05/1982	Deferido
11	18957	CRISTIANE ZIMMERMANN	27/03/1968	Deferido
12	9054	DANIELLI BONIN	30/04/1986	Deferido
13	16653	DEYSE TEREZINHA ZAMARIOLA	15/09/1956	Deferido
14	10066	ELAINE PEREIRA	06/12/1981	Deferido
15	9069	FABIANA BONIN VIEIRA	30/04/1980	Deferido
16	12440	FRANCIANE REGINA DA SILVA	08/06/1980	Deferido
17	9617	FRANCIELI EMILIO DE SOUZA	28/09/1988	Deferido
18	12262	FRANCINE SIMAS	05/03/1995	Deferido
19	13310	GABRIELA AUACHE CORTES PEREIRA	06/09/1990	Deferido
20	11264	GISELI DO NASCIMENTO	31/05/1994	Deferido
21	13586	HENDY JACKELINE SILVA INDALÊNCIO	10/03/1995	Deferido
22	13308	IANAIANA MARQUES DE LIMA	21/12/1992	Deferido
23	20308	ISABEL ROSSI	13/11/1962	Deferido
24	17312	IVONETE IRACEMA DA SILVA	04/10/1982	Deferido
25	17979	IZETE ZIMERMANN PORFÍRIO	07/03/1964	Deferido
26	16725	JANAINA CAMPOS DA LUZ HENRIQUE	17/03/1983	Deferido
27	14350	JESSICA VICENTE ALVES FARIAS	17/02/1993	Deferido

28	15550	JOSIANE ALVES DE MIRANDA	10/11/1979	Deferido
29	15367	JOSIANE DA CUNHA MARTINS FELICIO	08/04/1982	Deferido
30	16997	KAREN SUZANE RODRIGUES JERONIMO	10/11/1992	Deferido
31	10702	KARIN CRISTINE WESTERKAMP DE CARVALHO SALVINI	04/07/1978	Deferido
32	15518	LUCIANE ISLABÃO VIEIRA	17/06/1981	Deferido
33	20097	MARGARETE BORCHARTT DE LIMA FEDEROVICZ	29/10/1969	Deferido
34	18401	MARIA DAS GRAÇAS SILVA	02/05/1959	Deferido
35	13285	MARIA JOSÉ DOS SANTOS SEVERINO	08/06/1968	Deferido
36	18745	MARIA LÚCIA SANTOS FRANCO	07/01/1956	Deferido
37	17002	MARIANA FERREIRA ARAUJO	12/11/1987	Deferido
38	16462	MARILEI APARECIDA GOMES RIBEIRO	24/06/1978	Deferido
39	14024	MARLENE DOS SANTOS	12/01/1963	Deferido
40	14516	NAIR MARIA DE SOUZA	13/03/1962	Deferido
41	18905	NATALY LOUISE OLIVEIRA FRANCISCO	15/04/1997	Deferido
42	10638	PAMELA OHANA RAMOS	28/06/1994	Deferido
43	17239	PRISCILA LEMOS	11/08/1988	Deferido
44	15116	RAPHAELA NOÊMIA DUTRA	26/08/1989	Deferido
45	10133	RAQUEL DIOMAR ALVES	15/06/1981	Deferido
46	19597	ROSANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS CARREIRA	13/03/1964	Deferido
47	17619	ROSMERI TERESINHA POZZA	30/03/1969	Deferido
48	15542	RUBIA MARA CORDEIRO MAFRA	15/01/1983	Deferido

49	18686	SABRINA DA SILVA MAN-GRICH	06/06/1995	Deferido
50	12334	SHIRLENE DE OLIVEIRA SILVA	03/01/1986	Deferido
51	20284	SILVIA RENATA CONCEI-CAO DOS SANTOS	01/04/1970	Deferido
52	20071	SUELI DA APARECIDA SOUZA	28/07/1965	Deferido
53	20280	THAYSE CRISTINE VIEIRA	20/05/1984	Deferido
54	15239	TICIANA DA SILVA ALVES	07/10/1980	Deferido
55	10393	VANESSA CAMARGO RODRIGUES DE LIMA DE OLIVEIRA	10/08/1983	Deferido
56	9051	VILMARA ALVELINA DE SOUZA	26/12/1983	Deferido
57	10288	VILMARA DIAS ELEUTÉRIO	13/08/1991	Deferido

Agente de Educação 40h - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15846	ALESSANDRO LUIS GAIK	29/09/1988	Deferido
2	13185	ALEXANDRA ARLINDA DA SILVA	13/08/1988	Deferido
3	10699	ANA CLAUDIA FABRICIO	21/03/1973	Deferido
4	17947	ANA FLÁVIA ZIMERMANN PORFÍRIO	12/07/1996	Deferido
5	9716	ANDRÉ FELIPE DA COSTA	09/12/1993	Deferido
6	19455	ANDRÉ SANTANA ALMEIDA DO CARMO	20/12/1981	Deferido
7	9456	ANDRÉA MACHADO GARCIA	10/08/1981	Deferido
8	10382	ANDREA RAMOS	12/09/1969	Deferido
9	15348	ANDREA VICENTE	09/04/1971	Deferido
10	16920	ANDRESSA CAROLINE TODESCO	26/09/1986	Deferido
11	18673	ANGELA DOS SANTOS DIAS	22/02/1962	Deferido
12	11578	ANNA LUCIA DA SILVA PEREIRA	05/01/1970	Deferido

13	19603	ANTONIO AUGUSTO DA SILVA	08/10/1975	Deferido
14	18388	BIANCA FERREIRA DA SILVA	13/09/1994	Deferido
15	19337	BRUNA DOS SANTOS LEMOS	04/03/1991	Deferido
16	17734	BRUNA EDUARDA NAGEL	15/11/1992	Deferido
17	11324	CARLOS JOSE SILVA DOS SANTOS	08/08/1968	Deferido
18	9770	CARLOS SILVANO DE OLIVEIRA	05/12/1983	Deferido
19	9988	CHANAÍSA MONTEIRO	30/01/1993	Deferido
20	9333	CLAUDINE TOLENTINO DE SOUZA	11/10/1989	Deferido
21	16708	CLEDINEI APARECIDA FERREIRA	26/12/1974	Deferido
22	11175	CLEIA TERESINHA JANING DA SILVA	25/12/1980	Deferido
23	19542	CLEUNICE PAES DE QUEIROZ	13/12/1981	Deferido
24	10314	DAIANE CRISTINE ANTONIO	23/01/1986	Deferido
25	17231	DAIANE LOTTI	02/04/1994	Deferido
26	10068	DAVID WILLIAMS PALUMBO	06/05/1988	Deferido
27	14127	DORENILCE TAVARES COSTA REIS	28/03/1987	Deferido
28	19313	EDILENE NEUSA DE SOUZA	15/06/1991	Deferido
29	10837	EDMIR DE ARAUJO QUEIROZ	04/07/1982	Deferido
30	11932	ELAINE FERREIRA COSTA	03/09/1990	Deferido
31	20153	ELENI LUZIA AUGUSTO MACIEL	05/12/1956	Deferido
32	20172	ELIANE TEREZINHA CRISTOFOLINI DE ESPINDOLA	04/11/1960	Deferido
33	19061	ERIMAR FRANCISCO	19/12/1960	Deferido
34	18679	ESTEVAO ONOFRE LEITE	17/01/1980	Deferido

35	10308	FERNANDA CRISTINA MACHADO GOMES	24/01/1993	Deferido
36	15981	FERNANDA SOUZA LUCAS PAULA	12/10/1980	Deferido
37	9850	FRANCELI NA MARIA PEREIRA	03/04/1963	Deferido
38	18349	FRANCIELI DE PAULA SOBRINHO	08/01/1985	Deferido
39	17022	FRANCIELLE GONÇALVES MATOS BISPO	18/07/1990	Deferido
40	17088	FRANCISCA JOELMA RIBEIRO TEIXEIRA	05/08/1970	Deferido
41	14089	FRANCISCA SORAIA BRUNO DOS SANTOS SOUSA	25/04/1987	Deferido
42	14849	GIANDER DA SILVA MARIN	12/12/1986	Deferido
43	16840	GISELE APARECIDA STOCCO	19/07/1981	Deferido
44	19115	GISIELE APARECIDA LOURENÇO	20/10/1984	Deferido
45	10588	GLAIS DOS SANTOS	28/06/1991	Deferido
46	12851	GLAUCIA ELAINE AGUSTINHO	13/08/1974	Deferido
47	17968	HALINI FLORENTINO PACHECO	28/04/1989	Deferido
48	16745	HERCÍLIO VARGAS	27/07/1978	Deferido
49	10435	IRACI DE OLIVEIRA PILAR	17/11/1968	Deferido
50	20068	IVANA CALIXTO CARNASCIALI	23/01/1980	Deferido
51	10065	IZABELLA EVARISTO CORREA	09/03/1988	Deferido
52	14449	JANETE LUSIA SCHNEIDER BODELON	15/07/1974	Deferido
53	19275	JANICE DA SILVA KUBIAK	10/06/1980	Deferido
54	9784	JEFFERSON SIQUEIRA	29/01/1986	Deferido
55	15904	JERSICA SANTOS DO NASCIMENTO	06/07/1994	Deferido

56	9062	JESSICA MORGANA CRISPIM	26/11/1988	Deferido
57	17486	JOANA D'ARCA COSTA	01/05/1975	Deferido
58	9896	JOELMA ROMAO	09/03/1986	Deferido
59	9879	JUCELY MARTINS	09/07/1991	Deferido
60	10082	JULIANA ARDIGO GAIDARJI	28/01/1986	Deferido
61	9661	JULIANA DA SILVA	30/11/1982	Deferido
62	10093	JULIANA DEZINI	12/05/1987	Deferido
63	16373	JULIANA RAMOS	13/02/1986	Deferido
64	14351	KARINE ANGIOLETTI LIMA	13/08/1979	Deferido
65	10079	KARINI VEIGA DE OLIVEIRA	16/03/1992	Deferido
66	10629	KATIANE CERINO SOARES	05/09/1993	Deferido
67	16651	LAIZ CRISTINA BEBER	09/06/1993	Deferido
68	9809	LINDAMAR DOS SANTOS RODRIGUES	01/02/1967	Deferido
69	9959	MAIARA CRISTINA PACHECO	16/08/1989	Deferido
70	11599	MARCIA BORBA	22/10/1976	Deferido
71	15065	MARCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	08/03/1979	Deferido
72	16191	MARCOS PAULO DA SILVA	23/03/1975	Deferido
73	18363	MARIA APARECIDA ANDRÉ SERAFIM	25/04/1962	Deferido
74	14534	MARIA CRISTINA SILVA DOS SANTOS	13/09/1974	Deferido
75	12664	MARIA INEZ SOARES TOLEDO	20/12/1969	Deferido
76	14990	MARIANA MAZILDA ANACLETO DA GRAÇA	14/09/1982	Deferido
77	18430	MARIANE WUNDERLICH	16/08/1987	Deferido
78	18185	MARILEIA DE ANDRADE CLAUDINO	06/07/1983	Deferido
79	11626	MARILIA LIRA DE SOUZA	08/05/1994	Deferido

80	19576	MARILIA ROSELI COELHO	26/01/1982	Deferido
81	10323	MARINEUSA EMILIO	16/03/1983	Deferido
82	9934	MAURI SANTANA	02/12/1955	Deferido
83	10397	MAYRA NATALE SANTOS RODRIGUES	09/07/1990	Deferido
84	16305	MICAELA MARINA DIAZ	23/11/1992	Deferido
85	10167	MICHELI PEREIRA SPIESS	11/09/1996	Deferido
86	12394	MILENA CRISTINA VALLE OURIQUE	23/01/1989	Deferido
87	14794	MIRIAM VIEIRA	24/03/1980	Deferido
88	17069	MIRIAN BALOK SANT ANNA	03/01/1972	Deferido
89	17835	MIRIAN RODRIGUES	27/05/1982	Deferido
90	12254	MONALISA NAIARA TOMAS RIBEIRO	12/02/1993	Deferido
91	9215	NARYE CRISTINE DA SILVEIRA	22/03/1994	Deferido
92	19460	NATÁLIA DOS SANTOS	03/11/1990	Deferido
93	13738	PRICILA MARTINS DE MELO	16/04/1992	Deferido
94	17420	PRISCILA MELCHERT VIEIRA	25/02/1982	Deferido
95	9878	PRISCILA RENATA EMMERICH	14/09/1992	Deferido
96	19254	REGIANE GONÇALVES	22/11/1983	Deferido
97	18562	RENATA CARINE PICKERT DOS SANTOS DA SILVA	05/01/1975	Deferido
98	19583	RICARDO ISMAEL TESTONI	13/08/1979	Deferido
99	15937	ROBERTO MACHADO	17/08/1987	Deferido
100	12008	ROSA MARIA DA SILVA	22/01/1967	Deferido
101	10017	ROSANA BLIND ONOFFRE	17/08/1973	Deferido
102	16197	ROSANGELA APARECIDA DE SOUZA SIQUEIRA	06/09/1977	Deferido
103	15999	ROSILMA DE JESUS THOMASZEKI	21/12/1975	Deferido

104	14572	ROSIMEIRE-MORINIGO	13/07/1979	Deferido
105	16552	SABRINA DEITOS DA SILVA	08/02/1994	Deferido
106	19151	SANDRA APARECIDA MARQUES	10/01/1980	Deferido
107	18346	SANDRA REGINA DREYER	05/10/1982	Deferido
108	12693	SHAIANE LOUISE BALTAZAR	01/04/1987	Deferido
109	11853	SILVANILTON RODRIGUES DA SILVA	11/08/1985	Deferido
110	11348	SIMONE BENTO	09/01/1977	Deferido
111	12041	SIMONE DOMICIANO	29/10/1984	Deferido
112	12595	SOLANGE APARECIDA CAETANO	14/08/1987	Deferido
113	19329	SOLANGE APARECIDA XAVIER SUTIL	25/06/1980	Deferido
114	14341	SUILAN SANTOS DE LIMA	07/08/1981	Deferido
115	9036	TAISE DE AUGUSTINHO	08/05/1995	Deferido
116	11078	TAMARA LUZ DOMINGOS	11/07/1993	Deferido
117	15614	TÂNIA MARIA GOULART PONTES	01/11/1967	Deferido
118	8870	UARICH-SISFRANCE RIBEIRO SANT ANA	26/04/1989	Deferido
119	12172	VALDA LOPES MACIEL FURLAN	18/07/1973	Deferido
120	14299	VALDENIR JOSE FERREIRA	21/04/1970	Deferido
121	9614	VANILCE DOS SANTOS DE ALMEIDA HOLEK	19/05/1986	Deferido
122	15243	VILMA ARAUJO PORTO SCHAEFER	01/04/1949	Deferido
123	10237	VITÓRIA RÉGIA HONÓRIO DOS SANTOS	24/09/1975	Deferido
124	18376	WAGNER ALMEIDA ROSA	29/05/1955	Deferido
125	19997	ZEFERINO FERREIRA	16/11/1968	Deferido
126	13762	ZULMIRA GOMES	03/07/1979	Deferido

Agente de Serviços de Serviços Gerais-Educação - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12468	ADRIANA CARDOSO	15/10/1974	Deferido
2	15647	ADRIANA DE ANDRADE MOURA	16/11/1992	Deferido
3	12230	ALINE SILVERIO DOS SANTOS	12/05/1989	Deferido
4	10241	AMÉLIA DE LIMA DEOLA	21/11/1959	Deferido
5	19665	ANA AMÉLIA DE SOUZA PINHEIRO	10/02/1980	Deferido
6	13353	ANA PAULA DA SILVA	11/03/1994	Deferido
7	16878	ANA PULA KNAK	28/04/1988	Deferido
8	15318	ANDRÉA SILENE DOS PASSOS BITTENCOURT	29/06/1973	Deferido
9	17212	ANGELA APARECIDA TEIXEIRA	12/09/1995	Deferido
10	13542	ANGELA MARIA DA SILVA LOPES	20/08/1985	Deferido
11	11746	ANGELINA CAROLINA CARVALHO	15/05/1994	Deferido
12	13085	ANGELITA GOMES SCHNEIDER CAVALHEIRO	17/07/1981	Deferido
13	17036	ARIANA CAROLINA RAMOS	22/01/1989	Deferido
14	9814	ARLETE CORREA	14/09/1968	Deferido
15	11622	BERENICE DAIANE VOZ	10/07/1990	Deferido
16	11382	BIANCA CRISTINA BITTENCOURT	03/08/1993	Deferido
17	16132	CARINA FERREIRA	14/01/1990	Deferido
18	15316	CATIA MAGALI DOS PASSOS	04/02/1969	Deferido
19	16669	CINTHIA RAEDER MORFIM	26/01/1985	Deferido
20	12504	CLAUDIA APARECIDA REIS MAIXIMIANO	31/05/1981	Deferido
21	14924	CLAUDINEA SCHLEMPER	27/01/1978	Deferido
22	19291	CLAUDINEIA CALDAS DOS SANTOS	09/09/1989	Deferido

23	13060	CLEICIANE DAVI DOS REIS	04/06/1990	Deferido
24	11987	CLEUSA DA SILVA DE JESUS	07/02/1982	Deferido
25	18009	CLEUSA MARIA DE FREITAS	08/12/1957	Deferido
26	19176	DAIANA MALTA GONZAGA	31/08/1987	Deferido
27	13065	DAIANA PORTELLA DE LIMA	10/02/1986	Deferido
28	15732	DAYSE MANICA PEREIRA	20/01/1992	Deferido
29	19181	DEBORA MALTA GONZAGA	29/03/1992	Deferido
30	9089	DIRCEIA APARECIDA DE CAMARGO	12/10/1982	Deferido
31	17925	DIRLENE APARECIDA DE PROENÇA BARGOR-DAKIS	29/07/1961	Deferido
32	17606	DOLORES ALVES DE JESUS DO NASCIMENTO	06/11/1967	Deferido
33	11653	DOLORES RUTTMANN	09/12/1962	Deferido
34	19765	DOROTHI DOS SANTOS MARCELINO	21/01/1992	Deferido
35	9486	EDICLEIA VEIGA DA SILVA	04/03/1989	Deferido
36	16779	EDILEIA BENTO ADVIANO	21/07/1971	Deferido
37	10355	ELIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	20/07/1973	Deferido
38	17056	ELIETE RAULINO GONÇALVES	26/12/1980	Deferido
39	11329	ELISA DE BORBA	24/09/1983	Deferido
40	10254	ELISÂNGELA DE ALMEIDA	08/07/1982	Deferido
41	10250	ELIZABETE CORREIA NEICIAK	07/08/1978	Deferido
42	12728	ELIZANA SANTOS DE LIRA	22/08/1984	Deferido
43	13080	ELIZANGE-LA MARIA DA SILVA RIBEIRO	01/10/1984	Deferido
44	8682	ELIZENE CASSIA CAPISTRANO SALVADOR	01/11/1969	Deferido

45	11642	ELOA DUTRA DA SILVA KOZAREVICK	17/07/1965	Deferido
46	10707	ELZA DOS PASSOS FARIA	21/11/1945	Deferido
47	12628	EMANUELA GEMANO DA SILVA	19/08/1993	Deferido
48	11342	ENI EDINA DE SILVA	23/04/2014	Deferido
49	10443	EVELIN APARECIDA CARDONIS MÜLLER	12/06/1996	Deferido
50	9991	FABIA INOCENCIO	09/01/1986	Deferido
51	15038	FABIANA CORREA DA SILVA	22/08/1992	Deferido
52	10773	FABIANE PINTO	25/08/1984	Deferido
53	14927	FERNANDA DE RAMOS	02/02/1994	Deferido
54	13359	FERNANDA DE SOUSA BELO	18/12/1972	Deferido
55	12155	FRANCIELE CORREIA DE MELO	29/12/1986	Deferido
56	14930	FRANCIELE CRISTINA BORBA	24/05/1996	Deferido
57	10703	FRANCIMARA PINHEIRO DA SILVA	27/07/1985	Deferido
58	11798	FRANCISCA KATIA BRANDÃO BRUNO	27/06/1993	Deferido
59	10782	FRANCISCO ANTONIO DE ALBUQUERQUE ROCHA	21/06/1954	Deferido
60	15862	GABRIELA REGINA MOREIRA	23/06/1986	Deferido
61	11584	IDERLI TEREZINHA DOMINGOS	07/04/0964	Deferido
62	14149	IRAIDE DA SILVA RAMOS	22/09/1986	Deferido
63	15013	IRENE MARIA FRANCISCO SILVESTRE	13/08/1963	Deferido
64	16870	ISABEL FRANCISCO DA SILVA	28/05/1962	Deferido
65	9952	IVONE SCHWAMBACH	15/08/1972	Deferido
66	13654	IZALDA MARIA DA SILVA	21/09/1956	Deferido
67	11729	JACKELINE LISBOA DA LUZ	06/08/1988	Deferido

68	17691	JAMILA FERREIRA	08/02/1986	Deferido
69	10469	JAQUELINE DE ALMEIDA FIAO	04/08/1980	Deferido
70	18182	JENIFER PAULO	31/08/1991	Deferido
71	20003	JOCELAINA ALVES DE SOUZA	10/03/1986	Deferido
72	11542	JORGEANE WOSNIAK	08/12/1983	Deferido
73	9977	JOSIANE NUNES RIBEIRO	27/07/1987	Deferido
74	18688	JOSINEIA DE ATAIDE MEDEIROS	05/07/1979	Deferido
75	20035	JUCELAINE GAUDENCIO DA LUZ	05/12/1978	Deferido
76	8995	JULIANA REIS FAVARO ALBANO	09/07/1991	Deferido
77	18553	JUSCILENE APARECIDA DE OLIVEIRA LOPES	28/08/1979	Deferido
78	13982	KARLA CRISTIANE BRANDÃO BRUNO	28/09/1995	Deferido
79	16240	KAROLINA LUIZA CORDEIRO DOS SANTOS	31/12/1990	Deferido
80	20041	KELLI SUELLEN DE SOUZA	05/05/1983	Deferido
81	18345	KELY CRISTINA LOPES ARAUJO	14/05/1985	Deferido
82	12242	LEIA CLAUDIA DE JESUS DA PENHA SILVA	22/11/1979	Deferido
83	14191	LEONEIA CALDAS	27/07/1981	Deferido
84	19577	LILIAN PEREIRA	07/09/1979	Deferido
85	16810	LINDALVA FERREIRA DE OLIVEIRA	07/10/1975	Deferido
86	10927	LUCIANA BORDIN	10/11/1973	Deferido
87	15674	LUCIANA DE SOUZA	02/10/1986	Deferido
88	17882	LUCIANA RUBIA MARTINS DE LIMA	16/09/1975	Deferido
89	17135	LUZIA FRANCISCO SANTOS	24/01/1972	Deferido
90	9334	LUZIANE ALVES DA SILVA	29/05/1974	Deferido
91	8862	MAGNA JUSTINA LIMA	20/01/1976	Deferido

92	12176	MARCIA PIRES DOS SANTOS	17/05/1978	Deferido
93	9234	MARIA APARECIDA ESPINDOLA	23/08/1961	Deferido
94	8820	MARIA APARECIDA SCHNEIDER	09/02/1963	Deferido
95	11999	MARIA DA GLORIA PEREIRA MAASS	15/08/1975	Deferido
96	17975	MARIA DA GRAÇA DE SOUZA	07/09/1965	Deferido
97	9283	MARIA DE JESUS CRESPI MACHADO	08/04/1977	Deferido
98	17045	MARIA DE LOURDES BITTENCOURT	14/08/1960	Deferido
99	12500	MARIA DO ESPIRITO SANTO SILVA TELES	06/01/1967	Deferido
100	12675	MARIA HELENA RAMOS BARREIRO	18/03/1968	Deferido
101	17967	MARIA INES THOMASZECKI IACHITZKI	05/10/1968	Deferido
102	18803	MARIA LAURA DE RAMOS	08/07/1972	Deferido
103	11031	MARICÉLIA SOUZA	02/11/1972	Deferido
104	19334	MARILENE COLOMBO	14/11/1964	Deferido
105	13357	MARILENE DOS SANTOS ZANATO	20/10/1971	Deferido
106	16499	MARILENE PEREIRA MEMORIA DO NASCIMENTO	10/08/1972	Deferido
107	10269	MARILUCIA ANACLETO	22/06/1988	Deferido
108	17784	MARTA SERAFIM	05/08/1966	Deferido
109	10455	MEIRY DIAS VELOSO	22/09/1982	Deferido
110	9992	MONIK DE SOUZA PEREIRA	28/07/1986	Deferido
111	19575	NAJARA APARECIDA LEDRA	31/05/1976	Deferido
112	18557	NATACHA FABIOLA CORREIA	28/11/1995	Deferido
113	13446	NOEMI DE OLIVEIRA TIBIRIÇA	02/08/1981	Deferido

114	14491	PATRICIA ZILDA DOS SANTOS	29/03/1976	Deferido
115	19606	RENATA PINHO ARANHA	15/09/1972	Deferido
116	17119	RITA DE CÁSSIA SANTANA	18/10/1985	Deferido
117	20046	RITA GOMES DE ALMEIDA	07/03/1959	Deferido
118	9314	ROSA MARIA ALVES RODRIGUES DA CUNHA	29/06/1976	Deferido
119	17128	ROSA PIRES SANT'ANA	10/08/1966	Deferido
120	14726	ROSANE DOS PASSOS	08/01/1979	Deferido
121	14871	ROSANGELA ALVEZ DE QUEIROZ MAFRA	06/12/1980	Deferido
122	10411	ROSANI BEATRIZ ZIMERMANN	07/03/1967	Deferido
123	10930	ROSELI APARECIDA SUMNY	17/07/1972	Deferido
124	14905	ROSELI MATIAS WEISS	29/01/1959	Deferido
125	9592	ROSELY OLIVEIRA DA SILVA CARNIEL	09/06/1969	Deferido
126	19319	ROSEMEIRE BARANDÃO MACHADO	18/07/1979	Deferido
127	11451	ROSEMERE GUILHERME DE LIMA	29/07/1967	Deferido
128	17488	ROSINHA APARECIDA AMARAL	28/07/1973	Deferido
129	9757	ROZANGELA APARECIDA NHAIA	16/03/1964	Deferido
130	18315	ROZENEI DE SOUZA	10/01/1984	Deferido
131	19642	SAID DE SOUZA	10/05/1975	Deferido
132	11026	SANDRACI SOUZA DA SILVA	10/05/1971	Deferido
133	13335	SARA ELISA EMILIO OLIVEIRA	23/08/1978	Deferido
134	12016	SENIR QUEIROS	24/06/1966	Deferido
135	13134	SILEIDE NASCIMENTO DE FREITAS SILVA	04/01/1979	Deferido
136	17877	SILVANA AYRES	09/02/1961	Deferido
137	15833	SILVANE DE FATIMA DE OLIVEIRA	12/09/1979	Deferido

138	16421	SIMONE DE FÁTIMA JACINTO DE SOUSA	09/01/1986	Deferido
139	18932	SIRLEI TEREZINHA DOS SANTOS	29/10/1970	Deferido
140	14388	SOLANGE RAMOS	05/04/1959	Deferido
141	11800	SONIA DE MELO	18/06/1962	Deferido
142	18500	SORAIA APARECIDA DOS SANTOS	05/07/1977	Deferido
143	10943	SUELEN DA SILVA ARAUJO	19/09/1994	Deferido
144	18959	SUELI IRACEMA DE SOUZA	08/05/1957	Deferido
145	14788	SUELY BATISTA CAMPOS	06/03/1965	Deferido
146	15204	TAMIRES GOMES SILVEIRA OLIVEIRA	08/09/1990	Deferido
147	19281	TERESINHA APARECIDA CARDOSO	24/10/1973	Deferido
148	14888	TERESINHA RODRIGES	07/08/1975	Deferido
149	11643	TEREZA DE LIMA	20/08/1975	Deferido
150	17626	TEREZA RODRIGUES DE OLIVEIRA	21/05/1949	Deferido
151	11639	TEREZINHA APARECIDA DE LIMA	07/06/1980	Deferido
152	10364	TEREZINHA MARQUEZ PONTIOLI	23/01/1969	Deferido
153	9268	VALDIR ANTONIO DA COSTA	15/04/1959	Deferido
154	9808	VALERIA CAMARGO DA SILVA	07/03/1993	Deferido
155	9683	VALESKA PRESTES FORTES	15/08/1994	Deferido
156	10316	VALLERIA DA SILVA	15/09/1973	Deferido
157	12007	VANDERLÉIA ALBINO	15/09/1966	Deferido
158	8750	VANDERLEIA DE FATIMA CAMARGO DA SILVA	03/06/1974	Deferido
159	15908	VANESSA FRANCISCO RAMOS DE OLIVEIRA	16/06/1980	Deferido
160	10487	VANESSA MARTINS NEVES	11/04/1983	Deferido

161	12102	VERA LUCIA DOS SANTOS	27/02/1964	Deferido
162	16690	VERA LUCIA SARAIVA	30/07/2056	Deferido
163	10247	ZENETE MARIA DOS REIS	07/02/1960	Deferido

Agente de Serviços de Serviços Gerais-Saúde - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10863	ADRIANA CLAUDINO DA SILVA	17/08/1980	Deferido
2	20209	ANDERSON ALVES COLZANI	22/11/1995	Deferido
3	10111	ANGELA MARIA JASPER	15/06/1957	Deferido
4	9962	CATIA CELESTE JULIO MARTINS	05/03/1971	Deferido
5	8719	CLAUDILENE DE SOUZA MAFRA	11/10/1974	Deferido
6	16761	CONCEIÇÃO MARIA FRANCISCO	18/12/1959	Deferido
7	19292	DIOLENE MEDEIROS VALIN	23/01/1970	Deferido
8	13464	ERMINDA APARECIDA MOTTOS	20/07/1961	Deferido
9	15883	GILBERTO PEREIRA LONGARAY	03/12/1965	Deferido
10	19045	GISLAINE JOSIANE BENTO	21/09/1984	Deferido
11	11523	JUCIANE DOS SANTOS COUTO	23/06/1970	Deferido
12	18653	LAVINA LINDUARDO MORO	02/07/1958	Deferido
13	9830	LEILA MARA DOS SANTOS	19/10/1987	Deferido
14	10685	MARCOS ANTONIO LOPES	21/09/1970	Deferido
15	9806	MARIA TELVINA DA SILVA MATOS	15/04/1987	Deferido
16	18194	MARINA AMARAL CAMARGO	08/03/1995	Deferido
17	16692	MÔNICA ANGIOLETTI NEGRÃO	19/03/1969	Deferido
18	13072	NATHANIEL DIAS	20/09/1939	Deferido
19	11524	PAULO ROBERTO COUTO	20/12/1961	Deferido

20	13016	ROSANGELA APARECIDA AIROSO	20/01/1983	Deferido
21	9152	SALETE CARVALHO	01/05/1957	Deferido
22	14294	SANDRA MARILEI PERINAZZO DOS SANTOS	25/07/1971	Deferido
23	17134	SUELI DA APARECIDA SANTOS BATISTA	26/04/1970	Deferido
24	20000	SULEIDE MARIA DA SILVA	09/07/1970	Deferido
25	9855	TERESINHA DA APARECIDA DOMINGUES	14/06/1973	Deferido
26	17101	VERA LUCIA MOREIRA DA SILVA	29/03/0982	Deferido

Agente de Serviços Gerais-Obras - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12601	ADALBERTO JORGE NASCIMENTO FILHO	06/02/1967	Deferido
2	19958	ADIL THOMÉ	08/08/1958	Deferido
3	12990	AIRTO DE MELO	02/12/1955	Deferido
4	18041	ALAOR VIEIRA	11/11/1960	Deferido
5	10304	ALTINO GOIS NEICIAK	01/03/1972	Deferido
6	11230	ALVELINA LUIZA DE SOUZA	16/07/1958	Deferido
7	19611	ANDREA DA SILVA	09/11/1974	Deferido
8	10358	ANDRESA CRUZ DE OLIVEIRA	03/03/1981	Deferido
9	11570	ANTENOR HERCILIO DA SILVA	30/09/1949	Deferido
10	14695	ANTENOR RODRIGUES DE MIRA	14/02/1948	Deferido
11	15831	BENTO JOSE DOS SANTOS	11/02/1978	Deferido
12	8755	CARLA CLAUDINO	04/11/1983	Deferido
13	10541	CARLOS ALBERTO DE SOUZA	30/07/1969	Deferido
14	11477	CARLOS ALBERTO DE SOUZA MOTA	11/10/1959	Deferido

15	9609	CARLOS SERGIO DE SOUZA	20/12/1965	Deferido
16	15872	CLAUDIO CHIMINELLI	08/07/1968	Deferido
17	19734	CLÁUDIO DOS SANTOS	03/05/1968	Deferido
18	20036	DAMACENO GONÇALVES DE QUEVEDO	27/03/1957	Deferido
19	15787	DANIELA DA SSILVEIRA	19/03/1982	Deferido
20	16137	DANILLO PEREIRA DA SILVA	26/12/1986	Deferido
21	11187	DEMERVAL DOS SANTOS BENTO	15/05/1948	Deferido
22	12193	DOUGLAS CALISTO	30/06/1989	Deferido
23	16758	EDSON MERIVALDO PACHECO	31/01/1964	Deferido
24	15911	ELAINE CRISTINA LIMA	27/07/1989	Deferido
25	12188	ELCIO JOSE PACHECO	04/06/1964	Deferido
26	19246	ELIANA DA SILVA FEITOSA	08/04/1978	Deferido
27	11396	EUGENIO LIMA	08/12/1950	Deferido
28	10691	ITAMIR DIAS DA SILVA	09/01/1972	Deferido
29	9225	IVONE MARIA PAULINO DE MELLO	03/03/1975	Deferido
30	19825	JAIR HIPOLITO DE AMORIM	20/06/1970	Deferido
31	19380	JAIR JOSE VAVASSORI	07/11/1962	Deferido
32	13263	JAIR LEITE FIGUEIRO	10/04/1952	Deferido
33	15855	JAIRO CASTELAN	25/02/1942	Deferido
34	10767	JOAO DE SOUSA CAROLINA	05/03/1966	Deferido
35	17143	JOAO FRANCISCO FERREIRA	09/12/1953	Deferido
36	9953	JOAO MARIA DE OLIVEIRA	08/07/1950	Deferido
37	13275	JOAO MARTINS	07/12/1955	Deferido
38	12708	JOAOA JORGE SANTOS DA SILVA	23/06/1971	Deferido
39	16944	JOÃO MOTA DOS SANTOS	21/08/1966	Deferido
40	12891	JOÃO PAULINO CLAUDINO	27/03/1957	Deferido
41	16957	JOSÉ LOTTI	14/03/1974	Deferido

42	11258	JOSE BORGES TURRA	19/03/1973	Deferido
43	17878	JOSE DOS SANTOS	07/11/1970	Deferido
44	11550	JOSEZITE DOS SANTOS	26/01/1968	Deferido
45	17579	LAURECIR LUIZ DOS SANTOS	01/04/1956	Deferido
46	19673	LEONILDO SALDANHA DE JESUS	08/06/1947	Deferido
47	13727	LORIVAL KEMPNER	15/03/1958	Deferido
48	10953	LUCIANO ANTONIO ANACLETO	07/07/1988	Deferido
49	18139	LUIZ ANTONIO VICENTE	28/04/1964	Deferido
50	19835	LUIZ CARLOS SANTIAGO	02/09/1958	Deferido
51	13001	MARCELO ROGÉRIO DOS PRAZERES	04/05/1971	Deferido
52	13297	MARIA APARECIDA LEMOS	07/10/1957	Deferido
53	16793	MARIA APARECIDA MACHADO	04/12/1952	Deferido
54	15863	MARLECI CRISPIM	17/01/1996	Deferido
55	19591	NILTON OLIVEIRA MARTINS	13/12/1965	Deferido
56	15878	OSMAR FERNANDES	14/11/1971	Deferido
57	11468	PAULO CARVALHO SILVA	12/06/1984	Deferido
58	18650	PAULO RENATO CRISPIM	16/12/1980	Deferido
59	17469	PEDRO GETULIO DE JESUS	26/02/1957	Deferido
60	14455	PEDRO PAULO DA COSTA	28/06/1959	Deferido
61	15018	RÔMULO CÉSAR PEREIRA	04/12/1988	Deferido
62	13964	ROGERIO DOS SANTOS FERNANDES	10/12/1974	Deferido
63	11568	ROSANGELA REBELO	13/04/1956	Deferido
64	18992	ROSELI APARECIDA NEVES	29/07/1971	Deferido
65	13695	SANDRA VAZ MAIA	27/10/1988	Deferido
66	18931	SEBASTIÃO PEREIRA	30/05/1953	Deferido
67	13271	SIDNÉIA DOS SANTOS XAVIER	24/08/1982	Deferido

68	12844	ULYSSES MEDEIROS DIAS	28/07/1989	Deferido
69	9798	VALDELINO NATIVIDADE FELICIO	22/01/1946	Deferido
70	18334	VLADEMIR SILVA DOS SANTOS	15/08/1963	Deferido
71	10289	WALDOMIRO DO PRADO	26/10/1963	Deferido
72	19922	WILLIAN ROBERTO DA SILVA	13/08/1984	Deferido

Arquiteto - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	13301	ALEXANDRA RISELLO	27/09/1989	Deferido
2	15826	ALINE RAGNINI	12/02/1992	Deferido
3	16279	ALLAN MAR-SAL ALBAN	03/06/1989	Deferido
4	13168	ANA CA-ROLINA DAS NEVES ANDRADE	05/11/1991	Deferido
5	20264	ANA PAULA CAMPOS	08/01/1982	Deferido
6	16687	ANDRÉA CORRÊA	28/10/1980	Deferido
7	9990	ANDRÉIA CRISTINA AVERBECK	29/01/1991	Deferido
8	16372	ANDRÉIA JEANE LIEBL	17/09/1986	Deferido
9	19184	ANDREA CAROLINE DA SILVA MARTINS	25/07/1991	Deferido
10	14899	ANGELITA FEITOSA RODRIGUES	27/08/1985	Deferido
11	10218	ANNE CAROLINE RIBEIRO GAMBA	17/02/1991	Deferido
12	18559	ANY CAROLINE MAZU-ROSKI	04/02/1989	Deferido
13	15711	BÁRBARA CADORIN HEINZEN	26/03/1992	Deferido
14	19475	BRUNA MAI-DEL	11/11/1989	Deferido
15	16458	CAMILA DIX	11/11/1991	Deferido
16	18496	CARLOS ALBERTO KNISS	08/06/1965	Deferido
17	8713	CAROLINA TESSAROLI BRANDL	24/04/1989	Deferido

18	12820	CINTIA APARECIDA NEUBURGER ZANQUETA	27/04/1975	Deferido
19	18158	CLAUDIA MA-RIA APARECI-DA MORETI	07/02/1977	Deferido
20	10752	DANIELLE CRISTINA BARROS MENDES	12/01/1990	Deferido
21	18017	DANILO RICARDO DO VALLE RIBEIRO	06/03/1978	Deferido
22	13499	DAYANA WERNCKE SBORS	09/08/1990	Deferido
23	9622	DOUGLAS BALSINI	21/05/1988	Deferido
24	19388	EDIMILSON FRANCISCO DA SILVA	30/08/1969	Deferido
25	15253	FÁBIO ALAN SCHAEFER	25/11/1991	Deferido
26	17099	FELIPE ED-GAR GEHLEN	22/05/1990	Deferido
27	9173	FERNANDA RUSKE DE SIQUEIRA	16/04/1983	Deferido
28	9077	FRANCIELLI GENERO	22/12/1988	Deferido
29	18880	GABRIEL ESTEVES RIBEIRO	16/01/1989	Deferido
30	11184	GISELE DE OLIVEIRA TRINDADE	14/02/1978	Deferido
31	19644	GUILHERME SEIFERT NETO	19/05/1965	Deferido
32	12079	HELENA COUTO LAU-RENTINO	25/07/1990	Deferido
33	17187	IRIS DE JESUS HO-NORATO	06/04/1983	Deferido
34	18521	ISABELLE COSTA LUÍS	05/11/1987	Deferido
35	15281	JESSICA POLLUM	05/10/1988	Deferido
36	12524	JOSÉ ROBERTO MARTINS JUNIOR	29/04/1979	Deferido
37	13304	JOSIMAR MARCELO FINGER TIEPO	29/01/1987	Deferido
38	12057	KARINE ROTTA BONI-FACIO	12/02/1888	Deferido
39	13636	LAÍS CORRÊA	21/11/1990	Deferido
40	9101	LEONARD DA SILVA RIOS	06/08/1990	Deferido

41	10053	LETÍCIA MESQUITA SANTANA	28/10/1989	Deferido
42	19066	LOUISE FREIRE TENUTA	16/03/1987	Deferido
43	17739	LUANA CAROLINA PISKE	19/04/1991	Deferido
44	13093	LUCIANE CANDIDA PACHECO	16/06/1993	Deferido
45	19422	LUIZA LINHARES FLECK BRESCIANI	17/09/1983	Deferido
46	17854	LUIZA VENANCI PONTES	05/02/1982	Deferido
47	15399	LYDIA ERENI REIS BALSAMO	19/03/1990	Deferido
48	19870	MAINARA PECH	03/05/1974	Deferido
49	17660	MANUELA WARTH	15/10/1984	Deferido
50	18531	MARCELO ROTTILI	25/08/1986	Deferido
51	15410	MARCOS FELIPE TERRES DOS SANTOS	14/09/1988	Deferido
52	12654	MARINA SCHEFER GERVIN	28/09/1987	Deferido
53	18643	MAURI ANTUNES GOMES FILHO	13/07/1980	Deferido
54	18354	MAURI SILVESTRE SPEZIA JUNIOR	30/07/1981	Deferido
55	14098	MAURICIO GERALDO JUVENAL GOEDERT	08/03/1976	Deferido
56	11633	MÁRCIO FERNANDO DE SOUZA CAMPOS	19/09/1986	Deferido
57	16198	NAILTO HINKEL	08/06/1956	Deferido
58	17981	NATALI ROMANO BATISTA	19/11/1990	Deferido
59	11337	NATÁLIA BACIN MORELATO	06/03/1989	Deferido
60	19123	ODEJAN LUIS BASSO	29/11/1977	Deferido
61	12719	PATRÍCIA GEITTENES TONDELO	29/03/1989	Deferido
62	10803	PAULA MAZZOCHI ROHDEN	29/08/1989	Deferido
63	12147	PEDRO OSCAR PIZZETTI MARIANO	07/02/1992	Deferido
64	19310	PRISCILA MARGARIDA	12/07/1983	Deferido

65	17073	PRISCILLA THIESEN BECSI	31/12/1986	Deferido
66	13228	RAFAEL RUDOLF	03/01/1991	Deferido
67	17085	RICARDO TADEU DUARTE DA SILVA	21/02/1985	Deferido
68	16738	SAMANTHA RAQUEL PINHEIRO RODRIGUES	16/06/1988	Deferido
69	18920	SAMARA BRAUN	06/06/1991	Deferido
70	19406	SIMONE DOS SANTOS	14/01/1972	Deferido
71	10091	TARIÊ ROSSONI DREY	27/02/1989	Deferido
72	16788	TATIANA DO AMARAL	08/01/1979	Deferido
73	12829	THIAGO COSTA DE LIMA	20/06/1978	Deferido
74	8767	WALDIR APARECIDO LOPES RAMOS	16/05/1967	Deferido

Assistente Social - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9858	02011528941	08/08/1978	Deferido
2	8747	ADRIANE NASCIMENTO MENDONÇA	23/10/1987	Deferido
3	12886	ALESSANDRA DA ROCHA VIEIRA	26/01/1976	Deferido
4	12512	ALINE GONÇALVES	03/05/1981	Deferido
5	13747	ANA CLÁUDIA MABA	24/02/1989	Deferido
6	15346	ANA PAULA DE COL BOLDORI	24/02/1990	Deferido
7	18860	ANA PAULA DOS SANTOS RIBEIRO	14/02/1983	Deferido
8	15238	ANDRÉA ALTINI	15/02/1983	Deferido
9	13827	ANGELA DOS SANTOS	16/06/1991	Deferido
10	15945	ANTONIA MARIA DA SILVA	15/09/1957	Deferido
11	14977	BIANCA GONÇALVES SANTOS	31/01/1980	Deferido
12	10846	CANDICE DE SOUZA MUNHOZ CAZORLA	21/03/1981	Deferido
13	10380	CARINA CUSTÓDIO FRANCISCO	22/02/1974	Deferido

14	14798	CAROLINI BARBOSA DE OLIVEIRA	24/09/1981	Deferido
15	19961	CIBELE FIAMONCINI DEMETRIO	15/01/1977	Deferido
16	12669	CLEUSIMAR TORRES MATES	14/09/1976	Deferido
17	11040	CRISTIANE FERRARI CANEZ MACHADO	06/03/1984	Deferido
18	15209	CRISTIANE MARIA DOS SANTOS ALVAREZ	28/04/1972	Deferido
19	17279	DALVA MARIA PEREIRA	10/01/1971	Deferido
20	15628	DANIÉLLY MARCHIORI	24/04/1991	Deferido
21	18950	DÉBORA RUVIARO	28/11/1991	Deferido
22	9517	EDIVANIA SILVA FRANÇA ROMÃO	16/09/1985	Deferido
23	11657	ELIANE DA SILVA	25/05/1967	Deferido
24	18940	ELISABETH ALVES DA SILVA	28/08/1967	Deferido
25	8717	EMANUELLA CAROLINE DOS SANTOS NUNES	01/05/1993	Deferido
26	15156	EUNICE APARECIDA DE CAMPOS RODRIGUES	03/06/1970	Deferido
27	19794	FÁTIMA LISÂNGELA GOMES POLL	29/09/1976	Deferido
28	11203	FLÁVIA RAFAELA RAMOS	20/08/1988	Deferido
29	19548	FLÁVIA SCALSAVARA	28/07/1991	Deferido
30	13546	FRANCIELE DA SILVA	08/07/1992	Deferido
31	12508	FRANCINE PINHEIRO	11/06/1990	Deferido
32	8704	IVANIR ZEFERINO DOS SANTOS	28/06/1972	Deferido
33	19777	IVONE ZIMMERMANN COSTA	24/09/1969	Deferido
34	17359	JACQUELINE TEIXEIRA GARCIA	01/09/1981	Deferido
35	10806	JOELMA DOS SANTOS RODRIGUES	30/10/1978	Deferido
36	19453	JOSEMARA DO AMARAL	08/06/1984	Deferido
37	17531	JOSILANE DE MELLO BARBOSA	24/02/1975	Deferido

38	11658	JULIANA PINTO	16/06/1982	Deferido
39	15975	KARIN SCHWENGBER	18/07/1983	Deferido
40	13323	KÁTIA CILENE ALEXANDRE	11/05/1968	Deferido
41	10617	KELLY PEREIRA DA CUNHA	06/03/1976	Deferido
42	10322	LAÍS GIANEZINI	29/06/1993	Deferido
43	16400	LAISA SOUTO AHMAD	12/03/1987	Deferido
44	19522	LARISSA CARVALHO SOUZA	31/12/1981	Deferido
45	16224	LAYS DE ARAÚJO	09/02/1988	Deferido
46	12563	LETICIA BERNARDES	16/12/1977	Deferido
47	10546	LINDOMAR FELLER	24/03/2066	Deferido
48	10043	LOURDES PINHEIRO DO CARMO	25/08/1976	Deferido
49	16946	MAGRIT DECKER	11/01/2014	Deferido
50	11369	MAIANA BARBOSA MAFFINI	21/07/1986	Deferido
51	15382	MARA LUIZA DA COSTA DE OLIVEIRA	28/11/1972	Deferido
52	11092	MARA REGINA DA ROCHA COUTINHO	07/04/1965	Deferido
53	12952	MARÍLIA CAMPOS MENDES	16/01/1986	Deferido
54	19905	MARCIA PAWLOWYTSCH	14/08/1981	Deferido
55	18118	MARIA BERNADETE CANUTO	03/09/1966	Deferido
56	12461	MARIA CRISTINA BRITO	25/07/1975	Deferido
57	18865	MARIA HELENA GONÇALVES	05/12/1966	Deferido
58	8769	MARIA ZENEDE SANTOS SALAZAR	31/12/1965	Deferido
59	9485	MARIANA DOS SANTOS	16/04/1980	Deferido
60	16100	MARIANA PICHEK DE MELLO	16/02/1984	Deferido
61	19504	MARINA FELTRIN DAMBROS	23/09/1989	Deferido
62	10434	MARINEIDE CABRAL MACIEL	31/03/1948	Deferido

63	14305	MARLI ALVES BENEDETI	03/08/1963	Deferido
64	19655	MARLI KUCHLER	09/10/1965	Deferido
65	14504	MIRIAM MELCHIORETTO TILLMANN	01/07/1964	Deferido
66	20289	NAIRA DE GUIMARÃES	15/05/1985	Deferido
67	11760	NATALIA TODESCHINI TONELO	11/12/1991	Deferido
68	17529	PATRÍCIA ANDRADE CAILLOT SOARES	15/09/1984	Deferido
69	12984	PATRICIA APARECIDA DA SILVA	24/01/1979	Deferido
70	12076	PAULA DA SILVA FLORES	27/11/1990	Deferido
71	11278	RAFAELLEN STROZZI PINA	02/02/1985	Deferido
72	16799	RAQUEL SIGNORI	22/07/1982	Deferido
73	13839	RICARDO HAHN BARBOSA DE SOUZA	15/12/1986	Deferido
74	11391	RITA DE CASSIA DE MOURA SPERANDIO	23/10/1966	Deferido
75	9231	ROSETE MARIA JENSEN	29/08/1960	Deferido
76	10633	SANDRO TSCHOKE	15/06/1977	Deferido
77	16711	SÍLVIA APARECIDA PATROCÍNIO	24/11/1982	Deferido
78	18714	SHIRLEY MARCIA DA LUZ DOS SANTOS	21/03/1975	Deferido
79	9275	SILVIA CANÔNICO GONZALEZ	23/10/1986	Deferido
80	15891	SILVIA CRISTINA DA SILVA	15/02/1974	Deferido
81	17618	SOLANGE APARECIDA DACORRÉGIO	10/11/1966	Deferido
82	13977	SUELEN CANDIDO	05/07/1988	Deferido
83	9939	TAMARA DA SILVA FELIPE DO NASCIMENTO	30/07/1984	Deferido
84	16697	TATIELLE ADAMS RODRIGUES	17/06/1991	Deferido
85	20107	TATYANA RODRIGUES ANSELMO	30/08/1982	Deferido

86	10405	VERÔNICA NUNES CASTANO	06/04/1985	Deferido
87	17254	VIVIANE PEREIRA DA SILVA	26/12/1974	Deferido
88	11012	VLADEMIR MONETA VIEIRA	27/03/1972	Deferido
89	15618	ZANA MARIA MACEDO	30/12/1977	Deferido
90	18124	ZÉLIA MARQUES ANTUNES	05/05/1957	Deferido

Auxiliar de Consultório Dentário ESF - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19206	ALESSANDRA PEREIRA JENSEN	26/09/1974	Deferido
2	12118	ALEXIA MUELLER	13/12/1995	Deferido
3	15704	ANA LÚCIA DUARTE CARVALHO	01/05/1977	Deferido
4	14092	ARLETE OLIVEIRA LINS	17/09/1972	Deferido
5	9165	CLAUDIANI RAMOS LUZ	15/11/1982	Deferido
6	11848	CRISTINE PENA DE OLIVEIRA	30/07/1982	Deferido
7	18442	DÉBORA PEREIRA DOS SANTOS	13/11/1995	Deferido
8	10214	DIENE JAINE SCHWATZ	13/08/1996	Deferido
9	9598	EODETE DE FATIMA RAMOS ZAMPEZE	15/04/1984	Deferido
10	9190	HILMA CARMEM PARKER MENDONÇA	15/05/1980	Deferido
11	19353	JAQUELINE GABRIELA DE JESUS	20/01/1991	Deferido
12	11197	KELLY SILVA DA ROSA	11/02/1987	Deferido
13	10511	MARIA ZENILDA DE OLIVEIRA	17/11/1965	Deferido
14	17314	MARINALVA FERREIRA FLORENCIO	11/04/1979	Deferido
15	12967	NAIARA MARTINS	09/08/1994	Deferido
16	10188	NAYARA LUCIANO	21/12/1992	Deferido
17	12899	SUELLEN VETURI PEREIRA	03/03/1988	Deferido

Cuidador Social - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12670	TATIANA PAWLENKO	19/11/1975	Deferido

Enfermeiro - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	8838	ALZERINA NASCIMENTO	10/06/1957	Deferido
2	9869	ANA PAULA LICHESKI MAFRA	05/09/1987	Deferido
3	16429	ANDREZZA MARTINHA NICOLAU MORAES	13/03/1982	Deferido
4	11938	CHARLENE DEITOS DE BORBA	29/04/1983	Deferido
5	19002	DANIELE LORENSON	22/10/1980	Deferido
6	18074	DANIELY BAMBERG	07/11/1986	Deferido
7	16336	ENEDINA IZABEL RÉ-GIS VIEIRA	02/07/1961	Deferido
8	10123	GABRIELA BARRETO DOS SANTOS	11/05/1987	Deferido
9	19863	GABRIELA PALHARES DOS SANTOS GABRIEL	23/09/1981	Deferido
10	12640	GRAZIELLI STAMATO DOS SANTOS	26/05/1980	Deferido
11	16337	ISABETE ANA DA CUNHA	01/04/1959	Deferido
12	20272	JACQUELINE KOCH	16/03/1984	Deferido
13	16705	LUCEMARA CAMARGO DE OLIVEIRA	16/07/1965	Deferido
14	12447	LUCIANE APARECIDA HERHARDT	12/10/1972	Deferido
15	20133	LUCIANO CLEBER FURLAN	01/04/1966	Deferido
16	15235	MARINETE DA SILVA PEREIRA DE MORAIS	13/09/1980	Deferido
17	9662	MICHEL ALVES MACHADO	01/09/1985	Deferido
18	15368	MONICA TEREZINHA ASSUMPCÃO DE CARVALHO	08/03/1966	Deferido

19	17395	NELSON BRANDT	16/09/1970	Deferido
20	13759	NICOLE CRISTINA MATIAS	10/08/1990	Deferido
21	13427	ROBERVAL ADRIANO	20/01/1962	Deferido
22	17842	SALETE DE FÁTIMA DOS SANTOS	11/09/1971	Deferido
23	18723	SILVANA BRANDT	02/01/1974	Deferido
24	19661	SIRLEI APARECIDA SPERANDIO RAMALHO	07/07/1968	Deferido
25	19743	THAIS WEBER GONÇALVES	30/05/1987	Deferido
26	11025	VILMARA ROCHA DOS SANTOS	28/04/1967	Deferido
27	20183	VIVIAN DE OLIVEIRA BARBOSA	14/08/1984	Deferido

Enfermeiro ESF - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9668	ADRIANE FOGAÇA PILZ	05/03/1978	Deferido
2	19771	AIRISON GUEDES ANTUNES DOS SANTOS	01/01/1979	Deferido
3	13369	ANA CAROLINA DA SILVA MOACIR	04/05/1989	Deferido
4	19797	ANA VALERIA DOS SANTOS	10/03/1962	Deferido
5	15611	ANDRESSA NICOLA CACENOT	27/07/1989	Deferido
6	20207	ANTONIA EDINETE QUEIROZ DE MELO	23/12/1991	Deferido
7	14404	CAMILA MATTEUCCI BITENCOURT	05/12/1986	Deferido
8	13989	CARINE DAUFENBACH	26/06/1990	Deferido
9	11295	CARLA DUARTE	16/05/1980	Deferido
10	17564	CLEUSA MATTEUCCI	01/03/1961	Deferido
11	17848	CRISTIANE DE CARVALHO	21/03/1982	Deferido
12	11856	CRISTIANE VANESA HOLSTEIN DA MOTA	06/05/1983	Deferido

13	19154	CRISTINA APARECIDA DE SOUZA MINIUK FARIAS	21/06/1983	Deferido
14	17241	DANIELE CARLA PERES DE MELO	12/01/1987	Deferido
15	17228	DANIELE ORTIZ	06/02/1991	Deferido
16	19365	DAYANE CRISTINE SOARES DA SILVA	19/11/1980	Deferido
17	20249	ELIANE DE ALMEIDA OLIVEIRA	29/06/1984	Deferido
18	13374	ELISETE BARBOSA DE SOUZA	16/07/1980	Deferido
19	11317	FABIANE VICK SOARES MACHADO	26/08/1982	Deferido
20	16331	FERNANDA DOS SANTOS CONTARATO	20/09/1981	Deferido
21	20023	GUSTAVO HENRIQUE DE CASTRO DA SILVA	22/05/1981	Deferido
22	12612	IVANIA SALETE SPRICIGO CEGALA	13/03/1977	Deferido
23	15619	JANE CRISTINE ROSSI DE MORAIS	20/03/1976	Deferido
24	13538	JEAN ANDERSON PAVOSKI	12/01/1978	Deferido
25	17163	JEAN MARIE ALVES DE ARAUJO	22/11/1986	Deferido
26	16116	JULIANA CHAVES COSTA	31/03/1988	Deferido
27	18631	JULIANA VIANA SCHMIDT	30/03/1991	Deferido
28	8792	JULIO CESAR CRUZ DE QUADROS	26/07/1977	Deferido
29	19787	KARLA LARANGEIRA GARCIA	29/06/1985	Deferido
30	14978	KAROLINE GAVA	23/05/1991	Deferido
31	14043	KELLY KRISTINE KEPPEL	07/03/1990	Deferido
32	16042	LIARA FERNANDA HOEPERS	05/03/1992	Deferido
33	15629	LILIAN GRAZIELLY CHIMENTÃO	14/11/1975	Deferido
34	12643	LILIANE ZÓRZO	05/04/1984	Deferido
35	16557	LIZEILA MEIRELES MACHADO	28/07/1980	Deferido

36	16433	LORUAMA FONSECA DE SOUZA	11/05/1983	Deferido
37	19358	LUANA FRANSCIELI LAZZARETTI HAMERSKI	18/04/1981	Deferido
38	8794	MARLUZA TREVISAN	27/12/1988	Deferido
39	10303	MAYARA OLIVEIRA DE SOUZA	17/09/1986	Deferido
40	14125	MÁRCIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	09/09/1984	Deferido
41	19547	MICHELLY ANNAY VARNIER	21/05/1984	Deferido
42	19103	NAYARA VILELA RODRIGUES	22/09/1989	Deferido
43	9568	ONADIR AMANDA BENTO	11/06/1980	Deferido
44	17211	PATRICIA COZER	29/12/1987	Deferido
45	19205	PRISCILA PFUTZENREITER MENDES	23/06/1971	Deferido
46	14238	RAQUEL DO ROCIO DE ALMEIDA	31/08/1977	Deferido
47	9605	REGINALDO KOLATZKI	08/08/1977	Deferido
48	14483	ROBERTA TRAMONTINI	13/11/1989	Deferido
49	12410	RODRIGO COSTA FERREIRA	15/07/1983	Deferido
50	17956	SANDRA MARA DE OLIVEIRA NABOSNE	10/10/1969	Deferido
51	10202	SANDRA TEREZINHA VIZZOTTO	24/04/1980	Deferido
52	8757	SHALISE SEBASTIANA NOWASKY	21/02/1989	Deferido
53	9960	SILVANA ADRIANO FRANCEZ	12/01/1972	Deferido
54	18262	SIMEY HALLIS DA COSTA MONTEIRO	16/02/1990	Deferido
55	10215	TANIA MARIA DOS SANTOS SILVA	08/06/1959	Deferido
56	13055	THAIS KRIS-SA SILVESTRI	27/05/1986	Deferido
57	12615	TIAGO DOS SANTOS	14/06/1984	Deferido
58	10888	VANESSA SIMAS WEIS	26/12/1987	Deferido
59	11111	VILMA MUZZOLON	00/11/0977	Deferido

Farmacêutico - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12722	ANDREY SAVIO LENOIR	24/06/1986	Deferido
2	12401	ANITA MAURICIO CAMILLO DUARTE	10/10/1983	Deferido
3	9927	CRISTIANE KONELL DA LUZ DA SILVA	29/12/1981	Deferido
4	18279	DANYELA FRANCINE BENVENUTTI BRASIL	09/04/1987	Deferido
5	11905	DOUGLAS GOELZER	20/03/1981	Deferido
6	19508	ERIKA MARLEN CARVALHO DA SILVA	18/11/1993	Deferido
7	8859	FABIANE MACHADO LOBATO	26/04/1976	Deferido
8	19677	FELIX MACIEL MENEGHELLI	07/10/1989	Deferido
9	14426	FRANCIELLE ZANATTA	29/04/1980	Deferido
10	15840	GABRIELA FONTANA	16/04/1992	Deferido
11	18832	GIOVANNA CRISTINA RAMOS ROTTA	05/06/1985	Deferido
12	10652	JOSIELE POLZIN DE OLIVEIRA FRANCESQUINI	30/10/1982	Deferido
13	9915	LIANA DO CARMO COSTA FEDULLO	21/05/1985	Deferido
14	12997	LUCIANE MAZAI MAGUIROSKI	20/12/1977	Deferido
15	8781	LUIZ ANTONIO PATIÑO	26/08/1963	Deferido
16	9433	MARIANA BECKERT	20/07/1989	Deferido
17	17102	MARIANA CLARINDO PAULINO	05/10/1986	Deferido
18	13951	NÊMORA CRISTINA SCHWAB	06/01/1982	Deferido
19	11892	ORLANDO DE PAULA SILVA	16/09/1974	Deferido
20	19877	PRISCILLA YUMI GONÇALVES IDO SILVA	06/08/1981	Deferido
21	14435	SILVIANE COPATTI	11/11/1977	Deferido

22	20283	TACYLA CHRISTINA HEIN TEICOFSKI	08/10/1985	Deferido
23	11638	THIAGO	31/05/1983	Deferido
24	17444	VINÍCIUS CIOFFI ALTNETTER	15/03/1990	Deferido
25	20076	VIVIAN BERKENBROCH RAMOS	15/09/1994	Deferido

Fiscal de Defesa do Consumidor - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19944	ADÉCIO RECH	08/11/1968	Deferido
2	14141	ADRIANE TEIXEIRA LIBORIO	24/05/1987	Deferido
3	13514	ALESSANDRA REGINA LUCAS	09/05/1981	Deferido
4	14272	ALINE LOUISE NEVES DE OLIVEIRA	19/10/1991	Deferido
5	13972	ALINE PERUSSOLO	01/01/1990	Deferido
6	11440	ANA CAROLINA CAPELLA VIEIRA	24/04/1989	Deferido
7	16199	ANDERSON SILVESTRE DA COSTA	30/07/1979	Deferido
8	20137	CAMILA HEERDT	25/09/1988	Deferido
9	18169	CAMILA NOVAES CASTILHO	18/06/1990	Deferido
10	10233	CAMILA IRIS MACHADO	18/07/1990	Deferido
11	12072	CARLA ESTEFÂNIA PIRES ROCHA	05/12/1984	Deferido
12	13378	CAROLINA IOPPI	10/05/1979	Deferido
13	19880	CLAUDIA CHRISTINE GRANDBERG	14/03/1980	Deferido
14	9597	CRISTINA LUCIA BENINCA KOLATZKI	22/03/1973	Deferido
15	14684	ELEM CRISTINA DO NASCIMENTO	18/01/1988	Deferido
16	12995	ELISA COUTO LAURENTINO	03/07/1992	Deferido
17	17801	ERICK AHRENS	09/02/1977	Deferido
18	20142	ERICK LEITE FERREIRA	02/05/1978	Deferido
19	18900	FELIPE RAFAEL DE LIMA	06/05/1988	Deferido

20	19802	FERNANDA CORVO FERNANDEZ	16/12/1982	Deferido
21	15137	FLÁVIA PA-VÃO DALCIN	03/04/1991	Deferido
22	19674	FRANCIELE MIRANDA DA ROCHA	25/09/1990	Deferido
23	16562	FRANCISCO ROBERTO XAVIER DE SOUZA	15/02/1958	Deferido
24	14240	GABRIELE TORRES ALMEIDA	31/08/1991	Deferido
25	10552	GELSON KOHLER	21/07/1989	Deferido
26	14171	GIOVANNI GONÇALVES	13/03/1960	Deferido
27	12950	GISLANE SEI-DE MOLLERI	07/03/1983	Deferido
28	9299	GLADIS REGINA DE OLIVEIRA ARAGÃO	13/03/1980	Deferido
29	19873	GUILHERME AUGUSTO FERREIRA	04/05/1993	Deferido
30	19408	GUILHERME TREVISAN COSTA	20/03/1982	Deferido
31	10854	HELENA DO ROSÁRIO	06/06/1989	Deferido
32	10379	ISABELLE KRAISCH	15/07/1990	Deferido
33	13555	JADNA PIRES DE LIMA BRANCO	20/05/1982	Deferido
34	14972	JANAINA FRANCIERY FRANCISCO	07/03/1976	Deferido
35	8748	JAQUELI-NE ELOIZE PEREIRA	15/01/1989	Deferido
36	18476	JHESSYKA PEREIRA SOARES MENDES NEVES	29/12/1990	Deferido
37	18138	JOANITA MARIA ALVES	24/11/1981	Deferido
38	11225	KAROLINE SOYAN MENDES DOLZAN	08/11/1977	Deferido
39	15509	KELEN CELZOSKI SCHON	13/10/1982	Deferido
40	19290	KLEBER FABIANO GEISER	17/12/1975	Deferido
41	14515	LEANDRO VIEIRA COSTA	29/01/1975	Deferido
42	19623	LETÍCIA FER-NANDES DE MIRANDA	09/04/1990	Deferido

43	19221	LINDA BRITTES MANDELLI	29/04/1983	Deferido
44	12935	LUIZ EDUARDO BUENO	28/08/1986	Deferido
45	18338	LUIZ FERNANDO SURDI	25/11/1985	Deferido
46	10751	MARCELO MENDES DOLZAN	01/11/1981	Deferido
47	19525	MARCIELA	13/06/1981	Deferido
48	12621	MARCOS ANTONIO DA SILVA	12/10/1974	Deferido
49	20162	MARIA CRISTINA BATISTA RODRIGUES	01/12/1961	Deferido
50	16085	MARIA ROSA ANDRADE DRAEGER	24/05/1991	Deferido
51	12051	MARIANA MAURICI	27/03/1986	Deferido
52	14020	MARIO CESAR DOS SANTOS FILHO	11/09/1974	Deferido
53	14179	MARISA ELAINE RIBEIRO CIPRIANO	07/09/1988	Deferido
54	10964	MATHEUS LOPES DOS SANTOS	08/07/1993	Deferido
55	12324	MELINA DE FÁTIMA CATAPAN	26/05/1987	Deferido
56	18731	MERIELEN CARDOSO	15/09/1980	Deferido
57	12713	MONALISE ANTUNES MORGADO	11/11/1982	Deferido
58	15649	NADIETE ALBINO MARCÍLIO FEUSER	29/03/1985	Deferido
59	17049	PAMELA ADRIANA DA SILVA	06/04/1990	Deferido
60	17033	PRISCILA EWALD	10/03/1983	Deferido
61	20091	RAFAEL SCHON	10/12/1978	Deferido
62	18348	RAFAELA MACHADO ROSA	20/02/1991	Deferido
63	18858	RAFAELLA ZIMMER-MANN SOTHE	27/04/1981	Deferido
64	18171	RAQUEL ELESBÃO CALHEIRO	02/10/1964	Deferido
65	9116	ROBERTA MIRANDA DA SILVA	13/03/1981	Deferido

66	20298	RODRIGO ZANATTO	26/12/1977	Deferido
67	10527	RUAN CARLOS TONDORF	25/06/1990	Deferido
68	19117	SERGIO LUIZ DA SILVA JUNIOR	08/06/1979	Deferido
69	17856	SIDNEY DE SOUZA	06/06/1962	Deferido
70	19119	STELI SMANIOTTO	29/07/1990	Deferido
71	12340	THATIANNE AUGUSTO DE ABREU SANTOS	06/02/1984	Deferido
72	18385	TICIANA BEATRIZ DALAGO	03/12/1990	Deferido
73	17620	VANDRE LUIZ DE MELLO	12/06/1983	Deferido
74	18754	VANESSA CHRISTIANE PORTELA EHLKE	28/02/1979	Deferido
75	16104	VANESSA FAIM	24/12/1979	Deferido
76	9049	VINICIUS RENAN DOS SANTOS C	24/10/1991	Deferido
77	19220	WANEISSA REGINA PEREIRA PARDIM	06/04/1972	Deferido
78	13133	WILSON ANTONIO KUSTER	06/10/1960	Deferido

Fiscal de Vigilância Sanitária (Eng. Sanitária) - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18103	ADRIAN JAN SCRENSKI	24/05/1984	Deferido
2	11170	KAREN BARBOSA AMARANTE	23/01/1991	Deferido
3	19730	LUIZ FERNANDO FERREIRA NATEL	22/09/1988	Deferido
4	17693	WINICIUS CERCENA	13/12/1986	Deferido

Fiscal de Vigilância Sanitária (Eng. Alimentos) - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19722	ABEL DOS SANTOS	31/05/1974	Deferido

2	9632	ALINE CHIARELLI CRISTOFOLINI	28/04/1990	Deferido
3	19359	AUDREY NÜHRICH FERRÃO FLAMIA	22/04/1980	Deferido
4	20295	CAMILA PRESENDO PINTO	18/09/1988	Deferido
5	10168	CAROLINA RENTZ CARDOSO	30/07/1987	Deferido
6	18073	CAROLINE LOUISE FLORIANI	20/05/1991	Deferido
7	19369	DIANA TREML	25/03/1988	Deferido
8	15168	FABIANO JOSÉ COSSETTIN	07/08/1975	Deferido
9	12274	FERNANDA FIDLER	13/12/1989	Deferido
10	8850	HUANA DA SILVA DE GODOI	02/02/1985	Deferido
11	9816	JAISON JOSÉ POLICARPO	13/08/1980	Deferido
12	13693	JULIANA BARBOZA DE MORAES	11/09/1984	Deferido
13	9260	KAROLINE DE OLIVEIRA BITTEN-COURT	15/04/1991	Deferido
14	10186	LUANA LIMA DANTAS	14/10/1989	Deferido
15	17295	LUCIO PEREIRA VIEIRA	10/01/1978	Deferido
16	19866	MONICA APARECIDA DIAS WOLF	16/07/1979	Deferido
17	12456	PATRICIA COSTA DA SILVA	22/01/1987	Deferido
18	16998	ROBERTA MORAES BORGES	22/02/1981	Deferido
19	19511	VIVIANE ANTUNES DIAS DA SILVA MUNDSTOCK	06/02/1990	Deferido

Fisioterapeuta - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12495	ADRIANA DO NASCIMENTO POSSOBON	17/05/1981	Deferido
2	19411	ALESSANDRA BECKER MACHADO	01/05/1980	Deferido
3	17368	ANA CLAUDIA DA LUZ ROSA	25/06/1988	Deferido

4	19707	ANA PAULA FRANCISCO	05/07/1972	Deferido
5	19129	ANDERSON GUIMBALA DOS SANTOS ARAUJO	30/11/1976	Deferido
6	11395	ANELISA DE CASTRO CAETANO	06/09/1984	Deferido
7	15234	ANNA VICTORIA COELHO	09/11/1988	Deferido
8	18761	CÍNTIA MARI KOZONOE ALMEIDA	23/02/1980	Deferido
9	18864	CINIRA GOMES	17/09/1975	Deferido
10	9831	CLAUDIA KARINE STECKLING	10/05/1993	Deferido
11	11704	DANIELA ARAÚJO ZAMPIROLO	01/08/1979	Deferido
12	15064	DANIELI FABRÍCIA PEREIRA	27/10/1985	Deferido
13	15994	DEBORA DE ANDRADE SOUZA LAMOGLIA	23/05/1976	Deferido
14	11029	DEISE CRISTINI SANTOS	03/01/1992	Deferido
15	10172	ELAINE CRISTINA DA COSTA	24/11/1975	Deferido
16	14538	ELISÂNGELA ROCHA	08/01/1992	Deferido
17	20218	FABIANA SHIRLEY DA SILVA	19/10/1973	Deferido
18	16110	FERMANDA LAIS CARDOSO	15/09/1989	Deferido
19	12594	FERNANDA SCHROEDER	28/01/1981	Deferido
20	18735	GIANINI DE LIMA	19/12/1979	Deferido
21	14666	HEITOR ALEXSANDER LIMA HABLICH	27/07/1980	Deferido
22	10155	HUGO DNARD SILVA DE SOUZA	30/06/1985	Deferido
23	9569	INDAIARA FELISBINO	25/01/1989	Deferido
24	16751	JULIANA DOS ANJOS BORGES	29/05/1981	Deferido
25	15795	JULIANA GAZANIGA	25/12/1983	Deferido
26	9098	KARLOS EDUARDO DUARTE	17/08/1981	Deferido
27	18380	LEANDRO LUIZ DE ANDRADE	15/03/1983	Deferido

28	19450	LENISE CORDEIRO GOMES	23/04/1978	Deferido
29	17234	LISLAINE CRISTINA DOS SANTOS	02/01/1982	Deferido
30	19926	LUCAS MOSIMANN NEGRUNI	09/10/1990	Deferido
31	11277	MARÍLIA NUNES GODINHO	05/06/1992	Deferido
32	14258	MARCIA REGINA IRBER KERTSCHER	20/03/1989	Deferido
33	16559	MARCOS ROBERTO CHIQUELERO MACHADO	15/06/1982	Deferido
34	10492	MARCUS VINÍCIUS CORDEIRO	22/04/1986	Deferido
35	17097	MARINA STENGER	15/09/1988	Deferido
36	14261	MICHELLE GEANE MATOS	10/06/1992	Deferido
37	17030	MIRIAN ALVES DE MACEDO	07/08/1989	Deferido
38	19767	NAIRA SANTOS ROSA	15/08/1981	Deferido
39	15017	NATHALY BERNARDON GIMENES	23/11/1987	Deferido
40	11776	OTAVIANE SOARES PINHEIRO	31/08/1985	Deferido
41	16641	PATRÍCIA VIEIRA	11/04/1979	Deferido
42	19663	PATRICK GOELLNER	25/03/1985	Deferido
43	16951	PAULA CARNEVALI	25/04/1990	Deferido
44	10035	PEDRO PAULO REBELLO NETO	29/06/1989	Deferido
45	9168	RAFAELE FERRAZZO BERTAN PINHEIRO	27/02/1986	Deferido
46	16578	RIVANUSIA TORQUATO DOS SANTOS CARNEIRO	11/12/1976	Deferido
47	12885	ROMULO VICENTE COELHO	21/06/1983	Deferido
48	10283	SUÉLLY FLORES MENEZES	07/07/1988	Deferido
49	17175	TALINE VAVASSORI	27/04/1993	Deferido
50	13614	VICTOR DA SILVA ALVES	02/04/1993	Deferido

51	9728	VILMA DE FATIMA MEIRELES	01/01/1983	Deferido
52	17986	VIVIAN ALVES NOVAES	16/01/1985	Deferido

Fonoaudiólogo - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19562	AMANDA DA COSTA FRANCISCO EFFTING	10/08/1988	Deferido
2	16942	ANA CLARISSE WASCHBURGER	16/01/1974	Deferido
3	19102	ANA CLAUDIA DE SOUZA	28/04/1976	Deferido
4	17353	ANGELA LIMA LANZIANI	19/09/1980	Deferido
5	19416	BIANCA KLEIS DE CARVALHO	01/09/1991	Deferido
6	10051	CAMILA GARDINI	21/02/1989	Deferido
7	19170	DANISLEI FÁTIMA BUENO	08/02/1993	Deferido
8	9091	DAYANI FLORES	15/11/1981	Deferido
9	11849	DEYVIS KOPSTEIN	23/01/1962	Deferido
10	14301	EDUARDA CABRAL ANGIOLETTI	30/05/1991	Deferido
11	13003	FERNANDA BERTAN	01/09/1989	Deferido
12	18015	FERNANDA CORNELIUS LANGE	28/12/2014	Deferido
13	18193	GISLEINE CRISTINA GIL	10/05/1981	Deferido
14	16694	GRASIELA MARIA LUZA	29/08/1986	Deferido
15	19869	JANAINA QUINTINO	04/06/1985	Deferido
16	16230	JANAINA ROCHA GONGORA	26/03/1976	Deferido
17	17601	JOSE DONIZETI TOMAZ	16/07/1959	Deferido
18	10090	LIDIANE PERIN	27/02/1976	Deferido
19	13253	LILIAN ROSE DE SOUZA RODRIGUES	16/11/1974	Deferido
20	10777	MANUELA BRASIL DOS SANTOS OLIVEIRA	08/07/1975	Deferido
21	18007	MARIA CECÍLIA DOS SANTOS MARCOM	08/10/1992	Deferido

22	11833	SIOMARA BARBOSA	18/01/1982	Deferido
23	9273	THAMIELY PATRÍCIA LOCATELLI	20/07/1989	Deferido

Intérprete de Libras 20h - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	15899	JUSCELINO LOURENCETTI MARI	18/08/1986	Deferido
2	16926	MARINALVA CLEUSA DA SILVA MACHADO	30/08/1970	Deferido
3	17104	PATRICIA RODRIGUES TAVARES	28/01/1977	Deferido
4	17292	SONIA QUINONES ABASTO	21/02/1965	Deferido
5	9191	SUELEN CAMACHO	10/03/1991	Deferido

Intérprete de Libras 40h - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9718	CAMILA FRANCISCO	24/05/1987	Deferido

Médico Anestesiologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17998	GISANA MARIA DA SILVA WIETHORN RODRIGUES	18/04/1981	Deferido

Médico Auditor - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9407	ANDRÉ BATISTA RIBEIRO	07/12/1988	Deferido
2	19454	FELIPE SPARENBERGER	27/04/1963	Deferido

Médico Cardiologista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Cirurgião Geral (20h) - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10326	MANUELLA BRIGHENTI BERGAMASCHI	06/07/1985	Deferido
2	17391	PATRÍCIA DE PAULA SANTIAGO SHIMABUKU	24/08/1971	Deferido

Médico Cirurgião Geral (10h) - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19070	EDUARDO WIETHORN RODRIGUES	05/01/1981	Deferido
2	9655	JOSÉ ROBERTO ALVES	29/05/1980	Deferido

Médico Clínico Geral - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17972	CLAYTON MOURA BELO	23/04/1965	Deferido
2	13516	ELISANGELA BIAZOTO MASSA	08/04/1984	Deferido
3	12442	SÉRGIO JORDAN	17/04/1969	Deferido
4	14382	VANIA SANCHEZ PRETTE GODO	22/11/1978	Deferido

Médico Endocrinologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14496	ANDRÉA HEINEN	29/05/1981	Deferido
2	12355	PAULA MARINA FRANCISCO DA CRUZ	24/11/1986	Deferido

Médico ESF - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18747	ALAIN FELIPE SCHWARTZ	10/05/1985	Deferido
2	12119	ALINE KNAK	19/08/1983	Deferido

3	13328	EDISSON ALBERTO HAUSCHILDT JUNIOR	07/09/1979	Deferido
4	17423	FRANCISCO MORAES MEZADRI	25/10/1987	Deferido
5	20243	GRACIELE BIANCHI MARCON	14/10/1985	Deferido
6	18371	JESSICA SAYURI KUMAGAI	10/10/1990	Deferido
7	17392	LEA CATARINA COSTA	18/11/1965	Deferido
8	9575	RAFAEL ROBERTO CARDOSO	27/11/1985	Deferido
9	19020	TERTULIANO LOPES DOS SANTOS NETO	26/05/1979	Deferido

Médico Ginecologista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Oftalmologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16782	MAURICIO DE CARVALHO BRAGA	21/06/1970	Deferido

Médico Ortopedista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Otorrinolaringologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18109	DANIELA BOEIRA DA SILVA	29/08/1972	Deferido
2	17340	KATIA MARQUES CALDEIRA	18/03/1968	Deferido

Médico Pediatra - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19503	GASTÃO DIAS JÚNIOR	12/06/1968	Deferido
2	9419	PEPERSON BAPTISTA REIS	31/08/1981	Deferido

Médico Proctologista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Psiquiatra 20h - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10219	FABRIZIO LUCISANO	08/12/1972	Deferido
2	9783	JONAS HEE-MANN	11/06/1967	Deferido

Médico Psiquiatra 40h - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Radiologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11813	KLAUSS DE BEM ALCANTARA	26/02/1986	Deferido
2	16538	MARLI KOEFENDER	17/10/1965	Deferido

Médico Reumatologista - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Urologista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12245	DIEGO RAFAEL OLIVEIRA	07/12/1983	Deferido
2	15708	EDMIL PHELIPPE PINHEIRO ESNARRIAGA	09/04/1973	Deferido

Médico Vascular 10h - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Vascular 20h - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Monitor de Abrigo - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19010	ABNER GALDINO DOS SANTOS	23/07/1993	Deferido
2	20112	ANDREIA LUCIA VICCARI	27/09/1972	Deferido

3	18678	CECILIA CRISTINA KLOCK WILL	01/07/1976	Deferido
4	10261	JUREIDE PADILHA VOGEL	21/08/1969	Deferido
5	15582	KARINA KRICINSKI CORREA	18/07/1995	Deferido
6	14803	LUZIA MARIA CEZARIO CORREIA	07/02/1960	Deferido
7	18622	MARCELY RIBEIRO PEREIRA	16/12/1996	Deferido
8	17928	MARIA DE FÁTIMA DA CONCEIÇÃO BARROS	10/08/1968	Deferido
9	18351	MERIELLY DA SILVA MACELAN	02/09/1991	Deferido
10	17781	NEUSA SCHWABE	12/06/1984	Deferido
11	12901	PATRICIA DOS SANTOS MOTA	08/02/1991	Deferido
12	17921	PATRICIA BAJADARES DA SILVA	06/07/1978	Deferido
13	19404	PRISCILLA DE MOURA GERALDO	24/09/1990	Deferido
14	11766	ROSEMARLI MOHR	04/07/1960	Deferido
15	19686	ROSICLER LOPES	04/01/1964	Deferido
16	16134	VANESSA VITÓRIA MATHIOLA	03/03/1983	Deferido
17	16831	VERA LUCIA LIMA	05/03/1976	Deferido

Monitor de Educação Infantil - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9451	ADALGISA VERENA PARANAGUA	26/06/1982	Deferido
2	10924	ADRIANA ANACLETO	27/08/1990	Deferido
3	17927	ADRIANA DE OLIVEIRA	11/12/1987	Deferido
4	18944	ADRIANA PEREIRA DA COSTA	30/10/1984	Deferido
5	10325	ADRIANE MENEGHELLI	13/03/1988	Deferido
6	9496	ADRIANE MONTEZANO ALCANTI	30/08/1987	Deferido
7	10940	ADRIANA DE MORAIS SILVA DA LUZ	08/03/1979	Deferido

8	14441	AGATA MAIA- RA ERNESTO	11/02/1996	Deferido
9	12863	ALINE CRISTINA DE BORBA	13/06/1990	Deferido
10	14416	ALINE CRISTINA DE OLIVEIRA GOMES	07/10/1988	Deferido
11	12360	AMANDA NAYRA PEREIRA DA CRUZ	13/07/1992	Deferido
12	19742	AMANDA VALCÁCIO MARQUES DA SILVA	04/07/1996	Deferido
13	9667	AMANDA VITÓRIA DA COSTA	24/12/1995	Deferido
14	11824	ANA CAROLI- NE OURI- QUES	20/09/1995	Deferido
15	19128	ANA CÉLIA MOURA	28/05/1980	Deferido
16	14818	ANA CLAUDIA RODRIGUES	08/01/1980	Deferido
17	9100	ANA CRISTI- NA BARBOSA GUERRA	23/12/1973	Deferido
18	19860	ANA CRIS- TINA DOS SANTOS	28/07/1979	Deferido
19	12679	ANA LUCIA MATTOS	20/07/1987	Deferido
20	16434	ANA PAULA FAGUNDES MENDES	06/09/1986	Deferido
21	9501	ANA PAULA FELICIO	07/01/1987	Deferido
22	19175	ANA PAULA SANTOS DE OLIVEIRA	11/02/1985	Deferido
23	19649	ANA PAULA SCHMITT	08/08/1981	Deferido
24	11284	ANA PAULA SILVA DE SOUZA	09/12/1989	Deferido
25	10409	ANÉZIA SO- LANGE DIAS	25/03/1962	Deferido
26	13463	ANDEIA NOGUEIRA DA SILVA DE FRANÇA	26/11/1979	Deferido
27	15817	ANDREA ISABEL STEKLAIN MARQUES DOS SANTOS	16/10/1976	Deferido
28	11778	ANDREA RO- BERTA RUPP MIRANDA	29/10/1983	Deferido
29	8867	ANDREIA CRISTINA PASIANI	18/05/1982	Deferido

30	10789	ANDREIA DA SILVA OLIMPIO	08/03/1988	Deferido
31	10495	ANDREIA PEREIRA ANDRADE	10/12/1988	Deferido
32	12517	ANDRESSA BORGES DE ALMEIDA	23/03/1991	Deferido
33	17067	ANE CARO- LINE DOS PASSOS	15/07/1995	Deferido
34	8807	ANGELA APARECIDA CELESTINO	13/10/1979	Deferido
35	16456	ANGELA MARIA ANA- CLETO	29/04/1996	Deferido
36	11248	ANGELICA ADRIANA LEITE GOMES	29/09/1976	Deferido
37	9233	ANGELICA SUELY AN- DRE	23/06/1992	Deferido
38	12084	ANIELEN GARCIA	11/06/1990	Deferido
39	17501	ANNA CLAU- DIA GAYA COSTA	10/05/1983	Deferido
40	9899	ANNELISE DOLORIS WEIRICH	23/10/1986	Deferido
41	19584	ANTONIO CARLOS ROMÃO CAR- MONA	26/11/1950	Deferido
42	18533	APARECIDA RODRIGUES FREITAS AU	26/04/1982	Deferido
43	12270	BEATRIZ CEBULISKI	02/06/1984	Deferido
44	12871	BETINA DA FONSECA DA OLIVEIRA	22/09/1989	Deferido
45	13387	BRUNA DOS SANTOS BRASIANI	07/09/1996	Deferido
46	9129	BRUNA LUIZA MACHADO	11/03/1995	Deferido
47	14425	BRUNA PETRY DE SOUZA	07/04/1994	Deferido
48	10422	BRUNA REGI- NA PEREIRA	17/02/1995	Deferido
49	15680	CAMILA DE SOUSA SILVA	18/12/1992	Deferido
50	17376	CARLA FABIANE DOS SANTOS ALMEIDA	20/07/1987	Deferido
51	19594	CARLA JULIA- NA RANGUET	24/03/1988	Deferido
52	17829	CARLOS ALBERTO DE SOUZA MELO	21/06/1976	Deferido

53	11782	CAROLINA PAMPLONA MACIEL	03/07/1981	Deferido
54	14755	CARULINI ALEXANDRI-NA	30/05/1992	Deferido
55	15636	CATIA REGI-NA FROTTINI DA SILVA	19/10/1979	Deferido
56	18333	CATILÇA CRISTINA BORGES	28/10/1985	Deferido
57	19448	CHARLENE FÁTIMA DA SIVA	16/04/1982	Deferido
58	10178	CHRISTIANE DOS SANTOS	22/08/1979	Deferido
59	19120	CHRISTIANE EUFRAZIO	11/08/1974	Deferido
60	19398	CILENE FRANCISCA DE SANTANA	23/05/1986	Deferido
61	15385	CINARA APARECIDA JUSTINO	16/01/1985	Deferido
62	13704	CINTIA CONCEIÇÃO PEREIRA	05/08/1982	Deferido
63	9199	CLAUDIA DE AZEVEDO VELHO DE SOUZA	21/04/1982	Deferido
64	20056	CLAUDIA GONCALVES PEDROZO	17/07/1973	Deferido
65	13826	CLEA REGINA DE SOUZA	05/06/1969	Deferido
66	15309	CLEIDE MARIA DE SOUZA ANTUNES MARTINS	07/02/1973	Deferido
67	15903	CLEONICE DA SILVA DE OLIVEIRA	27/11/1977	Deferido
68	9221	CRISLAINE ESPINDOLA	14/03/1994	Deferido
69	17646	CRISTIANA APARECIDA TEIXEIRA	26/04/1989	Deferido
70	11289	CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA	13/12/1985	Deferido
71	12681	CRISTIANE FERREIRA BRITES	14/08/1992	Deferido
72	9861	CRISTIANE RAMOS DOS SANTOS	27/12/1988	Deferido
73	17929	CRISTINA ELIANE DA SILVA	07/04/1987	Deferido
74	14021	CRISTINA ROCHA DE SOUZA	17/07/1970	Deferido
75	10879	DAIANE CAROLINE SCHREINER	28/09/1988	Deferido

76	9870	DAIANE CRISTINA DE ASSIS	28/02/1988	Deferido
77	11022	DAIANE GARCIA RIBEIRO	08/10/1994	Deferido
78	10130	DAIANE STEPHANI PASSOS DA LUZ	07/09/1995	Deferido
79	10466	DAMARIS ALVES BARROS	19/08/1996	Deferido
80	9389	DANIELA CARVALHO ROSA	23/09/1992	Deferido
81	11008	DANIELA CRISTINA URBANO MOURA	15/12/1982	Deferido
82	11814	DANIELA FABRICIO	16/12/1992	Deferido
83	16406	DANIELE CRISTINA ALVES	23/04/1983	Deferido
84	11417	DANIELE LARREA DA COSTA	28/03/1982	Deferido
85	12544	DANIELLE CRISTINA DE MELO	16/09/1981	Deferido
86	16343	DANUBIA CLEMENTINO	01/05/1981	Deferido
87	9301	DANUBIA HENICHA DE ALMEIDA	31/07/1989	Deferido
88	10242	DARA HALINE DOS SANTOS	23/12/1995	Deferido
89	19520	DARA HELEN DOS SANTOS	22/07/1997	Deferido
90	18215	DAYANE LUIANA SPENA	13/09/1989	Deferido
91	13954	DAYANE SHAINÉ BORBA	30/09/1990	Deferido
92	11359	DAYANI ASSOLARI SALDANHA XAVIER	29/10/1987	Deferido
93	8863	DÉBORA LOUZADA DE SOUZA	18/12/1989	Deferido
94	13959	DEBORA MARIA DA LUZ GALVAO	23/02/1973	Deferido
95	15726	DEISE DE LIZ NETO	22/10/1988	Deferido
96	18702	DIEINI SI-QUEIRA	16/07/1994	Deferido
97	18497	DJENEFFER KIMBERLY DOMINGOS	22/06/1996	Deferido
98	15028	EDELIR PEREIRA DE LIMA	24/01/1990	Deferido
99	13348	EDICLEIA-MARGARETE MENDONÇA NASCIMENTO	21/06/1972	Deferido

100	16509	EDNA COR- REIA LEITE	16/07/1967	Deferido
101	19022	EDNÉIA DE CARVALHO DE PAULA	17/04/1978	Deferido
102	12106	EDVANIA PEREIRA DOS SANTOS	13/04/1986	Deferido
103	12915	EGLE RODRI- GUES	26/04/1968	Deferido
104	20143	ELAINA BERNARDETE DE OLIVEIRA AGUIAR	25/01/1983	Deferido
105	19844	ELAINE CRISTINA PEREIRA	25/02/1985	Deferido
106	11682	ELAINE LÍDIA CORRÊA	07/11/1992	Deferido
107	16128	ELIANE BERGER DE ALMEIDA	18/09/1957	Deferido
108	18061	ELIANE INES METTLER GODINHO	15/04/1976	Deferido
109	10537	ELISA SUELI CALDEIRA	15/04/1993	Deferido
110	9880	ELISANDRA FRANCISCO PEREIRA	16/10/1982	Deferido
111	18267	ELISANDRA MACHADO DE BORBA COSTA	09/09/1980	Deferido
112	11205	ELISETTE ALVES DE SOUZA	24/10/1988	Deferido
113	14401	ELIZABETE DA SILVA SAMARIVA	03/08/1986	Deferido
114	10566	ELIZANDRA EGER XAVIER COSTA	28/09/1981	Deferido
115	15850	ELIZANGELA FUCK ANTU- NES	12/03/1990	Deferido
116	16123	ELSON MAYKOW DOS SANTOS	26/07/1977	Deferido
117	17752	EMANOELLE DA SILVA	30/12/1986	Deferido
118	17266	ERICA HELENA DE SOUZA	04/06/1989	Deferido
119	11357	ESTER EVAN- GELISTA OLIVEIRA DE SOUSA	17/11/1974	Deferido
120	8967	EVELLYN LUIZA DE SOUZA	17/03/1996	Deferido
121	18847	EVELYN GO- MES VIANA DE MACEDO SILVA	06/03/1984	Deferido
122	19299	EWELIN DA SILVA LEAL	11/08/1994	Deferido

123	11193	FABIANA ALVES	15/04/1984	Deferido
124	15933	FABIANA DA SILVA COELHO	01/04/1981	Deferido
125	16151	FABIANA SOARES	15/08/1983	Deferido
126	11304	FERNANDA EGUILHOR RODRIGUES DE MIRANDA	15/06/1984	Deferido
127	11867	FERNAN- DA LEMES BRITES	01/01/1989	Deferido
128	8942	FRANCIELI EMER LO- COTTI	10/08/1987	Deferido
129	11770	FRANCIELI RODRIGUES	14/08/1994	Deferido
130	16236	FRANCIELLE APARECIDA MANOEL	19/02/1989	Deferido
131	17076	FRANCIELLE IGNACIO DE OLIVEIRA	19/06/1994	Deferido
132	19953	FRANCINAL- VA BRANDÃO RODRIGUES	24/04/1971	Deferido
133	14822	FRANCISCA NAZARÉ COS- TA SILVA	12/10/1992	Deferido
134	12405	GABRIELA APARECIDA DE JESUS	07/10/1994	Deferido
135	12893	GABRIELA BATISTA MACHADO	18/02/1989	Deferido
136	9369	GABRIELA DO PRADO MARTINS	17/06/1986	Deferido
137	18626	GABRIELA INDIANARA CORREA	20/07/1988	Deferido
138	17285	GABRIELA RODRIGUES MAFRA	15/05/1997	Deferido
139	10181	GABRIELA SILVA DA COSTA	02/08/1996	Deferido
140	19419	GELIENE QUINTINO RAMOS	01/01/1982	Deferido
141	11921	GENI DOS SANTOS PADILHA	09/12/1970	Deferido
142	12090	GERUSA TATIANE CRISPIM	06/09/1980	Deferido
143	9232	GERUZA DARCI FRAN- CISCO	13/01/1990	Deferido
144	8821	GILMARA ROCHA	03/10/1973	Deferido

145	10012	GISELE CRISTINA LOURENÇO DO NASCIMENTO	25/04/1983	Deferido
146	10001	GISLENE ELIAS RODRIGUES	31/01/1990	Deferido
147	16633	GISLIANE APARECIDA DE GOES DO NASCIMENTO	12/02/1989	Deferido
148	17558	GLEICE PALOMA TRICHES	05/01/1995	Deferido
149	8920	GLEICIANI D'AVILA MACHADO	16/01/1990	Deferido
150	15825	GLEISIANE DO SOCORRO SALES ROMAO DOS SANTOS	13/05/1979	Deferido
151	10513	GRASIELA CORREA DE MORAES	05/11/1985	Deferido
152	19161	GRASIELI PERREIRA	11/09/1995	Deferido
153	18359	GRAZIELA DEBARBA	15/03/1979	Deferido
154	10400	GREICI KELLY INTHURN	06/01/1993	Deferido
155	9342	HINDIANARA MENDES	16/04/1989	Deferido
156	11526	IARA MACHADO EMILIO	31/10/1995	Deferido
157	11024	IDINALVA RIBEIRO DA SILVA PIANISOLE	04/10/1984	Deferido
158	19320	ILIANE RICARDI	06/01/1975	Deferido
159	19932	IOLANDA FRANCIELE BOGES	03/03/1991	Deferido
160	10654	ISABEL CRISTINA DA ROCHA	06/01/1979	Deferido
161	9189	IVANA APARECIDA HARBS	18/06/1991	Deferido
162	12711	IVANILDE SOUZA BEZERRA	08/08/1982	Deferido
163	14405	IVONE SOMARIVA	13/05/1981	Deferido
164	17185	IVONE TERESINHA DOS PASSOS ORTIZ	19/04/1966	Deferido
165	13070	IVONETE PORTELLA DE LIMA	12/01/1979	Deferido
166	11321	IZELA TOMÁS RIBEIRO	18/09/1997	Deferido

167	18306	JAÍNE MARQUES DOS SANTOS	19/04/1994	Deferido
168	10480	JACI DE JESUS DOS SANTOS	18/10/1964	Deferido
169	19974	JACQUELINE BIEGING	30/12/1989	Deferido
170	9521	JANAINA CORREA	06/09/1985	Deferido
171	20120	JANAINA HELENA DOS SANTOS	03/05/1990	Deferido
172	18456	JANAINA TEREZINHA WEBER	11/09/1985	Deferido
173	11685	JANAINA WALTRIK BETIM	06/01/1982	Deferido
174	19910	JAQUELINE DOS SANTOS LOPES FERREIRA JOVENTINO	24/03/1993	Deferido
175	10311	JAQUELINE ORTEGA	08/06/1994	Deferido
176	10708	JAQUELINE TEREZINHA HARTUNG	06/07/1988	Deferido
177	11557	JÉSSICA DOS SANTOS	22/04/1994	Deferido
178	18906	JÉSSICA PARANAGUÁ	07/12/1990	Deferido
179	19510	JEANICE JUCELANDIA LAURINDO	18/09/1992	Deferido
180	19980	JESSICA ALICE FORTUNA	02/02/1993	Deferido
181	17715	JESSICA CARDOSO	08/01/1992	Deferido
182	9194	JESSIKA MAYRA DRANKA	01/02/1991	Deferido
183	12942	JESSYK DA CUNHA	23/10/1991	Deferido
184	10780	JHULY GONÇALVES DE OLIVERIA	08/01/1994	Deferido
185	10140	JORDANIA LEITE MORAIS	12/04/1986	Deferido
186	13453	JOSIANE LEAL COUTO	25/11/1978	Deferido
187	11401	JOSIELI APARECIDA DE LIMA DOS SANTOS	26/01/1986	Deferido
188	12223	JUÇARA BAZOTTI DA SILVA	23/09/1965	Deferido
189	10139	JUCELIA MENDES PIRES	28/09/1987	Deferido
190	9948	JUCIMARA MAIL INOCÊNCIO BONDAVALLI	18/11/1982	Deferido

191	17489	JUDITE BUBLITZ SOARES	13/05/1968	Deferido
192	10561	JULIANA BURLAN DA SILVA	13/05/1994	Deferido
193	14384	JULIANA CUSTODIO DA SILVA	18/08/1985	Deferido
194	19127	JULIANA DA COSTA SILVA	12/12/1994	Deferido
195	18275	JULIANA DA LUZ	15/08/1986	Deferido
196	9123	JULIANA DA SILVA	13/10/1992	Deferido
197	12081	JULIANA DOS SANTOS	04/08/1984	Deferido
198	11487	JULIANA FRANCISCO SPENGLER DA ROCHA	02/10/1977	Deferido
199	10756	JULIANA PATRÍCIA DELFINO	09/10/2019	Deferido
200	18595	JULIANA PEREIRA DO NASCIMENTO	29/05/1993	Deferido
201	19826	JULIANA ROMAO DOS SANTOS	04/11/1992	Deferido
202	9560	JULIANA STANCK PEREIRA	14/05/1985	Deferido
203	10126	JULIANE DE SOUZA	04/08/1985	Deferido
204	14879	JULIANE TELLES DE BASTIANO	31/03/1990	Deferido
205	19920	KARIM MORAES DA CRUZ CORREA	17/11/1979	Deferido
206	13607	KARINA BOHLING MICHELIZZI	18/05/1994	Deferido
207	11804	KARINA CRUZ	18/12/1986	Deferido
208	19732	KARINA SATIRO DA SIVA	12/09/1990	Deferido
209	19287	KARLA ALAIA SOUZA AMARAL	02/11/1985	Deferido
210	18545	KARLA NATTANY APARECIDA OLIVEIRA COSTA SANTOS	12/03/1997	Deferido
211	15689	KAROL SANTANA DA SILVA	02/09/1994	Deferido
212	15262	KATIA LUCIANE MORAES COELHO	03/05/1987	Deferido
213	18619	KEILA KARI-NE PAULINA	12/12/1993	Deferido

214	10234	KEILA PATRICIA RODRIGUES	08/02/1985	Deferido
215	10945	KEITIELE CORREA DA SILVA	08/02/1995	Deferido
216	20044	KELLEN LETICIA DE BARROS	09/09/1986	Deferido
217	16587	KELLI FERNANDA BAUER	19/07/1996	Deferido
218	18022	KELLY FERREIRA LAUREANO	05/07/1991	Deferido
219	17940	KEYLA SILVA-NO MEMORIA SOUTO	30/03/1997	Deferido
220	8944	LAÍS SCARLET COELHO GALVEZ	08/11/1991	Deferido
221	19266	LADIANIR PEREIRA DE JESUS	14/11/1984	Deferido
222	11620	LARISSA NERY DA HORA	24/07/1985	Deferido
223	15821	LARISSA RODRIGUES DA SILVA	11/12/1995	Deferido
224	19662	LAURA DO CARMO VARELA BRANCO	18/02/1975	Deferido
225	15473	LAURA PAULA MONICA	25/08/1991	Deferido
226	18290	LAURORA DALBERTI DE JESUS	19/02/1958	Deferido
227	8911	LAYS MEIRE JACÓ	24/09/1996	Deferido
228	16992	LÉIA SILVA DE OLIVEIRA GREGORIO	13/10/1979	Deferido
229	19672	LEADAR LENZI CRISTOFOLINI	19/06/1966	Deferido
230	13100	LELAYNE DA ROCHA	29/04/1992	Deferido
231	15033	LEONILDE SANTOS LIMA SOARES	19/09/1970	Deferido
232	8994	LETÍCIA DE PAULA ALMEIDA ROSA	22/08/1990	Deferido
233	20073	LETICIA ANA ARAGÃO	20/01/1994	Deferido
234	12323	LETICIA ROSENBRÖCK	09/02/1990	Deferido
235	16319	LIGIANE MEDIANEIRA DOS SANTOS ALMEIDA	29/07/1982	Deferido
236	17931	LILIAN MARIA DA SILVA SANTOS	12/12/1975	Deferido

237	9886	LOUISE DOS SANTOS ALEXIS	30/01/1997	Deferido
238	13854	LUANA CRISTINA DE JESUS	28/09/1982	Deferido
239	15677	LUCIANA ANACLETO CLAUDINO	16/04/1981	Deferido
240	12649	LUCIANA FRANCISCO RAMOS LUCIANA	09/10/1978	Deferido
241	12645	LUCIANA SILVA ALVES	05/04/1982	Deferido
242	17071	LUCIANE CORDEIRO DE LIMA SILVA	14/09/1973	Deferido
243	11221	LUCILENE CARDOSO PINHEIRO	27/07/1970	Deferido
244	16092	LUCIMAR SILVERA BRITO	30/11/1977	Deferido
245	12069	LUCINEIA MOURÃO TAVARES DE OLIVEIRA	31/12/1982	Deferido
246	13125	LUCINEIA SANTOS DE SOUZA	23/09/1996	Deferido
247	18236	LUIZ OTAVIO CORREIA	29/07/1968	Deferido
248	19862	LUZIANE TEIXEIRA DE MATTOS	08/07/1991	Deferido
249	9166	MANOELA DONATA BARBOSA	15/12/1993	Deferido
250	11809	MARÍLIA MARTINS FABRICIO	09/05/1988	Deferido
251	17169	MARCIANI DOS SANTOS	07/03/1979	Deferido
252	15814	MARCILENE ZARDO	09/04/1980	Deferido
253	19072	MARGARETE CORREA DE SOUZA DE OLIVEIRA	14/10/1974	Deferido
254	18489	MARIA AMELIA FELIPPE	28/12/1966	Deferido
255	15576	MARIA APARECIDA PEREIRA DE SOUZA	11/10/1972	Deferido
256	14013	MARIA APARECIDA VIEIRA BORTOLATO	27/05/1969	Deferido
257	12672	MARIA DE FATIMA GERARDINO	14/05/1961	Deferido
258	19639	MARIA DE LOURDES DE LIRA SANTANA	25/12/1980	Deferido

259	11995	MARIA DE LURDES PEREIRA DE LIMA	15/01/1982	Deferido
260	17201	MARIA JULIANA BAGUES	11/07/1989	Deferido
261	10558	MARIA LUCIA DOS SANTOS LIMA	14/12/1980	Deferido
262	9392	MARIA NILZIDETH DA SILVA SANTOS	05/08/1980	Deferido
263	15483	MARIA RONALDA PARANAGUÁ DOS SANTOS	23/05/1965	Deferido
264	14420	MARIA SELMA XAVIER DE SA	21/09/1961	Deferido
265	17343	MARIELE ALVES DE MIRANDA	23/01/1994	Deferido
266	14716	MARILEI TEODORO DOS SANTOS	26/08/1990	Deferido
267	17632	MARILENE BANDEIRA SANTOS	21/09/1968	Deferido
268	17433	MARILENE CLAUDINO	03/05/1979	Deferido
269	18598	MARILENE NORONHA MEDEIROS	30/04/1976	Deferido
270	15823	MARILUCIA BAZOTTI	05/07/1973	Deferido
271	17695	MARINA CASTRO BATISTA DOS SANTOS	20/12/1995	Deferido
272	9887	MARISE MOSER	23/11/1978	Deferido
273	19237	MARLENE BARBARA	18/07/1969	Deferido
274	16492	MARLENE PEREIRA MEMORIA	11/05/1970	Deferido
275	10095	MARLI APARECIDA SOARES	11/12/1967	Deferido
276	14797	MARLISE SALETE DE CAMPOS MOREIRA	06/11/1960	Deferido
277	19999	MAYARA CRISTINA ROCHA	05/11/1989	Deferido
278	15745	MAYARA PEDROZO	15/12/1995	Deferido
279	18270	MEIRE LEITE FERNANDES FROEDE	26/01/1971	Deferido
280	18765	MERILY JENIFFER DA SILVA	11/12/1996	Deferido
281	18532	MICHELE DIAS DA SILVA	17/05/1996	Deferido

282	10474	MICHELE REGIANE AMARO	21/02/1997	Deferido
283	17823	MICHEL COELHO	03/08/1993	Deferido
284	18945	MONICA DOS SANTOS SOARES	01/01/1986	Deferido
285	17634	MYLLENA MARQUES DE OLIVEIRA SILVA CRESPO	01/09/1994	Deferido
286	18637	NADIMAR KRENKEL	20/08/1988	Deferido
287	15558	NADINE RAMOS RÉGIO	07/07/1996	Deferido
288	16941	NADIR NATALINA JORGE	26/12/1967	Deferido
289	13472	NAIARA KRENKEL	29/05/1995	Deferido
290	16800	NATALI COSTA DE SOUZA	25/04/1986	Deferido
291	11877	NATANAEL MOREIRA DE ARAUJO	05/09/1992	Deferido
292	9554	NATÁLIA CRISTINA MARÓSTICA DA SILVA KITZMANN	11/06/1990	Deferido
293	12878	NAYARA DOS SANTOS	02/12/1990	Deferido
294	13345	NERCI MARIA DA COSTA	10/11/2014	Deferido
295	13603	NICOLY IANKA MOREIRA	18/02/1996	Deferido
296	19180	NILSA DA SILVA JENSEN	02/10/1981	Deferido
297	18241	NILSON EDUARDO DE SOUSA ALVES	01/10/1987	Deferido
298	11888	ODAIZA KEILA TEIXEIRA	05/05/1987	Deferido
299	13600	PALOMA DE ANDRADE	20/09/1994	Deferido
300	17081	PAMELA TERESINHA DA SILVA	27/03/1992	Deferido
301	10712	PATRICIA BERALDO DE FARIA	09/08/1983	Deferido
302	12685	PATRICIA DAMASCENO NUNES	11/03/1986	Deferido
303	20161	PATRICIA APARECIDA DE SOUZA	18/10/1977	Deferido
304	17520	PATRICIA APARECIDA GUALBERTO	03/04/1972	Deferido
305	16684	PAULA ROBERTA DE AGUIAR	06/01/1996	Deferido

306	9264	PÂMELA CRISTINA INÁCIO	27/11/1993	Deferido
307	11068	PERSIA LUIZA FEIREIRA	15/04/1975	Deferido
308	14790	POLYANI CAMPOS MOREIRA	04/06/1994	Deferido
309	17960	PRISCILA APARECIDA LISBOA	10/05/1993	Deferido
310	12231	PRISCILA DE CASSIA SOUZA	23/09/1991	Deferido
311	19884	PRISCILA ELISA MAFRA CARDOSO	07/03/1985	Deferido
312	11018	PRISCILA ODETE DA SILVA	16/04/1994	Deferido
313	9593	PRISCILA SILVA SOUZA DO VALE	05/07/1982	Deferido
314	18995	RAFAELA ALINE CRUZ DE SOUZA	12/11/1989	Deferido
315	9628	RAFAELA INTHURN	02/12/1988	Deferido
316	11614	RAINY CORREIO SILVA	06/02/1997	Deferido
317	14462	RAQUEL APARECIDA TOFOLLI SLONGO	29/01/1988	Deferido
318	9660	RAQUEL ROSI JOENCK DA CUNHA	14/12/1986	Deferido
319	18201	REGIANE GISELE DA SILVA	27/02/1982	Deferido
320	9379	REGIANE MOREIRA DA SILVA	05/11/1983	Deferido
321	13362	RITA PEREIRA LOPES	17/05/1978	Deferido
322	16855	ROBERTA CRISTINA SOARES	13/09/1988	Deferido
323	19502	ROBERTA SOUZA SANT'ANA	26/04/1994	Deferido
324	17815	ROGERIA ZANOTTO DE OLIVEIRA	22/05/1983	Deferido
325	10075	ROSA MARIA DE FATIMA BATISTA GOMES ADRIANO	11/09/1978	Deferido
326	17208	ROSA PRICILA BAGUES	11/09/1982	Deferido
327	10428	ROSANGELA ANDRADE DE ARAUJO	04/11/1964	Deferido

328	10138	ROSANGELA DA PENHA LUCAS MORAIS	27/06/1975	Deferido
329	10467	ROSANGELA DIAS DE ANDRADE	15/12/1968	Deferido
330	10137	ROSANGELA LEITE MORAIS	10/12/1977	Deferido
331	19694	ROSANGELA RAMOS CORREIA	25/10/1963	Deferido
332	16143	ROSEANE SOUZA DA ROCHA	12/02/1993	Deferido
333	9085	ROSEANI FÁTIMA REREIRA	27/12/1991	Deferido
334	12005	ROSELAINE SAUSEN LENZ	08/02/1986	Deferido
335	19328	ROSELANE ADRIANA MIGUEL	31/07/1988	Deferido
336	20302	ROSEMEIRE GOMES	07/12/1969	Deferido
337	11169	ROSEMERI DA COSTA	14/11/1975	Deferido
338	18951	ROSITA ERO-TIDES SILVA	13/05/1970	Deferido
339	19849	ROZIANE CASSIA FERREIRA	26/02/1995	Deferido
340	18233	RUTE CORDEIRO	21/04/1962	Deferido
341	10310	RUTE MACHADO	10/10/1967	Deferido
342	10602	SABRINA LIMA NASCIMENTO DUARTE	01/01/1985	Deferido
343	10050	SAMARA AMARAL CAMARGO	29/06/1992	Deferido
344	17121	SAMARA ELISA EMILIO	07/08/1986	Deferido
345	14944	SAMARA MALENA DOS PASSOS	06/09/1993	Deferido
346	19627	SAMIRA VALTER	09/01/1980	Deferido
347	16724	SANDRA APARECIDA MARCELINO DIAS MAIER	18/06/1985	Deferido
348	19059	SANDRA RENATA MARIA	08/02/1970	Deferido
349	11615	SANDRA ROSALINA ANDRE	07/02/1996	Deferido
350	13703	SANDY SUELEN REGIS DA SILVA	08/12/1989	Deferido
351	16507	SARA CORREIA JERÔNIMO LEITE	17/07/1995	Deferido

352	18604	SARA FRANCINE PAULINA	05/10/1987	Deferido
353	17147	SARA PEREIRA LEITE DOS SANTOS	11/12/1977	Deferido
354	15285	SHANNA FRANCESCA BORGES	25/01/1988	Deferido
355	17334	SILVANA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES	15/09/1971	Deferido
356	19855	SILVANA DE SOUSA	23/08/1975	Deferido
357	20049	SILVANA GONZAGA DOS SANTOS	29/01/1988	Deferido
358	13246	SILVANE TIBES EVANGELISTA	14/07/1988	Deferido
359	10432	SIMONE CARDOSO ESTEVES	03/01/1985	Deferido
360	13864	SIMONE FERREIRA ALFLEN	12/03/1982	Deferido
361	19925	SIMONE KARINA MORAES DA CRUZ	21/01/1975	Deferido
362	10647	SIMONE RUBIA CABRAL FREITAS	09/09/1970	Deferido
363	15427	SIRLEY NORMESIA PEREIRA	23/11/1977	Deferido
364	9187	SOLANGE APARECIDA CANOFRE	29/12/1981	Deferido
365	12404	SOLANGE RISTOW SIDOR	08/08/1983	Deferido
366	12998	SONIA MARIA GARDINI	21/01/1971	Deferido
367	15075	STEFANI LARISSA DE SOUZA	17/12/1995	Deferido
368	16025	SUELANE SILVA COELHO	06/01/1988	Deferido
369	17473	SUSANA JOCOSKI	30/06/1985	Deferido
370	14285	TABATA LEONTINA DE OLIVEIRA	24/08/1988	Deferido
371	10191	TACIARA WIERBITSKI DE ALMEIDA ROSANELLI	18/06/1978	Deferido
372	9527	TAINAH ALVES DA SILVA PEREIRA	19/12/1991	Deferido
373	10092	TAISE MARIA DESOUSA	17/03/1993	Deferido
374	13875	TAMARA PAULA RODRIGUES	09/08/1985	Deferido

375	19067	TAMIRES SANDRA MARIA	16/10/1987	Deferido
376	9198	TATIANE CARLA PEREIRA	11/09/1984	Deferido
377	16009	TATIELE DE LIMA PERON	27/04/1992	Deferido
378	14104	TÂNIA WENDHAUSEN RAMOS DA SILVA	29/12/1952	Deferido
379	10350	THAÍS DOS SANTOS ALVES	05/11/1996	Deferido
380	15089	THACYANA COMENALE PEREIRA	15/12/1988	Deferido
381	11001	THAIS DE MASCENO	20/02/1991	Deferido
382	8960	THAISA DE OLIVEIRA	11/09/1995	Deferido
383	13581	THAYSE TOMAZ	26/01/1987	Deferido
384	9582	VALCILENE CRISTIANE BORTOLATO	09/08/1988	Deferido
385	10349	VANDERLEIA BORGES	08/03/1984	Deferido
386	17668	VANESSA APARECIDA MENDES MADUREIRA	04/09/1980	Deferido
387	10518	VANESSA CARDOZO OURIQUES	18/12/1983	Deferido
388	18517	VANESSA DA SILVA GODINHO	20/11/1987	Deferido
389	18272	VANESSA FARIAS BATISTA DE OLIVEIRA	24/08/1989	Deferido
390	13040	VANI BOASKEVIS	18/08/1983	Deferido
391	19177	VANUSA SILVA DO ROSÁRIO	14/03/1990	Deferido
392	12982	VÁLERY LEI RODRIGUES	21/12/1996	Deferido
393	19904	VIVIAN DE OLIVEIRA	02/02/1995	Deferido
394	18987	VIVIANE BENTA DA CRUZ	05/12/1984	Deferido
395	10779	VIVIANE COLLA	16/03/1979	Deferido
396	19938	VIVIANE VIEIRA	23/05/1977	Deferido
397	19915	YAGNES KÁTIA DA SILVA	01/03/1982	Deferido

Motorista Socorrista SAMU - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16156	ADRIANO MARCELO QUINTINO	14/02/1985	Deferido
2	10371	ANDERSON FRANCO	26/07/1974	Deferido
3	11678	CARLOS EMERSON GARCIA	26/02/1971	Deferido
4	13723	CHRISTIANO CORREA DE SOUZA	10/10/1980	Deferido
5	18718	CLAUDIO FORNASARO JUNIOR	12/04/1982	Deferido
6	9202	DANIEL MESIAS	29/07/1976	Deferido
7	12862	DAVID FRANCISCO GOMES	23/07/1983	Deferido
8	15948	DEMIS MIGUEL STILLER	29/12/1982	Deferido
9	13813	FATIMA LUCIA DA SILVA	29/09/1961	Deferido
10	10436	JHONNY WYLLAND LEAL CABREIRA	26/02/1990	Deferido
11	19053	JONAS LAERTE LONGEN	09/03/1961	Deferido
12	16510	LEONARDO DE PAULA	31/05/1984	Deferido
13	10423	LUCIANO ANGELO PIERRE	10/04/1974	Deferido
14	9363	MARCELO DE CARVALHO ARANTES	30/10/1981	Deferido
15	9639	MARCELO RAVACHE ABREU LIMA	09/06/1980	Deferido
16	15150	RAFAEL MARCHAND	24/05/1979	Deferido
17	9796	ROBSON LUIZ GASTALDI	09/12/1976	Deferido
18	19646	RODRIGO AGUIAR DELGADO	02/12/1971	Deferido
19	11917	VALDIR DOS SANTOS WERNER	03/10/1977	Deferido
20	20087	VALNEIR ANTONIO DE OLIVEIRA	22/05/1967	Deferido
21	12561	VINICIUS KRUMEL DE OLIVEIRA	24/01/1985	Deferido
22	13558	YSLAINE RIBEIRO GONZAGA	06/04/1990	Deferido

Nutricionista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9900	ALESSANDRA MONESTEL	18/05/1979	Deferido
2	16857	ALEXANDRE MACHADO RIBEIRO	28/08/1975	Deferido
3	19000	ALINE DANIELA NESI	06/10/1981	Deferido
4	15271	ANA PAULA HARMEL	25/07/1990	Deferido
5	19394	ANDRIÉLLEN MARCINIÁK	26/06/1992	Deferido
6	15874	ANELISE FRANCHESCA BROGNOLI HOFFMANN	22/04/1988	Deferido
7	9242	ANGÉLICA APARECIDA FLÔRES	07/09/1992	Deferido
8	10402	BRUNA TAU-FENBACH	24/12/1988	Deferido
9	11421	CARLA GONÇALVES	11/07/1989	Deferido
10	11651	CERES TAMIOZZO MAIERON	17/08/1980	Deferido
11	14151	CINTIA JOSEANE MORETTI	10/08/1987	Deferido
12	19544	ELAINE MENDES PRESTES	18/10/1979	Deferido
13	18413	FABILE SCHLICK-MANN	27/04/1989	Deferido
14	13035	FERNANDA ABRAVANEL	13/06/1992	Deferido
15	9315	HENRIQUE PERSCH RIBEIRO	13/05/1991	Deferido
16	11214	IANDRA MICHELI RODRIGUES	29/12/1992	Deferido
17	13820	IZABELA BAIONI AYLON	20/10/1993	Deferido
18	18395	JENIFFER DINIZ DE SOUZA	01/11/1985	Deferido
19	10663	JOANNA MARASCHIM	20/06/1991	Deferido
20	15777	JOVISA SEBEN SANDINI	26/03/1982	Deferido
21	8764	JULIA GRAZIELA BITTENCOURT LEDRA	16/07/1984	Deferido
22	11256	KARLA DANIELLE GABARDO	22/08/1987	Deferido
23	15525	KATYUSCIA GETELINA	08/04/1991	Deferido
24	10594	LAÍSE CAMPOS MAY	09/04/1992	Deferido

25	12351	LIÉGE LIMA BEIER	20/10/1986	Deferido
26	11508	MAIARA DALRI	17/10/1993	Deferido
27	18783	MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA AGOSTINI	29/01/1993	Deferido
28	10406	MATHEUS CAMARGO MARTINS	10/11/1981	Deferido
29	16702	NAYARA MOMM	10/09/1992	Deferido
30	19321	PRISCILA DE LIMA BATISTA	02/01/1991	Deferido
31	19539	PRISCILA DE LIMA CIPRIANO	27/09/1989	Deferido
32	9964	RAFAELA CARMINATTI	04/06/1987	Deferido
33	9911	SANDRA MARIA PEREIRA	09/03/1970	Deferido
34	13743	SCHEILA DAYANE SCHNEIDER	05/01/1987	Deferido
35	9311	SUZANA TIEMI MORAIS	23/03/1986	Deferido
36	17298	TAMIRES ÁVILA RECH	28/10/1987	Deferido
37	12375	TAYANNA TOLEDO CAMPOS	21/04/1993	Deferido
38	19483	THAILA MANUELLE BERTUCCI DA SILVA	10/08/1993	Deferido
39	19377	THAIS DE BORBA	16/02/1987	Deferido
40	12808	VANESSA RODRIGUES	24/09/1990	Deferido
41	17893	VINICIUS DA COSTA RODRIGUES BALLOCK	29/05/1987	Deferido

Odontólogo de Pacientes Necessidades Especiais - Ensino Superior (Geral)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Odontólogo Endodontista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9073	JOAO PAULO PARISOTTO ANDRIOLLI	07/05/1985	Deferido

Odontólogo ESF - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	8743	AMANDA MEIRELES GOMES MOURA	29/10/1987	Deferido
2	19785	ANA CAROLINA DA SILVA RODRIGUES VIEIRA	25/08/1989	Deferido
3	17957	ANGELA DI LASCIO MARQUES DE SOUZA ZANOLLA	20/02/1980	Deferido
4	18899	CAMILA PRADO DAS NEVES	30/10/1990	Deferido
5	12125	CARLOS ALBERTO GARCIA JUNIOR	20/09/1991	Deferido
6	16639	CAROLINE FERREIRA DE MATTOS	04/01/1984	Deferido
7	9638	CATIUCIA LANZZARIN	01/11/1992	Deferido
8	8883	CHRISTOPHER BERWIG	06/10/1987	Deferido
9	12539	CLAUDIA OTELANEIA BARROSO SILVA	29/07/1979	Deferido
10	9237	DANIEL KIYOSHI IWAI	24/01/1981	Deferido
11	19773	DANIELA BINHOTTI SANTOS	02/06/1981	Deferido
12	15190	DNYELSON SOUZA SILVA	15/12/1979	Deferido
13	11467	ELISA DE OLIVEIRA SCHMELING	01/09/1989	Deferido
14	17079	EVERTHON TAVARES VERONESE	23/05/1987	Deferido
15	9888	FABIANO JUNQUEIRA DE SOUZA	14/08/1974	Deferido
16	12566	FERNANDA ANGELONI DE SOUZA	21/12/1988	Deferido
17	19581	FERNANDO DUTRA VIANA	23/07/1973	Deferido
18	19861	FLAVIA CARVALHO GONÇALVES	17/11/1989	Deferido
19	14533	GIOVANA DAL PUPO	03/03/1980	Deferido

20	19526	GLORIA MARIA CUSTODIO	19/10/1988	Deferido
21	19101	GUILHERME MIRANDA SAMPAIO	22/11/1982	Deferido
22	11478	INGRID TROSDOFF AKIYAMA CAMARGO	03/01/1983	Deferido
23	19534	ISABELA DOS SANTOS DA CRUZ	30/06/1993	Deferido
24	14396	ISABELLE RIBAS DE LIMA E SILVA	04/02/1986	Deferido
25	18883	JAKSON CARLOS ISOTON	22/07/1986	Deferido
26	18606	JONATAN HOFFMANN	13/07/1992	Deferido
27	16467	JOSÉ EDUARDO DIAS DOS SANTOS	30/10/1990	Deferido
28	9017	JULIA SANTI SILVANO	21/10/1982	Deferido
29	18538	JULIANA ROYER HEIDMANN	02/08/1989	Deferido
30	19695	JULIANE DENISE KUMM KOGUCHI	16/10/1977	Deferido
31	16623	JULIANO RAFAEL BUTENDORF	27/03/1974	Deferido
32	16332	KARINA SPINOLA BARBATO	30/08/1986	Deferido
33	9386	LEONARDO RIBEIRO MAZZAROLO	27/07/1985	Deferido
34	19347	LUANA BEBER YOSHIZUMI	12/05/1991	Deferido
35	13311	LUANA CRISTOVÃO GROSS	22/02/1988	Deferido
36	17685	MAIRE CHRISTINE RAMBO	20/12/1989	Deferido
37	19270	MARIA FERNANDA DE OLIVEIRA VIANNA	11/01/1986	Deferido
38	14625	MARIA LAURA SAID BRENNER	06/09/1989	Deferido
39	9944	MARIANA FRANCO COSTA	15/01/1992	Deferido
40	12454	MARIANA VIEIRA GERI	02/11/1985	Deferido
41	10851	MATHEUS DOS SANTOS PEREIRA	29/08/1985	Deferido
42	18933	NILSON ZARDO	19/07/1975	Deferido

43	14591	PAOLA BEZ GOULART	27/02/1987	Deferido
44	17577	PRISCILA MARTINS	19/05/1988	Deferido
45	9721	ROSIANE APARECIDA DE LIZ SPERB	20/01/1969	Deferido
46	9942	RUAN CARLOS BEUTING	13/07/1989	Deferido
47	19303	SILVIO DE SOUZA NEVES	15/10/1972	Deferido
48	14306	SORAYA SCHWEITZER	22/08/1983	Deferido
49	14643	SUELLEN CAROLINA DITZEL	06/01/1991	Deferido
50	11618	THAÍS ROCKENBACH GOBBI	18/12/1989	Deferido
51	14674	VICTOR JOSE HACKBARTH	27/09/1975	Deferido
52	18596	YASMIM GUTERRES	20/01/1989	Deferido

Odontólogo Periodontista - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18634	SARAH REICHMANN SASSI GUTIERREZ	04/10/1978	Deferido

Odontólogo Traumatologista Bucomaxilofacial - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17774	LEONARDO YOSHIURA SOARES	15/10/1982	Deferido
2	18145	MATHEUS COELHO BLOIS	06/03/1990	Deferido
3	9949	PATRÍCIA DOS SANTOS CÉ	26/04/1984	Deferido

Operador de Equipamentos de Grande Porte - Ensino Fundamental Completo

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18971	ALTAIR MIRANDA	30/04/1977	Deferido
2	17253	ARLINDO DA SILVA JUNIOR	22/07/1974	Deferido

3	14116	ARTUR WILSON KOENIG JENISCH	21/08/1966	Deferido
4	20241	BONEVAL FRANCISCO MENEZES DOS SANTOS	15/08/1963	Deferido
5	19604	CRISTIANO JOSE SBARDELATTI	18/03/1985	Deferido
6	13754	EDERSON DIAS VICTOR	10/09/1976	Deferido
7	18030	EDSON RO-NEI HENRIQUE	05/10/1983	Deferido
8	18398	EGÍDIO MATIAS BOHNEN	01/09/1967	Deferido
9	18044	GUILHERME JORGE VITORRELO	06/08/1985	Deferido
10	19841	HIGOR SILVA PEREIRA	21/01/1990	Deferido
11	20276	ITAZAÚ LOBATO TEIXEIRA PINTO	14/10/1980	Deferido
12	15009	JARDEL ANDRE DA COSTA	22/04/1979	Deferido
13	16115	JORGE ADEMAR DA LUZ	29/04/1984	Deferido
14	9779	JOSE DOMINGOS DOS SANTOS NETO	17/04/1988	Deferido
15	11948	LEONARDO FONTANA HOEPERS	05/07/1985	Deferido
16	15289	MARCELIO MACHADO FERREIRA	17/07/1969	Deferido
17	19244	MARCELO DA SILVA	19/07/1973	Deferido
18	13507	NEUDI GIROLLETTI	03/12/1969	Deferido
19	13090	OSVALDO GHIOTTO JUMIOR	05/04/1975	Deferido
20	10231	RICARDO ANDRADE DE ARAÚJO	09/10/1984	Deferido
21	14557	ROBERTO PENZ	07/03/1966	Deferido
22	13119	TIAGO LUIZ DA SILVA	19/04/1988	Deferido
23	12921	WILSON VITOR AMARO	27/09/1974	Deferido

Operador de Equipamentos de Médio Porte - Ensino Fundamental Completo

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11537	ANDERSON DIEGO ONEDA	17/12/1994	Deferido
2	10775	ANDERSON DOS SANTOS SILVA	17/04/1983	Deferido
3	15593	BRUNO ROMERO TELINO DE FREITAS	19/12/1977	Deferido
4	11096	CELIO PE-REIRA	04/01/2049	Deferido
5	10938	CLARIMUNDO NEREU BUE-NO CARDOSO	16/03/1955	Deferido
6	19555	DIOGO LAGO DE FRANÇA	31/08/1991	Deferido
7	11060	FLAVIO RO-BERTO RODA JUNIOR	22/06/1976	Deferido
8	17006	JOÃO FLO-RENCIO DA ROSA	06/02/1971	Deferido
9	12646	JOSE MARIO LEITE	13/03/1988	Deferido
10	14690	JOSE SERGIO RAMOS VIEIRA	29/06/1954	Deferido
11	10096	JURACI ONÓRIO BORTOLATO	25/05/1962	Deferido
12	19891	PAULO ROBERTO PEREIRA	22/09/1960	Deferido
13	15879	ROCHESTER JOBIM MEN-DES	19/02/1978	Deferido
14	19569	RONALDO DOS SANTOS	17/01/1989	Deferido
15	15641	SIDNEY RUY KOCH	28/10/1972	Deferido
16	19567	SILVIO ISEN-SEE	31/07/1973	Deferido
17	13963	WAGNER DA COSTA GALVAO	27/02/1980	Deferido
18	17115	WALDELIR GUAREZI	17/04/1966	Deferido

Operador de Equipamentos de Pequeno Porte - Ensino Fundamen-tal Completo

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17111	MURILO RODRIGUES JUNIOR	23/09/1984	Deferido
2	16742	WANDER-LEY NEVES SANTOS	04/11/1972	Deferido

Orientador Social - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nasci-mento	Situação
1	17743	ADRIELI GIRALDI	19/02/1994	Deferido
2	17311	ALINE MAIRA WEISE	09/08/1995	Deferido
3	17300	ALISON MAI-RA DA SILVA WEISE	21/02/1970	Deferido
4	16402	ANTONIO CARLOS ULLER	29/12/1969	Deferido
5	19064	BRUNA LUA-NA CLEMEN-TE	15/07/1996	Deferido
6	9297	CARLOS EDUARDO DE FIGUEIREDO ANDRADE	21/06/1984	Deferido
7	13118	FABIO MI-RAPALHETE MAGLIONI	03/04/1989	Deferido
8	18774	FERNANDA MONTEIRO TOMASI	15/11/0980	Deferido
9	19968	FLAVIO ROBERTO DE SOUZA	14/06/1972	Deferido
10	17382	GUSTAVO GARCIA DOS SANTOS	06/10/1992	Deferido
11	15397	HILTON ER-NESTO MORO JUNIOR	13/03/1959	Deferido
12	12315	INGRIDE DA ANUNCIAÇÃO CERQUEIRA	20/12/1982	Deferido
13	16583	JESIANI MARIA CAL-DEIRA	15/08/1980	Deferido
14	16809	KARINNY BENEDETI	12/08/1992	Deferido
15	8839	LAIZA GON-ÇALVES DA SILVA	03/08/1990	Deferido
16	9773	LEILA RE-GINA REIS FAVARO	13/12/1961	Deferido
17	14983	LOUISE CRISTINA CORREA DO NASCIMENTO	10/02/1984	Deferido
18	16280	MANOEL LUIZ CHRIS-TÓVÃO	16/11/1951	Deferido
19	15003	MARIA JOSÉ FLOR	19/03/1963	Deferido
20	12562	MARIA SOLANGE PEREIRA FORNARI	19/02/1968	Deferido

21	14170	MARILUCIA DA LUZ TORMEN CRI-VELETO	09/09/1970	Deferido
22	13528	MARY HESTELA PEDROZO	21/04/1987	Deferido
23	18238	MAYLON DE SOUSA FERREIRA	23/04/1990	Deferido
24	14168	NEUSA STOLL	14/07/1963	Deferido
25	15684	RITA DE CASSIA PAES THOME	21/02/1961	Deferido
26	18911	SAMARONE ENEAS CARDOSO	00/00/0000	Deferido
27	11061	SHEILA DA SILVA GUGLIELMI	17/10/1982	Deferido
28	14244	TABITA CORELI MONTIERI DE BITTENCOURT	22/03/1989	Deferido
29	17918	TIAGO ROMÃO FERREIRA	04/02/1988	Deferido

Professor Anos Iniciais - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12149	ADRIANA PRESTES FURTADO	20/07/1976	Deferido
2	10258	ALESSANDRA VIEIRA	11/10/1971	Deferido
3	15362	ANA CAROLINE RAUE	20/05/1992	Deferido
4	11312	ANA LUCIA FREIBERGER	08/06/1989	Deferido
5	19842	ANDRÉA PETRY	29/11/1976	Deferido
6	19766	ANDREIA GERALDO	09/04/1980	Deferido
7	8826	ANDREZA KARLA DE SOUZA	08/01/1978	Deferido
8	16498	ANTONIA EDINICE RODRIGUES DE ARAUJO	13/06/1976	Deferido
9	12824	ARABEL METRANIA GARM	11/11/1966	Deferido
10	14132	ARIANE CAROLINA DA CRUZ	17/07/1981	Deferido
11	13124	BEATRIZ PACHECO	13/07/1973	Deferido
12	14600	CARINA KRUGER PENZ	04/11/1993	Deferido
13	20236	CARINA MARIA DA SILVA	25/03/1987	Deferido

14	12821	CARINE ESTELA DRESSEL	02/03/1980	Deferido
15	9607	CARLA DA SILVA EMILIO	07/11/1979	Deferido
16	9671	CARMEN CLEDI SCHWERTZ ALVES	21/10/2062	Deferido
17	10101	CAROLINE MENDES BORTOLATO	11/01/1990	Deferido
18	12476	CHARLENE OLIVEIRA BRÁZ	25/07/1981	Deferido
19	9349	CHARLES ALBERTO PASSOS	03/10/1971	Deferido
20	10628	CINTIA RENATA CABRAL	23/02/1984	Deferido
21	16873	CLAUDEMIRA NOVAIS ALVES	27/01/1979	Deferido
22	19222	CLAUDETE APARECIDA DA SILVA LOURENÇO	12/12/1966	Deferido
23	12882	CLAUDIANE PIERRE	26/09/1971	Deferido
24	15659	CLÁUDIA RUTH DA SILVA	22/08/1988	Deferido
25	15192	CRISTIANA DE SOUZA D'OLIVEIRA	06/06/1976	Deferido
26	10669	CRISTIANE SEVERINO	05/11/1972	Deferido
27	10387	DANIELA BARON KOLHER	02/12/1979	Deferido
28	16238	DANIELA GONÇALVES	03/06/1986	Deferido
29	14738	DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA	19/05/1980	Deferido
30	17857	DENICE SILVA ROSA FERREIRA	28/10/1978	Deferido
31	16503	DENISE PARANAGUÁ	10/06/1978	Deferido
32	9371	EDILENE IRIS CALDEIRA LOURENÇO	14/01/1984	Deferido
33	18453	EDILENE MARIA DA SILVA	24/10/1983	Deferido
34	18938	EDINEIA MONICA DE ANDRADE	20/11/1976	Deferido
35	19099	EDNALVA SILVA FRANÇA	18/01/1977	Deferido
36	15774	ELAINE CRISTINA DA TRINDADE	31/05/1989	Deferido
37	11788	ELIANA CRISTINA GAMA DA SILVA	03/05/1971	Deferido

38	14702	ELIANE DA SILVA UESLER	02/01/1974	Deferido
39	11110	ELIETE AMARO	13/09/1972	Deferido
40	15762	ELIZETE REBELLO	16/12/1956	Deferido
41	14640	ELY DA LUZ DARADDA	09/12/1970	Deferido
42	9726	EUNIDIO LUIS RANNOV	08/05/1976	Deferido
43	17060	EVA APARECIDA FERNANDES ARAÚJO	20/03/1986	Deferido
44	9372	EVANIR DA SILVA	31/05/1959	Deferido
45	11244	FABIANA REGINA DE SOUZA SANTOS	13/04/1969	Deferido
46	13601	FRANCIELE CRISTINA SCHMITT	29/05/1987	Deferido
47	16664	GARDENIA DE FATIMA ALVES ROSA MATIAS	18/05/1959	Deferido
48	15838	GRAZIELA DA SILVA FLORES	09/05/1981	Deferido
49	18924	GRAZIELE LOURENÇO FERREIRA	13/05/1986	Deferido
50	19701	IONE GOMES RABITO FERREIRA	14/08/1984	Deferido
51	10061	IZABEL CRISTINA DO NASCIMENTO MARTINI	22/02/1987	Deferido
52	9367	JANAINA FORLIM DE SOUZA	20/09/1981	Deferido
53	9585	JANAINA MANISCALCO FELÍCIO DE SOUZA	14/07/1975	Deferido
54	14094	JANISLEY MARIA DA CUNHA	09/08/1993	Deferido
55	14594	JÉSSICA DOS SANTOS	28/10/1992	Deferido
56	12718	JEAN CARLOS RIBEIRO	06/05/1971	Deferido
57	15058	JOCIMARA PEREIRA MEZZON	24/09/1970	Deferido
58	9538	JUSCELINO OLIVEIRA	17/05/1961	Deferido
59	13449	JUSSARA MARIA THEISS	28/07/1986	Deferido
60	11538	KATIA CILENE KLOPPMIRANDA	29/06/1969	Deferido

61	19755	KATIA DA SILVA FIGUEIREDO	02/01/1964	Deferido
62	20305	KATIUSCIA LUCIANA ZANATTO	17/07/1976	Deferido
63	11695	LETICIA CASSIMIRO DA SILVA CARDOSO	24/01/1987	Deferido
64	15531	LETICIA SETSUMI DO NASCIMENTO MACHADO	20/04/1979	Deferido
65	13604	LILIANNE RIBEIRO BURLIER DA SILVEIRA	20/09/1982	Deferido
66	16461	LINDBERG DA SILVA JERÔNIMO LEITE	10/08/1964	Deferido
67	11058	LUCILE PATRICIA FONSECA	16/06/1978	Deferido
68	19914	LUIZA RAMOS DE LIMA COUTO	06/01/1969	Deferido
69	19574	LUIZIANE VENTURINI GONÇALVES	23/02/1978	Deferido
70	16698	MAIARA CRISTINA SAGAS DALL AGNOL	10/11/1985	Deferido
71	14727	MARCIA D OLIVEIRA STEFFEN	15/01/1974	Deferido
72	9854	MARIA APARECIDA DA SILVA	29/05/1968	Deferido
73	13753	MARIA ELENA GUBERTT	06/08/1966	Deferido
74	19384	MARIA ESTELA GONSALVES ARAÚJO DA SILVA	23/07/1971	Deferido
75	12278	MARIA VERONICA DE OLIVEIRA FUJIWARA	04/03/1960	Deferido
76	11722	MARIANA ALCÂNTARA DO NASCIMENTO	03/11/1988	Deferido
77	18231	MARILENA NETTO	17/05/1968	Deferido
78	10920	MARILENE BATTISTI	08/11/1964	Deferido
79	12805	MARISE LINDOMAR COUTO	29/08/1974	Deferido
80	12359	MAYARA CRISTINE CARDOSO	25/09/1989	Deferido

81	11783	MELISSA PONTES REBÊLO	25/06/1978	Deferido
82	11076	NEUSA LUZIA DA ROCHA COSTA	05/10/1952	Deferido
83	10343	NEUSA MARIA POPENG DE SOUZA	28/12/1962	Deferido
84	16277	NOEMI COLLA REIS	08/10/1984	Deferido
85	14706	OSVALDO OSMUNDO ISENSEE FILHO	24/05/1985	Deferido
86	15224	PALOMA PEREIRA	05/11/1992	Deferido
87	16767	PATRICIA BITTEN-COURT	13/09/1981	Deferido
88	14156	RAFAELA KERTICHKA PEREIRA	04/07/1987	Deferido
89	16635	RAQUEL PALOMA DA SILVA	20/11/1976	Deferido
90	17065	RITA DE CÁSSIA BONA	02/07/1980	Deferido
91	11235	ROBERTA APARECIDA NADALINI AGUIAR	21/08/1980	Deferido
92	14048	ROBERTA DOS SANTOS DE LIMA	25/01/1981	Deferido
93	19599	ROSANGELA CHIMKA	09/07/1976	Deferido
94	11087	ROSANGELA MARIA SENFF WILLE	21/11/1969	Deferido
95	19165	SILVANA DA SILVA CAMARGO DE SOUZA	29/11/1975	Deferido
96	16647	SILVANA LETICIA DUMKE	24/06/1982	Deferido
97	18310	SIMONE ALVES TEODORO COELHO	30/07/1977	Deferido
98	14997	SOILA CRISTINA DICKMANN DE OLIVEIRA OLIVEIRA	21/04/1971	Deferido
99	10885	SUZELE BENTA DO NASCIMENTO	06/03/1985	Deferido
100	15261	TAINARA KREFF	24/08/1994	Deferido
101	15515	TAMARA APARECIDA DOS SANTOS	10/05/1986	Deferido
102	16996	TATHIANY SHARON ROCHA FACCIO	25/03/1978	Deferido

103	10363	TATIANY REGINA FABENI	06/02/1989	Deferido
104	16936	TEREZA DOS SANTOS INACIO	19/09/1965	Deferido
105	14592	TEREZINHA DE JESUS VALENTIM DE OLIVEIRA	05/04/1969	Deferido
106	9714	VALDELIRIA MIOTTO	28/12/1973	Deferido
107	14093	VALDILEA SANTOS COIMBRA	07/09/1976	Deferido
108	16930	VANDERLÉIA MEDEIROS GELSLEICHTER	17/12/1977	Deferido

Professor de ARTES (10h) - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	12880	MARIA NEUCIOLI BORBA MEDEIROS	27/09/1972	Deferido
2	18843	SIMONE ZUCHELLI JAGUSZESKI	09/09/1986	Deferido

Professor de ARTES (20h) - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17431	ADRIANA SILVA DA ROCHA	27/01/1989	Deferido
2	11721	ANAQUEL MATTOS DA FONSECA	07/07/1988	Deferido
3	18011	CLEUSA MENDES	04/06/1969	Deferido
4	10589	CRISTINA MARIA ROSA	21/01/1979	Deferido
5	15020	ELIANE SANTOS DE OLIVEIRA	17/02/1963	Deferido
6	19872	JOSIANI HEUSI VOGEL	10/02/1981	Deferido
7	18741	MÁRCIA DENYSE MACÊDO DA SILVA	20/11/1971	Deferido
8	10802	MÁRCIA RUBINECK NOGARA	22/06/1959	Deferido
9	19438	PATRICIA FRAGA DE BATISTA	05/11/1971	Deferido
10	9513	PATRICIA ONDINA COELHO	19/07/1977	Deferido

11	8810	REGINA MARIA DA SILVA	08/03/1961	Deferido
12	10373	ROSE LEDI GOETZ GOETZ	11/01/1961	Deferido

Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (10h) - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	10995	SANDRA REGINA CAZARIN RODRIGUES	04/02/1972	Deferido
2	10582	WAGNER JAQUES DIAS	31/08/1981	Deferido

Professor de EDUCAÇÃO FÍSICA (20h) - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16007	ADRIANA GORETI DIAS BARBOZA DOMINGOS	17/09/1975	Deferido
2	9602	ALESSANDRO MAFRA	18/03/1993	Deferido
3	17699	AMANDA MARTINS VILHA	12/01/1990	Deferido
4	18979	ANDRIUS INÁCIO	26/07/1981	Deferido
5	9460	CARINA K. FOS SANTOS	10/06/1982	Deferido
6	9112	CINTIA CARDOSO	03/03/1987	Deferido
7	10471	EDER CALIXTO GONÇALVES	04/06/1982	Deferido
8	9107	EVERTON KEMPNER	21/05/1993	Deferido
9	16605	FELIPE PANIAGUA CAVALCANTE	17/03/1980	Deferido
10	11501	FRANCIELI CAROLINE CABRAL	29/01/1991	Deferido
11	16982	GABRIELA CRISTINA PALMEIRA	14/06/1988	Deferido
12	16676	JULIANA HARUMI NAKUI	09/06/1982	Deferido
13	9455	LUCIANA FERREIRA COSTA	08/02/1979	Deferido
14	16533	MARCELO DE BORBA PAULO	27/06/1968	Deferido

15	9937	MARINE ROGERIA DOS PASSOS REISER	05/10/1982	Deferido
16	19050	PAULA RUBIA GAYA	28/12/1983	Deferido
17	16603	VIVIANE DE SOUZA DIAS	24/08/1988	Deferido

Professor de ENSINO RELIGIOSO (10h) - Ensino Superior (professores)

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de GEOGRAFIA - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19080	ALESSANDRA BRANDL MUNIZ DO AMARAL	06/10/1977	Deferido
2	10213	CHRISTIAN VALIAS FERREIRA	00/00/0000	Deferido
3	9545	JANAÍNA SANCHES MARQUES LOPES	17/11/1989	Deferido
4	10136	NAYARA CAROLINE LEACHENSKI	16/09/1991	Deferido
5	13921	RÉGIA SEÁRA SALVINI	28/12/1983	Deferido
6	20130	VÂNIA DE SOUSA GONÇALVES	21/02/1978	Deferido

Professor EDUCAÇÃO INFANTIL - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	9914	ADAINA TAMIRES PACHECO	24/11/1987	Deferido
2	19223	ADLINE DA SILVA RÉBIS	17/02/1985	Deferido
3	12832	ADRIANA CRISTINI DE SOUZA	23/12/1983	Deferido
4	13181	ADRIANA NASCIMENTO DOS SANTOS DE SOUZA	19/11/1972	Deferido
5	10006	ALCIANE MARIA BULITZ SBARDELATTI	20/12/1983	Deferido
6	16135	ALESSANDRA CORREA	19/07/1978	Deferido
7	10221	ALEXANDRINA ALVES DE OLIVEIRA	24/11/1977	Deferido

8	15121	ALINE ELZA ALBINO	11/11/1988	Deferido
9	15621	ALINI FERNANDES DA SILVA MASSACOTI	02/06/1982	Deferido
10	9624	AMANDA BORBA COUTO	14/02/1991	Deferido
11	9401	ANA CANDIDA NOCETTI CASTRO RODRIGUES	13/09/1980	Deferido
12	18930	ANA DEISE LOPES	16/02/1976	Deferido
13	12009	ANA PAULA DA SILVA FERRI	06/03/1986	Deferido
14	15934	ANA PAULA JORGE BERNARDES	11/04/1975	Deferido
15	9752	ANALICE DIAS	23/11/1983	Deferido
16	13203	ANDRIELI GRITTENS	21/11/1990	Deferido
17	20318	ANGELA MARIA VIEIRA PASSOS	16/05/1977	Deferido
18	10459	ARLETE TEREZINHA AZILIERO FERREIRA	07/08/1969	Deferido
19	12525	BEATRIZ APARECIDA DE SOUZA	01/08/1985	Deferido
20	14099	BRUNA KOSAKOSKI	01/08/1991	Deferido
21	17415	CANDIDA MARIA RAMOS	25/04/1963	Deferido
22	16153	CASSANDRA DA SILVA CAMPOS CORREA	06/06/1980	Deferido
23	14770	CINARA ROCHA SANTOS	19/03/1978	Deferido
24	11529	CIRLEIA JULIANA INACIO	08/07/1980	Deferido
25	14536	CLAUDIA MARIA SATO DELGADO	17/07/1973	Deferido
26	15092	CLAUDIA TAIARA PEREIRA GOMES	07/07/1990	Deferido
27	19363	CLAUDINÉIA PEREIRA DE PAULA	12/02/1982	Deferido
28	17257	CONCEÇA MARIA DA COSTA NETA DOS SANTOS	08/01/1965	Deferido
29	15548	CRISTIANE DA SILVA FERREIRA	30/12/1978	Deferido

30	16348	CRISTIANE DOS SANTOS ZUCHETTI	05/06/1983	Deferido
31	12275	CRISTIANE MENDES DA SILVA	24/12/1987	Deferido
32	20114	CRISTIANE RAQUEL DE QUEVEDO	28/09/1986	Deferido
33	8987	CRISTIANE ROSA DA COSTA	01/10/1979	Deferido
34	19793	CRISTINA FARIAS DOS SANTOS MAFRA	07/01/1979	Deferido
35	11003	CRISTINA PAULO MONTEIRO	15/10/1973	Deferido
36	18786	DAGMAR MARIA GONZAGA KALBUSCH	01/10/1984	Deferido
37	11659	DAIANE SIQUEIRA FERREIRA	03/03/1989	Deferido
38	18792	DANUBIA BORBA PIOLLA SEARA	07/09/1984	Deferido
39	16561	DÂMARIS CORRÊA	02/02/1971	Deferido
40	12237	DEISE DAUFENBACH	14/01/1989	Deferido
41	19678	DENIELLE PATRICIO DOS ANJOS	19/09/1986	Deferido
42	17028	DENISE REGINA COSTA DA SILVA	01/10/1966	Deferido
43	19959	DILVA SANTOS DE JESUS	22/10/1976	Deferido
44	14193	DINACIR KOSCIANSKI DOS SANTOS	05/09/1977	Deferido
45	19725	ELAINE ROMI FERNANDES	07/06/1969	Deferido
46	10418	ELIANE ANÉZIA DIAS	28/05/1980	Deferido
47	10276	ELIANE MARISA MONERETTO	28/06/1977	Deferido
48	10531	ELISANDRA PINHEIRO VARGAS	06/03/1982	Deferido
49	15528	ELISANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA WEIMER	10/02/1977	Deferido
50	18732	ELIZABETE ALVES DA SILVA	02/07/1984	Deferido
51	17523	ELIZABETE XAVIER FRANCO	04/11/1974	Deferido

52	14122	ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO	17/01/1985	Deferido
53	19711	EVELIN MARIA DOS SANTOS	30/09/1990	Deferido
54	12398	EVELYN ALVES CUSTÓDIO DO NASCIMENTO	10/01/1993	Deferido
55	15067	FABIANA DE QUEIROZ BORGES RODRIGUES	14/12/1977	Deferido
56	9842	FABIANA VENTURI	26/03/1981	Deferido
57	16904	FABIANE DALLAGO	06/11/1979	Deferido
58	9889	FABRICIA INOCÊNCIO	04/12/1983	Deferido
59	14611	FERNANDA ADRIANO	04/05/1979	Deferido
60	17833	FERNANDA MEDEIROS	29/12/1981	Deferido
61	15685	FLAVIA MARQUES DA SILVA	21/01/1977	Deferido
62	8777	FRANCIELLI DE LIMA	14/01/1985	Deferido
63	9931	GABRIELA DOS SANTOS DE SOUZA	13/10/1991	Deferido
64	16881	GABRIELA REINERT	13/09/1984	Deferido
65	8715	GENECI COLLA	16/05/1987	Deferido
66	19407	GENILDA NEPOMUCENO PEREIRA	15/05/1982	Deferido
67	18872	GILIANE PRESTES DA SILVA DE BARBA	11/06/1984	Deferido
68	12569	GILMARA PATRICIO MAES	29/06/1972	Deferido
69	14007	GISELE DA SILVA COUTO	08/04/1981	Deferido
70	19560	GISLENE ANACLETO COSTA	04/12/1979	Deferido
71	14190	GRACIÉRICA APARECIDA ROSA GAUTO	19/07/1987	Deferido
72	9298	GRAZIELA DA SILVA PEREIRA	06/10/1981	Deferido
73	9539	HELENA ISIS LEAL	19/11/1981	Deferido
74	12724	HELOISA GRAF LE-NOIR	03/05/1985	Deferido
75	12015	IARA MARIA DA ANUNCIAÇÃO CERQUEIRA	28/10/1964	Deferido

76	19658	ILCA SCHLIN-DWEIN	14/04/1967	Deferido
77	15019	IVANI BUBLITZ PAHISSA	26/05/1970	Deferido
78	18991	JACILENE BARROS WILDE	25/11/1971	Deferido
79	19889	JENIFER CRISTIANE TEXEIRA	15/10/1985	Deferido
80	9343	JENIFFER PEREIRA	08/06/1994	Deferido
81	19445	JENNIFER ROHDE	10/05/2014	Deferido
82	17555	JOANA COR-REA	25/08/1992	Deferido
83	13396	JOSIANE DOS SANTOS VICTOR	06/06/1978	Deferido
84	12755	JOSIANE MAIA	24/05/1983	Deferido
85	9737	JOSIANE PEZENTI ALBUQUERQUE	21/05/1984	Deferido
86	13422	JOSIANI FELÍCIO PEREIRA	08/11/1978	Deferido
87	10971	JOSILENE LOURENÇO	22/06/1981	Deferido
88	8912	JOSIMERE DE BORBA	07/07/1982	Deferido
89	11162	JUCINEIA MARTINS NAZARIO	05/08/1978	Deferido
90	14209	JULIANA GARCIA MASCARENHAS	25/03/1983	Deferido
91	10646	JULIANA HOFFMANN KRIEGER	16/11/1986	Deferido
92	9002	JULIANA MELLIES BRAATZ	28/12/1983	Deferido
93	18069	KAMILA CRISTINA NASCIMENTO	13/07/1990	Deferido
94	18664	KARINY MACUCO REGIS	26/05/1981	Deferido
95	17615	KELEN SAGÁS DE BORBA	07/01/1977	Deferido
96	8989	KELLY LUCIA DE LIMA CABRAL	09/10/1978	Deferido
97	9862	LAURA MILENE BANDEIRA CREMONESE	30/07/1985	Deferido
98	15727	LEIA MARIA ALVES DA LUZ	18/12/1959	Deferido
99	12771	LEONILDA DE SOUZA	11/12/1974	Deferido
100	14580	LIDIANE SANTOS ISENSEE	01/01/1988	Deferido

101	15106	LILIAN GOMES RIBEIRO	05/07/1982	Deferido
102	10948	LILIANE CRISTINA FARIAS DORNELES MACHADO	15/09/1963	Deferido
103	18515	LORENI TERESINHA DE LIMA	17/06/1973	Deferido
104	9038	LUANA LAIS DA COSTA CAMPOS	22/05/1991	Deferido
105	12058	LUCIANA HELENA CRISPIM DA SILVA	21/12/1972	Deferido
106	15979	LUCIANA MARGI DA SILVA	14/09/1980	Deferido
107	18045	LUCIANA MENDES FURTADO	27/02/1990	Deferido
108	14551	LUCIANE GILDA DOS SANTOS	21/11/1989	Deferido
109	19414	LUCIMAR DO NASCIMENTO WIEMES	01/01/1979	Deferido
110	12523	LUCIMARA PEREIRA MANCIO ROSA	29/12/1974	Deferido
111	11435	LUIZA BERNADETE LEAL	07/10/1969	Deferido
112	19582	MAIARA FERNANDES	25/10/1989	Deferido
113	18913	MAILA ANACLETO	22/11/1986	Deferido
114	17210	MARCIA DA SILVA	14/09/1979	Deferido
115	90	MARCIA DOS SANTOS	04/06/1973	Deferido
116	16440	MARCIA REGINA LUZ RODRIGUES	30/07/1972	Deferido
117	14852	MARIA AMÁLIA DE ABREU	25/11/1972	Deferido
118	8938	MARIA ANTONIA CARDOSO	12/08/1988	Deferido
119	12888	MARIA APARECIDA SILVA VIANNA	01/12/1945	Deferido
120	16663	MARIA BERNADETE DA SILVA SANTOS	02/05/1959	Deferido
121	14185	MARIA DE FATIMA DE SOUZA	26/10/1967	Deferido
122	17150	MARIA ELI LOURENÇO	20/04/1974	Deferido

123	13967	MARIA EVERALDES OLIVEIRA BREGANTIN	10/07/1962	Deferido
124	9649	MARIA LIDIA PEREIRA PROVESI	20/08/1958	Deferido
125	12966	MARIÂNGELA PEDROZO DE OLIVEIRA	30/07/1982	Deferido
126	10384	MARILIA MARIA DE SOUZA	13/10/1964	Deferido
127	15998	MARISE AKEMI DE MATTOS YAMADA	21/10/1988	Deferido
128	13879	MARISE SABRINA DA SILVA	01/02/1993	Deferido
129	8962	MARISTELA COELHO GALVEZ	23/09/1964	Deferido
130	19144	MARISTELA VIEIRA	26/12/1975	Deferido
131	9926	MARLI DE SOUZA	06/08/1978	Deferido
132	14448	MARLUCE CAMILA OURIQUES AMARO	26/06/1989	Deferido
133	19346	MÁRCIA BARABARA SCHIZZI RIBEIRO DE DEUS	15/04/1982	Deferido
134	15616	MILENA COUTO VIEIRA	20/12/1980	Deferido
135	17323	MIRIAN CRISTINA DA SILVA	10/06/1988	Deferido
136	15290	MIRIAN LUCIMAIA ANGIOLETT DOS SANTOS	02/11/1975	Deferido
137	12312	MONICA FERREIRA	26/06/1978	Deferido
138	9846	NAIARA REIS	28/02/1986	Deferido
139	9309	NAZARETH BODART DOS SANTOS COUTO	10/06/1968	Deferido
140	9277	NELCI MARIA VIEIRA ALBINO	15/06/1968	Deferido
141	9812	NELIR MOSER	29/11/1964	Deferido
142	10377	NEUZA MARIA DE SOUZA	09/01/1962	Deferido
143	10867	PATRICIA HERING DOS SANTOS	01/09/1977	Deferido
144	17155	PAULA CRISTINA GONÇALVES	05/11/1983	Deferido

145	15184	PAULA PRICILA DA SILVA KORB	14/02/1987	Deferido
146	10534	PRISCILA FATIMA GOMES DE MEIRA	19/09/1986	Deferido
147	15061	PRISCILLA CRISTINA DOS SANTOS	23/03/1989	Deferido
148	16015	PRISCILLA THIEMI DE MATTOS YAMADA	07/10/1987	Deferido
149	10865	REGIANE FERNANDA CALDONHO	22/04/1978	Deferido
150	13414	RENATA RICOBOM PIVATTO	01/07/1979	Deferido
151	12421	RENATA LUIZ	14/04/1972	Deferido
152	14443	RENATALÚ MAFRA MIA-NES	22/02/1976	Deferido
153	9772	ROSALINA FERNANDES DOS SANTOS	25/12/1966	Deferido
154	9279	ROSANE BODANESE	02/07/1976	Deferido
155	11818	ROSANGELA NATALINA CURSEL OURIQUES	21/12/1977	Deferido
156	11900	ROSAURA DE ABREU GAUTERIO	26/10/1980	Deferido
157	20297	ROSIMERI MARIA SAN-TIAGO FACO	01/05/1969	Deferido
158	12764	ROSLEINE BURCKHART ANGIOLETTI	03/02/1980	Deferido
159	18183	RUTHE SILVA DOS ANJOS	17/01/1957	Deferido
160	10735	SANDRA APARECIDA BECHER	31/01/1974	Deferido
161	10555	SÍLVIA LETÍCIA FARIAS GRUMICHÉ	25/11/1972	Deferido
162	19702	SCHIRLE DOS SANTOS POLICARPO	08/04/1973	Deferido
163	16535	SHEILA MARISTELA INÁCIO	02/05/1972	Deferido
164	15926	SHIRLEI FRANCISCO LISBOA	22/08/1985	Deferido
165	19397	SILAMARA DIAS	01/08/1981	Deferido
166	18917	SÍLVIA NASCIMENTO LIBORIO	31/08/1986	Deferido
167	20294	SIMONE CARRÃO ESTRELA	21/01/1986	Deferido

168	10677	SIRLEI PIA-NISOLE	10/03/1983	Deferido
169	19568	SOLANGE DOS SANTOS	22/11/1979	Deferido
170	12688	SOLANGE GORETI DA SILVA DOS SANTOS	23/10/1979	Deferido
171	19566	SONIA MARA CORREA DOS SANTOS CONDE	10/01/1981	Deferido
172	14599	SONIA REGINA RODRIGUES BOTELHO	15/01/1971	Deferido
173	19106	SONILDA CORREA DOS SANTOS	10/01/1981	Deferido
174	12560	SUÉLLI DREWS	10/09/1990	Deferido
175	12390	SUSANADES-PESELL@GMAIL.COM	09/01/1978	Deferido
176	9028	SUZANA JOSÉ DA SILVA	12/09/1979	Deferido
177	18907	TANELISE VIGARANI PRUST	06/02/1975	Deferido
178	17044	TANIA REGINA GALVES PINTO	16/09/1962	Deferido
179	9606	TATIANE DA ROSA MIRANDA	05/01/1984	Deferido
180	15060	TÂNIA APARECIDA ALEXANDRE	21/11/1985	Deferido
181	16275	TÂNIA LILIANE PEREIRA	31/01/1982	Deferido
182	10903	VANESSA JURACI SILVA	19/08/1984	Deferido
183	17463	VANESSA PRESTES DOS SANTOS	05/09/1983	Deferido
184	9218	VERA LUCIA DA SILVA DOS SANTOS	01/12/1969	Deferido
185	11055	VERENA LEAL LOURENÇO	21/04/1959	Deferido
186	17647	VISÂNGELA SAGÁS	18/03/1984	Deferido
187	11854	VIVIANE BATHEKE INOCÊNCIO	05/02/1977	Deferido
188	10951	VIVIANE CORREA FRANCO	26/05/1979	Deferido
189	17438	ZAIRA IRIAS DA SILVA	31/12/1986	Deferido
190	11431	ZORAIDE WALDETE DA SILVA	09/04/1979	Deferido

Professor ENSINO RELIGIOSO (20h) - Ensino Superior (professores)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	17379	ADILSON VALDEMAR ROSA	17/01/1965	Deferido

Psicólogo - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	16415	ADRIANA ANTUNES DA SILVA	01/07/1972	Deferido
2	8971	ALINE CRISTINA FERRACIOLI	01/07/1982	Deferido
3	12509	ALINE REINERT	02/10/1992	Deferido
4	17037	ANA CAROLINE BLOEDORN DA SILVA	01/06/1991	Deferido
5	13679	ANA KAROLINA DENIS LUCAS	18/12/1988	Deferido
6	19204	ANDREA CARLA NUNES MAIA	25/03/1971	Deferido
7	15942	ANE CAROLINE PRACZ	03/08/1988	Deferido
8	11734	ANGÉLICA SCARTEZINI BATISTELI	20/11/1989	Deferido
9	20216	ARIELA CRISTINE DIAS FRIEDRICH	05/04/1986	Deferido
10	18936	ARIELA SERAFIM DA SILVA	26/10/1986	Deferido
11	12299	BARBARA ESTEFANIA DE SOUZA	10/09/1993	Deferido
12	13341	BETANIA SABINA FLORES PEGORARO	31/07/1982	Deferido
13	13906	BETINA FOGAÇA DO NASCIMENTO GAVIOLI	29/04/1987	Deferido
14	12552	BIANCA REGINA FORNARI	23/03/1967	Deferido
15	8975	BRENDA CAROLINE GODOY SCHON	02/01/1993	Deferido
16	18988	CAMILA DENARDI DE BRITTO	18/10/1984	Deferido
17	10129	CARINA POHLMANN HABERMANN	06/03/1975	Deferido

18	19950	CARLOS THEODORO DE ALBUQUERQUE FILHO	14/03/1961	Deferido
19	9276	CLAUDIA PICOLOTTO	08/11/1986	Deferido
20	10265	CRISLAINE ROZA	05/05/1990	Deferido
21	18973	DANIELA LUCHTENBERG	13/09/1976	Deferido
22	20206	DANIELA XAVIER ANTÓRIA	18/08/1977	Deferido
23	17495	DÉBORA SOARES DE BASTOS	30/06/1980	Deferido
24	16686	DULCE NEIDA CONTREIRAS BELLODI	12/06/1985	Deferido
25	16207	EDUARDO BALDUINO NAZARIO	26/05/1992	Deferido
26	14440	ELIZA DA SILVA HILLESHEIM	12/04/1989	Deferido
27	18976	ELZA CERQUEIRA SANTOS	14/06/1969	Deferido
28	18993	FABIANA CAROLINA BECKERT	02/03/1984	Deferido
29	18047	FERNANDA DO NASCIMENTO	07/04/1987	Deferido
30	18671	FERNANDA GUADAGNIN	03/11/1982	Deferido
31	18078	GABRIELLE CRISTINA BECKER	14/02/1992	Deferido
32	10805	HELOISA FRENCH FAUSTINO NASCIMENTO	20/09/1983	Deferido
33	20147	IGOR MOLINA CARVALHO	14/12/1986	Deferido
34	20177	IRACY PATRICIA TONOLLI	21/03/1984	Deferido
35	14437	IURI ARAUJO SANT'ANNA	03/05/1986	Deferido
36	16286	JAQUELINE COELHO RODRIGUES DA SILVA DE PAULA	26/07/1985	Deferido
37	18080	JÉSSICA VITORINO	04/09/1992	Deferido
38	18411	JONATHAN STOLL BARNI	16/07/1981	Deferido
39	17704	JOYCE DE ALMEIDA CRUZ	07/11/1985	Deferido
40	9587	KELLY MARIA FREISLEBEN	12/08/1990	Deferido
41	9505	LISANDRA DE AZAMBUJA NUNES	16/06/1984	Deferido

42	19592	LUANA MARTENDAL	02/04/1981	Deferido
43	17039	LUCAS HENRIQUE STAFFEN	06/02/1992	Deferido
44	12778	LUCIANE KAISER DA SILVA	30/11/1989	Deferido
45	15396	MAIARA CAMPESTRINI	21/12/1989	Deferido
46	12387	MANOELA ZIEGLER HUBER	21/11/1985	Deferido
47	10448	MARIA EDUARDA FURLANETTO	11/02/1992	Deferido
48	10159	MARIA FERNANDA VINHOLI	01/03/1991	Deferido
49	20141	MARIA HELENA MACEDO BOESSIO	18/01/1989	Deferido
50	17401	MARILENE DA SOLIDADE PEREIRA DA SILVA	26/08/1969	Deferido
51	13291	MARISE DABROWSKI DE ARAUJO SCHLICHTING	01/03/1963	Deferido
52	15781	MICHELLE SCHROEDER PEREIRA	14/02/1978	Deferido
53	16848	MONICA SOARES BASCHTA	00/00/0000	Deferido
54	19428	MONICA VAN DER NEUT	27/05/1974	Deferido
55	12089	NATÁLIA GIÓIA CÍPOLA	04/12/1990	Deferido
56	13924	NEUSA MARIA VASEL	23/08/1957	Deferido
57	11157	NICOLLE ROSSANA DOS SANTOS	04/04/1991	Deferido
58	19779	ODAIZ CILENE DE ANDRADE MACHADO	21/11/1973	Deferido
59	17383	RAISSA FERNANDA COLARES DE NÓVOA	15/11/1991	Deferido
60	17904	RICARDO SANCHES PINHEIRO	16/01/1976	Deferido
61	11089	RIQUELE JANTSCH GESSNER	06/06/1978	Deferido
62	12580	ROSEMARY ROCKENBACK PEREIRA	19/05/1975	Deferido
63	9509	SANDRA REGINA BAIONI	18/11/1964	Deferido

64	10781	SAULO ROVERES KNOBLAUCH DA SILVA	02/02/1985	Deferido
65	16088	STEPHANIE WELINSKI	19/04/1992	Deferido
66	10251	SUÉLEN BECKER	18/09/1986	Deferido
67	16874	TACIANA HASS MIRON	14/02/1974	Deferido
68	13870	TALITA RODRIGUES HEUSI	20/10/1984	Deferido
69	11976	VANESSA CELINA ALVES DA SILVA	14/02/1984	Deferido
70	18854	VICTOR MOREIRA DE MORAES LOPES	21/07/1992	Deferido
71	18165	VINÍCIUS DE ANDRADE	27/01/1986	Deferido
72	10286	VIVIANE REIS ODEBRECHT	09/01/1956	Deferido
73	16970	WANDRE DA ROSA	19/06/1987	Deferido

Recepcionista - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19386	ADRIANA MAZETTO	20/11/1986	Deferido
2	19219	AGATH STEFANY JENSEN	16/12/1994	Deferido
3	20329	ALESSANDRA FERNANDES PAGUNG	06/08/1986	Deferido
4	20190	ALEXSANDRA APARECIDA MACIEL	20/10/1978	Deferido
5	13749	ALINE GABRIELA DA SILVA GABRIEL	17/05/1995	Deferido
6	15792	ANDRÉA LEAL VIEIRA	19/04/1995	Deferido
7	18428	BÁRBARA DOS SANTOS	06/12/1986	Deferido
8	17944	BRUNA CAROLINE PEREIRA	13/05/1990	Deferido
9	17894	CAMILA ALVES MARTINS LANFREDI	22/05/1991	Deferido
10	18922	CARLA DE SOUZA GABRIEL	15/01/1976	Deferido
11	19191	CAROLINE FERNANDES FREITAS	09/10/1982	Deferido
12	11681	CATIANE ALVES	25/04/1978	Deferido

13	12907	DANIELA ESPERANDIO LUDOVINO	18/08/1994	Deferido
14	17215	DANIELE GOMES INÁCIO	08/03/1990	Deferido
15	10592	DAYSE SANTOS DA COSTA	16/10/1980	Deferido
16	15545	DIULIEINE PIMENTEL	29/08/1991	Deferido
17	17977	EDICLEIA RIBEIRO	20/11/1991	Deferido
18	17636	EDILCEIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	25/11/1986	Deferido
19	19608	ESTER PEREIRA DOS SANTOS	09/02/1993	Deferido
20	19008	FABIANE PIERRE DOS PASSOS	09/11/1970	Deferido
21	18335	FABRICIA CONCEIÇÃO PEREIRA DA FONSECA	19/03/1983	Deferido
22	9940	FRANCINE SANTOS PINTO	25/10/1991	Deferido
23	12416	GEISE DE OLIVEIRA	27/01/1994	Deferido
24	19993	GERLIANE SILVA MONTEIRO	02/09/1994	Deferido
25	19741	GILBERTO ANTONIO PIVA	20/06/1993	Deferido
26	12036	GRACIELA OTILIA FELICIO	27/02/1985	Deferido
27	11733	HELIZIELE FREITAS PEREIRA DE SOUSA	07/11/1985	Deferido
28	13251	ISABEL DAYANE CABRAL MONTEIRO	29/08/1994	Deferido
29	19269	ISABELLY FERREIRA PINHEIRO DE MELO	21/09/1996	Deferido
30	11313	IVILA TOMÁS RIBEIRO	20/12/1993	Deferido
31	8759	IZABEL CRISTINA GREFFE DE RAMOS	06/12/1980	Deferido
32	14130	IZABELY CRISTHINY BOCUTTI	06/11/1993	Deferido
33	12376	JANAINA KLAUS	03/09/1992	Deferido
34	10597	JANETE ORTENCIA RAULINO DA SILVEIRA	24/09/1963	Deferido
35	20309	JESSICA ALVES COLZANI	14/10/1992	Deferido

36	15876	JOANINE PLUCENIO ARAUJO	10/01/1994	Deferido
37	9050	JOELMA GARCIA FLORIANO	01/09/1971	Deferido
38	9135	JULIANA CRISTIANA PINHEIRO	15/10/1982	Deferido
39	17769	JULIO CEZAR DA SILVA BERTOTI	23/06/1969	Deferido
40	13903	JUSSARA LEONI	21/11/1955	Deferido
41	16683	KAREN RAE- DER GALM	14/05/1980	Deferido
42	10603	KATHY CAROLINE STEIN	04/05/1990	Deferido
43	18658	KELEN CRISTINA GOMES DA CUNHA PAULINA	24/01/1987	Deferido
44	14543	KELEN CRISTINA SILVA DOS SANTOS	16/09/1996	Deferido
45	19973	LAUDINEIA APARECIDA DE OLIVEIRA	06/01/1985	Deferido
46	17652	LUCIANA SANTANA DOS SANTOS	17/11/1971	Deferido
47	9669	LUCIANI TORRES FERRAZ	02/11/1981	Deferido
48	10587	LUCINELI DE SOUZA	21/02/1995	Deferido
49	17262	LUIZ FERNANDO EMILIO	22/05/1995	Deferido
50	15252	MARCIA DIAS CORDEIRO	24/09/1974	Deferido
51	12195	MARGARETH BERLINCK DA COSTA	09/06/1960	Deferido
52	9621	MARIA REGINA DOS PASSOS PEREIRA	04/06/1972	Deferido
53	16730	MICAELLY DE OLIVEIRA MESQUITA	29/03/1993	Deferido
54	20078	MIRIAN CELESTINA DA SILVA	13/02/1993	Deferido
55	18629	MIRIAN GOES DOS SANTOS	03/05/1984	Deferido
56	19737	NELIA DE OLIVEIRA PRATA	27/09/1978	Deferido
57	16827	PAULA CRISTINA MACEDO MACHADO	01/06/1979	Deferido
58	12131	PRISCILA ADRIANO	20/06/1985	Deferido

59	10328	RAFAELA HAGEDORN	04/07/1979	Deferido
60	9970	ROSILEIA LIMA MOURA	14/02/1971	Deferido
61	17962	ROZINEIDE RAMOS DO ESPIRITO SANTOS	25/07/1982	Deferido
62	18994	SCHEILA REGINA DA SILVA SANTOS	01/10/1979	Deferido
63	10644	SHAIENE KELLY DO AMARAL DA SILVA	21/02/1997	Deferido
64	16082	SONIA CRISTINA BATSCHAUER	16/07/1979	Deferido
65	11252	TALITA PANAS	10/05/1989	Deferido
66	9819	TATHIANE ROCHA	19/08/1993	Deferido
67	19647	THAMMY LARICE SENNA CHAHM	01/12/1988	Deferido
68	13712	VALNIDA DE OLIVEIRA	18/03/1970	Deferido
69	18466	VERONICA NUNES	21/07/1992	Deferido

Técnico em Agropecuária - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	18053	ADRIANO BODANESE	07/09/1977	Deferido
2	18418	FERNANDO ANTONIO DE ALMEIDA	06/10/1979	Deferido
3	15023	JOÃO PAULO BAPTISTA SERPA	01/05/1983	Deferido
4	18853	MARCELO JOSÉ DE OLIVEIRA SANTOS	29/04/1981	Deferido
5	9448	PAULO DE OLIVEIRA	25/01/1985	Deferido

Técnico em Enfermagem - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	20034	ADILSON EGER DA SILVA	10/12/1978	Deferido
2	13327	ALINE SILVA BRAGA	25/05/1986	Deferido
3	17448	ANA CLÁUDIA ARISIO VIEIRA	24/01/1973	Deferido

4	10094	ANA PAULA FONTES DA SILVA	30/05/1970	Deferido
5	19263	ANDREIA STEFANIA RUY AVELINO	18/06/1977	Deferido
6	10278	ANDRESA DOS SANTOS	18/04/1980	Deferido
7	16695	ANELLI TEREZINHA PASQUALI	17/07/1962	Deferido
8	12934	BRUNA MARA DOS SANTOS	19/06/1987	Deferido
9	19625	CLAUDIA REGINA GONÇALVES	28/02/1975	Deferido
10	9619	CLAUDINEI RONCALIO	13/11/1973	Deferido
11	18491	CLOVIS ZILLIO	11/09/1959	Deferido
12	9708	DAIANA DA SILVA	08/10/1987	Deferido
13	9381	DANIELA DA SILVA MARCELINO	24/05/1979	Deferido
14	15843	DANYELLE LAGO SANTOS DE OLIVEIRA	02/07/1993	Deferido
15	14824	INGRINDI CAROLINE BELO	15/08/1982	Deferido
16	9526	ISIANE ROSA	23/08/1985	Deferido
17	19811	JANAINA NUNES FERNANDES	14/04/1979	Deferido
18	14447	LIZANDRA LIMA DE OLIVEIRA	06/01/1976	Deferido
19	13331	LUCIANE APARECIDA MIRANDA	17/12/1982	Deferido
20	19135	LUCIANO LOPES FERNANDES	24/12/1976	Deferido
21	16899	LUCILENE PROVEZI VIEIRA	27/12/1965	Deferido
22	12920	LUIZ PRADO NETTO	26/03/1977	Deferido
23	14452	LYSLAINE SANTOS DA SILVA	20/10/1993	Deferido
24	16566	MARIA BERENILDA MARTINS DA SILVA	15/08/1974	Deferido
25	16350	MIRELLA ANNA DA SILVA	08/03/1984	Deferido
26	9174	MIRIAM WARMLING POZO	03/06/1965	Deferido
27	10446	MIRIÃ ANACLETO	27/11/1996	Deferido

28	17332	NADIA LARISSA FAUSTINO	11/06/1987	Deferido
29	15323	NICOLI CRISTINI CERON	12/07/1993	Deferido
30	9982	PATRICIA RUZZA	27/05/1979	Deferido
31	16166	PETRONA OZUNA DOS SANTOS	29/06/1969	Deferido
32	14038	PRISCILA DE MORAES MASSANEIRO	18/10/1991	Deferido
33	19250	PRISCILA ROBERTA SANTOS	03/07/1983	Deferido
34	15377	ROSELI DE FATIMA BINELLO GONÇALVES	02/04/1978	Deferido
35	19023	ROSELI TERESINHA JESUINO	21/09/1964	Deferido
36	19402	ROSIANI DOS SANTOS SEBASTIÃO	10/02/1979	Deferido
37	19248	ROSILENE PEREIRA	22/06/1976	Deferido
38	18695	SILVIA ALVES PROENÇA	25/08/1986	Deferido
39	9603	SILVIA PAULINA DA SILVA	19/11/1973	Deferido
40	15847	TANIA MARIA SILVA FERREIRA	07/09/1973	Deferido
41	10081	VALDETE LUCIANO CORRÊA	03/05/1971	Deferido
42	10076	VERÔNICA XAVIER DA COSTA	03/11/1964	Deferido
43	17411	VERONICA RAMOS RUSSI	29/07/1993	Deferido

Técnico em Enfermagem ESF - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	14678	ALEXSANDRA APARECIDA RODRIGUES	31/08/1980	Deferido
2	19427	ANA PAULA GILLI	19/11/1981	Deferido
3	17744	ANDRESSA ALVES VOIGT VIEIRA	08/08/1988	Deferido
4	18544	ÉRICA APARECIDA GALVÃO DI JURA	13/03/1980	Deferido
5	15255	BERNARDETE MARIA VIEIRA	22/05/1965	Deferido

6	16034	BRUNO ALFREDO LAUREANO	08/12/1993	Deferido
7	18305	CARINA FERNANDES BUENO	18/03/1986	Deferido
8	18703	CARMEN BREXI	05/07/1971	Deferido
9	14915	DEBORA VANESSA BARBOSA DE MORAES	21/11/1978	Deferido
10	9415	ELIANE MARCELINO	25/09/1973	Deferido
11	10681	EVANILDA DEBERNARDINO	04/10/1977	Deferido
12	13052	JAQUELINE PANDAGIS EMYGDIO	24/10/1971	Deferido
13	9610	JOSE APARECIDO DIAS RIBEIRO	13/10/1976	Deferido
14	19238	KARINA ORIBKA	16/01/1986	Deferido
15	13190	KÁTIA MARA LOPES	23/12/1969	Deferido
16	14216	LAUDELINO LUIZ PRAUSO	13/07/1960	Deferido
17	9791	LENISA MARIA VEIGA	04/12/1978	Deferido
18	11375	LIANE JUNGES	11/12/1965	Deferido
19	10127	LUCIANA DUARTE MANOEL	28/03/1988	Deferido
20	13317	MANUELLE HERMANN	25/03/1979	Deferido
21	9739	MARGARETE DA SILVA	06/12/1971	Deferido
22	17326	MARILENE LUNARDI CONTI	21/02/1983	Deferido
23	12210	MARLI FALCADE	15/10/1966	Deferido
24	16168	MIRIAM BELMONTE BRUM DA ROSA	21/11/1975	Deferido
25	15666	ROSANE APARECIDA BARBOSA	26/11/1968	Deferido
26	19185	VERA FONTOURA RODRIGUES	09/05/1969	Deferido

Técnico em Enfermagem SAMU - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11666	ALAN MANOEL GUIMARAES	10/02/1984	Deferido
2	19159	ELIETE WALMIRA TOMAS	14/02/1985	Deferido

3	10013	JEFFERSON THIAGO FERREIRA	11/06/1985	Deferido
4	15490	JOEL GODOY GUERRA	28/07/1979	Deferido
5	19726	JULIO CESAR DE OLIVEIRA	26/07/1970	Deferido
6	11595	MARISETE DE AMARAL BASTOS	31/07/1976	Deferido
7	11475	MARLENE APARECIDA DE SOUZA	07/09/1970	Deferido

Técnico em Saúde Bucal - Ensino Médio

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19626	ALINE MENDES DA SILVA	08/08/1983	Deferido
2	18379	MARIA CLEUZA DE ALMEIDA SANTOS	28/02/1969	Deferido
3	11428	MORGANA PEREIRA	10/06/1975	Deferido
4	17140	PATRÍCIA REGINA DE SOUZA	24/03/1886	Deferido
5	18223	SIMONE NASCIMENTO DIAS DA COSTA	25/05/1976	Deferido
6	11436	SUELLEN BARBOSA	17/10/1991	Deferido
7	15374	VANESSA DE SOUZA SATURNINO	04/01/1981	Deferido

Veterinário - Ensino Superior (Geral)

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	19441	ANDRE FELIPE DOMBECK	07/05/1991	Deferido
2	17001	ANDREIA RODRIGUES LEMES	18/04/1989	Deferido
3	18842	ANDRESSA FANCHIN	25/09/1979	Deferido
4	15122	BEATRIZ PAVEI BEZ BATTI	01/12/1991	Deferido
5	19760	DANYELLE PANTALEÃO MARTINS	24/05/1988	Deferido
6	17435	ELLEHN LECZKO	09/11/1987	Deferido
7	10016	FERNANDA EUCLYDES TAVARES	12/12/1989	Deferido

8	17200	KAROLINA KUBISSE HEIN	24/11/1991	Deferido
9	15578	LILIAN DORDETE STECKERT	29/03/1990	Deferido
10	8762	LUANA BRAGA DE MAFRA	01/09/1990	Deferido
11	19182	LUCAS GUILHERME APARECIDO PARRA DE SOUZA	21/09/1988	Deferido
12	9910	MAIARA CRISTINA BECKER	01/08/1989	Deferido
13	10564	MARIA FERNANDA PASSOS DE ALMEIDA	03/08/1988	Deferido
14	17816	SAMUEL VIANE PAGANELLI	27/07/1966	Deferido
15	19131	SERGIO DOS SANTOS HENRIQUE	24/04/1981	Deferido
16	14626	TIAGO ANTONIO PEREIRA DA PAIXÃO	28/02/1989	Deferido

Vigia - Alfabetizado

Seq.	Nº Insc.	Nome do Candidato	Data Nascimento	Situação
1	11099	ARY JOSÉ DOS SANTOS	16/02/1962	Deferido
2	18493	ACIOLI VILMA LEITE	05/12/1970	Deferido
3	19260	ADEMAR LUEBKE	21/07/1958	Deferido
4	15873	ADI SCHI-NAIDER	01/07/1958	Deferido
5	17536	ADILSON LUEBKE	09/08/1982	Deferido
6	17141	ADMILSON BATISTA	25/10/1971	Deferido
7	19282	ADRIANA GOULART PONTES	19/06/1984	Deferido
8	13912	ALBERI VAIZ	04/12/1965	Deferido
9	14786	ALESSANDRA MEDEIROS	29/11/1973	Deferido
10	18516	ALESSANDRO MEDEIROS BERNARDO	26/12/1972	Deferido
11	9679	ALEXANDRE DAMIAO COSTA	26/09/1975	Deferido
12	14774	ANDRE XAVIER	28/11/1986	Deferido
13	12465	ANTONIO GERNECIO DIAS DA SILVA	09/11/1976	Deferido

14	10277	AUGUSTO NUNES DAI-CAO	31/08/1951	Deferido
15	18537	BRUNA OLIVEIRA COSTA FERREIRA	12/07/1990	Deferido
16	11247	CASTURINA APARECIDA PAULISTA	28/07/1960	Deferido
17	9760	CATIANE FARIAS	12/07/1982	Deferido
18	18265	CLAIR ANTÔNIO LEANDRO	21/10/1970	Deferido
19	10744	CLAUDINEY FARIAS	07/10/1977	Deferido
20	20211	CLAUDIOMAR LUIS SCHE-NATTO	23/05/1979	Deferido
21	19201	CLEIDO APARECIDO FRANCISCO DOS SANTOS	18/06/1978	Deferido
22	18387	DANIEL JACINTO	09/10/1967	Deferido
23	17162	DANIELA FARIAS DA SILVA	23/10/1982	Deferido
24	18908	DANIELA MARA CORRÊA	20/05/1989	Deferido
25	18378	DAYANE DA SILVA CAVALCANTE	20/07/1991	Deferido
26	13934	DERLI ISAIAS FERREIRA DE FRAGA	22/11/1957	Deferido
27	12059	DIEGO DAMASIO	22/08/1990	Deferido
28	11738	DOUGLAS ALBERTO RUFINO	06/01/1981	Deferido
29	8959	EDI MARIA HANK	21/03/1955	Deferido
30	17171	EDINEI VIEIRA	15/11/1974	Deferido
31	19828	EDIVALDO PEDRO JO-VENTINO	05/04/1953	Deferido
32	14230	EDNEI ARAUJO DE QUEIROZ	12/08/1984	Deferido
33	18361	EDU CIRINO INACIO	03/12/1954	Deferido
34	15849	ELAINE DE MATOS CABRAL PEREIRA	28/10/1982	Deferido
35	13911	ELY MANOEL REZENDE	04/05/1960	Deferido
36	11422	EVANDRO NEVIO ARGENTON	02/01/2014	Deferido
37	9312	EVERALDO RODRIGUES DA CUNHA	04/03/1977	Deferido

38	9296	FABIANO SILVERIO VERSIANI	07/10/1975	Deferido
39	17527	FELIPE PAULO DE MIRANDA	09/10/1986	Deferido
40	9293	FILOMENA SHLEICHER	06/07/1969	Deferido
41	18750	FRANCIANE MACHADO BOTELHO	13/12/1973	Deferido
42	12911	FREDSON SOARES DA COSTA	12/11/1977	Deferido
43	11442	GERCON ROBERTO DE OLIVEIRA	22/09/1973	Deferido
44	14843	GILMAR CHAGAS DE CHAGAS	30/06/1975	Deferido
45	12780	GUILHERME ALMEIDA ZELASCHI	23/08/1988	Deferido
46	15869	HUMBERTO WAGNER DE SOUZA	08/12/1956	Deferido
47	19040	IARA CRISTINA BALABAN RODRIGUES	10/09/1973	Deferido
48	14526	IRANI DOS SANTOS	25/07/1969	Deferido
49	14563	ISACK WELINGTON SILVA DOS SANTOS	17/03/1995	Deferido
50	17884	IVAN RODRIGUES DE OLIVEIRA	13/02/1956	Deferido
51	10275	JADERSON SOUZA DE ANDRADE	04/12/1993	Deferido
52	13325	JAIR ANTONIO QUEIROS	06/10/1964	Deferido
53	15695	JOAO DE SOUZA BUENO	03/10/1964	Deferido
54	15215	JOAO VERRISSIMO DA SILVA FILHO	26/08/1962	Deferido
55	10439	JOÃO ALVES RIBEIRO	10/07/1959	Deferido
56	10321	JOÃO CARLOS PEREIRA	12/01/1948	Deferido
57	17587	JOSÉ ANDERSON SILVA DOS SANTOS	26/06/1994	Deferido
58	17027	JOSÉ CARLOS DE LIMA	06/10/1982	Deferido
59	12730	JOSE RENATO DA ROCHA	20/01/1960	Deferido
60	14846	JOSE VERNANCIO DE ALMEIDA	08/06/1964	Deferido

61	19016	JOSIAS KRUMME-NAUER	02/10/1990	Deferido
62	19987	JOYCE APARECIDA PEREIRA	11/09/1983	Deferido
63	9239	JULIANO FAUSTINO	14/12/1983	Deferido
64	8710	JUSSARA MARIA GUIMARÃES DA SILVA	10/04/1957	Deferido
65	14840	KATIUCI APARECIDA SILVA PEREIRA	13/08/1986	Deferido
66	17189	LAERCIO SOUZA	01/07/1969	Deferido
67	18325	LEILA DO SOCORRO SILVA DOS SANTOS SOUZA	11/05/1961	Deferido
68	10728	LORETE FERNANDES	16/08/1955	Deferido
69	10831	LUCAS MARTINS ROLIM	24/09/1975	Deferido
70	10438	LUCIANA GALVAO	16/09/1981	Deferido
71	19675	LUIZ CARLOS SATURNINO	23/12/1962	Deferido
72	10841	LUIZ GONZAGA LUZ	21/06/1958	Deferido
73	16243	MARCIA GOMES BALTAZAR	03/05/1971	Deferido
74	17978	MARCOS ALESSANDRO DE CASTRO BATISTA	06/04/1989	Deferido
75	19198	MARIA FRANCISCA DA SILVA RODRIGUES	01/06/1971	Deferido
76	19978	MARIA GORETI FORTUNA DE MELLO	11/05/1967	Deferido
77	16773	MARIA LUIZA RODRIGUES DO AMARAL	11/09/1971	Deferido
78	16893	MARILDA CONCEIÇÃO NACIMENTO	10/07/1974	Deferido
79	17575	MARLETE MARIA ALEXANDRE	01/03/1959	Deferido
80	10255	MASCOS AURELIO LIVRAMENTO	08/05/1968	Deferido
81	9042	MATEUS BATISTA	25/09/1982	Deferido
82	15836	MAURECI STOLFI	15/12/1969	Deferido
83	12078	MAURO WALTRICH ROSA	01/08/1945	Deferido

84	18871	MERLIN DE OLIVEIRA PICKLER	30/09/1984	Deferido
85	17550	NAIR MENDES DA SILVA	11/03/1974	Deferido
86	9754	NAYARA CARLA FARIAS GAMA	20/04/1988	Deferido
87	13434	NEIDI DA SILVA	20/10/1971	Deferido
88	10201	NERI PEREIRA DE CAMPOS	01/11/1972	Deferido
89	18952	OSMAR SEIBT	08/05/1984	Deferido
90	10563	OSNI FLORENCIO ROSA	28/09/1949	Deferido
91	15860	PATRICIA LUCIANA CARNEIRO	24/12/1975	Deferido
92	11534	PAULIMA DE OLIVEIRA	16/06/1994	Deferido
93	19845	PAULO CESAR CORDOVA KUSTER	16/10/1973	Deferido
94	13798	PEDRO ANTONIO GOFFI	27/11/1956	Deferido
95	11302	PEDRO DOMINGOS AMARAL	10/10/1963	Deferido
96	10539	PEDRO ESTANISLAU CUSTODIO	03/04/1946	Deferido
97	17858	RAUL COUTO NETO	15/12/1974	Deferido
98	18322	REGINALDO MATOS DA SILVA	29/09/1981	Deferido
99	13142	ROBERTO NOGUEIRA DE OLIVEIRA	14/05/1956	Deferido
100	10794	ROBSON ZUNTINE FERREIRA DA SILVA	31/03/1991	Deferido
101	19203	ROSINEIDE OLIVEIRA COSTA SANTOS	16/06/1970	Deferido
102	18541	SERGIO LOPES DA SILVA	16/09/1971	Deferido
103	16226	SILVIO PEREIRA	22/10/1963	Deferido
104	14725	SONIA APARECIDA SILVA DE ALMEIDA	17/05/1965	Deferido
105	20208	TAHÍS DAIANE DE VARGAS	23/06/1977	Deferido
106	20204	TALIS RUSSEL KSENSCO DE VARGAS	22/07/1976	Deferido

107	11209	TATIANA LEÃO DA SILVA	27/11/1985	Deferido
108	9262	VANESSA FELISBERTO	14/10/1982	Deferido
109	11454	VILMAR ROGERIO DA TRINDADE	25/10/1967	Deferido
110	15856	VIVIANE SANTOS DE SOUZA FERREIRA	16/08/1981	Deferido
111	19424	WILSON THIAGO DE SOUZA'	03/12/1988	Deferido

JULGAMENTO DE RECURSOS EDITAL 001/2014

ATO 006/iobv/001/14/CP

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL Nº 001/2014
DO CONCURSO PÚBLICO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Instituto o Barriga Verde e a Comissão Municipal de Concurso Público e Processo Seletivo, as decisões dos recursos apresentados contra o indeferimento das inscrições, conforme segue:

Parecer 001

Inscrição/Candidato/Cargo	Solicitação/alegação
13644 – Rodrigo João Albino Agente de Educação 20h	Alega que seu nome não consta na lista dos deferidos divulgada no Ato 005. Envia comprovante de pagamento.
<p>Decisão: DEFERIDO</p> <p>Na verdade, o candidato já constava na lista de deferidos de seu cargo, porém na hora da inscrição ao invés de colocar seu nome no campo candidato, o mesmo colocou o número de seu CPF, saindo somente este número na listagem e não seu nome.</p> <p>O candidato deve entrar em sua área do candidato e alterar seu nome. A lista de Homologação do Ato 007 sairá com seu nome correto.</p>	

Parecer 002

Inscrição/Candidato/Cargo	Solicitação/alegação
12790 – Luciano Márcio da Silva Vigia	Alega que seu nome não consta na lista dos deferidos divulgada no Ato 005.
<p>Decisão: INDEFERIDO</p> <p>O candidato não enviou até o presente momento o comprovante de pagamento para verificação, ficando impossível conferir tal alegação. Conforme Edital:</p> <p>4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.</p>	

Navegantes, 03 de Novembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS 035/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS 035/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços 035/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 035/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS DE REFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

FORNECEDOR: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

VALOR: R\$ 15.363,73 (quinze mil trezentos e sessenta e três reais e setenta e três centavos)

FORNECEDOR: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

VALOR: R\$ 56.312,42 (cinquenta e seis mil trezentos e doze reais e quarenta e dois centavos)

FORNECEDOR: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA.

VALOR: R\$ 54.471,00 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e setenta e um reais)

FORNECEDOR: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

VALOR: R\$ 135.467,00 (cento e trinta e cinco mil quatrocentos e sessenta e sete reais)

FORNECEDOR: STARMED ART. MED. E HOSPITALARES LTDA.

VALOR: R\$ 10.167,00 (dez mil cento e sessenta e sete reais)

FORNECEDOR: Produvale Produtos Hospitalares

VALOR: R\$ 81.140,00 (oitenta e um mil cento e quarenta reais)

FORNECEDOR: EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA

VALOR: R\$ 2.759,20 (dois mil setecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos)

FORNECEDOR: PLASMEDIC COM. DE MAT. MÉDICO LTDA EPP.

VALOR: R\$ 13.125,00 (treze mil cento e vinte e cinco reais)

FORNECEDOR: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP.

VALOR: R\$ 8.330,00 (oito mil trezentos e trinta reais)

FORNECEDOR: CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAL

VALOR: R\$ 26.355,60 (vinte e seis mil trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos)

Vigência: 03/11/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 03 de novembro de 2014.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 263/2014.

Extrato Contratual PMN 263/2014

Contrato Nº.: 263/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: DULOG AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA

CNPJ: 05.997.601/0001-34.

Vigência : Início: 28/10/2014 Término: 28/10/2015.

Licitação : Pregão Presencial nº 180/2014.

Recursos : Dotação: 1.050.4490.00.00.00.

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE SISTEMA DE MEDIÇÃO COM GPS DE GRANDE PRECISÃO PARA SONDAGEM (PARA A EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO NA ÁREA DE ENGENHARIA), PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DOS PROCEDIMENTOS, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT, conforme Pregão Presencial nº 180/2014.

Navegantes, 28 de outubro de 2014.

NAVEGANTESPREV**PORTARIA N.º 023 DE 04 DE OUTUBRO DE 2014
"CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE COM
PROVENTOS PROPORCIONAIS"**

PORTARIA N.º 023 DE 04 DE OUTUBRO DE 2014.

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40 §1º, III, "b" da CFRB/1988, com redação da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade a servidora MARIA BERNARDETE SILVA DOS SANTOS, portador da cédula de identidade n.º 877.365 SSP/SC, inscrito no CPF sob o n.º 557.542.609-20 e PIS/PASEP n.º 106.98728.04.9, efetivo no cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Saúde, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2014.02.00116, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 04 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITOJan Ullrich
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 009/2014

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Termo Aditivo nº 09/2014IPP

Contratante. : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada : SUL PREV CONSULTORIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA

Licitação: Tomada de Preços nº 03/2012

Vigência: Início: 01/11/2014 Término: 31/12/2014.

Dotação: 29.01.3.3.90.39.79.00.00

Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É O REAJUSTE DOS VALORES PACTUADOS NO CONTRATO ORIGINAL N.º 05/2012, CONFORME INPC/IBGE DE SETEMBRO/2014.

Navegantes, 03 de novembro de 2014.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 08/2014
NAVEGANTESPREV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN. NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº...: 08/2014.

Contratante...: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN. NAVEGANTES.

Contratada...: INSTITUTO O BARRIGA VERDE.

Valor : R\$ 28.900,00 (vinte e oito mil e novecentos reais).

Vigência : Início: 31/10/2014 Término: 29/04/2015

Licitação : Concorrência Pública p/ Compras e Serviços Nº.: 05/2014.

Recursos : Dotação: 03/2014 - 2.116.3390.00

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA O NAVEGANTESPREV.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do NavegantesPREV

Nova Trento

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2014

DISPESA DE LICITAÇÃO Nº 013/2014

Origem: Edital de Licitação nº 114/2014 - Dispensa de Licitação nº 013/2014. Homologação: 24/10/2014 - Fundamentação: Art. 24, Inciso XIII da Lei 8666/93; Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: INSTITUTO BARRIGA VERDE, situado na Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro, município de Taió/SC, inscrito no CNPJ nº 08.072.361/0001-55, para Contratação de instituição brasileira de pesquisa e ensino para planejamento, elaboração, aplicação, correção, julgamento de concurso público para provimento de cargos do quadro de servidores do magistério municipal, no valor estimado total de: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Nova Trento 24 de outubro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito de Nova Trento

Novo Horizonte

PREFEITURA

LEI Nº 510/2014

Lei nº 510 de 29 de outubro de 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER IMÓVEL POR DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a receber sem ônus, em doação, do munícipe Olavo Guedini, - imóvel denominado área rural medindo 5.280,48 m2 (cinco mil, duzentos e oitenta metros quadrados, com mais quarenta e oito centésimos de metros quadrados) matriculado sob o número nº 15.894, no Registro de Imóveis da Comarca de São Lourenço do Oeste.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
em 29 de outubro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

LEI Nº 511/2014

Lei nº 511 de 29 de outubro de 2014

DECLARA INSERVÍVEIS BENS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL, AUTORIZA ALIENAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

o Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado no artigo 82 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e que sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º - Declara inservíveis os bens do Patrimônio Municipal descritos nos itens abaixo:

Item 1 - 01 (uma) Colhedeira Forrageira, marca Nogueira, modelo PECUS, 9004, com roda e bica, ano 2006, registrada no patrimônio sob nº 4518.

Item 2 - 01 (uma) Colhedeira Forrageira, marca Nogueira, modelo PECUS, 9004, com roda e bica, ano 2007, registrada no patrimônio sob nº 4520.

Item 3 - 01 (uma) Colhedeira Forrageira, marca Nogueira, modelo PECUS, 9004, com roda e bica, ano 2007, registrada no patrimônio sob nº 4521.

Item 4 - 01 (uma) Carreta Agrícola, marca Líder capacidade de transporte de 4 toneladas basculante, ano 2007, registrada no patrimônio sob nº 4562;

Item 5 - 01 (uma) Carreta Agrícola, marca Turin, capacidade de

transporte de 5 toneladas, ano 2011, registrada no patrimônio sob nº 2908;

Item 6 - 01 (uma) Carreta Agrícola, marca Líder, modelo 560 RD, ano 2005, registrada no patrimônio sob nº 4561;

Item 7 - 01 (um) Distribuidor de Calcário, marca Isol, com cardam, ano 1997, registrado no patrimônio sob nº 4558;

Item 8 - 01 (um) Distribuidor de Adubo Orgânico, Calcário, marca/modelo DSE 6.0 RD, ano 2004, registrado no patrimônio sob nº 4570;

Item 9 - 01 (um) Distribuidor de Esterco, capacidade 4.000 litros, marca/modelo LT VC, ano 2004, registrado no patrimônio sob nº 4559;

Item 10 - 01 (um) Trator Agrícola, marca Valmet, modelo 785 4X4, ano 1993, registrado no patrimônio sob nº 4536;

Item 11 - 01 (um) Automóvel, marca/modelo VW/Gol, 1.6 power, Placa MGE-0128, Chassi 9BWCB05W08T134463, Renavam 944215769, ano/modelo 2007/2008, cor branca, registrado no patrimônio sob nº 4499;

Item 12 - 01 (um) Automóvel, marca/modelo VW/Parati, 1.6 Trackfield, Placa MJS-5520, Chassi 9BWDB05WX7T030338, Renavam 905931610, ano/modelo 2006/2007, cor prata, registrado no patrimônio sob nº 4493;

Item 13 - 01 (um) Automóvel, marca/modelo Fiat Uno Economy, Placa MGV-9424, Chassi 9BD15802AA6288531, Renavam 143020552, ano/modelo 2009/2010, cor branca, registrado no patrimônio sob nº 4494;

Item 14 - 01 (um) Automóvel, marca/modelo Fiat Uno Economy, Placa MIG-2217, Chassi 9BD15802AB6507961, Renavam 232250332, ano/modelo 2010/2011, cor branca, registrado no patrimônio sob nº 4502;

Item 15 - 01 (um) Ônibus, marca/modelo Marcopolo/Volare, capacidade 30 passageiros, Placa MDY-1340, Chassi 93PB01A-2MWC000401, Renavam 713272414, ano/modelo 1998/1999, registrado no patrimônio sob nº 4505;

Item 16 - 01 (um) Caminhão, marca/modelo Mercedes Bens/LK 1114, Placa LZQ-5115, Chassi 9BM344019HB766802, Renavam 553938088, ano/modelo 1987/1987, cor azul, registrado no patrimônio sob nº 4545;

Item 17 - 01 (um) Caminhão, marca/modelo Mercedes Bens/LK 1313, Placa LZL-3323, Chassi 9BM345021GB733829, Renavam 553935941, ano/modelo 1986/1987, cor azul, registrado no patrimônio sob nº 4546;

Item 18 - 01 (um) Caminhão, marca/modelo Mercedes Bens/LK 1513, Placa GKU-2351, Chassi 34503312606019, Renavam 245132902, ano/modelo 1983/1983, cor amarela, registrado no patrimônio sob nº 4506;

Item 19 - 01 (uma) caçamba basculante, marca Rodoviária, ano de fabricação 1987, com dimensões externas de 3,5 metros de comprimento, 2,4 metros de largura e 0,8 metros de profundidade;

Item 20 - 01 (um) Conservador de Sêmen Para Suínos, modelo MT 540 R, registrado no patrimônio sob nº 4582.

Art.2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a alienar os

bens municipais declarados inservíveis, conforme Art. 1 desta Lei.

Art. 3º - A alienação se dará na forma de Leilão, consoante às disposições do art. 22, V, da Lei 8.666/93, com suas atualizações.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 29 de outubro de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 047/2014

Lei Complementar nº 47 de 29 de outubro de 2014

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ANEXO VI DA LEI COMPLEMENTAR Nº025, DE 30 DE JUNHO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A descrição analítica dos cargos dos itens 2.2.3 - Agente de Saúde Pública e 3.2.5 - Auxiliar de Enfermagem, da Lei Complementar nº025, de 30 de junho de 2003, passam a vigorar com a habilitação profissional constante no anexo I desta Lei Complementar.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo, somente se efetiva e passa a produzir efeitos, no caso de vacância e realização de concurso público, hipóteses, que serão providos por candidatos com a habilitação profissional dos respectivos cargos.

Art. 2º - Para cobrir as despesas decorrente da execução da presente Lei Complementar serão utilizados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,
Em 29 de outubro de 2014.

ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 164/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO, BANDA LARGA E REDES DE INTERLIGAÇÃO ATRAVÉS DE FIBRA ÓTICA OU CABO METÁLICO. A EMPRESA ALÉM DE PRESTAR OS SERVIÇOS CITADOS DEVE PRESTAR SUPORTE, MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS. Recebimento das Propostas: até o dia 14/11/2014 às 13h45m.

Abertura das Propostas: dia 14/11/2014, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 03 de Novembro de 2014.

Fábio Salvador

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - ERRATA - 1/2014 FAMOR

Estado de Santa Catarina

FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE ORLEANS - FAMOR

ERRATA

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE LICITAÇÃO

Edital: CONVITE P/COMPRAS E SERVIÇOS Nº 01/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA CONSULTORIA, ASSESSORIA E PLANEJAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO PÚBLICO MUNICIPAL AMBIENTAL

PRORROGA-SE A DATA DE ABERTURA PARA:

Recebimento das Propostas: até o dia 11/11/2014 às 14h00m.

Abertura das Propostas: dia 11/11/2014, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, SC, 03 de Novembro de 2014.

FÁBIO SALVADOR

Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE ANULAÇÕES 3/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

NOTA DE ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 89/2014.

Objeto: CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) PONTES DE CONCRETO ARMADO, SENDO UMA NA BARRA DO RIO NOVO E OUTRA NA BARRA DO RIO HIPÓLITO CONFORME PROJETO ORLEANS/SC.

Motivo: NÃO HOUVE PARTICIPANTES.

Orleans, 21 de julho de 2014.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

NOTA DE ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 140/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DA PONTE PRETA, CONFORME ANEXO.

Motivo: NÃO HOUVE PARTICIPANTES.

Orleans, 15 de Setembro de 2014.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

NOTA DE REVOGAÇÃO DO CONVITE Nº 101/2014.

Objeto: INSTALAÇÃO DE UM RAMAL DE ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA TRIFÁSICA DE ALTA TENSÃO, CLASSE 13,8KV E SUBESTAÇÃO EXTERNA COM TRANSFORMADOR DE 112,5KVA DE POTENCIA 15KV INSTALADO EM POSTE DE CONCRETO conforme projetos em anexo.

Motivo: POR INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO.

Orleans, 04 de Agosto de 2014.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2551

DECRETO N.º 2551/2014

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO EM CARATER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 019/2005 e 022/2005 e Edital de Teste Seletivo 001/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal em Caráter Temporário a Sra. JOSANE APARECIDA CARLESSO DE SOUZA, para exercer o Cargo de provimento Temporário de Agente Comunitário de Agente de Copa e Limpeza, nível 01.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde - SC, em 03 de novembro de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretario Municipal de Adm. e Gestão

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 2832/2014.

PORTARIA Nº. 2832/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KARLA STEINMETZ SPRICIGO, matrícula nº. 800418-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 14/02/2010, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 15/09/2014 à 15/12/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2833/2014.

PORTARIA Nº. 2833/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SARA DE AVILA ROSA, matrícula nº. 190065-1 titular do cargo de Fonoaudióloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2005 a 01/06/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/09/2014 à 08/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2834/2014.

PORTARIA Nº. 2834/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LINDAMIR DE OLIVEIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2835/2014.

PORTARIA Nº. 2835/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JEFERSON JOSE DA SILVA, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2836/2014.

PORTARIA Nº. 2836/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2612 de 05 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora PATRICIA MACHADO RIBEIRO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/09/2014 a 17/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2837/2014.

PORTARIA Nº. 2837/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1877 de 09 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora QUEILA BERNARDO MARTINS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 22/08/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2838/2014.

PORTARIA Nº. 2838/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2381 de 04 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MARIA CRISTINA MARTINS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/08/2014 a 17/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2839/2014.

PORTARIA Nº. 2839/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1589 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora CINARA JULIANA MARIA VICENTE, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 31/08/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

SUSPENSÃO PREGÃO 206-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 206/2014

O Município de Palhoça torna público que fica SUSPENSO por prazo indeterminado o processo licitatório Pregão Presencial 206/2014, que consiste na aquisição de Hidrômetros para adequar medição de água no condomínio Terra Nova Palhoça para a Águas de Palhoça, neste Município. A suspensão se dá para análise de questionamentos encaminhados a pregoeira. Assim que possível será disponibilizado a nova data para abertura do referido processo. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitações no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal diariamente das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 03 de novembro de 2014. A PREGOEIRA.

PORTARIA Nº. 2840/2014.

PORTARIA Nº. 2840/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, BIANKA ANDRADE, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2841/2014.

PORTARIA Nº. 2841/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1635 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ADRIANA TEREZA TAVARES, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 29/08/2014 a 10/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2842/2014.

PORTARIA Nº. 2842/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SABRINA FRANCISCO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 22/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2843/2014.

PORTARIA Nº. 2843/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELAINE GARCIA PAES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicóloga, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2844/2014.

PORTARIA Nº. 2844/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2053 de 22 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora CRISTIANE GARCIA DUARTE LOHN, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2845/2014.

PORTARIA Nº. 2845/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2374 de 01 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MORGANA RAMOS MARTINS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/08/2014 a 26/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2846/2014.

PORTARIA Nº. 2846/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL - para os servidores abaixo relacionados de acordo com a Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Nome	De	Para	a Contar de
801802	Ana Paula de Sousa da Silveira	DOC - 2 - A	DOC - 2 - B	18/02/2014
129536	Cintia Tuler Silva	PED - 2 - A	PED - 2 - B	05/03/2014
801641	Cristiane de Oliveira	PED - 3 - A	PED - 2 - B	27/05/2014
128065	Dalila Celina da Silveira Hoog	PED - 2 - A	PED - 2 - B	24/02/2014
801860	Edineia Ivone da Silva	DOC - 2 - A	DOC - 2 - B	17/02/2014
801859	Josiane Maria Roth Mohr	DOC - 2 - A	DOC - 2 - B	19/02/2014
801607	Luceli Aparecida Pereira Kuhn	DOC - 3 - A	DOC - 3 - B	21/08/2013
801851	Luciana Nilza Nau	DOC - 2 - A	DOC - 2 - B	10/03/2014
801855	Maria Aparecida da Silva I	DOC - 2 - A	DOC - 2 - B	19/02/2014
801606	Maycon Jose de Souza	DOC - 2 - A	DOC - 2 - B	10/09/2013
129374	Nathalie Catarina S. Cruz	DOC - 3 - A	DOC - 3 - B	06/09/2013
801728	Roseli Hilda de Souza Dimon	PED - 2 - A	PED - 2 - B	19/02/2014

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2847/2014.

PORTARIA Nº. 2847/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CATIA REGINA SOARES DA ROSA, matrícula nº. 210656-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2002 a 08/02/2007, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 29/09/2014 à 29/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2848/2014.

PORTARIA Nº. 2848/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NILZA FELICIANA DE SOUZA JUVENCIO, matrícula nº. 120028-1 titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2005 a 01/06/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/09/2014 à 15/10/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2849/2014.

PORTARIA Nº. 2849/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIETE NUNES, matrícula nº. 121912-1 titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do

Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/01/2004 a 16/01/2009, por 02 (dois) meses e referente ao quinquênio de 16/01/2009 a 16/01/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/09/2014 à 01/12/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2850/2014.

PORTARIA Nº. 2850/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ROSIANE PETRY, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2851/2014.

PORTARIA Nº. 2851/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, GISELE EVAIR DA SILVA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2852/2014.

PORTARIA Nº. 2852/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JOSIANE CRISTINA DA SILVA, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2853/2014.

PORTARIA Nº. 2853/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MIRIAM RAIMUNDO DA SILVA, matrícula nº. 800260-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 13/04/2000 a 13/04/2005, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 14/10/2014 à 14/11/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2854/2014.

PORTARIA Nº. 2854/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO BERENICE MOHR DE FARIAS, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 15 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2855/2014.

PORTARIA Nº. 2855/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça - IPPA com ônus para origem, o servidor LUIZ FELIPE CASCAES, matrícula nº. 300174-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, pelo período de 15/09/2014 a 31/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2856/2014.

PORTARIA Nº. 2856/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GRAZIELA DA SILVA, matrícula nº. 121816-3, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 08/09/2014 à 08/10/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2857/2014.

PORTARIA Nº. 2857/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor ARY PAULO DONATELLO FILHO, Matrícula nº. 300011-1, ocupante da categoria funcional de Agente Administrativo Auxiliar, removido para a Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2858/2014.

PORTARIA Nº. 2858/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ZENIR DOS SANTOS, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2859/2014.

PORTARIA Nº. 2859/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora SUELEN MARIA MIRANDA, matrícula nº. 801184-1, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2860/2014.

PORTARIA Nº. 2860/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1517 de 02 de maio de 2012, que Contratou por Tempo Determinado à servidora MAUROLI MARIA DA SILVA CORREA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 14/08/2014 a 04/02/2015, auxílio doença.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2861/2014.

PORTARIA Nº. 2861/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CRISTINA DE SOUZA, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/09/2014, termino da licença maternidade.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2862/2014.

PORTARIA Nº. 2862/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JANIELE RAMOS RODRIGUES, titular do cargo

de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/09/2014, termino da licença maternidade.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2863/2014.

PORTARIA Nº. 2863/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO WAGNER ANDRADE, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 05/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2864/2014.

PORTARIA Nº. 2864/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO CAROLINA TERUE YATSUGAFU, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2865/2014.

PORTARIA Nº. 2865/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, SOLANGE CAROLINE STEFFENS, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2866/2014.

PORTARIA Nº. 2866/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO ALINE DAS NEVES GOULARTE, titular do cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2867/2014.

PORTARIA Nº. 2867/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO ALINE VITALI GRANDO, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2868/2014.

PORTARIA Nº. 2868/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, KARIANE LINHARES ARAUJO, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2869/2014.

PORTARIA Nº. 2869/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade da servidora, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de agosto de 2014.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	CARGO	DE
401719-2	Sebastian Gabriel Perazolo Pera	Médico	80%

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2870/2014.

PORTARIA Nº. 2870/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de setembro de 2014.

ANEXO I

NOME	DE	PARA
Alexandre Matos	R\$ 476,00	R\$ 1.000,00
Carolina Pereira Tavares Botelho	R\$ 300,00	R\$ 600,00
Rosane Ondina de Quadros Espindola	R\$ 150,00	R\$ 550,00

ANEXO II

NOME	DE
Fabiana Geni da Silva	R\$ 300,00
Kátia de Souza	R\$ 300,00
Sinara Galvão de Lima	R\$ 500,00
Taysi Vieira de Souza	R\$ 541,00

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2871/2014.

PORTARIA Nº. 2871/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MARLENE FLORES CARDOSO FILHA, Matrícula nº. 500465-1, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, removida para a Secretaria da Região Sul, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2872/2014.

PORTARIA Nº. 2872/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
100763-1	Amanda Dri Lima	Pós Graduação	15%	28/07/2014
300061-1	Nazareno dos Santos	Graduação	30%	16/06/2014
300426-1	Simone Alves	Graduação	30%	29/07/2014
402046-1	Sinara Galvão de Lima	Graduação	30%	30/07/2014

Palhoça, SC, em 25 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2873/2014.

PORTARIA Nº. 2873/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2590 de 05 de agosto de 2014, que Responder como Coordenador de Frotas da Secretaria de Assistência Social o servidor JOÃO CARLOS DE LIZ LIMA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2874/2014.

PORTARIA Nº. 2874/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDILENE MARIA MARTINS, matrícula nº. 121566-4, titular do cargo de Professor, do Quadro

de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/02/2007 a 08/02/2012, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 15/09/2014 à 15/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2875/2014.

PORTARIA Nº. 2875/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LOURDES MINOZZO FURTADO, matrícula nº. 124826-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 27/12/1998 a 27/12/2003, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 17/09/2014 à 17/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2876/2014.

PORTARIA Nº. 2876/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DELEGAR para Responder como Coordenador de Frotas da Secretaria de Assistência Social o servidor ANGELO MILTON DE AMORIM, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2877/2014.

PORTARIA Nº. 2877/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCIANE MARIA DA SILVA MARGHOTI, matrícula nº. 800937-1 titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2008 a 21/03/2013, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 03/09/2014 à 03/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2878/2014.

PORTARIA Nº. 2878/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUANA STEINBACK, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 002/SMAS/2013, para ocupar o cargo de Assistente Social, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/09/2014 a 03/09/2015.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2879/2014.

PORTARIA Nº. 2879/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração

Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Marcia Werlang	10	20	08/09/2014 a 19/12/2014
Deolinda Pickler Pereira	20	40	01/09/2014 a 19/12/2014

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2880/2014.

PORTARIA Nº. 2880/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2390 de 04 de julho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora OFRASIA NIUZA MARQUES, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 29/08/2014 a 03/10/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2881/2014.

PORTARIA Nº. 2881/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2601 de 05 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora BEATRIZ RAQUEL ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 29/08/2014 a 05/09/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2882/2014.

PORTARIA Nº. 2882/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JESSICA VALDETE DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Paulo Braulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/09/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Luana Adele Nunes.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2883/2014.

PORTARIA Nº. 2883/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2096 de 02 de junho de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora FABIOLA SILVEIRA, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 30/08/2014 a 30/11/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2884/2014.

PORTARIA Nº. 2884/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1566 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor JEFFERSON BATISTA GARCIA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2885/2014.

PORTARIA Nº. 2885/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1567 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor LUIZ CARLOS VIEIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2886/2014.

PORTARIA Nº. 2886/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1582 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor ROGERIO ESTIVALETE TOLENTINO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 18/07/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2887/2014.

PORTARIA Nº. 2887/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1576 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado à servidora ALESSANDRA CAMPOS DE ALMEIDA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 19/07/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2888/2014.

PORTARIA Nº. 2888/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Alexandra Machado Sotero	Técnico em Enfermagem	04	21/07/14	I – A 08-4, II – M 54
Alexandra Machado Sotero	Técnico em Enfermagem	04	14/08/14	I – A 08-4, II – M 54
Alixandra Anita Isoton	Professor	29	15/08/14	I – Z 76-3
Ana Claudia Gomes Gonçalves	Professor	59	20/08/14	I – C 34
Angela Correa	Assistente Administrativo	38	31/07/14	I – F 60-3
Camila Borges de Abreu	Professor	180	06/08/14	I – 60-0

Célio João Batista	Gerente	03	27/08/14	I –
Ciniria Bueno	ASP	02	17/08/14	I – M 79-1, II – G 32
Ciniria Bueno	ASP	10	22/08/14	I – M 79-1, II – G 32
Ciniria Bueno	ASP	15	30/07/14	I – M 79-1, II – G 32
Claudiana Aparecida Bock	Assistente Administrativo	05	18/08/14	I – Z 76-3
Débora Pereira Dalla Valle	ACD	25	08/08/14	I – F 41, II – F 42
Débora Pereira Dalla Valle	ACD	20	21/07/14	I – H 52-2
Edson Rogério Chaves	ASO	12	11/08/14	I – M 54-5
Edson Ronei da Silveira Junior	Professor	12	18/08/14	I – F 32
Evandro Rodrigues Felipp	Artífice	07	20/08/14	I – M 79-6
Fabiana Cabral Schmitz	ACS	20	28/08/14	I – K 91-5
Fernanda de Fátima Dias Velho	Merendeira	30	30/07/14	I – N 80-3
Fernando Schneider	Enfermeiro	10	24/08/14	I – R 51-7, II – K 08-1
Fernando Schneider	Enfermeiro	05	01/08/14	I – R 51-7, II – K 08-1
Filipe Koerich	Assistente Administrativo	15	05/06/14	I –
Gabriela Oliveira da Costa	ACS	03	20/07/14	
Gisele Pereira	ACS	08	22/08/14	I – M 25-5, II – S 60-2
Guida Maria Losso	Psicóloga	180	04/08/14	I – C 18, II – K 59-1, III – E 44
Gustavo S. Nienkotter	Assessor	10	18/08/14	I – F 41-2
Helena Maria Macario Alves	Professor	11	19/08/14	I – F 43
Ivanilda Paula Lisboa	ASO	05	20/08/14	I – Z 76-3
Jean Carlos de Almeida	Monitor	26	16/07/14	I – L 85
Jean Joacir Martins	Diretor Geral	14	08/07/14	I –
Jeferson Jose Azevedo	ASO	04	22/08/14	I – B 30-9
João Francelino da Silva	Operador de Maquinas	60	23/08/14	I – S 06-1
Karine Kretscmen	Dentista	14	24/07/14	I – M 79-6, II – M 75-1, III – M 65-9
Karine Kretscmen	Dentista	14	07/08/14	I – M 79-6, II – M 75-1, III – M 65-9
Karini Zuleide Abramovicz	ACS	11	19/08/14	I – Z 76-3
Leci Cristina Macario Alves	Merendeira	05	19/08/14	I – N 30
Luana da Silva Pereira	Monitor	04	14/08/14	I – J 01
Luciane Mari dos Santos	ACS	15	21/08/14	I – M 65, II – M 25

Luciano Rener Martins	Merendeira	60	26/08/14	I – M 75-4, II – M 75-2, III M 54-5
Luciano Valentin Antunes	Motorista	52	21/08/14	I – M 54-4
Maria Eni Valente da Silva	ASO	15	26/08/14	I –
Maria Gorete Moreira	Merendeira	26	25/08/14	I – N 60-0
Osvaldino de Souza	ASO	09	21/08/14	I – M 54-5
Osvaldo Ramos Maciel	Fiscal Vigilância Sanitária	07	19/08/14	I – S 61-1
Patrícia Schilling	ACS	14	11/07/14	I – F 43-2
Rosângela Marta Gonçalves	ASO	08	26/08/14	I – K 08-1
Rosicleia Maria Silvana de Lucas	ACD	24	20/08/14	I – K 80
Rosimari Machado	ACS	30	24/08/14	I – I 63
Sidnei Davi Carvalho	Motorista	06	21/08/14	I – J 11
Sinuhe do Rosário	ACS	07	30/08/14	I – Z 76-3
Thayse Talita Pereira	Professor	16	21/08/14	I – B 30-9
Vani Maria Silveira	Agente Administrativo I	30	27/08/14	I – F 41-0
Viviane dos Santos	Técnico em Enfermagem	45	12/08/14	I –

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2889/2014.

PORTARIA Nº. 2889/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
402084-1	Eduarda Maria Coelho	Pós Graduação	15%	25/07/2014
160234-1	Michelle Gastão da Rosa Perdigão	Graduação	30%	29/07/2014
100306-1	Simone Duarte Correa Gonçalves	Graduação	30%	29/07/2014

Palhoça, SC, em 25 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2890/2014.

PORTARIA Nº. 2890/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALLAN PYETRO DE MELO DE SOUZA, matrícula nº. 200059-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Governo, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/09/2007 a 11/09/2012, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 05/09/2014 à 05/10/2014.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2891/2014.

PORTARIA Nº. 2891/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CAROLINE JOHNSON EVANGELHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/08/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 25 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2892/2014.

PORTARIA Nº. 2892/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

Define Atribuições do Setor de topografia do Município de Palhoça.

Considerando os princípios constitucionais que regem a administração pública, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência e da publicidade;

Considerando a necessidade de uniformizar procedimentos, visando ao atendimento das determinações judiciais e interesse público municipal;

Considerando o volume crescente de informações e manifestações solicitadas nos processos judiciais de usucapião, desapropriação, regularização de loteamento, reintegração, manutenção de posse, retificação de registro Imobiliário, entre outras, as quais somente podem ser prestadas com o auxílio técnico do setor de Topografia;

Considerando por fim, a necessidade de segurança nas respostas e análises técnicas, evitando-se prejuízo ao Município de Palhoça e a terceiros.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam os técnicos de agrimensura vinculados à Secretaria de Infra Estrutura e Planejamento, responsáveis pela análise técnica das demandas judiciais, especialmente nas ações de usucapião, devendo responder às solicitações nos prazos solicitados pela Procuradoria Geral do Município, conforme urgência e relevância de cada caso.

Parágrafo único: As informações deverão incluir, além da manifestação sobre o interesse do Município na causa, informações relativas à área usucapienda, especialmente se originária de desmembramento ou loteamento regularmente aprovado pelo Município, bem como sobre o histórico da inscrição imobiliária e titularidade no setor cadastral.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MARCELO FETT ALVES
Secretário de Planejamento e Infraestrutura

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2893/2014.

PORTARIA Nº. 2893/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR KAREN FABIANA GONÇALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº.

001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Eliane Berreta, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2894/2014.

PORTARIA Nº. 2894/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DANIELA LUZIA VITORIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aprender Brincando, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/08/2014 a 10/09/2014, face ao impedimento da titular Lorena Carla Pereira Pelegrini, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2895/2014.

PORTARIA Nº. 2895/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SILVANA ROSA MACHADO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Padre Réus, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais,

com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/08/2014 a 01/09/2014, face ao impedimento da titular Sonia Mara Reinert, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2896/2014.

PORTARIA Nº. 2896/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRIANA RECH, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/05/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento do titular Francisco A. S. Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2897/2014.

PORTARIA Nº. 2897/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ELIANE MAENNCHEN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento),

Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Jani Maris Juncks Hoffmann, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2898/2014.

PORTARIA Nº. 2898/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EDINETE JUREMA DA SILVA CUNHA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/09/2014 a 01/12/2014, face ao impedimento da titular Leandra Ap. Campos Capistrano, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2899/2014.

PORTARIA Nº. 2899/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MAYARA CLAUDIA GARCIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de

Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Marcia Bruggemann Spricigo, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2900/2014.

PORTARIA Nº. 2900/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SILMARY TANIA CASTILLO DE SOUZA GOMES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) GE Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/08/2014 a 28/09/2014, face ao impedimento da titular Tania Soares, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2901/2014.

PORTARIA Nº. 2901/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCIA ELISA FRANCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) GE Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/08/2014 a 28/09/2014, face ao impedimento da titular Tania Soares, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2902/2014.

PORTARIA Nº. 2902/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARILEIA LENI DE MELO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Laurita Wagner da Silveira, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/08/2014 a 07/09/2014, face ao impedimento da titular Josiane Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2903/2014.

PORTARIA Nº. 2903/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SILVANA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Municipal de Albardão, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2904/2014.

PORTARIA Nº. 2904/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GUSTAVO GONÇALVES DEFREYN, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Galpão da Merenda, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/09/2014 a 19/12/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2905/2014.

PORTARIA Nº. 2905/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, CRISTINA ZAPELINI, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2907/2014.

PORTARIA Nº. 2907/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ROBERTA MOREIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de

Pessoal do CEI Voo Livre da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2908/2014.

PORTARIA Nº. 2908/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO JULIANA PEREIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Especial, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2910/2014.

PORTARIA Nº. 2910/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO TATIANI VENSION LOHN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Orientador Educacional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Antonieta Silveira de Souza da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2911/2014.

PORTARIA Nº. 2911/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO MARIA GABRIELA ABREU, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Português, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2912/2014.

PORTARIA Nº. 2912/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO RODRIGO EDUARDO LOPES DE SOUZA SOARES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2914/2014.

PORTARIA Nº. 2914/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO KAREN ANGELO BEREKNBROCK MARTINS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 22/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2915/2014.

PORTARIA Nº. 2915/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CATIUSCIA ALVES REYNAUD, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2916/2014.

PORTARIA Nº. 2916/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DAIANE CRISTINE MARCELINO SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 22/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2917/2014.

PORTARIA Nº. 2917/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO INEZ TEREZINHA GUARNIERI, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2918/2014.

PORTARIA Nº. 2918/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO NOELI MARIA SANGIOVO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 22/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2919/2014.

PORTARIA Nº. 2919/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SABRINA EDUARDA BORGES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013,

homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 22/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2920/2014.

PORTARIA Nº. 2920/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora FÁTIMA TEIXEIRA MEDEIROS DA SILVEIRA, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato da Secretaria de Educação, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2921/2014.

PORTARIA Nº. 2921/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANDREIA VOGT MELLO DE LIMA, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2922/2014.

PORTARIA Nº. 2922/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LEANDRO BORGES, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2923/2014.

PORTARIA Nº. 2923/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DANIELA DE SOUZA ANTUNES JUNKES, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2924/2014.

PORTARIA Nº. 2924/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ROSILENE POSSATO KALESKI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 22/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2925/2014.

PORTARIA Nº. 2925/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SUELLY ZULMIRA NUNES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 22/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2926/2014.

PORTARIA Nº. 2926/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARIA APARECIDA SOUZA CARDOSO SILVA, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/09/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2927/2014.

PORTARIA Nº. 2927/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NAYARA MARA BATISTI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Rocelito Souza Coelho, que se

encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2928/2014.

PORTARIA Nº. 2928/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DOUGLAS MOREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Informática, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Luciana de Souza, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2929/2014.

PORTARIA Nº. 2929/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR BRUNA SOUZA DE MELO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/08/2014 a 20/09/2014, face ao impedimento da titular Roseli Lourdes Macario, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2930/2014.

PORTARIA Nº. 2930/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA TEREZA DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/08/2014 a 04/11/2014, face ao impedimento da titular Maria Madalena Bechtold, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2931/2014.

PORTARIA Nº. 2931/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GERSON PICKERING NETO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 22/08/2014 a 04/11/2014, face ao impedimento da titular Maria Madalena Bechtold, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2933/2014.
PORTARIA Nº. 2933/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCIA WERLANG, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/08/2014 a 04/11/2014, face ao impedimento da titular Regina Oliveira de Melo, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2934/2014.
PORTARIA Nº. 2936/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DANIELA DE SOUZA ANTUNES JUNCES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2935/2014.
PORTARIA Nº. 2937/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO LEANDRO BORGES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Monitor, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 003/2013, homologado em 15/07/2013, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/10/2014.

Palhoça, SC, em 03 de setembro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

ERRATA N 01
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA Nº 001

Edital nº 04/2014 - Ponto de Locação de Equipamento Náutico (PN)
Temporada de Verão 2014/2015

O Município de Palhoça torna público que fica estabelecido os seguintes pontos na Praia da Pinheira - Praia de Baixo (Praça): 02 pontos sem motor; 02 pontos com motor exclusivo para passeio; 01 ponto Banana Boat, do Edital 04/2014 - Ponto de locação de Equipamento Náutico (PN) Temporada de Verão 2014/2015.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Receita, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 03 de novembro de 2014
Jefferson João Miguel
Diretor Secretaria de Receita

ERRATA N. 01 - EDITAL N. 04/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA Nº 001

Edital nº 04/2014 - Ponto de Locação de Equipamento Náutico (PN)
Temporada de Verão 2014/2015

O Município de Palhoça torna público que fica estabelecido os seguintes pontos na Praia da Pinheira - Praia de Baixo (Praça): 02 pontos sem motor; 02 pontos com motor exclusivo para passeio; 01 ponto Banana Boat, do Edital 04/2014 - Ponto de locação de Equipamento Náutico (PN) Temporada de Verão 2014/2015. O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Receita, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 03 de novembro de 2014
Jefferson João Miguel
Diretor Secretaria de Receita

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA N.º 058/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.
TERMO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO N.º 058/2014,
PRIMEIRO TERMO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO A
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 079/2014 - Pregão Presen-
cial n.º 023/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa
DIMASTER COM. E PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Fica
reajustado o valor unitário de R\$ 0,0190 para R\$ 0,0220 corres-
pondente a 16% do valor do item contratado. DATA: 03/11/2014 .

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA 063/2014

PORTARIA Nº 063/2014.

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Pú-
blicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. Milton Luiz Espíndola, no
uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar o Artigo 1º da Portaria 049/2010, para excluir o
nome da servidora Cláudia Zeni Teixeira da Comissão de Avaliação
de Estágio Probatório e incluir o nome da servidora Ivania Heron-
dina Peres nesta Comissão.

Art. 2º - As demais disposições da Portaria 049/2010 seguem inal-
teradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,
condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos
do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 03 de novembro de 2014.
Miltos Luiz Espindola
Presidente - IPPA

CÂMARA MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº06/2014 CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 06/2014, CELE-
BRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA
ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA.

Pelo instrumento de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº
06/2014, que entre si celebram, a CÂMARA MUNICIPAL DE PA-
LHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no
CNPJ sob o 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Mar-
tins, 101 - Loteamento Parque Residencial Pagani - Passa Vinte
- Palhoça/SC - CEP 88,132-282, neste ato representada por seu

Presidente, Senhor Nirdo Artur Luz, doravante denominada CMP
ou CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ESTANCIA HIDRO-
MINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA, pessoa jurídica de direito
privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.489.027/0001-88 , com sede
na Rodovia BR 282, S/N , Km 53, Município de Rancho Queimado
, Estado de Santa Catarina , neste ato representada pela Senho-
ra, CACIANA REGINA DE CONTO VAZ DE OLIVEIRA, brasileira,
sócia administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº
620.611-5, SSP, SC e inscrita no CPF sob nº 525.770.159-68, do-
ravante designada CONTRATADA, em decorrência ao Contrato n.
06/2014, resolvem celebrar o presente Primeiro Termo Aditivo ao
Contrato acima citado, firmado em 07/04/2014, tem justo e con-
vencionado a seguinte mudança contratual:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Primeiro termo Aditivo para aquisição de
Água Mineral sem Gás em fardo com 12 unidades, para Câmara
Municipal de Palhoça.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente termo aditivo passa a fazer par-
te integrante do Contrato nº 06/2014, o valor total deste Termo
Aditivo é de R\$ 281,20 (duzentos e oitenta e um reais e vinte
centavos) da CONTRATANTE, o que representa o acréscimo de
24.67% do quantitativo inicial.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas pactuadas no contrato
permanecem inalteradas.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Ter-
mo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 22 de outubro de 2014.
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Contratante

ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº07/2014 CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA GISELE REGINA DA SILVA ME.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 07/2014, CELE-
BRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA
GIZELE REGINA DA SILVA ME.

Pelo instrumento de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº
07/2014, que entre si celebram, a CÂMARA MUNICIPAL DE PA-
LHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ
sob o 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins,
101 - Loteamento Parque Residencial Pagani - Passa Vinte - Palho-
ça/SC - CEP 88,132-282, neste ato representada por seu Presiden-
te, Senhor Nirdo Artur Luz, doravante denominada CMP ou CON-
TRATANTE, e de outro lado a empresa GIZELE REGINA DA SILVA
ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº
13.839.796/0001-12 , situada na Rua Pedro Neri Schwidem, 487,
Município de Santo Amaro, Estado de Santa Catarina , neste ato
representada pelo Senhor, GUILHERME NUNES BOSFF, brasileiro,
solteiro, gerente comercial inscrita no CPF sob nº 002.847.890-89,
doravante designada CONTRATADA, em decorrência ao Contrato
n. 07/2014, resolvem celebrar o presente Primeiro Termo Aditivo
ao Contrato acima citado, firmado em 07/04/2014, tem justo e
convencionado a seguinte mudança contratual:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Primeiro termo Aditivo para aquisição de Café em pó embalagem de 500gr e Leite longa vida integral caixa com 12 unidades, para Câmara Municipal de Palhoça.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente termo aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato nº 07/2014, o valor total deste Termo Aditivo é de R\$ 1.199,14 (um mil cento e noventa e nove reais e quatorze centavos), segue a baixo os itens aditivados:

Descrição do produto	Quant.	V. Unit.	V.total	Percentual
Café em pó torrado e moído de 1ª qualidade, extra forte, embalagem aluminizada a vácuo, com selo de pureza ABIC, top de linha embalagem com 500 gr.	50 Pct	6,35	317,50	20%
Leite Longa vida integral embalagem de 01 litro	31 Cx	2,37	881,64	24,80%
Total			1.199,14	

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas pactuadas no contrato permanecem inalteradas.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 23 de outubro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA GIZELE REGINA DA SILVA ME
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 126/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 126/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 59/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGA GÁS, CONFORME ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 14/11/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 14/11/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 03 de Novembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

PROCESSO 127/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 127/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 60/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL. Data da entrega dos envelopes: 14/11/2014 até as 14:30 horas. Data da abertura: 14/11/2014 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 03 de Novembro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Passos Maia

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2014

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0054/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 0034/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.00344/2014 - Objeto - A presente licitação tem como objeto aquisição de material de consumo diversificado (material para construção, pintura, ferramentas e acessórios, elétrico, eletrônico, hidráulico e sanitário), conforme especificações contidas em anexo I deste edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidos até às 14:00 hs do dia 18 de novembro de 2014, iniciando-se a Sessão Pública às 14:30 hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 03 de novembro de 2014.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Penha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 257/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 257/2014

BAIXAR: WILSON MISTURA, membro do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, na condição de 2º suplente, carga horária de 40 horas semanais. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 185/2014.

Penha/SC, 03 de novembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO Nº 126/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato de 1º Termo Aditivo nº 126/2014- FMS ao Contrato nº 08/2014 - FMS
Contratada: BOMBINHAS LIMP. PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME.
Objeto: Aquisição de materiais de limpeza para ser utilizados nas unidades de saúde.
Licitação: Processo Licitatório nº 02/2013 - FMS, modalidade Carta Convite nº 02/2014 - FMS.
A quantidade adquirida na cláusula primeira do contrato administrativo nº 08/2014 - FMS, fica aditivado o valor de 25%, conforme planilha.

Penha, 31 de Outubro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO Nº 123/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato de 1º Termo Aditivo nº 123/2014- FMS ao Contrato nº 70/2014 - FMS
Contratada: VIBRON ARTEFATOS DE CONTRATO LTDA EPP.
Objeto: Prestação de serviço de obras e engenharia, com fornecimento de mão de obra e material, com fornecimento de mão de obra e material, para construção da academia da saúde, na Rua Osvaldo Gantus esq. Com José Simão, Centro.
Licitação: Processo Licitatório nº 22/2014 - FMS, modalidade Carta Convite nº 04/2014 - FMS.
O prazo previsto na cláusula oitava do contrato administrativo nº 70/2014 FMS, fica prorrogado por noventa dias contar de 26.10.2014

Penha, 31 de Outubro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO Nº 127/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato de 1º Termo Aditivo nº 127/2014- FMS ao Contrato nº 09/2014 - FMS
Contratada: FARMÁCIA SOPHARMA LTDA
Objeto: Aquisição de fraudas geriátricas.
Licitação: Processo Licitatório nº 01/2014 - FMS, modalidade Carta Convite nº 01/2014 - FMS.
A quantidade adquirida na cláusula primeira do contrato administrativo nº 09/2014 FMS, fica aditivado o valor de 25%, conforme planilha.

Penha, 31 de Outubro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO Nº 183/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato de 1º Termo Aditivo nº 183/2014 - PMP ao Contrato nº 28/2013 - PMP.
Contratada: BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA.
Processo Licitatório nº 02/2014 - PMP, modalidade Tomada de Preço nº 01/2014 - PMP
Objeto: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em paver, drenagem pluvial e sinalização da Rua Waldemar Werner.
Aditivo: O prazo previsto na cláusula segunda do contrato administrativo 28/2014 PMP fica prorrogado em dias a contar de 31.10.2014.

Penha, 31 de Outubro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO Nº 182/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato de 1º Termo Aditivo nº 182/2014 - PMP ao Contrato nº 23/2013 - PMP.
Contratada: POLARIS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.
Processo Licitatório nº 03/2014 - PMP, modalidade Tomada de Preço nº 02/2014 - PMP
Objeto: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização das Ruas Joinville, Prefeito Abelardo Correa e Alcides Werner.
Aditivo: O prazo previsto na cláusula segunda do contrato administrativo 23/2014 PMP fica prorrogado em 120 dias a contar de 31.10.2014.

Penha, 31 de Outubro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2113/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2113/2014

EXONERA a pedido, o Sr. PAULO ROBERTO DA SILVA, ao cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE EVENTOS COMUNITARIOS I, da Fundação Municipal de Esporte, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 03 de novembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****PORTARIA Nº 340, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 340, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014.

EXONERA VALDERI WEISE DO CARGO EM CARATER TEMPORÁRIO DE OPERÁRIO BRAÇAL, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº 002/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 22 de Outubro de 2014, VALDERI WEISE, brasileiro, separado, inscrito no CPF sob n. 579.338.049-34, do cargo de "OPERARIO BRAÇAL" em caráter temporário, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras, com remuneração prevista em lei.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 22 de Outubro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 290/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 290/2014

OBJETO: O presente processo tem por objeto acometer ao permissionário, mediante permissão de uso para fins agrícola (cultivo de culturas anuais de trigo, milho, feijão ou soja), o uso de um terreno rural com área de 30.000 m², sem benfeitorias, localizado na Linha Colônia Muller, Pinheiro Preto - SC.

LICITAÇÃO: modalidade CONCORRÊNCIA 002/2014

CONTRATADA: NILDO RABUSKE

VALOR: O permissionário pagará anualmente o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com vencimento em 30 de junho de cada ano.

DATA DO CONTRATO: 16 de outubro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

PORTARIA Nº 341, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 341, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA ÉDER FARINA PARA O CARGO INTERINO DE SECRETÁRIO DA AGRICULTURA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o afastamento do titular da pasta da Secretaria da Agricultura em decorrência do gozo de férias,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDER FARINA, brasileiro, Secretário de Administração, inscrito no CPF nº 010.409.759-09, para exercer interinamente o cargo de Secretário da Agricultura, no período de 03/11/2014 a 02/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
03 de novembro de 2014.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL Nº 26 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014 CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL Nº 26 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Pomerode e o Conselho Municipal de Defesa Civil -CONDEC, torna público que fará realizar no dia 18 de Novembro de 2014, às 8 horas e 30 minutos, no Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode, sito a Rua 15 de Novembro, nº 525, Centro, neste Município, AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL para apresentação e discussão do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil - PLANCON, para deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos do município de Pomerode, a ser adotado por este município, nos termos do Art. 262 da Lei Complementar nº 162/08, de 12/12/2008.

Na oportunidade serão apresentados dados técnicos relativos ao Plano, bem como, serão prestados os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveitamos a oportunidade para informar que toda documentação referente à Audiência Pública, está disponível no site <http://www.pomerode.sc.gov.br>, sendo que a via impressa do estudo está disponível para consulta na Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Publique-se.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 03 de Novembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

JAIR CONRADO KLEBBER

Presidente CONDEC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1562/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 126 1562/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IOI5954	54882560E	6637/2	19/08/2014	230 * IX
KFZ2400	54882672E	6637/2	29/08/2014	230 * IX
KFZ2400	54882673E	6726/1	29/08/2014	230 * XVIII
KFZ2400	54882674E	6599/2	29/08/2014	230 * V
LWR0812	54882595E	6726/1	26/08/2014	230 * XVIII
LYZ1490	54882585E	7340/0	22/08/2014	252 * IV
MBH3951	54882432E	6556/1	12/08/2014	230 * I
MDB8942	54882686E	6912/0	06/09/2014	232
MDB8942	54882687E	5010/0	06/09/2014	162 * I
MDB8942	54882688E	5118/0	06/09/2014	164 c/c 162 * I
MDD0359	54882562E	6637/2	19/08/2014	230 * IX
MGN0205	54883423E	6599/2	19/08/2014	230 * V
MGN0205	54883425E	5045/0	19/08/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1563/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 126 1563/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABO9837	54985835E	5746/3	11/09/2014	187 * I
ABP0987	54985932E	5738/0	01/09/2014	186 * II
EDF2994	54985858E	5967/0	09/08/2014	203 * V
KFZ2400	54882671E	6858/0	29/08/2014	231 * VII
KFZ2400	54882675E	5185/1	29/08/2014	167
LWR4018	54985875E	5525/0	15/08/2014	181 * XV
LWW0954	54985761E	5967/0	12/08/2014	203 * V
MCP5807	54985899E	5207/0	23/08/2014	169
MCP8760	54985877E	5550/0	15/08/2014	181 * XVIII
MCV0471	54985859E	5541/5	09/08/2014	181 * XVII
MDB8942	54882685E	5207/0	06/09/2014	169
MED9948	54882566E	5541/4	20/08/2014	181 * XVII
MES2307	54985902E	5967/0	15/08/2014	203 * V
MGX5555	54883415E	5207/0	15/08/2014	169
MHJ6014	54985745E	7366/2	10/08/2014	252 * VI
MIG7827	54985783E	5967/0	25/08/2014	203 * V
MKZ0789	54985740E	5410/0	09/08/2014	181 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1564/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1564/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
APM4004	54450197E	6599/2	02/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
DAL7443	54882877E	5169/1	18/05/2014	R\$ 1.915,38	165
DAL7443	54882878E	6610/2	18/05/2014	R\$ 127,69	230 * VII
DAL7443	54882879E	6670/0	18/05/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
DAL7443	54882881E	6637/1	18/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
DDB3383	54985696E	6726/1	29/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXW1296	54449748E	6637/2	15/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MAA9794	54882859E	6637/2	15/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MAA9794	54882860E	6653/1	15/05/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MAA9794	54882861E	6769/2	15/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MAF8090	54882915E	6599/2	27/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAF8090	54882916E	5169/1	27/05/2014	R\$ 1.915,38	165
MBR6199	54450449E	5169/1	08/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MBU5379	54883485E	6637/2	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBU5379	54883486E	6769/2	14/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MBU5379	54883487E	5118/0	14/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBU5379	54883488E	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBU5379	54883489E	6653/1	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MDV0489	54882510E	6769/1	23/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MHV4220	54882909E	6610/2	21/05/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MJN2181	54882205E	6912/0	15/05/2014	R\$ 53,20	232
MKN1736	54882815E	5169/1	18/05/2014	R\$ 1.915,38	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1565/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1565/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFJ4208	54985480E	6050/2	15/05/2014	R\$ 191,53	208
AGJ2686	54985469E	5452/6	14/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
APM4004	54450198E	5185/1	02/07/2014	R\$ 127,69	167
DDB3383	54985697E	5193/0	29/07/2014	R\$ 191,53	168
DPM3195	54985472E	6122/0	14/05/2014	R\$ 191,53	214 * I
LYU0645	54882138E	5452/1	17/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBO5924	54882812E	5185/1	18/05/2014	R\$ 127,69	167
MBR6199	54450450E	6858/0	08/06/2014	R\$ 85,12	231 * VII
MCV1313	54883407E	5967/0	22/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
MFG5002	54882130E	6050/1	03/05/2014	R\$ 191,53	208
MFI9689	54985461E	5185/1	13/05/2014	R\$ 127,69	167
MFQ8015	54985573E	5568/0	09/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MGD9691	54985494E	5452/1	21/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKJ5026	54449017E	6050/2	23/11/2013	R\$ 191,53	208
MLX3308	54985483E	6785/1	15/05/2014	R\$ 191,53	231 * II * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1566/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 126 1566/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KOT5876	54881517E	6599/2	06/09/2014	230 * V
KOT5876	54881518E	5045/0	06/09/2014	162 * V
LXR9000	54882598E	6912/0	26/08/2014	232
LYL0084	54883426E	6599/2	19/08/2014	230 * V
LYL0084	54883427E	6637/1	19/08/2014	230 * IX
LYV1982	54882605E	6556/1	27/08/2014	230 * I
MAR3305	54883428E	6599/2	20/08/2014	230 * V
MAR3305	54883429E	6726/1	20/08/2014	230 * XVIII
MAU9108	54882650E	6637/2	16/09/2014	230 * IX
MBV0885	54882586E	6599/2	22/08/2014	230 * V
MBV0885	54882587E	6912/0	22/08/2014	232
MBZ3167	54883184E	6912/0	13/09/2014	232
MCF5010	54882181E	5029/2	25/08/2014	162 * II
MCF5010	54882182E	5126/2	25/08/2014	164 c/c 162 * II
MCX2676	54882649E	6637/2	16/09/2014	230 * IX
MDO7441	54881551E	5010/0	17/09/2014	162 * I
MDO7441	54881552E	5118/0	17/09/2014	164 c/c 162 * I
MDO7441	54881553E	6726/1	17/09/2014	230 * XVIII
MDV0489	54883148E	5169/1	23/08/2014	165
MDY1676	54882200E	6637/2	16/09/2014	230 * IX
MEF8406	54881513E	5169/1	06/09/2014	165
MEF8406	54881514E	6912/0	06/09/2014	232
MLB0910	54882185E	6912/0	27/08/2014	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1567/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 126 1567/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CEC2737	54881515E	5185/1	06/09/2014	167
LXH0221	54881522E	5185/1	10/09/2014	167
LXV5066	54985773E	5207/0	21/08/2014	169
MCK4318	54985771E	5967/0	19/08/2014	203 * V
MCK9962	54882695E	5525/0	14/09/2014	181 * XV
MCY9940	54985928E	5665/0	31/08/2014	182 * X
MDP6685	54985854E	5541/6	08/08/2014	181 * XVII
MFR8646	54882601E	5193/0	27/08/2014	168
MHC1984	54883185E	5207/0	14/09/2014	169
MHX0378	54985953E	5185/1	23/08/2014	167
MJW5858	54985896E	5460/0	23/08/2014	181 * IX
MKG2831	54881520E	5835/0	06/09/2014	195
MKN1736	54882575E	5541/5	21/08/2014	181 * XVII
MKS7732	54985808E	5738/0	21/08/2014	186 * II
MLB1612	54882216E	5410/0	26/08/2014	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1568/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1568/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DEX9431	54883213E	5169/1	04/07/2014	R\$ 1.915,38	165
DEX9431	54883214E	5177/0	04/07/2014	R\$ 191,53	166
LNO7383	54882932E	5010/0	05/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LNO7383	54882933E	5061/0	05/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LYL0649	54882386E	5169/1	13/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LYL0649	54882387E	5177/0	13/07/2014	R\$ 191,53	166
MAS0081	54883136E	6912/0	11/07/2014	R\$ 53,20	232
MAS0081	54883137E	6408/0	11/07/2014	R\$ 85,12	221
MDV0489	54882936E	5169/1	12/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MEP9938	54882940E	6599/2	13/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFR6079	54450199E	6637/2	03/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MKL7418	54883258E	5010/0	24/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MMH6090	54883156E	5169/1	04/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MMH6090	54883157E	5177/0	04/07/2014	R\$ 191,53	166
NJY0818	54883354E	7340/0	11/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1569/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1569/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOR3015	54985700E	5207/0	30/07/2014	R\$ 53,20	169
ARB0920	54883351E	6050/1	07/07/2014	R\$ 191,53	208
ARK8474	54985638E	5410/0	30/06/2014	R\$ 85,12	181 * IV
CPP7724	54882838E	5738/0	06/07/2014	R\$ 191,53	186 * II
MEJ2280	54883361E	5207/0	14/07/2014	R\$ 53,20	169
MII7752	54985637E	5185/2	30/06/2014	R\$ 127,69	167
MLY6124	54450286E	5185/1	17/07/2014	R\$ 127,69	167
MLY6124	54450287E	7366/2	17/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MUW4472	54985636E	5452/1	28/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1570/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1570/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARO8929	54882197E	6912/0	11/09/2014	232
IDQ2856	54882606E	6637/2	28/08/2014	230 * IX
LCB8301	54882608E	6912/0	28/08/2014	232
LCB8301	54882609E	5045/0	28/08/2014	162 * V
LCB8301	54882610E	5142/0	28/08/2014	164 c/c 162 * V
LCB8301	54882611E	6637/2	28/08/2014	230 * IX
LCB8301	54882612E	6726/1	28/08/2014	230 * XVIII
LYM1175	54881545E	6769/2	27/09/2014	230 * XXII
MBY1870	54882780E	6769/2	30/08/2014	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1571/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1571/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAX7481	54986041E	5568/0	21/09/2014	181 * XIX
ABO5859	54985812E	5452/2	26/08/2014	181 * VIII
AOG6959	54985837E	5525/0	16/09/2014	181 * XV
ATR7623	54985950E	5452/6	13/09/2014	181 * VIII
BGN2048	54881501E	5452/1	29/08/2014	181 * VIII
DIL8886	54985976E	5746/1	27/08/2014	187 * I
DMF3124	54986062E	5967/0	15/09/2014	203 * V
IKI8535	54881537E	5185/1	18/09/2014	167
LXN5712	54882218E	5517/2	30/08/2014	181 * XIV
LXN5712	54985815E	5452/1	03/09/2014	181 * VIII
LYM6536	54986101E	5568/0	14/09/2014	181 * XIX
MAH3995	54986008E	5746/3	04/09/2014	187 * I
MAT1853	54985842E	5738/0	23/09/2014	186 * II
MCD7119	54985987E	5738/0	29/08/2014	186 * II
MCD7119	54985988E	5835/0	29/08/2014	195
MCH4318	54986076E	5207/0	23/09/2014	169
MCZ0821	54986116E	5738/0	18/09/2014	186 * II
MEL1742	54883389E	5452/1	08/09/2014	181 * VIII
MFG3803	54986010E	5452/1	05/09/2014	181 * VIII
MGK0045	54985993E	7366/2	30/08/2014	252 * VI
MHB2778	54881505E	7366/2	29/08/2014	252 * VI
MHL8181	54881506E	5568/0	29/08/2014	181 * XIX
MIU8214	54986066E	5207/0	16/09/2014	169
MIY3501	54985813E	5738/0	27/08/2014	186 * II
MJT3183	54985955E	6122/0	23/08/2014	214 * I
MJX2062	54985844E	5568/0	28/09/2014	181 * XIX

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKD0795	54985995E	6122/0	01/09/2014	214 * I
MLV1169	54985922E	5185/1	30/08/2014	167
MLZ0874	54985916E	5550/0	30/08/2014	181 * XVIII
MMJ8050	54985814E	5460/0	03/09/2014	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1572/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1572/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALY0139	54882284E	5010/0	24/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
INO7878	54985649E	6769/1	03/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LYK3763	54882300E	7005/1	29/05/2014	R\$ 53,20	241
LYK3763	54985526E	5274/1	29/05/2014	R\$ 191,53	175
MDQ0181	54985551E	6408/0	31/05/2014	R\$ 85,12	221
MEF0306	54882422E	5045/0	20/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGA6013	54985690E	6726/1	29/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGU1112	54882711E	6920/0	27/05/2014	R\$ 127,69	233
MHU4323	54882359E	5118/0	23/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHZ1945	54985537E	6769/1	30/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MLQ1192	54883461E	5169/1	31/05/2014	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1573/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1573/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABB0828	54985501E	5541/6	23/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AXS0276	54882558E	5541/4	13/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
GPK5406	54883116E	5452/1	02/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LYK3763	54882299E	5207/0	29/05/2014	R\$ 53,20	169
LYK3763	54985525E	6050/2	29/05/2014	R\$ 191,53	208
LYK3763	54985527E	5720/0	29/05/2014	R\$ 127,69	186 * I
LYK3763	54985528E	5967/0	29/05/2014	R\$ 191,53	203 * V
LZU9888	54883494E	5185/2	20/06/2014	R\$ 127,69	167
MFA1151	54985735E	5541/5	09/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF2511	54882215E	5207/0	18/08/2014	R\$ 53,20	169
MGW2099	54882166E	6955/0	11/05/2014	R\$ 85,12	236
MJG7883	54883422E	5924/1	12/08/2014	R\$ 191,53	203 * I
MMI0108	54985533E	7234/0	30/05/2014	R\$ 85,12	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 429/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 762 429/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEE5902	8762045671	7455/0	30/08/2014	218 * I
AKP1282	8762045549	7463/0	29/08/2014	218 * II
AOO3624	8762045600	7455/0	30/08/2014	218 * I
AQQ1342	8762045554	7463/0	29/08/2014	218 * II
AUD1572	8762043964	7455/0	30/07/2014	218 * I
AUO6656	8762044289	7455/0	05/08/2014	218 * I
AWV5789	8762044803	7455/0	16/08/2014	218 * I
AXB6261	8762045177	7455/0	23/08/2014	218 * I
AXC0009	8762044424	5673/2	08/08/2014	183
BJH7728	8762044242	7455/0	07/08/2014	218 * I
CBE6471	8762044386	7455/0	06/08/2014	218 * I
CEB3747	8762044436	5673/2	09/08/2014	183
CMR9415	8762045697	5673/2	27/08/2014	183
CSJ7223	8762044126	7463/0	01/08/2014	218 * II
CZD5254	8762044206	7455/0	06/08/2014	218 * I
DDZ3338	8762044138	7455/0	04/08/2014	218 * I
DFH1190	8762044228	7455/0	06/08/2014	218 * I
DQH9946	8762045402	7455/0	25/08/2014	218 * I
EAV1922	8762045289	7455/0	23/08/2014	218 * I
HJX4090	8762044172	7455/0	04/08/2014	218 * I
HXY3795	8762044002	5673/2	31/07/2014	183
KBG4513	8762045424	7455/0	26/08/2014	218 * I
LCM1688	8762044330	7455/0	03/08/2014	218 * I
LXP2439	8762044152	7455/0	04/08/2014	218 * I
LXW5829	8762045401	7455/0	25/08/2014	218 * I
LZV8053	8762045467	7455/0	27/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAH1588	8762045565	7455/0	25/08/2014	218 * I
MBF6300	8762044280	7455/0	04/08/2014	218 * I
MCA0066	8762044300	7455/0	07/08/2014	218 * I
MCA3625	8762044157	7463/0	04/08/2014	218 * II
MCB4234	8762044148	7455/0	04/08/2014	218 * I
MCO2271	8762044410	7455/0	09/08/2014	218 * I
MCP3746	8762044457	7455/0	09/08/2014	218 * I
MCZ4997	8762043990	7455/0	30/07/2014	218 * I
MDN2584	8762044060	7455/0	30/07/2014	218 * I
MER9123	8762044029	7455/0	27/07/2014	218 * I
MFT1800	8762044297	7455/0	07/08/2014	218 * I
MGC5010	8762044276	7455/0	04/08/2014	218 * I
MGI3770	8762044183	7455/0	04/08/2014	218 * I
MGJ3894	8762044390	7455/0	06/08/2014	218 * I
MGK3797	8762044337	7455/0	04/08/2014	218 * I
MGQ7165	8762045495	7455/0	28/08/2014	218 * I
MGT5757	8762044438	7463/0	03/08/2014	218 * II
MGW1616	8762043968	7455/0	01/08/2014	218 * I
MGW4445	8762044207	7455/0	06/08/2014	218 * I
MHF9254	8762044117	6050/3	02/08/2014	208
MHH5813	8762045420	7455/0	25/08/2014	218 * I
MHL8348	8762045470	7463/0	27/08/2014	218 * II
MHM9948	8762045608	7455/0	31/08/2014	218 * I
MHN9898	8762045490	7463/0	27/08/2014	218 * II
MHS8621	8762045658	7455/0	28/08/2014	218 * I
MHZ9945	8762045407	7455/0	25/08/2014	218 * I
MIC5703	8762044358	7455/0	03/08/2014	218 * I
MIM5080	8762045479	7455/0	27/08/2014	218 * I
MIM6210	8762044290	7455/0	06/08/2014	218 * I
MIM6210	8762044303	7455/0	08/08/2014	218 * I
MIT0461	8762043949	7455/0	28/07/2014	218 * I
MJG1183	8762044423	7455/0	08/08/2014	218 * I
MJI6108	8762045406	7455/0	25/08/2014	218 * I
MJK4413	8762045750	7455/0	29/08/2014	218 * I
MJN5598	8762044066	7463/0	01/08/2014	218 * II
MJV6839	8762044387	7455/0	06/08/2014	218 * I
MJW7904	8762044234	7463/0	07/08/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJX6417	8762044211	7463/0	06/08/2014	218 * II
MKC0045	8762044204	7455/0	06/08/2014	218 * I
MKJ8278	8762043948	7455/0	28/07/2014	218 * I
MKN5863	8762043988	7455/0	27/07/2014	218 * I
MKO6334	8762044933	7455/0	19/08/2014	218 * I
MKP4349	8762044019	7455/0	28/07/2014	218 * I
MKP4349	8762044042	7455/0	28/07/2014	218 * I
MLB2993	8762044075	7455/0	01/08/2014	218 * I
MLI0037	8762043980	7455/0	02/08/2014	218 * I
MLK2153	8762044159	7455/0	04/08/2014	218 * I
MLK3822	8762045536	7455/0	29/08/2014	218 * I
MLK4794	8762044049	7455/0	29/07/2014	218 * I
MLO2572	8762044004	5673/2	31/07/2014	183
MMC1373	8762045484	7455/0	27/08/2014	218 * I
MMI2368	8762044041	7455/0	28/07/2014	218 * I
MMJ0042	8762044430	6050/3	09/08/2014	208
MMK0963	8762045707	7455/0	30/08/2014	218 * I
NNO9588	8762044278	7455/0	04/08/2014	218 * I
NNO9588	8762044415	7455/0	04/08/2014	218 * I
NSA8879	8762045250	7455/0	19/08/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 430/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 430/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAK9233	8762043501	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
APQ1656	8762043487	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWL2105	8762042818	5673/2	22/06/2014	R\$ 85,12	183
BJA7041	8762041151	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
BUN4781	8762043428	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CAK9587	8762041140	7463/0	14/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
DCV2223	8762040484	7463/0	04/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
DMC6430	8762040737	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DRK8662	8762040715	7463/0	14/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
DWK4365	8762041294	7455/0	16/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
EJL9898	8762042756	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
HEI1964	8762040841	7463/0	14/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
IEQ0948	8762040303	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
INS0588	8762041266	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ITC0229	8762042484	5673/2	18/06/2014	R\$ 85,12	183
KDE6052	8762040964	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
KNE2884	8762040921	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LNO7383	8762041289	7455/0	16/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR4677	8762041310	7455/0	11/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR6316	8762040836	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXU9188	8762041202	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXZ8070	8762040585	7463/0	06/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYI4562	8762042717	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYK1095	8762041215	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZM2042	8762042902	7455/0	26/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZY4028	8762041195	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZY4028	8762041222	7455/0	16/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZZ2899	8762041251	7455/0	16/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAA7085	8762041203	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAD9400	8762040972	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAD9400	8762041114	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH6795	8762040708	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBL4267	8762042636	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBL5227	8762040664	7455/0	12/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBS7402	8762041325	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCC7252	8762041134	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCE2684	8762040900	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF5499	8762041690	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCS1566	8762043659	7463/0	19/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCV0471	8762041320	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCX1845	8762040794	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDS6883	8762041141	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC8688	8762040873	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MES7269	8762040901	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFF0868	8762040520	7455/0	09/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFJ1631	8762040556	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFL5423	8762041781	6050/3	29/05/2014	R\$ 191,53	208
MFQ5535	8762040570	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGA9281	8762042760	7455/0	22/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGD7389	8762043663	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGQ2217	8762043471	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR5832	8762040785	7463/0	14/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHA5915	8762040995	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHP0177	8762040439	7463/0	05/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHY7409	8762040454	7455/0	05/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA6697	8762043561	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIF0613	8762042847	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT2137	8762040526	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX2879	8762041264	7455/0	11/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX6942	8762043000	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ1124	8762040821	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJF7356	8762042042	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ3549	8762042769	7455/0	22/06/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJM9429	8762041362	6050/3	14/05/2014	R\$ 191,53	208
MJX8599	8762043641	5673/2	15/07/2014	R\$ 85,12	183
MKI3944	8762040904	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKM5462	8762040548	5673/2	07/05/2014	R\$ 85,12	183
MKN5553	8762041838	7463/0	06/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKQ9791	8762042816	5673/2	21/06/2014	R\$ 85,12	183
MKT0972	8762040968	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLC2417	8762043024	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLH0456	8762040884	7463/0	14/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLL3561	8762042929	7455/0	26/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMH3553	8762042719	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 431/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 762 431/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW2681	8762044030	7463/0	27/07/2014	218 * II
AJQ0898	8762044970	7455/0	19/08/2014	218 * I
ALW2888	8762045862	7463/0	04/09/2014	218 * II
ATC4786	8762045532	7455/0	29/08/2014	218 * I
ATC4786	8762045620	5673/2	27/08/2014	183
BSC1149	8762044578	7455/0	14/08/2014	218 * I
CRZ6843	8762044478	7455/0	12/08/2014	218 * I
CTI5773	8762045947	7455/0	04/09/2014	218 * I
DHH0568	8762045674	7455/0	30/08/2014	218 * I
DJE2799	8762044635	7455/0	15/08/2014	218 * I
DYD6570	8762045913	7455/0	01/09/2014	218 * I
EDP2371	8762044451	7455/0	07/08/2014	218 * I
FBR9599	8762045638	7455/0	29/08/2014	218 * I
FSS6595	8762045655	7455/0	27/08/2014	218 * I
ICD7341	8762045905	7455/0	06/09/2014	218 * I
JNX3262	8762045840	7455/0	01/09/2014	218 * I
KYK1047	8762044036	7455/0	27/07/2014	218 * I
LXW2906	8762045822	7455/0	03/09/2014	218 * I
LYI1863	8762045851	7455/0	03/09/2014	218 * I
LZB5900	8762044705	7455/0	16/08/2014	218 * I
MAS7815	8762044431	6050/3	09/08/2014	208
MBA9892	8762045882	5673/2	02/09/2014	183
MBB5662	8762045892	7455/0	05/09/2014	218 * I
MBT7150	8762045849	7463/0	02/09/2014	218 * II
MBV3508	8762044961	7455/0	19/08/2014	218 * I
MCF5010	8762044692	7455/0	13/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCU2616	8762045938	7455/0	06/09/2014	218 * I
MDB8942	8762045870	7463/0	06/09/2014	218 * II
MDB8942	8762045963	7455/0	06/09/2014	218 * I
MDB8942	8762045991	7463/0	06/09/2014	218 * II
MEA8434	8762045919	7455/0	03/09/2014	218 * I
MET0225	8762045828	7455/0	03/09/2014	218 * I
MEZ8771	8762044679	7455/0	12/08/2014	218 * I
MFA7206	8762045875	7471/0	06/09/2014	218 * III
MFJ6907	8762044617	7455/0	15/08/2014	218 * I
MFL9783	8762044161	7455/0	04/08/2014	218 * I
MFP3172	8762045364	7463/0	17/08/2014	218 * II
MFY9364	8762045871	7455/0	06/09/2014	218 * I
MFZ5847	8762044343	7455/0	06/08/2014	218 * I
MGC8215	8762043965	7455/0	31/07/2014	218 * I
MGK0045	8762044356	7455/0	03/08/2014	218 * I
MGL7800	8762045791	7455/0	02/09/2014	218 * I
MGY5974	8762044052	7455/0	29/07/2014	218 * I
MHH5955	8762044771	7455/0	13/08/2014	218 * I
MHV2357	8762045928	7455/0	05/09/2014	218 * I
MHW1300	8762044554	7463/0	13/08/2014	218 * II
MIC5758	8762044480	7455/0	12/08/2014	218 * I
MIC6367	8762044163	7455/0	04/08/2014	218 * I
MIC6367	8762044333	7455/0	04/08/2014	218 * I
MII0320	8762045781	7455/0	02/09/2014	218 * I
MIR6320	8762045026	7455/0	20/08/2014	218 * I
MJA7555	8762044581	7455/0	15/08/2014	218 * I
MJM1810	8762044802	7455/0	12/08/2014	218 * I
MJO4547	8762045841	7455/0	01/09/2014	218 * I
MJO4907	8762044123	6050/3	28/07/2014	208
MJT0922	8762044726	7455/0	10/08/2014	218 * I
MJT6697	8762045825	7455/0	03/09/2014	218 * I
MKI9348	8762045824	7455/0	03/09/2014	218 * I
MKS3754	8762045966	7455/0	06/09/2014	218 * I
MKY2416	8762045868	7455/0	05/09/2014	218 * I
MLB2675	8762045855	7455/0	03/09/2014	218 * I
MLH4588	8762044408	7463/0	09/08/2014	218 * II
MLJ6585	8762044594	7455/0	15/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMC2162	8762044143	7455/0	04/08/2014	218 * I
MML5301	8762045952	7455/0	02/09/2014	218 * I
OPN0420	8762045965	7455/0	06/09/2014	218 * I
OPN0420	8762045980	6050/3	06/09/2014	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 432/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 432/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAK9233	8762043795	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ACZ2707	8762041229	7455/0	13/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIL5767	8762043086	5673/2	03/07/2014	R\$ 85,12	183
ARG6055	8762041926	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASF0935	8762041002	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
BNO0746	8762042980	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
BPK9216	8762042737	7455/0	25/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
BSU5419	8762043048	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DJE1112	8762042993	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
GSF7239	8762042643	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
IBC1928	8762042491	5673/2	20/06/2014	R\$ 85,12	183
LTH0119	8762042957	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXQ6316	8762042671	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYW4330	8762043827	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZG9751	8762042858	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAE6409	8762042039	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBA5678	8762042871	7455/0	27/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBY4529	8762041816	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCB2682	8762038763	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF6263	8762040355	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCM7798	8762043061	7463/0	29/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCO1387	8762042911	5673/2	25/06/2014	R\$ 85,12	183
MDO7441	8762043921	5673/2	21/07/2014	R\$ 85,12	183
MEH6692	8762042766	7455/0	22/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER7897	8762042944	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER9096	8762042908	5673/2	23/06/2014	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEW2991	8762042879	7455/0	23/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFK9817	8762042673	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFO9535	8762042953	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGF2511	8762043053	7463/0	30/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGV5148	8762041955	6050/3	06/06/2014	R\$ 191,53	208
MGY5974	8762041053	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHK1139	8762043108	6050/3	04/07/2014	R\$ 191,53	208
MHK3880	8762041223	7455/0	17/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL3169	8762043032	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHN4266	8762043104	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHY4249	8762042972	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHZ4201	8762042892	7455/0	23/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT0461	8762040496	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT0461	8762041138	7463/0	14/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIX4011	8762042770	7455/0	22/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJG0006	8762042757	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJV1332	8762040509	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC4316	8762042841	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKN1736	8762041450	7463/0	18/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLI3403	8762043759	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN5703	8762042934	7455/0	28/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLW4415	8762043730	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MOS6835	8762043573	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MQC0011	8762043289	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
QHO5555	8762042723	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 433/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 762 433/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABF4295	8762045997	7455/0	08/09/2014	218 * I
AGD1977	8762045008	7455/0	20/08/2014	218 * I
AGJ9884	8762045178	6050/3	21/08/2014	208
AJE4526	8762044902	7455/0	19/08/2014	218 * I
AJL1521	8762046264	7455/0	07/09/2014	218 * I
ANI8999	8762046075	7455/0	11/09/2014	218 * I
ANI8999	8762046374	6050/3	17/09/2014	208
ANL9100	8762046217	7455/0	07/09/2014	218 * I
AOM7575	8762046380	7455/0	15/09/2014	218 * I
ATP0827	8762046265	5673/2	07/09/2014	183
AVI1231	8762046129	7455/0	13/09/2014	218 * I
AXI9560	8762045718	7455/0	30/08/2014	218 * I
BNP3458	8762046471	5673/2	14/09/2014	183
BPJ9709	8762045186	5673/2	18/08/2014	183
BQT2824	8762046110	7455/0	11/09/2014	218 * I
BTE3194	8762046136	7455/0	09/09/2014	218 * I
CBD9466	8762045083	7455/0	21/08/2014	218 * I
CXE1130	8762045650	7455/0	26/08/2014	218 * I
DGL8167	8762044676	7455/0	11/08/2014	218 * I
DIQ9215	8762045575	7455/0	27/08/2014	218 * I
DQB0317	8762044494	7455/0	13/08/2014	218 * I
DQB4107	8762046244	7455/0	07/09/2014	218 * I
EAG1545	8762046224	7455/0	07/09/2014	218 * I
EAX6121	8762046472	5673/2	15/09/2014	183
EJD0020	8762044733	7455/0	12/08/2014	218 * I
ENC9276	8762044631	7455/0	15/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EUX5763	8762044900	7455/0	19/08/2014	218 * I
FBN7474	8762045205	7455/0	23/08/2014	218 * I
HJK1255	8762044877	7455/0	18/08/2014	218 * I
HOJ5733	8762044760	7455/0	12/08/2014	218 * I
HRC6540	8762046089	7455/0	08/09/2014	218 * I
ICU2204	8762046464	7455/0	16/09/2014	218 * I
IDL2844	8762046101	7455/0	09/09/2014	218 * I
IFV9284	8762045341	7463/0	24/08/2014	218 * II
IJA7154	8762046359	7455/0	19/09/2014	218 * I
INL3076	8762045906	7455/0	06/09/2014	218 * I
INL3076	8762045942	7455/0	06/09/2014	218 * I
IOI5952	8762045197	7455/0	17/08/2014	218 * I
JKL8303	8762046447	7455/0	20/09/2014	218 * I
JNX3262	8762046096	7455/0	09/09/2014	218 * I
JPR8758	8762045000	7455/0	20/08/2014	218 * I
JUA5160	8762045370	6050/3	18/08/2014	208
JZA4042	8762046250	5673/2	09/09/2014	183
JZA4042	8762046251	6050/3	09/09/2014	208
KKG9089	8762046205	7455/0	11/09/2014	218 * I
KKG9089	8762046288	7455/0	15/09/2014	218 * I
KMX6794	8762046216	7455/0	13/09/2014	218 * I
KVE2895	8762046237	7455/0	13/09/2014	218 * I
KZP3191	8762044938	7455/0	19/08/2014	218 * I
KZU3746	8762046105	7455/0	10/09/2014	218 * I
LCB0150	8762046002	7455/0	08/09/2014	218 * I
LWS5460	8762044864	7455/0	18/08/2014	218 * I
LXF2626	8762044950	7463/0	19/08/2014	218 * II
LXG4287	8762045079	7463/0	21/08/2014	218 * II
LXR5249	8762044880	7455/0	18/08/2014	218 * I
LXR5950	8762046337	7455/0	16/09/2014	218 * I
LYD2847	8762045939	7455/0	06/09/2014	218 * I
LYY3139	8762045640	7455/0	30/08/2014	218 * I
LYZ3108	8762045552	7455/0	29/08/2014	218 * I
LZR8152	8762046070	7455/0	11/09/2014	218 * I
LZT9854	8762046010	7455/0	08/09/2014	218 * I
LZT9854	8762046286	7455/0	15/09/2014	218 * I
LZV3269	8762046321	7455/0	14/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAQ8946	8762044871	7455/0	18/08/2014	218 * I
MAW4037	8762045694	6050/3	25/08/2014	208
MBD5647	8762046080	7455/0	11/09/2014	218 * I
MBH3418	8762045441	7463/0	27/08/2014	218 * II
MBK2437	8762046125	7455/0	12/09/2014	218 * I
MBM2777	8762045128	7455/0	18/08/2014	218 * I
MBV4133	8762044985	7455/0	19/08/2014	218 * I
MBY6221	8762044898	7455/0	19/08/2014	218 * I
MBY6934	8762046498	7455/0	20/09/2014	218 * I
MCD7717	8762046154	7455/0	09/09/2014	218 * I
MCD7717	8762046156	7463/0	09/09/2014	218 * II
MCG7889	8762046413	7455/0	14/09/2014	218 * I
MCG8490	8762046104	7455/0	10/09/2014	218 * I
MCI1105	8762044707	7455/0	16/08/2014	218 * I
MCJ3326	8762045245	7463/0	18/08/2014	218 * II
MCM6051	8762046162	7455/0	09/09/2014	218 * I
MCN8907	8762044516	7455/0	13/08/2014	218 * I
MCO1104	8762046327	7455/0	15/09/2014	218 * I
MCQ7423	8762045085	7455/0	21/08/2014	218 * I
MDA5609	8762046093	7455/0	09/09/2014	218 * I
MDA5609	8762046133	7455/0	08/09/2014	218 * I
MDB4087	8762045362	6050/3	24/08/2014	208
MDC9709	8762046094	7463/0	09/09/2014	218 * II
MDF3689	8762044753	7455/0	11/08/2014	218 * I
MDK0922	8762045296	7455/0	24/08/2014	218 * I
MDO7116	8762045170	7455/0	19/08/2014	218 * I
MDO7337	8762044920	7455/0	19/08/2014	218 * I
MDP1547	8762044834	7455/0	10/08/2014	218 * I
MDS2005	8762045312	7455/0	17/08/2014	218 * I
MDS2474	8762046474	6050/3	17/09/2014	208
MDU0718	8762045134	7455/0	19/08/2014	218 * I
MDU8000	8762046014	7455/0	08/09/2014	218 * I
MDY4964	8762046363	7455/0	20/09/2014	218 * I
MEF1347	8762045304	7455/0	24/08/2014	218 * I
MEH2797	8762046381	7455/0	16/09/2014	218 * I
MEJ1545	8762045629	7455/0	25/08/2014	218 * I
MEN2357	8762044745	7455/0	10/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEU5413	8762046246	7455/0	07/09/2014	218 * I
MFF7055	8762045015	7455/0	20/08/2014	218 * I
MFH3135	8762046016	7455/0	08/09/2014	218 * I
MFK9603	8762045278	7455/0	22/08/2014	218 * I
MFL3059	8762046475	6050/3	17/09/2014	208
MFR8868	8762045137	7455/0	20/08/2014	218 * I
MFR9629	8762044731	7455/0	11/08/2014	218 * I
MFT1419	8762046211	7455/0	13/09/2014	218 * I
MFU0402	8762044823	6050/3	10/08/2014	208
MGC8215	8762045155	7455/0	22/08/2014	218 * I
MGE5560	8762044860	7455/0	18/08/2014	218 * I
MGE8957	8762045055	7455/0	20/08/2014	218 * I
MGN6793	8762045311	7463/0	17/08/2014	218 * II
MGO2756	8762046436	7455/0	18/09/2014	218 * I
MGR3879	8762045124	7455/0	17/08/2014	218 * I
MGY6917	8762046494	7455/0	19/09/2014	218 * I
MGZ6928	8762044873	7455/0	18/08/2014	218 * I
MHC3070	8762046368	7455/0	14/09/2014	218 * I
MHC5031	8762045118	7455/0	22/08/2014	218 * I
MHM9698	8762046228	7455/0	10/09/2014	218 * I
MHN0764	8762044751	7455/0	10/08/2014	218 * I
MHN4427	8762046235	7455/0	13/09/2014	218 * I
MHN4427	8762046243	7455/0	13/09/2014	218 * I
MHN6931	8762045169	7455/0	24/08/2014	218 * I
MHP3777	8762046019	7455/0	08/09/2014	218 * I
MHR1877	8762046262	7455/0	07/09/2014	218 * I
MHS4611	8762045050	7455/0	20/08/2014	218 * I
MHU3783	8762045369	7455/0	18/08/2014	218 * I
MHW7442	8762045099	7463/0	22/08/2014	218 * II
MHY9497	8762046485	7455/0	14/09/2014	218 * I
MIE4225	8762046172	7455/0	13/09/2014	218 * I
MII1954	8762044519	7455/0	13/08/2014	218 * I
MII4431	8762046115	7455/0	11/09/2014	218 * I
MII4431	8762046360	7463/0	19/09/2014	218 * II
MIP8003	8762044743	7455/0	16/08/2014	218 * I
MIP9371	8762046411	7455/0	14/09/2014	218 * I
MIR9632	8762046236	7455/0	13/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIT0461	8762044582	7455/0	15/08/2014	218 * I
MIT0461	8762045165	7455/0	24/08/2014	218 * I
MIV5529	8762045389	7455/0	22/08/2014	218 * I
MJA0330	8762046188	7455/0	08/09/2014	218 * I
MJA2401	8762046399	7455/0	19/09/2014	218 * I
MJC3185	8762046201	7455/0	10/09/2014	218 * I
MJD3188	8762046483	7463/0	14/09/2014	218 * II
MJE6223	8762046117	7455/0	12/09/2014	218 * I
MJE6223	8762046130	7455/0	13/09/2014	218 * I
MJJ3156	8762044943	7455/0	19/08/2014	218 * I
MJM0930	8762045385	7455/0	21/08/2014	218 * I
MJM1601	8762044612	7463/0	15/08/2014	218 * II
MJM7040	8762046425	7463/0	16/09/2014	218 * II
MJO8025	8762044503	7455/0	13/08/2014	218 * I
MJO9191	8762044862	7455/0	18/08/2014	218 * I
MJP6992	8762045101	7463/0	22/08/2014	218 * II
MJR6966	8762046178	7455/0	07/09/2014	218 * I
MJS2668	8762045673	7455/0	30/08/2014	218 * I
MJS6748	8762045854	7455/0	03/09/2014	218 * I
MJX1892	8762046144	6050/3	07/09/2014	208
MJY2322	8762046298	7455/0	16/09/2014	218 * I
MKB7586	8762044895	7455/0	18/08/2014	218 * I
MKD0012	8762046119	7455/0	12/09/2014	218 * I
MKD4939	8762046140	5673/2	09/09/2014	183
MKE2724	8762045331	7455/0	23/08/2014	218 * I
MKJ0055	8762044625	7455/0	15/08/2014	218 * I
MKJ7844	8762045039	7455/0	20/08/2014	218 * I
MKJ9987	8762045087	7455/0	21/08/2014	218 * I
MKM0806	8762045033	7455/0	20/08/2014	218 * I
MKN8009	8762044874	7455/0	18/08/2014	218 * I
MKP6930	8762046488	7455/0	16/09/2014	218 * I
MKR6104	8762046053	7455/0	11/09/2014	218 * I
MKZ1614	8762044952	7455/0	19/08/2014	218 * I
MKZ8526	8762045069	7455/0	21/08/2014	218 * I
MKZ9926	8762045029	7463/0	20/08/2014	218 * II
MLB5768	8762046274	5673/2	12/09/2014	183
MLG0700	8762044558	7463/0	13/08/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLG2416	8762044913	7455/0	19/08/2014	218 * I
MLH1846	8762045282	7455/0	23/08/2014	218 * I
MLL2278	8762046301	7463/0	16/09/2014	218 * II
MLL5476	8762045202	7463/0	24/08/2014	218 * II
MLM1007	8762045046	7455/0	20/08/2014	218 * I
MLN5850	8762046103	7455/0	09/09/2014	218 * I
MLV5777	8762046433	7455/0	17/09/2014	218 * I
MMF6361	8762044746	7455/0	10/08/2014	218 * I
MMH8534	8762046121	7455/0	12/09/2014	218 * I
MMI0611	8762044890	7463/0	18/08/2014	218 * II
MMJ8050	8762045057	7455/0	20/08/2014	218 * I
MMM9160	8762046320	7455/0	14/09/2014	218 * I
MSU7164	8762045970	5673/2	01/09/2014	183
NJY0818	8762044497	7463/0	13/08/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 434/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 434/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAK9233	8762043938	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AFT4763	8762042653	7463/0	24/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
ALA9277	8762041417	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AMA8468	8762042439	7455/0	18/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AMA8468	8762042729	7455/0	25/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AMZ5230	8762042872	7455/0	27/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANV7893	8762043307	7455/0	09/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVC7226	8762043820	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AXK9287	8762041400	7463/0	22/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
AYO7800	8762043011	7463/0	03/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
DAL3901	8762044217	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DCW5173	8762042516	7455/0	14/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DFU2892	8762041675	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
DPM3195	8762041672	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
HLG3533	8762043452	7455/0	07/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
HNS4668	8762042122	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
HSH4445	8762043438	6050/3	10/07/2014	R\$ 191,53	208
INQ9291	8762042139	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LVM7897	8762044251	7463/0	07/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXB3747	8762044081	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXI7489	8762043295	7455/0	07/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYU6388	8762041727	7463/0	28/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZP8086	8762041604	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZY4413	8762043160	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAI7066	8762041692	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAN8951	8762041646	7455/0	25/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAX4164	8762041402	7455/0	22/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBP3182	8762041370	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT6958	8762043330	7463/0	12/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBV4555	8762041671	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBW9606	8762044197	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDG0706	8762042081	7455/0	12/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDH3388	8762043198	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDN5486	8762043240	7455/0	09/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDO2007	8762041615	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT3987	8762044241	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEP0840	8762040621	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEP0840	8762043412	7463/0	07/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFE8737	8762043437	6050/3	09/07/2014	R\$ 191,53	208
MFQ2335	8762044037	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGB2966	8762042630	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGI4829	8762043278	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGN9914	8762041630	7455/0	28/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV1783	8762043111	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHG2574	8762044365	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHH1155	8762043155	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI4742	8762040522	7455/0	09/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU2573	8762043059	7455/0	28/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHV4220	8762041708	7455/0	26/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHZ0497	8762043426	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIF6906	8762043959	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIK6483	8762044122	6050/3	28/07/2014	R\$ 191,53	208
MIL6711	8762042212	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT0461	8762041374	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT4611	8762044156	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW1062	8762042875	7455/0	27/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJH5912	8762041669	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJO3795	8762041491	6050/3	19/05/2014	R\$ 191,53	208
MJX3408	8762041484	7455/0	18/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX3408	8762041485	7463/0	18/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKJ5763	8762042942	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKK5438	8762044055	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKP7761	8762041808	7455/0	31/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKS3041	8762041419	7455/0	24/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKU9616	8762044189	7463/0	05/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLE4532	8762043308	7455/0	09/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMA7787	8762043397	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
NMG1787	8762044316	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 566/2014

DECRETO Nº 566, de 03 de novembro de 2014.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA JOSÉ VALMOR ALVES, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 567/2014

DECRETO Nº 567, de 03 de novembro de 2014.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA MARCOS ANTONIO VIEIRA, para o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Símbolo DS, previsto no Anexo III da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Rio do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 1143/2014

PORTARIA Nº. 1143/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 150, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, à servidora pública municipal DAVID DORVAL GONZAGA, matrícula nº 259918, portador do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE, no período de 17/11/2014 até 21/11/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ipm

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO CONCURSO 002/2014 - JOÃO ADÃO MUNIZ

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) JOÃO ADÃO MUNIZ, nomeado (a) pela Portaria n. 1017/RH, de 11/09/2014, publicada no DOM na data de 23/09/2014, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 03/11/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4380, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4380, de 24 de outubro de 2014.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Público, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Marilene Back Espindola, Maristela Regina Balbinot, Daniela Cristina Ferrari e Fernanda Mabel Feltrin Odebrecht para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Concurso Público - Edital de Concurso Público nº 004/2014 do Município de Rio do Sul, destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do Município de Rio do Sul - Administração Direta e Indireta e formação de Cadastro de Reserva, em conformidade com a Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores e Lei Complementar nº 208 de setembro de 2010 e alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4382, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº4382, de 24 outubro de 2014.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Interno de Remoção, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Arlete de Souza, Maristela Regina Balbinot, Tiago André de Souza e Sandra Aparecida Dela Justina para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Concurso Interno de Remoção 002/2014, inclusive realizar o julgamento de quaisquer recursos referentes ao Concurso Interno.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de outubro de 2014

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4381, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº4381, de 24 de outubro de 2014.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO - MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas

alterações posteriores e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Interno de Remoção - Magistério Público Municipal, integrada pelas Srs. Givanildo Silva, Marcia Eliana Chiquetti, Débora Roiwas e Marlise Fronza e Sandra Aparecida Dela Justina para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Concurso Interno de Remoção - Ano Letivo de 2015, inclusive realizar o julgamento de quaisquer recursos referentes ao Concurso Interno.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4385, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4385, de 29 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA O PROGRAMA ANUAL DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL PARA OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no parágrafo 3º do art. 10 do Decreto nº 1.468, de 20 de outubro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica definido o Programa Anual de Capacitação e Aperfeiçoamento para 2014, destinado aos servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - Os cursos realizados estão dispostos no Anexo I, do presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

29 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO I**PROGRAMA ANUAL DE CAPACITAÇÃO - 2014****1 LINHA DE DESENVOLVIMENTO INICIAL:**

CURSO	CARGA HORÁRIA	PÚBLICO-ALVO	SECRETARIA	QTIDADE TURMAS
Capacitação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação e Técnica Dietética	28h	Cozinheiras	Sec. Mun. Educação	3
Programa de Integração dos Servidores Novos Módulos I, II, III, IV e V	27h	Servidores Estatutários admitidos em 2012 e 2013.	Misto	6

2 LINHA DE DESENVOLVIMENTO GERAL:

CURSO	CARGA HORÁRIA	PÚBLICO -ALVO	SECRETARIA	QTIDADE TURMAS
Conhecendo o Poder Executivo Municipal	18h	Servidores estatutários estáveis	Sec. Mun. Agricultura	3
			Sec. Mun. Obras	
			Sec. Mun. Saúde	
Ética no Serviço Público	8h	Servidores estatutários estáveis	Misto	3
Atendimento ao Público	8h	Todos	Misto	2
Palestra em Comemoração ao Mês do Trabalhador	2h	Todos	Misto	1
IV Semana de Gestão Pública	20h	Todos	Misto	1
Mediação de Conflitos	16h	Todos	Misto	2
Comunicação Interna	8h	Todos	Misto	2
Informática Básica	40h	Todos	Misto	2

3 DESENVOLVIMENTO DE GESTORES:

CURSO	CARGA HORÁRIA	PÚBLICO -ALVO	SECRETARIA	QTIDADE TURMAS
Programa de Capacitação das Lideranças	52h	Chefes Diretores Assessores	Todas	6

4 INTER-AMBIENTES:

Curso	Carga Horária	Público-Alvo	SECRETARIA	QTIDADE TURMAS
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente	4h	Misto	Todas	2
Comunicação Verbal e Oratória	12h	Misto	Todas	2
Orçamento Familiar	8h	Misto	Todas	2

5 ESPECÍFICAS:

Curso	Carga Horária	Público-Alvo	SECRETARIA	QTIDADE TURMAS
Curso de Defesa Pessoal	70h	Guardas-Municipais e Vigias	Sec. Mun. Administração e Gabinete do Prefeito	1
Direção Defensiva	8h			

Formação continuada da educação infantil	20	Professores e Pedagogos	Sec. Mun. Educação	1
--	----	-------------------------	--------------------	---

DECRETO Nº 4387, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4387, de 23 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação Nº 001/2014, de 10.10.2014.

Parágrafo Único - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA SOCIO-PEDAGÓGICA PARA CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA. CONTRATAÇÃO CONSULTORIA BERNADETE SANT'ANNA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

29 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Secretaria do Município de Assistência Social e Habitação

DECRETO Nº 4388, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4388, de 30 de outubro de 2014.

"FIXA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Será facultativo o ponto nas Repartições Públicas do Município, nas seguintes datas:

-29/12/2014;

-30/12/2014;

-31/12/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

30 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CHAMADA PÚBLICA 159/2014

Edital da Chamada Pública n.º 159/2014

O Município de Rio do Sul pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua 25 de Julho n.º 01, inscrita no CNPJ sob n.º 83102574/0001-06 representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor Garibaldi Antônio Ayroso no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE n.º 25, 04 de Julho de 2012, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura Municipal de Rio do Sul, SC, durante o período de 04 de novembro de 2014 a 07 de novembro de 2014, com finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e habilitação dos fornecedores.

1. Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar deverão entregar as Entidades Executoras os documentos prescritos nos § 2º e § 3º, do Art. 22 da Resolução/CD/FNDE n.º 38, de 16/07/2009 e Resolução/CD/FNDE nº25 de 04 de Julho de 2012.

1.1. Os Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar:

- prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;
- prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

1.2. Os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar:

- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
- Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;
- prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

2. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no Art. 24 da Resolução CD/FNDE n.º 25, de 25/07/2012.

3. Gêneros alimentícios a serem adquiridos para alimentação escolar:

Produto	Consumo	Qtd entregue Mês	Nº de Meses	Meses/Referente	QTD/Total
Alface	585	4	2	Novembro / Dezembro	4680
Cenoura	247	4	2	Novembro / Dezembro	1980
Repolho	382	4	2	Novembro / Dezembro	3060
Aipim	150	4	2	Novembro / Dezembro	1200
Batata Doce	544	4	2	Novembro / Dezembro	4351
Brócolis	320	4	2	Novembro / Dezembro	2565
Couve-flor	309	4	2	Novembro / Dezembro	2475
Beterraba	356	4	2	Novembro / Dezembro	2850
Alho	56	4	2	Novembro / Dezembro	450
Cebolinha	377	4	2	Novembro / Dezembro	3015
Couve Folha	281	4	2	Novembro / Dezembro	2250
Batata	1735	4	2	Novembro / Dezembro	13875
Feijão preto	312	4	2	Novembro / Dezembro	2500
Morango	150	4	2	Novembro / Dezembro	1200

4. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua: Barão do Rio Branco, 220, Rio do Sul/SC, às segundas-feiras de manhã até às 8 horas, conforme o cronograma de entrega pré-estabelecido pelo Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação.

5. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, com uma programação semanal e mensal de entrega mediante tabela específica. Os pagamentos serão mediante a entrega dos produtos pelos fornecedores, mensalmente.

6. O valor para aquisição dos gêneros alimentícios citados será de R\$ 98.062,83, seguirá a seguinte prescrição abaixo, conforme recursos recebidos do FNDE para a alimentação escolar. (De acordo com a Lei 11.947/2009, Resolução CD/FNDE n.º 38/2009; Resolução CD/FNDE n.º 67/2009); Resolução CFN n.º 465/2010 e Resolução /CD/ FNDE n.º 25/2012.

- R\$ 11.419,50 12,00 % para o FUNDAMENTAL 08.02.2052.3.3.90

.30.07.00.00.00 (212/2014);
 - R\$ 27.585,00 28,00 % para o PRÉ-ESCOLA
 - 08.02.2123.3.3.90.30.07.00.00.00 (174/2014);
 - R\$ 59.058,33 60,00 % para o MAIS EDUCAÇÃO
 - 08.02.2126.3.3.90.30.07.00.00.00 (344/2014);

7. Todos os produtos a serem entregues deverão seguir o cronograma da programação prevista pelo Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2014.

Registre-se e publique-se.

Regina Garcia Ferreira
 Secretária Municipal de Educação

Garibaldi Antônio Ayroso
 Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 157/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de processo seletivo destinado ao preenchimento de vagas para a função de professor e pedagogo. Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 14/11/2014, às 11:00h. no endereço abaixo, na sala de licitações.

CREENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:30h do dia 14/11/2014, no endereço abaixo, na sala de licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 03 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito de Rio do Sul

DECRETO Nº 4395, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4395, de 03 de novembro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.517, de 03/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º-

Fica suplementada até o limite de R\$ 323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.034	Transporte Escolar Educação Básica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01580000	Salário Educação	R\$	233.000,00
03580000	Sup. Rec. Salário Educação	R\$	90.000,00
	TOTAL	R\$	323.000,00

Art. 2º-

Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
1.113	Construção e Ampliação de Centros de Educação		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03580000	Sup. Rec. Salário Educação	R\$	90.000,00
1.114	Aquisição de Veículos		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01580000	Salário Educação	R\$	65.000,00
1.115	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01580000	Salário Educação	R\$	81.000,00
2.066	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01580000	Salário Educação	R\$	87.000,00
	TOTAL	R\$	323.000,00

Art. 3º-

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º-

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

03 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA Nº. 1151/RH

PORTARIA Nº. 1151/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia referente ao quinquênio de 07/02/2009 a 05/02/2014, ao servidor SILVIO TOBIAS BRANDALIZE, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Novembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**EDITAL DE ALTERAÇÃO 54/2014 FMS**

EDITAL DE ALTERAÇÃO 54/2014 FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da Comissão de Licitação, torna pública a alteração referente ao item de 8.1.2 QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA foi acrescentado o subitem 8.1.2.5 - Certidão atualizada de registro de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Administração - CRA, ou por ele vistado, e, indicação do(s) responsável (is) técnico(s) da empresa com validade na data de entrega dos envelopes.No anexo 01 minuta de contrato clausula quinta o subitem 05.2. PRORROGAÇÃO:A prorrogação do prazo de que se trata o item 05.1 (a) fica ao critério da Administração da CONTRATANTE, obedecida a Lei 8.666/93. Acrescentado regra de reajuste em caso de prorrogação de contrato.

As demais condições do Edital permanecem inalteradas.

1 - AQUISIÇÃO DO EDITAL: Cópia do Edital e seus anexos serão fornecidos, gratuitamente, através do link <http://www.riodosul.sc.gov.br/>, pelo e-mail luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, situado à Rua Tuiuti, 045 - Bairro Centro.

2 - O Aviso de Edital é publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

Adalgisa V. S. Feijó

Secretária Municipal de Saúde em Exercício

Salto Veloso**PREFEITURA****DECRETO MUNICIPAL Nº 65/2014**

DECRETO Nº 065, DE 03 DE NOVEMBRO de 2014.

Homologa Resolução nº 003/2014, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 003/2014, de 03 de novembro de 2014, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que divulga as inscrições deferidas do Edital CT nº 002/2014.

Art. 2º. É parte integrante deste decreto o Anexo Único.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 03 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO 003/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

O CMDCA de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão de Acompanhamento do Processo de Eleição para Conselheiro Tutelar, torna público as inscrições deferidas do Edital 002/2014, conforme segue:

01. JANI CARLOS CONTE
02. ZELINDA DA FONSECA NERVESK
03. GIOVANA ARIATI ZACCARON
04. MERYELI DONADEL
05. FABIANA ALVES DE OLIVEIRA
06. MARTINA CELZLEIN
07. CAMILA OTTO
08. DEBORA BENINCA
09. FRANCISLENE DOS SANTOS.

Não há inscrições indeferidas.

Salto Veloso, 03 de Novembro de 2014.

ADEMIR JUNG

Presidente do CMDCA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se efetuou o processo de compra na modalidade de DISPENSA que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação empresa para realização de concurso público

Contratado: Instituto O Barriga Verde
Valor: Não será efetuado pagamento

Salto Veloso (SC), 09 de setembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 289/2014

DECRETO Nº 289/2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado, o Servidor Público Municipal Sr. LEUMAR PAULO FRANZ, matrícula nº 1251/3, CPF: 086.747.519.62, ocupante do cargo de Coordenador de Garagem, 40 Horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir de 30 de Outubro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Outubro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
Matricula nº 1268/8

DECRETO N. 287, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO N. 287, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

Homologa Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório n. 254 /2014

Modalidade: Tomada de Preços n. 1/2014.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria n. 1592014, de, sobre o Processo de Licitação Nº 254/2014, Tomada de Preços Nº1/2014, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO DA AMERIOS (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO ENTRE RIOS) EM APENSO.

Art. 2º Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada (s):

Empresa	Itens	Descrição do Item	Qtde	Valor homologado
L E G CONSTRUTORA LTDA ME	1	EXECUÇÃO DO PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE LOCALIZADA NO CENTRO DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO DA AMERIOS (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS) APENSO	1,00	80.474,01

°Valores expressos em reais

Nome do Fornecedor	Valor Total	
L E G CONSTRUTORA LTDA ME	80.474,01	oitenta mil quatrocentos e setenta e quatro reais e um centavo

°Valores expressos em reais

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 27/10/14.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

GISELDA DEOLA
Diretor de Recursos Humanos
Matricula nº 1168/8

São Bento do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 292/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 292/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel para aluguel de espaço físico para abrigar a Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos (EMEJA) de nº 096/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e LIA TEREZINHA MACHADO, em 27 de MARÇO de 2014, conforme Dispensa de Licitação nº 97/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 096/2014, que consiste na locação de imóvel e terreno para abrigar a Escola Municipal De Educação De Jovens e Adultos (EMEJA) - um terreno situado no Centro da cidade de São Bento do Sul - SC, distante 56,73 metros da esquina com a Avenida Argolo, fazendo frente para a Rua Carlos Erhl Junior, lado ímpar, por três linhas quebradas de 10,39 , 18,02 e 3,71 metros e para o terreno de Maria Elisabeth Schmidt (matrícula nº 15.229), por 64,40 metros, fundos com a Weihermann e Filhos Ltda (transcrição nº 18.416. fls. 93 do Livro 3-V) e com Mauro Osowsky e outros (matrícula nº 23.717), por 77,15 metros, lado direito com Gisele Malinowsky (matrícula nº 21.863) por 33,35 metros, lado esquerdo com José Sluminski (matrícula nº 06.743) por 37,37 metros, contendo a área de três mil e cinco metros e vinte e cinco decímetros quadrados (3.005,25 m²), edificado com 01 (uma) casa em alvenaria em bom estado de conservação, com a área de (194,00 m²) nº 71. Inscrição Imobiliária sob o nº 01.01.009.0032.001.001, Código nº 136484;

Considerando que a obra de reforma do novo local onde será instalada a Escola Municipal De Educação De Jovens e Adultos (EMEJA) encontra-se ainda em andamento, impossibilitando a mudança até o término deste, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato conforme Cláusula Primeira - do Prazo, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 01 de outubro de 2014 e com término em 30 de novembro de 2014.

Permanece o valor mensal em R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), totalizando o valor em R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), referente ao período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 19 de setembro de 2014.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

LIA TEREZINHA MACHADO, como Locadora.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 313/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 313/2014

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso e Prestação de Serviços nº 246/2009, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CALICO VEÍCULOS LTDA, em 20 de OUTUBRO de 2009, conforme Edital de Concorrência Pública nº 185/2009.

Considerando o objeto do Contrato nº 246/2009, que consiste na escolha de PERMISSIONÁRIA para outorga de serviços e equipamentos necessários ao transporte, guarda e depósito de veículos apreendidos e retirados de circulação pela polícia militar e civil no

Município de São Bento do Sul, nos termos da Lei Municipal nº 1007 de 10 de agosto de 2004;

Considerando o término do referido Contrato na data de 19 de outubro de 2014, completando ao todo 60 meses de contratação, com amparo no inciso II do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93;

Considerando que foi lançado o Edital de Concorrência Pública nº 259/2014 que terá sua abertura em 30 de outubro de 2014 com posterior homologação, ou seja, após o vencimento do referido Contrato, faz-se necessário prorrogar o mesmo para o bom andamento da Administração, visto que os serviços prestados são de natureza contínua. Porém fica a ressalva que o presente Termo Aditivo fica vinculado ao período relacionado ao término e homologação do novo processo licitatório, ocorrendo à extinção deste no ato da formalização do Contrato referente à licitação 259/2014; Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato em caráter excepcional com base no §4º do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo do Contrato por 2 (dois) meses e 12 (doze) dias, de 20 de outubro de 2014 à 31 de dezembro de 2014 ou até homologação e início dos trabalhos da empresa contratada. Permanecem os valores conforme Cláusula Oitava - Da Remuneração da Permissionária (respeitados os aditivos contratuais), nos seguintes termos:

- Pelos serviços de Guincho será cobrado o valor de R\$ 116,00 (cento e dezesseis reais);

- Pelos serviços de Guarda do Veículo será cobrado o valor de R\$ 18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos) por dia.

Permanece na Cláusula Oitava - Da Remuneração da Permissionária, conforme redação dada pela Lei 2973/2012, que dá nova redação à Lei 362, de 19 de julho de 2002:

"Na remoção de veículos e/ou motocicletas transportados com um único guincho, o preço do serviço deverá ser rateado proporcionalmente entre os veículos e/ou motocicletas objetos da remoção." Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 14 de outubro de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

CALICO VEÍCULOS LTDA, como Permissionária.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 316/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 316/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 277/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, em 08 de SETEMBRO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 217/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 277/2014, que consiste na reforma de portões, muro, cercas e depósito de lixo temporário no Prédio da Polícia Militar de Santa Catarina, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias, localizada na Avenida dos Imigrantes nº 955, São Bento do Sul, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao processo do Edital de Tomada de Preços nº 217/2014;

Considerando que as obras estavam paradas sem justificativa por parte da Contratada, sendo a mesma notificada na data de 07 de outubro de 2014 conforme anexo a este Termo Aditivo;

Considerando que a Contratada enviou justificativa no dia 10 de outubro de 2014 conforme anexo a este Termo Aditivo informando que as obras foram retomadas no dia 08 de outubro de 2014 e que estiveram paralisadas devido a condições climáticas, feriados em meio de semana e escassez de mão de obra especializada para atender a contratação dentro das normas de segurança; Diante do exposto, o prazo estipulado para finalização da obra tornou-se insuficiente para tal, sendo necessária a prorrogação do

referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 40 (quarenta) dias, a contar de 18 de outubro de 2014 e com término em 26 de novembro de 2014.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 07 de dezembro de 2014 e com término em 20 de janeiro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2014.

Ass: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

CANCELAMENTO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2014 EMHAB

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

CANCELAMENTO EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 002/2014

O Município de São Bento do Sul, através do Presidente da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, resolve CANCELAR CHAMAMENTO PUBLICO PARA SELEÇÃO DE EMPRESAS DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO IMÓVEL DE MATRÍCULA IMOBILIARIA Nº 40.618 LOCALIZADO À RUA BELEM, BAIRRO SERRA ALTA MUNICIPIO DE SÃO BENTO DO SUL. Vem através deste comunicar que, devido a decisão judicial, anula-se o processo licitatório Chamamento Público 002/2014, à vistas de publicação de novo processo licitatório.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS PEDROZO

Presidente da Empresa Municipal de Habitação

DECRETO Nº 724/2014

DECRETO Nº 0724, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 644 DE 18 DE AGOSTO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE DESPESA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 644 de 18 de agosto de 2014 na forma que segue:

"Para fins de limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o Artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e obedecidos os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, ficam reduzidas no montante de R\$ 16.064.318,35 (dezesseis milhões, sessenta e quatro mil, trezentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos), excluindo o valor da seguinte Dotação do Orçamento vigente, a seguir identificada por Fonte de Recurso:

Fonte de Recurso: 0152 - Outras Transf. de Rec. do Fundo de Assistência Social		
Proj./Ativ.: 2.079 Gestão dos Serv. Proteção Social Esp. de Média Complexidade		
(269) 33.90.30	Material de Consumo	10.000,00

Art. 2º O desbloqueio da limitação de empenho da dotação orçamentária relacionada no artigo 1º, deu-se em virtude do restabelecimento da receita na fonte de recurso: código 0152 - Outras Transf. de Rec. do Fundo de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 725/2014

DECRETO Nº 0725, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) no orçamento vigente da Câmara Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01 - CÂMARA DE VEREADORES

Unidade: 01 - Câmara de Vereadores

Atividade: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

(1) 3.1.90.11.00.00.00.0100 - Venc. Vant. Fixas - PC

R\$ 40.000,00

(5) 3.3.90.14.00.00.00.0100 - Diárias - Civil

R\$ 7.000,00

(11) 3.3.90.39.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 25.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01 - CÂMARA DE VEREADORES

Unidade: 01 - Câmara de Vereadores

Atividade: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

(2) 3.1.90.13.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais

R\$ 5.000,00

(3) 3.1.90.16.00.00.00.0100 - Outras Desp. Variáveis - PC

R\$ 1.000,00

(6) 3.3.90.18.00.00.00.0100 - Auxílio Financ. a Estudantes

R\$ 4.500,00

(8) 3.3.90.33.00.00.00.0100 - Passagens e Desp. Locomoção

R\$ 5.000,00

(9) 3.3.90.36.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF

R\$ 6.000,00

(10) 3.3.90.37.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra

R\$ 23.000,00

(12) 3.3.90.46.00.00.00.0100 - Auxílio-Alimentação

R\$ 4.000,00

(14) 3.3.91.39.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 3.000,00

(15) 4.4.90.51.00.00.00.0100 - Obras e Instalações

R\$ 17.500,00

(16) 4.4.90.52.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente

R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 726/2014

DECRETO Nº 0726, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Mauro Siqueira Ramos, Sandra M Sadowski Andrzejewski, Eliane Bergmann Rank, Deborah Cintia de Quadros e Schéliga Monia Foitt Poltronieri para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 302/2014, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 11 de novembro de 2014, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 727/2014

DECRETO Nº 0727, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 060/2001, art.7º, inciso V,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 04, de 28 de outubro de 2014, do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RESOLUÇÃO nº 04/2014, São Bento do Sul, 28 de Outubro de 2014.

Dispõe sobre a Aprovação da Pactuação do Plano de Ação Municipal da VISA 2014/2016.

O Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária realizada em 27 de Outubro de 2014, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 e pela Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a Pactuação do Plano de Ação Municipal da VISA 2014/2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente
Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

DECRETO Nº 729/2014

DECRETO Nº 0729, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Carla Eloise Mulbauer, Jocemari Telma Teixeira, Mauro Si-
queira Ramos e Ricardo Antonio Homechen para, sob a presidên-
cia do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da
documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos
referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 282/2014, a rea-
lizar-se às 09:00 horas, do dia 24 de novembro de 2014, na sala
de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 730/2014

DECRETO Nº 0730, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.
ESTABELECE CRITÉRIOS SUPLEMENTARES MUNICIPAIS PARA SE-
LEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA "MINHA CASA MI-
NHA VIDA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL - Estado de San-
ta Catarina, no uso de suas atribuições legais:
CONSIDERANDO, que compete ao Conselho Municipal de Habita-
ção de Interesse Social de São Bento do Sul - CMHIS, instituído
através da Lei nº 2.048, de 27/12/2007, entre outras ações de
política habitacional, definir os critérios de seleção dos beneficiá-
rios de programas sociais de habitação, entre eles - Minha Casa
Minha Vida;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 595, de 18 de dezem-
bro de 2013, do Ministério das Cidades;

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados os critérios municipais definidos pelo Con-
selho Municipal de Habitação de Interesse Social de São Bento do
Sul/SC, instituído pela Lei nº 2.048 de 27/12/2007, para prioriza-
ção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, abaixo
mencionados:

- I - Famílias com dependentes com idade igual ou inferior a 14
anos;
- II - Famílias com titular com idade igual ou superior a 60 anos;
- III - Famílias com renda familiar igual ou inferior a R\$ 1.000,00.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 731/2014

DECRETO Nº 0731, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VI-
GENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atri-
buições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a
Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza
a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$
1.000,00 (um mil reais) no orçamento vigente do Município de São
Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 01 - Administração Geral
Atividade: 2.051 - Gestão dos Serviços Públicos
(73) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo
R\$ 1.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão uti-
lizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações
orçamentárias:
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 01 - Administração Geral
Atividade: 2.051 - Gestão dos Serviços Públicos
(75) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ
R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

EDITAL 03/2014 - COMSEA

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRI-
CIONAL DE SÃO BENTO DO SUL - COMSEA
EDITAL Nº 003/2014

NOMINAR AS ENTIDADES CANDIDATAS PARA PARTICIPAREM DO
PROCESSO DE ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMEN-
TAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL DE SÃO BENTO DO SUL.

Art. 1º A Comissão Eleitoral do Fórum para o Processo de Escolha
das Entidades Não Governamentais do Conselho Municipal de Se-
gurança Alimentar e Nutricional de São Bento do Sul, com base no
Edital nº 01/2014 e no artigo 4º do Edital nº 02/2014, ambos des-
te Conselho, torna público a relação das entidades candidatas para
participarem do Processo de Escolha das Entidades Não Gover-
namentais do COMSEA, que segue, por ordem alfabética, sendo:
I - Associação de Moradores da Vila Eichendorff;
II - Associação de Moradores do Bairro Rio Vermelho;
III - Associação de Moradores do Loteamento Salzburg;
IV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
V - Câmara de Dirigentes Lojistas de São Bento do Sul - CDL;
VI - Hospital e Maternidade Sagrada Família;

VII - Rotary Clube de São Bento do Sul - Cidade dos Moveis;
VIII - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;
IX - Serviço Social da Indústria - SESI; e
X - União Sãobentense das Associações de Moradores - USBAM.

Art. 2º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2014,
Arnaldo José De Conto
Presidente da Comissão Eleitoral

EDITAL 03/2014 - CMI

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE SÃO BENTO DO SUL - CMI
EDITAL Nº 003/2014

DIVULGAÇÃO FINAL DAS CANDIDATURAS QUE PARTICIPARÃO
DO PROCESSO DE ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNA-
MENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE SÃO BENTO
DO SUL.

Art. 1º A Comissão Eleitoral para o Processo de Escolha das En-
tidades Não Governamentais do Conselho Municipal do Idoso de
São Bento do Sul, com base no artigo 5º do Edital 001/2014 do
referido conselho, torna público a divulgação final das candidatu-
ras que participarão do Processo de Escolha das Entidades Não
Governamentais do CMI, que segue, por ordem alfabética, sendo:

I - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
II - Associação São Bentense da Terceira Idade - ASBETI;
III - Fundação Cidadania;
IV - Hospital Maternidade Sagrada Família;
V - Lions Clube de São Bento do Sul; e
VI - Rotary Clube de São Bento do Sul - Cidade dos Moveis.

Art. 2º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2014
Valério Nazário
Presidente da Comissão Eleitoral

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 940/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 940/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABJ0902	8492066511	7455/0	13/10/2014	218 * I
ACO8128	8492066247	5673/2	06/10/2014	183
AEW9625	8492066405	7455/0	13/10/2014	218 * I
AFL3530	8492066202	7455/0	30/09/2014	218 * I
AGA1924	8492066483	7455/0	14/10/2014	218 * I
AHJ4680	8492065972	7463/0	14/09/2014	218 * II
AHK8713	8492066299	5673/2	04/10/2014	183
AHN6639	8492066217	7455/0	27/09/2014	218 * I
AHR5952	8492066187	7455/0	25/09/2014	218 * I
AJS7287	8492066303	7455/0	06/10/2014	218 * I
AKF8434	8492066368	7455/0	05/10/2014	218 * I
ALM0553	8492065864	7455/0	14/09/2014	218 * I
AQC0298	8492066514	7455/0	08/10/2014	218 * I
AQN2298	8492066200	7455/0	28/09/2014	218 * I
ASL6391	8492066264	7455/0	01/10/2014	218 * I
AUR8571	8492066074	7455/0	22/09/2014	218 * I
AVS2807	8492066167	6050/3	24/09/2014	208
AXB5496	8492066393	7455/0	12/10/2014	218 * I
BEL8333	8492066395	7455/0	12/10/2014	218 * I
BEL8333	8492066460	7455/0	12/10/2014	218 * I
BJB3005	8492065903	7455/0	12/09/2014	218 * I
CIY9214	8492066227	7455/0	27/09/2014	218 * I
DCI6883	8492066491	7455/0	13/10/2014	218 * I
IHH9936	8492066171	6050/3	28/09/2014	208
LXD4966	8492066397	7455/0	12/10/2014	218 * I
LXL3025	8492065949	7463/0	12/09/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYH4331	8492065927	7463/0	14/09/2014	218 * II
LYJ7223	8492066380	7455/0	12/10/2014	218 * I
LYL7419	8492065912	7455/0	15/09/2014	218 * I
LYR9499	8492066225	7455/0	29/09/2014	218 * I
LZA7871	8492066251	7455/0	01/10/2014	218 * I
MAC5975	8492066504	7455/0	14/10/2014	218 * I
MAG6416	8492066510	7455/0	12/10/2014	218 * I
MBC4860	8492066219	7455/0	28/09/2014	218 * I
MBH2795	8492066269	7455/0	05/10/2014	218 * I
MBN2396	8492065961	7455/0	15/09/2014	218 * I
MBN2396	8492065963	7455/0	16/09/2014	218 * I
MBN6300	8492066311	7463/0	04/10/2014	218 * II
MBN6476	8492066392	6050/3	12/10/2014	208
MBN8898	8492065872	7455/0	13/09/2014	218 * I
MBV6730	8492066114	7455/0	27/09/2014	218 * I
MCH3020	8492066208	7455/0	28/09/2014	218 * I
MCI0033	8492066358	7455/0	01/10/2014	218 * I
MCR4081	8492066324	7455/0	04/10/2014	218 * I
MDJ9793	8492065862	7455/0	15/09/2014	218 * I
MDM3996	8492066440	7455/0	10/10/2014	218 * I
MDT1392	8492066158	7455/0	29/09/2014	218 * I
MED8428	8492065879	5673/2	11/09/2014	183
MES0806	8492066415	5673/2	08/10/2014	183
MFE2550	8492066115	7455/0	27/09/2014	218 * I
MFF1106	8492066330	7455/0	03/10/2014	218 * I
MGD1309	8492066285	5673/2	01/10/2014	183
MGD1309	8492066391	7455/0	11/10/2014	218 * I
MGD3053	8492066401	7455/0	11/10/2014	218 * I
MGL2988	8492066229	7455/0	26/09/2014	218 * I
MGR9057	8492066286	6050/3	01/10/2014	208
MGT6160	8492066280	5673/2	04/10/2014	183
MGX0933	8492065870	7455/0	12/09/2014	218 * I
MHB6816	8492066278	7455/0	07/10/2014	218 * I
MHF0406	8492066458	7455/0	12/10/2014	218 * I
MHL5764	8492066136	7455/0	25/09/2014	218 * I
MHW2129	8492066179	6050/3	26/09/2014	208
MHW5676	8492066450	7455/0	10/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIE4894	8492066364	7455/0	05/10/2014	218 * I
MIU1827	8492066216	7455/0	29/09/2014	218 * I
MIU9421	8492066248	6050/3	01/10/2014	208
MIY5070	8492065944	7455/0	11/09/2014	218 * I
MIZ3324	8492066210	7455/0	29/09/2014	218 * I
MJP9745	8492066298	6050/3	07/10/2014	208
MKD5569	8492066459	7455/0	12/10/2014	218 * I
MKO6452	8492066337	7455/0	07/10/2014	218 * I
MKR8639	8492066239	7455/0	04/10/2014	218 * I
MKV2341	8492066118	6050/3	28/09/2014	208
MLG9865	8492065855	5673/2	12/09/2014	183
MLJ8481	8492066283	7455/0	06/10/2014	218 * I
MLQ3788	8492066014	6050/3	20/09/2014	208
MLT6587	8492066465	7455/0	11/10/2014	218 * I
NJO9532	8492065991	7455/0	22/09/2014	218 * I
NMG9409	8492066138	7463/0	27/09/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 941/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 941/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFJ7868	8492063886	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIC0364	8492064093	7455/0	28/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJF6174	8492064919	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALW6301	8492065033	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALW6301	8492065046	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATA9455	8492064156	7463/0	06/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
BOH8021	8492064439	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
BOH8021	8492064977	7463/0	07/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
BOH8021	8492065008	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
BOH8021	8492065012	7463/0	09/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
CIU0846	8492065004	7455/0	10/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DFG1051	8492065351	6050/3	28/08/2014	R\$ 191,53	208
EDH1307	8492065038	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
GDB0001	8492064921	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
GZJ4950	8492065221	6050/3	23/08/2014	R\$ 191,53	208
IKE5851	8492064438	7455/0	10/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ISA7788	8492064801	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
JXJ1572	8492064792	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
KZY0796	8492065025	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXC1803	8492064912	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXC1803	8492064922	7463/0	11/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXO7647	8492064911	7455/0	10/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXO7647	8492064935	7455/0	10/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYI5092	8492065355	6050/3	31/08/2014	R\$ 191,53	208
LYQ6203	8492064924	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZC7727	8492062410	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZW3624	8492064962	6050/3	10/08/2014	R\$ 191,53	208
MBK9707	8492064496	6050/3	19/07/2014	R\$ 191,53	208
MBR6704	8492064813	5673/2	01/08/2014	R\$ 85,12	183
MBX9226	8492062408	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH5296	8492064804	7463/0	03/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCL5687	8492064933	7455/0	10/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCU4756	8492064943	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDU4047	8492064932	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEQ2525	8492064910	7455/0	10/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFH9351	8492064449	5673/2	16/07/2014	R\$ 85,12	183
MGE6393	8492065238	6050/3	24/08/2014	R\$ 191,53	208
MGK0194	8492065002	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHC2028	8492064981	7463/0	07/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHN5181	8492064789	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHZ6419	8492064973	7455/0	10/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIG5897	8492064995	7463/0	10/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MII4118	8492063913	6050/3	25/06/2014	R\$ 191,53	208
MIK0891	8492064990	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIV7430	8492063772	6050/3	18/06/2014	R\$ 191,53	208
MIZ3324	8492064865	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJH7396	8492065400	7455/0	30/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJN1359	8492064831	5673/2	04/08/2014	R\$ 85,12	183
MJU8964	8492064798	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJU8964	8492064834	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKN8951	8492064832	6050/3	05/08/2014	R\$ 191,53	208
MKQ2708	8492065018	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1957/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1957/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AST4568	54594459E	6599/2	03/10/2014	230 * V
CHB3047	55906051E	6599/2	10/10/2014	230 * V
CHB3047	55906052E	6769/1	10/10/2014	230 * XXII
CYB8498	54594088E	6599/2	16/10/2014	230 * V
CYB8498	54594386E	5045/0	16/10/2014	162 * V
KIP7694	55906123E	6599/2	22/10/2014	230 * V
KIP7694	55906124E	5029/2	22/10/2014	162 * II
KIP7694	55906125E	5126/2	22/10/2014	164 c/c 162 * II
LXY1499	54593918E	5010/0	16/10/2014	162 * I
LXY1499	54593919E	5118/0	16/10/2014	164 c/c 162 * I
LXY1499	54593920E	6726/1	16/10/2014	230 * XVIII
LXY1499	54593921E	6637/1	16/10/2014	230 * IX
LXY1499	54596279E	6637/2	16/10/2014	230 * IX
LXZ9875	54594261E	5029/2	26/09/2014	162 * II
MEQ3692	54592287E	5010/0	30/09/2014	162 * I
MEQ3692	54592288E	5118/0	30/09/2014	164 c/c 162 * I
MFB6535	55906054E	5045/0	17/10/2014	162 * V
MFB6535	55906055E	5142/0	17/10/2014	164 c/c 162 * V
MFB6535	55906056E	6912/0	17/10/2014	232
MFY3331	54593866E	6408/0	16/09/2014	221
MHO6064	54594358E	6912/0	20/09/2014	232
MJD1181	54594090E	6599/2	17/10/2014	230 * V
MJD1181	54594091E	5118/0	17/10/2014	164 c/c 162 * I
MJD1181	54594390E	6726/1	17/10/2014	230 * XVIII
MJD1181	54594391E	6769/1	17/10/2014	230 * XXII
MJD1181	54594392E	5010/0	17/10/2014	162 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLS3295	54594224E	6599/2	24/09/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1958/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1958/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFJ9678	54926800E	5541/2	06/10/2014	181 * XVII
AGZ4614	54926974E	5738/0	20/10/2014	186 * II
AJG2327	54594311E	5720/0	23/09/2014	186 * I
ALO1555	54926960E	5541/2	17/09/2014	181 * XVII
ASL6391	54926784E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
AST4568	54594458E	7366/2	03/10/2014	252 * VI
AXN3844	54927089E	7366/2	15/10/2014	252 * VI
CKQ8481	54926861E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
GVG9072	54594174E	7366/2	18/09/2014	252 * VI
MAQ5722	54926862E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MBT0156	54926874E	5460/0	16/10/2014	181 * IX
MCM5206	54927081E	6068/1	10/10/2014	209
MCV9544	54926953E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MCZ9791	54927112E	5541/2	06/10/2014	181 * XVII
MFB6535	55906057E	7030/2	17/10/2014	244 * I
MFB6535	55906058E	5878/0	17/10/2014	199
MFE8312	55906153E	5185/1	15/10/2014	167
MFS7025	54926956E	5460/0	26/09/2014	181 * IX
MFS7796	54927078E	7366/2	10/10/2014	252 * VI
MII7480	54926138E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MJP6109	54927087E	7366/2	14/10/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1959/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1959/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACQ3925	54596570E	6599/2	12/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
ACQ3925	54596574E	6912/0	12/08/2014	R\$ 53,20	232
ACQ3925	54596575E	6637/2	12/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
AGB9709	54595899E	5274/1	18/08/2014	R\$ 191,53	175
AGB9709	54595900E	5118/0	18/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AGB9709	54596660E	6610/2	18/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
AGB9709	54596661E	5010/0	18/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
ARM7488	55724464D	6912/0	20/08/2014	R\$ 53,20	232
CPB8203	54596585E	6408/0	15/08/2014	R\$ 85,12	221
HJE9106	54595075E	6912/0	19/07/2014	R\$ 53,20	232
LYJ0718	54594756E	5029/2	19/08/2014	R\$ 957,69	162 * II
LYJ0718	54594757E	5126/2	19/08/2014	R\$ 957,69	164 c/c 162 * II
LYJ0718	54594758E	6726/1	19/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZX6042	54596591E	6700/0	18/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
LZX6042	54596592E	6670/0	18/08/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MAJ4721	54596587E	6912/0	15/08/2014	R\$ 53,20	232
MBH3221	54595811E	6599/2	13/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBH3221	54595812E	6610/2	13/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MBH3221	54595813E	5010/0	13/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBH3221	54595814E	5118/0	13/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBN6476	54596822E	6912/0	02/09/2014	R\$ 53,20	232
MCL5420	54595098E	6599/2	26/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCL5420	54595099E	6726/1	26/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCW8516	54594989E	6599/2	19/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCW8516	54594991E	6912/0	19/08/2014	R\$ 53,20	232
MFA3720	54594927E	6610/2	27/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGJ6195	54596594E	6912/0	18/08/2014	R\$ 53,20	232
MIO0246	54596583E	5053/1	14/08/2014	R\$ 191,53	162 * VI
MIT2053	54593224E	6912/0	19/08/2014	R\$ 53,20	232
MKB9285	54595127E	6599/2	19/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MLK8184	54595061E	6912/0	14/07/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1960/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1960/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGB9709	54595898E	5835/0	18/08/2014	R\$ 127,69	195
AGN0843	55514793D	5541/2	04/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AJQ9951	54926400E	5746/1	14/08/2014	R\$ 85,12	187 * I
AKI5313	54926562E	5185/1	30/07/2014	R\$ 127,69	167
APJ3468	54926624E	7366/2	19/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
ARJ4539	54596618E	7366/2	16/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
ARP6007	54926601E	5541/7	14/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXV9886	54596865E	5193/0	19/08/2014	R\$ 191,53	168
MAH8886	54926617E	5746/1	18/08/2014	R\$ 85,12	187 * I
MBU5660	54595038E	5541/1	16/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV2440	54593222E	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
MFF2071	54926614E	5746/1	18/08/2014	R\$ 85,12	187 * I
MFZ1466	54926422E	7366/2	17/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHK7471	54596629E	5568/0	20/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MHM7422	54926605E	6068/1	13/08/2014	R\$ 127,69	209
MHR0937	54926628E	7366/2	19/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIZ0654	54926571E	5541/2	10/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJW4962	54926701E	5541/2	06/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKQ6221	54926308E	5452/1	03/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MLD8686	54926397E	7366/2	13/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 191 DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 191 de 29 de outubro de 2014.

"AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES NA 31ª COPA SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996.

Considerando na forma do art. 109, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001.

Considerando a realização da 31ª Copa SAMAE no período de 14 a 16 de novembro de 2014 na cidade de Jaraguá do Sul,

RESOLVE

Art. 1º - AUTORIZAR, a participação dos servidores desta Autarquia na 22ª Copa SAMAE, constantes na relação em anexo a esta portaria, e conceder-lhes licença remunerada para o dia 14 de novembro de 2014, na forma do art. 109 da Lei 228/2001.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 03 de novembro de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente
A N E X O

350 ADAIR CHAVES
449 ADRIANO ALVES
396 ALEXSANDRA CARVALHO SUOMINSKI
310 ALTAIR LUIS DO PRADO
405 AMARILDO CHAVES
403 ANDRÉ LUIZ DE LIMA
337 ANTONIO ARNALDO SEIDEL
359 ARNALDO DZIEDZIC JUNIOR
341 CLAUDETE STAWNY
457 DIEGO RIBEIRO
428 EDEMILSON PAULO DE MORAIS
344 EDNILSON MARCOS SPOLETE
456 EDSON LUIZ FEIL
377 ELIO BARBOSA DOS SANTOS
353 EMERSON PISKE BONETES
422 FABIANO VIEIRA KINDERMANN
388 FRANCINE IZABÉLA MARÉS
140 FRIDOLINO VAN DEN BOOM
348 GABRIEL BENJAMIN DOS SANTOS
458 GIOVANI KOBUS
465 HELIO SANDRO MARTINS
370 IVANA APARECIDA PEREIRA
454 JAIR HENRIQUE RAMOS
305 JOANITO GONDARSKI
414 JOÃO LUIZ NUNES JUNIOR
321 JOAO RODRIGUES MADEIRA
425 JOEL PIRES DE LIMA
134 JONAS ALVES
304 JOSE VILMAR VARELA
417 JOSELI APARECIDA RODRIGUES MARTINS
472 JULIANO VIEIRA LEMOS
340 LUIS CLAUDIO PIECHONTCOSKI
362 MARCO RODRIGO REDLICH
391 MARCOS ANTONIO LEITHOLD

451 MAURO BOENO DA SILVA
322 MIGUEL BONETT
448 PAULO CÉSAR FERREIRA
332 RENATO JOSE QUOST
461 RUBENS AUERBACH
330 VALDECIR RIBEIRO
463 VEREDIANE PEREIRA

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 193, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 193, de 30 de outubro de 2014.

"CONCEDE CONCLUSÃO ESTÁGIO PROBATÓRIO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, ao servidor GIOVANI KOBUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, Grupo Ocupacional 02, Classe A, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, a conclusão do Estágio Probatório na forma do art. 32 da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001.

Art. 2º - A conclusão a que se refere o artigo 1º compreende o período de 17.10.2011 a 16.10.2014.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 16.10.2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 192, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 192, de 30 de outubro de 2014.

" CONCEDE FÉRIAS "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor HORACIO RUDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, lotado nesta Autarquia, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 03/11/2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 73/2014

Pregão Presencial nº 73/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 73/2014

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 14:30 horas do dia 13 de novembro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de conjunto motor bomba para a EAT (elevatória de água tratada).

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 03 de novembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos**PREFEITURA****DEC 1751 DE 30 10 2014 REMANEJAMENTO SERV URBANOS**

DECRETO Nº 1751 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no Orçamento da entidade Prefeitura Municipal, nas seguintes modalidades de aplicação e fontes de recursos:

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
15.452.1009.2.013 Man. das Ativ. da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Da Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	75	01.0024	30.000,00
44900000	Aplicações Diretas	73	01.0000	10.000,00

Para Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	141	01.0024	30.000,00
33900000	Aplicações Diretas	69	01.0000	10.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de outubro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 033/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 033/2014

TOMADA DE PREÇOS FMS N. 003/2014

O Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 09:00 horas do dia 20 de novembro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM MÉDICO CLÍNICO-GERAL PARA COMPOR A EQUIPE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA ESF-04/ÁREA-004. Tudo conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e

esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 03 de novembro de 2014.
ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

CONT. PREFE N. 065 SHALOM

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 065/2014 de 06/10/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 2.540,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/10/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA: A) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO; SERVIÇOS GRÁFICOS; DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO; SONORIZAÇÃO; LOCAÇÃO DE ESPAÇO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS, A SER REALIZADO NA DATA PROVÁVEL DE 08 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO (EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3) E; B) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS (EXECUÇÃO DA META 1 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CONVÊNIO N. 788173/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Shalom Artes Gráficas Ltda Me

CNPJ: 00.066.433/0001-40

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

CONT. PREFE N. 066 CLUBE

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 066/2014 de 06/10/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 1.500,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/10/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA: A) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO; SERVIÇOS GRÁFICOS; DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO; SONORIZAÇÃO; LOCAÇÃO DE ESPAÇO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS, A SER REALIZADO NA DATA PROVÁVEL DE 08 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO (EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3) E; B) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS (EXECUÇÃO DA META 1 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CONVÊNIO N. 788173/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Clube Cultural Esportivo São Domingos

CNPJ: 83.828.137/0001-66

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

CONT. PREFE N. 067 GGA

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 067/2014 de 06/10/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 12.613,10

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/10/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA: A) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO; SERVIÇOS GRÁFICOS; DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO; SONORIZAÇÃO; LOCAÇÃO DE

ESPAÇO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS, A SER REALIZADO NA DATA PROVÁVEL DE 08 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO (EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3) E; B) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS (EXECUÇÃO DA META 1 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CONVÊNIO N. 788173/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: GGA Info Serv Ltda Me

CNPJ: 03.857.781/0001-23

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

CONT. PREFE N. 068 FLORANABEL

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 068/2014 de 06/10/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 759,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/10/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA: A) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO; SERVIÇOS GRÁFICOS; DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO; SONORIZAÇÃO; LOCAÇÃO DE ESPAÇO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS, A SER REALIZADO NA DATA PROVÁVEL DE 08 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO (EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3) E; B) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS (EXECUÇÃO DA META 1 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CONVÊNIO N. 788173/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Floranabel, Mudaz e Flores Ltda

CNPJ: 05.777.585/0001-74

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

CONT. PREFE N. 069 MELISSA SANTIAGO

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 069/2014 de 06/10/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 1.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/10/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA: A) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO; SERVIÇOS GRÁFICOS; DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO; SONORIZAÇÃO; LOCAÇÃO DE ESPAÇO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS, A SER REALIZADO NA DATA PROVÁVEL DE 08 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO (EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3) E; B) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS (EXECUÇÃO DA META 1 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CONVÊNIO N. 788173/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Melissa Santiago Martins MEI

CNPJ: 16.703.247/0001-04

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

CONT. PREFE N. 070 VALDIR PRADO

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 070/2014 de 06/10/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 12.450,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/10/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA: A) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO; SERVIÇOS GRÁFICOS; DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO; SONORIZAÇÃO; LOCAÇÃO DE ESPAÇO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS, A SER REALIZADO NA DATA PROVÁVEL DE 08 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO (EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3) E; B) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS (EXECUÇÃO DA META 1 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CONVÊNIO N. 788173/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Valdir Da Silva Prado Mei

CNPJ: 12.135.180/0001-06

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

CONT. PREFE N. 071 MB CATARINENSE

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 071/2014 de 06/10/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 8.469,70

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/10/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA: A) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO; SERVIÇOS GRÁFICOS; DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO; SONORIZAÇÃO; LOCAÇÃO DE ESPAÇO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS, A SER REALIZADO NA DATA PROVÁVEL DE 08 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO (EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3) E; B) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS (EXECUÇÃO DA META 1 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CONVÊNIO N. 788173/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: MB Catarinense Ltda Me

CNPJ: 16.961.181/0001-52

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

CONT. PREFE N. 072 EQUIPAMÓVEIS

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 072/2014 de 06/10/2014

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 14.082,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/10/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA: A) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO; SERVIÇOS GRÁFICOS; DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO; SONORIZAÇÃO; LOCAÇÃO DE ESPAÇO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS, A SER REALIZADO NA DATA PROVÁVEL DE 08 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO (EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3) E; B) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS (EXECUÇÃO DA META 1 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CONVÊNIO N.

788173/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: Equipamóveis Ltda Me

CNPJ: 09.450.945/0001-80

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

ADITIVO 037 SINASC

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

TERMO ADITIVO: PREFE N. 037 de 09/10/2014 (SEGUNDO TERMO ADITIVO).

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 063/2013 Tomada de Preços 015/2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos contrato PREFE n. 003, de 06/01/2014

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADA: Sinasc Sinalização e Construção de Rodovias Ltda

CNPJ: 07.150.434/0001-17

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 21/02/2015

DEC 1745 DE 24 10 14 CONSTITUI COMISSÃO INTERSETORIAL PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

DECRETO Nº 1745, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

Constitui e nomeia membros de Comissão Intersectorial para elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

- Considerando o disposto no artigo 5º da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências;
- Considerando o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que regulamenta a forma como o Poder Público, por seus órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;
- Considerando que o objetivo do SINASE é a efetiva implementação de políticas públicas destinadas ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias;
- Considerando o Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Município de São Domingos e o Ministério Público da Comarca de São Domingos;
- Considerando a necessidade de formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo;
- Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Considerando que a execução da política de atendimento, proteção, amparo, de defesa e garantias dos direitos da criança e do adolescente é de competência da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Considerando Decreto nº 1743, de 22 de outubro de 2014, que dispõe sobre convocação de Audiência Pública para elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências;
- Considerando que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que demanda a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersectorial;

- Considerando que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar e Conselho Tutelar;

DECRETA

Art. 1º Fica constituída a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do município de São Domingos - SC.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Intersetorial para elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, os seguintes membros:

1. Secretaria Municipal de Assistência Social - Sandra Maria Fiorese e Cristiane Ansolin;
2. Secretaria Municipal de Administração e Fazenda - Ana Claudia Barizon Fontana da Luz;
3. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Sílvia Rozani de Brito Baggio;
4. Secretaria Municipal de Saúde - Luci Tonin;
5. Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - Rosi Marmentini Scheffer;
6. Conselho Tutelar - Romilda Adami;
7. Polícia Civil - Odir Pertile;
8. Polícia Militar - Sérgio Luiz Bedin Broeto.

Art. 3º A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 4º A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas e cronograma para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, bem como deliberar as normas de organização e funcionamento de Audiências Públicas.

Art. 5º Aos membros da comissão não será pago qualquer remuneração, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 6º As despesas decorrentes do presente decreto, correrão por conta de recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 24 de outubro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

São José

PREFEITURA

PORTARIA Nº 024/2014 DA SSDST

PORTARIA Nº. 24/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de designar os integrantes da Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito, conforme previsto no Decreto nº 3125, de 28 de agosto de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis no âmbito da Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito, conforme previsto no § 3º, do Art. 5º, do Decreto nº 3125, de 28 de agosto de 2014:

-Wagner Niehus - matrícula 15759

-Deiko Lima e Silva - matrícula 15714

-Eloisa Vieira - matrícula 15759

Art. 2º Os membros Comissão de Avaliação de Desempenho Anual dos Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, relacionados nesta Portaria, deverão observar estritamente o Decreto nº 3125, de 28 de agosto de 2014, com relação aos procedimentos a serem adotados para o exercício de suas atribuições, observados os prazos lá previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PREGÃO PRESENCIAL 085/2014 – NOVA ABERTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 085/2014 - NOVA ABERTURA - Processo nº 238/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavanderia hospitalar com fornecimento de rouparia para atender a rede de atenção básica, rede especializada, SAMU e DST/AIDS, da Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 14/11/2014 às 14h00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 14/11/2014 às 14h15min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2014 - HABILITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2014 - HABILITAÇÃO - Processo nº 269/2014 Objeto: Contratação de empresa para execução da reforma e ampliação da cozinha, despensa, refeitório / pátio coberto, direção, sala dos professores, lavanderia e sanitários do CEI Jardim Pinheiros do Município de São José/SC. EMPRESAS HABILITADAS: ANDRESUL EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA; ASTECA CONSTRUÇÕES IND. E COM. LTDA; CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI - EPP; DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP; e SMO EMPREITEIRA PRECISÃO LTDA - EPP. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

Carlos Alfredo Schmidt,
Presidente/CPL.

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 024/2014 - HABILITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 024/2014 - HABILITAÇÃO - Processo nº 271/2014 Objeto: Contratação de empresa para execução da reforma e ampliação do CEI São Luiz, Compreendendo as salas de biblioteca, informática, lavanderia, despensa e direção - Município de São José/SC. EMPRESAS HABILITADAS: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP; e CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI - EPP. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

Carlos Alfredo Schmidt,
Presidente/CPL.

PORTARIA Nº 113/2014/SF

PORTARIA Nº 113/2014/SF
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificada:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.150 - Fornecimento de Medicamentos e outros - FMS

163 - 3.3.90.30.00.00.0334 - Material de Consumo,

Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 250.000,00
Total desta Atividade R\$ 250.000,00
Total do Órgão R\$ 250.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 250.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 - Funcionamento da Rede Municipal de Saúde -
FMS

130 - 3.3.90.33.00.00.0334 - Passagens e Despesas com Locomoção,
Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 30.000,00

134 - 3.3.90.35.00.00.0334 - Serviços de Consultoria,
Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 40.000,00

144 - 3.3.90.47.00.00.0334 - Obrigações Tributárias e Contributivas,
Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 30.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00

25.01.10.301.0102.2.251 - Fornecimento de Fraldas Geriátricas e outras
FMS

246 - 3.3.90.32.00.00.0334 - Material de Distribuição Gratuita,
Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 150.000,00
Total desta Atividade R\$ 150.000,00
Total do Órgão R\$ 250.000,00
Total da Anulação R\$ 250.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de outubro de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 3367/2014

DECRETO Nº 3367/2014
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor LUÍS ANTONIO SILVA do cargo de Secretário de Saúde - SM, com lotação na Secretaria de Saúde

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03/11/2014.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3363/2014

DECRETO Nº 3363/2014

NOMEIA OS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA QUE ATUARÃO NO GRUPO TÉCNICO SUPERVISOR (GTS) E NO GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL (GTI), REFERENTE AO PROCESSO DE REELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal n.º 3.232/2014 prevê diversas atribuições aos grupos de trabalho que atuarão no Processo de Reelaboração do Plano Diretor Participativo do Município de São José;

CONSIDERANDO a necessidade de capacitar os servidores que atuarão no Processo de Reelaboração do Plano Diretor Participativo do Município de São José;

DECRETA:

Art. 1º - O Grupo Técnico Supervisor (GTS) será composto pelos seguintes servidores municipais, representantes indicados diretamente pelos membros elencados no Art. 4º do Decreto Municipal n.º 3.232/2014:

I - Michel da Silva Schlemper, Agostinho Pauli e Andrey Vicente da Luz - Secretaria de Serviços Públicos;

II - Ana Paula Lemos Souza - Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito;

III - Bernardo Meyer - Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária;

IV - Clóvis Renato Squio - Procuradoria-Geral do Município;

V - Rodrigo de Andrade - Secretaria Executiva de Projetos Especiais.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) será composto pelos seguintes servidores municipais, representantes indicados diretamente pelos membros elencados no Art. 7º do Decreto Municipal n.º 3.232/2014:

I - Júnior Spies - Chefia de Gabinete da Prefeita;

II - Érico Rodrigues da Silva Koenig - Secretaria de Administração;

III - Rita Furtado - Secretaria de Assistência Social;

IV - Fernando Souza - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia;

V - Isabel Christina Branco de Souza - Secretaria de Educação;

VI - Jaécio Bento da Silva - Secretaria Executiva de Comunicação Social;

VII - Luiz Fernando Aquino - Secretaria Executiva de Projetos Especiais;

VIII - Nardi Francisco de Sousa Arruda - Secretaria de Infraestrutura;

IX - José Carlos Melo - Secretaria de Receita;

X - Paulo Roberto Barbato - Secretaria de Saúde;

XI - Maurício Haroldo Duarte - Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito;

XII - Tatiane Pacheco de Souza, Luiz Paulo C. Faria, Osmar Vieira Filho, Caio Rogério Nighnig e Wilma Adas - Secretaria de Serviços Públicos;

XIII - Karina da Silva Graciosa - Procuradoria-Geral do Município;

XIV - Erick Forte Rolim - Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária;

XV - Paulo Salomon - Secretaria de Governo;

XVI - Eduardo Bastos Moreira Lima e Geraldo José Hermenegildo da Rosa - Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

XVII - Carlos Eduardo Martins - Fundação Municipal de Cultura e

Turismo;

XVIII - Andréa Luiza Grando - Fundação Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço municipal em São José (SC), 03 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1447/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1447/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJO5953	55672507C	5550/0	07/09/2014	181 * XVIII
AQL1592	55672123C	5550/0	18/09/2014	181 * XVIII
AXA3776	55672518C	6041/2	11/09/2014	207
BDV3330	55668143C	5541/4	05/09/2014	181 * XVII
CFA7005	55672528C	5568/0	15/09/2014	181 * XIX
CPQ7126	55673377C	5185/1	02/09/2014	167
DBG7129	55673227C	5541/4	11/09/2014	181 * XVII
HHX3868	55672563C	5460/0	16/09/2014	181 * IX
HPP5248	55672515C	5541/4	11/09/2014	181 * XVII
IEK6969	55673619C	5185/1	10/09/2014	167
ILN7280	55673219C	5568/0	03/09/2014	181 * XIX
ISQ0023	55673303C	5550/0	11/09/2014	181 * XVIII
KKD9256	55672567C	5487/0	16/09/2014	181 * XI
LON5836	55672529C	5568/0	15/09/2014	181 * XIX
LXO3159	55673383C	5185/1	06/09/2014	167
LXZ6690	55672535C	7366/2	15/09/2014	252 * VI
LXZ6690	55672536C	6041/2	15/09/2014	207
MCQ4903	55672534C	6041/2	15/09/2014	207
MDC7548	55673426C	5550/0	18/09/2014	181 * XVIII
MDL7523	55667632C	5541/4	08/09/2014	181 * XVII
MEH6203	55670518C	5819/1	05/09/2014	193
MEQ2856	55673391C	5185/1	06/09/2014	167
MFV3757	55673401C	5452/1	02/09/2014	181 * VIII
MGJ9616	55661526C	5541/4	19/09/2014	181 * XVII
MGP0752	55673640C	5185/1	14/09/2014	167
MGR4665	55665490C	5460/0	08/09/2014	181 * IX

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGT1673	55674041C	5185/1	08/10/2014	167
MGW7319	55672560C	5541/1	04/09/2014	181 * XVII
MHD3979	55672525C	7366/2	15/09/2014	252 * VI
MHF8545	55673359C	5550/0	05/09/2014	181 * XVIII
MHL0219	55670592C	5568/0	16/09/2014	181 * XIX
MHN6925	55673641C	5185/1	14/09/2014	167
MHO4848	55672129C	5550/0	18/09/2014	181 * XVIII
MHW3207	55673639C	6122/0	14/09/2014	214 * I
MIF4838	55672537C	6041/2	15/09/2014	207
MJD7338	55673420C	5380/0	18/09/2014	181 * I
MJH4186	55672531C	5541/4	15/09/2014	181 * XVII
MJU0644	55672505C	5550/0	03/09/2014	181 * XVIII
MKC7238	55672527C	7366/2	15/09/2014	252 * VI
MLC1703	55672540C	7366/2	19/09/2014	252 * VI
MLJ7526	55673417C	5452/1	14/09/2014	181 * VIII
MYB5389	55673625C	7366/2	10/09/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1449/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1449/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAC9502	55673010C	5452/1	05/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
ALK2869	55673030C	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
HMC5993	55672353C	5541/4	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IHI6188	55673035C	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
MBH1392	55671619C	6068/1	26/06/2014	R\$ 127,69	209
MBT8441	55671859C	5738/0	14/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
MCD7396	55672016C	5193/0	20/06/2014	R\$ 191,53	168
MCN3578	55673018C	7366/2	05/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MDJ9073	55672066C	5460/0	09/08/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MEA8352	55671285C	5550/0	30/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEC0075	55672024C	5185/1	24/06/2014	R\$ 127,69	167
MEL0576	55672069C	5541/1	19/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEQ1528	55673027C	7366/2	07/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEW8991	55671647C	5541/3	17/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFG6347	55673040C	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
MFL4741	55671438C	5819/1	14/06/2014	R\$ 574,61	193
MGB0673	55673268C	5185/1	25/08/2014	R\$ 127,69	167
MGK5559	55672165C	5550/0	28/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGN5814	55673016C	5525/0	05/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MHB7087	55670684C	7366/2	30/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHB7664	55671622C	5452/1	04/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MHD5819	55668112C	5550/0	16/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHE0571	55122264C	7366/2	11/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHS5024	55672207C	5541/1	01/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MXH1339	55671946C	5452/1	20/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIJ2288	55672890C	5541/1	25/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIO9874	55672642C	7366/2	14/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIX0451	55671773C	6041/2	09/07/2014	R\$ 127,69	207
MJN1986	55664296C	5452/2	11/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJS3962	55670569C	5550/0	18/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKK6428	55672868C	7366/2	08/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKP0945	55673037C	6122/0	07/08/2014	R\$ 191,53	214 * I
MKP1174	55666385C	5541/6	06/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKR3747	55673013C	5525/0	05/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MKS7458	55671299C	5550/0	28/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKZ5546	55671921C	7366/2	16/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLY7453	55673009C	5452/1	05/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MMK4672	55667158C	5525/0	22/07/2014	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1924/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1924/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BGP6591	55823123E	5541/4	25/09/2014	181 * XVII
EEH7980	55823310E	5541/6	19/09/2014	181 * XVII
GOZ0034	55823729E	5550/0	09/10/2014	181 * XVIII
GTC0724	55821541E	5541/4	25/09/2014	181 * XVII
GXU3062	55823118E	5541/4	24/09/2014	181 * XVII
ISF3365	55823111E	5541/4	19/09/2014	181 * XVII
LOE5957	55084516E	5550/0	22/09/2014	181 * XVIII
MBL6422	55081817E	5452/1	22/09/2014	181 * VIII
MCC7663	55823624E	5550/0	17/10/2014	181 * XVIII
MCF8094	55823160E	5550/0	10/10/2014	181 * XVIII
MCV9965	55823329E	5541/6	10/10/2014	181 * XVII
MDC5894	55823614E	5550/0	17/10/2014	181 * XVIII
MDH3948	55822288E	6122/0	11/09/2014	214 * I
MDR3741	55542980E	5460/0	14/10/2014	181 * IX
MDT6463	55539406E	5819/4	13/09/2014	193
MDT6463	55539407E	5185/1	13/09/2014	167
MER3542	55821932E	5550/0	11/10/2014	181 * XVIII
MER9908	55540572E	5460/0	08/10/2014	181 * IX
MFE7895	55822504E	5550/0	19/09/2014	181 * XVIII
MFV7366	55538942E	5541/4	19/09/2014	181 * XVII
MGI6893	55823311E	6041/2	19/09/2014	207
MGN0237	55821073E	7056/1	03/10/2014	244 * III
MGZ4390	55821800E	6050/1	03/10/2014	208
MHB7546	55822511E	5550/0	19/09/2014	181 * XVIII
MHU2882	55542696E	5550/0	11/10/2014	181 * XVIII
MID1576	55823887E	5550/0	17/10/2014	181 * XVIII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MII7722	55823120E	5541/4	24/09/2014	181 * XVII
MIR0955	55823306E	5550/0	16/09/2014	181 * XVIII
MJL9589	55823367E	7366/2	23/09/2014	252 * VI
MJT1546	55823119E	5541/4	24/09/2014	181 * XVII
MKB1178	55084519E	7366/2	04/10/2014	252 * VI
MKB1178	55084520E	5738/0	04/10/2014	186 * II
MLD4676	55823246E	5541/1	23/09/2014	181 * XVII
NER1776	55823454E	5550/0	18/09/2014	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1926/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1926/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJN0516	55541204E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
AML7677	55821503E	5622/2	08/08/2014	R\$ 53,20	182 * VI
APW1071	54769686E	5835/0	14/08/2014	R\$ 127,69	195
AQT3073	55538315E	5550/0	26/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
AXY1049	55541834E	5541/4	14/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BBE3331	55820978E	5622/2	07/08/2014	R\$ 53,20	182 * VI
BGF2107	55821907E	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
BYG4617	55917123D	5541/6	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CMC1416	55822603E	5550/0	05/09/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
DSL9516	55822376E	5185/1	02/09/2014	R\$ 127,69	167
HNU7789	55538258E	5550/0	06/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
IAV4215	55082786E	5452/2	27/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
IFU6530	55088907E	5550/0	21/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
IGD7121	55540067E	5185/1	23/07/2014	R\$ 127,69	167
IGX0657	55540069E	5541/4	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ITA2308	55821904E	7366/2	14/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
JPN4614	55540528E	5185/1	15/08/2014	R\$ 127,69	167
JQU6373	55821106E	5185/1	06/08/2014	R\$ 127,69	167
JQU6373	55821107E	5185/2	06/08/2014	R\$ 127,69	167
LXR2265	55821355E	5541/4	14/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYC0677	55821145E	5185/1	08/08/2014	R\$ 127,69	167
LYE0620	55822117E	5550/0	24/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYY6601	55541982E	7366/2	19/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LYY6601	55541983E	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
MAA4026	55821268E	5185/1	20/08/2014	R\$ 127,69	167
MAL1979	55820874E	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAM2754	55541844E	5541/4	18/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBM4116	55542653E	5479/0	28/07/2014	R\$ 85,12	181 * X
MBM5309	55821731E	6050/1	21/08/2014	R\$ 191,53	208
MBS5122	55540286E	5541/4	15/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCI7752	55541003E	5452/7	10/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCV2675	55088694E	5541/4	20/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDK5169	55088943E	5541/5	18/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDP6145	55538643E	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
MED2547	55820974E	5622/2	07/08/2014	R\$ 53,20	182 * VI
MEG6855	54932431E	5541/6	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEI7628	55542634E	5185/1	20/08/2014	R\$ 127,69	167
MEJ7097	55820936E	6050/1	20/08/2014	R\$ 191,53	208
MEJ7097	55820937E	6122/0	20/08/2014	R\$ 191,53	214 * I
MEL0576	55542894E	5550/0	15/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEL0576	55542895E	5525/0	15/08/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MES2510	55820880E	5185/1	20/08/2014	R\$ 127,69	167
MES8087	55821154E	5185/1	23/08/2014	R\$ 127,69	167
MEY3386	55542616E	7366/2	11/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEY7778	55088846E	5207/0	24/06/2014	R\$ 53,20	169
MFD3682	55542499E	5185/1	15/08/2014	R\$ 127,69	167
MFN5167	55822009E	6130/0	19/08/2014	R\$ 191,53	214 * II
MFQ6665	55084165E	5550/0	17/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFW2567	55539353E	7366/2	08/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFW7403	55542622E	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
MGC9601	55541961E	5550/0	25/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGH4195	55542819E	5550/0	01/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGJ9616	55539211E	5185/1	24/07/2014	R\$ 127,69	167
MGX0268	55821513E	5622/2	08/08/2014	R\$ 53,20	182 * VI
MGY3233	55541885E	5460/0	04/08/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MGZ0013	55088666E	5460/0	07/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MHN3388	55538534E	5541/2	05/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHS0618	55538923E	5550/0	03/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHS0938	55540293E	5541/5	20/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV1961	55542500E	5185/1	15/08/2014	R\$ 127,69	167
MIG8569	55539623E	5185/1	17/07/2014	R\$ 127,69	167
MIM3851	55821903E	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
MIT4005	55541821E	5550/0	08/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJF3100	55821723E	7234/0	20/08/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MJF9393	55542542E	5550/0	08/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJK6236	55085369E	5541/6	05/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKA2097	54768974E	5185/1	25/07/2014	R\$ 127,69	167
MKB8596	55542501E	5550/0	18/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKF4690	55821625E	5452/1	22/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKI1435	55539659E	5541/5	14/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ4453	55541613E	7366/2	19/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKL9557	55820868E	6122/0	19/08/2014	R\$ 191,53	214 * I
MKP0408	55542636E	5185/1	20/08/2014	R\$ 127,69	167
MKX0737	55539087E	5541/7	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLI5382	55542613E	5185/1	11/08/2014	R\$ 127,69	167
MLI8511	55538637E	7048/1	29/07/2014	R\$ 191,53	244 * II
MLM2773	55542535E	5550/0	07/08/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLO1861	55088676E	5452/2	09/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MLY9402	55539889E	7366/2	14/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MMF9562	55539383E	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
MMI2245	55538815E	7056/1	21/07/2014	R\$ 191,53	244 * III
NDW5014	55821286E	5185/1	03/09/2014	R\$ 127,69	167
NDW5014	55821287E	6084/4	03/09/2014	R\$ 127,69	211
NDW5014	55821288E	5614/1	03/09/2014	R\$ 127,69	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2014

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2014 - PROCESSO Nº 081/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2014 - Processo nº 081/2014.

Objeto: fornecimento de Veículos, direto de Fabrica e/ou concessionária autorizada para compor a frota da Câmara Municipal de São José,

Recebimento das propostas e lances: somente via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cmsj.sc.gov.br/> na opção PREGÃO ELETRÔNICO, de 04 de novembro de 2014 às 08:00h até dia 14 de novembro de 2014, às 11:30h. Abertura das propostas: Dia 14 de novembro de 2014, às 14:00h Observação: Após acessar o site acima, clicar em "Acesso ao Sistema", na barra de opções lateral. Em seguida "entre" com seu "USUÁRIO" e "SENHA". Caso ainda não possua, entre em contato com a administração para que sua identificação de acesso seja providenciada. Maiores informações: Setor de Protocolo Geral da Câmara de Vereadores das 13h00min às 19h00min. Fone: (48) 3029-1321.

Valmor José Heberle
Pregoeiro

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

dispõe sobre a modalidade de LICITAÇÃO denominada pregão, NA SUA FORMA presencial e eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito do Poder legislativo do Município de São José - SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ART. 74, INCISO II, ALÍNEA "a", 1, DO REGIMENTO INTERNO,

Considerando o que dispõe na Lei Federal do Pregão n.º 10.520 de 17 de julho de 2002;

Considerando que cabe ao Poder Legislativo também orientar suas compras e contratações, respaldado na eficiência e celeridade, dentre outros;

Considerando a autonomia administrativa para regulamentar os procedimentos para realização de licitações, inclusive, na modalidade Pregão, na sua forma presencial ou eletrônica, respeitadas as normas gerais contidas na Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002;

Considerando as disposições do art. 2º, §1º e §2º da Resolução n.º 254 de 19 de agosto de 2009 da Câmara Municipal de São José, que estipulou em linhas gerais a instituição do Pregoeiro e a equipe de apoio;

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Considerando a previsão do art. 3º do Decreto Municipal de 04 de abril de 2013, alterado pelo Decreto Municipal n.º 1.650, que dispõe sobre a adoção de todas as modalidades licitatórias, conforme oportunidade e conveniência, e traz adoção preferencial ao Pregão do tipo eletrônico;

Resolve:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Esta Resolução disciplina normas referentes à modalidade de licitação denominada pregão, na forma presencial e eletrônica, instituída pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Poder Legislativo Municipal de São José.

§ 1º - A Câmara Municipal de São José adotará as modalidades licitatórias conforme a conveniência e oportunidade da contratação, respeitando-se os limites e imposições da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações e da Lei Federal n.º 10.520/2002 e suas alterações, dando-se preferência à modalidade Pregão do tipo Eletrônico, quando compatível com o objeto licitado.

§ 2º - A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

§ 3º - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 2º - Os participantes da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica ou presencial, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido nesta Resolução, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da Internet.

Art. 3º - As aquisições de bens e serviços comuns, na modalidade pregão permanecerão centralizadas na Diretoria de Administração.

§ 1º - A função de pregoeiro será exercida por servidor da Câmara Municipal designado pelo Presidente, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Permanente de Licitação ou outros servidores previamente designados pela autoridade competente.

§ 2º - A composição da equipe de apoio, de que trata o parágrafo anterior, poderá variar nas hipóteses em que as especificidades do objeto licitado exijam participação de servidor com conhecimento na área pertinente, cuja indicação será feita mediante portaria.

§ 3º - Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição.

Art. 4º - Ao Presidente do Poder Legislativo, caberá diretamente:

- I - autorizar a abertura da licitação;
 - II - designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;
 - III - decidir os recursos contra atos do pregoeiro;
 - IV - homologar o resultado da licitação;
- RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

V - celebrar o contrato;

VI - aplicar as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, além da penalidade prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

VII - anular ou revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente

comprovado, pertinente e suficiente a justificar tal conduta, devendo, ainda anular por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado;

Art. 5º - A convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em função dos limites abaixo estipulados: I para bens e serviços de valores estimados até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais):

a) Diário Oficial do Estado e ou Diário Oficial Eletrônico do Município;

b) Meio eletrônico (via internet no sítio oficial da CMSJ)

II para bens e serviços de valores estimados acima de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil), até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

a) Diário Oficial do Estado e ou Diário Oficial Eletrônico do Município;

b) Jornal de grande circulação regional e, ou jornal de circulação diária local; e

c) Meio eletrônico (via internet no sítio da CMSJ)

III para bens e serviços de valores estimados superiores a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

a) Diário Oficial do Estado e ou Diário Oficial Eletrônico do Município;

b) Meio eletrônico (via internet no sítio da CMSJ); e

c) Jornal de grande circulação regional ou nacional e, ou jornal de circulação diária local.

Parágrafo único. Quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais, e nas situações em que couber, publicar no Diário Oficial da União.

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 6º - Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, os seguintes:

I - justificativa da contratação;

II - termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro do desembolso, se for o caso;

III - planilhas de custo;

IV - garantia de previsão orçamentária, com a indicação do recurso para a despesa;

V - autorização de abertura da licitação;

VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VII - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação;

VIII - edital e, quando for o caso, respectivos anexos;

IX - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

X - originais das propostas, da documentação analisada e dos documentos que a instruírem;

XI - ata da sessão do pregão, contendo o registro dos licitantes credenciados, das propostas apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação, e quando for o caso, da intenção motivada de recorrer;

XII - as razões e contra-razões dos recursos interpostos;

XIII - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação e dos demais atos relativos à publicidade do certame, conforme o caso.

CAPÍTULO II

DO PREGÃO PRESENCIAL

Art. 7º - Este capítulo estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade pregão presencial.

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 8º - Pregão presencial é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais.

Art. 9º - As atribuições do pregoeiro, no pregão presencial, incluem:

I - o credenciamento dos interessados;

II - o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

III - a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;

IV - a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

V - a adjudicação da proposta de menor preço;

VI - a elaboração de ata;

VII - a condução dos trabalhos da equipe de apoio;

VIII - o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos;

IX - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e à contratação.

X - outras atividades inerentes à realização do certame, necessárias a garantia da ampla competitividade e isonomia, previstas no edital.

Art. 10 - A fase externa do pregão presencial será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - do edital e do aviso constarão definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida e obtida a íntegra do edital, prestadas informações e o local onde será realizada a sessão pública do pregão;

II - o edital fixará o prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis, contados da publicação do aviso, para a apresentação das propostas; RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

III - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

IV - aberta a sessão, os licitantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

V - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores até dez por cento, relativamente a de menor preço;

VI - não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

VII - em seguida, será dado início à etapa de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, podendo o instrumento convocatório estabelecer intervalos mínimos de valor;

VIII - o pregoeiro convocará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

IX - havendo empate nas propostas escritas a ordem de apresentação dos lances verbais será definida aleatoriamente pelo software de compras da Câmara Municipal de São José;

X - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado

pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do seu último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas;

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

XI - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

XII - em caso de empate nas propostas escritas e do não comparecimento de representantes de nenhuma das proponentes, a definição do vencedor será efetuada através de sorteio, com registro em ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, na qualidade de testemunhas.

XIII - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito de sua aceitabilidade;

XIV - sendo aceitável a proposta de menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

XV - verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XVI - se a oferta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

XVII - nas situações previstas nos incisos XIII e XVI, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço;

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentação das contra-razões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XIX - o acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

XX - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante implicará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

XXI - constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, e após o julgamento de eventuais recursos, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor;

XXII - se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, ou não apresentar situação regular no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas nesta Resolução, observado o disposto nos incisos XIII e XVI deste artigo.

Parágrafo Único - A Diretoria de Administração afixará no quadro de avisos apropriado o resultado dos pregões presenciais, sem prejuízo dos demais meios de publicação legalmente previstos.

CAPÍTULO III DO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 11 - Este capítulo estabelece normas e procedimentos para a realização de licitações na modalidade de pregão, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, denominado pregão eletrônico.

Art. 12 - O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, exclusivamente por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela internet.

§ 1º - O sistema referido no "caput" utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

§ 2º - O pregão eletrônico será conduzido pela Diretoria de Administração, com apoio técnico e operacional do Departamento de Informática e Telefonia da Câmara Municipal de São José.

Art. 13 - Compete ao órgão promotor da licitação:

I - providenciar a solicitação de compra, devidamente autuada e protocolada, bem como a autorização do Presidente para abertura da licitação e respectiva contratação.

II - Definir o objeto do certame, obedecendo às especificações técnicas de forma clara, concisa e objetiva, bem como definir o valor estimado praticado pelo mercado.

III - Indicar o recurso próprio para a despesa, anexando a respectiva nota de bloqueio.

Art. 14 - Compete à Diretoria de Administração:

I - disponibilizar na Internet o instrumento convocatório e seus anexos;

II - publicar o extrato do instrumento convocatório conforme artigo 6º desta Resolução;

III - definir o período de recebimento da proposta e a data e hora para a realização da sessão pública de abertura da licitação e divulgação das propostas, que não poderá ser inferior a 08 (oito) dias úteis, contados da publicação do aviso do edital;

IV - apreciar as impugnações ao instrumento convocatório apresentadas pelos interessados, nos termos do art. 18 do Decreto Federal n.º 5.450/05;

V - reprogramar a data e hora de realização da sessão de abertura, julgamento e classificação das propostas, informando, por meio eletrônico, aos licitantes o respectivo adiamento;

VI - receber, por meio eletrônico, as propostas que forem formuladas pelos proponentes, as quais serão mantidas criptografadas até o momento de sua abertura e divulgação, mediante grade ordenatória elaborada pelo referido sistema;

VII - elaborar a Ata de Abertura;

VIII - julgar e classificar, as propostas apresentadas, após a divulgação da grade ordenatória, em ordem crescente, com a justificativa das desclassificações;

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

IX - divulgar o resultado do julgamento das propostas no sistema eletrônico, como forma de notificar o licitante, ocasião em que lhe será possibilitado manifestar-se motivadamente quanto à interposição de recurso;

X - decidir os recursos interpostos pelos proponentes e as respectivas impugnações, divulgando o resultado no sistema;

XI - adjudicar o objeto ao(s) proponente(s) vencedor(es);

XII - promover a assinatura do contrato ou instrumento equivalente;

Art. 15 - Compete aos fornecedores de bens ou prestadores de serviços:

I - credenciar-se previamente no sistema eletrônico de pregão, obtendo a senha para utilização do mesmo;

II - efetuar todos os atos relativos ao pregão eletrônico, como apresentação de proposta, lances, recursos, impugnações, esclarecimentos, entre outros, nos campos apropriados do sistema eletrônico;

III - comunicar a perda da senha ou quebra de sigilo, imediatamente a Diretoria de Administração da Câmara Municipal de São José, para imediato bloqueio de acesso;

Art. 16 - Serão previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participam do pregão eletrônico.

§ 1º - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

§ 2º - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento pela Administração;

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

§ 3º - O credenciamento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral devidamente atualizado no cadastro de fornecedores mantido pela Diretoria de Administração, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação;

§ 4º - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao Administrador do sistema, para imediato bloqueio de acesso;

§ 5º - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

§ 6º - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Art. 17 - As atribuições do pregoeiro incluem:

I - a abertura e exame das propostas iniciais de preços apresentadas por meio eletrônico;

II - a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha do lance de menor preço;

III - a elaboração da ata;

IV - o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos;

V - a condução dos trabalhos da equipe de apoio;

VI - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior visando à homologação e a contratação.

VII - outras atividades inerentes a realização do certame, necessárias a garantia da ampla competitividade e isonomia, previstas no edital.

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Art. 18 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

Parágrafo Único. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Art. 19 - A sessão pública do pregão eletrônico será regida pelas seguintes regras:

I - do aviso do edital deverão constar o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão será realizado por meio de sistema

eletrônico;

II - todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame;

III - os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao sistema pregão eletrônico, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão;

IV - a participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço em data e horário previsto no edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico;

V - como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital;

VI - no caso de contratação de serviços comuns, as planilhas de custos previstas no edital deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio eletrônico, juntamente com a proposta de preço; RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

VII - a partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas pelo edital;

VIII - aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

IX - os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital, e as regras de aceitação dos mesmos;

X - só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema;

XI - não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

XII - durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance;

XIII - a etapa de lances da sessão pública, prevista em edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até vinte minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada o recebimento de lances;

XIV - encerrada a fase de recebimento de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação;

XV - o pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

XVI - no caso de contratação de serviços comuns, em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada em até 01

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

(uma) hora posterior ao término do pregão por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados;

XVII - como requisito para a celebração do contrato, o vencedor deverá apresentar o documento original da proposta e da planilha de custos;

XVIII - caso os licitantes manifestem sua intenção de interpor recursos, esta deverá obrigatoriamente ser feita no final da sessão com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os

interessados juntar memoriais por meio eletrônico no prazo de 03 (três) dias;

XIX - o recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;

XX - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XXI - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;

XXII - como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;

XXIII - quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos incisos XVI e, XVII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002;

XXIV - se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no inciso anterior;

XXV - o prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital.

XXVI - encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar, a situação de regularidade na forma do art. 28 ao art. 31 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, podendo esta comprovação se dar mediante encaminhamento da documentação via fax com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, no prazo de até 02 (dois) dias úteis;

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

XXVII - o pregoeiro consultará por meio eletrônico, quando for o caso, a situação de regularidade do licitante detentor da melhor proposta perante o Cadastro de Fornecedores exigido no edital;

XXVIII - a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

Art. 20 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou a proposta inexequível, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

§ 1º - Na situação a que se refere este artigo, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

§ 2º - Consideram-se inexequíveis as propostas ou lances cujos custos unitários dos insumos que a compõem ou das parcelas que a integram divergirem, qualitativa e quantitativamente, dos preços praticados no mercado fornecedor ou estejam em desacordo com a legislação específica aplicável, em cada caso, à prestação de serviços.

Art. 21 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

Art. 22 - A não entrega da documentação exigida no edital dentro do prazo determinado, bem como a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, referida

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

no inciso II do art. 9º, desta Resolução, sujeitará o licitante às

sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 2002, e na legislação pertinente.

Art. 23 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

Parágrafo único. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

Art. 24 - Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar do Pregoeiro esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

Art. 26 - O ordenador de despesa do órgão solicitante ou quem ele formalmente designar, deverá:

I - definir o objeto do certame, obedecido às especificações técnicas de forma clara, concisa e objetiva, bem como definir o valor estimado atualizado praticado pelo mercado na requisição de compra de materiais/ serviços.

Art. 27 - A Diretoria de Administração afixará no quadro de avisos apropriado o resultado dos pregões eletrônicos, sem prejuízo dos demais meios de publicação legalmente previstos.

RESOLUÇÃO Nº. 417, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 - Aplicam-se subsidiariamente para a modalidade pregão, no que couber, as disposições dos Decretos Federais nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.697, de 21 de dezembro de 2000, 5.450 de 31 de maio de 2005 e 5.504 de 05 de agosto de 2005, bem como as normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Complementar nº 123/2006, com todas as alterações que lhe forem pertinentes.

Art. 29 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 31 de Outubro de 2014.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº. 228/2014 - SF

DECRETO Nº. 228/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"63" 3.3.90.47.00.00.1.0000 Obrigações Tributárias e ContribuiçõesR\$ 3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"60" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de outubro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 23 de outubro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 229/2014 - SF

DECRETO Nº. 229/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.923,00 (três mil, novecentos e vinte e três reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"410" 3.3.90.93.00.003.0024 Indenização e Restituições R\$ 218,62

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, será utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro

do Exercício Anterior, Recursos Transferências de Convênios, Fonte 3.0024, no valor de R\$ 218,62 (duzentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de outubro de 2014.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 31 de outubro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº 5.483, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 5.483, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

"CRIA COMISSÃO ESPECIAL E NOMEIA SEUS MEMBROS".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada e nomeada Comissão Especial responsável pela organização da EXPO CEDRO 2015. A Comissão será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

I - Volnei Luiz Dallo - Secretário Municipal da Agricultura;

II - Joana Anzolin - Secretária Municipal do Planejamento;

III - Rosimar Zanchett Angeli - Secretária Municipal da Educação e Cultura;

IV - Fernando Júlio Will - Secretário Municipal da Fazenda;

V - Fábio Machado - Secretário Municipal da Administração;

VI - Clóvis Scalco - Secretário Municipal de Esportes;

VII - Claudiomiro Francisco Ongaratto - Secretário Municipal de Transportes e Obras;

VIII - Alexandre Vogt - Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação;

IX - Marcos Fernando Osachuki - Veterinário;

X - Fernando da Silva - Veterinário;

XI - Volmir Nonemacher - Produtor de animais;

XII - Lenoir Spironello - Produtor de animais;

XIII - Rodrigo Priori - Produtor de animais;

XIV - Ludimar Vendruscolo - Produtor de animais;

XV - Claudir Santa Catarina - Produtor de animais;

XVI - Romi Mezalira - Produtor de animais;

XVII - Stephany Segabinazi - Veterinária da CIDASC;

XVIII - Laércio Flores Marques - Veterinário;

XIX - Elmar José Hentz - Representante da EPAGRI;

XX - Adelar Maximiliano Zimmer - Presidente dos Produtores Rurais;

XXI - Arnélio Nadin - Presidente dos Trabalhadores na Agricultura Familiar;

XXII - Neudir Reolon - Representante da ACARTE;

XXIII - Rui Niedermaier - Presidente do CDL/ACISC;

XXIV - João Anzolin - Prestador de Serviços;

XXV - Marciano Barato - Empresário;

XXVI - Valter Riffel - Empresário;

XXVII - João Carlos Rockenbach - Empresário;

XXVIII - Ingrid Kasper Dedeco - Empresária;

XXIX - Sonia Tomazi - Empresária;

XXX - Neuri Antônio Bortolini - Empresário;

XXXI - Zaira da Silva Câmara Castro - Organizadora;

XXXII - Isoldi Will - Vereadora;

XXXIII - Mariel Perin - Engenheiro;

XXXIV - Luiz Battaglin - Fiscal de Tributos;

XXXV - Carlinhos Ganzer - Representante dos Bombeiros;

XXXVI - Marisa Boniatti - Representante da Vigilância Sanitária;

XXXVII - Tenente Deiber Junior Haefliger - Representante da Polícia Militar;

XXXVIII - Rodrigo Welter - Representante da Cooperativa Agroindustrial Alfa;

XXXIX - Claudemir José Bosing - Representante da Agrofértil.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 31 de outubro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 31 de outubro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2014, PR Nº 003/2014 - ICLSO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 17/11/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO NATAL 2014, COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS, APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, SEGURANÇA E LOCAÇÃO DE PALCO, BEM COMO AQUISIÇÃO DE ITENS PARA INSTALAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA E MANUTENÇÃO DAS MESMAS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

ALTAMIR LEMES DA ROSA
Gerente Executivo

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

ERRATA Nº 53 2014 SERVIÇO DE TRATOR DE ESTEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA-MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 53/2014-MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO.

1º ERRATA

O Município de São Miguel da Boa Vista - SC, torna público Errata da licitação nº.53/2014 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de Preço, cujo objeto é Registro de Preço para Aquisição de Prestação de Serviços de Trator de Esteira.

Fica alterado a descrição do Objeto do edital nº. 53/2014, o qual passa a vigorar com o seguinte texto:

Serviços de Hora/Maquina de Trator de Esteira, com lamina ajustável e riper trazeiro, com no mínimo 14(quatorze) toneladas, com tempo máximo de uso de 10(dez) anos, incluindo profissional para operar o equipamento e todas as despesas para execução, nas quantidades estimadas conforme necessidade do Município.

Justificativa: Ampliar a Competitividade da Licitação.

DEVIDO A ALTERAÇÃO, A DATA DE ABERTURA E ENTREGA DOS ENVELOPES SERÁ DIA 17/11/2014.

As demais cláusulas do edital e seus anexos ficarão inalterados e encontram-se junto de informações no site do Município, bem como no setor de Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00hrs às 13:00hrs.

São Miguel da Boa Vista/SC, 03 de Novembro de 2014.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO Nº 22/2014 (ADMINISTRAÇÃO GERAL E SAÚDE)

EXTRATO DE DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 22/2014

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, e das Leis Complementares Municipais ns. 009/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), 025/2013 (Plano de Cargos e Salários da Administração Pública Municipal), TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições ao Concurso Público destinado ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva no Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de São Miguel do Oeste, a seguir relacionada, o qual reger-se-á pelas instruções e normas deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS VAGAS:

O concurso público destina-se ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva no Quadro de Pessoal da Educação funções e vagas abaixo relacionadas:

NÍVEL SUPERIOR

CARGO	VAGAS	C. H. SEMANAL	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL (R\$)
Arquiteto	01	40	Ensino Superior em Arquitetura com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CAU).	4.435,20
Assistente Social	04	40	Ensino Superior em Serviço Social com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRESS).	2.904,00
Nutricionista	01	40	Ensino Superior em Nutrição com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRN).	2.904,00
Contador	01	40	Ensino superior em Ciências Contábeis com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRC).	4.435,20
Fiscal de Tributos	CR*	40	Ensino superior em Administração, Ciências Contábeis, Economia, Direito com diploma reconhecido pelo MEC.	4.435,20
Fiscal sanitaria	CR*	40	Ensino superior em farmácia/bioquímico, biomedicina, enfermagem, engenharia sanitaria, biólogo com diploma reconhecido pelo MEC.	2.904,00
Psicólogo	02	40	Ensino Superior em Psicologia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRP).	2.904,00
Bioquímico	CR*	40	Ensino Superior em Farmácia, Ciências Biomédicas ou Biomedicina, com habilitação em Bioquímica e com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional.	2.904,00
Biólogo	01	40	Ensino Superior em Biologia ou Ciências Biológicas com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRBio)	2.904,00
Enfermeiro	05	40	Ensino Superior em Enfermagem com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (COREN)	2.904,00
Farmacêutico	02	40	Ensino Superior em Farmácia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRF)	2.904,00
Fisioterapeuta	01	40	Ensino Superior em Fisioterapia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CREFITO)	2.904,00
Odontólogo	9	40	Ensino Superior em Odontologia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO)	4.435,20

NÍVEL SUPERIOR					
CARGO	AREA DE ATUAÇÃO	VAGAS	C. H. SEMA- NAL	HABILITAÇÃO	VENCIMEN- TO INICIAL (R\$)
Odontólogo	Pediatria	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Odontologia com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO), com diploma de especialista em Pediatria.	**4.435,20
Cirurgião Dentista	Bucmaxilo-facial	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Odontologia com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO), com diploma de especialista Bucomaxi- lofacial.	**8.131,20
Cirurgião Dentista	Endodontista	02	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Odontologia com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO), com diploma de especialista em Endodontia	**8.131,20
Cirurgião Dentista	Periodontista	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Odontologia com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO), com diploma de especialista em Peridontia.	**8.131,20
Cirurgião Dentista	Especialista em Porta- dores de Necessidades Especiais (PNE)	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Odontologia com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO), com diploma de especialista em Porta- dores de Necessidades Especiais.	**8.131,20
Cirurgião Dentista	Protesista	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Odontologia com registro no Órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO), com diploma de especialista em prótese.	**8.131,20
Engenheiro	Engenharia Civil	02	40	Ensino superior em Engenharia Civil com regis- tro no órgão fiscalizador da categoria profissio- nal (CREA)	4.435,20
Engenheiro	Engenharia Ambiental	CR*	40	Ensino Superior em Engenharia Ambiental com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CREA)	4.435,20
Médico	Clinico Geral /Saúde da Família	09	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Medicina, com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRM)	**13.305,60
Médico	Clinico Geral	02	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Medicina, com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRM)	**13.305,60
Médico	Psiquiatra	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Medicina, com especia- lização em Psiquiatria com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRM)	**13.305,60
Médico	Infectologista	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Medicina, com especiali- zação em Infectologia com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRM)	**13.305,60
Médico	Gastroente- rologista	01	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Medicina, com especializa- ção em Gastroenterologia com registro no ór- gão fiscalizador da categoria profissional (CRM)	**13.305,60
Médico Veterinário	Veterinária	CR*	40	Ensino Superior em Medicina Veterinária com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRMV)	4.435,20
NÍVEL MÉDIO					
CARGO	VAGAS	C. H. SEMA- NAL	HABILITAÇÃO	VENCIMEN- TO INICIAL (R\$)	
Auxiliar de Consultório Dentário	09	40	Ensino Médio concluído e Curso Técnico na área de Auxiliar de Odontologia e ou Técnico em Higiene Dental, com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CRO)	1.425,60	
Atendente Social	11	40	Ensino Médio concluído	1.108,80	
Fiscal Técnico de Obras e Posturas	02	40	Ensino Técnico em Edificações e Carteira de Habilitação "AB"	1.742,40	
Fiscal Técnico Sanitário	01	40	Ensino Médio concluído ou Ensino Técnico e Carteira de Habilitação "AB"	1.742,40	

Técnico em Enfermagem	05	40	Ensino Médio concluído e curso profissionalizante de Técnico em Enfermagem com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (COREN)	1.742,40
Técnico Administrativo	09	40	Ensino Médio concluído ou ensino Técnico equivalente ao ensino médio.	1.742,40
Técnico em Informática	03	40	Ensino Médio concluído e curso Técnico na Área de Informática	1.742,40
Técnico Agrícola	CR*	40	Ensino Médio concluído e curso profissionalizante de Técnico Agrícola e/ou Técnico Agropecuário, com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CREA ou CRMV)	1.742,40
Técnico em Agrimensura	01	40	Ensino Médio e Curso Profissionalizante de Técnico em Agrimensura com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CREA)	3.696,00
Técnico em Segurança do Trabalho	01	40	Ensino Médio e Curso Profissionalizante de Técnico em Segurança do Trabalho com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional (CREA ou CAU)	1.742,40
Telefonista	01	20 ou 30	Ensino Médio concluído	**1.108,80
Recepcionista	01	40	Ensino Médio concluído	1.214,40
Motorista	09	40	Ensino médio concluído/CNH 'C', 'D' ou 'E'	1.425,60
Operador de Máquinas	02	40	Ensino médio concluído/CNH 'C', 'D' ou 'E'	1.425,60

NÍVEL FUNDAMENTAL

CARGO	AREA DE ATUAÇÃO	VAGAS	C. H. SEMANAL	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL (R\$)
Agente Comunitário de Saúde	Estratégia Saúde da Família	48	40	Ensino Fundamental Concluído	1.014,00
Agente Comunitário de Saúde	Controle de Endemias (Dengue)	12	40	Ensino Fundamental Concluído	1.014,00
Agente de Limpeza e Serviços Gerais	Limpeza e Serviços Gerais	10	40	Ensino Fundamental Concluído	1.003,20
Agente de Obras e Serviços Gerais	Obras e Serviços Gerais	03	40	Ensino Fundamental Concluído	1.003,20
Merendeira	Merendeira	15	40	Ensino Fundamental Concluído	1.003,20

Legendas:

**Vencimento para 40 horas semanais, sendo que o mesmo será proporcional à carga horária.

CR= Cadastro de Reserva.

2. DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições serão realizadas no período de 31 de outubro a 1º de dezembro de 2014 exclusivamente via internet, através do site oficial da Prefeitura do Município de São Miguel do Oeste, www.saomiguel.sc.gov.br

O Município disponibilizará no período de inscrições um terminal de computador para os candidatos que não possuem acesso a internet, para a realização de sua inscrição junto à BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSÉ DE ALENCAR, sito à Rua Sete de Setembro, 2045, no horário de funcionamento da mesma.

As exigências para a realização das inscrições constam do Edital e das informações prestadas ao candidato.

3. VALOR DAS INSCRIÇÕES:

O valor da taxa de inscrição será de:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	VALOR EM REAIS
ENSINO SUPERIOR	130,00
ENSINO MÉDIO	80,00
ENSINO FUNDAMENTAL	40,00

4. INTEGRA DO EDITAL:

Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações junto a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (SC), ou nos seguintes sítios eletrônicos: www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste, 30 de outubro de 2014.

João Carlos Valar

Prefeito Municipal

CONCURSO PÚBLICO Nº 21/2014 (EDUCAÇÃO)

EXTRATO DE DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 21/2014

O Prefeito do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, das Leis Complementares Municipais ns. 009/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e 026/2013 (Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal), TORNA PÚBLICO aos interessados que se acham abertas as inscrições ao Concurso Público, destinado ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva no Quadro de Pessoal da Educação Pública - Professores e Auxiliares de Educação Infantil de São Miguel do Oeste, a seguir relacionadas, o qual reger-se-á pelas instruções e normas deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS VAGAS:

O concurso público destina-se ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva no Quadro de Pessoal da Educação funções e vagas abaixo relacionadas:

NÍVEL SUPERIOR						
CARGO	AREA DE ATUAÇÃO	VAGAS	C. H. SEMANAL	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL (R\$)	TIPO DE PROVA
Professor	Professor em Língua Estrangeira – Espanhol	CR	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior em Letras com Habilitação em Língua Espanhola	**1.976,83	Escrita/ Títulos
Professor	Professor de Português	CR	10, 20, 30 ou 40	Ensino Superior com Licenciatura em Letras	**1.976,83	Escrita/ Títulos
Professor	Matemática	CR	10, 20, 30 ou 40	Ensino superior com licenciatura em Matemática	**1.976,83	Escrita/ Títulos
Professor	Geografia	CR	10, 20, 30 ou 40	Ensino superior com licenciatura em Geografia	**1.976,83	Escrita/ Títulos
Professor	História	CR	10, 20, 30 ou 40	Ensino superior com licenciatura em História	**1.976,83	Escrita/ Títulos
Professor	Ciências	CR	10, 20, 30 ou 40	Ensino superior com licenciatura em Ciências	**1.976,83	Escrita/ Títulos
NÍVEL MÉDIO						
CARGO	AREA DE ATUAÇÃO	VAGAS	C. H. SEMANAL	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO INICIAL (R\$)	TIPO DE PROVA
Auxiliar de Creche	Auxiliar de Creche	30	40	Ensino Médio Concluído	1.267,20	Escrita

Legendas:

**Vencimento para 40 horas semanais, sendo que o mesmo será proporcional à carga horária.

CR= Cadastro de Reserva.

2. DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições serão realizadas no período de 31 de outubro a 1º de dezembro de 2014 exclusivamente via internet, através do site oficial da Prefeitura do Município de São Miguel do Oeste, www.saomiguel.sc.gov.br

O Município disponibilizará no período de inscrições um terminal de computador para os candidatos que não possuem acesso a internet, para a realização de sua inscrição junto à BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JOSÉ DE ALENCAR, sito à Rua Sete de Setembro, 2045, no horário de funcionamento da mesma.

As exigências para a realização das inscrições constam do Edital e das informações prestadas ao candidato.

3. VALOR DAS INSCRIÇÕES:

O valor da taxa de inscrição será de:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	VALOR EM REAIS
ENSINO SUPERIOR	130,00
ENSINO MÉDIO	80,00

4. INTEGRA DO EDITAL:

Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações junto a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste (SC), ou nos seguintes sítios eletrônicos: www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste, 30 de outubro de 2014.
João Carlos Valar
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara**PREFEITURA****DECRETO Nº 174/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Sé Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 174/2014
Abre Crédito Suplementar por conta
do Superávit Financeiro.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais) por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício anterior do Piso Básico Variável na dotação abaixo identificada:

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.241.0007.2.037 - Apoio ao Idoso R\$ 3.500,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0199.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 27 de outubro de 2014.
JUCÉLIO KREMER
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº165/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº165/2014
Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 61.235,00 (sessenta e um mil duzentos e trinta e cinco reais) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

04.01.12.365.4.2016 - Funcionamento e Manutenção do
Educação Infantil R\$ 61.235,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas
R\$ 61.235,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº166/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº166/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 50.765,00 (cinquenta mil setecentos e sessenta e cinco reais) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

04.01.12.361.4.2015 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 50.765,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas
R\$ 50.765,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº167/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº167/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.4-2016- Funcionamento e Manutenção do Educação Infantil R\$ 7.600,00

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0081 - Aplicações Diretas R\$7.600,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0081 - Aplicações Diretas R\$ 7.600,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº168/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº168/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.9-2057- Funcionamento e Manutenção da R\$ 8.000,00
Saúde Bucal

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº177/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº177/14

REFORÇAR O CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 918/2014. DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reforçar o Crédito Especial no total de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.1083 - Construção de Pontes
R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0 - Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2.078 - Func. e Manutenção da
Coordenadoria de Serviços Públicos R\$ 1.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0 - Aplicação Direta
R\$ 1.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de outubro de 2014.
JUCELIO KREMER
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 408/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000
- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 408/2014

REVOGA A PORTARIA Nº 338/2014.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a partir desta data a portaria nº 338/2014, que concedeu a servidora ELAINE CRISTINA MARTINS licença para atendimento de pessoa a família.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de outubro de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 410/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 410/2014

Revoga a Portaria nº. 395/2014 que concede férias a servidora MICHELE MAIA DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a supremacia do interesse público,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria nº. 395/2014 que concede férias da servidora MICHELE MAIA DA SILVA, devido à necessidade de prestação de serviços junto a Administração Municipal.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de outubro de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 411/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 411/2014

Revoga a Portaria nº. 387/2014 que concede férias a servidora SIMONE MORETTI.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o

disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a supremacia do interesse público,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria nº. 387/2014 que concede férias da servidora SIMONE MORETTI, devido à necessidade de prestação de serviços junto a Secretaria de Saúde.

Art. 2.º-. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

PORTARIA N.º 412/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 412/2014

Concede férias a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, férias por 15 dias que gozará a partir de 29/10/2014 a 12/11/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Schroeder**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº. 126/2014 - FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 126/2014 - FMS

Dispensa de Licitação nº. 56/2014-FMS

Processo nº. 83/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA CRISTO, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.094.341/0001-63, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3554, Centro, neste Município de Schroeder/SC, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a locação de construção em alvenaria com 190 m² e pavilhão com 480 m², localizados na rua Marechal Castelo Branco, nº 3564, Centro, para atender as necessidades do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), CAE (Centro de Atendimento Especializado) e Projeto Movimenta Schroeder da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder /SC, para o período de janeiro a dezembro de 2015, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação de construção em alvenaria com 190 m² e pavilhão com 480 m² localizados na rua: Marechal Castelo Branco, Nº 3564. Centro. Schroeder, para atender as necessidades do NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família), CAE (Centro de Atendimento Especializado) e Projeto Movimenta Schroeder da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder.	12	Unidade	2.150,00	25.800,00
Valor total R\$					25.800,00

Valor do Contrato: de R\$ 25.800,00 (Vinte e oito mil e oitocentos reais).

Data da Assinatura: 03/11/2014 - Vigência: 01/01/2015 até 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.133/2014 DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.133/2014 de 30 de outubro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.520,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.313 - Manutenção da Patrulha Rural

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Material de Consumo R\$

1.200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e

Serviços Urbanos

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalações
R\$ 5.520,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.313 - Manutenção da Patrulha Rural

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.774/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 5.774/2014, de 03 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Patrícia Sandy Nogueira, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.775/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 5.775/2014, de 03 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município, por meio de Ofício nº 159/2014 - SMSAS, datado de 02 de outubro de 2014, para a contratação de 01 (um) profissional Técnico em Enfermagem;

Considerando que a vaga será em caráter de substituição da profissional Janete Pereira que está em afastamento médico desde o mês de setembro de 2014;

Considerando que a referida Secretaria já realizou processo seletivo para permitir a contratação em caráter temporário ACTs, para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde e Assistência Social;

Considerando que a lista de classificados para o determinado cargo já foi exaurida com a assinatura e entrega do termo de desistência da última classificada no referido processo seletivo em 26/09/20014;

Considerando que o Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social já foi orientado proceder com os ditames para realização de novo processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACTs, para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde e Assistência Social;

Considerando que os profissionais da Saúde do Município são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos munícipes conforme legislação específica.

Considerando o Decreto Municipal nº 3.132/2014, de 30/10/2014, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR a Sra. Luana Vanessa dos Santos Gabriel, para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem, percebendo o nível salarial nº 003 - ESF, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a carga horária necessária ao atendimento de toda a população, determinado pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, assinando contrato entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de novembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2014

Lei COMPLEMENTAR nº155/2014

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR N. 91/2010.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal propôs, aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica alterada a carga horária do Auxiliar de Serviços Gerais para 40 (quarenta) horas semanais, prevista no anexo I da Lei Complementar nº91/2010, conforme a redação que lhe dá esta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 2º da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder(SC), 3 de novembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei COMPLEMENTAR nº155/2014

ANEXO I

QUADRO PERMANENTE

DESCRIÇÃO	DOS	CARGOS	E	COMPETÊNCIAS
-----------	-----	--------	---	--------------

Atividade de Nível Superior

Função: Contador

Requisito: Cursos superior completo na área de atuação; registro no CRC.

Carga horária: 40h

Número de vagas: 01

Remuneração: Nível 80

Atribuições: Elaborar prévia orçamentária da Câmara de Vereadores no encaminhamento da proposta orçamentária; acompanhar, controlar e avaliar a execução do orçamento da Câmara de Vereadores; estudar e propor correções e revisões no orçamento em execução; estruturar todas as operações contábeis; manter o controle dos depósitos e retiradas bancárias, conferindo-os com os extratos das contas correntes; levantar o balanço geral da Câmara de Vereadores e demais quadros demonstrativos; levantar os balancetes orçamentários e financeiros mensais; elaborar instruções relativas à forma e ao método de escrituração contábil; acompanhar a execução orçamentária na fase de empenho; promover a anulação de empenho, quando for o caso; exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de sua finalidade.

Atividade de Nível Médio

Função: Auxiliar Administrativo

Requisito: Ensino médio completo. Curso de Informática.

Carga horária: 34h

Número de Vagas: 01

Remuneração: Nível 25

Atribuições: Prestar serviços de digitação, redigir expedientes, tais como cartas, ofícios, memorandos, de acordo com modelo e normas preestabelecidas, auxiliar nos serviços de organização e manutenção de cadastros, arquivos e outros instrumentos de controle administrativo, distribuir e encaminhar papeis e correspondências

no setor de trabalho, auxiliar nos serviços de recepção atendimento ao público, executar atividades auxiliares de apoio administrativo, zelar pelos equipamentos sob sua guarda, comunicando à chefia imediata a necessidade de consertos e reparos, atender e encaminhar as pessoas que desejam falar com os vereadores, executar outras atribuições afins.

Atividade de Nível Básico

Função: Auxiliar de Serviços Gerais

Requisito: Ensino fundamental completo. Conhecimentos e habilidade na área de atuação.

Carga horária: 40h

Número de Vagas: 01

Remuneração: Nível 07

Atribuições: Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os; limpar escadas, pisos, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó; fazer café; limpar utensílios como lixeiros, objetos de adorno, vidros, janelas, entre outros; arrumar banheiro, limpando-os com água, sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes; coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras; executar serviços de limpeza da área externa da Câmara, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas; limpar o jardim; zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; realizar outras atividades correlatas com a função.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 176/2014

DECRETO Nº 176/2014 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre nomeação dos Membros para compor a Comissão Permanente de Licitação relativo ao Processo Licitatório tomada de Preços para Obras nº 63/14, e dá outras providências"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em consonância com o Art. 51 da Lei 8.666/93 e Lei Municipal nº 211/93,

CONSIDERANDO:

Atestado médico do Servidor titular que compõe a CPL, nomeado pelo Decreto nº 002/2014 de 02 de janeiro de 2014, e ainda pela ausência justificada do presidente da mesma.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os Servidores abaixo relacionados, para integrarem a Comissão Permanente de Licitação exclusiva para o Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 63/2014 no Município de Serra Alta - SC:

Presidente: CLAIR FÁTIMA ANDREIS

Secretário: MICHELI SANTORO

Membro: PAULO CEZAR BITTARELLO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 146/2014

PORTARIA Nº 146 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença sem vencimentos pelo período de (02) Dois anos, a contar de 31/10/2014 a 31/10/2016, para o Funcionário Público Municipal, abaixo relacionado.

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Josilane Teireira	4345	Téc. de Enfermagem

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC,
31 de outubro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO 208/2014

DECRETO Nº 208, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Sombrio - SC,, crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.01 - SAMAE - Serv. Aut. Munic. De Água e Esgoto
2.034 - Gestão dos Serviços Administrativo do SAMAE
3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
2.035 - Operação do Sistema de Abastecimento de Água
3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Art. 2º. A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 20.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio-SC, 27 de outubro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO 209/2014

DECRETO Nº 209, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
2.005 - Contribuições a Entidades Municipalistas
3.3.50.00.00.00.00.0080 - Transferências à Entidades Privadas
R\$ 15.000,00

04.01 - DIRETORIA EXECUTIVA DE OBRAS
2.003 - Gestão da Sec. Mun. de Obras, Viação e Serv. Urbanos
3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

Art. 2º. A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio-SC, 27 de outubro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 08/2014**

Resolução Nº 08/2014

Homologa Inventário dos Bens Moveis e Imoveis da Câmara Municipal de Timbé do Sul e dá outras providencias.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbé do Sul no uso das atribuições e

Considerando as seguintes determinações previstas pela Lei Orgânica Municipal:

“Art. 6

§2º Os bens serão inventariados de acordo com a classificação da lei civil e sua escrituração obedecerá às normas expedidas pelo órgão competente municipal, observadas a Lei Federal e as Instruções do Tribunal de Contas do Estado.

§3º O levantamento geral do patrimônio do Município terá por base o inventário analítico em cada unidade administrativa dos dois Poderes, com escrituração sintética em seus órgãos próprios.

§4º Os bens serão avaliados pelos respectivos valores históricos ou de aquisição, quando conhecidos, ou, então, pelos valores dos inventários já existentes, não podendo, nenhum deles, figurar sem valor.”

Considerando que os Art. 94, 95 e 96 da Lei nº 4.320/64 determinam que a Administração Pública deverá manter registros analíticos de todos os bens de caráter permanente com registros sintéticos pela contabilidade;

Considerando a NBC T 16 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o art. 6º da Portaria STN nº 634 de 19.11.2013 que dispõe que os Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP, compreendem o reconhecimento, a mensuração, o registro, a apuração, a avaliação e o controle do patrimônio público;

Considerando que a Portaria STN nº 634 de 19.11.2013 fixa prazo de até o final do exercício de 2014 para os Municípios implantarem os novos procedimentos contábeis com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologado o inventário patrimonial dos bens móveis e imóveis pertencentes ao Município em poder da Câmara Municipal de Timbé do Sul levantado pela Comissão nomeada pela Portaria Nº 12 de 20/10/2014, especificando os bens e respectivos valores de avaliação, de forma individualizada, importando em R\$ 313.876,00 (trezentos e treze mil e oitocentos e setenta e seis reais) na data base de 31 de outubro de 2014.

Art. 2º O Serviço de Contabilidade procederá os lançamentos de ajustes dos valores registrados sinteticamente no Sistema Patrimonial, adequando-os aos valores do inventário.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 03 de novembro de 2014

Vereador Cassiano Ghelere
Presidente

Publicada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul na data supra.

Luiz José Warnier
Agente Legislativo

Timbó**PREFEITURA****DECISÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 125 2014 PMT - MANTEM VENCEDOR****DECISÃO**

O Município de Timbó lançou edital de pregão nº. 125/2014 com o objetivo de aquisição e instalação de parque infantil.

A empresa Celso Moacir Gomes EPP protocolou requerimento por não concordar com a documentação de habilitação apresentada pela empresa vencedora do pregão.

A Procuradoria Geral do Município emitiu parecer jurídico, destacando que a documentação apresentada encontra-se de acordo com as exigências do CREA, não existindo razão para inabilitação da empresa I. Silveira e Cia Ltda. - ME.

Diante do exposto e com fundamento no parecer jurídico nº. 119/2014, mantenho a habilitação da empresa I. SILVEIRA E CIA LTDA - ME declarando -a vencedora do certame.

Sem mais para o momento.

Timbó, 31 de outubro de 2014.
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

EXTRATO CONTRATO 2014.154 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/154

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: VPA. Comércio de Pedras e Pavimentação Ltda.

OBJETO: Serviços de pavimentação com lajota (tipo tijolão) da Rua Taubaté, incluindo o meio fio pré-moldado, de uma área correspondente a 1.209,73m², de acordo com as especificações pertinentes ao Processo de Inexigibilidade n.º 119/2014 e no edital de Credenciamento n.º 61/2013, diretamente à comunidade pelo regime de mutirão.

VALOR: R\$ 67.672,30 (sessenta e sete mil seiscentos e setenta e dois reais e trinta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2014

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013.159 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/159

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

CONTRATADO: Terrabase Terraplenagem e Transporte LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo da execução da recuperação do Aterro Sanitário de Timbó/SC até 17/10/2014.

DATA DA ASSINATURA: 05/09/2014.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

Treze Tílias**PREFEITURA****PORTARIA N 117/14**

PORTARIA Nº 117/14 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Sr. VALDECIR DE RÓS, CPF nº 789.459.099-15, residente e domiciliado no município de Treze Tílias, para ocupar o cargo comissionado de DIRETOR DE MANUTENÇÃO.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,
EM 03 DE NOVEMBRO DE 2014.MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças**PORTARIA N 116/14**

PORTARIA Nº 116/14 DE 31 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, a Sra. ANA PAULA DE OLIVEIRA TONIAL, CPF nº 065.045.839-78, residente e domiciliado neste município, do cargo efetivo de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, conforme Portaria de nomeação nº 169/13 de 01 de novembro de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,
EM 31 DE OUTUBRO DE 2014.MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N 118/14

PORTARIA Nº 118/14 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Sr. MARCELO MANTOVANI, CPF nº 026.003.469-02, residente e domiciliado no município de Treze Tílias, para ocupar o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E GESTÃO DE TRÂNSITO.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS,
EM 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

LEI ORDINARIA N 1828

LEI ORDINÁRIA Nº 1.828/2014 de 09/10/2014

DISPÕE SOBRE A NOVA DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, nos permissivos da Lei Orgânica, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a área urbana do Município de Treze Tílias, delimitada num total de 12.088.862,12 m² (doze milhões oitenta e oito mil oitocentos e sessenta e dois metros e doze decímetros quadrados), de conformidade com o mapa anexado, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. O perímetro urbano da Sede do Município de Treze Tílias passa a ter as seguintes delimitações: Inicia-se se no marco denominado '1', desde, segue por linha seca, dividindo-o com o A QUEM DE DIREITO; Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 51°25'17" e a distância de 1.206,86 m até o marco '2' (E=463.148,408 m e N=7.011.022,879 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 321°49'18" e a distância de 2.216,14 m até o marco '3' (E=461.778,584 m e N=7.012.764,966 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 53°14'41" e a distância de 322,43 m até o marco '4' (E=462.036,911 m e N=7.012.957,904 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 323°18'26" e a distância de 1.571,53 m até o marco '5' (E=461.097,885 m e N=7.014.218,042 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 233°14'41" e a distância de 211,32 m até o marco '6' (E=460.928,573 m e N=7.014.091,586 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 297°11'53" e a distância de 515,33 m até o marco '7' (E=460.470,227 m e N=7.014.327,126 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA VIDEIRA E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 27°15'43" e a distância de 862,10 m até o marco '8' (E=460.865,120 m e N=7.015.093,467 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 284°26'18" e

a distância de 846,08 m até o marco '9' (E=460.045,762 m e N=7.015.304,428 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 233°14'41" e a distância de 809,16 m até o marco '10' (E=459.397,466 m e N=7.014.820,231 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 323°14'41" e a distância de 457,04 m até o marco '11' (E=459.123,975 m e N=7.015.186,407 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 231°56'02" e a distância de 1.075,35 m até o marco '12' (E=458.277,353 m e N=7.014.523,379 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 143°47'22" e a distância de 348,54 m até o marco '13' (E=458.483,253 m e N=7.014.242,162 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 227°46'59" e a distância de 132,48 m até o marco '14' (E=458.385,140 m e N=7.014.153,146 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 113°52'25" e a distância de 95,11 m até o marco '15' (E=458.472,117 m e N=7.014.114,651 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 219°16'26" e a distância de 378,33 m até o marco '16' (E=458.232,622 m e N=7.013.821,773 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 279°05'47" e a distância de 344,08 m até o marco '17' (E=457.892,873 m e N=7.013.876,170 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 290°20'27" e a distância de 282,69 m até o marco '18' (E=457.627,807 m e N=7.013.974,436 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 217°45'04" e a distância de 188,71 m até o marco '19' (E=457.512,275 m e N=7.013.825,231 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA ESTADUAL SC - 465 com o azimute de 217°45'04" e a distância de 41,59 m até o marco '20' (E=457.486,811 m e N=7.013.792,345 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 217°45'04" e a distância de 308,04 m até o marco '21' (E=457.298,221 m e N=7.013.548,788 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 110°38'19" e a distância de 264,23 m até o marco '22' (E=457.545,495 m e N=7.013.455,655 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 232°01'25" e a distância de 741,39 m até o marco '23' (E=456.961,079 m e N=7.012.999,449 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 142°14'02" e a distância de 187,32 m até o marco '24' (E=457.075,801 m e N=7.012.851,369 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 51°46'29" e a distância de 857,36 m até o marco '25' (E=457.749,328 m e N=7.013.381,862 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 101°03'00" e a distância de 140,86 m até o marco '26' (E=457.887,575 m e N=7.013.354,864 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 143°07'31" e a distância de 2.354,24 m até o marco '27' (E=459.300,282 m e N=7.011.471,593 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 52°32'45" e a distância de 1.608,45 m até o marco '28' (E=460.577,130 m e N=7.012.449,734 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 143°14'39" e a distância de 2.032,12 m até o marco '29' (E=461.793,160 m e N=7.010.821,618 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA

ESTADUAL SC - 465 com o azimute de 143°14'39" e a distância de 43,45 m até o marco '30' (E=461.819,162 m e N=7.010.786,805 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 143°14'39" e a distância de 644,68 m até o marco '1' (E=462.204,940 m e N=7.010.270,294 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.208,88621 ha.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor da nata de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº. 1.717/2011.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC,
09 de outubro de 2014.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

LEI ORDINARIA N 1829

LEI Nº. 1.829/2014 de 22/10/2014

"DENOMINA VIAS PÚBLICAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

Prefeito de Treze Tílias, Santa Catarina, MAURO DRESCH, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica Denominadas as seguintes Ruas do Município de Treze Tílias no Loteamento Verdes Vales:

- I- RUA AVELINO JOÃO ZANATTO - Rua Projetada "A"
- II- RUA MARTHA GWIGGNER SCHÖLL - Rua Projetada "B"
- III- RUA IDA SPÖR GSCHWENDTNER - Rua Projetada "C"
- IV- RUA RUDOLFO GWIGGNER - Rua Projetada "D"
- V- RUA OLGA NEUHAUSER - Rua Projetada "E"
- VI- RUA PAULO SÉRGIO FALCHETTI - Rua Projetada "F"
- VII- RUA CARLOS BURTCHER - Rua Projetada "G"

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor nada data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias (SC),
22/10/2014
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário oficial dos Municípios-DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e fazenda

LEI N 1830

LEI Nº 1.830/2014 de 22/10/2014

ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI ORDINÁRIA Nº 1.498/2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS Faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º da lei ordinária nº 1.498/2004 passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, órgão normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento da Prefeitura Municipal de Treze Tílias nos assuntos referentes à proteção e preservação ambiental no âmbito do Município.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC,
aos 22 de setembro de 2014.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

DECRETO N 1938

DECRETO Nº 1.938/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO VALOR DE R\$ 10.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

SUPLEMENTA

10. Secretaria de Assistência Social

01 - Fundo de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 R\$ 10.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao artigo anterior fica utilizado o recurso do excesso de arrecadação verificado no período e ou sua tendência.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 16/10/2014

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO N 1939

DECRETO Nº 1.939/2014 de 16/10/2014

DISPONIBILIZA O VEICULO FIAT DOBLO JAEDI AMB PLACA MGB 0692, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica à disposição do departamento de Trânsito do Município, o veículo FIAT DOBLO JAEDI AMB PLACA MGB 0692.

Artigo 2º - As despesas com a manutenção e combustíveis do veículo citado no artigo anterior serão empenhadas na dotação orçamentária da Secretaria de transportes e Obras.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias

16 de outubro de 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO N 1940

DECRETO Nº 1.940/2014 de 16/10/2014

DISPONIBILIZA O VEICULO FIAT UNO PLACA MEY 8843 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA A SECRETARIA DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica à disposição da Secretaria de Turismo do Município de Treze Tílias, o veículo FIAT UNO PLACA MEY 8843.

Artigo 2º - As despesas com a manutenção e combustíveis do veículo citado no artigo anterior serão empenhadas na dotação orçamentária da Secretaria de Administração e Fazenda.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias

16 de outubro de 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios- DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Fazenda

Tunápolis**PREFEITURA****PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 60/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 60/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 60/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BW CONSTRUÇÕES LTDA -ME.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enoi Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a BW CONSTRUÇÕES LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.727.986/0001-12 estabelecida a Rua 7 de Setembro, nº888, na cidade de Iporã do Oeste/SC representada pelo Procurador o Sr. Clemente Aloizio Berwanger portador do CPF nº 069.711.329-98 resolvem da melhor forma aditar o contrato nº 60/2014.

Considerando o contrato administrativo nº 60/2014 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado, 02 de julho de 2014, proveniente do Processo Licitatório nº 87/2014 e Tomada de Preço nº 11/2014, em que consta como objeto contratação de empresa em regime de empreitada global (mão de obra e materiais) para implantação de internet e telefonia na área rural do Município de Tunápolis/sc.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a BW Construções Ltda ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO PRAZO

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual fica prorrogado para 31 de dezembro de 2014, de acordo com a justificativa anexa.

Cláusula Segunda- As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 30 de outubro de 2014.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

BW Construções Ltda
CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____
Cleverson Inácio Kerkoff
CPF: 918.368.409-34

2) _____
Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

PROCESSO Nº 121.2014 DECORAÇÃO NATALINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 121/2014

Edital de Pregão Presencial nº 86/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item para entrega imediata que tem por objeto a aquisição de Juta(estopa)tecido e Sray utilizado na decoração natalina desta municipalidade, com recursos próprios, conforme Anexo I. Entrega dos envelopes até o dia 14 de novembro de 2014, às 10horas. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2014 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 82/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2014

Edital de Pregão Presencial nº 82/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por LOTE que tem por objeto a aquisição de livros, que serão destinados para aos alunos das Escolas da Rede Municipal de Ensino. Entrega das propostas até às 8h30min do dia 14 de novembro de 2014. Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 03 de novembro de 2014.
Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 61/2014-FMS. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONFECCÃO DE PÃES QUE SÃO SERVIDOS AS PACIENTES QUE FREQUENTAM O CAPS I, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 21/11/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 03 de Novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.326/14

DECRETO Nº 11.326/14, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 30.328,34 (trinta mil, trezentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – Fundo Municipal de Assistência Social	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.081 – Manutenção de Serviços de Convivência	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0379.0 Aplicações Diretas	30.328,34
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	30.328,34

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação proveniente de recursos vinculados ao Fundo Nacional de Assistência Social e destinado ao Piso Básico Variável - SCFV.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretario de Administração

DECRETO Nº 11.327/14

DECRETO Nº 11.327/14, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 243.707,60 (Duzentos e quarenta e três mil, setecentos e sete reais e sessenta centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	130.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0165.17 – Aplicações Diretas	43.707,60
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	60.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	243.707,60

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 041/2014

Processo de Licitação 041/2014

Modalidade: Pregão 015/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA USO NAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 14 de Novembro de 2014 em sessão pública, no mesmo dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 04 de Novembro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

TP 08/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2014 PMXV

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia para realização de obra de pavimentação asfáltica da Rua Hilário José Ravadelli, conforme Memorial Descritivo constante no Anexo "E" deste Edital. Tipo: Menor Preço Global. Prazo para protocolo dos envelopes: 19/11/2014, às 08:30 horas. Abertura da licitação: dia 19/11/2014, às 09:00 horas. O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 04 de novembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO,
Prefeito Municipal.

DECRETO 091/2014

DECRETO Nº 091/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.399, de 30 de Outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 3.866,58 (Três mil oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 2.020 – Manter as Serviços Urbanos	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0017 CR (125)	
R\$	3.866,58
TOTAL	3.866,58

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos do COSIP - 03.0017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 30 de Outubro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 092/2014

DECRETO Nº 092/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.400, de 30 de Outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0024 CR (122)	
R\$	245.850,00
TOTAL	245.850,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação do convênio, termo de compromisso nº 789541/2013, processo nº 1007921-67/2013, na fonte de recurso 01.0024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 30 de Outubro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 093/2014

DECRETO Nº 093/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.401, de 30 de Outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0024 CR (122)	
R\$	245.850,00
TOTAL	245.850,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação do convênio, termo de compromisso nº 800155/2013, processo nº 1013910-15/2013 na fonte de recurso 01.0024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 30 de Outubro de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
 Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1399

LEI Nº 1399, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 3.866,58 (Três mil oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 2.020 – Manter as Serviços Urbanos	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0017 CR (125)	
R\$	3.866,58
TOTAL	3.866,58

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos do COSIP - 03.0017.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 30 de Outubro de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
 Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1400

LEI Nº 1400, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 245.850,00

(duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0024 CR (122)	
R\$	245.850,00
TOTAL	245.850,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação do convênio, termo de compromisso nº 789541/2013, processo nº 1007921-67/2013, na fonte de recurso 01.0024.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 30 de Outubro de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
 Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1401

LEI Nº 1401, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras	
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0024 CR (122)	
R\$	245.850,00
TOTAL	245.850,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação do convênio, termo de compromisso nº 800155/2013, processo nº 1013910-15/2013 na fonte de recurso 01.0024.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 30 de Outubro de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 153/2014

PORTARIA Nº 153/2014

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA DO SERVIÇO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o previsto no art. 98 da Lei nº 9.504/97, a qual dispensa do serviço pelo dobro dos dias prestados a Justiça Eleitoral nos eventos relacionados à realização das eleições 2014;

Considerando a convocação e atuação da servidora Pública Municipal Sra. Lorivanda Testa Camera, a qual prestou serviços a Justiça Eleitoral nas eleições do dia 05 de outubro de 2014, como secretário, junto à seção e local 77/Escola Básica Luiz Sanches Bezerra da Trindade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (dias) dias de dispensa no período de 03 a 04 de Novembro de 2014 a Servidora Pública Municipal, Sra. LORIVANDA TESTA CAMERA, ocupante de cargo temporário de Professor, referente aos serviços prestados a Justiça Eleitoral nas eleições do dia 05 de outubro de 2014, como secretário, junto à seção e local 77/Escola Básica Luiz Sanches Bezerra da Trindade.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 21 de Outubro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 154/2014

PORTARIA Nº 154/2014

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA DO SERVIÇO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o previsto no art. 98 da Lei nº 9.504/97, a qual dispensa do serviço pelo dobro dos dias prestados a Justiça Eleitoral nos eventos relacionados à realização das eleições 2014;

Considerando a convocação e atuação da servidora Pública Municipal Sra. Andressa Talaska Holz, a qual prestou serviços a Justiça Eleitoral nas eleições do dia 26 de outubro de 2014, como secretário, junto à seção e local 80/Escola Isolada de Alto Irani;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (dias) dias de dispensa no período de 28 a 29 de Outubro de 2014 a Servidora Pública Municipal, Sra. ANDRESSA TALASKA HOLZ, ocupante do cargo comissionado de Coordenador do Controle Interno, referente aos serviços prestados a Justiça

Eleitoral nas eleições do dia 26 de Outubro de 2014, como secretário, junto à seção e local 80/Escola Isolada de Alto Irani.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 21 de Outubro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO 441,442,443

DECRETO Nº. 441/2014

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e:

Considerando a decisão proferida em Processo Administrativo Disciplinar, instaurado através de Portaria nº 1212/2014, qual aplicou a penalidade de demissão à servidora F. Z;

Considerando que são basilares do Direito Administrativo a Legalidade, Moralidade e Publicidade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a servidora pública municipal F. Z, matrícula 6823, brasileira, convivendo em união estável, residente e domiciliado nesta cidade de Xaxim/SC, portadora do RG nº 5.710.501/SSP/SC, admitida pela Portaria Nº. 838/2014, de 16 de maio de 2014, para exercer a função de Professora ACT, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do regime de caráter temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - Fica a servidora F. Z, incompatibilizada com o exercício do cargo ou emprego público pelo período de 03 (três) anos, a contar a partir de 29 de outubro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de 03 de novembro de 2014.

Art. 4º - Ficam revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim - SC,
29 de outubro de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 442/2014

Estabelece Horário de Funcionamento dos Serviços Públicos Municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições inerentes a seu cargo, embasado no Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido pelo presente decreto, horário de funcionamento dos Serviços Públicos Municipais, a partir de 03 de novembro de 2014, com expediente das 08:00h às 11:45h e das 13:15h às 17:30h, exceto:

I - A Secretaria Municipal de Saúde, que permanece das 07:30h às 11:30h e das 13:00 às 17h.

II - O Departamento de Serviços Urbanos, Setor de Máquinas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Parque de Máquinas da Secretaria de Infraestrutura, que permanecem das 07:00h às 13:00h.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 431/2014, de 22 de outubro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
em 29 de outubro de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº. 443/2014.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal DARLA TACIANE CUNICO BRANCHI, no cargo de PSICOLOGA, portadora da matrícula 5431, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 03 de novembro de 2014, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal,
03 de novembro de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 021 SAUDE

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC, ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE, A SABER:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.021/2014

PROCESSO LICITATÓRIO 203/2014

CHAMADA PÚBLICA N. 006/2014 - CREDENCIAMENTO

HOMOLOGAÇÃO: 03/11/2014

CREDENCIADO: CEMAR FONINI

CNPJ: 17.932.386/0001-72

OBJETO: Credenciamento de prestador de serviços na área da Saúde com Consulta médica especializada Pré- operatório em Anestesia.

VALOR: 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO: CAPUT do art. 25, da Lei Federal 8.666/93

Xaxim - SC, 03 de novembro de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito

Consórcios

CIGA

EXTRATO CONTRATO 393 - PROGRAMA - URUSSANGA

Extrato de Contrato nº 393/2014

Contrato de Programa - Urussanga

CONTRATANTE: Município de Urussanga

CNPJ: 82.930.181/0001-10

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 264/2014

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Urussanga e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Urussanga no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal. Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Urussanga, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 31 de outubro 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 394 - DOM - URUSSANGA

Extrato de Contrato nº 394/2014

Contrato de Rateio - Urussanga

CONTRATANTE: Município de Urussanga

CNPJ: 82.930.181/0001-10

CONTRATO DE RATEIO Nº: 01/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Urussanga e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 264/2014.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem

ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 31 de outubro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 395 - PGT - RIO FORTUNA

Extrato de Contrato nº 395/2014

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Rio Fortuna

CONTRATANTE: Município de Rio Fortuna

CNPJ: 82.926.585/0001-30

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 083/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 15 de outubro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

EXTRATO DOS TERMOS ADITIVOS TA.AT14CIMCATARINA210 TA.AT14CIMCATARINA245

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
EXTRATO DE ADITIVOS DE PRAZO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2014

Objeto das Atas: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, leites e suplementos alimentares, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Matos Costa, Monte Carlo, Rio das Antas, Salto Veloso e Videira. Objeto dos Aditivos: prorrogação do prazo de vigência, ficando vigente até o dia 31/12/2014, conforme abaixo:

FORNECEDORES - ATA - ADITIVOS

MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA909 - TA.AT14CIMCATARINA210;

MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA910 - TA.AT14CIMCATARINA211;

MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA911 - TA.AT14CIMCATARINA212;

MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA912 - TA.AT14CIMCATARINA213;

MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA913 - TA.AT14CIMCATARINA214;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA914 - TA.AT14CIMCATARINA215;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA915 - TA.AT14CIMCATARINA216;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA916 - TA.AT14CIMCATARINA217;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA917 - TA.AT14CIMCATARINA218;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA918 - TA.AT14CIMCATARINA219;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA919 - TA.AT14CIMCATARINA220;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA920 - TA.AT14CIMCATARINA221;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA921 - TA.AT14CIMCATARINA222;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA922 - TA.AT14CIMCATARINA223;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA923 - TA.AT14CIMCATARINA224;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA924 - TA.AT14CIMCATARINA225;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA925 - TA.AT14CIMCATARINA226;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA926 - TA.AT14CIMCATARINA227;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA927 - TA.AT14CIMCATARINA228;
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - AT14CIMCATARINA928 - TA.AT14CIMCATARINA229;
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - AT14CIMCATARINA929 - TA.AT14CIMCATARINA230;
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - AT14CIMCATARINA930 - TA.AT14CIMCATARINA231;
 SUPERMERCADO JOTA LTDA - AT14CIMCATARINA931 - TA.AT14CIMCATARINA232;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA1613 - TA.AT14CIMCATARINA233;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA2386 - TA.AT14CIMCATARINA234;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA3385 - TA.AT14CIMCATARINA235;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA3386 - TA.AT14CIMCATARINA236;
 MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - AT14CIMCATARINA3387 - TA.AT14CIMCATARINA237;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA3388 - TA.AT14CIMCATARINA238;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA3389 - TA.AT14CIMCATARINA239;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA3390 - TA.AT14CIMCATARINA240;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA3391 - TA.AT14CIMCATARINA241;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA3392 - TA.AT14CIMCATARINA242;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA3393 - TA.AT14CIMCATARINA243;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA3394 - TA.AT14CIMCATARINA244;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - AT14CIMCATARINA3395 - TA.AT14CIMCATARINA245.
 PAL nº: 0009/2014 - CIMCATARINA. Pregão Eletrônico nº: 0006.
 Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 03 de novembro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2014 - MEDICAMENTOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2014A

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0027/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Irani, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande, Videira, Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará e Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis, durante o período de 01 de dezembro de 2014 a 28 de fevereiro de 2015. ONDE LÊ-SE : ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 03/11/2014 até às 09:00 horas do dia 13/11/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 13/11/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 13/11/2014. LEIA-SE: ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 04/11/2014 até às 09:00 horas do dia 14/11/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 14/11/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 14/11/2014 REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.cidadecompras.com.br, Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 03 de novembro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMURES

TERMO DE POSSE PARA CARGO EMPREGO PÚBLICO CAMILLA ALVES

TERMO DE POSSE PARA CARGO DE EMPREGO PÚBLICO - REGIDO PELA CLT "CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO"

1-TERMO DE POSSE:

Eu, CAMILLA CORIANDER ALVES DE SOUZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada a rua Arlita Isabel Felipe, nº 1042, Bairro Gethal na cidade de Lages, SC, comprometo-me, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, de 1988, a cumprir as atribuições, deveres e responsabilidades, em caráter de emprego público, regido pela CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme Lei nº 11.107, que rege os Consórcios Públicos, inerentes ao cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro pessoal do CIS/AMURES, com carga horária de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 11 de 03 de Novembro de 2014, publicado no DOM de 03 de Novembro de 2014, em virtude de aprovação em concurso público, homologado em 02 de Setembro de 2014. Apresento desde já a declaração de bens e valores que constituem

meu patrimônio e atesto, sob as penas da lei, não exercer outro emprego ou função pública municipal, estadual ou federal, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Lages, 03 de Novembro de 2014.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI
Presidente CIS/AMURES

CAMILLA C. ALVES DE SOUZA
Empossado

TERMO DE POSSE PARA CARGO EMPREGO PÚBLICO ANGELA WALTRICK

TERMO DE POSSE PARA CARGO DE EMPREGO PÚBLICO - REGIDO PELA CLT "CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO"

1-TERMO DE POSSE:

Eu, ÂNGELA WALTRICK, brasileira, solteira, residente e domiciliada a rua Professor Simplicio, nº 533, Bairro São Francisco, na cidade de Lages, SC, comprometo-me, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, de 1988, a cumprir as atribuições, deveres e responsabilidades, em caráter de emprego público, regido pela CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme Lei nº 11.107, que rege os Consórcios Públicos, inerentes ao cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro pessoal do CIS/AMURES, com carga horária de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 11 de 03 de Novembro de 2014, publicado no DOM de 03 de Novembro de 2014, em virtude de aprovação em concurso público, homologado em 02 de Setembro de 2014.

Apresento desde já a declaração de bens e valores que constituem meu patrimônio e atesto, sob as penas da lei, não exercer outro emprego ou função pública municipal, estadual ou federal, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Lages, 03 de Novembro de 2014.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI
Presidente CIS/AMURES

ÂNGELA WALTRICK
Empossado

TERMO DE POSSE PARA CARGO EMPREGO PÚBLICO MARILIA GRAÇAS SILVA

TERMO DE POSSE PARA CARGO DE EMPREGO PÚBLICO - REGIDO PELA CLT "CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO"

1-TERMO DE POSSE:

Eu, MARILIA DAS GRAÇAS DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada a rua Canoinhas, nº 188, Bairro Petrópolis, na cidade de Lages, SC, comprometo-me, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, de 1988, a cumprir as atribuições, deveres e responsabilidades, em caráter de emprego público, regido pela CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme Lei nº 11.107, que rege os Consórcios Públicos, inerentes ao cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro pessoal do CIS/AMURES, com carga horária de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 11 de 03 de Novembro de 2014, publicado no DOM de 03 de Novembro de 2014, em virtude de aprovação em concurso público, homologado em 02 de Setembro de 2014.

Apresento desde já a declaração de bens e valores que constituem meu patrimônio e atesto, sob as penas da lei, não exercer outro emprego ou função pública municipal, estadual ou federal, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Lages, 03 de Novembro de 2014.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI
Presidente CIS/AMURES

MARILIA DAS GRAÇAS DA SILVA
Empossado

1ª ALTERAÇÃO DE ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMURES

ESTATUTO SOCIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
- CIS/AMURES
PREÂMBULO

O CIS/AMURES, em Assembleia Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2013 e, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a necessidade de consolidação em um só instrumento de todas as normas regimentais, bem como de sua adequação as novas exigências legais e funcionais necessárias ao pleno funcionamento do Consórcio dando maior mobilidade e dinâmica a obtenção de seus objetivos;
CONSIDERANDO a alteração de sua natureza jurídica cuja deliberação se deu na Assembleia Extraordinária do dia 19 de novembro de 2012, ocasião em que todos os Municípios que integram o CIS/AMURES firmaram o protocolo de intenções;
CONSIDERANDO que até a presente data 20 (vinte) Municípios ratificaram o Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio Público junto ao Poder Legislativo;

RESOLVE aprovar o seguinte Estatuto Social:

TÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I DA SUBSCRIÇÃO

Art. 1º. O CIS/AMURES é constituído pelos Municípios que, por meio de Lei, ratificaram o Protocolo de Intenções/Contrato de Consórcio Público, firmado em 19 de novembro de 2012, conforme discriminado a seguir:

- MUNICÍPIO DE LAGES, autorizado pela Lei Municipal nº 3932/2012;
- MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL, autorizado pela Lei Municipal nº 606/2012;
- MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, autorizado pela Lei Municipal nº 1204/2013;
- MUNICÍPIO DE BOM RETIRO, autorizado pela Lei Municipal nº 2155/2012;
- MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL, autorizado pela Lei Municipal nº 1896/2013;
- MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, autorizado pela Lei Municipal nº 611/2013;
- MUNICÍPIO DE PALMEIRA, autorizado pela Lei Municipal nº 546/2013;
- MUNICÍPIO DE PONTE ALTA, autorizado pela Lei Municipal nº 1318/2013;
- MUNICÍPIO DE RIO RUFINO, autorizado pela Lei Municipal nº 505/2012;
- MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, autorizado pela Lei Municipal nº 905/2013;
- MUNICÍPIO DE URUBICI, autorizado pela Lei Municipal nº 1707/2013;
- MUNICÍPIO DE URUPEMA, autorizado pela Lei Municipal nº 863/2013;
- MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, autorizado pela Lei Municipal nº 728/2013;

- MUNICÍPIO DE VARGEM, autorizado pela Lei Municipal nº 638/2012;
- MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, autorizado pela Lei Municipal nº 678/2013;
- MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, autorizado pela Lei Municipal nº 1713/2013;
- MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, autorizado pela Lei Municipal nº 823/2013;
- MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, autorizado pela Lei Municipal nº 871/2013;
- MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE, autorizado pela Lei Municipal nº 956/2013;
- MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, autorizado pela Lei Municipal nº 2010/2013;
- MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, autorizado pela Lei Municipal nº 4101/2012;
- MUNICÍPIO DE PAINEL, autorizado pela Lei Municipal nº 325/2012;

§ 1º. Os Municípios a seguir discriminados, subscritores do Protocolo de Intenções e que até a presente data ainda não efetuaram a sua ratificação, serão automaticamente admitidos no Consórcio os Municípios, em até dois anos, a contar da realização da Assembleia Estatuinte do Consórcio que se deu em 19 de novembro de 2012: - Capão Alto; Correia Pinto; Otacílio Costa;

§ 2º. A ratificação realizada após dois anos da subscrição somente será válida após homologação da Assembleia Geral do Consórcio, a contar da Assembleia Estatuinte do Consórcio.

§ 3º. A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo.

CAPÍTULO II DA ADMISSÃO DE NOVOS ASSOCIADOS

Art. 2º. É facultado o ingresso de novos associados ao CIS/AMURES, desde que seja Município, ou seja, pessoa jurídica de direito público, criado na forma da lei.

Parágrafo Único. O ente da Federação não designado no Protocolo de Intenções somente poderá integrar o Consórcio mediante aprovação da Assembleia Geral, por maioria absoluta dos entes Consórcios, e posterior ratificação, mediante lei, no Município interessado.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO III DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, SEDE E PRAZO

Art. 3º. O Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, é pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, de natureza autárquica e integra a administração Indireta de todos os entes consorciados.

Art. 4º. O CIS/AMURES tem sede na Rua João de Castro, nº 367, Centro, Lages/SC.

Parágrafo Único. A sede do Consórcio poderá ser transferida para outro Município consorciado diante de decisão do Conselho dos Prefeitos, sendo necessário o voto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos consorciados.

Art. 5º. O CIS/AMURES vigorará por prazo indeterminado.

CAPÍTULO IV DAS FINALIDADES

Art. 6º. São finalidades do Consórcio:

I - prestar serviço público em regime de gestão associada que concerne em execução, por meio de cooperação federativa, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir aos usuários o acesso a um serviço público com características e padrões de qualidade determinados pela normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS;

II - representar seus integrantes, em assuntos de interesse comum perante quaisquer entidades, especialmente das esferas constitucionais de governo;

III - planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas à promoção da saúde;

IV - compartilhar ou usar em comum instrumentos e equipamentos, inclusive, de gestão, manutenção, informática, pessoal técnico e licitações;

V - gerenciar, com auxílio das Secretarias de Saúde dos Municípios consorciados, dos recursos técnicos e financeiros pactuados em Contrato de Rateio;

VI - organizar o sistema micro e/ou macro-regional de saúde;

VII - solicitar assistência técnica e administrativa a serem prestadas pela Secretaria de Estado da Saúde - SES, através dos órgãos regionais envolvidos, universidades e afins;

VIII - produzir informações ou estudos técnicos sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais ações;

IX - executar programas de saúde pública no âmbito da atenção básica do SUS, que lhe tenham sido outorgadas, transferidas ou autorizadas;

X - apoiar e fomentar o intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;

XI - criar instrumentos e prestar serviços para controle, avaliação e acompanhamento dos serviços de saúde prestados à população dos entes consorciados;

XII - fornecer assistência técnica, treinamento, pesquisa e desenvolvimento dos profissionais e serviços de saúde pública;

XIII - desenvolver ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;

XIV - adquirir ou administrar bens para uso compartilhado dos entes consorciados, bem como medicamentos, órteses, próteses, serviços e materiais;

XV - estabelecer relações cooperativas com outros Consórcios regionais que, por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

XVI - incentivar, apoiar e ampliar para estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a universalidade e a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio.

XVII - outras finalidades definidas pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Para o cumprimento de suas finalidades, o Consórcio poderá:

I - adquirir os bens que entender necessários, que integrarão seu patrimônio;

II - firmar convênios de cooperação, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos de governo;

III - prestar serviços de qualquer natureza, em especial os de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens e/ou recursos humanos à administração direta ou indireta dos entes;

IV - desenvolver contrato de rateio e aplicá-lo entre os consorciados, referente a despesas necessárias e realizadas e não previstas no orçamento anual;

V - ser contratado pela Administração direta ou indireta dos municípios consorciados, dispensada a licitação;

VI - promover desapropriações e instituir servidões, desde que haja declaração de utilidade ou necessidade pública emitida pelo

ente consorciado em que o bem ou direito se situe.

CAPITULO V DOS DIREITOS E DEVERES DOS ENTES CONSORCIADOS

Art. 7º. São direitos dos entes consorciados:

- I - participar ativamente das sessões da Assembleia Geral e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados, através de proposições, debates e deliberações através do voto, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;
- II - exigir dos entes consorciados o pleno cumprimento das regras estabelecidas neste Protocolo, no Estatuto, nos Contratos de Programa, nos Contratos de Rateio, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;
- III - operar a compensação dos pagamentos realizados a servidor cedido ao CIS/AMURES com ônus para o ente consorciado com as obrigações previstas no contrato de rateio;
- IV - votar e ser votado para os cargos da Presidência, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- V - propor medidas que visem atender os objetivos e interesses dos Municípios e o aprimoramento do CIS/AMURES;
- VI - usufruir dos serviços oferecidos pelo Consórcio obedecendo o princípio da equidade, o tratamento igualitário, mediante ordem de chegada nos procedimentos clínicos/médicos especializados e dos demais serviços oferecidos;
- VII - retirar-se da sociedade, atendidas as disposições aqui descritas.

Art. 8º. São deveres dos entes consorciados:

- I - colaborar com os poderes públicos como órgão de saúde no atendimento em busca de solução dos problemas que se relacionem com a categoria de prestação de serviços para a qual foi criado;
- II - promover a harmonia e integração dos associados;
- III - incentivar e promover seu desenvolvimento, com a busca da excelência na prestação de serviços de saúde à comunidade associada;
- IV - participar, de acordo com cota a ser estipulada em Assembleia, de contrato de rateio, destinado a custear as despesas fixas do Consórcio;
- V - pagar pontualmente suas contribuições mensais fixadas por meio de Contrato de Rateio;
- VI - participar das Assembleias, acatar as decisões delas emanadas, em especial as obrigações constantes dos contratos de programa e de rateio, firmados nos termos da lei 11.107/2005 e Decreto 6.017/2007;
- VII - prestigiar o Consórcio por todos os meios ao seu alcance e propagar o espírito associativo entre os afins;
- VIII - cumprir as disposições do presente Protocolo;
- IX - exercer o direito de voto;
- X - oferecer sugestões e auxílios para o desenvolvimento da sociedade;
- XI - ceder, se necessário for, servidores para o CIS/AMURES;
- XII - incluir em sua Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do CIS/AMURES, devam ser assumidas por meio de contrato de rateio e contrato de programa, conforme o caso;
- XIII - compartilhar recursos e pessoal para execução de serviços, programas, projetos, atividades e ações no âmbito do CIS/AMURES, nos termos de contratos de Programa;
- XIV - responsabilizar-se pelo encaminhamento do paciente, mediante prévio aviso, para utilização dos serviços.

CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 9º. O Consórcio terá a seguinte estrutura:

- I - Assembleia Geral;
- II - Conselho Administração;

- III - Conselho Fiscal;
- IV - Conselho Consultivo;
- V - Diretoria Executiva.

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 10. A Assembleia é a instância deliberativa máxima do CIS/AMURES, sendo constituída, exclusivamente, pelos Chefes dos Poderes Executivos dos entes consorciados.

§ 1º. No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá ser representado pelo seu substituto legal, vice-prefeito, mediante documento próprio.

§ 2º. Ninguém poderá prestar dois entes consorciados na mesma Assembleia Geral.

Art. 11. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembleia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para mandato de um ano, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 1º. As eleições do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão realizadas na primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano, sendo que o mandato iniciará no dia 01 de janeiro do ano subsequente. No primeiro ano de mandato dos prefeitos, as eleições serão realizadas no mês de janeiro, podendo ser a Assembleia convocada pelo Diretor Executivo.

§ 2º. Ocorrendo empate, considerar-se-á eleito o candidato maior idade.

§ 3º. Poderão concorrer à eleição para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, os prefeitos dos municípios consorciados em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição, em no máximo três chapas completas para os dois órgãos.

Art. 12. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo primeiro vice-presidente.

Art. 13. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, para examinar e deliberar sobre matérias de sua competência e, extraordinariamente, quando convocada, sempre que possível coincidindo com as Assembleias da AMURES, na forma deste instrumento.

§ 1º. As convocações da Assembleia Geral ocorrerão por meio eletrônico ou fax, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

§ 2º. A Assembleia Geral reunir-se-á:

- I - em primeira convocação, presentes a maioria absoluta dos entes consorciados;
- II - em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados, deliberando por maioria simples de votos, ressalvadas as matérias que exigem maioria absoluta, nos termos deste instrumento.

Art. 14. Cada município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo Único. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do CIS/AMURES ou a ente consorciado.

Art. 15. Compete à Assembleia Geral:

- I - eleger ou destituir os membros do Conselho de Administração;
- II - eleger ou destituir os membros do Conselho Fiscal;
- III - deliberar sobre:
 - a) a alteração do Contrato de Consórcio Público do CIS/AMURES;
 - b) a suspensão e exclusão de ente consorciado;
 - c) o ingresso no Consórcio de ente que não tenha sido subscritor inicial do protocolo de intenções;
 - d) a entrega de recursos financeiros a ser definida em contrato

de rateio;

e) a criação e forma de remuneração de novos cargos e vagas necessários ao pleno funcionamento do CIS;

f) assuntos de interesse geral do CIS/AMURES;

IV - aprovar:

a) orçamento anual do CIS/AMURES, bem como os respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) plano de trabalho;

c) relatório Anual de Atividades;

d) prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;

e) a extinção do Consórcio;

f) mudança de sede para outro Município;

V - autorizar:

a) realização de operações de crédito;

b) alienação e a oneração de bens imóveis do CIS/AMURES.

Art. 16. O quorum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I - maioria absoluta de votos de todos os consorciados presentes às Assembleias para as competências dispostas nos incisos III, alínea "a", IV alínea "e" e "f", em Assembleia Geral extraordinária, convocada especificamente para tais fins;

II - maioria simples de votos de todos os consorciados presentes às Assembleias para as demais deliberações;

Parágrafo Primeiro - Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

Parágrafo Segundo - Havendo consenso entre seus membros, as deliberações sujeitas ao voto da maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 17. A Assembleia Geral será convocada, observadas as prescrições anteriores e quando o Presidente do Conselho de Administração, a requerimento de 1/5 (um quinto) dos consorciados e de 2/3 (dois terços) do Conselho Fiscal a convocar.

Art. 18. As Assembleias Ordinárias serão realizadas, anualmente, para tomada de contas e para discussão e aprovação do orçamento e; para eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

Parágrafo Único. As Assembleias Ordinárias para tomada de contas serão realizadas na 2ª quinzena de junho e na 2ª quinzena de novembro de cada ano, respectivamente, podendo nelas se tratar de assuntos gerais.

Art. 19. Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral, indicando o nome e município do representante;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º. No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indique expressamente os motivos do sigilo; a decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou, por quem presidiu e pelos entes consorciados com direito a voto na Assembleia Geral.

Art. 20. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores - internet ou

no diário oficial dos municípios.

Parágrafo Único. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer do povo.

SEÇÃO II

DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Art. 21. O Conselho de Administração é constituído por 3 (três) Prefeitos de municípios consorciados, escolhidos em Assembleia Geral, dentre eles: um Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, pelo prazo de um ano, podendo ser reconduzidos por mais uma vez.

Art. 22. Compete ao Presidente:

I - escolher o Diretor Executivo do CIS/AMURES;

II - aprovar e modificar o Regimento Interno do CIS/AMURES;

III - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CIS/AMURES;

IV - prestar contas ao órgão concedente dos auxílios e subvenções que a venha a receber;

V - contratar serviços de auditoria interna e externa;

VI - autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do Consórcio;

VII - autorizar o Diretor Executivo a contratar estagiários;

VIII - autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CIS/AMURES;

IX - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao CIS/AMURES;

X - autorizar a celebração de convênios;

XI - autorizar a contratação de profissionais por processos seletivos e concursos públicos;

XII - apresentar em Assembleia Geral, até 15 de novembro de cada ano, o plano de trabalho para o exercício seguinte e respectiva proposta orçamentária, devidamente justificada.

XIII - convocar e presidir as Assembleias Gerais do CIS/AMURES, as reuniões do Conselho de Administração e proferir o voto de minerva;

XIV - tomar e dar posse aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;

XV - representar o CIS/AMURES ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia", podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Diretor Geral;

XVI - ordenar as despesas e a movimentação financeira dos recursos do CIS/AMURES, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente ao Diretor Executivo;

XVII - nomear o Diretor Executivo do Consórcio, indicado pelo Conselho de Administração;

XVIII - homologar e adjudicar as licitações realizadas pelo Consórcio;

XIX - expedir resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Administração para dar força normativa às decisões estabelecidas;

XX - expedir portarias para dar força normativa às decisões mono-cráticas de competência do Presidente do CIS/AMURES;

XI - julgar em primeira instância, recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação, homologação e adjudicação de seu objeto;

c) aplicação de penalidades a servidores do Consórcio.

XII - delegar competência ao Diretor Executivo.

Art. 23. Aos demais prefeitos membros do Conselho de Administração compete substituir os titulares e colaborar para o funcionamento adequado do CIS/AMURES.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 24. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do CIS/AMURES e será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes.

Art. 25. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar a contabilidade do CISAMURES;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias;

III - emitir parecer, sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Executivo;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

SEÇÃO IV DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 26. O Conselho Consultivo será constituído por 1 (um) representante do Conselho de Saúde, de cada ente consorciado.

Art. 27. Compete ao Conselho Consultivo atuar como órgão consultivo da Assembleia Geral do Consórcio:

I - propor planos e programas de acordo com as finalidades do Consórcio;

II - sugerir formas de melhor funcionamento do CIS/AMURES;

III - propor a elaboração de estudos e pareceres sobre as atividades desenvolvidas no Consórcio;

Parágrafo Único. O estatuto do Consórcio disporá sobre composição, mandato, organização e funcionamento do Conselho Consultivo.

SEÇÃO V DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 28. À Diretoria Executiva compete:

I - participar das reuniões do Conselho de Administração;

II - movimentar as contas bancárias do Consórcio em conjunto com o Presidente, bem como elaborar os boletins de caixa e de bancos;

III - praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa, em conjunto com a Diretoria Administrativa, dentre os quais:

a) promover o lançamento das receitas, inclusive de taxas, tarifas e outros preços públicos;

b) inscrever em dívida ativa os débitos não adimplidos e promover, por meios próprios ou contratados, a sua cobrança judicial e extrajudicial;

c) emitir as notas de empenho de despesa;

d) examinar, conferir e instruir os processos de pagamentos e as requisições de adiantamento, rejeitando-os quando não revestidos das formalidades e do atendimento às prescrições legais ou da boa administração;

e) preparar a emissão de cheques, de ordem de pagamento e de transferências de recursos;

f) realizar pagamentos e das quitações;

g) providenciar a manutenção da escrituração sintética e analítica dos fatos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial;

h) providenciar, subscrever e, solidariamente com o presidente,

responsabilizar-se pelos balancetes, balanços e outros documentos e apuração contábil e de prestação de contas do Consórcio;

IV - exercer a gestão patrimonial, providenciando, dentre outros, os seguintes atos:

a) aquisição, o recebimento, o registro, o almoxarifado, a manutenção, a distribuição e a alienação dos bens movimentados pelo Consórcio;

b) cadastro ou o tombamento, a classificação, a numeração, o controle e o registro dos bens mobiliários e imobiliários;

c) baixa de bens alienados ou considerados obsoletos, imprestáveis perdidos ou destruídos;

d) manutenção da integridade da posse dos bens imóveis;

e) seguro dos bens patrimoniais;

f) programação e controle do uso de veículos;

g) elaboração de relatórios sobre o uso de combustíveis e lubrificantes, despesas de manutenção e condições de uso dos veículos e equipamentos;

h) limpeza, a conservação, a manutenção e a segurança de áreas e edificações ocupadas pelo Consórcio;

V - velar por todos os documentos e informações produzidos pelo Consórcio, providenciando a sua adequada guarda e arquivo;

VI - praticar atos relativos à administração de pessoal, cumprindo e se responsabilizando pelo cumprimento dos preceitos da legislação trabalhista, inclusive:

a) providenciar a formalização dos atos necessários à contratação, à dispensa e à punição dos empregos;

b) manter os registros e os assentos funcionais;

c) elaborar a folha de pagamento do pessoal e das guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e trabalhistas;

d) fixar o expediente de trabalho, incluída sua antecipação, prorrogação e turnos de plantões;

e) elaborar a escala anual de férias e promover o seu cumprimento;

f) propor ao presidente os valores de ajudas de custo e de diárias;

g) planejar e promover a capacitação de pessoal, incluído a dos serviços locais;

VII - promover a publicação de atos e contratos do Consórcio, quando essa providência for prevista em Lei, no Contrato de Consórcio Público ou nestes estatutos;

§ 1º. Além das atribuições previstas neste artigo, o Diretor Executivo poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do presidente.

§ 2º. A delegação de atribuições do presidente dependerá de ato escrito e publicado, até um ano após a data de término da delegação no sítio que o Consórcio manterá na rede mundial de computadores - Internet.

§ 3º. Para o exercício da função de diretor Executivo será exigida formação profissional de nível superior.

§ 4º. A substituição do Diretor Executivo proposta pelo Presidente deverá ser homologada em Assembleia por dois terços dos membros do CIS/AMURES.

CAPÍTULO VII DO PATRIMÔNIO E DA GESTÃO ECONÔMICA

Art. 29. O patrimônio do Consórcio será constituído pelos bens e direitos que adquirir a qualquer título, de entidades públicas ou privadas;

Art. 30. Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I - as contribuições mensais dos associados decorrentes do contrato de rateio, anualmente formalizado;

II - a remuneração dos próprios serviços;

III - os auxílios, contribuições e subvenções recebidos de entidades públicas ou particulares;

IV - os recursos recebidos por meio de convênios, contratos de repasse, ajustes, termos de cooperação técnica;

V - as rendas de seu patrimônio;

VI - os saldos de exercício;

VII - as doações e legados;
VIII - o produto da alienação dos seus bens;
IX - o produto de operações de crédito;
X - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e de aplicações de capitais;
XI - outros rendimentos que lhe caibam por disposição legal ou contratual ou por decisão judicial.

§ 1º. A quota de contribuição mensal será o valor dos serviços solicitados pelos municípios consorciados, de acordo com os valores negociados em Assembleia Geral, por proposta do Presidente e será paga até o dia 10 do mês subsequente, ficando autorizado o débito em conta.

§ 2º. Os municípios que deixarem de efetuar o pagamento da parcela mensal no prazo estipulado conforme reza o parágrafo anterior, sofrerão um reajuste, a título de multa, de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor de cada contribuição atrasada.

Art. 31. É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas.

Art. 32. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, o consórcio público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

Art. 33. Para a contabilidade do CIS/AMURES será adotado o sistema de Contabilidade Pública, prestando contas anualmente dos recursos provenientes de entidades públicas, nos moldes da Constituição Federal e legislação pertinente.

§ 1º. As prestações de contas serão submetidas sempre que solicitadas ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, cujo parecer será apreciado pelo Conselho Fiscal de Prefeitos.

§ 2º. Os recursos financeiros provenientes de entidades públicas serão segregados em conta bancária específica, a fim de atender-se à respectiva prestação de contas.

§ 3º. A contratação de bens, obras e serviços obedecerão as normas de licitações públicas, contratos públicos e demais leis que tratam da matéria.

Art. 34. O CIS/AMURES elaborará e tornará público as seguintes demonstrações contábeis financeiras das suas operações:

I - balanço patrimonial, composto dos agrupamentos: ativo, passivo e patrimônio líquido;

II - demonstrativo de resultados do exercício;

III - balanço financeiro.

CAPÍTULO VIII

DOS RECURSOS HUMANOS E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 35. O quadro de pessoal do CIS/AMURES será composto pelos cargos em comissão e empregos públicos no número, denominação, carga horária e vencimentos e atribuições previstos no Anexo I.

§ 1º. O ingresso nos empregos públicos se dará mediante seleção e aprovação em concurso público.

§ 2º. O regime de trabalho dos empregados do Consórcio será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 3º. Os empregados do CIS/AMURES não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 4º. Admite-se para os cargos, comissionados e de emprego público, cuja jornada de trabalho semanal seja de 40 (quarenta) horas, jornada de 20 (vinte) horas e, cuja jornada de trabalho semanal seja de 20 (vinte) horas, jornada de 10 (horas), com vencimento proporcional.

§ 5º. Os empregados incumbidos da gestão do consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo Consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos seus Estatutos.

§ 6º. Os empregados não terão direito estabilidade no emprego;

§ 7º. Os empregados serão subordinados ao Regime Geral de Previdência Social;

§ 8º. Poderão ser concedidas férias coletivas, na forma prevista na CLT;

§ 9º. Aos empregados são assegurados os direitos trabalhistas garantidos pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 36. Fica autorizada a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nas seguintes hipóteses:

I - assistência a situações de calamidade pública ou declaradas como emergenciais;

II - combate a surtos endêmicos e atendimentos de programas e convênios;

III - substituição de pessoal por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, demissão, ou nos casos de afastamento do exercício do cargo;

IV - outras situações de emergência que vierem a ocorrer, mediante proposição da Assembleia Geral.

§ 1º. O recrutamento do pessoal a ser contratado nas hipóteses previstas nos incisos do art. 36, com exceção do inciso I, dar-se-á mediante processo seletivo simplificado, cujos critérios serão estabelecidos em edital, com ampla divulgação.

§ 2º. A remuneração dos contratados temporariamente não será superior a fixada para as funções correlatas ao emprego público constante do Anexo I, deste Estatuto, para a mesma jornada de trabalho.

§ 3º. Os contratos temporários poderão vigorar pelo prazo de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogado até atingir o prazo máximo de 2 (dois) anos.

Art. 37. Cabe a Assembleia Geral deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual da remuneração dos empregados do CIS/AMURES.

Art. 38. Fica autorizada a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento dos empregados públicos, nos valores e termos fixados no Regimento Interno do CIS/AMURES.

Art. 39. Os entes consorciados, ou os que tenham firmado convênio com o CIS/AMURES, poderão ceder servidores, na forma e condição de cada ente.

§ 1º. Os servidores cedidos para o CIS/AMURES permanecerão com o regime jurídico e a remuneração do ente cedente, podendo ser-lhe concedida gratificação equivalente a até 50% (cinquenta por cento) da remuneração originária, sem que a concessão configure vínculo novo do servidor cedido, inclusive, para apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

§ 2º. Poderá a cessão dar-se com ônus para o CIS/AMURES, desde que aceite pelo Presidente.

§ 3º. Caso o ente consorciado assumo o ônus integral da disponibilização do servidor, poderá contabilizar tal despesa para fins compensatórios em relação aos compromissos assumidos no Contrato de Rateio.

Art. 40. A utilização de estagiários pelo CIS/AMURES, nos termos da Lei nº 11.788, de 26 de setembro de 2008, depende de autorização do Presidente.

Art. 41. As disposições complementares da estrutura administrativa do CIS/AMURES, obedecido o disposto nos seus atos constitutivos, serão definidas no Regimento Interno.

CAPÍTULO IX**DA RETIRADA E EXCLUSÃO**

Art. 42. Qualquer associado poderá retirar-se do CIS/AMURES a qualquer tempo, desde que manifeste sua intenção à Assembleia Geral com antecedência de 90 (noventa) dias com comunicação posterior ao seu Poder Legislativo.

Art. 43. Os bens destinados pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, salvo em caso de extinção do Consórcio.

Parágrafo Único. A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o CIS/AMURES.

Art. 44. Poderão ser excluídos do quadro social, os associados que descumprirem este estatuto, acordos, convênios ou contratos firmados no ambiente do CIS/AMURES.

Parágrafo Único. Poderá ser excluído do consórcio, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 45. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente por mais de 90 (noventa) dias com as obrigações assumidas em contrato de rateio.

Parágrafo Único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

Art. 46. Será excluído o ente consorciado que, sem autorização dos demais consorciados, subscrever protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais, assemelhadas ou incompatíveis.

Art. 47. Os associados que se retirarem espontaneamente e os excluídos do quadro social somente participarão da reversão dos bens e recursos do CIS/AMURES quando da sua extinção.

Art. 48. Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e deverá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CAPÍTULO X**DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO**

Art. 49. A alteração ou a extinção do Contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º. Os bens, direitos, encargos e obrigações do Consórcio reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao CIS/AMURES.

§ 2º. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º. A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

§ 5º. A Alteração ou a extinção do Contrato de Consórcio Público deverá ser publicada no Diário Oficial dos Municípios.

CAPÍTULO XI**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 50. O CIS/AMURES sujeitar-se-á ao princípio da publicidade, veiculando todas as decisões, termos dos contratos de gestão,

termos de parceria, contratos de rateio anual através do órgão da imprensa que vier a ser adotado.

Parágrafo Único. As publicações acima referidas poderão ser resumidas, desde que indiquem o local e sítio da internet em que possa ser obtida a versão integral dos referidos documentos.

Art. 51. O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 52. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral.

Art. 53. O presente Estatuto passará a vigorar após a sua publicação, na imprensa oficial, podendo ser por extrato, desde que reste indicado o local onde poderá ser obtido na íntegra.

Art. 54. Fica eleito o foro da comarca de Lages para a solução de eventuais conflitos resultantes deste Estatuto.

Por estarem firmes e acordados, os Prefeitos Municipais assinam o presente Estatuto em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Lages, 30 de setembro de 2013.

Edelvanio Nunes Topanoti

Presidente

Rua Paulino Gamba, 179

Bairro Divino Espírito Santo

Bom Jardim da Serra SC.

Casado, Brasileiro, Prefeito de Bom J. da Serra

RG nº 1759000 e CPF nº 507.326.509-25

Sirlei Kley Varela

1º Vice-Presidente

Rua Octaviano Kley, nº 30

Centro - Cerro Negro SC

Viúva, brasileira, Prefeita de Cerro Negro

RG nº 1.820.947-5 e CPF nº 540.875.209-78

Luiz Carlos Alves Freitas

Rua João Vieira de Oliveira, s/n

Centro - CEP 88548-000

Capão Alto - SC

Casado, brasileiro, Prefeito de Capão Alto,

RG nº 1.430.732-04 CPF nº 436.492.979-49

Edilson José de Souza

Rua Major Teodósio, nº 100, apto 02

Centro, Campo Belo do Sul.

Solteiro, brasileiro, Prefeito de Campo Belo do Sul

RG nº 1.823.208 e CPF nº 610.553.529-53

Arno Tadeu Marian

Rua Anacleto Silva Ortiz, 437

Centro, São J. Cerrito SC

Casado, brasileiro, Prefeito de São J. Cerrito

RG nº 125.378-6 e CPF nº 392.333.248-34

Ivonir Fernandes da Silva

Rua José Pagno, 164

Centro - Anita Garibaldi SC

Casado, brasileiro, Prefeito de A. Garibaldi

RG nº 882986-1 e CPF nº 347.783.229-91

Luiz Carlos Schmuller

Rua Pedro Feudhaus, nº 31

Centro - Bocaina do Sul, SC

Casado, brasileiro, Prefeito de Bocaina do Sul

RG nº 3.048.292-5 e CPF nº 892.787.399-87

José Valdori Henkemaier
Rua Lucidoro Coelho Souza, 230
Centro - Palmeira SC
Casado, brasileiro, Prefeito de Palmeira
RG nº 5.155.414-3 e CPF nº 464.164.559-00

Carlos Luiz Moraes
Rua Frei Rogério, s/n,
Centro, Ponte Alta SC.
Casado, Brasileiro, Prefeito de Ponte Alta,
RG nº 377.787 e CPF nº 182.284.299-91

Flávio Antonio Neto da Silva
Rua SC 439 Km 2 - Painel SC
Casado, Brasileiro, Prefeito de Paineel
RG nº 1626158-2 e CPF nº 499.572.449-49

Osny Batista Alberton
Rua Silvio Raimundi, 20
Centro, Frei Rogério SC
Casado, Brasileiro, Prefeito de Frei Rogério
RG nº 1.754.968 e CPF nº 569.572.629-87

Albino Gonçalves Padilha
Rua Pedro Hugo Amaral Neto s/n
Centro - Bom Retiro.
Casado, Brasileiro, Prefeito de Bom Retiro
RG nº 856968 e CPF nº 618.287.349-34

Nelson Gasperin Junior
Rua Benjamin Margotti, nº 101
Centro - Vargem
Casado, Brasileiro, Prefeito de Vargem
RG nº 3538483 e CPF nº 021.962.759-21

Fidelis Schappo
Rua Argemiro Batista de Souza - 1570
Centro - Urubici - SC
Casado, Brasileiro, Prefeito de Urubici
RG nº 89826-0 e CPF nº 029.893.449-34

Vânio Foster
Rua Presidente Kenedy - 229
Centro - Correia Pinto SC
Casado, Brasileiro, Prefeito de Correia Pinto
RG nº 1824028 e CPF nº 664.496.859-72

Ademar de Bona Sartor
Rua Estrada Geral, Rio de Areia s/n
Interior - Rio Rufino
Casado, Brasileiro, Prefeito de Rio Rufino
RG nº 147.919-9 e CPF nº 259.870.009-78

Amarildo Luiz Gaio
Rua Juvelino Vieira de Souza, 100
Centro - Urupema
Casado, Brasileiro, Prefeito de Urupema
RG nº 3.259.233-6 e CPF nº 479.034.819-91

Domingos Scariot Junior
Av. Nereu Ramos, Ed. Cristina Scariot, Ap. 7
Centro - Santa Cecília SC
Casado, Brasileiro, Prefeito de Santa Cecília
RG nº 1915967 e CPF nº 522.097.689-34

Humberto Luiz Brighenti
Rua Lauro Brighenti, nº 13
Vila Brighenti - São Joaquim SC
Casado, Brasileiro, Prefeito de São Joaquim

RG nº 254449 e CPF nº 207.450.010-68

Elizeu Mattos
Rua Pernambuco - 508
Bairro São Cristóvão - Lages SC
Casado, Brasileiro, Prefeito de Lages
RG nº 1627823 e CPF nº 538.246.369-72

Luiz Carlos Xavier
Rua Vinicius de Moraes, 108
Bairro Pinheiros - Otacílio Costa SC
Casado, Brasileiro, Prefeito de Otacílio Costa
RG nº 3445802-6 e CPF nº 023.513.209-80

Inês Teresinha Pegoraro Schons
Rua José Martinelli - s/n - Centro
Celso Ramos - SC
Casada, Brasileira, Prefeita de Celso Ramos
RG nº 28283104 e CPF nº 026.559.619-00

Marcos Nei Corrêa Siqueira
Rua Ênio Lopes de Albuquerque - s/n
Centro - Monte Carlo SC
Casado, Brasileiro, Prefeito de Monte Carlo SC
RG nº 2639555 e CPF nº 850.169.429-00

Silvio Granemann Calomeno
Rua João da Silva Calomeno, 243
Centro - Ponte Alta do Norte SC
Casado, Brasileiro, Prefeito de Ponte Alta do Norte SC
RG nº 532226 e CPF nº 304.320.149-34

Sisi Blind
Rua Loreno de Souza, 213
Monte Alegre - São Cristóvão do Sul
Casada, Brasileira, Prefeita de São Cristóvão do Sul
RG nº 1333850 e CPF nº 538.607.219-68

ANEXO I

DOS CARGOS COMISSIONADOS

Nº Vagas	Denominação/Carga Horária	Vencimento
01	Diretor Executivo/20	R\$ 5.500,00
01	Assessor Contábil/20	R\$ 2.500,00
01	Assessor Jurídico/20	R\$ 2.500,00
01	Coordenador Administrativo Financeiro/40	R\$ 2.300,00
01	Coordenador de Regulação em Saúde/40	R\$ 2.300,00
01	Coordenador Técnico Administrativo/40	R\$ 2.168,00
01	Coordenador Técnico Enfermagem/40	R\$ 2.168,00

DOS EMPREGOS PÚBLICOS

Nº Vagas	Denominação/Carga Horária	Vencimento
01	Advogado/20	R\$ 1.250,00
01	Contador/40	R\$ 2.030,00
02	Enfermeiro/20	R\$ 2.168,47
06	Auxiliar Administrativo/40	R\$ 1.059,00
03	Auxiliar Serviços Gerais/40	R\$ 825,53
03	Técnico Enfermagem/40	R\$ 1.300,00
03	Digitador	R\$ 1.059,00
02	Secretária	R\$ 1.059,00

ANEXO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Cargos Comissionados	Atribuições	Habilitação Mínima
Diretor Executivo	Desenvolver além das atividades previstas no contrato de consórcio público, atividades relacionadas a organização, direção e supervisão dos serviços do Consórcio, bem como representar oficialmente ao Consórcio e despachar os expedientes a ele dirigidos; conduzir a elaboração e implementação dos planos estratégicos e operacionais, em todas as áreas da empresa, visando a assegurar o seu desenvolvimento, crescimento e continuidade; definir as políticas e objetivos específicos de cada área, coordenando a execução dos respectivos planos de ação, facilitando e integrando o trabalho das equipes, visando a otimizar os esforços para a consecução dos objetivos da empresa; identificar oportunidades, avaliar a viabilidade e fazer recomendações sobre novos investimentos ou desenvolvimento de novos negócios, visando a garantir um retorno adequado aos acionistas e resguardar a segurança dos ativos da empresa; coordenar os processos de mudanças na cultura da organização, visando conquistar o engajamento de todos os seus integrantes e garantir a consolidação de uma cultura organizacional orientada para a contínua busca da qualidade e de altos padrões de desempenho individual e coletivo; demais competências previstas no artigo 28 do Contrato Público CIS/Amures.	Nível superior
Assessor Contábil	Desenvolver atividades relacionadas com contabilidade do Consórcio, supervisionar, coordenar, orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; examinar e elaborar processos de prestação de contas; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária do consórcio; examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do Consórcio, elaborar os balanços e balancetes patrimoniais; planejar os sistemas de registros e operações contábeis atendendo as necessidades administrativas e as exigências legais; acompanhar a formalização de contratos no aspecto contábil; supervisionar, coordenar e fiscalizar a implantação e a execução de sistemas financeiros e contábeis; desenvolver e gerenciar controles auxiliares, quando necessário; elaborar e assinar relatórios, balancetes, balanços e demonstrativos econômicos, patrimoniais e financeiros; executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função; cumprir demais atividades próprias da função, especificadas no artigo 3º da Resolução CFC 560/83, além das previstas no contrato do Consórcio Público.	Nível superior em Ciências Contábeis
Assessor Jurídico	Representar o Consórcio nos feitos em que ele seja autor, réu ou interessado; prestar assessoria jurídica extrajudicial; emitir pareceres sobre questões jurídicas de interesse do Consórcio; examinar, previamente, as minutas de editais, de contratos, acordos, convênios ou ajustes e demais instrumentos jurídicos, quando solicitados; redigir ou formatar documentos jurídicos, elaborar minutas de atos normativos; orientar e preparar processos administrativos e outros; auxiliar nos trabalhos das comissões instituídas; analisar a legislação e orientar a sua aplicação no âmbito da Instituição; executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.	Nível Superior em Direito
Coordenador Administrativo Financeiro	Monitorar e controlar diariamente saldos e extratos bancários das contas; programar pagamentos de títulos, impostos, salários, obrigações e benefícios dos funcionários do CIS; efetuar transferências online para pagamentos diversos; encaminhar documentos à Contabilidade para o empenho dos mesmos; lançar e controlar planilhas financeiras diversas e emitir cheques para aprovação e assinatura; elaborar e enviar recibos com valores a serem pagos pelos municípios consorciados; fazer levantamento de pagamentos e recebimentos e emitir relatórios à Coordenação; manter contato com o banco responsável pelas contas correntes, visando um bom relacionamento com o mesmo para solução de possíveis problemas; efetuar relatórios de reembolsos de despesas de viagem para contabilidade.	Nível superior em Administração
Coordenador de Regulação em Saúde	Coordenação do cadastramento de estabelecimentos e profissionais no sistema do CIS/Amures; credenciamento para a prestação de serviços; contratualização de serviços seguindo normas e políticas específicas do CIS/Amures ou do SUS; controle de serviços da PPI-Programação Pactuada Integrada, que estiver sob a responsabilidade do CIS/Amures; supervisão e controle de produção; avaliação de desempenho dos serviços; avaliação e controle das condições da estrutura do CIS/Amures; utilização dos sistemas de informação para apresentar resultados da produção e controle dos serviços prestados mensal e anual.	Nível Médio

Coordenador Técnico Administrativo	Gerenciamento de equipe; elaboração de escalas de trabalho; elaboração e execução de projetos; elaborar documentos administrativos, tais como ofício informação ou parecer técnico, memorandos; atender ao público interno e externo; prestar apoio técnico-administrativo em atividades relacionadas à organização e execução de tarefas que envolvam função de suporte; trabalhar seguindo as normas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.	Nível Médio
Coordenador Técnico enfermagem	Planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem; gerenciamento de equipe; elaboração de escalas de trabalho; atendimento e orientação em saúde; supervisão de estágios; elaboração e execução de projetos; executar outras atividades pertinentes à sua área de atuação; trabalhar seguindo as normas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental; compra e controle de materiais médicos/hospitalares; atendimento e orientação em saúde; planejar ações de enfermagem, levantar necessidades e problemas, diagnosticar situação, estabelecer prioridades e avaliar resultados.	Nível superior em Enfermagem
Empregos Públicos	Atribuições	Habilitação Mínima
Advogado	Representar o Consórcio em juízo ou fora dele, nas ações em que for autora, ré ou interessada, acompanhando o andamento do processo, prestando assistência jurídica, apresentando recursos em qualquer instância, comparecendo a audiência em outros atos, para defender direitos ou interesses; realizar estudos específicos sobre temas e problemas jurídicos de interesse do Consórcio; formalizar parecer técnico-jurídico; analisar fatos, relatórios e documentos; definir natureza jurídica da questão; redigir ou formatar documentos jurídicos; auxiliar nos trabalhos das comissões instituídas; analisar a legislação e orientar a sua aplicação no âmbito da Instituição; preparar relatórios, planilhas, informações para expedientes e processos sobre matéria própria do Órgão e proferir despachos interlocutórios e preparatórios de decisão superior; participar de programa de treinamento, quando convocado; participar, conforme a política interna do Consórcio, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função; analisar todos os tipos de contratos firmados pelo Consórcio e avaliar os riscos envolvidos, visando garantir uma situação de segurança jurídica em todas as negociações e contratos firmados com terceiros; orientar todas as áreas do Consórcio em questões relacionadas com a área jurídica, visando garantir que as decisões e procedimentos adotados estejam dentro da lei; acompanhar a participação nos processos licitatórios, tomando todas as providências necessárias para resguardar os interesses da empresa, inclusive fazendo impugnações quando necessário; recomendar procedimentos internos, com objetivos preventivos, visando manter as atividades da empresa dentro da legislação e evitar prejuízos.	Nível Superior em Direito
Contador	Organizar e controlar os trabalhos inerentes à contabilidade; planejar os sistemas de registros e operações contábeis atendendo as necessidades administrativas e as exigências legais; acompanhar a formalização de contratos no aspecto contábil; analisar, acompanhar e fiscalizar a implantação e a execução de sistemas financeiros e contábeis; desenvolver e gerenciar controles auxiliares, quando necessário; elaborar e assinar relatórios, balancetes, balanços e demonstrativos econômicos, patrimoniais e financeiros; executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.	Nível Superior em Ciências Contábeis
Enfermeiro	Gerenciamento de equipe; elaboração de escalas de trabalho; atendimento e orientação em saúde; organizar e agendar cirurgias; auxílio em procedimentos médicos; agendamentos de exames; supervisão de estágios; elaboração e execução de projetos; executar outras atividades pertinentes à sua área de atuação; trabalhar seguindo as normas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.	Nível Superior em Enfermagem

Auxiliar Administrativo	Desenvolver atividades relacionadas com o auxílio de técnicos e outros profissionais, executando tarefas de menor complexidade na elaboração e desenvolvimento de atividades inerentes à área de planejamento; organizar os prontuários nas portas dos consultórios e encaminhar para as consultas; contagem de senhas; colar os informativos dos médicos nas portas; guardar relatórios e guias de consultas e profissionais do dia; troca de lençóis das macas; preencher requisições de ECG; fechamento de consultas mensal; fechamento de ECG mensal; auxílio na elaboração e execução de projetos; impressão de guias dos pacientes que não compareceram na consulta; organização dos prontuários e auxílio nas consultas na Policlínica; lançamento de guias dos exames; fechamento dos relatórios dos exames; impressão de guias de pacientes faltosos; colocar no sistema o comparecimento ou não nas consultas dos pacientes; impressão das folhas de consultas; organização dos prontuários para realização das consultas do dia seguinte; arquivar todos os prontuários que foram utilizados no dia; confecção e controle da movimentação de todos os prontuários que saem para consulta na Policlínica; separação dos médicos e confecção de informativo porta da frente/ fundos; atendimento e orientação em saúde; elaboração e execução de projetos; responsável pelo TFD (tratamento fora a domicílio), estes são encaminhados pelo município, assim é encaminhado para os devidos médicos realizarem o preenchimento, após isso é feito a conferência e se necessário inclui o código, retornando para o município; fazer contatos, efetuar orçamentos através de contato com fornecedores para aquisição de materiais de consumo, manutenção, bens patrimoniais e serviços; efetuar compras diversas; recolher memorandos para autorização de compras futuras; recebimento de compras e encomendas, efetuar a conferência e a distribuição aos diversos setores; estocar e distribuir materiais; elaborar ordens de compra; realizar devoluções ou troca de materiais; controlar cadastro atualizado de fornecedores; marcar e desmarcar consultas e exames quando necessário; liberar cotas de consultas para os municípios; marcar e organizar mutirões de consultas quando houver; conferir e comprovar as agendas dos médicos; monitorar de forma geral todas as consultas e exames, bem como resolver problemas; contato com as clínicas conveniadas ao Consórcio para agendamento de exames; organização de pacientes para cirurgias; fazer contatos, efetuar orçamentos através de contato com fornecedores para aquisição de materiais de consumo, manutenção, bens patrimoniais e serviços; colher assinaturas nas folhas de pagamento dos funcionários e encaminhá-las à contabilidade para arquivamento; executar atividades de controle de frequência dos funcionários, como folhas ponto e ponto eletrônico; atender, orientar e prestar esclarecimentos aos funcionários nos assuntos relativos à administração de pessoal; executar outras atividades correlatas à função.	Nível Médio
Auxiliar Serviços Gerais	Realizar atividades de limpeza e higiene das instalações do Consórcio, serviços de copa, cozinha e bar; verificar a existência de material de limpeza e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição quando for o caso; executar outras atribuições afins.	Nível Fundamental
Técnico enfermagem	Atendimento e orientação em saúde; agendamento de exames de US (ultrassom); operar e executar exames de ECG (eletrocardiograma); auxiliar nos exames de US; preenchimento de fichas e protocolo de US: lavagem de materiais; realizar pequenos procedimentos de enfermagem; executar outras atividades pertinentes à sua área de atuação; trabalhar seguindo as normas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.	Nível Médio
Digitador	Atuar com digitação de laudos, laudos médicos de mamografia, tomografia, ultrassonografia e densitometria entre outros; executar as instruções operacionais de digitação; conferir dados digitados; operar terminal de computador e microcomputador; interpretar as mensagens fornecidas pela máquina para identificação dos registros incorretos; identificação de falhas nos sistemas; executar ou auxiliar tarefas ou trabalhos relacionados com as atividades meio e fim do órgão de lotação nas áreas de informática e computação; verificação das condições de operação dos computadores, respeitando as normas técnicas e os regulamentos dos serviços cumprindo com ética e responsabilidade sua função ou cargo; executar outras atividades correlatas à função.	Nível Médio
Secretária	Realizar atividades relacionadas à datilografia, digitação, arquivo e protocolo e envio de correspondências, tarefas auxiliares de escritório e secretaria, envolvendo registros, controles e preenchimentos de fichas, atendimentos de ligações telefônicas e atendimento ao público; digitação de ofícios, atas e documentos diversos; arquivamento de documentos; contato com os Municípios, Clínicas, Hospitais, Prestadores de Serviços ao Consórcio.	Nível Médio

